UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Letras



MEMÓRIAS HISTÓRICAS DE UM ESPAÇO RURAL:

Idejas de Trás-os-Montes (Coleja, [illegible] Romeu), [illegible]empo [illegible]do No[illegible]

Volume I

Albano Augusto Veiga Vi[illegible]

[illegible] de 2007

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Letras

MEMÓRIAS HISTÓRICAS DE UM ESPAÇO RURAL:
três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo

Volume: I

Albano Augusto Veiga Viseu

Porto, Janeiro de 2007

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Letras

MEMÓRIAS HISTÓRICAS DE UM ESPAÇO RURAL: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo

Este trabalho foi expressamente elaborado como tese original, especialmente escrita para efeito de obtenção do grau de Doutor em História, sob orientação do Professor Doutor Jorge Fernandes Alves.

Albano Augusto Veiga Viseu

Porto, Janeiro de 2007

«Certamente, um dos objectivos da História pode ser, precisamente, o de lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer esta continuidade interrompida».

HALBWACHS, Maurice – *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel, 1997, p. 131

DEDICATÓRIA

A minha filha
A minha mulher
A meu irmão:
pelo apoio
que sempre deles recebi.

AGRADECIMENTOS:

O meu profundo reconhecimento para as pessoas e instituições que contribuíram para que o meu trabalho se realizasse e ficasse mais enriquecido pela partilha de ideias, de memórias e de informações:

- ao Professor Doutor Jorge Fernandes Alves, orientador da tese: pela visibilidade do projecto; pelos conselhos que prestou, a nível da pesquisa e da sugestão de bibliografa essencial; pelo tempo que disponibilizou para debater várias temáticas e assuntos; pelas perspectivas de abordagem que foi transmitindo; pela constância em prestar atenção às minhas propostas; pela perspectiva analítica e crítica com que orientou o trabalho; pela resposta rápida e compreensiva às questões que lhe foram sendo formalizadas;

- ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que aceitou o meu projecto e o viabilizou;

- à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, minha escola de formação, por aceitar a minha tese e por colocar ao meu dispor todo um suporte essencial para que ela se concretizasse;

- ao Ministério da Educação, por me ter concedido uma Licença Sabática, e à Escola EB2 e 3 Luciano Cordeiro - Mirandela por ter possibilitado a sua consecução, proporcionando que me dedicasse de uma forma exclusiva ao trabalho e contribuindo para o avanço da pesquisa e para a formalização escrita da tese;

- ao presidente da Junta de Freguesia de Frechas (Jorge Manuel Pereira) e aos Secretários das Juntas de Freguesia do Romeu (Victor Miranda) e do Seixo de Ansiães (José António Russo) pelos dados valiosos que forneceram, nas entrevistas que concederam;

- a Rogério Fernandes, pela informação e pela ajuda prestadas no Arquivo do Museu Municipal D$^{ra.}$ Berta Cabral de Vila Flor, contribuindo para aceder a recortes de notícias essenciais;

- a todos os entrevistados: sobre o Cachão (Zeferino Manuel Pinheiro, Afonso Henriques Costa, Joaquim dos Santos Cardoso, Manuel Medeiros, Manuel João Morais Araújo); sobre a Coleja (Alcides Manuel Poeira, António Joaquim Russo e P^{e} Virgílio Augusto Cirne Vila Velha); sobre o Romeu (Maria Olinda Guedes, Corina Libânia Gomes, Isilda dos Prazeres Lopes, Felisberto Augusto, Maria Helena Silvério, Fábia Eugénia Fernandes, Henrique Santos, P^{e} Valentim Bom, João Pedro Menéres e muitos outros que contribuíram com as suas memórias, informações e opiniões) e sobre Mirandela (A. Figueiredo Sarmento e Manuel Alberto Ferraz de Sousa Ataíde Pavão);

- às bibliotecas que possibilitaram a pesquisa, com destaque para: a biblioteca Municipal de Mirandela e respectivo Arquivo; a biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

- a todas as revistas e jornais citados, em geral;

- ao jornal Notícias de Mirandela, em especial, pois publicou uma gama informativa de memórias que serviram de suporte documental à reconstituição do período histórico analisado;

- ao INE, pelo apoio estatístico que me forneceu e pelos dados deste organismo a que recorri, publicados em diferentes suportes bibliográficos;

- a todos aqueles que, de algum modo, se envolveram no meu trabalho, prestando informações, dando opiniões e fazendo comentários, com destaque especial para o colega Professor Mestre Fernando Santos Lopes.

LISTA DE ABREVIATURAS:

Sigla	Significado
AIN	Agro-Indústria do Nordeste, S.A.
AN	Assembleia Nacional
ANP	Acção Nacional Popular
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAICA	Complexo Agro-Industrial do Cachão
CAT	Centro de Alegria no Trabalho
CCDRC	Centro Cultural Desportivo e Recreativo da Coleja
CEE	Comunidade Económica Europeia
C.E.E.A./I.G.C.	Centro de Estudos de Economia Agrária/ Instituto Gulbenkian da Ciência
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CHENOP	Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, S.A.R.L.
CM	Caminho Municipal
COOPENORD	Cooperativa de Consumo dos trabalhadores do Nordeste
CSPR	Centro Social e Paroquial do Romeu
CUF	Companhia União Fabril
DGPA	Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura
DGSA	Direcção Geral dos Serviços Agrícolas
Ed.	Edição
EFTA	European Free Trade Association/ Associação Europeia de Comércio Livre
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FGLNT	Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FNPT	Federação Nacional dos Produtores de Trigo
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio

IAF	Instituto de Assistência à Família
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IEAC	Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente
IGC-CEEA	Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro de Estudos de Economia Agrária
INCM	Imprensa Nacional - Casa da Moeda
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIC	Instituto Nacional de Investigação Científica
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
IPE, S.A.	Investimentos e Participações Empresariais
ISA	Instituto Superior de Agronomia
ISEG da UTL	Instituto Superior de Engenharia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa
JAE	Junta Autónoma das Estradas
JCI	Junta de Colonização Interna
NM	Jornal Notícias de Mirandela
Nª Sª	Nossa Senhora
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
REN	Rede Eléctrica Nacional
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SNI	Secretariado Nacional de Informação
S.R.O.A.	Serviços de Reconhecimento e Ordenamento Agrário
ss.	Seguintes
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UN	União Nacional
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

PARTE I

INTRODUÇÃO GERAL

CAPÍTULO I – O TEMA E A METODOLOGIA

1 - Introdução: breve enquadramento do tema

O Estado Novo, dada a sua longa duração, acabou por marcar um país de cariz rural, pouco evoluído e profundamente dependente de uma economia agrícola, tradicional e pouco produtiva. A sociedade patriarcal, de fortes laços familiares, com grandes assimetrias entre ricos e pobres, acabou por gerar uma certa dependência de uns, em relação aos outros.

Os traços de ligação feudal vigoraram no relacionamento entre os grupos sociais, acabando por se montar uma dinâmica de demarcação de posições e uma hierarquização de valores sociais. Foram também marcantes, além da forte religiosidade, as raízes de um passado ligado a formas ancestrais, herdadas do tempo da monarquia, que perduraram no tempo.

A revolução social e corporativa que o regime instalou pretendia acabar com muitas das dificuldades económico-sociais e proporcionar um maior desenvolvimento ao país.

As regiões periféricas, distantes e esquecidas, como a transmontana, precisavam de quebrar o isolamento e o esquecimento em que viviam e de obter benefícios do governo, para poderem melhorar as suas infra-estruturas, em termos de urbanização. Os vectores impulsionadores da mudança precisavam de ser lançados, porque as carências eram muitas.

Apesar de tudo, houve um processo histórico que se construiu, num nordeste transmontano com particularidades muito próprias e com fortes características de independência, devido à forma como o Estado central se demarcou, por longo tempo, desta região, e se mantiveram as muitas barreiras que a limitaram e a deixaram entregue a si própria.

Os transmontanos que habitavam os vales, os montes e planaltos, em cidades, vilas, aldeias e outros lugares, em íntima ligação com uma terra que lhes deu alimentos e outros recursos, conheceram muitas dificuldades, pois foram alvo das consequências de crises que se foram instalando na agricultura e em outras actividades afins.

A partida para terras distantes, do país ou do estrangeiro, com outras perspectivas de vida, parecia ser uma solução, mas houve também quem se resignasse a ficar. Se os primeiros procuraram uma resposta no comércio, na indústria e nos serviços, os segundos teimaram em continuar a dedicar-se à agricultura e actividades similares.

Aqueles que partiram foram encontrar novas dificuldades com as quais tiveram de se debater; os que ficaram sentiram as mesmas dificuldades de sempre, adaptadas aos tempos e às alterações imanentes.

A adaptação às mudanças foi vivida por uns e por outros e as memórias desse tempo são fundamentais para compreender o que a História tem para nos contar.

O Estado Novo foi produtivo em acontecimentos históricos que acabaram por marcar, não apenas a memória de quem os viveu, mas também a de muitos que ouviram falar sobre eles. O encontro com a História ajuda a recordar e a reviver alguns desses momentos, que mais não são do que facetas do homem perante a vida, tradução das suas ideias e da sua cultura, dos seus progressos e retrocessos, de movimentos libertadores e opressores, de cenários de paz e de guerra, momentos de entendimento e de confronto e, até, a manifestação de comportamentos...

A apropriação de memórias, directas ou diferidas, transmitidas através da oralidade, enriquece a História, na medida em que visa a sua perpetuação. Através do registo escrito de tais memórias, consubstancia-se a informação e fundamenta-se a verdade histórica.

As "fotografias" guardadas desses tempos, sobre a vida individual e colectiva, acabam por fazer parte do "álbum" de recordações, passando a ser uma matriz cultural, um património vivencial, que dá sentido ao tempo vivido pelas pessoas ou por elas apreendido, pelo que constituem um testemunho. As suas memórias fazem o apelo a contextos reflexivos, representando uma forma de se poder verificar como o regime submeteu os cidadãos, durante a época histórica evocada.

A memória que ficou, em relação a esse tempo, pode ser traduzida em imagens: umas mais nítidas, pela visão dos seus contornos, e que levam a afirmar: «ainda me lembro como se fosse hoje»; outras, simples lembranças, com imagens esbatidas e pouco nítidas; e outras ainda, apesar de terem ficado alojadas no "baú" de memórias, como que esquecidas, após um certo esforço, delas se vai tendo alguns "flashes" que acabam por ajudar na reconstituição dos acontecimentos.

O Estado Novo acabou por ter uma implicação forte na vida das pessoas, não só pela figura enigmática do seu líder — Salazar —, mas também pelo rigor com que ousou impor, ao todo nacional, as ideias que o novo regime preconizava.

Portugal tinha vivido um período anárquico, durante a 1ª República (1910-1926), e encontrava-se num caos a nível económico, social, político e cultural.

A ditadura militar que se lhe seguiu (1926-1932) não conseguiu libertar o país dessa anarquia económica, nem da instabilidade política e social, pelo que o presidente Carmona entregou as Finanças a Salazar. Em 1932, confia-lhe também a presidência do Conselho, sem, contudo, abandonar o Ministério das Finanças. Nesse novo cargo, Salazar pôde levar avante o seu projecto de "Estado Novo" e de "Nova Era", que ele mesmo definiu como sendo uma ditadura da razão e da inteligência, pois se tratava de «uma obra de salvação nacional»[1].

A visão humana a reter desse tempo de mudança, em que vigorou um regime autoritário – caracterizado pela centralização política, sistema de partido único, proibição das greves e

[1] SALAZAR, António de Oliveira - *Antologia: discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios (1909-66)*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1966, p. 229.

censura –, deixa-nos encarar alguns dos "espinhos" que tal regime engendrou e que, dada a sua constância e projecção, se foram "cravando" na alma do povo português, ao longo da sua vigência (Capítulos II a VII):

- a repressão brutal do regime, com destaque para a acção da PIDE e das forças policiais, traduzida em perseguições políticas, bem como em tortura e sofrimento;
- a falta de liberdade para partilhar de direitos fundamentais como cidadãos de um estado de direito: de expressão, de opinião (havia um partido único — a União Nacional — e as eleições eram uma farsa), de reunião (proibiu-se o sindicalismo livre, impondo-se os sindicatos nacionais, controlados pelo poder; proibiram-se as greves...), de associação,..;
- a substituição dos princípios defendidos pelo liberalismo, que em Portugal tinham redundado em fracasso, pelos de um novo regime, com uma nova doutrina e com um medo atroz ao comunismo;
- as repercussões do atraso em que o povo português viveu, devido à falta de condições de vida e às muitas privações para se equilibrar a balança comercial[2]: o pouco poder de compra, que mal dava para viver, havendo mesmo épocas de fome; o comprar fiado, limitando imenso a aquisição de bens essenciais; os gastos com a concretização de todo um conjunto de obras públicas; a modernização da rede de transportes; a electrificação do país; a modernização da agricultura; a realização de grandes eventos nacionais, dando projecção ao novo regime e criando até a ilusão de que outros, na Europa, imitariam o modelo português...;
- a entrega a práticas alternativas, a todos os níveis: a) no campo da alimentação, houve o aproveitamento de alguns produtos, como: óleo de baga da azeitona, lentilhas, azedas, funcho, cevadinha, produtos hortícolas, farinhas, queijo e leite da ajuda americana; b) no campo da saúde, o recurso a remédios caseiros, a ervas e unguentos, a rezas e mezinhas; c) no campo sócio-cultural, a taberna, os largos e as ruas tornaram-se os pólos de domínio e de afirmação do homem, enquanto o soalheiro, a fonte, a casa, a horta, a vida doméstica (os cuidados com a família e com a casa), a igreja, a religiosidade e a assistência social, tornaram-se domínios da mulher. O programa "Alegria no Trabalho" e o apoio prestado pelas Casas do Povo ajudaram na reorganização e na animação da vida comunitária; d) a entreajuda e a partilha de tarefas e de bens alimentares ajudou a vencer as dificuldades e a dar coesão ao grupo ou aos grupos que se organizaram para subsistir, em meios limitados e carentes; e) o papel do fado, como canção nacional, ajudava a cantar as saudades e os sofrimentos do povo, mesmo o do interior do país, preso ao passado e à triste lamúria da saudade e da partida para longe da terra-mãe; f) a nível

[2] O povo português teve de: «Produzir e poupar, como manda Salazar...». In RICARDO, Maria do Céu – *Salazar – Deus, Pátria, Maria*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 43 e SALAZAR, Op. cit., pp. 147-148. O povo português teve ainda de «...evitar perdas e perseguir o desperdício». In GARNIER, Christine – *Férias com Salazar*. 2ª ed. Lisboa: Parceria A M. Pereira, 1952, pp. 138-139 (sublinhado nosso).

religioso, a sombra protectora da igreja, de ajuda e de auxílio aos mais necessitados, envolveu o povo num profundo misticismo e houve, muitas das vezes, um entendimento com o regime e com os senhores que dominavam a cena económica e política local; g) a nível desportivo, o futebol foi elevado à categoria de desporto nacional, capaz de arrebatar plateias e de fazer esquecer as agruras da vida, massificando as pessoas e envolvendo-as neste tipo de adesão; h) a nível político, o caciquismo e o domínio dos poderosos, sobre a população com uma mais fraca projecção: havia laços senhoriais e práticas que faziam recordar o feudalismo, mas que acabaram por se corporizar no senhorialismo de tendência paternalista...

- o fraco acesso à cultura, à educação e à informação atingiram a população daquela época: registou-se um grande número de analfabetos e um número muito limitado daqueles que prosseguiam estudos[3]; o acesso às notícias e à informação ficava condicionado, dada a escassez de meios de difusão, a falta de poder de compra para adquirir jornais, revistas, rádio e televisão e o facto das populações, em meio rural, se manterem afastadas da informação, concretamente da informação política, como forma de se livrarem de problemas;

- a demasiada centralização de todos os organismos governamentais e de todas as decisões, dando pouco espaço ao desenvolvimento do municipalismo e à afirmação do poder local;

- a guerra colonial, que traz à memória: o recenseamento dos jovens; o "ir às sortes", na inspecção; a prestação do serviço militar (recruta, incorporações, comissões, cenas de desembarque), que levou à saída do meio rural, à descoberta de novas formas culturais, ao alargamento de horizontes e de saberes, à socialização, ao conhecimento de outros espaços geográficos do país; as vítimas inocentes e as cerimónias de condecorações; o Natal, longe dos familiares e as mensagens, através da RTP e da Emissora Nacional – são muitas das marcas profundas e interiorizadas dessa guerra que ficaram na memória das pessoas;

- as migrações para outras zonas do país, para as colónias ou para o estrangeiro, reflexo de um processo histórico profundamente marcante e justificado pelas circunstâncias, e as histórias daí resultantes: uns saíram beneficiados, outros pouco ou nada conseguiram; as projecções sociais derivadas desse fenómeno (aquisição de riqueza fundiária, construção de uma habitação, concretização de velhos sonhos...); as desinserções e desenraizamentos; as famílias e os lares desfeitos; o novo-riquismo; as novas formas de partilha e de domínio; os colapsos sociais; a ruptura com velhos tempos de miséria e de desigualdades acentuadas...

---

[3] Ao longo do Estado Novo, continuou a campanha contra o analfabetismo (campanha já iniciada com a 1ª República). Alargou-se a rede escolar e o ensino obrigatório, que começou por ser apenas de três anos (1º grau), passando, depois, a quatro (2º grau). Salazar não defendia que houvesse um acesso massivo à cultura e à informação: «Às massas basta saber ler, escrever, contar; bastam o folclore, as procissões, o futebol, as viagens, as romarias, os cafés, a rádio e a televisão – os concursos, as revistas, as marchas, os desportos, os exotismos, os sentimentalismos da televisão. Às elites ficavam destinados estudos mais profundos». In DACOSTA, Fernando – *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 153.

- o isolamento internacional a que o nosso país foi votado, em consequência da sua política colonial;

- a vivência de alguns mitos, profundamente enraizados e marcantes e de fenómenos culturais e simbólicos: Fátima/fado/futebol; o saudosismo e a nostalgia; o mito da figura de Salazar; o pai ausente da educação dos filhos e o papel assumido pela figura da mãe; a nidificação e o apego à casa familiar; a viagem (a emigração); a casa portuguesa; o machismo; a valorização do passado[4], através da História Pátria, dos heróis nacionais e dos símbolos pátrios; os discursos de Salazar e de Marcello Caetano...

- os encontros e desencontros com a História Pátria, numa partilha de contextos referenciáveis e de sentimentos generalizados ao todo nacional. Salazar traça um ditame a que submete o povo português: "Livro-vos da guerra, mas não da fome"[5]. A vida surge, assim, como missão, levando à aceitação do sacrifício, das fracas condições de vida, do trabalho e das dificuldades, do "pobrete, mas alegrete", do amor pelo solo pátrio, do grande amor pela própria mãe...

- a vida rural e o ruralismo, com o predomínio de uma agricultura tradicional, pouco produtiva e de subsistência, a reclamarem uma alteração, através da introdução de um conjunto de medidas dinamizadoras e modernizadoras: algumas máquinas, novos processos de rega, selecção de sementes, apoio de técnicos qualificados, visando aumentar o aproveitamento do solo e o ensinamento de novos métodos e técnicas de cultivo; o corporativismo e o cooperativismo...

- os planos de Fomento, lançados pelo governo como forma de melhorar a situação de vida das populações, de modernizar a economia e o país e de levar o desenvolvimento[6] a regiões periféricas que enfrentavam problemas muito sérios;

- o isolamento[7] das comunidades rurais, que foram aprendendo, por si mesmas, a vencer os problemas que iam encontrando;

- as consequências de acontecimentos internacionais: a Crise de 1929, a Guerra Civil Espanhola e a 2ª Guerra Mundial...;

- a acção governativa de Marcello Caetano e o projecto de transição fracassado.

---

[4] O passado tinha uma importância essencial no Portugal do Estado Novo, como explicou Salazar à jornalista francesa Garnier: «O nosso passado heróico pesa demais sobre o nosso presente». In GARNIER, Op. cit., p. 142. Nesta valorização, estão implícitos outros valores, como: a tradição, a agricultura, o ruralismo, a sociedade hierarquizada, a religiosidade, o amor ao trabalho, à terra-mãe e à mãe.

[5] In Entrevista nº 3a, Romeu: 2004.

[6] Salazar ligou o conceito de desenvolvimento ao de revolução, parecendo querer significar que havia uma complementaridade entre os dois termos. In GARNIER, Op. cit., p. 65.

[7] O Eng.º Camilo de Mendonça, numa entrevista concedida à revista Observador, apontava como factores de isolamento da região transmontana: «a fronteira por um lado, mas também as montanhas, os rios profundos, as comunicações escassas». In No Nordeste cresce o Pão. *Observador*. Lisboa. (12/11/71), pp. 26 a 34.

A História faz parte da vida das pessoas e mais não é do que o produto de ocorrências significativas em que se envolveram no passado, daí a actualidade questionar a política repleta de práticas e de símbolos (hinos, bandeiras, desfiles, ovações, insígnias, gestos) e de todo um ideário catequético exercido pelo regime político sobre as consciências.

Essas práticas, no Estado Novo, giraram à volta de conceitos, de pilares incontornáveis, que alicerçaram toda uma lógica e a fundamentaram: lar, família[8], religião[9], pátria[10], ruralidade, agricultura[11],...

Os princípios defendidos impuseram uma ordem (social, económica, cultural e política) que acabou por se difundir pelo todo nacional.

A dicotomia que se estabeleceu entre a vida das pessoas e a sua História teve a ver com a dialéctica do encontro ou do desencontro, de aproximação ou de distanciamento, verificada um pouco por toda a parte, nas várias parcelas de territórios da Nação, em relação à própria História Nacional.

As populações, para enfrentar os problemas, criaram dinâmicas específicas, ajustadas ao seu espaço geográfico, à abundância ou à falta de recursos essenciais e ao tipo de organização sócio-económica vigente: o domínio senhorial existente levou a que fossem surgindo formas de intercâmbio e permutas entre as populações e esses senhores. Esse diálogo, que se estabeleceu entre as duas partes, ficou caracterizado por: ofertas de trabalho; pagamento de jeiras, que representaram um limitado suporte económico das famílias; ajudas prestadas e troca de favores; mordomias e vínculos; a manutenção de algumas práticas feudais, entre as quais se salientam: as relações estabelecidas, tendo como base a terra — a posse e o arrendamento – e os pagamentos em produtos agrícolas; a continuidade de figuras sociais, num mundo em que o caciquismo e determinadas pessoas ganharam projecção (o proprietário, o feitor, o caseiro, o capataz, ...).

---

[8] Para Salazar, as grandes certezas que ajudariam a reconstruir a unidade moral da Nação eram: Deus (religiosidade), Pátria (terra dos antepassados), Autoridade (Estado), Família (célula base do Estado) e Trabalho (ruralismo). In SALAZAR, Op. cit., p. 54.

[9] Devido à formação, Salazar tinha um conceito sobre a religião que o envolveu numa espécie de misticismo e de aceitação da vida como missão: «A religião projecta a luz do além no espírito que hesita diante dos problemas transcendentes da vida e da morte e, por nos ensinar uma regra destinada a ser vivida, consegue ainda dar-nos, como uma segunda natureza, o hábito da acção, conforme a moral». In GARNIER, Op. cit., p. 111.

[10] Salazar definia Pátria como «a Nação na sua integridade territorial e moral, na sua plena independência, na sua vocação histórica». In SALAZAR, Op. cit., p. 242. O Dr. Trigo de Negreiros defendia que «...a Pátria está em todo o território nacional e em qualquer partícula dele. E o serviço da Pátria está em todos os grandes e em todos os pequenos assuntos que à Nação interessem». In Editorial: Palavras e obras. *A Voz*. Lisboa. (11/4/57), p. 1.

[11] Em 1936, Salazar defendia que «para se elevar o nível de vida das populações rurais, continuar barata a vida e não criar ambiente desfavorável às indústrias, é necessário que se eleve também com ela o rendimento líquido da terra — do que resultará maior capacidade para alimentar a população...» (p. 145). E, para aumentar a produção, era necessário: «não deixar inculto um palmo de terra [...] trabalhar a terra era colaborar numa obra de solidariedade» (p. 148). In SALAZAR, Op. cit.

A relação resultante da apropriação de suportes simbólicos teve a ver com a continuidade relacional que se foi estabelecendo entre as populações e a igreja, de quem obtinham uma ajuda assistencial, cultural e religiosa.

A escola e os professores desempenharam um papel importante neste tipo de sociedade, incutindo nos alunos normas higiénicas e habilitando-os com alguns estudos, numa altura em que a 4ª classe se tornou promotora de emprego e valorizadora das pessoas, apesar de o analfabetismo continuar intenso e de serem poucos aqueles que prosseguiam os seus estudos.

Dada a especificidade proporcionada pelos mecanismos que então se montaram, como forma de ir resolvendo alguns dos males de que sofriam as populações, ganha interesse apurar como tudo se passou em algumas terras do interior, de um interior esquecido e muito apegado ao ruralismo e aos valores da tradição, onde esteve também subjacente o perfil que o ditador quis instituir no país.

O passado humano não pode nem deve ser esquecido ou ignorado[12], uma vez que a cultura dos povos resulta da acumulação e da integração de "todas" as memórias, de "todas" as vivências e de "todos" os passados, mesmo que estes digam respeito a aldeias diferentes e recônditas.

As comunidades, mesmo as de áreas remotas e periféricas, compreendem e valorizam de tal forma o seu passado, que vão realizando actualizações desses tempos, a fim de o manterem vivo na memória colectiva e de o exercitarem[13]. Isto acontece, porque «a História baseia-se na relação entre um passado, que é o seu objecto, e o presente que é o lugar da sua aplicação»[14].

O testemunho daqueles que viveram esses tempos (testemunho directo) ou daqueles que ouviram falar sobre eles (testemunho não directo), é importante para a reconstituição das memórias e para o estudo da História local e até da nacional: torna-nos participantes dessa História e constitui uma espécie de impulso, que parece entrar em competição com as outras necessidades elementares.

Os testemunhos, além de contribuírem para uma reconstituição ou para uma rememoração do passado, servem ainda para dar projecção à identidade de um país e de uma região e para ajudar na reconstrução da memória histórica. Os diferentes aspectos do passado humano evocado são «memoráveis» e a História adquire um valor fundamental, como «Memória Social»[15].

---

[12] «Mal se pode planear o futuro se non é aprendendo do pasado e, para aprender del, o primeiro que temos que facer é non negalo». «O pasado tem que servir de material para a construcción do futuro se non queremos repetir o comportamento de moitos...». In PORTASANY, Marcial Gondar – *Crítica da razón galega: entre o nós-mesnos e o nós-outros*. 3ª ed. Vigo: Edicións A Nosa Terra, 1999, p. 9.

[13] In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz – Le Musée d'aujourd'hui: un système de communication multimédia. In AA.VV. – *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1989, p. 727.

[14] CERTEAU, Michel de – *A invenção do quotidiano, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 163.

[15] BURKE, Peter – *O mundo como teatro: estudo de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992, pp. 235 e 237.

2 - Apresentação da problemática: a construção do objecto de estudo

As memórias individuais e colectivas que ligam as pessoas à região transmontana têm a ver com um tempo histórico, rico em situações importantes e dignas de registo.

O isolamento da barreira orográfica, que outrora o Marão representava, foi vencido. Porém, ao longo do tempo em estudo, as voltinhas do Marão faziam parar o tempo, pois era preciso gastar horas e horas para se chegar ao Porto e mais ainda para se ir até Lisboa.

As notícias demoravam a chegar aos vários recantos do nordeste e muitos habitantes aprenderam a viver, calando desabafos contra o regime e contra os seus apaniguados, guardando para si mesmos os sentimentos de revolta.

A vida de muitas pessoas ficou limitada e dificultada, pois não tinham acesso aos cuidados básicos de saúde, nem ao ensino e à informação, sentindo dificuldades em ficar ao corrente do que se passava a nível nacional e até mundial. A sociedade só aos poucos foi partilhando o gosto pelos estudos e pelo desejo de participar em planos culturais mais diversificados (Capítulo V).

Apesar das dificuldades e das carências económicas, a região transmontana, onde se insere o estudo, ficou enriquecida: pela herança patrimonial dos entes coevos, pela gastronomia, pelos enchidos, pelo ar puro, pelas riquezas naturais (minério, volfrâmio, electricidade, paisagens), pelas várias produções agrícolas (fruta, vinho, azeite de qualidade), pelas produções literárias (lendas, contos, romances...) e pelos acontecimentos históricos.

As circunstâncias em que ocorreram as manifestações históricas contribuíram para dotar o transmontano de uma firmeza de carácter e para o tornar num digno defensor do seu património, daí que resulte significativo fixar o olhar nesta região e sobre ela alicerçar toda a problemática.

Portugal é um país de contrastes e de uma enorme riqueza histórica. O seu Património sai enriquecido pela variedade de usos, de costumes e de tradições que se foram acumulando, ao longo dos séculos.

As raízes em que bebemos as nossas tradições perdem-se nos tempos. Os alvores da nacionalidade estão distantes de nós, mas relançam, a cada instante, uma necessária paragem para nos encontrarmos como povo com uma identidade e com uma partilha de valores, que fazem com que, quem nos visita, admire cada vez mais as muitas riquezas que nos caracterizam.

A luta contra os invasores, na região transmontana, data de há muito tempo. A luta contra os rigores do tempo e do solo inóspito estiveram sempre presentes. Essa luta contra uma natureza, por vezes hostil, agravada pela fraca produtividade que recolhiam do solo, faziam acentuar a penúria de vida e marcaram a forma de ser, a forma de conviver e a forma de subsistir dos transmontanos.

Se pensarmos nas barreiras naturais, que desde os tempos primitivos se formaram e dificultaram a transposição do Marão, mais facilmente se compreenderá a razão de Torga chamar a este espaço um "Reino Maravilhoso".[16]

A região sentiu-se isolada, durante muito tempo, e só cerca de 30 anos depois do 28 de Maio se começaria a sentir a implicação de Estado em melhoramentos desta zona esquecida, o que dá sustentação ao rifão que Torga evoca, quando nos diz que "Para cá do Marão, mandam os que cá estão[17]", pois os transmontanos aprenderam a governar-se e a defender-se a si mesmos.

E, afinal, em que mandavam os transmontanos?

Mandavam na delimitação do território para o cultivar, nos pedaços de terras que adquiriram, nos lugares que tinham para habitar, na busca incessante da água e de recursos naturais de subsistência (a caça e a pesca), que nunca desapareceram destas paragens, apesar de hoje mais reduzidos. A mãe natureza, porém, sempre deu o sustento, mesmo em horas difíceis.

Ao longo dos tempos, foram-se notabilizando determinados produtos da região, tais como: a batata semente de Montalegre, a carne do Barroso, as alheiras de Mirandela, o vinho generoso/do Porto da região Demarcada do Douro, o presunto de Chaves, o fumeiro de Vinhais e de Boticas, as sedas de Macedo de Cavaleiros, entre outros.

Os transmontanos aprenderam a dominar os locais onde viveram e a debater-se contra uma natureza inóspita e pouco hospitaleira. Tiveram, por isso mesmo, de se unir aos vizinhos e, juntos, aprenderam a lutar contra as necessidades de: colher, semear, lavrar, cortar lenha e se defender das agressões. Aprenderam a viver, entre um individualismo que os levou a trabalhar e a defender a sua leira e um comunitarismo que os levou a juntar-se aos outros, pondo em prática formas comunitárias de partilha e de entreajuda.

Os transmontanos resistiram a tudo: ao silêncio, ao isolamento, à humilhação da pobreza, à vida difícil, ao frio, ao afastamento da sua terra, quando das migrações, e, sobretudo, aos estrangeiros que viam em Trás-os-Montes o «reino maravilhoso», mas em que os transmontanos ficavam sem direito a maravilhar-se.

O mundo de monte atrás de monte, com contornos serpenteados, criou o isolamento de muitas comunidades que aprenderam a organizar-se, a dirigir-se, a abastar-se e a defender-se[18].

---

[16] TORGA, Miguel – *Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967, pp. 27-28. Obs.: Nos nossos dias, o «reino maravilhoso» é uma memória, uma magia surpreendente que ainda vagueia nas recordações daqueles que as contam às pessoas que assistem à sua contemplação.

[17] TORGA, Op. cit., p. 28. Obs.: Rogério Reis, numa conferência que proferiu, no dia 14/12/68, no Ateneu Casa - Piano, referiu, em conclusão, que: «Para além do Marão, mandam os que de lá são». In REIS, Rogério – A Alma e a vida de Trás-os-Montes. *Notícias de Mirandela* (NM). Mirandela. (22/12/68), p. 4.

[18] Vergílio Taborda utiliza a expressão: «Trás-os-Montes uma tão individualizada região», que traduz o isolamento, para a região e para as suas populações. In TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 19.

Surgiram, dentro da Pátria-mãe, Portugal, "micropátrias"[19] que justificam um estudo atento, para ver até que ponto a primeira foi modeladora das segundas e nelas se puseram em prática os sentidos tecidos pelo ditador, para o todo nacional.

O conceito "Pátria" era fundamental e abrangente, mas em Trás-os-Montes continuava a haver "micropátrias", devido a: isolamento territorial provocado pelo relevo acidentado, dependência de uma economia de subsistência (recursos naturais, agricultura e pecuária), contrabando, fracas vias de comunicação, estratificação social, religiosidade, individualismo, comunitarismo, laços sociais fortes, hospitalidade.

Se em todas as regiões do país houve problemas e estrangulamentos, eles foram demasiado empolgantes em Trás-os-Montes. E nesta região viveram os transmontanos, entregues ao seu próprio destino, aos seus sentimentos de partilha, à sua sentida religiosidade, ao seu ser de sinceridade feita. A Pátria teve de lutar contra uma problemática a que muitos ficaram alheios nesta região. E se não fossem os notáveis, as personalidades e os distintos filhos que nasceram nestas terras e se atreveram a fazer carreira na política, puxando alguns favores e melhoramentos, ainda hoje seria muito mais profundo o fosso de desenvolvimento entre o litoral absorvedor e o interior esquecido. Uma vez que a ideia de Pátria foi um conceito fundamental para Salazar, importa verificar como esse ente foi capaz de chegar, com toda a sua «mensagem», aos locais escolhidos como objecto do presente estudo.

O século XX foi um encontro entre a Pátria e a região transmontana. Tudo permaneceu na mesma ou algo mudou? E qual foi a projecção desse encontro nos acontecimentos históricos locais?

Ao longo do séc. XX, enquanto Portugal se debatia com um vasto conjunto de problemas, surgiram acontecimentos históricos que acabaram por lançar a Humanidade em profundas alterações. Para além dos cenários de guerra (as duas Grandes Guerras e a Guerra Civil espanhola), responsáveis por muitas das limitações e pelo sofrimento das populações, houve a implementação de novas técnicas e de tecnologias e o crescimento do industrialismo, que contribuíram para uma melhoria significativa da vida sócio-económica e cultural dos cidadãos e se foram espalhando, através do continente europeu. A crise de 1929 acabou também por afectar o mundo inteiro e por se tornar responsável pelo desenvolvimento das relações internacionais.

Os movimentos fascistas que surgiram (Fig.I.1, p. 12), numa época em que o capitalismo passava por uma profunda crise, tentaram ser uma resposta às revoluções de esquerda e à falta de perspectivas de uma sociedade que se encontrava desorientada e em busca de ideologias fortes que trouxessem uma certa estabilidade. Tais ideologias, que passaram a alimentar-se do

[19] Para Maria Beatriz Rocha-Trindade, «micropátrias são as terras que cada um chama suas». In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz - As "micropátrias" do interior português. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XXIII, nº 98 (1984), p. 722.

descontentamento social e dos nacionalismos, foram consequência dos desequilíbrios criados após a 1ª Guerra Mundial e acabaram por intervir em alterações económico-sociais, políticas, culturais, desportivas...

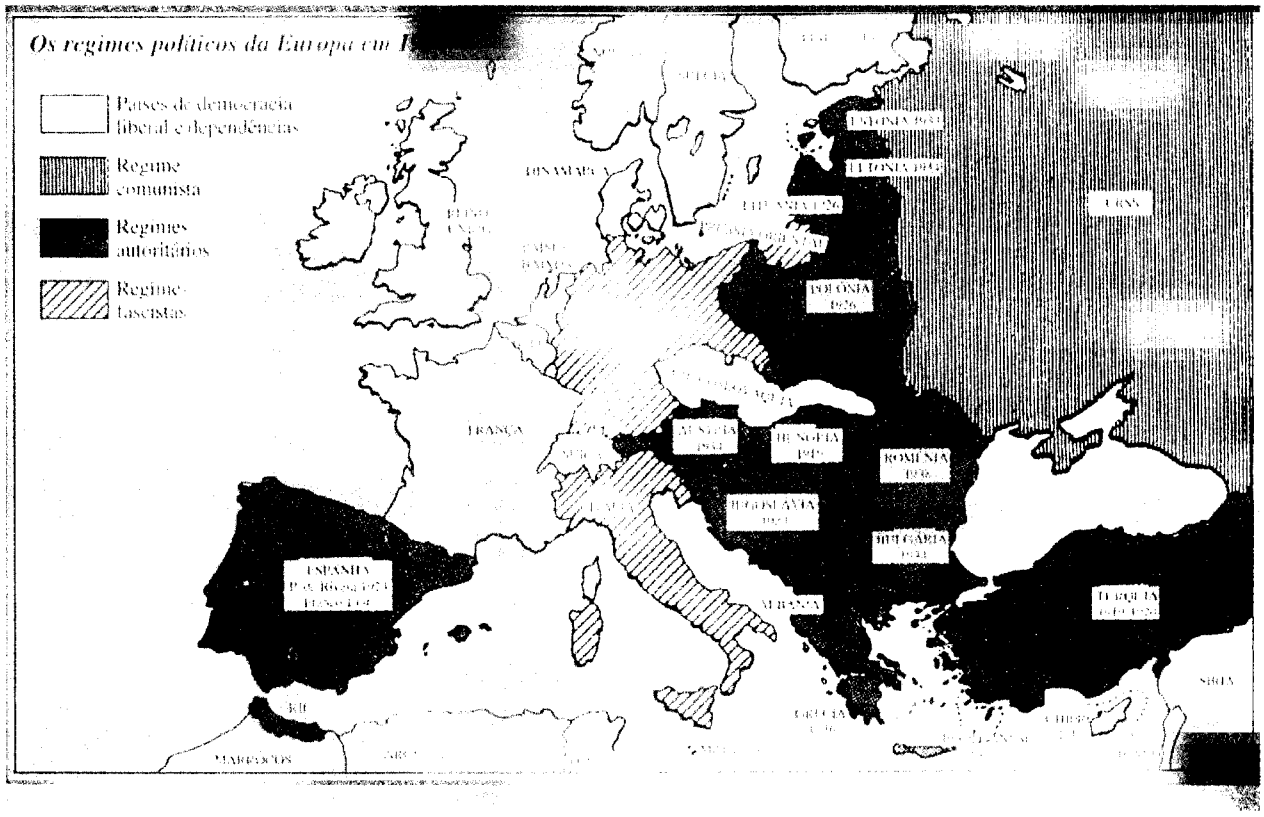


Fig. I.1 – Mapa político da Europa (1938) [20]

Portugal acompanhou a vaga que alastrava pela Europa e pelo Mundo. E o salazarismo, que se instalou neste contexto, assumiu como missão tentar resolver os problemas em que vivia o país[21], acabando a sua acção por deixar reflexos em muitos dos seus locais.

Através da análise dos microcosmos em que se integravam as três comunidades rurais (Coleja, Cachão e Romeu), pode comprovar-se como foi vivido esse tempo histórico em terras do interior e como se sentiram todas as dificuldades já referidas.

Os tópicos que relançam este estudo são os seguintes:

- o tipo de desenvolvimento que foi chegando;
- as alterações nas vivências das pessoas;
- as características do poder autoritário, mais conhecidas pelas populações;

[20] BERNSTEIN, Serge – *Démocraties, régimes autoritaires et totalitarismes au XX.e siècle. Pour une histoire politique comparée du monde développé au XX.e siècle*. Paris: Hachette, 1992, p. 107.

[21] Salazar via no nacionalismo uma das bases de sustentabilidade do Estado Novo: «primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social; terceiro, porque somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade». In SALAZAR, Op. cit., p. 242.

- a ânsia de liberdade e de um melhor nível de vida, capazes de resolver as muitas dificuldades sentidas;
- os fenómenos históricos emergentes (emigração, guerra colonial, ensino, electrificação, economia de mercado e capitalista, agro-indústria, sociedade, ruralismo, paternalismo, vias de comunicação...);
- a forma como se organizaram as comunidades.

Na sua essência, Salazar concebera para o país um conceito de Estado forte e autoritário, em que o mitema Pátria figurava entre os arquétipos a interiorizar pelo todo nacional. A trilogia "Deus/Pátria/Autoridade", concebida em 1936, serve de base de sustentação ao novo regime: "Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a Pátria e a sua História. Não discutimos a Autoridade e o seu prestígio"[22].

Do envolvimento entre a Pátria e as suas várias unidades, resultou toda uma vivência, acabando o mundo rural por moldar padrões valorativos para o ditador. Ele assentou aí as suas ideias, num firmamento coeso, em que a aldeia e o mundo de conhecimentos, bebidos na doutrina da igreja, acabaram por lhe alicerçar os moldes a instituir. Perante a amálgama de ideias e de inovações interiorizadas, Salazar ousou impor a sua doutrina e tentou, através de seus discursos e da sua acção, criar um "cenário" ideal para a sua "representação".

Após a exposição de ideias em que ficam alicerçados determinados pressupostos, importa questionar e clarificar alguns traços fundamentais, indutores deste estudo, que conduzem a uma questão central e lançam a problemática.

Os acontecimentos históricos, vividos nas três aldeias (Coleja, Cachão e Romeu), podem mostrar-nos a representatividade da História nacional, mesmo em contextos rurais de uma região periférica:

- A sua evocação, através das memórias orais e escritas, difere?

- A recordação desses acontecimentos mostra a fragilidade humana e a inexactidão?

- As comunidades ou colectividades rurais teriam assimilado o poder modelador do ditador? Elas já estariam modeladas muito antes dele entrar em cena e foram os valores da ruralidade que modelaram Salazar? Terá sido a postura política de Salazar o resultado de ideias bebidas em encíclicas papais, no autoritarismo, nos valores tradicionais da ruralidade e, um pouco, até, no economicismo?

- Os sentidos de vida que as populações encontraram para sobreviver, em contextos rurais diferentes de um mesmo Trás-os-Montes, teriam sido coincidentes?

[22] SALAZAR, Op. cit., pp. 207, 242 e 243.

- As dinâmicas implementadas nas três aldeias teriam tido um papel, a nível local e regional, e até nacional? E teriam contribuído também para: a manutenção da população no meio rural; a abertura da agro-indústria ao mercado exterior; o pioneirismo na implementação de algumas práticas económicas na região; o efeito dinamizador de alguns projectos; a lenta conquista de desenvolvimento; os muitos reflexos comprovados pelas memórias escritas e orais?

- O território criou algum impacto (as linhas de relevo e as linhas de fronteira), sobre os cidadãos de uma região periférica? E que influência exerceu sobre a apreensão dos fenómenos históricos?

- O modelo de Quinta que Salazar concebeu, no seu "torrão natal", foi, de facto, um modelo interiorizado para a manobra e para a forma de gestão caseira de um Estado e de um país?

- As três "micropátrias" do interior português viveram o tempo histórico à margem da Pátria-Mãe, dadas as dificuldades de comunicação com a capital? Teriam tido «uma sobrevivência marginal»[23], que levou ao aparecimento de dinâmicas próprias e fez com que cada aldeia vivesse a seu jeito, sendo portadoras de um mundo de identidade, perfilado em outros valores? Ou sentiram-se ligadas ao poder central e compreenderam como a figura totalizadora do Estado se foi impondo sobre todo o território nacional?

- O dilema existiu e ficou estabelecido entre as memórias (as populações locais) e o esquecimento (o Estado e os particulares, que tudo tentaram para fazer esquecer o atraso antigo a que fora votada a região)?

- O envolvimento histórico das três aldeias não se terá debatido, resumidamente, entre dois contextos antagónicos: o despovoamento (daqueles que partiram para as migrações internas e externas) e o povoamento (dos que ficaram e sentiram o desejo de exercer o domínio sobre o território local, através de: compra de propriedades; cultivo de hortas e parcelas; arrendamento de propriedades; trabalho nas localidades, ganhando jeiras ou jornas; domínio do espaço rural; inserção nos lugares económico-sociais e culturais das aldeias; vivências religiosas e folclóricas)? E qual dos dois contextos prevaleceu nestas aldeias?

---

[23] LINTON, Ralph – *O Homem: uma introdução à antropologia*. 11ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 1981, pp. 97-112. Brian O'Neill fala sobre a «posição marginal da região...». In O'NEILL, Brian Juan – *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 50.

A abrangência das questões formuladas conduz a um tema aglutinador que constituirá a base da problemática deste trabalho:

Que «(micro)pátrias» houve em Trás-os-Montes? Poderemos ver na sua História a História de uma Nação?

Na base desta problemática, está a contínua valorização para Salazar do conceito de Pátria e da respectiva História, e serve de base para verificar até que ponto foi concretizado aquilo que ele defendeu num discurso pronunciado na sala do Conselho de Estado, no dia 30 de Julho de 1930, quando afirmou:

> «Por sobre as fracções do poder – **os serviços, as autarquias, as actividades particulares e públicas, a vida local**, os domínios coloniais, **as mil manifestações da vida em sociedade** – sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, **o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força**: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento»[24].

Há o assintomático transparecer de uma atitude vinculativa por parte do Estado sobre o indivíduo[25] e sobre o todo nacional, para que, numa espécie de "cruzada", a Pátria se realize como manifestação dos cidadãos. Porém, as barreiras, representadas pelo relevo e pelas fracas comunicações, que existiam no Portugal de então, são um motivo de ponderação que nos levam a questionar até que ponto o "Estado" conseguiu estender "o manto da sua unidade, do espírito de coordenação e da sua força" sobre o todo nacional, tendo também conseguido atingir as três aldeias em estudo.

[24] SALAZAR, Op. cit., p. 223. (Destacado a negrito nosso).

[25] O regime era contra o liberalismo, porque, sendo totalitário, o Estado era mais importante do que o indivíduo. E todos deviam estar subordinados ao Estado. Os interesses individuais de cada cidadão, segundo a visão do totalitarismo, não podiam prevalecer, mas sim os de um grupo. Cada cidadão só tinha valor, quando inserido dentro de um grupo. In SALAZAR, Op. cit., pp. 138, 168-169 e 186-188.

3 - Lançamento da pesquisa e objectivação da problemática

3.1 - Objectivos e pressupostos

O presente trabalho pretende, pela abrangência dos temas em análise, reformular no conceito da História Nacional as vivências da História Local, demonstrando que esta faz parte integrante e é representativa da primeira e, dada a sua especificidade, acabou mesmo por contribuir para a sua valorização. Neste sentido, apontam-se os seguintes objectivos de pesquisa:

1. Levantar memórias históricas, orais e escritas, a fim de se poder comprovar o seu nível de representatividade, na reconstituição de memórias colectivas de comunidades rurais.
2. Verificar a dicotomia estabelecida entre as populações e o seu território, para comprovar se este as isolou e se foi responsável por práticas específicas, a nível: económico, social, histórico, simbólico e cultural.
3. Observar os fenómenos que levaram ao povoamento e ao despovoamento, em três aldeias transmontanas, integrando-os na mesma época histórica.
4. Reconhecer factores e dinâmicas que conduziram a um certo desenvolvimento de três aldeias transmontanas, bem como as pessoas e organismos implicados nesse processo.
5. Caracterizar dois períodos diferentes de crescimento económico do país, da região e das três aldeias, identificando memórias de dificuldades que condicionaram a aquisição de bens essenciais e o acesso à educação, à cultura e à informação.
6. Contextualizar as memórias interiorizadas sobre: a guerra colonial, a falta de liberdade e as vivências políticas das populações rurais.
7. Recolher dados sobre as migrações para o litoral, para a Europa ("a salto" ou com contrato e carta de chamada), para as províncias ultramarinas e para outros lugares e as implicações destas saídas: na economia, na sociedade e na vida das aldeias.
8. Referir o papel das Casas do Povo, das escolas e dos lugares sócio-económicos e culturais (as tabernas, as mercearias, as barbearias, os fornos,...), como pontos de encontro e de partilha de ideias e de valores.
9. Verificar se as populações foram beneficiadas pela política de obras públicas e de melhoramentos e se as inaugurações e festividades animaram a vida destas colectividades.
10. Analisar os actos de tomada de posse de cargos político-administrativos (Presidente de Câmara e governador civil: a hierarquização de funções e as cerimónias de "representação") e a forma de funcionamento da administração municipal.

11. Fazer um levantamento das mudanças (económicas, sociais, culturais e políticas) produzidas nas aldeias e na região, ao longo do período em estudo.

12. Compreender como se processou o sistema de ensino implementado na região, verificando se foi um factor de desenvolvimento das populações e se as ajudou no respectivo crescimento cultural e no acesso à informação.

3.2 - Principais hipóteses de trabalho

O Romeu, a Coleja e o Cachão viveram muitos problemas, relacionados com a interioridade e com a respectiva inserção numa área cultural «dinamizadora» e específica.

O território e o património agro-alimentar traduziram-se em factores de um contido desenvolvimento, não só a nível sócio-económico, mas também cultural.

Houve uma simbiose entre as partes, havendo uma certa coesão nesta estrutura, a que não ficaram indiferentes, nem aqueles que foram os promotores de algumas alterações, nem os habitantes que as viveram e registaram em suas memórias.

Estas aldeias ganharam um dinamismo específico, ajustado a cada uma delas, que acabou por "afectar" várias das suas vertentes. Essas realizações assumem particular interesse para a concretização de um trabalho de campo, inserido no contexto da História, da Antropologia e da Sociologia.

A partir do problema específico apresentado e dos objectivos traçados, torna-se necessário verificar, recorrendo ao repositório de memórias (orais: as dos entrevistados; escritas: jornais, revistas e outras fontes), um conjunto de hipóteses que derivam da questão formalizada:

1. O relevo condicionou o desenvolvimento de três comunidades rurais transmontanas (Romeu, Cachão e Coleja), tornando-as como que "micropátrias"?

2. O desenvolvimento que o governo pretendeu dar ao povo português e à região transmontana levou a um certo envolvimento de estruturas de poder?

3. O ruralismo foi responsável pela auto-sustentação das populações, o que as levou a viver à sua maneira os seus muitos problemas?

4. Com a introdução da economia de mercado nas aldeias da região transmontana, os trabalhadores, para além dos rendimentos que tiravam da agricultura, passaram a dedicar-se também a outras actividades, obtendo, assim, rendimentos complementares?

5. Os projectos e os planos aplicados nas três aldeias estruturaram o mundo rural, criando um tipo de economia dinamizadora e capitalista, com três tipos de representatividade: as quintas do Douro, na região da Coleja; a Sociedade Clemente Menéres, Lda., no Romeu; e o Complexo Agro-industrial, no Cachão?

6. A permissão da emigração, por parte do Estado português, trouxe a desestruturação económica e social do país e da região transmontana?

7. Trás-os-Montes, apesar de área periférica, foi inovadora em alguns aspectos sócio-económicos e antecipadora, em relação ao todo nacional?

8. Os projectos funcionaram nestas aldeias, porque houve: o conceito de alteridade; o apego ao espaço e o povoamento do território; a colaboração de senhores instalados, interessados na manutenção do sistema e a concretização de projectos?

9. O Estado, as Câmaras Municipais e algumas entidades particulares tiveram algum peso nos melhoramentos económicos, sociais e culturais e nas mudanças do espaço transmontano, que se debateu entre o partir (emigração) e o ficar (povoamento)?

10. A Pátria, a grande mãe de todos os espaços territoriais, aos quais tentava impor a ordem e o controle sócio-económico, político e cultural, determinou, no meio em estudo, condicionantes e práticas específicas?

11. A sociedade destas aldeias viveu o ruralismo à sua maneira, tendo havido algum envolvimento com a História Nacional e sendo dela representativa?

12. As aldeias organizaram os respectivos lugares sócio-económicos e culturais que as animaram e lhes deram uma vida própria?

13. As práticas simbólicas (religiosas, culturais) corporizaram as esperanças libertadoras dos transmontanos e as práticas políticas (eleições, cargos administrativos, corporações, Casas do Povo e outras) foram limitadoras da liberdade?

14. As migrações foram sentidas: de uma forma mais contida no Romeu e no Cachão, enquanto se manteve actuante o impacto de dinâmicas e de projectos que nelas foram implementados; e de uma forma intensa na Coleja, porque os factores fixadores e atractivos não se mostraram muito mobilizadores?

15. As técnicas modernas foram penetrando nos principais centros urbanos e nos mais pequenos lugares sem, contudo, nada mudar profundamente na pobreza fundamental da região transmontana?

4 - Aspectos metodológicos gerais

4.1 - Demarcação espácio-temporal do estudo

4.1.1 - O nordeste trasmontano: uma região montanhosa do norte de Portugal e um território de "micropátrias"

O território[26] é o resultado de uma acção de apropriação que o homem e a sua estirpe exercem sobre o espaço (Capítulo II). Ao exercitar esse domínio sobre o espaço, o ser humano molda o território e nele deixa as suas marcas, relacionadas com o pulsar da vida, com as actividades que possibilitam a sua existência e com as relações que estabelece com os outros.

A realidade do nordeste transmontano foi modelada por essa inserção no meio físico, onde, ao longo de séculos, decorreu a vida. O espaço em que o homem exerce a sua acção é uma realidade social, uma vez que se estabelece um elo de ligação entre ambos[27]. Dessa osmose, resultou uma forma típica, no modo de ser dos seus habitantes, e uma forma temperamental diferente da do resto do país.

O relevo proporcionou formas específicas de economia, de sociedade, de cultura e de vivências políticas. O relevo isolou, mas foi também uma mola impulsionadora, que provocou modos de subsistência, maneiras de enfrentar a vida, e criou no transmontano um antagónico modo de viver: se por um lado gostou do individualismo, condicionado pelo isolamento e pela forma como teve de responder aos problemas do dia-a-dia; por outro, as formas comunitárias mantiveram-se e foram prevalecendo até aos nossos dias, com reminiscências que teimam em continuar vivas: o homem também precisou de se unir para, em comum, desenhar a tarefa da vida e da luta contra a natureza agreste.

O relevo da região transmontana caracteriza-se por extensos planaltos, com cerca de 700 m de altitude. Acima destes, ficam as montanhas, que apresentam «cimos planos ou arredondados» e, abaixo destes valores, os vales e as bacias, onde alguns terrenos são cultivadas[28].

As três aldeias deste estudo apresentam uma altitude inferior a 700 m e ficam integradas numa área geográfica, não muito afastadas umas das outras (Quadro I.1, p. 21), formando como que uma linha dinâmica (Fig. I.2, p. 60).

---

[26] Obs.: O território tem a ver com o espaço onde se instala uma Nação ou uma comunidade. É um limite físico, resultado de convenções e, muitas vezes, de factores naturais (rios, mares, montanhas...). A conquista e a fixação dos limites do território português foi um processo que levou vários anos, até se tornar definitivo. As fronteiras definitivas de Portugal ficaram traçadas no Tratado de Alcanizes, em 1249, sendo o nosso país o Estado mais antigo da Europa, isto é, aquele que primeiro definiu as suas fronteiras territoriais.

[27] SILVANO, Filomena – *Antropologia do Espaço: uma Introdução*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 7.

[28] RIBEIRO, Orlando. In Prefácio à obra de TABORDA, Op. cit., p. 9.

Quadro I.1

Coordenadas geográficas das localidades em estudo

Localidade		Latitude	Longitude	Altitude (metros)
Coleja:		**41° 8' 60 N**	**7° 13' 60 W**	**210**
Freguesia	Seixo de Ansiães	41° 10' 60 N	7° 16' 60 W	382
Concelho	Carrazeda de Ansiães	41° 15' 0 N	7° 17' 60 W	750
Cachão:		**41° 22' 60 N**	**7° 10' 0 W**	**322**
Freguesia	Frechas (Mirandela)	41° 25' 0 N	7° 10' 0 W	274
Romeu:		**41° 31' 60 N**	**7° 4' 0 W**	**501**
Aldeia anexa	Vale de Couço	41° 31' 60 N	7° 4' 60 W	402
Aldeia anexa	Vimieiro	41° 32' 60 N	7° 2' 60 W	528
Aldeia vizinha	Vila Verdinho	41° 30' 0 N	7° 4' 60 W	581
Concelho	Mirandela	41° 28' 60 N	7° 10' 60 W	267

Fonte: *World/PO* [Em linha]. (Copyright 1996-2004 by Falling Rain Genomics, Inc). [Consult. 11 Mar. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.fallingrain.com>.

O relevo teve impacto (económico, social, cultural e político) na Coleja. Apesar de apresentar uma altitude pouco elevada, a aldeia fica localizada numa espécie de colo, ou de cova, na base das serras de Vilarinho da Castanheira e do Pinhal do Douro, tendo-a isolado e marcado significativamente. As hortas ficavam junto à povoação, mas os terrenos de cultivo ficavam dispersos pelas encostas de serranias das redondezas e as quintas a algumas horas de caminho.

O Cachão fica localizado numa zona plana, na base de duas serras (a serra do Cubo e a serra do Faro) e junto a vias de comunicação que foram essenciais para o crescimento da aldeia: o caminho-de-ferro da Linha do Tua, a EN 213, que liga Mirandela a Vila Flor, e o rio Tua. O relevo e a localização geográfica marcaram também esta aldeia: os terrenos de cultivo espalharam-se pelas encostas e por socalcos, apesar de haver hortas nas margens do rio Tua. Antes da via rodoviária ter sido alcatroada e melhorada, havia problemas nas ligações com Vila Flor, pois a estrada era estreita e com muitas curvas.

A aldeia do Romeu fica numa zona plana, na base do sistema orográfico do Quadraçal. Este acidente do relevo marca presença, acabando por exercer a sua influência sobre a vida da aldeia e sobre as suas actividades agro-pecuárias.

A Coleja e o Cachão ficam próximas das respectivas sedes de freguesia e, tal como o Romeu, não estão muito longe das sedes de concelho (Quadro I.2, p. 59): Carrazeda de Ansiães (situada numa zona planáltica) e Mirandela (localizada no vale do rio Tua).

As montanhas e os vales isolaram a região de Trás-os-Montes, distinguindo-a das outras regiões do país. O espaço transmontano esteve durante muito tempo, como refere Vergílio Taborda, «privado de estradas e caminhos acessíveis, à margem da circulação que animava o litoral do País»[29].

[29] TABORDA, Op. cit., p. 19.

A natureza agreste, «clima excessivo, solo em regra pouco fértil, habitado por uma grei rural que, mantendo uma tradição comunalista vivaz, praticava uma agricultura primitiva e criava os seus gados», explicam, segundo o autor, o isolamento da região, fazendo com que esta fosse explorando os seus recursos, «bastando-se a si própria»[30].

Constituíram-se, desta forma, unidades geoconcêntricas e intravivenciais, como que "micropátrias", dentro da Pátria-mãe que sempre foi Portugal. Geocêntricas, porque o relevo determinou que nesses centros gravitasse toda uma sociedade, à procura de formas que acabaram por ditar a sua economia, cultura, religiosidade, tradição e se forjassem os laços de união, num mundo de vivências e de partilhas de reciprocidade. As vivências eram intensas, pois nas aldeias toda a gente se conhecia e os laços que se estabeleceram foram, regra geral, enriquecidos pela familiaridade, pela vizinhança, pela entreajuda, pela partilha e pelos vínculos que se foram estabelecendo.

As altas montanhas acabaram por dar o nome a Trás-os-Montes[31] e poucos lugares de Portugal conservaram uma originalidade e uma individualidade tão profundas. Estas características deram azo a que se organizasse a vida em cada uma das aglomerações populacionais e se criassem suportes económico-sociais: «o seu comércio, mercado, feira, às vezes admiravelmente dimensionada com a terra baixa, menos inclemente e mais fértil, que fez levedar uma pequena unidade, natural, e humanizada, a despeito das transformações que a mecanização e a emigração têm [tinham] acelerado»[32].

O relevo exerceu a sua acção sobre as aldeias deste estudo (Capítulo II), sobre as suas estruturas, sobre as suas dinâmicas de subsistência, sobre as memórias individuais e colectivas. Em suma, sobre a sua História Local e sobre a forma de representatividade que coube a cada uma delas, dentro da História Nacional.

---

[30] TABORDA, Op. cit., p. 19.

[31] «E para diante chamão tralosmontes». In *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919. p.85-86, Cit. por TABORDA, Op. cit., p. 23.

[32] RIBEIRO, O. in Prefácio à obra de TABORDA, Op. cit., p. 11.

4.1.2 - Delimitação genérica do tempo em estudo (1957-74)

Só cerca de 30 anos após a subida de Salazar ao poder é que a região transmontana, esquecida até então do poder central, por ser periférica e isolada por um serpentear de montanhas, começou a vencer o isolamento em que tinha vivido. As obras e melhoramentos que permitiram uma alteração integraram-se na política de obras públicas do governo, no plano da valorização rural, da renovação das aldeias e do ciclo comemorativo dos 40 anos da revolução.

Para essa alteração, houve o contributo do Estado (Ministérios das Obras Públicas, das Corporações e Previdência Social, da Saúde e Assistência Social, da Economia e do Interior), das Câmaras Municipais e de personalidades (figuras que, na fraseologia do regime, eram apontadas como beneméritas e que, usando o seu prestígio e o seu poder económico, pontualmente ajudaram as povoações locais). Uns e outros acabaram por introduzir uma dinâmica diferente na região, que resultou numa certa melhoria de vida das populações.

Entre essas personalidades, que fizeram com que em Trás-os-Montes, durante o período referido, se começasse a travar a batalha da modernização, em pelo menos algumas das suas aldeias, são de destacar: o Dr.Trigo de Negreiros, que acabou por ter uma acção em quase todo o distrito de Bragança; o Eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, agraciado com o título de "Cidadão Honorário de Mirandela", que viabilizou projectos de obras públicas para o distrito de Bragança, procedeu à sua execução e arranjou comparticipações do Estado; o Eng.º Camilo de Mendonça, que se distinguiu pelo seu labor em prol da agricultura, da agro-indústria e da agro-pecuária e de projectos associados a estas actividades, promovendo a instalação de um complexo agro-industrial no Cachão, fazendo com que a região ganhasse um grande dinamismo e visse os seus produtos conhecidos no país e no estrangeiro; e o sócio-gerente da Sociedade Clemente Menéres, Lda., Manuel Menéres, que presidiu à Comissão das Aldeias Transmontanas Melhoradas, acabando, devido à sua influência e dinamismo, por exercer a sua acção benemérita em: Vale de Couço (1ª "aldeia transmontana melhorada"), em Vila Verdinho (2ª "aldeia transmontana melhorada"), no Romeu (3ª "aldeia transmontana melhorada"), no Vimieiro e, ainda, em Mirandela (Casas dos Pobres de Mirandela, Hospital Regional Nª Sª do Amparo, Conferências Vicentinas...).

O período cronológico deste estudo decorre entre 1957 e 1974, porque foi ao longo desse tempo que se concretizaram determinados projectos, devido ao contributo das individualidades e dos organismos referidos, e se criaram formas de fixação das populações nas aldeias e na região que, se dessem resultados, fariam triunfar a ideia de povoamento (agricultura), sobre a do despovoamento (indústria e serviços).

Foi ainda ao longo deste período de tempo que se passou, a nível local e nacional, de uma agricultura tradicional, que condicionava a sociedade de então, para outra forma de economia, ligada à indústria, à agro-indústria e aos serviços. Esta mudança começou na década de 60 e acabou por lançar o país em profundas alterações.

Na linha temporal considerada, houve datas e acontecimentos históricos importantes, em relação às três aldeias, que importa referir, sem tentar ser exaustivo, pois serão úteis para a orientação deste trabalho e para o lançamento da temática. Optou-se por acrescentar outras datas e acontecimentos, ocorridos num período anterior, por terem um valor histórico para as aldeias:

- Coleja:

- 10.01.1887: abertura do troço entre o Tua e o Pocinho, na Linha do Douro.
- Março de 1908: criação, em Seixo de Ansiães, de uma feira mensal.
- 1916: inauguração da Escola Primária, na Coleja.
- 1939: John Reynolds Gibbons é laureado com o Prémio Camões, pela obra, sobre a Coleja, «I gathered no moss»[33].
- Cerca de 1951: empedramento da aldeia com calçada à portuguesa.
- 1958: inauguração dos fontanários públicos[34].
- 1958: construção do lanço Selores à Sª da Ribeira, EM nº 632, ligando estas localidades à sede de concelho.
- 1964: inauguração da electricidade.
- 1969: reparação do troço Seixo de Ansiães – Sª da Ribeira: EM nº 632.
- 1971: inauguração do Caminho Municipal nº 1144: ligação Coleja à EM nº 632.
- 1974: o Caminho Municipal nº 1144 [35] é alcatroado.
- 1989: recuperação da tradição da abertura das pipas do vinho novo (S.Martinho).
- 2000: água canalizada e saneamento.

- Cachão:

- 29/9/1887: abertura do troço entre o Tua e Mirandela, na Linha do Tua.
- 3/09/1898: decreto, autorizando o transporte gratuito, nas linhas-férreas do Estado, de instrumentos, máquinas agrícolas e industriais, e de adubos.
- Após 1945: a estrada Mirandela -Vila Flor (estrada 16-2ª) terá sido asfaltada.
- 1958: o Cachão era um lugar.
- 1960: criação da FGLNT.
- 9/6/64: constituição da Cooperativa Agrícola de Riba Tua.
- 1964: A FGLNT contraiu um empréstimo, junto do Estado: começa a ser construído o Complexo Agro-industrial do Cachão[36].

---

[33] John Reynolds Gibbons, jornalista e escritor inglês, viveu na Coleja durante 4 meses (desde o fim de Outubro de 1938 ao fim de Fevereiro de 1939), tendo escrito um livro sobre esta aldeia que lhe valeu o Prémio Camões, em 1939. In GIBBONS, John - *I gathered no moss.* Londres: Robert Hale, 1939 (ed. em português consultada: *Não Criei Musgo: retrato de uma aldeia transmontana.* 2ª ed. Carrazeda de Ansiães: edição da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, 2004, pp. 23, 199, 326 e 339).

[34] Os melhoramentos foram realizados pela Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, mas é possível que tenha havido uma certa influência da parte do Dr.Trigo de Negreiros. In Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[35] «A estrada foi inaugurada pelo Eng.º Faria, de Frechas [Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães], e houve uma festa de arromba. Até colocaram uma pedra ali». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004 e Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

- 30/8/64: O Presidente da República, Américo Tomás, parou, por alguns momentos, no Cachão
- 1965 a 68: conclusão da quase totalidade das fábricas do complexo e início da laboração.
- 1966: reconstrução da estrada Mirandela -Vila Flor, EN 213.
- 1969: entram em funcionamento duas Escolas Primárias e um Infantário.
- 28/8/69: visita do Presidente do Conselho, Marcello Caetano, ao Cachão
- 1970: montagem de uma padaria no Cachão. A EN 213 é alcatroada.
- 4/4/70: visita de Estudo ao CAICA de alunos e professores do Instituto de Altos Estudos Militares (Anexo 4, Vol. II, p. 11).
- 10/7/70: visita de trabalho do Secretário de Estado do Trabalho e Previdência (Anexo 5, Vol. II, p.12).
- 1972: entrada em funcionamento da barragem do Cachão
- 1974: O MFA tomou conta da gestão do complexo, mantendo-a por dois anos. Só em 1976 a sua propriedade seria desafectada da Federação, passando a empresa pública.
- 25/09/74: extinção dos Grémios da Lavoura e das suas Federações.
- Entre 1974 e 1980: o complexo perdeu a identidade própria.
- 26/6/ 80: O Cachão passa a sociedade anónima.
- 6/1/1981: escritura da constituição da Sociedade Anónima CAICA – Complexo Agro-Industrial do Cachão, S.A.
- 1983: o complexo é alvo do primeiro processo de recuperação.
- 8/11/1986: tentativa de relançar e de sanear a empresa: transferência de direitos sociais e da titularidade de participações e objectivos não atingidos.
- 1992: Em Setembro, o Cachão é dado como falido e encerra as suas portas.
- 17/9/1993: As Câmaras de Mirandela e de Vila Flor recuperam o projecto, tornando-se detentoras de 97% do seu capital, tendo-se constituído a A.I.N. – Agro-Industrial do Nordeste, S.A.
- 1998: A maioria das unidades é reactivada. Instalam-se 25 empresas no complexo.

- Romeu:

- 18/5/1874: chegada de Clemente Menéres ao Romeu.
- 1897: reconstrução da capela de Nª Sª de Jerusalém.
- Setembro de 1904: conclusão da ponte de Vale de Meões[37].
- 1905: Clemente Menéres «mandou instalar o 1º telefone destas terras, ligando o Romeu a Mirandela: 11 km de linha. Só 34 anos depois – precisamente em 1939 – foi construída a linha telefónica que liga Mirandela ao Porto»[38].
- 1/12/1906: inauguração do troço Mirandela – Bragança, na linha do Tua.
- 1935: inauguração do tanque público e de melhoramentos no Romeu.
- 1936: inauguração da Escola Primária do Romeu.
- 1937: inauguração da 1ª Casa do Povo do Romeu[39].
- 1946: a população sentiu fome, na região do Romeu.
- 1948: a igreja Paroquial do Romeu foi restaurada.

---

[36] Consultar "A evolução jurídica do complexo do Cachão": Anexo 3, Vol. II, p.9.

[37] A ponte, inteiramente em cimento armado, construída em 34 dias, foi a primeira que se fez em Portugal para o Estado. Custou 1 conto de réis e Clemente Menéres contribuiu com 200 mil réis. In Museu de Curiosidades, sala de entrada. (Data da visita: 25/3/2006). Esta ponte, devido ao estado de ruína, foi substituída em 1963 pela Ponte Eng.º Arantes e Oliveira.

[38] Museu de Curiosidades, sala de entrada. (Data da visita: 25/3/2006)

[39] Casas do Povo formadas em Portugal Continental, até 31 de Dezembro de 1939 (por ordem decrescente, em quantidade): Beja: 40; **Bragança: 33**; Viseu e Évora: 28; Vila Real, Portalegre e Santarém: 25; Castelo Branco: 22; Coimbra: 20; Guarda e Leiria: 14; Faro: 13; Viana do Castelo: 12; Braga: 11; Setúbal: 10; Lisboa: 8; Aveiro: 7; Porto: 4. Total: 339. In PAIS, José Machado [et al.] – Elementos para a História do Fascismo nos Campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38. *Revista Análise Social*: Lisboa, ICS. vol.XIV, nº 54 (1978), p. 383.

- 14/6/1956: reunião no Romeu, da iniciativa do Dr.Trigo de Negreiros, e propaganda da «Jeira de Deus».
- 21/6/57: Inauguração da rede eléctrica da povoação do Romeu.
- 1958: Inauguração da 2ª Casa do Povo do Romeu e fabrico artesanal de colchas.
- 1959: Criação da Cooperativa *Por Bem*[40] .
- 30/4/60: inauguração dos melhoramentos de Vale de Couço.
- 1961: inauguração da Creche e do Jardim Infantil.
- 14/7/63: inauguração dos melhoramentos de Vila Verdinho.
- 1964: exploração da água da Mina, no Romeu, e abertura do Museu de Curiosidades.
- 1965: inauguração da água nova (novo fontanário).
- 22/5/65: inauguração do Centro de Assistência Social do Romeu — Parque Infantil
- 3/7/1965: início das obras de melhoramento das casas, no Romeu.
- 12/5/66: inauguração dos melhoramentos no Romeu e abertura do restaurante Maria Rita[41].
- 28/10/1966: O PR concede a Manuel Menéres o grau de Comendador da Ordem de Benemerência[42].
- 1968: a estrada do Romeu, Estrada Municipal 572, foi alcatroada.
- 1978: água canalizada.
- 1999: abertura de um Centro de Dia e reactivação da Casa do Povo.
- 2001: saneamento público, em Vale de Couço.
- 2002: saneamento público, no Romeu.

Torna-se importante apurar como viveram as pessoas essas alterações, como aceitaram as ajudas e como registaram os acontecimentos históricos, para se poder comprovar se são ou não representativos da História Pátria.

[40] Obs.: esta cooperativa de consumo foi criada por José Menéres, que também criou a Confraria de NªSª de Jerusalém do Romeu, com a finalidade de zelar pelo santuário do séc. XVI.
[41] Obra de Manuel Menéres, com ajuda do Ministério das Obras Públicas: melhoria das habitações, pavimentação das ruas, fontanários públicos, mobílias, arruamentos empedrados, ajardinamento da aldeia, recolha de lixo…
[42] Museu de Curiosidades, Sala Manuel Menéres (data de visita: 25/3/2006) (Anexo 6, Vol. II, p. 13).

4.2 - Procedimentos para a recolha e tratamento de dados: a metodologia

4.2.1 - A pesquisa no terreno de memórias directas e memórias indirectas

Os testemunhos dos moradores das aldeias constituirão as memórias directas e as informações publicadas em jornais, em revistas, e em outros registos escritos, serão o suporte das memórias indirectas. Os dois tipos de memórias ajudarão a conhecer os fenómenos históricos (económicos, sociais, políticos e culturais) que influenciaram a distribuição da população, a sua fixação (povoamento) e até a sua saída (despovoamento) das aldeias. As memórias sobre o passado destas localidades serão recuperadas, a partir da reunião de testemunhos individuais e dispersos.

A pesquisa de informações servirá para ajudar a confirmar as hipóteses formuladas e terá, como recurso, a utilização das duas vias já mencionadas: a 1ª - uma recolha de memórias orais, através de entrevistas, realizadas a pessoas das aldeias do Romeu (21 entrevistas em 2003 e 7 em 2004)[43], do Cachão (5 entrevistas em 2004) e da Coleja (4 entrevistas em 2004); a 2ª - uma recolha de memórias escritas, que incidirá sobre a análise de textos jornalísticos (jornais regionais e nacionais), de produção bibliográfica e documental (livros, revistas, enciclopédias, ficheiros, documentos, arquivos, espólio de museus locais, inscrições apologéticas do regime...), no âmbito da história, etnografia, etnologia, antropologia, sociologia, geografia, correspondência epistolar e estatística.

Os habitantes das aldeias em estudo, devido às agruras e às dificuldades que sentiram, devem ter-se mantido unidos e coesos para poderem enfrentar, juntos, os mesmos problemas e para poderem procurar o bem proporcional para todos. E a entrevista parece ser a forma mais indicada para apreender a auto-análise sobre a vida colectiva e sobre os reflexos que lhe estão subjacentes.

A História Oral, apesar de subjectiva, é uma fonte documental legítima para o acesso aos acontecimentos do passado e o seu emprego pode dar a conhecer a natureza da memória social de uma região.

[43] Obs.: ao longo do trabalho, os dados recolhidos nas entrevistas são identificados com os seguintes elementos: número de entrevista, aldeia a que diz respeito e ano em que foi realizada. Os restantes dados, sobre cada entrevistado (idade, sexo, estado civil, naturalidade, profissão e habilitações literárias), figurarão na Bibliografia. No Romeu, em 2004, houve entrevistas que decorreram com a presença de duas pessoas (dois casais e duas irmãs), pelo que os entrevistados se distinguem, para além do número, com a letra a) e b). Os dados recolhidos em 21 entrevistas, realizadas no Romeu em 2003 serviram para elaborar a dissertação do Master de Antropologia Social e Cultural, apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, pelo que foram também analisados.

A noção de memória social é de Halbwachs[44] que a define como uma construção colectiva sobre o passado, feita a partir das condições sociais que o grupo vive no presente. A lembrança do passado informa o grupo sobre o seu presente.

Como um retrato do passado, a memória colectiva tem também um papel importante na construção da identidade do grupo, expressa os seus valores culturais e demonstra os seus critérios de selecção.

Se concordarmos que ocorre uma selecção cultural para a formação da memória, podemos aceitar a afirmação de Halbwachs de que não há memória individual independente — a fonte de toda a memória é colectiva. Deste modo, a memória colectiva pode ser compreendida como uma moldura cultural que define os parâmetros para a realização dos processos cognitivos da memória particular de cada indivíduo que dela participa[45].

As memórias sobre as três aldeias serão recolhidas, através de entrevistas, tendo como base um guião (Anexos 7 e 8, Vol. II, pp. 14 e 20), previamente elaborado. As narrativas dos entrevistados serão provocadas, e conduzidas, e servirão para ajudar a reconstituir o passado das localidades.

Ao fazerem um esforço para se lembrarem de eventos do passado, os moradores podem sentir dificuldades relacionadas com:

- situar a data exacta de ocorrência de um acontecimento – por isso a maioria das datas são aproximações e não correspondem ao momento exacto em que ocorreram os acontecimentos relatados;

- reconstruir o passado das localidades, através de um conjunto de relatos, marcados mais pela ausência de registos escritos do que por recordações encadeadas e narradas sem esforço;

- fazer narrativas históricas completas, porque nem tudo o que faz parte da memória pode ser narrado no momento da entrevista. Este fundamento é defendido por Carsten[46] e por Lévi-Strauss[47];

- seleccionar eventos, manusear os factos e trazê-los à luz do presente. Mas não é só a História Oral, pois a História Documental também possui lacunas e é baseada na selecção de factos. O historiador, além de dar maior importância a alguns eventos, fica também dependente da abundância ou da escassez de documentação[48];

---

[44] HALBWACHS, Maurice – *La mémoire Collective*. Paris : Albin Michel, 1997, pp. 65-66, 118-119 e 131.
[45] CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1999, pp. 40-43.
[46] Ideia defendida por Carsten no trabalho sobre a memória e a construção da identidade, numa ilha da Malásia. In CARSTEN, Janet - The politics of forgetting: migration, kinship and memory on the periphery of the Southeast Asian state. Journal of the Royal Anthropological Institute, nº 1, 6/1/1995, pp. 317-335.
[47] LÉVI-STRAUSS, Claude – *O Pensamento Selvagem*. 2ª ed. S.Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 295.
[48] VEYNE, Paul – Foucault revoluciona a História. In *Como se escreve a História*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

- construir tanto as narrativas, quanto o passado histórico, a partir do que é contado, pois este aponta mais para o presente e muito pouco para o passado. Como mostrou Halbwachs[49], as lembranças são refeitas pelos valores do presente. O passado é lembrado, a partir de um trabalho de reconstrução, pois lembrar envolve o esforço de refazer, de repensar o que se passou, com imagens e ideias do presente. Na sua reconstrução, o passado é reavivado de forma idealizada, porque o passado já não é presente;

- regressar ao passado e juntar fragmentos de memórias, de maneira a construir uma História linear, com referenciais geográficos precisos, como a concepção histórica requer, porque cada pessoa guarda apenas os acontecimentos que lhes são mais significativos[50] e porque esses acontecimentos são cíclicos.

A esse respeito, Connerton observa que há uma distinção entre a forma de conceber a passagem do tempo, entre membros de grupos dominantes e de grupos dominados, o que é possível de ser apercebido nos relatos das suas histórias de vida[51].

Uma concepção de tempo linear é mais comum entre os indivíduos pertencentes a grupos dominantes e entre notáveis.

Os grupos dominados têm dificuldade de construir uma narrativa linear, uma vez que a principal marcação do tempo que viveram é cíclica, pois se baseia: nos ciclos repetitivos do seu meio social, como as jornadas de trabalho e os ciclos de vida familiares, reforçada pela marcação sazonal do ambiente[52] (trabalhos e campanhas agrícolas); no tempo em que trabalharam para um patrão, considerado de dependência e de domínio, e no tempo presente, em que se sentem mais libertos, em que não há a dependência, nem a assistência que o patrão oferecia; na percepção da mudança, traduzida por um tempo actual de mais fartura, de mais liberdade e de outras vivências sociais, contra um tempo anterior, de controlo, de sentidas limitações a todos os níveis[53]; nos eventos da natureza: tempo de uma cheia, tempo de seca, tempo de uma intempérie...; em momentos de celebração e de encontro da comunidade[54]; na posse e no uso das propriedades:

---

[49] HALBWACHS, Op. cit., pp. 118-119

[50] Essas narrativas históricas podem ser consideradas como uma versão entre outras possíveis. In CONNERTON, Op. cit., pp. 24-25.

[51] CONNERTON, Op. cit., p. 19.

[52] Halbwachs apresenta uma ideia, sobre a forma como é concebida a duração do tempo no meio rural: "No campo, o tempo divide-se segundo uma ordem de ocupações que se regulam pelo curso da natureza animal ou vegetal" [as ceifas, as malhadas, a apanha da castanha, a apanha da azeitona, a limpa, as podas, o fazer o azeite, a colheita da batata, a colheita de fruta, as vindimas, o fazer o vinho, as campanhas...]. In HALBWACHS, Op. cit., pp. 178-179. Connerton defende a mesma ideia, ao afirmar que: «A vida do entrevistado não é um curriculum vitae, mas uma série de ciclos. O ciclo básico é o dia, depois a semana, o mês, a estação, o ano, a geração». In CONNERTON, Op. cit., p. 23.

[53] Obs.: a memória de tempos difíceis implica uma construção entre o passado e o presente. Houve, durante os tempos difíceis, uma rede de solidariedade, de cooperação, de reciprocidade que uniu as pessoas e se expressou na execução de actividades colectivas.

[54] Lugares de encontro (largos, tabernas, fornos, tanques públicos, fontanários, barbearias...) e momentos de celebração (bailes, férias, jogos, arraiais, procissões, festas anuais, visitas de pessoas importantes, inaugurações, celebrações festivas...).

outrora pertença de pais, de avós, de outros familiares e de outras pessoas, agora, esses bens pertencem-lhes e há uma relação de continuidade com a população do passado[55]; na partida de pessoas das aldeias, havendo uma ruptura com o passado, pois há uma ausência de memórias colectivas que não são rememorizadas.

A História Oral trouxe outro valor, outras fontes históricas, uma vez que são as pessoas que contam elementos que enriquecem os próprios acontecimentos.

Diz-se que a História Oral é a história das pessoas sem história, que existe uma História nos livros, que se torna a oficial, e que a História Oral aparece para a complementar. Neste aspecto, este género de História relaciona-se muito com o testemunho, pois parte da entrevista e, para se obter a matéria-prima, é preciso conversar com alguém.

O tema em estudo requer que se lance um olhar atento e se parta à descoberta de memórias que alguém tem para contar: na Coleja e no Romeu a escolha de entrevistados será aleatória, enquanto que no Cachão será uma escolha mista (seleccionada e aleatória). A partilha de recordações, que deram vida a pessoas e a populações, serão melhor "absorvidas", através de um encontro de olhares e de conversas contextualizadas com as pessoas, a vida e as memórias.

As memórias orais recolhidas servirão para construir um nexo textual sólido que alicerce aquilo que, por hipótese, se queria comprovar e fundamente, sobretudo, aquilo que ocorreu em cada aldeia e na região, a nível de memórias sociais, económicas, culturais e políticas. Os testemunhos evocados, sobre o tempo histórico em estudo, servirão para atestar a complacência existente entre a Memória, a História e a vida das pessoas.

A significação de tal envolvimento resulta num processo prefigurativo do que se pretende analisar no mundo rural, onde os registos escritos escasseiam, mas predominam memórias orais dos acontecimentos vividos ou reproduzidos. Todavia, é preciso ter em conta que a reconstituição histórica não está dependente da memória social, mas dos critérios de apuramento da verdade histórica do historiador, o que o leva a realizar uma análise crítica das afirmações contidas nos testemunhos[56].

As memórias escritas, sobre o período em estudo, e sobre mudanças ocorridas em Portugal, ajudarão a compreender melhor os acontecimentos registados pela memória das pessoas e servirão para: traçar as introduções de cada capítulo, a partir das quais se pode verificar o grau de envolvimento entre a História nacional e a História local; e para fundamentar e completar as memórias orais, ao longo de cada capítulo.

---

[55] LIMA, Deborah de Magalhães e ALENCAR, Edna Ferreira – *A lembrança da História na várzea do Médio Solimões* [Em linha]. 2001. p 27- 48. [Consult. 16 Maio 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lima.pdf>.

[56] CONNERTON, Op. cit., p. 16.

As memórias escritas[57] de um tempo de mudanças e as memórias orais interligam-se na apreensão dos fenómenos reais representados, e fazem parte referencial de muitas «histórias de vida». Umas e outras ajudarão a esclarecer os objectivos inicialmente traçados e a demonstrar as hipóteses deste trabalho.

Para a recolha de elementos escritos, será contemplada a informação bibliográfica e documental existente em: arquivos locais (boletins; imprensa concelhia, regional e nacional); arquivos municipais (Arquivo do Museu Municipal Dra. Berta Cabral, em Vila Flor, a que um dia chamaram a "Pequena Torre do Tombo", pois é constituída por mais de 500 pastas, contendo recortes de notícias e outros documentos, alusivos a gente do distrito de Bragança e a muitas personalidades da Nação; Arquivo da Biblioteca Municipal de Mirandela: jornais, revistas, livros camarários: actas, registos...; Arquivo Distrital de Bragança), Museu de Curiosidades do Romeu[58]; bibliotecas nacionais e municipais (Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães, Biblioteca Pública Municipal do Porto; Biblioteca do ICS da Universidade de Lisboa; Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra - Departamento de Antropologia; Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; CES - Centro de Estudos Sociais de Coimbra; e, acima de tudo, Biblioteca Municipal de Mirandela): monografias, dissertações, teses, documentos oficiais impressos (censos, estatísticas), obras de carácter regional; obras de geografia e etnologia; trabalhos de autores nacionais e trabalhos de autores estrangeiros (Bibliografia, pp. 543 e ss.).

Na Biblioteca Municipal de Mirandela, para além de livros de História e de Antropologia, alguns deles de edições recentes, e da obra do Abade de Baçal, "Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança", há também, no Núcleo Transmontano-Duriense, um repositório de «2.364 livros»[59] que, sem ser um suporte organizado, sobre as três aldeias em estudo, em termos de informações consistentes, constitui um espólio digno de registo. O serviço interbibliotecário, accionado por esta biblioteca, através da Biblioteca Nacional, será também um recurso importante para o acesso a livros de leitura fundamental.

Os jornais regionais (Anexo 1, Vol. II, p. 4), nomeadamente, o Notícias de Mirandela (NM) – o mais consultado —, o Além-Douro e o Mensageiro de Bragança, além da revista Nordeste, fizeram a cobertura de acontecimentos nacionais e locais (lançamento de projectos; inaugurações de melhoramentos; a contínua crise da agricultura e das actividades afins e a procura de soluções; a preparação dos agricultores para novos métodos, introduzidos com a modernização

[57] Para Halbwachs, «A história vivida distingue-se da história escrita». In HALBWACHS, Op. cit., p. 118.
[58] Obs.: o Museu de Curiosidades é um repositório de memórias: do Romeu, das aldeias melhoradas, da região e da família Menéres.
[59] AGENDA MIRANDELA. Mirandela: ed. Câmara Municipal de Mirandela, nº 10 (20 Fev. 2003), p. 6.

desta actividade; a evolução da educação, do ensino, da urbanização e da construção de infra-estruturas (electrificação, estradas e caminhos, abastecimento de água, urbanização, saneamento, melhoria das habitações, novos serviços, escolas, ...); a luta para travar a emigração em larga escala e as dinâmicas locais de algumas terras, como Mirandela), pelo que constituirão o suporte de memórias escritas, fundamentais para este trabalho.

Serão também analisados outros dados, levantados em: mapas, fotografias, gravuras, gráficos, quadros, tabelas, cronologias, dados estatísticos, trabalhos publicados na Net, que ajudarão a construir este trabalho.

4.2.2 - A especificidade da recolha e da abordagem do tema

O presente trabalho parte da recolha de memórias de um tempo histórico, para dar consistência aos pressupostos inicialmente traçados e para ajudar a esclarecer a temática/ problemática apresentada.

As memórias orais são um elo de ligação entre as pessoas e os fenómenos históricos contemporâneos, daí o recurso a esta fonte de informação documental como forma de esclarecer as vivências desse tempo. Neste aspecto, serão realizadas entrevistas, como se disse, em cada uma das três aldeias, tentando-se que a recolha seja significativa e que forneça um amplo campo de análise.

Este trabalho servirá para resgatar ideias e sentimentos que pareciam esquecidos e sem valor e ajudará à recuperação e ao registo de memórias, a partir dos depoimentos. Memórias que não são apenas um retorno a um passado imutável, mas que, ao serem narradas, lembradas e relembradas, adquirem novos contornos, que podem ajudar a repensar o presente em que se vive e o futuro que se projecta.

A memória não é sonho, mas trabalho: a experiência de recordar, de compartilhar, é um trabalho que constrói sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos e pode ser a base para viver plenamente o nosso tempo e de nos fazer pensar sobre as nossas acções futuras.

Este alicerce da História serve para dar a conhecer que esta ciência não é algo morto e sem significado, mas faz parte integrante da vida das pessoas (familiares, vizinhos, amigos...), e atinge sectores mais diversificados que a História tradicional.

As entrevistas[60] em História Oral constituem um produto intelectual partilhado, através do qual se produz conhecimento.

A recordação do entrevistado é o objecto da proposta de análise histórica que requer todo um trabalho da parte do investigador, para ser o intermediário entre o entrevistado e o objecto de pesquisa histórica.

A memória social[61], isto é «aquilo que resta de uma ou mais memórias colectivas passadas»[62], fornece toda uma série de informações que são um suporte da memória individual.

---

[60] Obras consultadas: GRAWITZ, Madeleine - *Méthodes des Sciences Sociales*. 11ªed. Paris: Éditions Dalloz, 2001. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris: Dunod, 1995 (ed. em português: *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ªed. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda, 1998). REI, José Esteves – *Curso de Redacção II: o texto*. Porto: Porto Editora, 1994.

[61] A memória é social, porque «...grande parte da memória está ligada à inclusão em grupos sociais de diversos tipos» (pp. 7-8) e porque «A memória social fixa-se em contextos internos – em imagens e histórias. Estas imagens e histórias estabilizam a memória social, permitindo que se transmita» (p. 238). In FENTRESS, James; WICKHAM, Chris – *Social Memory*. Oxford: Blackwell, 1992 (ed. em português consultada: *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: editorial Teorema, 1994).

[62] GODINHO, Paula - *Memórias da Resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 12 e NAMER, Gérard - *Mémoire et Société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987, p. 24.

A informação obtida, através dos testemunhos orais, tem as suas especificidades próprias: a principal refere-se à presença da memória e da subjectividade, na construção da fonte. A fonte oral inclui não uma narração literal ou fotográfica dos feitos históricos, mas a memória, as ideias da pessoa e os desejos inconscientes. Sem dúvida que a memória tem um carácter subjectivo e a tendência a interpretar a História mais do que a reflecti-la.

Ao detectar esta incongruência e porque nas memórias orais há o esquecimento, o sentido vago, impreciso e a inexactidão, proceder-se-á à recolha de memórias escritas.

A recolha e a análise de memórias escritas servirão para ajudar a completar hiatos de informação e para esclarecer o que é transmitido oralmente. A imprensa regional será o suporte documental escrito, por excelência, dada a atenção com que aborda e regista os acontecimentos locais. Outras fontes escritas a analisar: notícias da imprensa nacional; trabalhos de autores consagrados, publicados em revistas e em livros especializados, os quais, abordando várias vertentes do pensamento histórico, antropológico e sociológico, ajudarão a enriquecer e a fundamentar a análise da temática escolhida.

Uma vez que há poucas obras que retratem a especificidade dos fenómenos históricos de uma região periférica, em termos de representatividade da História Nacional, e porque tais fenómenos são complexos, há a necessidade de recorrer a estas fontes documentais (orais e escritas), que se tornam complementares umas das outras e contribuem para um maior enriquecimento do tema tratado.

Após a recolha e análise documental, serão observados os resultados obtidos, em conformidade com a linha de pensamento inicialmente traçada, uma vez que foi ela que serviu de vector impulsionador da vertente histórica e antropológica, contida neste trabalho.

5 - Principais referências conceptuais

5.1 - As Memórias de um tempo histórico no espaço rural

5.1.1 - Os contextos da Nova História e da Antropologia: Memória, História e testemunho

É próprio da natureza humana situar-se no tempo, em relação ao presente, ao passado e ao futuro[63]. Os seres humanos de uma comunidade rural têm uma consciência do tempo e tomam como referência o passado que é, por excelência, o domínio da História.

O passado perpetua-se no presente, porque há factos do passado que se repetem. Ao haver uma apreensão de vivências, surge uma consciência histórica e uma consciência colectiva.

As populações de comunidades rurais também têm História, pois também elas possuem pensamento histórico. Através da História, conseguem aperceber-se da vida de gerações que as antecederam e detectar nesse legado aquilo que delas ficou e que hoje faz parte de suas vidas. Através da Antropologia histórica, podem verificar a evolução total do Homem e as variedades culturais, resultantes de mudanças operadas no decurso de longos períodos de tempo[64].

O ser humano, preocupado em actualizar os acontecimentos e as suas memórias, coloca estes elementos ao nível da História, pelo que sente a necessidade de contar e de testemunhar[65]. Os testemunhos e as memórias podem servir como fonte documental.

Existe um papel específico para a memória e para a História. A História revolve e cura, ao mesmo tempo, os conflitos da memória. A memória é algo que, unindo o passado e o presente, move as acções sociais em busca de um fim, da sua realização no futuro: procede à análise dos acontecimentos, ajuda o indivíduo a encontrar a sua identidade e a estabelecer as suas relações sociais e pode, por vezes, transformar-se num instrumento político.

A memória manifesta-se a partir de uma realidade e concretiza-se através de uma determinada ligação (evocação[66], recordação[67], comemoração[68]). Neste diálogo, em que a memória entra em acção, a sociedade apresenta questões a que a anamnésia procura responder[69].

---

[63] Para Fernando Catroga, «Como a memória é activa, a recordação nunca resultará da oposição ou da separação entre o passado, o presente e o futuro». In CATROGA, Fernando – *O Céu da Memória*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 32. Jacques Le Goff é de opinião de que "Toda a memorização, enquanto construção mediada pelo presente (a existência de uma "memória pura" é uma ilusão bergsoniana), tem a sua outra face no consciente ou no inconscientemente esquecido": In LE GOFF, Jacques [et al.] – *Patrimoine et Passions Identitaires. Entretiens du Patrimoine*. Paris: Fayard, 1998, pp. 28-29. Leituras, sobre este assunto: TODOROV, Tzvetan – *Les Abus de la Mémoire*. Paris : Arléa, 1995, p. 14 e RICOEUR, Paul – Vulnérabilité de la mémoire. In LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 17.

[64] LIMA, Augusto Mesquitela; MARTINEZ, Benito; LOPES FILHO, João - *Introdução à Antropologia Cultural*. 2ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1980, pp. 30-31.

[65] NORA, Pierre [et al.] – *Les Lieux de Mémoire, I, La République*. Paris: Gallimard, 1984, p. 54.

Enquanto a recordação pode ser estática, a comemoração ganha a forma de rito, tornando possível que a invocação do passado, através dela, seja um acto regenerador, pois permite uma reapoderação de acontecimentos desse tempo.

A recordação dá origem a imagens, a uma mistura complexa de História e de ficção, pelo que já Halbwachs defendia a existência, na narrativa memorial, de uma "lógica em acção", em que o ponto de partida e o ponto de chegada são constituídos pelo próprio evocador (individual ou colectivo)[70].

Na memória, não há a repetição possível do vivido, porque o que aconteceu já é passado e não pode voltar a repetir-se da mesma maneira, o que há é uma síntese que pode ser muito ou pouco rica em informação. As imagens do passado são «re-presentações» que, apesar de nos parecerem muito vivas, não deixam de ser «construções *a posteriori*», que partem de uma acção actual, mas têm a separá-las o «abismo do tempo que já não existe»[71].

O presente transforma-se no futuro, ao mesmo tempo em que se cria a ilusão de se preservar o passado, em "lugares de memória"[72], em signos de reconhecimento e de pertença a um grupo.

A memória funciona num contexto preciso, já que não é uma atitude individual, mas social[73], e num tempo também de natureza social. Como o homem é um sujeito histórico,

---

[66] "Em qualquer tempo, a memória é a evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais. A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de actualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertença e de existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para o indivíduo". In RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado - *Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica* [Em linha]. 2003. [Consult. 18 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>.

[67] «O mundo do inteligível, definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseadas na recordação». In CONNERTON, Op. cit., p. 7.

[68] Para Henry Rousso, comemorar é, no sentido etimológico, recordar de forma conjunta. As comemorações são, pois, «manifestações e rituais nacionais que tendem a reunir a comunidade nacional, os cidadãos»: In ROUSSO, Henry – Réflexions sur l'émergence de la notion de mémoire. In *Histoire et Mémoire*. CRDP de Grenoble, 1998. Para Alain Prost, o «sentido das comemorações corre o risco de se perder, se um conhecimento culto não o substituir com rigor e piedade. É preciso que, no decurso da História, tome o relevo da memória». PROST, Alain - In prefácio da obra de MOISAN, Herve - *Les sentinelles de pierre. Les monuments aux morts de la guerre de 1914-18 dans la...* Éditions Bleu Autour, Albums Historiques, 2004.

[69] NAMER, Op. cit., p. 232.

[70] CANDAU, Joël - *Anthropologie de la Mémoire*. Paris : PUF, 1996, pp. 62-66, Cit. por CATROGA, Op. cit., p. 14 e CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 16.

[71] CATROGA, Op. cit., p. 23.

[72] Pierre Nora fala sobre os lugares de memória. Esses lugares de memória – com características material, funcional e simbólica – seriam os arquivos, as bibliotecas, os monumentos, as obras de arte, as comemorações e as datas nacionais. In NORA, Op. cit.

[73] Leroi-Gouhran reconhece que: «O facto mais importante da evolução humana terá sido a "libertação do verbo" e a propriedade exclusiva do homem de colocar a sua memória no exterior de si mesmo, na sociedade». In LEROI-GOURHAN, André – *Le geste e la parole - La Mémoire et les rythmes*. Paris: Albin Michel, 1974. Tomo II, pp. 22-76.

Para Halbwawchs, "...a memória, em geral, só começa no momento em que acaba a tradição, no momento em que se extingue ou se decompõe a memória social." In HALBWACHS, Op. cit., p. 130.

recordar é um acto colectivo[74], ligado a um contexto social e a um tempo que engloba uma construção, isto é, uma noção historicamente determinada.

Ao longo dos tempos, o estudo da História teve a ver com a prática da memória, do testemunho, da pergunta e da resposta. O recurso a relatos orais, para a compreensão da História, foi historicamente utilizado por vários autores, de diferentes maneiras:

- Heródoto, o autor do que é considerado o primeiro trabalho histórico da civilização ocidental, ao afirmar: "desejoso de saber, interrogo", demonstra que a utilização de fontes orais, como meio para se escrever História, não é um fenómeno recente.
- No século XVI, Bernardino de Sahagún quis entender os povos conquistados pelos espanhóis, pelo que os entrevistou.
- No séc. XVIII, Michelet fez uma pesquisa para tentar saber a opinião que os franceses tinham sobre a sua própria revolução. Nesse século, a utilização de relatos orais foi posta em causa, devido aos iluministas, pois a História ganhou o estatuto de ciência e os relatos passaram a não ser considerados como fontes seguras para o historiador.
- As memórias, construídas a partir de subjectividades, já não eram vistas como confiáveis para a produção do conhecimento científico, processo que continuou no século XIX, quando ocorreu a institucionalização da História como disciplina universitária e houve uma profissionalização dos historiadores. Isso significou a fixação sobre o que deveria ou não ser usado como fonte, desde que fosse um estudo isento.
- A História metódica e factual, centrada no estudo de "grandes eventos históricos" e de "grandes personalidades", foi muito intensa, até à primeira metade do século XX. Na década de 1920, surgiu a escola francesa dos *Annales*, que se tornou numa referência. Marc Bloch e Lucien Febvre propuseram a diversificação de temas, mais voltados para as "pessoas comuns" e relativizaram a importância de "marcos políticos" para a escrita da História: foi o primeiro passo que culminou com a diversificação do uso de fontes, englobando também a iconografia, a literatura e os trabalhos artísticos.
- Outro passo importante teve a ver com a noção de temporalidade da historiografia tradicional, que encerrava os factos num espaço de tempo meramente cronológico: os elementos da escola dos *Annales* começaram a pensar em tempos longos para observar o real. Os conceitos de "estrutura social", de Karl Marx, ou de "marcos sociais", de Halbwachs, foram palavras e noções que entraram para o vocabulário dos historiadores. Os eventos históricos deixaram de ser vistos apenas como situados numa linha do tempo, para serem problematizados, em função de um contexto mais amplo de rupturas, de transformações sociais e de mudanças culturais. A

[74] Segundo Paul Ricoeur, «recordar é em si mesmo um acto de alteridade: recordações do outro, narrações colectivas de comemorações e celebrações públicas, evocações ritualizadas de acontecimentos»: RICOEUR, Op. cit. In LE GOFF [et al.], Op. cit.

memória pôde entrar mais facilmente no rol das preocupações dos historiadores, já que as recordações estão ligadas a processos históricos mais amplos.

▪ Esse processo de reflexão não implicou uma recuperação automática do trabalho com fontes orais, porque é possível trabalhar com a memória, a partir de monumentos, da literatura e de outros documentos. Durante muito tempo, continuou-se a aceitar a ideia de que as fontes escritas possuíam uma maior objectividade do que as fontes orais, o que só foi quebrado na década de 1980, juntamente com a discussão sobre como utilizar os relatos e os testemunhos para o trabalho histórico.

A História Oral[75] começou a constituir-se como prática e como método de pesquisa e, a partir daí, os historiadores orais passaram a debater-se com questões relacionadas com a memória e com a História: criaram métodos de análise das entrevistas; fundamentaram-se em explicações sobre a memória e a identidade e sugeriram novas formas para tirar um melhor proveito das memórias, como «história social da recordação»[76], e para concretizar as suas pesquisas históricas e sociológicas.

A partir de tal acervo, os historiadores estabeleceram relações entre as memórias individuais e colectivas, entre a memória e a identidade e entre o entrevistador e o entrevistado.

A "entificação" das "ideias colectivas" foi defendida por Durkheim. Gérard Namer defendeu que existia uma certa semelhança entre a memória individual e a memória colectiva e que a memória individual seria um mero reflexo das memórias colectivas[77].

Memória não é sinónimo de História. A memória é objecto de estudo da História e fornece possibilidades para o estudo dos factos históricos que, nos dias de hoje, não são objectos, dados e acabados, uma vez que resultam da construção do historiador.

A memória é silenciosa, mas constitui o vivido da relação estabelecida entre o presente e o passado. Merleau-Ponty considera haver, nesta relação, uma «ilusão retrospectiva», isto é, uma propensão para ver nos acontecimentos do passado a preparação do presente, enquanto que, de facto, «o passado é um acto completo no seu tempo e é o acontecimento do presente que o transforma num esboço do presente»[78].

---

[75] Pierre Nora afirma, sobre a História Oral: «Há uma História que é uma língua morta, que só os historiadores é que falam, e há uma História contemporânea (oral), que interessa a toda a gente». In LE GOFF, Jacques [et al.] - *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 52. O mesmo autor chama a atenção, nas pp. 50-51 da mesma obra, para os efeitos que essa Nova História pode provocar: «...a aceleração da História ao arrancar-nos as nossas raízes, arrisca-se a provocar em nós uma verdadeira crise de identidade. Esta crise é muito nítida nos jovens, que possuem ao mesmo tempo gosto e desgosto pela História».

[76] BURKE, Op. cit., p. 238.

[77] NAMER, Op. cit., p. 225, Cit. por CATROGA, Op. cit., p. 34.

[78] MERLEAU-PONTY, Maurice -*Éloge de la Philosophie et autres essais*. Paris: Gallimard, 1953, p. 39. O presente e o passado esclarecem-se um ao outro como uma espécie de «luz recíproca». In BRAUDEL, Fernand – *História e Ciências Sociais*. 3ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 21.

A memória consiste numa aproximação sensível, individual, ao passado, que abole a primeira característica da História como disciplina, isto é, a "conquista da distância", em que o dever de recordar é também um dever de veracidade que se impõe aos historiadores[79]. A História deve esclarecer a memória e o historiador deve evidenciar as verdades nos jogos das representações.

O historiador defronta-se com as "representações imaginativas" do passado, como uma forma de explicação racional. Muitas vezes o entrevistado, ao contar a sua vida, revela aquilo que imagina que viveu ou que sonhou. Isto fica a dever-se, como sustenta Jacques Le Goff, ao facto de a memória encaminhar o homem para um conjunto de funções psicológicas, a partir das quais ele pode actualizar impressões passadas, ou que ele representa como sendo passadas[80].

Segundo Georges Duby, o historiador tem a consciência de só poder atingir uma parte da realidade e de preencher forçosamente os vazios com o que imagina[81].

A História Oral é um valioso método de pesquisa para se estudar a História Contemporânea. Toda a sociedade precisa, para perdurar, de encontrar no passado as suas raízes, de se enraizar numa memória colectiva partilhada.

A crítica da noção de facto histórico provoca o reconhecimento de "realidades" históricas, que foram esquecidas, durante muito tempo, pelos historiadores. Daí, admitir-se que a História Oral veio para dar voz aos excluídos. Permite o acesso à experiência não documentada, inclusive à vida dos líderes e às histórias dos sujeitos comuns: trabalhadores, mulheres, minorias étnicas, sociedades periféricas, grupos oprimidos...

Ao recolher entrevistas orais, o pesquisador[82] notará as perturbações da memória e a amnésia social, o que deve, na maioria dos casos, trazer luz às interpretações. A amnésia pode determinar perturbações graves de identidade colectiva.

A memória colectiva passou a ser posta em jogo, de uma forma importante, na luta das forças sociais pelo poder, pelo que os dominadores passaram a preocupar-se em tornar-se senhores da memória e do esquecimento.

A memória gira em torno da relação que se estabelece entre o presente e o passado e a interpretação que o sujeito faz do passado é sempre a partir da sua identidade presente, existindo,

---

[79] ROUSSO, Op. cit. Obs.: como os depoimentos envolvem esquecimentos, distorções e omissões, que tornam necessária uma pesquisa e uma interpretação, para serem compreendidos e contribuírem para o trabalho histórico, há a necessidade de as entrevistas serem complementadas por pesquisas de outras fontes.

[80] LE GOFF, Jacques – *Histoire et Mémoire*. Paris: Gallimard, 1988 (ed. em português: *História e Memória – Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. Vol. II, p. 9).

[81] In LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 42

[82] Segundo Célia Lucena, "...para que o trabalho em História Oral seja bem sucedido, torna-se necessário que exista uma ética na pesquisa em trabalho de campo, desde a forma de conduzir as entrevistas, até à ética da interpretação e à ética da transcrição da gravação das entrevistas." In LUCENA, Célia – *Voltar à historicidade* [Em linha]. Laboratório de História Oral. Memória e História Oral. 2003 [Consult. 15 Mar. 2004]. Disponível em: <URL: http://geocities.yahoo.com.br/ revistahistoricidade/nova_pagina_12.htm>.

assim, uma relação dialéctica entre a memória e a identidade. A construção da nossa identidade consegue-se, quando contamos histórias a nós mesmos ou a outras pessoas do nosso círculo social[83].

Na recolha de entrevistas, o entrevistador oferece a oportunidade ao entrevistado de recuperar ou de elucidar a sua identidade, muitas vezes adormecida. A memória colectiva é uma conquista, é um instrumento de poder.

Ao dar a conhecer as suas memórias, o entrevistado tenta estabelecer uma ligação entre as ocorrências e o período de tempo em que tiveram lugar. A discussão sobre a temporalidade, estudada a partir da experiência individual e colectiva, tende a introduzir novas noções de tempo histórico: de duração, de tempo vivido, de múltiplos tempos, de tempos subjectivos e simbólicos.

O tempo histórico encontra o tempo da memória e produz novas dimensões no historiador, para quem esse tempo da História seria de natureza "social" ou "cultural", não guardando qualquer semelhança com o tempo dos físicos e dos filósofos.

Marc Bloch definia a História como a «ciência dos homens no tempo», acrescentando ser o tempo da história «o próprio plasma em que se banham os fenómenos, e como que o lugar de sua inteligibilidade»[84].

Por outro lado, outro pai-fundador da *École des Annales*, Fernand Braudel, definia que: «o historiador não sai jamais do tempo da História: esse tempo agarra-se ao seu pensamento, como a terra à enxada»[85].

Esta categoria tem, portanto, uma importância ímpar para os historiadores, o que não significa dizer que haja uma homogeneidade absoluta nas suas concepções, acerca da temporalidade.

Bloch opunha o tempo de certas ciências ao da História, «realidade concreta e viva, volvida à irreversibilidade do seu impulso»[86]. Ou seja, para ele o tempo da História seria o dos seres humanos, organizados em sociedade, o tempo da realidade social.

Para Braudel, o tempo aparece como algo externo que se impõe aos homens.

Pierre Vilar afirma que: «falar do tempo criador nada significa»[87]. Para ele, não seria a História um produto do tempo, mas, pelo contrário, o tempo seria um produto da História, ou seja, as relações sociais, no seio das estruturas, criariam apropriações diferenciadas do tempo.

---

[83] THOMPSON, Alistair – Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projecto História*. Revista do programa de estudos pós-graduados em História. PUC-SP, (Abr. 1997), nº 15. p. 57.
[84] BLOCH, Marc – *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. 4ª ed. Paris: Armind Colin, 1961 (ed. em português: *Introdução à História*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1963, pp. 29-30).
[85] BRAUDEL, Fernand - História e Sociologia. *Boletim da História*. Rio de Janeiro, ano III, nº 6 (Jan-Jun. 1961), p. 75.
[86] BLOCH, Op. cit., pp. 29-30.
[87] VILAR, Pierre – *Crecimiento y desarrollo – Economía e Historia: Reflexiones sobre el caso Español*. Barcelona: Ariel, 1976, pp. 234-235.

Na verdade, a pluralidade de apropriações do tempo, nas mais variadas épocas, esteve sempre marcada pela corrente de ideias, acerca desse conceito, crucial também para os historiadores.

Os diferentes tempos e espaços não são vistos separadamente na lembrança dos sujeitos: o tempo é memória, o tempo são os momentos, o tempo é o situar-se no passado; o espaço é, por sua vez, unificante, o espaço é o situar-se no contexto.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se refugia está ligada a momentos particulares de cada um, a ponto de Michel de Certeau advertir que ela não está em si mesma, pois vem de uma parte qualquer e desloca-se, porque é móvel[88].

A História quer ser uma ciência objectiva, mas não consegue, pois o historiador, ao reviver as reminiscências, encontra incertezas, do reino da subjectividade. A subjectividade apresenta-se como uma componente activa, devido ao armazenamento de imagens que falam dos sentimentos vividos. Os exercícios da memória afastam-se e aproximam-se continuamente da objectividade.

As entrevistas de História Oral permitem, também, explorar aspectos da experiência histórica, raramente registados, tais como: as relações pessoais, a vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas.

Os historiadores orais são singulares, na forma de apresentar as suas perguntas e de evocar reminiscências silenciadas ou ignoradas. A arte de lembrar é um acto profundamente pessoal. Apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças, pelo que podemos falar em lugares e em objectos da memória[89]. A memória é um processo individual que ocorre num meio social, daí a existência de memórias individuais compartilhadas.

A ponte de ligação entre diferentes datas e acontecimentos da História é estabelecida pela memória, dando a conhecer esses tempos, provocando os seus efeitos, dando a conhecer ressentimentos e servindo, muitas vezes, de terapêutica, pois ajuda a libertar o ser humano dos aguilhões do tempo e das ocorrências perturbadoras do passado.

O ressentimento faz compreender as forças opostas, presentes nos diversos tipos de relações (dominação, subordinação e insubordinação), interiorizadas nos indivíduos e nos seus grupos, aqueles que fazem História e memória. O ressentimento é um impulso que leva à transformação da realidade e pode entrar no mundo de significação que envolve as relações entre os indivíduos e o Estado.

As relações estabelecidas entre o Estado Novo e os cidadãos provocaram ressentimentos, cujos efeitos só a memória pode reparar, apesar de não totalmente de uma forma satisfatória.

---

[88] CERTEAU, Op. cit., p. 163.

[89] Segundo NORA, os "lieux de mémoire", lugares e objectos da memória, sugerem a paragem do tempo. In NORA, Op. cit., p. XLI.

A memória não é o passado tal como se inscreve nos monumentos ou se escreve nos livros, isso é a recordação, está extinta, solidificada no passado. A memória está viva e o passado pertence àqueles que o viveram. A memória não pode ser confiscada, porque é universal e pertence a todos os homens[90].

O passado, segundo Pierre Nora, «é uma reconstrução e uma reinterpretação constante», pois o ser humano tem receio de se separar definitivamente do seu passado, isto é, tem receio de ser «desmemorizado»[91].

A memória é um elo de ligação com a vida, é acção, é uma forma de linguagem, é um impacto que tem sentido para quem viveu um acontecimento; é a forma como uma colectividade recorda o seu passado e busca proporcionar uma explicação para o presente, dando-lhe, assim, um sentido: é o resgate do esquecido.

Maurice Halbwachs defende que a memória se serve de três marcos sociais (a linguagem, o tempo e o espaço), que nos dão conta de como o ser humano lida com a vida, como mantém uma actividade intensa e como se torna um ser social, portador de uma história. Através de quatro obras fundamentais[92], propõe o tratamento da memória como um fenómeno social. Herdeiro da sociologia francesa, Halbwachs prolonga os estudos de Durkheim, ao mesmo tempo em que se contrapõe às teorias de Bergson.

Se para Durkheim os factos sociais são exteriores ao indivíduo, para Halbwachs o que importa não é a memória, mas os marcos sociais da memória. Na sua obra, afirma que a memória é, por natureza, social. A memória individual, dessa forma, estaria sempre construída em relação ao grupo do qual o sujeito faz parte, em relação ao meio social e em relação a todos os que o cercam.

A memória «inclui a análise histórica dos acontecimentos, propriamente ditos, como a análise da sua posteridade, entendida, não como as suas consequências, mas como a sua

---

[90] BRAUN, Sam - Mémoire ou passé? *Revista Le Monde des Débats*. Janeiro de 2000.

[91] LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 51.

[92] As quatro obras deste autor são : HALBWACHS, Maurice - *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, 1925. *La mémoire collective*. Paris, 1950. *La topographie légendaire des Evangiles en Terre Sainte*. Paris, 1941. La mémoire collective chez les musiciens. Revue Philosophique, nº 127 (1939), pp. 136-165.
Estudos mais recentes, sobre a memória colectiva ou social: SHILS, Edward - *Tradition*. Londres, 1981. BAUMAN, Zygmunt - *Memories of Class: The Pre-History and After-Life of Class*. Londres: Routledge, 1982. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.) - *The invention of tradition*. Cambridge, 1983. NORA, Pierre [et al.] - *Les lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. LOWENTHAL, David - *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985 (neste livro, o autor ajuda a olhar o passado, sem anacronismos. Diz, até, que o passado e o futuro se atraem e se repelem de formas diferentes, mas que a nostalgia do passado afecta muito mais que a do futuro). SMITH, Bruce James - *Politics and remembrance: republican Themes in Machiavelli, Burke and Tocqueville (Studies in Moral, Political & Legal Philosophy)*. Princeton University Press, 1985. WRIGHT, Patrick - *On Living in an Old Country*. Londres: Verso Books, 1986. BOYERS, Robert - *Atrocity and Amnesia. The Political Novel since 1945*. Oxford University Press, 1987. HAUG, Frigga - *Female sexualization: a collective work of memory*. Londres: Verso Books, 1987. FENTRESS e WICKHAM, Op. cit.

sobrevivência activa e passiva no imaginário social e, portanto, nas práticas sociais das gerações posteriores»[93].

A memória é uma espécie de matriz, de caixa registadora, não só de más, mas também das boas ocorrências. Os dados que chegam ao cérebro são processados em diferentes regiões e resultam em memórias. Estas podem ser, basicamente, de três tipos, de acordo com a respectiva duração: as operacionais ou de trabalho, só têm tempo de permanecer alguns segundos ou minutos em mente, antes de desaparecerem por completo; as outras duas deixam vestígios e seguem um processo que as consolidarão como memórias de curto ou longo prazo.

As de duração mais curta, que duram de três a seis horas, ocorrem paralelamente às de longo prazo, com a duração a partir de seis horas, embora haja interacção entre elas. As memórias de menor duração precisam de recorrer às de maior duração, já estabelecidas, para fazerem sentido e poderão, eventualmente, tornar-se memórias de longa duração.

A percepção dos acontecimentos requer a atenção do observador, que não poderá isolar-se dos outros, mas viver atento à própria vida e à dos seus semelhantes. Ninguém poderá escapar ao cenário de se sentar e de, silenciosamente, se aperceber das suas vivências.

Os discursos alusivos a momentos empolgantes ficam mais ou menos registados, de acordo com o grau de apetência em reter este ou aquele momento. Tal processo requer atenção e predisposição para apreciar o que de mais significativo tem a História para o indivíduo e para a sociedade.

É neste labor atento e constante, em que o presente reconhece o passado como já não sendo real, que aparece a memória a estabelecer a recordação e a rememoração, perante a actualização dos acontecimentos.

A memória ajuda a justificar e a compreender o tempo presente, sendo este processo um acto de apreensão que remete para o passado, porque é aí que se encontram as raízes do tempo actual. Interrogar o passado, num diálogo que se estabelece entre o passado e o presente, servirá para nos inteirarmos da dimensão histórica e política dos acontecimentos.

A memória ajuda o ser humano a recordar o que já se passou, através de três tipos diferentes de registo: a memória-hábito, que leva a decorar, a repetir e a mecanizar; a memória-recordação, em que é o passado que renasce; e, por fim, a memória-social narrativa, em que se estabelece um encadeamento lógico de recordações.

Joël Candau distinguiu, no processo operativo, três diferentes tipos de memória: a de baixo nível, ou protomemória, devido ao *habitus*, à socialização e aos automatismos do agir; a memória propriamente dita, ou de alto nível, aquela que realça a recordação e o reconhecimento, assumindo um cariz autobiográfico ou enciclopédico (saberes, crenças, sensações, sentimentos,

[93] ROUSSO, Op. cit.

etc.); e a metamemória, ligada às representações que cada indivíduo faz da sua própria memória, as quais remetem para a maneira como cada um se associa ao seu próprio passado e constrói a sua identidade[94].

A memória é um conceito tão ligado à História que se confunde com ela e, ao mesmo tempo, cria-se, a partir dela. Para alguns, antecede-a, até. As relações entre a memória e a História, e o conjunto de actos individuais e colectivos que lhes dão consistência, delimitam um amplo campo de abordagens historiográficas. Contudo, tais abordagens dependem de um refinamento teórico e metodológico dos significados que esses dois conceitos podem assumir.

As noções de memória e de História aparecem articuladas para dar conta dos processos sociais, relacionados com: a interpretação do passado[95], a construção de biografias, a reflexão sobre o lugar da História, no seio das Ciências Humanas, a construção da identidade e a compreensão de movimentos e de comportamentos da vida humana (violência, guerra, exclusão social, genocídio e terrorismo).

A memória é uma construção colectiva que se desenvolve num processo que não se apresenta fechado, apesar de estar preso a um passado que não há que incomodar.

A cultura da memória implica o conflito. Enfrentar o passado é despojar o poder que já construiu o seu relato, narrando-o a todos. Sem memória não há História.

A História é possível, na medida em que existe a memória, isto é, em que ela é exercida. Ao recordar, o homem exerce o acto maravilhoso de exercitar a memória. A sua recordação transforma-se em narração social, levando-o a partilhar os seus sucessos e insucessos. Ao narrar a sua experiência e a sua recordação, o homem torna-a numa prática social, o que, de outro modo, ficaria relegado para uma prática de âmbito pessoal. Transforma em colectivo o individual para que não desapareça e, assim, todos os participantes se tornam portadores dessa memória.

Recorda-se, para que o passado não fique esquecido[96], para que o passado não fuja, para que o passado não se torne em aceleração do tempo.

---

[94] CANDAU, Joël. – *Mémoire et Identité*. Paris, PUF, 1998. p. 14.

[95] Evans-Pritchard foi um defensor da importância da História, dos documentos históricos e da compreensão histórica, para a tarefa de interpretação etnográfica. In EVANS-PRITCHARD, Edward Evan – *Essays in Social Anthropology*. Londres: Faber and Faber, 1964. Clifford Geertz defendia também a mesma linha interpretativa, fazendo uma espécie de ligação entre a Antropologia e a História. In GEERTZ, Clifford – *The interpretation of cultures*. New YorK: Basic Books, 1973 (ed. em português: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989).

[96] Marc Augé considera que a memória e o esquecimento são irmãos siameses, filhos da fugacidade do tempo, pelo que, para se conhecer uma vida ou uma sociedade, será tão importante recordar, como não se esquecer do esquecido: «O esquecimento traz-nos de volta ao presente, mesmo conjugando-se em todos os tempos: no futuro, para viver o começo; no presente, para viver o instante; no passado, para viver o retorno; em todos os casos, para não repetir». In AUGÉ, Marc – *Les formes de l'oublie*. Paris: Payot et Rivages, 1998. (ed. em português: *As formas do esquecimento*. Almada: Íman edições, 2001. pp. 121-122). Jorge Luís Borges afirmava que: "Somos feitos, em larga medida de memória" e "essa memória é feita, em boa parte, de esquecimento". Ler, sobre o peso do esquecimento nos processos construtivos das memórias subjacentes (e colectivas), CANDAU, Op. cit., pp. 56 e ss.

A memória histórica é uma recordação colectiva, uma evocação voltada para o presente, do valor simbólico das acções colectivas, vividas por um povo no passado. É uma acção que preserva a identidade e a continuidade de um povo, é não esquecer o aprendido, é o caminho para não repetir erros passados.

A memória histórica dos povos é um instrumento básico e imprescindível para identificar as causas da opressão, da dor, da guerra, da dominação. A memória histórica é, também, um instrumento de esquecimento, pois permite desmistificar enfrentamentos do presente e buscar soluções. Os problemas que hoje vivemos, já antes foram vividos.

Através da memória, uma colectividade recorda o passado, tenta encontrar uma explicação para o presente e um determinado sentido para as ocorrências[97]. E a maneira como os acontecimentos foram vividos afecta também, em profundidade, a maneira como permanecerão ou não permanecerão na memória[98].

Henry Rousso define a História da memória como «o estudo da evolução das representações do passado, entendidas como feitos políticos, culturais ou sociais», quer dizer, um estudo que implica que «o acontecimento deve ser tomado não na sua acepção clássica, mas como uma sequência cronológica que não se limita à sua envoltura aparente», um estudo que «inclui tanto a análise histórica do acontecimento, propriamente dita, como a análise da sua posteridade, entendida não como suas consequências, mas como sua sobrevivência activa e passiva no imaginário social e, portanto, nas práticas sociais das gerações posteriores»[99].

A memória refere-se ao passado, dirigindo-se em todo o momento ao presente, é móvel.

Não existe um bom testemunho sobre o passado, nem tão pouco há a reconstituição exacta de todas as suas partes. Mas, em alguns aspectos, um testemunho sincero, e que se pense que diz a verdade, merece ser acreditado, questão infinitamente delicada, à qual não se pode dar, à partida, uma resposta imutável, válida em qualquer caso[100]. É preciso examinar cuidadosamente cada prova e decidir-se em cada ocasião, segundo as necessidades da causa[101].

A memória assume um alto valor para o presente e para o futuro, porque «o dever de recordar não se conjuga somente no pretérito, deve estar em dia, independentemente das

---

[97] WIEVIORKA, Annette - Jornadas-debate da Associação de Amigos da Fundação da Memória da Deportação, sobre a transmissão da memória da deportação. Paris, 18 de Março de 1999.
[98] Pierre Nora: in LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 48.
[99] ROUSSO, Op. cit.
[100] Geoges Duby, refere a este propósito: «...esforço-me essencialmente por deixar a palavra às testemunhas, privilegiando o estudo do testemunho, relativamente aos factos que relata». In LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 41.
[101] BLOCH, Marc - Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre. *Revue de Synthèse Historique*, 1991 e BLOCH, Marc – *Écrits de guerre 1914 -18*. Paris, Armand Colin, 1997.

contingências políticas, para servir também para preparar o futuro dos mais jovens»[102]. O dever de recordar impõe-se aos historiadores como um dever de investigação do passado, sem tabus.

Para além do dever de recordar, há o dever de conhecer, de constituir um saber apto, somente para construir uma memória verdadeira. É essencial memorizar as monstruosidades a que chegou o ser humano, em vez de as reprimir, numa amnésia cúmplice, pois o valor curativo da memória é imenso[103].

Durante muito tempo, considerou-se que o acontecimento, para que se tornasse inteligível e «histórico», deveria ter já uma certa idade. Nos dias de hoje, como sustenta Pierre Nora, a maneira como o historiador aborda esta problemática é diferente, uma vez que se torna necessário "auscultar" o acontecimento, pois é ele que une todos os significados sociais que o rodeiam[104].

Hoje em dia, o mais pequeno acontecimento é vivido como sendo já histórico, memorável, inscrevendo-se já na História, quando nem sequer se sabe se virá a ter alguma importância[105]. As sociedades actuais transformaram-se «em empresas produtoras de memória», pois se preocupam em «fixar a sua imagem, enquanto estão vivas», pelo que se servem de três formas principais: a comemoração (celebração); a patrimonialização (recolha, arquivação, classificação e catalogação de todos os traços portadores de memória); a sobreposição de memória (a conservação na memória daquilo que parece importante)[106].

Uma das características e uma das grandes realizações da Nova História consistiu numa enorme dilatação do campo do documento. O documento passou a ser considerado um monumento[107]. Houve, por um lado, o recuo do documento escrito e, por outro lado, a busca do documento arqueológico figurativo e do documento oral que ajudaram a interrogar os silêncios da História e acabaram por contribuir para a entrada em cena do imaginário.

---

[102] MASSERET, Jean-Pierre - La politique de mémoire au service de la citoyenneté. *Historiens - Géographes*, nº 362 (Junho - Julho de 1998).

[103] BEDARIDE, François – Un siècle de génocide: le devoir de connaissance. In BACOT, Jean-Pierre e COQ, Christian (dir.). *Travail de mémoire 1914-18. Une nécessitée dans un siècle de violence*. Autrement, Janeiro, 1999.

[104] LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 49

[105] LE GOFF [et al.], Op. cit., p. 47

[106] REVEL, Jacques – *La memoria e la storia. Documenti correlati. Immagini del pensiero* [Em linha]. 30/5/1998. (Excerto da entrevista "La memoria e la storia"- San Marino 11/6/1995). [Consult. 2/2/2006]. Disponível em: <URL: http://www.emsf.rai.it/tv_tematica/transmissioni.asp?d=303>.

[107] Jacques Le Goff considera que "à memória colectiva e à sua forma científica, a História, aplicam-se dois tipos de materiais: os documentos (escolha do historiador) e os monumentos (herança do passado) (p. 103). E acrescenta (p. 115), que "...para que o documento possa contribuir para uma História total, é importante não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte." [...] [e se passe a considerar] "o novo documento, mais completo do que os textos tradicionais, [...] como um documento/ monumento. Daí a urgência de elaborar um novo saber, capaz de transferir este documento/ monumento do campo da memória para o da ciência histórica". In LE GOFF, Op. cit.

Os testemunhos orais adquiriram, mais tarde que outras fontes históricas, validade e categoria de documentos para investigar o passado e foram utilizados pela primeira vez por historiadores anglo-saxões e italianos.

O documento oral é parcial, porque é vivo e inacabado e remete para o confronto com o outro, com pontos de vista semelhantes e diferentes. Através da entrevista, acercarmo-nos do passado recente e, ao conhecermos o passado, ligamo-nos aos homens que viveram antes de nós, construindo uma noção de continuidade.

Esta noção de continuidade incide, no presente trabalho, sobre um encontro com testemunhos orais e escritos, com memórias silenciadas[108], que ajudarão a relançar a temática e servirão para comprovar os objectivos e as hipóteses inicialmente traçados.

[108] Obs.: se as memórias orais foram condicionadas pelo apoliticismo de conveniência, devido à falta de liberdade de expressão, as memórias escritas, registadas na imprensa nacional e regional, calaram recordações incómodas, porque foram controladas pela censura.

5.1.2 - A memória histórica e a memória colectiva como linguagem

A memória é uma ocorrência e um processo colectivo. A existência de uma linguagem de significação[109], comum aos membros de um mesmo grupo, faz com que estes recordem o seu passado de uma forma colectiva, isto é, com que partilhem os eventos que os foram constituindo como uma entidade.

A memória histórica é una e fecha-se, à medida que se apura a verdade dos acontecimentos; a memória colectiva é múltipla e transforma-se, à medida que é actualizada pelos grupos que dela participam: o passado nunca é o mesmo.

A memória colectiva relaciona-se, segundo Halbwachs, com a necessidade de argumentar a natureza social dos processos, que permitem com que os grupos de indivíduos se reconheçam como tais. A busca da memória, perdida ou recuperada, torna-se numa procura de estratégias que permitem a uma sociedade ou a um grupo ter conhecimento de si mesmos, de modo a que se consiga uma solução de continuidade e de identidade, face ao tempo presente e ao passado.

Segundo este autor[110], a memória colectiva é um processo social de reconstrução do passado, vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é diferente do da História, pois esta reflecte mais sobre datas e acontecimentos registados, como dados e como feitos, independentemente de verificar se estes foram experimentados e sentidos por alguém.

Enquanto a História pretende dar conta das transformações da sociedade, a memória colectiva insiste em assegurar a permanência do tempo e a homogeneidade da vida, como que uma tentativa para mostrar que o passado permanece, que nada mudou dentro do grupo e que, portanto, junto com o passado, a identidade desse grupo também permanece, assim como os seus projectos. Enquanto a História é informativa, a memória é comunicativa, pelo que os dados verídicos lhe não interessam, mas interessam-lhe as experiências verídicas, por meio das quais é possível recuar no tempo e inventar o passado, quando houver necessidade.

Os grupos têm necessidade de reconstruir permanentemente as suas lembranças, através das suas conversas, contactos, rememorações, efemérides, usos e costumes, conservação de objectos e de pertenças e a permanência nos lugares onde decorreu a sua vida, pelo que a memória é a única garantia de que o grupo continua a ser o mesmo, no seio de um mundo em continuo movimento.

---

[109] Paula Godinho concebe «a memória como acção e linguagem», defendendo que «estudar a memória de acontecimentos marcantes é abordar os actos de transferência dessa mesma memória, que permitirão aos vindouros recordar...» In GODINHO, Op. cit., pp. 6 a 28.

[110] HABWACHS, Op. cit., pp. 130-135.

Toda a memória, incluindo a individual, se gere e se apoia no pensamento e na comunicação do grupo: cada indivíduo está certo das suas recordações, porque os restantes também as conhecem, ainda que o evento recordado não tenha existido realmente.

A comunicação e o pensamento dos diversos grupos da sociedade estão estruturados em marcos, os marcos sociais da memória e são essenciais, de entre eles, os marcos temporais e os marcos espaciais[111].

Os marcos temporais da memória colectiva estão apetrechados por todas as datas de festividades, nascimentos, mortes, aniversários, mudanças de estação...que funcionam como pontos de referência, como alvos, balizas, marcos, aos quais é necessário recorrer para encontrar as recordações: as datas e os períodos, que são considerados socialmente significativos, têm sempre uma recordação construída. E, assim, com base nestes marcos divisórios, pode-se ir configurando uma biografia de indivíduos e de grupos (perante o aparecimento de uma data importante, de um aniversário individual, cívico ou religioso).

O pensamento faz com que apareçam, perante si mesmo, as recordações que, de outro modo, não existiriam, porque não tinham sido recordadas. Com efeito, as recordações estão mais nos marcos, nas balizas, nas datas, que nos pensamentos.

O tempo está depositado na memória, como se a memória fosse um objecto e o tempo fosse um lugar e, se faltassem os lugares, a recordação não pudesse ser devolvida.

O tempo é igual ao espaço, só que é feito de minutos, em vez de centímetros. Assim, os marcos espaciais da memória colectiva consistem nos lugares, nas construções e nos objectos, onde foi depositado, na memória dos grupos[112], de maneira que tal largo, tal mercearia, tal forno, tal objecto, enfim, evocam a recordação da vida social que foi vivida ali e a sua ausência, perda ou destruição impede a reconstrução da memória; como cada edifício que se derruba, um pedacito de pensamento colectivo se rompe, não fica concluído.

O espaço é fundamental à memória colectiva, porque, ao contrário do tempo, que está feito de convenções, é mais estável e durável, e pode manter, assim, a memória viva por mais tempo: a permanência de um edifício num lugar significa, para os interessados, a permanência das suas recordações, porque, com efeito, "as coisas trazem recordações", frase que deve ser entendida literalmente.

Mas a importância do espaço torna-se dupla para a memória, porque ainda que uma construção se destrua, sempre se poderá dizer que "esteve aqui", porque, com efeito, o traçado, a localização, é a última coisa que se apaga.

---

[111] Esta teoria, da autoria de Maurice Halbwachs, ficou exposta na obra: HALBWACHS, Maurice - *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

[112] Sobre a representatividade do espaço, Halbwachs sustenta que. "Há tantas formas de representar o espaço como há de grupos." In HALBWACHS, Op. cit., p. 232.

Por isso, Halbwachs dedicou uma investigação minuciosa aos espaços da memória e, quando define a memória colectiva, encontra-a, sobretudo, depositada no espaço, porque: «só o espaço é tão estável que pode durar sem envelhecer nem perder alguma das suas partes»[113].

As recordações são colectivas e são trazidas à consciência por outras pessoas, mesmo que se trate de feitos que só nos aconteceram a nós mesmos e de objectos que unicamente nós vimos. É que, na realidade, nunca estamos sós. Não faz falta que outros homens estejam presentes, que se distingam materialmente de nós.

Para confirmar a recordação de acontecimentos, ocorridos no passado, não é necessário que os indivíduos que ali viveram estejam presentes, envoltos numa forma sensível e material. É necessário e útil que os entrevistados encontrem, através da memória histórica e da memória colectiva, bases de sustentação do seu discurso de evocação do passado e que encontrem, nos marcos sociais da memória, pontos de apoio para a sua reconstituição.

[113] HALBWACHS, Op. cit., p. 236.

5.1.3 - "As circunstâncias históricas" das memórias sociais

O estudo das "memórias" de sujeitos inseridos numa comunidade rural pressupõe, antes de mais, o encontro com um passado histórico próximo, que poderá ajudar a compreender como reagiram as pessoas perante "as circunstâncias" vividas durante a ditadura salazarista e, após esta, durante o marcelismo.

O encontro com essas memórias servirá de reflexão e de "espelho" a essa sociedade. De reflexão, uma vez que incidirá não só sobre acontecimentos que mexeram com a sua existência como seres humanos, mas também sobre outros que os ajudaram na construção do seu mundo e foram um factor de desenvolvimento. De "espelho", porque podem ver nele reflectidas as suas vivências, quer vividas individualmente, quer integrando-se em sociedade.

A memória de tais acontecimentos fará com que as pessoas se vejam confrontadas com situações reais da vida, que tiveram de enfrentar e que tiveram de ultrapassar. E embrenhadas a recordar essa luta ingente, ao visionar o rumo histórico a que as suas vidas conduziu, sentirão o pulsar de uma realidade e tentarão justificar a razão que as levou a construir, a progredir, a projectar, a distribuir, a cultivar, a orientar-se e a vencer na vida.

O passado histórico tem uma importância primordial na construção da vida do homem, pelo que Fustel de Coulanges afirmou que: «Felizmente o passado nunca morre completamente para o homem. O homem pode esquecer-se dele, mas guardá-lo-á sempre em si. Porque, tal qual é em cada época, ele é o resumo e o produto de todas as épocas anteriores»[114].

Este retorno no tempo, feito através da memória dos acontecimentos, permitirá visionar alguns fenómenos de cariz histórico que se alojaram nas mentes das pessoas e que ficaram acantonados nas suas memórias.

As populações portuguesas viveram, durante o Estado Novo, agarradas ao passado e à tradição autoritária e clerical, e sentiram-se sujeitas às características organizadoras de tal tipo de Estado. Foi um passado «heróico», em que o Estado acabou por cumprir uma função nacionalista, clerical, autoritária, antidemocrática e corporativa; em que se registou o temperamento humilde e rural do povo português, com os seus atributos (trabalho, sacrifício e independência) e se aludiu aos feitos dos heróis e dos santos nacionais.

O Estado Novo projectou «a imagem de um país antigo, tradicional e humilde, que, todavia, sonhava com um império, um país de alma heróica e santa, feita de "sonhos com asas de caravelas"[115], na expressão de Gilbert Durand»[116].

---

[114] In BRAGA, Teófilo - *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Publicações D.Quixote, 1985 (edição baseada na original, de 1885). Vol. I, p. 38

[115] DURAND, Gilbert – O imaginário português e as aspirações do ocidente. In AA.VV. - *Cavalaria espiritual e conquista do mundo*. Lisboa: INIC, 1986, p. 21.

A tradição foi a grande "arma" de envolvimento, em que assentou toda uma ideologia, radicada: na família, como célula social, e na sua insolubilidade; na autoridade do homem e na submissão da mulher; na fixação da mulher no lar; na definição do papel do homem, no seio da família: o homem sustentava a família e a mulher geria o lar e o que o marido ganhava; no respeito dos filhos pelos pais, pelos familiares, pelos mais velhos, pelos seus superiores e pelos valores da Pátria; no convívio corporativo entre trabalhadores e operários; na radicação das populações, essencialmente no campo, apesar de se ter desenvolvido mais o mundo das cidades; na defesa de valores, como: Deus, Pátria, Lar/Família, Ordem, Trabalho, Paz e Alegria. E, ainda, Fátima, fado e futebol: "anestesia" que mantinha as raízes da tradição substancialmente defendidas; na modelação tentada através da voz do chefe, que se deixou modelar pelo mundo rural; nas inaugurações e nas festas de publicitação da obra do regime; no exemplo dado aos portugueses de: abnegação, trabalho, sofrimento e paciência...

Era como que uma imagem catequética para o país.

Era toda uma tradição, alma dos valores mais autênticos do povo, em que se lançava um sistema de ideias, resultado da filosofia política de Salazar e dos seus partidários, considerada modelar, pois poderia até servir como exemplo para o mundo. Era necessário conviver com o passado, obtido como herança, e com a heroicidade dos entes coevos do povo português. Era também necessário o convívio entre o país rural e o seu império.

Era todo um passado com os olhos fixos no mundo rural, em que a dedicação, o sacrifício, o entregar-se de alma e coração, sempre foram apanágio do povo português. Salazar servir-se-ia da ilusão valorizadora deste passado para lançar as bases de uma ideologia de cariz nacionalista, mas portadora de uma mensagem, devido à acção descobridora e colonizadora que levou a evangelizar e a civilizacionar o mundo do Outro.

Neste encontro de olhares entre o Eu e o Outro, surgiu uma acção impregnada de um valor, reconhecido como domador da cena histórica, perante um mundo desconhecido, logo a dominar.

Este mundo simbólico manteve-se por largos anos, num país virado sobre si próprio e para os seus valores perenes de significado. A «pequena casa lusitana»[117] "deu novos mundos ao mundo"

A panóplia de acontecimentos penetraram no mundo intelectual e político português como rastilho que iria pôr fim à anarquia putrefaccionada e ganharia um sentido para uma ideologia que acabou por se impor.

---

[116] MARTINS, Moisés de Lemos In CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001, p. 9.
[117] MARTINS, Moisés de Lemos In CUNHA, Op. cit., p. 10.

Toda uma quantidade de parâmetros acabou por estruturar o poder "absoluto" da Nação sobre os indivíduos, subjugando-os à vontade do Estado, unificador e totalizador, e do seu líder e privando-os de todos os princípios considerados fundamentais ao ser humano.

A Pátria autoritária e clerical espalhou os seus princípios pelo todo nacional, todavia, dadas as circunstâncias que só a História e a Geografia podem explicar, relacionadas com a imersão das populações no seu território e com o isolamento a que estavam sujeitas, houve recantos do interior do país que devem ter vivido muito à sua maneira a força impositiva da lei e da ordem e da modelação exigida pelo poder instituído. Desta forma, a Pátria tentou fazer chegar os seus princípios ao interior do país, mas muitas aldeias viveram como autênticas "micropátrias" e com uma certa autonomia.

Muitos cidadãos, em meio rural, tornaram-se indiferentes à situação política, enquanto o plasma ideológico corria pelas "veias" da Nação, e habituaram-se a viver sem direito à liberdade de expressão, de reunião e de associação, porque era preciso ousar viver.

Porém, ficaram memórias desses tempos que ajudam, nos dias de hoje, a compreender esta problemática.

5.2 - As implicações do relevo na concepção de dinâmicas locais e na retenção de memórias

Salazar acabou por fechar o mundo português ao convívio internacional — ideia consubstanciada no "orgulhosamente sós"—, porque temia as consequências dessa abertura. Traçou as bases de um sistema de "clausura", defendendo o ruralismo, que levaria o povo português a uma economia de subsistência e de muitas dificuldades, e o colonialismo, porque considerava que era preciso preservar a unidade do território nacional, repartido por vários continentes, o que acabaria por causar sofrimentos ao povo português.

Portugal foi partilhando da condição de "área remota", tal como a define Edwin Ardner[118], composta por várias regiões, entre as quais se destaca aquela que fica "atrás dos montes", que foi sempre uma área mais árida e sujeita a maiores oscilações de temperaturas. Esta região, na concepção de Leite de Vasconcelos, é um nome que tem origem no Minho[119], que, por sua vez, era denominado «aquém dos montes»[120].

Em Portugal, as regiões são unidades sócio-geográficas, tal como o são a Nação, os concelhos, as freguesias e as casas rurais (os casais). E há uma forte identificação entre as categorias de identidade social e o território[121], o que não implica necessariamente uma definição absoluta das fronteiras[122].

As regiões de Portugal, segundo Pina Cabral, são o resultado da acumulação progressiva de protótipos, pelo que, ao realizar-se o estudo de cada uma delas, se deve dar atenção a três aspectos essenciais: «1) os limites da variação, tanto interna como externa, 2) a distribuição interna, isso é, onde a sua presença é mais marcada, ou onde desaparece; 3) as condições de reprodução do protótipo (económicas, ecológicas, demográficas, etc.)»[123].

Estes aspectos acabaram por ter implicações sobre os fenómenos da História Local e exerceram influência sobre a maneira de ser das populações rurais[124].

Esses factores levam-nos a compreender a concepção de John Davis, quando afirma que «...as sociedades camponesas [mediterrânicas] são sociedades parciais, encapsuladas no Estado-

---

[118] ARDNER, Edwin – Remote areas: some theoretical considerations. In JACKSON, Anthony (ed.; org.) - *Anthropology at home.* (Asa Monograph, 25). Londres: Tavistock, 1986, p. 50.
[119] LEITE DE VASCONCELOS, José – *Etnografia Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1941. Vol. III, p. 105.
[120] LEITE DE VASCONCELOS, Op. cit., pp. 48 e 56-57.
[121] PINA CABRAL, João de – Sociocultural differentiation and regional identity in Portugal. In HERR, Richard e POLT, John (org) – *Iberian Identity.* Berkeley: Institute of International Studies, 1989.
[122] PINA CABRAL, João de - *Os contextos da Antropologia.* Lisboa: Difel, 1991, p. 101.
[123] PINA CABRAL, Op. cit., p. 106
[124] Tal facto, levou Pina Cabral a considerar que: "a hospitalidade transmontana está ligada a uma franca abertura da casa ao exterior" PINA CABRAL, Op. cit., p. 107.

Nação»[125]. Esta concepção pode perfeitamente aplicar-se ao tipo de inserção no Estado e à forma de organização das três aldeias do presente estudo.

Trás-os-Montes foi, durante muito tempo, uma região periférica, isolada e à mercê de si própria, porque o poder central apenas a sujeitava pela força da lei, obrigando os seus cidadãos a cumprir com a lei geral, incorporando os seus filhos nos exércitos e levando as suas riquezas. Esse esquecimento, que se arrastou por muitos anos, pode ser comprovado, através de uma memória escrita, registada no jornal NM: «Trás-os-Montes, que durante tanto tempo esteve esquecido do Terreiro do Paço, pois parece que há 30 anos (em 1927), em Lisboa, se ignorava que esta laboriosa e pacata Província existia, cuja riqueza agrícola e mineral é facto de grande relevo na economia da Nação»[126].

O poder exercido pelo relevo, nesta área do território nacional, pode ter contribuído para esse esquecimento, por parte do Estado, e levado à constituição de comunidades rurais, uma espécie de "micropátrias", que se tornaram capazes de criar formas de domínio sobre o solo, de gerir formas de subsistência e de partilha de uma economia local e de criar um dinamismo sócio-económico e cultural. As dificuldades gerais foram aqui sentidas de uma forma particular, que interessa apurar, pois muitas aldeias e vilas desta região as viveram de uma forma muito própria. Qualquer uma delas poderia servir de exemplo para realizar um estudo fundamental, sobre o tempo histórico vivido ao longo do Estado Novo, pois quase todas elas sofreram pelo "mar de indiferença" a que foi abandonada a região. E a sociedade sofreu, devido à falta de comunicações e às muitas limitações que condicionaram o "seu progresso social" e o seu "crescimento económico":

> «Com efeito, nenhuma província portuguesa tem sido mais abandonada dos benefícios do poder central e está carecida de elementos de progresso do que Trás-os-Montes, separada do resto do País por um anfiteatro de montanhas e por um mar de indiferença, responsáveis pelo marasmo deplorável que tem prejudicado o seu progresso social e o seu crescimento económico. Por falta de comunicações, faliu uma empresa [em 1957] que podia ter contribuído para o enriquecimento da província: a dos mármores e alabastros de Santo Adrião. Em contrapartida, a extracção do ferro e a instalação da indústria siderúrgica abrem perspectivas e horizontes novos à economia da província, de evidente repercussão na economia nacional»[127].

Trás-os-Montes, região esquecida durante muito tempo do resto do país, terá conseguido durante o salazarismo, e devido a algum desenvolvimento, quebrar um pouco o seu isolamento? A ruralidade impediu ou proporcionou o desenvolvimento desta região? Em três aldeias desta região, desenvolveram-se contextos e dinâmicas específicos, capazes de solucionar alguns

---

[125] DAVIS, John - *People of the Mediterranean*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1977, p. 8, Cit. por PINA CABRAL, Op. cit., p. 107

[126] Discurso do Presidente da Câmara de Vila Flor, no dia 23/6/57, dia de inauguração da Ponte de Abreiro. In Inauguração da nova ponte sobre o rio Tua, em Abreiro. *NM*. Mirandela. (30/6/57), p. 6. «A ponte de Abreiro foi construída, devido ao Dr. Trigo de Negreiros ter lá residência e foi uma ponte em miniatura do que iria ser a ponte da Arrábida: igualzinha». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[127] Zona de silêncio. *NM*. Mirandela. (7/4/57), p. 1.

estrangulamentos e de dar algum poder de compra às respectivas populações, levando-as a enfrentar as muitas dificuldades sentidas e a limitar a sua saída para as migrações internas e externas? As ideias implementadas deram resultado? Que fenómenos históricos são mais evocados e porque se mantêm presentes na memória das pessoas? Que homens ilustres tentaram quebrar as barreiras do isolamento e foram promotores de mudança? Como sobreviveram as aldeias deste estudo?

Escolhamos três aldeias da mesma região e o respectivo envolvimento em dinâmicas, relacionadas com um mesmo tipo de actividade económica, a agricultura. Esta actividade assumiu três aspectos diferentes nas três aldeias: na Coleja (freguesia do Seixo de Ansiães, concelho de Carrazeda de Ansiães), o impacto dessa actividade traduziu-se numa dinâmica estabelecida pelo trabalho agrícola, exercido nas quintas do Douro e nas courelas de terrenos que os moradores da aldeia tentaram comprar, tornando-se também eles proprietários, investindo as suas economias numa forma de riqueza tradicional: a aquisição e posse de terras[128]; no Romeu, o impacto na economia doméstica dos habitantes desta freguesia ficou a dever-se à agricultura dinâmica de uma casa agrícola, em Vale de Couço, que assumiu uma vertente paternalista — a Casa Menéres/Quinta do Romeu — e à agricultura dos médios proprietários do Romeu, que teve a sua importância, devido ao fornecimento de jeiras, durante quase todo o ano; no Cachão, houve o impacto da chegada do comboio e do complexo agro-industrial, empreendimento que acabou por dinamizar não só o lugar, que se transformou em aldeia, mas também a região e o país.

Essas dinâmicas criaram projectos específicos, em cada aldeia, relacionados com o domínio sobre o respectivo relevo (linhas de relevo e linhas de fronteira) e sobre a implementação de culturas dominantes, o que acabou por ter impacto na vida das respectivas populações:

- na Coleja, foi preciso exercer uma acção de domínio sobre a natureza hostil (o relevo criava dificuldades: um solo acidentado e xistoso, em que os pequenos domínios das propriedades se espalhavam pelas encostas da margem direita do Douro e em que as quintas marcavam uma forma de grande domínio. As quintas marcaram definitivamente a História da região, pois em muitas delas se fixaram economias que revolucionaram o gosto e o paladar, pelos vinhos excepcionais que produziram. O vinho do Porto levou o homem do Douro a transformar uma paisagem, a aproveitar um rio, a abrigar nas suas fronteiras os ingleses e a conciliar a doçura da terra com o carácter agreste da paisagem. A economia e a vida do homem da região duriense giraram em volta desta monocultura.

[128] Halbswachs é de opinião de que, na compra de propriedades, «a sociedade adopta uma atitude, e uma atitude durável...». In HALBWACHS, Op. cit., p. 214.

Nos terrenos, assentes em socalcos, espalhava-se a vinha, cultura dominante, e nas encostas mais abrigadas havia a oliveira e a amendoeira. Esta aldeia fica encaixada numa encosta sobranceira ao Douro, no meio de duas montanhas, a de Vilarinho da Castanheira e a do Pinhal do Douro, numa espécie de colo, e tentar uma inserção no território: no relevo, nas linhas de água (um ribeiro atravessava a aldeia; o rio Douro) e na linha de fronteira (aldeia localizada no limite do concelho de Carrazeda de Ansiães) com o concelho limítrofe de Foz Côa (onde se localiza, na freguesia de Numão, a Quinta do Vesúvio e o apeadeiro do Vesúvio); a história desta aldeia anda ligada ao vinho do Porto — "micropátria" do vinho — e aos ingleses, ao azeite (relação com o Porto) e ao comboio (relação com outros mundos nacionais e com Espanha). O contrabando, a pesca e a caça serviram também como um complemento da economia local. E o rio Douro, bem como a linha do caminho-de-ferro serviram de meio de circulação de produtos e de pessoas. Vida de fracos recursos e de muitas dificuldades, o que levou à procura de formas específicas de vida.

- no Cachão, a aldeia beneficiou[129] da sua localização geográfica, na base de duas serras, a do Faro e a do Cubo, numa zona pouco montanhosa, junto ao rio Tua, servida pelas vias rodo e ferroviária, vectores que ajudaram a que ali se instalasse a agro-indústria do Complexo Agro-industrial. Nesta aldeia, houve terrenos retalhados, distribuídos pelas encostas das serras ou junto ao rio, e algumas quintas, com pouco impacto na vida da aldeia. As culturas predominantes foram as dos cereais e algumas vinhas. Foi preciso lutar contra a acção exercida pelas linhas de água (o Ribeiro que passava pela aldeia e o Rio Tua) e pela linha de fronteira (aldeia no limite do concelho de Mirandela) com Vila Flor[130]. A história desta aldeia anda ligada ao caminho-de-ferro e, acima de tudo, ao complexo agro-industrial — "micropátria" da agro-indústria. O seu espaço físico fica integrado na confluência dos concelhos de Mirandela e de Vila Flor. A dinâmica desta comunidade, devido à necessidade de subsistir por si mesma, girou em volta do comércio, de uma agricultura de subsistência e, a partir de 1964, da agro-indústria.

- no Romeu, os habitantes lutaram contra a acção exercida pelo relevo (um relevo de reduzida altitude, uma espécie de colinas, que pertencem ao sistema orográfico do Quadraçal, antecedidas de um planalto, onde se instalou a aldeia, no meio de matas e sobreiros, dificultada pelo isolamento. Nesta aldeia, houve terrenos de médios proprietários que tiveram influência na vida da aldeia, e terrenos muito retalhados de pequenos agricultores, para além da grande propriedade pertencente à Casa Menéres, que foi a que acabou por dar mais emprego, sobretudo às pessoas de Vale de Couço. As culturas predominantes foram a do sobreiro e a dos cereais,

[129] Obs.: o relevo criou dificuldades nas ligações com Vila Flor.
[130] Obs.: o Eng.º Camilo de Mendonça era natural de Vilarelhos, concelho de Alfândega da Fé e como tinha algumas das propriedades, perto do concelho de Vila Flor, «durante muito tempo puxou mais para este concelho» (Informação recolhida do senhor José Augusto Ruivo que conheceu pessoalmente o Eng.º Camilo de Mendonça).

além do vinho, do azeite e da fruta), pelas linhas de água, que estiveram relacionadas com a Ribeira de Lobos e a Ribeira de Açoreira, e a linha de fronteira (aldeia no limite do concelho de Mirandela) com o concelho de Macedo de Cavaleiros. A história desta aldeia anda ligada à Casa Menéres, aos proprietários locais que forneciam trabalho, à cortiça — "micropátria" da cortiça —, aos cereais, ao azeite e ao comboio (relação com outros mundos nacionais e com a região). Todo este dinamismo traduziu-se num certo desenvolvimento da comunidade: poucos emigraram e muitos dos que ficaram foram o suporte da mão-de-obra da Casa Menéres e dos proprietários locais; a Casa Menéres não tinha fins lucrativos e os benefícios eram indirectos; esta casa recebeu verbas da parte do governo; a modernização da cultura de frutas foi possível e estiveram no Romeu alguns técnicos e um professor de Alcobaça para ensinar novos processos de cultivo; as dinâmicas ligadas à produção (as vinhas da Casa Menéres ficaram integradas na Região Demarcada do Douro. Nessa altura, era preciso pagar impostos para fazer parte daquela região e muitos não quiseram correr tal risco); a Sociedade Clemente Menéres foi um exemplo de casa indivisa que teve as suas implicações. Apesar de alguns recursos, as populações do Romeu também sentiram muitas dificuldades.

A produção agrícola, a pecuária e a agro-indústria serviram como suporte económico-social. Mas, uma vez esgotada a sua dinâmica mobilizadora, esta deixou de ser atractiva para alguns que acabaram por partir, rumo a outros espaços mais prósperos, para se dedicarem a outras actividades mais lucrativas.

As populações dos meios rurais dedicaram-se a essas actividades económicas, condicionadas pelo isolamento e mobilizadas pela ideia de que «o índice de valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste»[131].

E, para obter o sustento próprio e da família, desenvolveram-se formas eficazes de subsistência, através do trabalho da própria terra (sozinho ou associado a familiares ou a amigos) ou do trabalho da terra de outrem (dos grandes e dos médios proprietários).

Os condicionalismos económico-sociais que se estabeleceram, então, esbarraram neste mundo relacional com o poder da «autoridade do proprietário de terras [que] não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica»[132].

A ânsia de libertação, em relação a esse domínio, levou à "fuga" de alguns para os grandes centros do país, para as antigas colónias ou para o estrangeiro. Outros optaram por ficar, escolhendo o povoamento do território, pelo que tiveram de competir com os médios e com os

[131] HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Raízes do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Janeiro 1969. p. 4.
[132] HOLANDA, Op. cit., p. 48.

grandes proprietários, porque também eles se tinham tornado donos das suas propriedades, por aquisição ou por herança. A escassez de mão-de-obra fez alterar os laços sociais e a relação entre os proprietários e aqueles que continuaram a trabalhar-lhes as terras.

As populações das três "micropátrias" viveram à sua maneira os seus problemas, criando formas de vida relacionadas com o espaço geográfico, com as linhas de fronteira e com a distância, em relação à sede de concelho (Quadro I.2). Alojaram-se nesse espaço, o que resultou numa simbiose e num entendimento entre ambos. O território foi o factor operatório que mobilizou os recursos naturais: provocou formas de sobrevivência destas comunidades e levou-as a existir por si mesmas, como "micropátrias".

Quadro I.2

O envolvimento das aldeias com as "linhas de fronteira"

Localidade/ concelho	Distância ao concelho (km)	Linhas de fronteira		
		Rios e ribeiras	Montanhas e serras	Concelho limítrofe
Cachão/ Mirandela	13 km	-Rio Tua -Ribeiro -Ribeira de Frechas	Valverde ou Faro e do Cubo	Vila Flor
Coleja/ C. Ansiães	15 km	-Rio Douro -Ribeiro	Vilarinho da Castanheira e Pinhal do Douro	Vila Nova de Foz Côa
Romeu e V.Couço / Mirandela	12 km	-Ribeira de Lobos -Ribeiro da Açoreira	Quadraçal	Macedo de Cavaleiros

Neste "convívio" territorial, Mirandela representou como que "um motor da região transmontana", tendo exercido muita influência sobre o Romeu e sobre o Cachão e pouca sobre a Coleja. Esta asserção compreende-se pela proximidade das duas primeiras aldeias e pelo afastamento da Coleja. Esta aldeia, sobranceira ao rio Douro e com «o seu atavio de beleza horrível»[133], acabou por ter um relacionamento maior com a sua sede de concelho, Carrazeda de Ansiães, e com a sua freguesia, Seixo de Ansiães.

As três aldeias, pela sua localização geográfica, formam como que uma linha dinâmica. No mapa da Fig.I.2[134], é visível essa localização e a inserção destas aldeias no relevo: a orografia, as linhas de água, as vias rodo e ferroviárias, as aldeias e concelhos vizinhos, as barragens e outras

[133] RODRIGUES, Fernando de Jesus – Carrazeda de Ansiães. Estrada Municipal de Coleja: um exemplo. Mensageiro de Bragança. Bragança. (19/6/70).

[134] Obs.: as três aldeias estão assinaladas (Fig. I.2, p. 60) por uma linha circular. A verde, as duas estradas principais o IP2 e o IP4 (que não existiam, durante o período desta análise), e a negro as Linhas de caminho-de-ferro do Tua e do Douro.

características. Através do mapa, é possível verificar que as três aldeias ficam a uma distância muito semelhante, em relação à respectiva sede de concelho (Cf. Quadro I.2, p. 59).

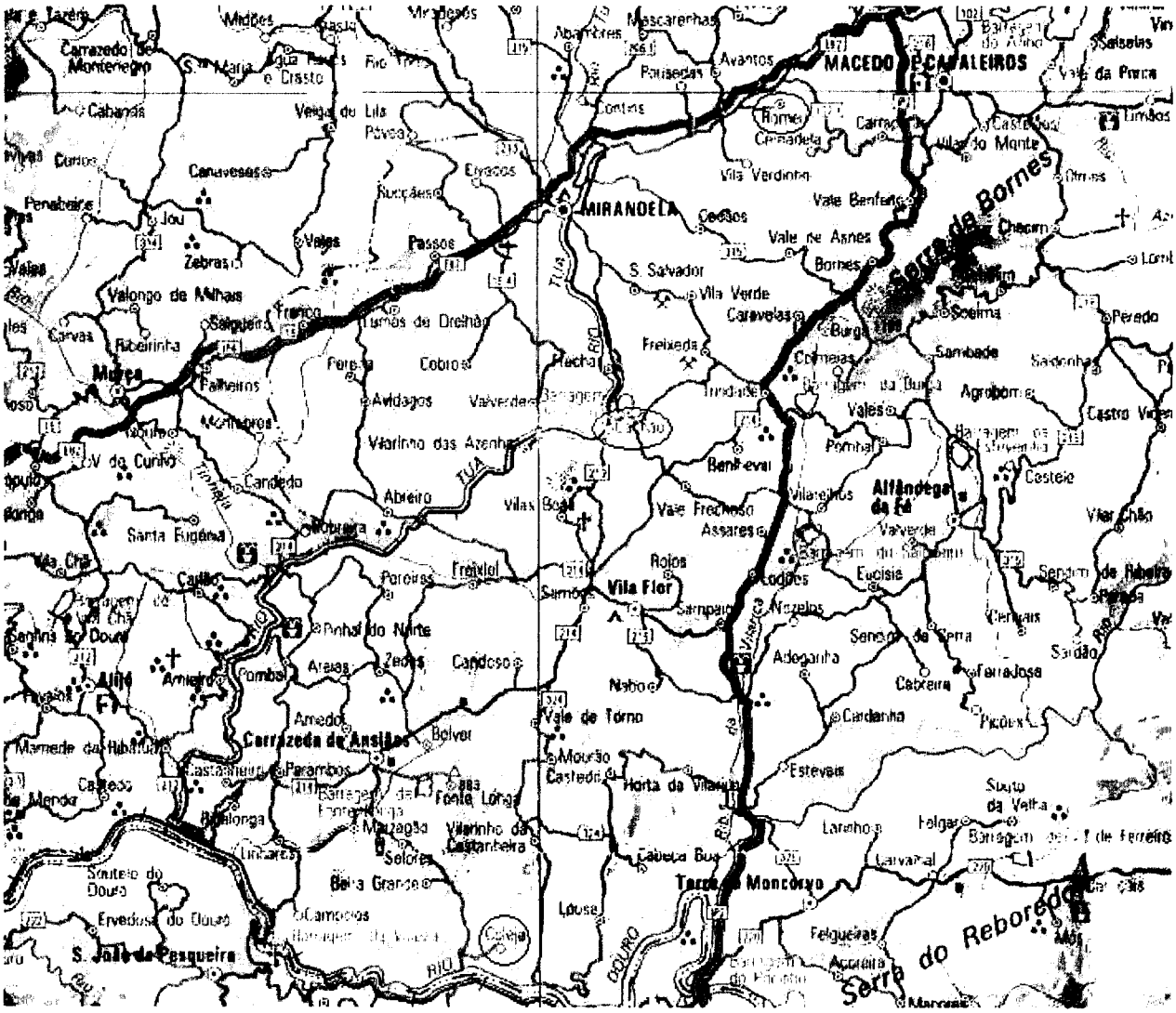


Fig. I.2 – Mapa de localização das três aldeias (Coleja, Cachão e Romeu) [135]

Para além das aldeias encontrarem formas de relacionamento com os factores do território local, já referidos, as riquezas agrícolas constituíram vectores de sustentação e de suporte económico para as suas populações e para os respectivos domínios fundiários nelas representados: a agricultura especializada das quintas e a agricultura tradicional das courelas/leiras, na Coleja; a agricultura tradicional dos agricultores remediados, no Romeu, a conhecer já alguma mecanização, e a agricultura evoluída, modernizada e inovadora de uma grande casa agrícola, tipo latifúndio, a Quinta da Casa Menéres, em Vale de Couço; a agro-indústria moderna, mecanizada e inovadora, no Cachão.

[135] CARTA MILITAR ITINERÁRIA DE PORTUGAL CONTINENTAL. 2ª ed. [Material cartográfico]/ Instituto Geográfico do Exército. Escala: 1/500 000.Lisboa, 2002.

O relevo acabou por ter relações com: a economia local; as vivências sociais; a organização social; as formas de reprodução social e cultural; a apreensão de fenómenos históricos; o convívio com outras aldeias e com os espaços mais inclusivos: concelho, distrito, grandes centros; a forma de encarar a política e as características do regime; as formas de distribuição da propriedade e o domínio sobre o território; o conceito de dominador/ dominado (de senhorialismo e de caciquismo); a modelação do espírito da colectividade e a identificação das suas memórias; o predomínio do ruralismo.

A economia local, de sobrevivência para muitos, ajudou outros a acumular alguma riqueza monetária e patrimonial, uma vez que os seus produtos foram escoados para os mercados nacionais e internacionais, aproveitando as dinâmicas introduzidas na agricultura e fazendo com que a região quebrasse o sistema de "clausura" com o Mundo.

Em suma, o relevo tornou as populações ensimesmadas e com valências próprias, pelo que a gestão das formas de economia, a resolução de pequenas querelas pontuais e a criação de laços sociais fizeram com que Trás-os-Montes se tornasse num território de "micropátrias".

O domínio exercido pelos habitantes, sobre o relevo e sobre as linhas de fronteira, proporcionou o aparecimento de tipos de agricultura específicos e tornou possível o surgimento de memórias que importa levantar, porque ocorreram num mesmo período histórico e porque foram condicionadas pelas mesmas dificuldades, proporcionando a assimilação de vivências. A circunstância de terem de enfrentar dificuldades provocou uma certa coesão entre os membros de cada aldeia, que se uniram em torno de conceitos que lhes deram uma identidade, recheada de recordações históricas comuns, mitos (história, lenda, mito), símbolos e tradições.

E, apesar do envolvimento das populações com o respectivo território e com as mobilizações que este lhes foi proporcionando, o que predominou mais nestas aldeias: o povoamento ou o despovoamento?

5.3 - O mundo rural como objecto de estudo

Algumas características do mundo rural

As aldeias portuguesas constituem um mundo multifacetado onde, historicamente, ocorreram alguns acontecimentos que tiveram significado, porque foram marcos importantes na vida das respectivas colectividades.

O Estado Novo, durante a sua longa vigência, foi estendendo a sua acção sobre o território nacional e dela beneficiaram apenas algumas terras. Outras terras e outros lugares, se sentiram uma alteração nas suas condições de vida e algumas melhorias, foi graças a outros factores e a outras dinâmicas que nelas foram aplicados.

Nas aldeias em análise, ressalta o papel de algumas personalidades que introduziram melhoramentos, que ajudaram a fixar as pessoas, embora tenha havido também uma certa, e contida, participação do Estado.

As aldeias transmontanas nasceram em lugares previamente escolhidos do território, onde foi germinando a vida e se foram estabelecendo laços de pertença, que acabaram por levar essas terras à inserção na freguesia, no concelho, no distrito e no país. As aldeias foram ganhando um valor histórico e, algumas delas, foram causando um impacto a nível local, regional e nacional. Estão, neste caso, o Cachão e o Romeu.

A História das aldeias trasmontanas girou à volta do mundo do trabalho e da organização sócio-cultural que se estabeleceu. O primeiro transformou-se num motor que gerou dinâmicas e criou formas de subsistência, necessárias à sobrevivência da família e dos implicados, não só no processo produtivo, mas também no distributivo (trabalhadores, patrões e comerciantes).

O tipo de economia que animou as aldeias da região baseou-se numa forma de exploração familiar das terras, das quais obtinham essencialmente produtos para se alimentarem, apesar de produzirem alguns alimentos para o mercado envolvente. O sistema de auto-consumo estabelecia uma estreita correspondência entre o que se produzia e o que se consumia[136].

A terra era uma marca de profunda diferenciação social e criava vínculos entre as pessoas. A vida social organizou-se em torno da terra e da família (unidade de exploração e elemento integrador de equipas de trabalho)[137].

O acesso à terra e ao trabalho obtinham-se mediante laços sociais de: parentesco, matrimónio e filiação. O trabalho era concretizado entre celebrantes de um mesmo ritual[138] (a colheita, a produção, a divisão, a reciprocidade...).

---

[136] MENDRAS, Henri – *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 45.

[137] MENDES, José Luís Ferreira – Do "imobilismo" à mudança acelerada nos meios rurais. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. X, nº 38 (1973), p. 288.

A terra em si era, no meio rural, «um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado», pelo que a sua aquisição era vista como uma forma «de se libertarem das sobrevivências da empresa feudal e das coações colectivas que freavam suas iniciativas, numa época de modernização técnica»[139].

A existência de um mercado limitado, para onde canalizar a produção, condicionou a economia das aldeias e criou-lhes necessidades limitadas.

A forte ligação existente entre os habitantes das aldeias e as relações familiares que se estabeleceram possibilitaram a troca de produtos alimentares entre si, o que permitiu uma certa compensação de recursos, que eram muito limitados. Cada um, fazendo parte do mesmo sistema de produção, e com o mesmo modo de vida, produzia o que lhe era necessário[140].

A preocupação do camponês era a de perpetuar o «sistema, a manutenção de seu género de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem»[141].

As jeiras que os habitantes das três aldeias iam ganhando, ao longo do ano, rendiam-lhes algum dinheiro, mas também executavam trabalhos não remunerados. Tratava-se de trabalhos da economia familiar, para os quais cada um contribuía com as suas forças e dava a sua participação.

Nas populações rurais, houve também lugar à celebração de contratos, para a realização de determinados trabalhos (ceifas, apanha da azeitona, ...). Muitos agricultores tiveram de pedir que alguém lhes fornecesse as sementes e lhes emprestasse os animais, para executarem as várias tarefas agrícolas (Anexos 41 e 48, Vol. II, pp. 97 e 107).

As pessoas do meio rural dedicaram grande parte do seu tempo e da sua energia a contribuir para: um fundo de subsistência[142]; um fundo de reposição (tecnologias, elementos para a produção[143] e elementos para a vida quotidiana: roupa...); um fundo social: ajudando amigos, parentes, afins e vizinhos; um fundo cerimonial, para os gastos em cerimónias ou rituais e um fundo de rendimento: produziam para se alimentar, para pagar rendas (a estratificação implicava a existência de rendas) e para cumprir com obrigações governamentais (impostos e taxas municipais)[144].

---

[138] KOTTAK, Conrad Phillip – *Antropología: una exploración de la diversidad humana con temas de la cultura hispana*. 6ª ed. Madrid: McGraw-Hill, 1996, p. 174.
[139] MENDRAS, Op. cit., pp. 48 e 148.
[140] MENDRAS, Op. cit., p. 45.
[141] MENDRAS, Op. cit., p. 46.
[142] WOLF, E. – Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies. In BANTON, M. (ed.) – *The social anthropology of complex societies*. Londres: Tavistock Publications, 1966.
[143] Havia uma relação estreita entre o trabalhador e os meios de produção (terra, trabalho, tecnologia e capital). As tarefas eram distribuídas, de acordo com o sexo e a idade das pessoas. A emigração alterou a atribuição do papel produtivo principal às mulheres e aos mais idosos.
[144] KOTTAK, Op. Cit., pp. 170-171.

Na opinião de Henri Mendras, «alguns homens que dispusessem de poucas ferramentas, de alguns animais e de um pouco de sementes era suficiente para dar vida a uma aldeia e a um território, sem a ajuda exterior»[145].

Por norma, a economia camponesa era não-monetária e o dinheiro era completamente externo ao sistema e, se nele penetrava, era introduzido nas aldeias pela economia envolvente. A prática de uma economia monetária só tinha aplicação nas transacções realizadas entre a economia local e a economia envolvente: na feira, no comércio, no pagamento de impostos e de rendas, na compra de animais, na compra de terras, ... E servia, outras vezes, para guardar e para constituir um pé-de-meia. A venda de alguns produtos e os negócios eram realizados na sede de concelho ou através de compradores que visitavam as aldeias.

As explorações individuais, as parcelas, cultivadas por uma mesma família, tinham dimensões variadas e podiam estar dispersas ou contíguas e ser exploradas quer pelo proprietário, por um locatário ou por meeiros. Nas três aldeias, houve ainda situações em que o solo pertencia a um proprietário, mas nesse terreno havia árvores de outra (s) pessoa (s).

Socialmente, foi-se assistindo à luta entre dois mundos em confronto: o dos proprietários, por um lado (de terras, de casas, de equipamentos de produção – fornos, lagares, azenhas, adegas, animais..., de capital), e o dos jornaleiros ("proprietários" da força de trabalho), da criadagem, dos mordomos, dos feitores ou dos capatazes, por outro. O senhor fazia-se representar por estes últimos, que punham em marcha o sistema produtivo, remunerativo e contratual. No Douro, apareceu também a figura do rogador, que arranjava trabalhadores para várias actividades, normalmente trabalhos sazonais[146] que requeriam abundância de mão-de-obra, e era ele que lhes pagava, porque era o intermediário na celebração do contrato entre o feitor e os trabalhadores.

A sociedade rural ficou caracterizada, segundo Henri Mendras, pelos seguintes traços[147], que se adaptam às três aldeias deste estudo: uma autonomia relativa, em relação a uma «sociedade envolvente», que a dirigia; «o grupo doméstico» era importante na organização

---

[145] MENDRAS, Op. cit., pp. 28-29.

[146] «O ciclo agrário da vinha duriense exige trabalhos contínuos para obter uma produção de qualidade: escava, em Outubro/Novembro e adubação; retancha; poda no Inverno; cava, em Março ou Abril; herbicidas; erguida ou empa em Março/Abril; ampara; enxofras; redra, em Maio/Junho: "cava-me em Maio, redra-me em Junho e põe-te a rir"; e a vindima». In SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins. *Alto Douro - Introdução - Douro Superior.* Lisboa: Editorial Presença, Lda, 1988, p. 42. De todos estes trabalhos, aquele que requeria maior quantidade de mão-de-obra era o da vindima.

[147] MENDRAS, Op. cit., pp. 14-15. Robert Redfield, num artigo publicado em 1947, referia as seguintes características para a sociedade rural: pequena; isolada; estável; iletrada; homogénea; forte sentido da solidariedade do grupo; sem divisão do trabalho; independência económica; conhecimento tradicional, espontâneo e acrítico; sem conhecimentos científicos. Sem qualquer exame crítico de conhecimentos; contacto pessoal e sociedade sagrada. REDFIELD, Robert – The Folk Urban Continuum. American Journal of Sociology, Outubro de 1947. Cit. por FREUDENBERG, Christopher D. - *Process in social Boundaries: a study of processes in the isolation of selected rural and urban communities* [Em linha] (MA thesis, 1970: Universidade de Sussex). [Consult. 7 Abr. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.anthrobase.com/Txt/F/Freundenberg_C_D_01.htm>.

económica e social da população; a nível económico, era caracterizada por um sistema «de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente»; fortes «relações internas de interconhecimento»; importância determinante do «papel de mediação dos notáveis, entre as colectividades camponesas e a sociedade envolvente».

Uma vez que as aldeias estavam fechadas sobre si mesmas, as suas populações mantinham com as suas vizinhas «relações de trocas matrimoniais, económicas e sociais mais ou menos intensas»[148].

Os problemas comuns passaram a estar relacionados com o domínio sobre as terras e com a exploração dos seus recursos. A terra era a fonte primária de subsistência e de produção e o sistema de cultivo devia responder a duas exigências[149]:

-uma exigência técnica: para assegurar a manutenção da fertilidade do solo e a renovação dos diferentes elementos naturais, recorrendo à rotação de culturas, ao lançamento de estrume nas terras, à intensificação do sistema de cultivo de uma mesma família, à criação de sistemas de entreajuda e a práticas ligadas à economia familiar. As formas de cultivo estavam de acordo com as ferramentas disponíveis. A produção agrícola tinha como limitações naturais: a fertilidade dos solos e as condições climáticas;

-uma exigência social: para proporcionar à população todos os produtos que constituíam o seu regime alimentar; ou, então, produtos que pudessem ser trocados por outros que faziam parte da alimentação, mas não eram produzidos no local.

As populações eram numerosas, pelo que era preciso manter as aldeias com auto-subsistência e um regime alimentar controlado. O regime alimentar ajudou a fixar «um nível de povoamento, compatível com os recursos disponíveis»[150].

A sociedade não atingiu grande «diferenciação e complexidade»[151], mas cada um desempenhou um papel, de acordo com a idade e o sexo, e tinha funções a cumprir[152]: os jovens iam à escola; as mulheres ficavam a tratar das tarefas domésticas ou reuniam-se no lavadouro, no fontanário, nas soleiras das portas, nos largos das aldeias; os homens trabalhavam nos campos e frequentavam a taberna ou a barbearia.

A natureza foi fornecendo recursos de subsistência às populações, que tiveram de os saber extrair, cultivar, partilhar e aproveitar.

Regra geral, de entre as actividades económicas, a agricultura, a pecuária e o artesanato foram as mais significativas, embora não possamos pôr de parte o comércio (e a construção civil). Em alguns locais, o contrabando (produtos alimentares, vestuário, calçado, volfrâmio...)

[148] MENDRAS, Op. cit., p. 103.
[149] MENDRAS, Op. cit., pp. 36-38.
[150] MENDRAS, Op. cit., p. 24.
[151] MENDES, Op. cit., p. 289.
[152] MENDRAS, Op. cit., pp. 99-100.

acabou por ter um peso económico alternativo para algumas pessoas, uma vez que dele se serviram como forma para colher alguns dividendos, num mundo de tão fracos recursos.

Dentro da dinâmica de uma vida social em permanência, no território limitado da aldeia, tiveram uma acção e uma importância assinalável os lugares: económicos (fornos, adegas, lagares, azenhas, mercearias, quintas, feiras, restaurantes, cooperativas); sociais (Casas do Povo, tabernas, cafés, barbearias, farmácias, fontanários, largos da aldeia, casas — brasonadas, de pessoas ricas, de pessoas remediadas e de pessoas pobres — creches e cantinas); culturais (escolas, museus, teatros, cinemas, salões culturais, igrejas, capelas, alminhas, locais de encontro e de convívio, associações desportivas, culturais e recreativas).

As aldeias eram aglomerações compactas de casas com carências de vária ordem (infra-estruturas e equipamentos). Estas carências foram solucionadas aos poucos: luz eléctrica, rádio, televisão, saneamento, água canalizada, estrada, escolas, Casas do Povo...

A localização geográfica foi um obstáculo a tais modernizações e acabou por dificultar a construção de um sistema de vias de comunicação, capazes de abrir o mundo local limitado, ao seu concelho, ao país e, em geral, ao exterior.

As aldeias estiveram envolvidas em contextos específicos que lhes criaram imensos obstáculos, pelo que tiveram de ser elas próprias a resolver muitos dos seus problemas. É que as ligações ao concelho, ao distrito e a outras cidades faziam-se com dificuldade e só lentamente foram sendo melhoradas.

Num espaço territorial como a aldeia, tiveram importância as casas agrícolas locais ou regionais, que foram dando trabalho e pagando jeiras, o que representou algum suporte monetário e levou a uma sustentação do meio local (emprego, riqueza, poder de compra,...). Esta dinâmica foi importante, no contexto de produção local e regional, pois envolvia dois tipos de agricultura – a moderna e a tradicional — e causou impacto na vida da região e nos seus agricultores.

As pessoas, na sua generalidade, presas aos conceitos e às vivências do ruralismo, viviam de uma economia de subsistência[153], dependente sobretudo da agricultura e da criação de gado, da permuta de serviços, da retribuição de favores, da reciprocidade[154].

A vida económica das aldeias ditava as vivências (sociais, culturais, desportivas e religiosas), os tempos livres, as tradições e as práticas sociais (o individualismo e o comunitarismo). No nordeste transmontano, as aldeias distantes e isoladas guardam ainda traços

[153] «Portugal é um país pobre, cuja economia sofre inevitáveis dependências e pesadas e várias servidões. O seu passado esplendoroso e heróico contrasta com a modéstia da vida que nele se leva e com os recursos materiais do país. Esse passado pesa nos espíritos e torna, por vezes, difícil a adaptação às tarefas de hoje». In GARNIER, Op. cit., pp. 225-226.

[154] Obs.: a reciprocidade é uma troca entre pessoas socialmente iguais, as quais normalmente se acham relacionadas por parentesco, matrimónio ou outro vínculo pessoal estreito.

da sua coesão comunitária. A sua autonomia, em relação ao exterior, permitiu-lhes conservar costumes e um amor sobre a própria terra[155].

As relações que se estabeleceram no mundo do trabalho tinham a ver com a função desempenhada pelos elementos sociais: patrão, feitor, jornaleiro. Havia um código de conduta aceite pelas várias partes, que normalizava as suas relações. Laços de feudalismo persistiram na relação que se estabeleceu em torno da terra, da sua posse e da sua exploração.

A maior parte das propriedades estava nas mãos de poucos proprietários: grandes senhores e médios agricultores. Só alguns dos pequenos agricultores tinham pequenas parcelas, mas a grande maioria, como não tinha nenhuma, vivia dos rendimentos que tirava das terras arrendadas ou dos parcos vencimentos que recebia, quando o trabalho era remunerado. Neste contexto, as condições de vida estavam também ligadas à posse e ao aproveitamento das propriedades.

Com um poder de compra muito limitado, devido aos escassos rendimentos que apuravam, muitos camponeses compravam a fiado, nas mercearias, na farmácia e nas tascas, e só pagavam, quando tinham dinheiro (Fig.IV.1, p. 271). O acesso à saúde e aos medicamentos estava muito condicionado, pelo que tinham de recorrer, muitas das vezes, a práticas de medicina alternativa.

Como os trabalhos da agricultura e da pecuária necessitavam de muita mão-de-obra, as famílias eram numerosas e desenvolviam-se laços de familiaridade, de vizinhança, de compadrio e de pagamento de favores. Muitas crianças eram utilizadas neste tipo de economia doméstica e faltava-lhes tempo para ir à escola, pelo que houve muito analfabetismo. Uma vez terminada a 4ª classe, eram poucos os que continuavam a estudar (Capítulo V).

Como o reduzido poder de compra limitava a aquisição de fontes de informação (rádio, televisão, jornais, revistas...), as pessoas das aldeias não andavam muito informadas.

Perante um cenário, em que os senhores mais ricos e influentes dominavam a cena política local e em que se viam constrangidos pelos informadores da PIDE, ou pela GNR que, por vezes, aparecia nas aldeias, o interesse das pessoas pela política era pequeno, pois sabiam que quem se manifestasse contra a Situação tinha problemas e, como se queriam ver livres deles, não se interessavam pela política.

A demarcação política, o apoliticismo, existiu, pois havia a crença de que para se livrarem de problemas, o melhor era não se importarem com a política: "a política era a do governo e a dos senhores ilustres e influentes das aldeias". O mundo rural integrou-se politicamente, sob o poder de decisão do meio urbano, onde se começaram a desenvolver conceitos de urbanismo e de atracção.

As pessoas ilustres, notáveis, e com prestígio nas aldeias marcaram a história do mundo local e era-lhes reconhecido um estatuto e uma projecção social. Tal distinção devia-se ou ao

[155] MENDRAS, Op. cit., p. 147.

património que tinham (propriedades, dinheiro, equipamentos, locais de produção e de extracção, bens), aos cargos e profissões que exerciam, aos títulos que adquiriam e às relações políticas que mantinham.

O relacionamento entre os mundos de pertença das aldeias eram normalmente de entendimento, uma vez que se estabeleciam laços fortes entre todos e se criava uma cadeia, em que todos eram necessários.

Os mais ricos forneciam aos habitantes da aldeia, ou a uma parte dessas pessoas: trabalho, protecção, ajuda e beneficência. Não se pode fazer deste princípio uma regra, pois houve muitos senhores ricos que pouco ajudaram a desenvolver as suas aldeias e poucos benefícios repartiram pelas suas gentes.

No mundo rural, cada um conhecia os demais e havia uma homogeneidade cultural que servia «à dominação da sociedade envolvente e reforça a posição dos notáveis»[156].

Os acontecimentos históricos locais prendem-se com: as inaugurações (igrejas, escolas, fontanários, ruas empedradas, água canalizada, electrificação, estrada macadamizada, estrada alcatroada, pontes, casas renovadas, ...), as comemorações de datas e de festas locais e nacionais, as notícias da emigração (a partida e o regresso), as vivências dos fenómenos do salazarismo (as perseguições, a repressão, a PIDE, a guerra colonial, as mensagens de Natal enviadas dos soldados, os programas Alegria no Trabalho, os fenómenos da religiosidade e dos três EFES, o ensino, a assistência médica e social, as corporações, as inaugurações, as obras públicas, a política internacional e as ex-colónias ...) e os ecos da história internacional (as Grandes Guerras, o triunfo da revolução na Rússia e o avanço do comunismo, a Guerra Civil Espanhola, a nova fisionomia política da Europa, a fome e a miséria, os reflexos da crise de 1929, a instauração de regimes autoritários, a chegada à Lua, a guerra fria, a política de blocos, a guerra do Vietname, e a posição da igreja, face aos problemas emergentes no mundo...).

Novos métodos foram sendo introduzidos na agricultura e nos processos de cultivo: as barragens e a irrigação, a maquinaria, a selecção de sementes e de animais, a utilização de adubos e pesticidas, a aceitação da ajuda técnica, o cooperativismo, o escoamento da produção, a economia de mercado.

Com a economia de mercado, os produtos cultivados nas aldeias converteram-se «em mercadoria monetarizável», as relações sociais transformaram-se em relações de poder e as inovações técnicas em instrumentos de poder[157].

[156] MENDRAS, Op. cit., p. 103.
[157] MENDRAS, Op. cit., p. 208.

As transformações, que tinham sido muito lentas e demoradas, dando a «impressão duma determinada fixidez e imobilismo»[158], alteraram-se. Surgiu a mudança social e alterou-se o sistema de competição social nas aldeias.

A saída das populações rurais para as cidades do litoral, para o ultramar ou para o estrangeiro, marcou a passagem de uma sociedade tradicional a uma sociedade «industrial tecnicista e urbanizada»[159].

A urbanização trouxe: os meios de comunicação de massas, o turismo, o ensino "necessário", novos tempos livres, melhores transportes, nova vitalidade das actividades económicas, a atracção das cidades.

As vias de comunicação melhoraram e intensificou-se a economia de mercado: desenvolveu-se o mundo relacional com as aldeias vizinhas e com a sede de concelho e de distrito.

O acesso à cultura e à educação modificou-se: até aos anos 60, deixou muitas pessoas analfabetas e poucos estudaram (tradução de que os problemas estruturais — económico-sociais — não foram resolvidos e de que a escola não cumpriu com a função de ser considerada necessária); após os anos 60, o analfabetismo reduziu bastante e a escola passou a desempenhar uma função mais atractiva e necessária (Capítulo V).

Perante contextos diferentes, em que as pessoas das três aldeias viveram, é natural que haja uma concepção muito própria para a percepção da passagem do tempo cronológico e histórico e um apego ao espaço, representado pela aldeia e seus limites, onde as pessoas se identificaram, e onde houve a partilha de memórias colectivas.

Alguns intervenientes no processo de valorização do mundo rural

O Estado e os instrumentos de que se serviu nada conseguiram fazer para que se concretizasse um desenvolvimento rural estruturante, devido à situação de dependência externa a que o país estava sujeito (colónias e países industrializados) e por se ter agarrado a uma política que limitou bastante a valorização das populações rurais, uma vez que não garantia preços capazes de lhes proporcionar uma ascensão económica, social e cultural.

As maiores influências, em termos de uma relativa valorização do mundo rural português, partiram dos seguintes agentes:

a) o governo, que apostava no crescimento industrial, baseando-se no sacrifício dos campos, valorizando a grande exploração agrícola e prestando uma ajuda limitada, através da

[158] MENDES, Op. cit., p. 287.
[159] MENDRAS, Op. cit., p. 166.

"Junta de Colonização Interna"[160], da criação de Casas do Povo e da concessão de algumas regalias sociais; de uma política de Obras Públicas (Ministério das Obras Públicas); dos Planos de Fomento;

b) o papel da Igreja, como vector da regulação social e da transmissão de valores religiosos, culturais e assistenciais[161];

c) o contributo de algumas personalidades que tornaram possível a alteração das condições de vida das populações das aldeias, através da criação de uma obra social e económica, capaz de suplantar o papel do Estado ou, então, servindo-se do seu aval e das suas ajudas.

A valorização rural foi tarefa do governo, através de vários ministérios, sobressaindo de entre eles o labor do Ministério das Obras Públicas que tornou prioritária a sua intervenção para alcançar esse objectivo.

Os poucos trabalhos técnico-científicos elaborados, tendo como objectivo principal a valorização do mundo rural, tiveram uma aplicação real limitada, devido à falta de adaptação às condições existentes, à falta de qualificação dos agentes intervenientes, à fraca instrução da população alvo[162], à falta de tecnologias adaptadas às condições do relevo, ao limitado poder de aquisição de bens e à situação do mundo rural. Regra geral, ficou por se concretizar uma valorização rural e agrícola eficazes, uma experimentação descentralizada e uma investigação permanente[163].

É de salientar, todavia, o contributo da Sociedade Clemente Menéres, Lda., no Romeu, do Complexo Agro-Industrial do Cachão e das empresas vinícolas, constituídas na área da Coleja, pelo contributo que prestaram à inovação tecnológica, à adaptação aos novos desafios da economia de mercado, a uma determinada valorização rural e ao apoio a projectos sociais, pelo menos nas duas primeiras aldeias.

Ao nível internacional, após a II Grande Guerra, começou a surgir o desenvolvimento comunitário como instrumento de resolução dos problemas de áreas desfavorecidas, tanto rurais como urbanas. Portugal, devido às fortes influências internacionais, acabou por aproveitar esse desenvolvimento, como forma de acompanhar ou de controlar os processos de desenvolvimento

---

[160] VARELA, José Augusto dos Santos - *Alguns aspectos do problema agrário (natureza e objectivos da reorganização agrária)*. Lisboa: JCI, 1960. VARELA, José Augusto dos Santos - *A agricultura e o espaço rural: contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: DGPA - Ministério da Agricultura, 1992. BAPTISTA, Fernando Oliveira – *A política agrícola do Estado Novo*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

[161] MORENO, Luís - *Os estudos em torno do desenvolvimento rural e local em Portugal: apontamento de contexto e sistematização* [Em linha], 1998. [Consult. 30 Dezembro 2005]. Disponível em: <URL:http://in-loco.pt/inloco/Public/red_ed17.htm>. (A REDE -edição especial – Terra - Mar e o desenvolvimento local nos...).

[162] Obs.: a instrução obrigatória manteve-se em 4 anos (3 para as mulheres) até aos anos 70 e só passou de 6 para 9 anos em 1986.

[163] Algumas obras publicadas sobre este assunto: ANDRADE, Inácio Rebelo de - Difusão de inovação e extensão rural em Portugal. *Economia e Sociologia*, nº 44 (1987), pp. 5-31. NOGUEIRA, M. Dias e SERAFIM, F. Doutel - Reflexões sobre investigação agrária e extensão rural. *Vida Rural* nº 12 (1991), pp. 24-31. CRISTÓVÃO, Artur - Mudam-se os tempos... mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de integração entre investigadores, extensionistas e agricultores. *Vida Rural*, Março 1997, pp. 6-10.

territorial. Em 1960, o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, deu início a uma política de aplicação dessa "técnica de progresso social"[164], que teve lugar inicialmente nas colónias[165] e, posteriormente, na metrópole[166], complementando a "extensão agrícola familiar" e os projectos de "extensão agrícola" da SHELL e da CUF.

No que se refere ao papel da Igreja, tornaram-se importantes os estudos relacionados com a Doutrina Social. O Serviço Social surgiu em Portugal em 1935, como instituição de formação, e sempre tornou evidente a prática dos ideais cristãos, numa perspectiva caritativa, o que era favorecido por um Estado assistencialista, marcadamente na versão europeia, por oposição à dos EUA[167], e paternalista.

Os anos 60 mostraram alguma reorientação da Igreja e da respectiva Doutrina Social, ajustada às mudanças internacionais (política de blocos, insucesso das práticas tradicionais de dominação e de planeamento, descolonização, emergência de novos países industrializados, mudanças culturais, científicas e técnicas), emancipadoras dos povos e das comunidades, especialmente na sequência do pontificado de João XXIII e do Concílio Vaticano II[168].

Estas novas influências, em relação ao que se estava a fazer em termos locais, serviram em Portugal como resposta às necessidades diagnosticadas, ao nível da área de influência paroquial, onde já se aceitava que a população fosse estimulada para se sentir responsabilizada e dignificada no respectivo processo de desenvolvimento[169]. Não é de estranhar, portanto, o envolvimento de responsáveis da Igreja nas primeiras dinamizações de projectos de desenvolvimento comunitário[170].

O paternalismo benemérito de feição caritativa, representado pela beneficência, acabou por ter impacto nas três aldeias deste estudo e traduziu-se em: determinadas melhorias na vida das populações e das localidades, implementação de dinâmicas sustentadas e reflexos obtidos, em

---

[164] SILVA, Manuela – *Desenvolvimento comunitário - uma técnica de progresso social.* Lisboa: Associação Industrial Portuguesa. 1962.

[165] Cf. NETO, João Pereira - Política de desenvolvimento comunitário nas Províncias Portuguesas de África. Revista Ultramar nº 9, Julho/Setembro 1962. SILVA, Op. cit., 1962; SOUSA, Alfredo de - Organização e programas de desenvolvimento comunitário. Junta Provincial de Povoamento de Angola. Separata da Revista Estudos Políticos e Sociais. Vol I (1963) nº 3.

[166] IAF – *Desenvolvimento comunitário.* In SEMINÁRIO realizado em Lisboa e no Porto. Lisboa: Instituto de Assistência à Família, Ministério de Saúde e Assistência, 1965. SEMEDO, Elisabete Maria G. - *Uma experiência de desenvolvimento comunitário realizada no concelho de Portalegre: 1963-1974.* Évora: Universidade de Évora, Trabalho de Fim Curso Sociologia, 1993.

[167] VIEIRA, Balbina Ottoni - *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.* Rio de Janeiro: Agir, 1980.

[168] PIRES, António de Azevedo - *Doutrina social agrária: textos episcopais.* Lisboa: Ed. Logos, 1963. PAULO VI – *Carta Encíclica sobre o Desenvolvimento dos Povos, «Populorum Progressio».* Lisboa: Editorial Logos, 1967. CAMACHO, Ildefonso - *Doctrina social de la Iglesia: una aproximación histórica.* Madrid: Ediciones Paulinas, 1991. NEVES, Tony - *Doutrina social da Igreja.* Huambo: s/ ed., 2ª parte, 1994.

[169] UCISS - SEMINÁRIO EUROPEU sobre Organização e Desenvolvimento Comunitário. Estoril: Estoril, União Católica Internacional de Serviço Social, 1962. CLEMENTE, Manuel; NEVES, João César das; SEABRA, João (eds.) - *Desenvolvimento e solidariedade: Populorum Progressio, vinte anos depois.* Lisboa: Rei dos Livros, 1987.

[170] SEMEDO, Op. cit.

consequência dos trabalhos remunerados que iam fornecendo ao longo do ano. O desenvolvimento rural foi mais intensamente conseguido no Romeu e no Cachão que na Coleja, devido aos resultados obtidos pelos projectos ali desenvolvidos.

São de realçar nesse labor de valorização das três populações rurais em estudo, acabando por estender a sua acção à região, as seguintes personalidades: o Dr.Trigo de Negreiros, o Eng.º Camilo de Mendonça, o Eng.º Arantes e Oliveira e Manuel Menéres (Capítulo II).

O Dr. Trigo de Negreiros e o Eng.º Camilo de Mendonça, pelo prestígio que tinham, lutaram sempre para que fosse feita "rápida e segura justiça" no distrito de Bragança, "no que respeita à sua completa valorização". Para concretizar esses objectivos, estas duas personalidades de Trás-os-Montes (Romeu, Coleja e Romeu incluídos) ajudaram a concretizar os seguintes projectos: a electrificação, a instalação de novas indústrias que aproveitassem as possibilidades da região e o excesso de mão-de-obra, numa época de intensa emigração, o esforço pela localização siderúrgica no distrito (em Moncorvo), a ampliação da rede rodoviária, a assistência social mais perfeita, o turismo mais aproveitado, uma remuneração dos produtos agrícolas mais justa e a transformação urbanística do meio regional[171].

Manuel Menéres teve uma acção «benemérita»[172] idêntica, contribuindo para a melhoria económica, social e cultural de Mirandela, do Romeu, das aldeias vizinhas (Vila Verdinho, Vale de Couço e Vimieiro) e de Trás-os-Montes.

Algumas obras de referência no estudo do mundo rural

Durante o Estado Novo, os estudos realizados em Portugal, com base no folclore e na etnologia[173], as bases da cultura popular, marcaram o início de uma tendência para o anacronismo académico, que apenas veio a desaparecer depois do final desse período histórico. Foi o que aconteceu com a obra de Leite de Vasconcelos e com a do Abade de Baçal.

Este período acabou por ser fértil em realizações, encorajadas e subsidiadas pelo regime, pelo que, até aos anos 70, se publicaram muitas revistas especializadas (Douro Litoral, Revista de Etnografia), se organizaram congressos (1958: Colóquio de Estudos Etnográficos "Dr. José Leite de Vasconcelos", Porto; 1963: Congresso de Etnografia e Folklore, Braga; 1963: Congresso Internacional de Etnografia, Santo Tirso), se fundaram museus (museu etnológico de

[171] REIS, Rogério dos - Hora do urbanismo. NM. Mirandela. (24/1/60), p. 1.

[172] A benemerência era uma acção de feição caritativa, influenciada pela igreja católica em favor dos mais desfavorecidos, concretizada sem esperar obter uma recompensa, por parte de quem a praticava.

[173] A obra de Gibbons, sobre a Coleja, obteve o Prémio Camões em 1939 (p. 339) e é de cariz antropológico. Deu a conhecer esta «pequena aldeia e arredores, uma aldeiazinha sem igreja, sem posto de correios, sem ruas nem lojas, mas onde apesar de tudo havia uma escola primária dirigida por uma encantadora *professora* vinda de fora da terra e que era a única pessoa "culta" do lugarejo» (p. 17). In GIBBONS, Op. cit.

Leite de Vasconcelos, museu de antropologia em Coimbra, museu de etnologia de Jorge Dias, museu de etnografia e história da Província do Douro Litoral, museu regional de cerâmica de Barcelos) e se fez a publicação de folclore popular (Carlos Valle, 1973-1982).

O trabalho que Jorge Dias realizou nos anos 50 e 60, apesar de relativamente inovador (em 1948, saiu a lume a obra "Vilarinho da Furna: uma aldeia comunitária"; em 1953: "Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril"), acabou por seguir uma metodologia que não agradou ao seu autor, pois, como ele reconheceu, «esta monografia tem uma falha, no entanto, que é ter sido feita com uma finalidade única: a de ser tão completa quanto possível. Perdi tempo excessivo a descrever os aspectos da vida comunitária, em vez de ser mais sintético e interpretativo»[174].

Os antigos colaboradores de Jorge Dias, na recolha etnográfica portuguesa, continuaram a trabalhar, durante este período, na perspectiva do culturalismo descritivo que ele defendia. Entre as muitas obras de grande nível descritivo e técnico, dedicadas ao tema das «tecnologias tradicionais», salientam-se: "Festividades Cíclicas em Portugal", de Ernesto Veiga de Oliveira (1983) e "Pitões das Júnias", de Manuel Viegas Guerreiro (1981).

Em 1964, Joyce Riegelhaupt realizou um estudo sobre S.João das Lampas que nunca foi traduzido para português, o mesmo acontecendo ao trabalho que Colette Cailler-Boisvert elaborou, entre 1966 e 1968, sobre o Soajo, abordando a temática relacionada com a emigração, que reduziu naquela aldeia a população masculina ao mínimo, e com a família em Portugal.

Os anos 70 foram uma época de viragem, pois o projecto nacionalista foi substituído pelo projecto sociológico[175]. As obras de Riegelhaupt e de Cutileiro deram início a um novo percurso. A identidade nacional deu lugar ao estudo de grupos sociais, da sua integração, da sua dinâmica e dos seus significados. Jorge Dias abandonou a sua descrição de etnologia, o que era reflexo da mudança que se estava a operar.

Entre 1971 e 1977, é publicada a obra: "A portuguese Rural Society", de José Cutileiro, a primeira monografia publicada sobre Portugal, segundo os cânones da antropologia moderna, isto é, pós-Malinowski. Ao escrever esta obra no estrangeiro, procurou uma atmosfera menos anacrónica, abordando os seguintes temas: a estratificação de classes; a propriedade da terra; o patrocinato e a exploração, numa região agrícola de grandes concentrações de terra, de trabalhadores rurais proletarizados e de uma situação política tensa. Cutileiro recusa a idealização utópica das comunidades rurais, que caracterizara a visão das gerações anteriores e que acabou por se tornar parte integrante da ideologia ditatorial.

Nos anos 80, as preocupações descritivas e metodológicas, associadas a um projecto nacionalista, deram lugar a outros trabalhos que privilegiavam a observação e a interpretação

---

[174] DIAS, A. Jorge - Ethnological investigation of villages. In *Ethnologia Europaea, II/III*, 1968/9, p. 112.
[175] PINA CABRAL, João - *Os contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel, 1991, p. 40.

sociológicas, na contextualização histórica e na análise simbólica: preocupada com a diferença, com o conflito e com o posicionamento temporal.

Em meados da década de 80, Brian Juan O'Neill escreveu um estudo sobre uma pequena aldeia transmontana (Proprietários, lavradores e jornaleiras : desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978)[176], tendo como finalidade o desfazer do mito da aldeia comunitária ou igualitária. Pina Cabral escreveu também uma monografia sobre duas aldeias rurais do Alto Minho (Filhos de Adão, filhas de Eva : a visão do mundo camponesa do Alto Minho, 1989), demonstrando que a sociedade camponesa consegue aliar uma experiência individual de comunidade e de interesses comuns, com uma forte diferenciação social, cujos efeitos são marcantes, quer a nível da exploração económica, quer a nível do poder informal.

Em finais dos anos 80, são publicadas monografias etnográficas sobre o papel e o poder das mulheres na família, abordando temas como: o papel da mulher na emigração, a ilegitimidade e o poder da mulher no lar (O'Neill, Pina Cabral, Brettell).

A antropologia teve naquela época, em Portugal, uma forte relação com a História social, tendo sido publicados trabalhos sobre: estudos da família, de Rowland, em 1984 e de João Arriscado Nunes, em 1986; monografias de Freitas Branco, sobre instrumentos agrícolas na Madeira, em 1987; de Fatela, sobre a marginalidade e a violência em Portugal nos anos 30 e 40, em 1985; Antropologia, História e Diferença, de Robert Rowland, em 1987 e Ensaios em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira.

Os trabalhos sobre o espaço rural português aumentaram, ao longo dos anos 90 e 2000, graças a um maior intercâmbio entre estas duas ciências humanas e sociais, tendo surgido novas perspectivas de pesquisa, de análise e de produção de trabalhos. O presente estudo tem a ver com este envolvimento e, apesar de se inserir numa linha clássica de trabalho[177], é inovador, porque se encaixa na linha da História social contemporânea e da Antropologia interpretativa, como forma de melhor apreender os fenómenos sociais de uma região periférica, e pretende lançar uma nova vertente de análise dos fenómenos históricos, dentro desta linha de investigação e vir a constituir uma abertura para o lançamento de um novo tipo de trabalhos.

---

[176] Apesar desta obra ter sido editada em 1984 (O'NEILL, Brian Juan – *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984), Brian O'Neill já tinha publicado, em 1981: O'NEILL, Brian Juan - *Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana, desde 1896*. Porto: [s.n.], 1981. Sep. de Estudos Contemporâneos. Porto. Nº 2-3 (1981), pp. 31-73.

[177] Outras obras de referência consultadas: CUTILEIRO, José - *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. DIAS, Jorge - *Rio de Onor - comunitarismo agro-pastoril*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984. DIAS, Jorge - *Vilarinho da Furna: Uma aldeia comunitária*. 2ª ed. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983. O'NEILL, Brian Juan - Trabalho cooperativo numa aldeia no Norte de Portugal. *Análise Social*: Lisboa, ICS, Vol. XVIII, nº 70 (1982). BRITO, Joaquim Pais de - *Retrato de Aldeia com espelho: ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.
Obras de autores estrangeiros: MENDRAS, Henri – *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. LISÓN-TOLOSANA, Carmelo – *Belmonte de los caballeros: anthropology and history in an aragonese community*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

6 - O plano e a estrutura da apresentação dos resultados:

O estudo das três populações rurais, previamente escolhidas, serve para poder comprovar, até que ponto se viveu o tempo histórico considerado, entre 1957 e 1974, em terras do interior do país: a forma como se organizaram, as dificuldades que sentiram, a chegada de algum desenvolvimento, as alterações de vivências, o conhecimento de características do poder autoritário e a identificação de fenómenos históricos que nelas ocorreram.

O país assistiu a algumas alterações destas localidades, modelares e antecipadoras, em alguns aspectos, em relação ao todo nacional. O tecido social foi modificado e dessa ocorrência foi dado público conhecimento em jornais e revistas nacionais e regionais, publicados na época, pelo que não podemos ficar indiferentes, ao constatar algumas dinâmicas que, na altura, deram resultados.

O sistema global, que se pretende estudar, aparece interligado aos seguintes subsistemas, que o completam, pois fazem parte integrante de um único sistema: o sistema social (a massa humana que move os outros subsistemas, com as suas mutações e cambiantes, os seus aspectos particulares, os seus problemas e as suas características: Capítulo III), o sistema económico (a agricultura, tradicional e moderna, e o impacto na vida das populações; o comércio; o artesanato; a pecuária; alguns serviços; os problemas ligados à falta de condições de vida, à miséria, à fome, à escassez e ao isolamento; os vectores sustentadores da economia local e nacional e outros factores mobilizadores: Capítulo IV), o sistema político (o apoliticismo, a falta de liberdade, o autoritarismo, as perseguições e as muitas dificuldades tecidas pelo Estado Novo, também no meio rural: Capítulo VI) e o sistema cultural (o analfabetismo, o fraco acesso à educação, à cultura e às fontes de informação; as festas e romarias, a cultura e as tradições populares: Capítulo V).

Estes subsistemas só fazem sentido pela inserção que exercem uns sobre os outros e resultam num processo dinâmico, uma vez que estão continuamente a ser alterados. Cada subsistema tem uma função e o mesmo peso valorativo de significação, e de importância, dentro do sistema global[178].

A estruturação do presente trabalho[179] obedeceu, assim, ao princípio anteriormente enunciado e teve em vista o lançamento de dados fundamentais, de forma a poderem contribuir para o esclarecimento da problemática apresentada.

---

[178] ROWLAND, Robert – *Antropologia, História e Diferença: alguns aspectos*. 3ªed. Porto: Ed. Afrontamento, 1997, p. 59.

[179] Obras consultadas: ECO, Umberto – *Come si fa una tesi di laurea*. Milão: Casa Editrice Valentino Bompiani & C. (ed. em português: *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. 11ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004). PHILLIPS, Estelle M.; PUGH, D. S. – *How to Get a PhD*. Buckingham: University Press, 1994 (ed. em português: *Como preparar um Mestrado ou doutoramento*. Mem-Martins: Lyon Multimédia Edições Lda., 1998).

No I capítulo, será feita a apresentação do tema/ problema e da metodologia a adoptar. Os aspectos metodológicos gerais contemplarão: a delimitação genérica do tempo em estudo; a apresentação de alguns aspectos essenciais sobre a especificidade do território, de modo a compreender como o isolamento foi determinante para o atraso de vida das populações rurais transmontanas e para o distanciamento, em relação ao poder central, contribuindo para a constituição de mundos localmente individualizados, com uma certa auto-gestão, as "micropátrias" e que dinâmicas ocorreram na região, dependentes deste contexto; os procedimentos a seguir para realizar a recolha e o tratamento de dados (as memórias directas levarão à realização de entrevistas e as memórias indirectas serão recolhidas em jornais regionais e nacionais, em revistas e em alguns livros da especialidade).

A nível das referências conceptuais, serão analisadas, para alicerçar o tema em estudo: as relações existentes entre as memórias, a História e o testemunho, devido à especificidade do tema a tratar; a memória (histórica e colectiva) como linguagem de apropriação de vivências e de valorização da História; as "circunstâncias históricas" das memórias sociais; as implicações do relevo na concepção de dinâmicas locais e na retenção de memórias; o mundo rural como objecto de estudo (algumas das suas características; alguns intervenientes na sua valorização e algumas obras de referência no estudo deste meio), pois foi nele que ocorreram os factos, representativos dos fenómenos históricos nacionais, como se pretende provar.

No II capítulo, começam a alicerçar-se vários assuntos essenciais: o primeiro diz respeito ao relacionamento que se estabeleceu entre o território e as respectivas populações, como lugar de pertença, às dificuldades criadas nesse processo e às dinâmicas resultantes para as superar. O isolamento do território foi um factor responsável pela fixação da estirpe humana, pelo povoamento, mas foi também causador da dispersão e da diáspora. O enquadramento geográfico das aldeias, na região de inserção, deixa antever as implicações sócio-económicas e culturais decorrentes do isolamento e da falta de condições de vida.

O território foi a área partilhada pelos habitantes, onde se estabeleceu uma dinâmica político-administrativa com o poder local e com o poder central, e foi condicionador. Porém, serviu de mola impulsionadora para dinâmicas que ajudaram o meio local a sair do imobilismo de séculos, graças a um acumular de factores, ligados ao processo de mudanças: o Estado tentou exercer o poder sobre o território e sobre os indivíduos; a melhoria das vias de comunicação ajudou a quebrar com o isolamento e a levar alguns melhoramentos a determinadas populações.

Essas dinâmicas, que ocorreram nas aldeias, serão analisadas nos capítulos III, IV e V, sendo dada prioridade, respectivamente, às memórias sociais, económicas e culturais, aquelas que tiveram a ver, de certo modo, com a política de fixação e de povoamento local. Estes

subsistemas tornam-se importantes, pois são uma parte esclarecedora do sistema global, enriquecem-no e completam-no.

As dinâmicas sociais (Capítulo III) levaram a um determinado envolvimento dos mundos sociais locais que é preciso esclarecer: a sociedade rural (evolução demográfica; os grupos sociais; a ocupação da população activa; a dinâmica do tecido social e as práticas comunitárias nas três aldeias); as vivências sociais e a importância das Casas do Povo; o relacionamento social (as pessoas ilustres, o prestígio e o estatuto social); a reprodução dos lugares sociais (barbearias, tabernas, café, fontanários, largos, salão paroquial, creches, Casa do Povo, feiras, CAT, Posto médico...); as dificuldades sociais (o nível de vida e as dificuldades das populações rurais; a falta de condições de vida); a resolução de alguns problemas sociais (a obra social e assistencial; a valorização rural e o desenvolvimento das aldeias transmontanas melhoradas e da Coleja); os reflexos sociais da valorização rural.

A dinâmica económica (Capítulo IV) estabeleceu-se em torno de elementos relacionados com a economia do país, do distrito de Bragança e dos concelhos de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães, que acabaram por envolver, de uma forma particular, as três aldeias em estudo: produção, conservação e canalização para os mercados nacionais e internacionais; as formas relacionadas com a economia familiar e colectiva, e os respectivos equipamentos: fornos, adegas, cooperativas, lagares, azenhas, moinhos, mercearias, restaurantes; as formas paralelas de economia: contrabando, volfrâmio...; o impacto das vias de comunicação e a sua importância económico-social; as formas de domínio sobre o território, desde a grande e a média propriedade das quintas, nas três aldeias – as quintas no Romeu e no Cachão, as quintas na Coleja; o grande domínio de uma casa agrícola e a economia de mercado: a Sociedade Clemente Menéres, Lda., no Romeu —, até às pequenas propriedades dispersas: umas e outras, mobilizadoras da economia e da personalidade dos seus proprietários, de acordo com o tipo de exploração, da tecnologia utilizada e da canalização da produção para o mercado, que acabou por se concretizar, ultrapassando o limitado mundo de auto-subsistência local; o desenvolvimentismo: as memórias da modernização agrícola (Romeu e Coleja) e da abertura da agro-indústria do CAICA à economia de mercado; a modernização da agricultura transmontana e o tipo de produção desenvolvido; a implementação de projectos; o corporativismo; as cooperativas; a organização do mundo do trabalho: as relações entre operários e patrões; os trabalhos agrícolas: as jeiras, as campanhas, as ceifas, os trabalhos sazonais; os reflexos das actividades económicas nas memórias sociais.

As memórias culturais (Capítulo V) estabeleceram-se, em torno de figuras sociais (a mãe, o padre e o professor primário) e de unidades e instituições promotoras de valores culturais (escolas, museus, salões culturais, teatro/ cinema, associações, FNAT e CATs, Alegria no

Trabalho, colónias de férias, igrejas e capelas, serões para trabalhadores, ranchos folclóricos, festas e romarias, religiosidade). As populações saíram enriquecidas com essas vivências e, muitas delas, ajudaram-nas a ocupar os seus tempos livres.

As memórias sobre o ensino, a educação, a informação e a cultura (popular/moderna), na região, em geral, e em Mirandela e nas três aldeias, em particular, são determinantes: o analfabetismo foi muito sentido nestas aldeias, condicionou o acesso à cultura e criou muitas dificuldades; a preparação escolar da população deste concelho e de concelhos vizinhos para as mudanças no mercado de trabalho; a formação profissional e as actividades formativas; a dinâmica cultural e as características culturais das populações das três aldeias; as tradições; o CAICA como escola de formação; a implementação de projectos recreativo-culturais; os reflexos das actividades culturais nas memórias sociais.

O Capítulo VI será dedicado às memórias políticas, relacionadas com: o poder político e o exercício do poder (as nomeações e as eleições); o município; a "representação" política e o cerimonial da tomada de posse dos empossados, em cargos político-administrativos; as mudanças introduzidas com a substituição de Salazar por Marcello Caetano; a queda do regime, em 25 de Abril de 1974. As memórias políticas e o conhecimento que delas tiveram as pessoas das três aldeias: a falta de liberdade, as perseguições, a repressão, a tortura e a PIDE, a guerra colonial, as comemorações e inaugurações. E, ainda, acontecimentos históricos internacionais.

No Capítulo VII, serão analisadas: as memórias de dificuldades que criaram motivos para as migrações e para o despovoamento do distrito de Bragança e das três aldeias; a orientação dos fluxos migratórios das populações; os ritmos e as taxas de emigração, comparadas com as verificadas no todo nacional; a constatação do grau de eficácia, em relação às alterações e às dinâmicas introduzidas no distrito de Bragança para conter as suas populações; os reflexos e as alterações proporcionadas pela diáspora. As migrações como um fenómeno e como uma solução para alguns problemas do mundo e da sociedade rurais.

O Capítulo VIII servirá para: realizar uma reflexão profunda sobre os resultados obtidos com a pesquisa; verificar se as hipóteses foram comprovadas e se a metodologia escolhida foi a mais apropriada à especificidade do tema em estudo. Serão analisados: os contextos da mudança, como resultado da implementação de dinâmicas, no mundo rural em estudo; a forma como a Pátria foi modeladora destas aldeias e da região; os aspectos diferenciadores da região, em relação ao todo nacional; o grau de representatividade da História Local, em relação à História Nacional; e a importância da pesquisa, como forma de compreensão de alguns fenómenos históricos emergentes, que caracterizaram esta região periférica.

PARTE II

O TERRITÓRIO E AS MEMÓRIAS

CAPÍTULO II - O TERRITÓRIO DAS TRÊS ALDEIAS EM ESTUDO

«No rosto da terra se escreve o destino dos povos.»[1]

1 - Introdução

A análise do impacto que o território exerceu, sobre a organização económico-social, sobre as memórias colectivas e sobre as práticas simbólicas e culturais, ajudará a apurar o grau de representatividade de alguns fenómenos históricos das três comunidades em estudo, em relação à História nacional.

No espaço, o "rosto da terra", desenvolveram-se diversos parâmetros, segundo os quais se consubstanciou a vida humana. As várias manifestações e memórias (económicas, sociais, políticas e culturais), abordadas nos próximos capítulos, tiveram como suporte de fixação elementos relacionados com o espaço, uma vez que este se converteu num factor mobilizador.

O espaço pode ser definido como um ente físico e como um ente social do território, onde decorre a vida de uma população. Como ente físico, proporciona a manutenção da vida da estirpe humana e condiciona as suas actividades e a sua existência. Como ente social, ajusta-se à amplidão da vida humana, acabando por se estabelecer uma relação, devido ao convívio entre ambos: a sociedade[2] e o espaço.

Os autores clássicos analisaram o espaço, segundo duas visões diferentes: uma visão fixista, com Durkheim, Mauss, Halbwachs e Lévi-Strauss; uma visão dinâmica, com Simmel, Park e Wirth[3]. Uma vez que a visão fixista é aquela que mais se ajusta aos objectivos deste trabalho, apenas serão abordadas algumas linhas de pensamento, em relação aos seus autores.

Os autores clássicos não só iniciaram a «automatização conceptual e metodológica do objecto espaço», como motivaram também a génese de diferentes tipos de «abordagem», que viriam a ser produzidos posteriormente e de uma forma mais clara[4].

Os trabalhos realizados pelos três primeiros autores permitiram estabelecer uma definição sobre «a especificidade do espaço, enquanto realidade social», demonstrando que existe uma

---

[1] AGUILAR, José - *Carrazeda de Ansiães e seu termo: esboço e subsídios para uma monografia.* Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, 1980, p. 15.

[2] Segundo Giddens, os seres humanos vivem em "sociedade", porque formam um grupo de pessoas que habitam um determinado território, estão sujeitas ao mesmo sistema de autoridade política e têm consciência de ser portadores de uma identidade própria, diferente da de outros aglomerados populacionais (aldeias vizinhas, freguesia, concelho...): In GIDDENS, Anthony - *Sociologia.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 872. Sérgio Bagú defende a ideia de que o espaço social se apoia num outro espaço mensurável, o espaço físico e que os vários sistemas sociais regionais se articulam com o sistema global nacional. In BAGÚ, Sérgio – *Tiempo, realidad social y conocimiento.* Buenos Aires: Siglo XXI. 1973.

[3] SILVANO, Op. cit., p. 32.

[4] SILVANO, Op. cit., p. 2.

ligação inseparável entre o espaço e a sociedade que o ocupa e que é na relação que se estabelece entre ambos que se deve procurar a explicação para os tipos de organização.

Estes autores estabeleceram a definição de duas construções conceptuais: 1ª: o espaço é uma representação; 2ª: o espaço é uma realidade material[5]. A primeira construção tem a ver com a ideia que se formula sobre o espaço, enquanto a segunda refere-se àquilo que o espaço é, em si mesmo: uma realidade material.

Durkheim concebe o espaço e o tempo como «representações colectivas», «produtos do pensamento colectivo» e «de origem social»[6]. Para este autor, representar o espaço é ordenar o que é heterogéneo, a fim de arranjar um sentido. O espaço é inseparável da sociedade que o habita e o tipo de organização social deve ser procurado na relação que se estabelece entre ambos.

O espaço é uma representação colectiva e as representações colectivas estão relacionadas com a forma como uma sociedade está «constituída e organizada», com a «sua morfologia», as «suas instituições religiosas, morais, económicas, etc.»[7]. Durkheim e Marcel Mauss reafirmaram a mesma ideia da correspondência entre a organização social e a representação do espaço, num trabalho conjunto que publicaram[8], em 1903.

O espaço é reconhecido por Durkheim e por Mauss como «o substrato material das sociedades», isto é, a forma que elas adoptam, quando se fixam no território, a quantidade e a densidade populacional, o modo como esta se distribui, e o «conjunto de coisas em que assenta a vida colectiva»[9].

Mauss defende que a vida social, em todas as suas formas de representação, «é função de seu substrato material» e esse substrato varia com «a massa, a densidade, a forma e a composição dos grupos humanos»[10].

Mauss verificou que os esquimós vivem em dois espaços diferentes, tendo também uma organização material diferente, com dois tipos de organização, a nível da economia, da vida social, das crenças e práticas religiosas. De acordo com Mauss, os esquimós servem de exemplo

---

[5] SILVANO, Op. cit., pp. 7-8.

[6] DURKHEIM, Émile - *Les formes Elémentaires de la Vie Religieuse: le système totemique en Australie.* Paris : Félix Alcan, 1912, pp. 13, 15 e 16. (versão portuguesa: *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totémico na Austrália.* Oeiras: Celta editora, 2002).

[7] DURKHEIM, Op. cit., p. 22.

[8] DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel – Quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectives. *Mémoires originaux* [Em linha]. Paris: PUF, 1903, pp. 1-72. [Consult. 20 Abr. 2006]. Disponível em: <URL:http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T7_formes_classification/formes_classification.html>.

[9] MAUSS, Marcel – Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale (*L'Anné Sociologique*, 1904-05, tomo IX). In MAUSS, Marcel - *Sociologie et Antropologie*, Paris: PUF, 1985 (ed. em português: Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. Estudo de morfologia social. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol.2, p. 237).

[10] MAUSS, Op. cit., p. 325.

para demonstrar como se pode verificar a morfologia social, uma vez que a mesma comunidade reproduz, todos os anos, dois tipos de espaço diferentes.

Durkheim foi mais longe, ao pretender defender que a materialidade, as práticas e as representações assumiam três dimensões não coincidentes, mediadas pelo espaço.

Ao formular uma opinião sobre este pensamento de Durkheim, Jean Remy viria a admitir que, naquele autor, o conceito de espaço apresentava um problema: o das relações entre a morfologia espacial (plano objectivo ou material) e a simbólica social (plano subjectivo ou cultural), que pode ser verificado nas «representações colectivas ou no sagrado das sociedades». Se se modifica o primeiro, as alterações reflectem-se no segundo. A estabilidade do espaço social torna-se dependente da compatibilidade entre os dois planos e da «anomia característica dos períodos de transformação de um de entre eles ou de incompatibilidade entre eles»[11].

O espaço, para Halbwachs, é o suporte de memórias, individuais e colectivas, dos objectos materiais que não mudam, ou mudam pouco, e oferecem uma imagem de permanência e de estabilidade. A organização material do espaço garante a manutenção e a transmissão da memória de um grupo: 1º, o grupo "molda" o espaço e deixa-se "moldar" por ele; 2º, o espaço fixa as características do grupo, pelo que: «não há memória colectiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura»[12].

O meio material que nos rodeia ajuda-nos a rever o passado, a materializar as memórias, através da evocação dos acontecimentos.

Lévi-Strauss associou o espaço à organização social do grupo e à problemática das identidades colectivas[13], na sequência do que anteriormente Durkheim e Mauss tinham defendido. O objectivo dele não era o de emitir uma opinião de forma simplista, pois considerava que não pretendia «afirmar que a configuração espacial das aldeias reflecte sempre a organização social como um espelho, nem que ela a reflecte na sua totalidade. Isso seria uma afirmação gratuita para um grande número de sociedades»[14].

Para Lévi-Strauss, tal como para Durkheim, a unidade do social depende de uma conformidade nas representações, pelo que considerou que as sociedades, mesmo as tradicionais, se diferenciam, não sendo homogéneas, porque os vários subgrupos que as constituem têm uma representação diferente do espaço.

---

[11] REMY, Jean - Morphologie sociale et représentations collectives: le statut de l'espace dans la problématique durkheimienne. *Recherches Sociologiques*, XXII (3), 1991, p. 33.

[12] HALBWACHS, Op. cit., p.193 e 209. Em 1938, Halbwachs publicou o livro *Morphologie Sociale*. Paris: Armand Colin, 1938 – uma tentativa de automatização do campo de trabalho.

[13] SILVANO, Op. cit., pp.15 e 19.

[14] LÉVI-STRAUSS, Claude - La notion de structure en ethnologie. In *Anthropologie Structurale*, Paris: Plon, 1953, p. 321.

A preferência para os indivíduos escolherem uma ou outra das representações, em que se organiza a estrutura de uma aldeia, depende, entre outras coisas, da posição que o indivíduo ocupa na estrutura social e no espaço físico dessa aldeia.

As relações estabelecidas entre as formas de organização física das aldeias e as estruturas sociais e simbólicas justificam que se afirme a existência de um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas.

Lévi-Strauss verificou que os missionários salesianos, para conseguirem a conversão dos índios, começaram por lhes destruir a organização espacial das aldeias. Ao destruírem este "espelho", que lhes permitia olharem-se na sua própria cultura, conduziram-nos a processos violentos de perda da identidade[15]. Os habitantes das três aldeias reformulam constantemente o seu "espelho" – tradições, vivências e memórias sociais – e lutam para não perder a respectiva identidade.

Henri Lefebvre, com a obra *La Production de l'Espace*[16], desloca o centro de organização do saber das Ciências Sociais do tempo para o espaço, o que permite que o espaço se imponha para poder esclarecer uma série de fenómenos da sociedade.

No cerne do projecto deste autor, encontra-se o conceito de produção do espaço. Ele passa a defender a ideia de que observar o espaço significa observar as práticas sociais que o constituem[17]: a prática social engloba a produção e a reprodução de lugares e de conjuntos espaciais, próprios de cada formação social; as representações do espaço estão ligadas às relações de produção e à "ordem" que estas impõem; os espaços de representação estão associados ao quotidiano e ao vivido[18].

As práticas sociais das três aldeias do presente estudo estiveram relacionadas com o espaço, com os trabalhos agrícolas e agro-industriais, com a mobilidade e a fixação de pessoas, com o exercício do povoamento de cada aldeia, e com a concretização de dois tipos diferentes de promoção do trabalho e de atracção de mão-de-obra: 1 - no Cachão, houve a fixação de população por causa do complexo agro-industrial e de um conjunto de factores atractivos: trabalho, habitação, assistência (saúde[19], educação, cultura), serviços, aprendizagem, salário; 2 - nos trabalhos sazonais das quintas e de outras propriedades, realizados nas três aldeias, houve o trabalho temporário, limitado e pouco lucrativo, que levou à fixação de um número muito reduzido de pessoas.

---

[15] LÉVI-STRAUSS, Claude – *Tristes tropiques*. [S.l] [s.n.], 1966 (ed. em português: *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70, 1986, p. 215).
[16] LEFEBVRE, Henri – *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1974, 1986, p. 26.
[17] SILVANO, Op. cit., p. 42
[18] LEFEBVRE, Op. cit.,p. 49.
[19] «O acesso à saúde e aos medicamentos, nas outras aldeias, era difícil e quase impossível». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

No Cachão, houve o aproveitamento do espaço da aldeia para nele inserir as unidades fabris, o bairro social e novos serviços. Na aldeia, houve a construção do espaço social, porque as pessoas que ali se fixaram eram originárias de aldeias diferentes, de lugares diferentes, logo eram portadoras de valores culturais e de vivências diferentes. A aldeia ganhou estabilidade com a criação e com a manutenção desse novo *corpus* social.

Os trabalhos sazonais realizados nas três aldeias, apesar de temporários, proporcionaram o contacto entre as populações oriundas de outros espaços geográficos e as populações locais e funcionou a permeabilidade do tecido social.

A mobilidade desses grupos humanos provocou não só o confronto, devido à presença de tipos diferentes de organização económico-social e cultural (crenças, tradições, práticas religiosas, música, festividades), mas também a partilha e a receptividade entre os vários subgrupos. O individualismo transmontano e a respectiva cultura não ficaram enfraquecidos com esse "encontro" de valores culturais. O tipo de atracção de mão-de-obra para a realização dos trabalhos sazonais não foi um factor impeditivo de maior desenvolvimento. A fixação levou a uma maior permeabilidade do tecido social. Esses grupos exerceram um domínio diferente sobre o espaço territorial em que se instalaram de forma periódica (apropriação nula) ou definitiva (apropriação fraca, a nula).

Quando o espaço é dominado pelo homem, que é o único ser com esta capacidade, torna-se território. O território corresponde a uma área demarcada, onde o indivíduo, vivendo isolado, em grupo ou em colectividade, exerce o seu poder. Este termo não é equivalente a espaço, porque o espaço é anterior ao território e o território forma-se, a partir do espaço[20].

O território é o espaço apropriado, devido a uma determinada relação social que o transforma e mantém, a partir de uma forma de poder, pelo que pode ser entendido, ao mesmo tempo, como uma convenção e como uma confrontação: possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (Capítulos II e VI).

Os territórios são formados no espaço geográfico, a partir de diferentes relações sociais que se estabelecem e a sua configuração, como território, refere-se às dimensões de poder e de controlo social que lhe são inerentes. O espaço geográfico de uma Nação é o seu território e o elemento fundamental do território e do espaço geográfico é, segundo Lefebvre[21], a materialização da existência humana.

As relações sociais produzem, muitas vezes, acções que fragmentam o espaço e são responsáveis pelas desigualdades e por diferentes formas de exclusão.

---

[20] RAFFESTIN, Claude – *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980, p. 143.
[21] LEFEBVRE, Op. cit., p. 102.

O território é um trunfo nas mãos de quem o detém e representa possibilidades para quem o não detém. Os proprietários, os lavradores abastados e os lavradores das três aldeias do presente estudo detinham a posse sobre as propriedades e sobre os meios de produção e controlavam, ainda, a força de trabalho daqueles cujo único capital que possuíam era a força dos seus braços: uns primavam pela abundância, pelo domínio, pela projecção social e pelo *status*; outros sentiam a ausência, a necessidade e o desejo de, através da dádiva, da compra ou da herança, poderem também exercer o seu domínio, sobre um pedaço de território. Aspiravam, assim, a deixar de ser dominados. O território aparece, neste contexto, como o «produto concreto da luta de classes, travada pela sociedade, no processo de produção de sua existência»[22].

O domínio sobre o território acabou por relacionar a vida das três povoações com as «desigualdades, conflitos internos e lutas para se manterem posições de elevado nível económico e social»[23]. A distribuição da terra fez-se de forma desigual. A posse da terra e o seu uso influenciaram a dinâmica que animou a vida das aldeias e as relações sociais que nelas se estabeleceram: motivou a cooperação social dos seus habitantes; estipulou uma clara «hierarquia», separando «os abastados dos de meias posses e dos pobres»[24]; cavou um enorme fosso entre os proprietários das terras e os jornaleiros; houve uma desigualdade nas relações sociais (Cap. III).

O domínio sobre o território funcionou como factor fixador para um reduzido número de povoações do distrito de Bragança e durante um período de tempo muito limitado. Para a maior parte das terras e lugares, tornou-se num vector repulsivo: as profundas desigualdades sociais, a falta de perspectivas de futuro e as muitas dificuldades que tal processo engendrou, acabaram por conduzir ao êxodo rural.

O território pode ser analisado sob três perspectivas diferentes: a perspectiva política, a perspectiva simbólica e a perspectiva que acaba por ser a fusão das duas anteriores, defendida por Haesbaert.

O território é o produto histórico de domínio e de apropriação sobre o espaço (**perspectiva política**). Corresponde a uma conquista ou a uma construção de domínio ou de delimitação do vivido territorial do trabalho humano[25] e apresenta-se, na História de uma aldeia, e de um país, com imensas valências, que estabelecem uma relação com:

---

[22] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino – *Território e Migração: Uma Discussão Conceitual na Geografia*. São Paulo: USP, 1999, p. 74.
[23] O'NEILL, Op. cit., p. 21.
[24] O'NEILL, Op. cit., p. 22.
[25] MITDIERO Jr, Marco António - *A Agricultura capitalista no Brasil: Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?* [Em linha]. USP: Brasil. [Consult. 1 Jun. 2005]. Disponível em: <URL:http:// www.Klepsidra.net/ klepsidra9/territorializacao.html>.

▪ a origem: a fixação das populações e o domínio sobre o espaço; o nascimento do lugar ou da aldeia; a inserção desta "unidade" numa freguesia, concelho, região, país (em termos políticos e administrativos);

▪ a provisão, os recursos económicos e a dicotomia estabelecida entre a sociedade e o espaço: as formas de relevo, as vias de comunicação, os rios e ribeiras, a propriedade (posse e exploração), a diferenciação entre ricos e pobres (estabilidade, partilha, entendimento);

▪ as características inerentes à localidade, condicionadas e provocadas pelo território:

a) económicas[26]: o capital de acumulação, a conservação de produtos e o convívio com o capital elástico existente na sede de concelho e no país; o espaço e as formas de economia: a apropriação, a partilha (dádiva e herança) e o trabalho (o convívio, as relações sociais, os pagamentos, os valores humanos e culturais);

b) sociais: os laços sociais de partilha e de apropriação; as relações, dentro do território; as relações de vizinhança (conflito, amizade, aproximação e laços de familiaridade) e de fronteira...;

c) políticas: a relação entre o poder local e o Estado; o domínio das Câmaras sobre as aldeias;

d) culturais: as escolas, o cinema, o teatro, os museus, o CAT, a escolarização, os serviços de apoio (cantinas, bibliotecas, transportes, livros e materiais...);

e) históricas: o território como elemento criador de dinâmicas, no qual se inscreve a História de uma localidade e de um país.

▪ as dinâmicas que serviram como forma de superação do isolamento e dos conflitos: o governo local e o governo central montaram um sistema de domínio e de controlo sobre os destinos das comunidades rurais; o Estado tentou fazer aumentar a sua intervenção sobre as aldeias; os meios de comunicação social e de informação foram chegando muito lentamente; o clima político acabou por ser conhecido, mas o apoliticismo caracterizou o meio rural; o apego ao ruralismo e a uma economia de subsistência limitou e travou o desenvolvimento das aldeias, daí ter surgido a necessidade de mudança para um outro tipo de economia (de mercado) ou o desejo de partir para outros espaços (internos e externos).

Um aspecto importante a considerar, na formação do território, é a totalidade de relações que, efectivamente, ocorrem nele, o que tem a ver com a noção de territorialidades. Esta noção

[26] Analisar o sistema produtivo regional, implica verificar: a) a capacidade de acumulação de uma cultura técnica, geradora de identidades territoriais; b) o estabelecimento de relações de interdependência entre as unidades económicas existentes no território; c) o domínio sobre os processos e as técnicas de acumulação e de preservação dos produtos. As dinâmicas para escoar a produção, para os mercados (interno e externo), nasceriam como consequência dos pressupostos anteriores e de acordo com a política seguida pelo Estado. In REIS, José – Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as Economias Locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: CES, nº 25/26 (Dezembro 1988).

apresenta um aspecto muito particular, pois refere-se às múltiplas dimensões do «"vivido" territorial», pelas várias pessoas de uma colectividade e pela sociedade em geral. Aqui, o território assume um papel diferenciado, em que os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, com um passado afectivo, mantido pelas representações culturais (**perspectiva simbólica**). «Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial, por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas»[27].

O território passa, então, a ganhar uma identidade, porque a colectividade, que o habita e o trabalha, nele deixa as suas marcas e as suas memórias.

Haesbaert propôs uma terceira perspectiva, sobre o conceito de território, ao defender que «o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controlo político-económico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados»[28].

Do ponto de vista teórico, **Haesbaert apresenta uma ideia síntese das duas perspectivas anteriores e proporciona maior versatilidade ao conceito de território**. Esta definição pode apreender diferentes contextos, inerentes aos processos formadores do território: os económicos, os políticos, os culturais e os ambientais e parece ser a que mais se ajusta à delineação do presente trabalho.

O domínio sobre uma determinada área territorial levou à criação de municípios: unidades políticas e administrativas (Capítulo VI); unidades singulares, porque cada um deles é único no seu processo espacial e histórico; unidades particulares, porque cada um deles não está isolado, mas inserido numa determinada área, a região.

> «O termo região deriva do latim *regio*, que se refere à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política. [...] O termo, contudo, passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por um critério ou outro, era reconhecida como diferente de uma outra porção»[29].

A região é uma referência de identidade para o que está no seu interior e de diversidade para o seu exterior, quando comparada com outras regiões.

Estudar algumas características de uma região, como a de Trás-os-Montes e Alto Douro, significa penetrar numa imensidão de relações, formas, funções, organizações, estruturas, apropriações, etc.., com os seus mais distintos níveis de interacção e de contradição[30].

---

[27] RAFFESTIN, Op. cit., p. 158.
[28] HAESBAERT, Rogério – *Territórios alternativos*. Niterói/São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002, p. 121.
[29] CORRÊA, Roberto Lobato – Região: a tradição geográfica. In CORRÊA, Roberto Lobato – *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183.
[30] SANTOS, Milton – Categorias tradicionais, categorias atuais. In SANTOS, Milton – *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 46.

As apropriações e o domínio exercido por uma população, sobre uma parte do território, levaram à construção de lugares. O lugar antropológico é para Marc Augé «a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço», servindo de referência a todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição: no sistema de valores, da hierarquia social e do poder[31].

O lugar é uma construção concreta, porque é o espaço onde se inscrevem marcas objectivas de identidade, de relação e de história (monumentos, igrejas, praças públicas, escolas,...) e uma construção simbólica, porque se liga aos modos de relação com os outros que prevalecem nele (residência, relacionamento, permuta, linguagem).

No lugar antropológico, os naturais vivem, celebram a sua existência, residem, trabalham, guardam as suas fronteiras, defendem-no, conservam memórias dos descendentes: está investido de memória e de lembrança. É uma ideia parcialmente materializada que os habitantes têm das suas relações com o seu território, com os seus familiares e com os outros[32].

Os lugares aparecem ligados a uma cultura do trabalho (agrícola, pastoril...), à partilha social, ao conflito de interesses e à desigualdade social e tornam-se "lugares da memória", pois levam os seus habitantes à identidade, à história, à partilha de memórias, como iremos averiguar nos próximos capítulos.

O funcionamento do espaço social tornou os vários lugares como parte integrante da História da localidade: as escolas, as mercearias, as barbearias, as tabernas, os fornos, as eiras, as noras, as azenhas, os caminhos, os largos, o centro da aldeia, os fontanários, as capelas e igrejas, as Casas do Povo, os monumentos, as terras, as ruas e praças, as associações...

Estes lugares funcionaram como pólos catalizadores de valências, como pontos de encontro da população, como áreas onde funcionou a permeabilidade de práticas económicas, sociais, culturais, políticas e históricas. Tornaram-se suporte de memórias de tempos vividos pela colectividade e integraram-se na respectiva História local.

Marc Augé caracteriza o lugar como um ente que garante simultaneamente identidade, relações e História aos membros do grupo cuja cultura o constituiu. Identidade, porque o lugar de nascimento e as regras de residência, ali existentes, são como que uma inserção no solo, aquilo que compõe a identidade individual; relações, porque existem referências compartilhadas que designam as fronteiras, marcam a relação com os seres mais próximos e com os outros; História, na medida em que os naturais de uma aldeia vivem na História[33].

---

[31] AUGÉ, Marc – *Non-Lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris : Éditions du Seuil, 1992 (ed. em português : *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora. 2005, p. 46).

[32] AUGÉ, Op. cit., p. 49.

[33] CARDOSO, Ciro Flamarion – *Repensando a construção do espaço* [Em linha]. Revista de História Regional. Ponte Grossa: UEPG. Vol. 3, nº 1, (Verão 1998). [Consult. 24 Jun. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.rhr.uepg.br/v3n1/ciro.htm> e AUGÉ, Op. cit., pp. 47 e 48.

Os lugares incorporam em si um passado, identificam-se com ele, são transformados em "lugares da memória" e funcionam como símbolos da alteridade do passado, em relação ao mundo de hoje. Deram sentido aos que nele viveram e constituem um suporte de observação para o estudo das respectivas comunidades (Cpítulos III, IV, V, VI e VII).

Ao tomar o território e os lugares como referência, para a discussão dos acontecimentos históricos, passados em contexto rural e de ruralidade, o debate assume um rumo diferenciado, uma vez que se distancia das vertentes tradicionais das Ciências Sociais e configura um novo momento para reflexões.

2 - O território das memórias e as dificuldades criadas: implicações económicas e sociais

2.1 - O enquadramento geográfico das três aldeias, na região de Trás-os-Montes

O distrito de Bragança é composto por duas regiões diferentes[34], consequência das condições do solo, do clima e da concretização das actividades humanas (culturas, exploração do solo, povoamento e relações económicas): a norte, as terras de maior altitude constituem a Terra Fria Transmontana, ou o Alto Trás-os-Montes, onde a paisagem é influenciada pelos baixos declives do planalto transmontano, com altitudes[35] entres os 700 e os 800 m, dominados por algumas serras não muito altas, cortados por bacias e por entalhes erosivos; a sul, fica a Terra Quente Transmontana, de clima mais suave (verões ardentes e Invernos moderados), marcada pelo vale do rio Douro e pelos vales dos seus afluentes (Fig. II.1).

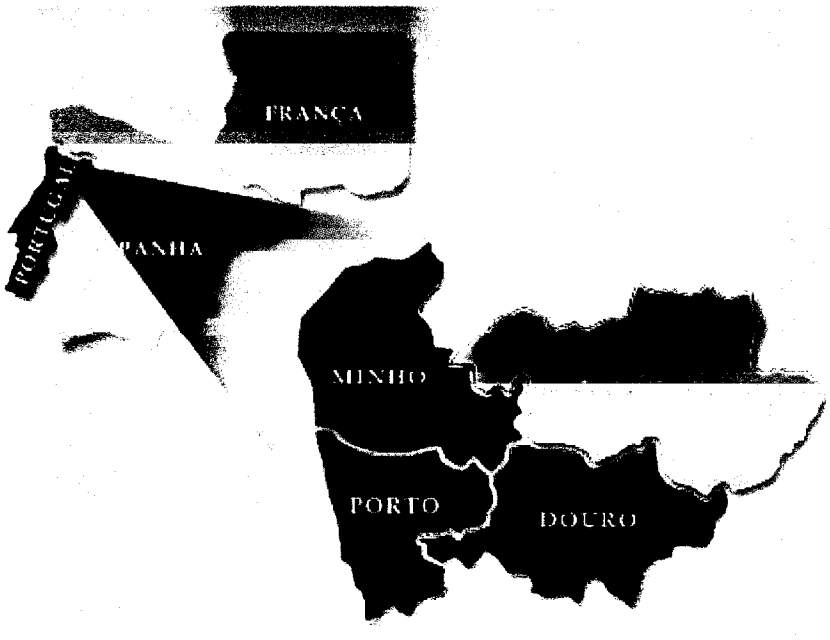


Fig.II.1 – Mapa: localização de Trás-os-Montes e Alto Douro [36]

A região de Mirandela, onde se localiza o Cachão e o Romeu, fica situada numa zona de transição entre o Alto Trás-os-Montes e o Alto Douro, pelo que partilha de aspectos

[34] Obs.: estas duas regiões correspondem, *grosso modo,* à divisão que foi feita no agrupamento dos municípios por NUTS III. Recorde-se que a província de Trás-os-Montes e Alto Douro foi criada em 1834 e revogada pela divisão administrativa de 1936, marcando o contraste entre as formas de relevo existentes nas duas zonas.
[35] TABORDA, Op. cit., p. 6.
[36] MAPA DA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO [Em linha]. [Material Cartográfico]/ [Consult. 19 Jun. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.cenarios.com/mapa.php?lingua=pt>.

característicos de ambas as regiões. Condições especiais de altitude e de exposição dão origem a aspectos particulares de clima, vegetação e culturas. O vale de Mirandela ocupa o centro de uma bacia, formada pela confluência dos rios Tuela e Rabaçal, que se prolonga pelo rio Tua até ao Cachão[37]. As serras em volta preservam esta bacia da acção dos ventos (continentais e marítimos) e formam como que uma barreira de condensação, subtraindo-lhe humidade, pelo que aqui chove com menos frequência e raramente neva.

Estas condições particulares explicam o clima típico de vale da área de Mirandela (Invernos temperados, Verões ardentes), acentuadamente seco, de tipo duriense. O tipo de paisagem e o tipo de produção agrícola são mistos: os cereais, especialmente o centeio, a oliveira e a vinha, além das culturas hortícolas. A vida agrícola das aldeias do concelho de Mirandela, Cachão e Romeu incluídas, liga-se mais a ocupações da Terra Fria, tendo como subsidiárias as culturas da oliveira e da vinha. Esta cultura é secundária e não marca, como no Douro e na Coleja, onde ela é cultura principal, nem o carácter do solo nem o dos homens[38].

O solo, no Romeu, é constituído por granitos, que acabam por exercer a sua influência na topografia local: formaram-se alguns planaltos e a aldeia ficou instalada num deles[39] (Anexo 34; Fig.34.3, Vol. II, p. 63). Nesta zona, existe uma regularidade do relevo, quebrada apenas por grandes penedos que apresentam formas variadas ou por alguns aglomerados de blocos de pequenas dimensões.

O Cachão fica inserido numa região xistosa, na base de duas serras (Anexo 34; Fig.34.2, Vol. II, p. 63), nas margens do Tua, onde o relevo é movimentado e se apresenta formado por uma sucessão de montanhas, de cerros e de colinas[40]. A camada de solo arável, no cimo das serras e nas encostas, é muito delgada e mal cobre a rocha, deixando-se penetrar com dificuldade pelo arado. Isto acontece, porque as partículas finas que se vão acumulando, pela decomposição dos xistos, são arrastadas pelas águas das chuvas para os vales e depressões. Nas superfícies pouco inclinadas, a camada de terra arável distribui-se duma forma uniforme e a acção da erosão contribui para que ali se formem relevos moles. Na zona onde se implantou a aldeia, a constante acção da erosão deu origem à formação de vales profundos, como o do rio Tua[41], onde os terrenos das suas margens são férteis.

---

[37] A quadriga que beija os pés a Mirandela é formada por: ribeira de Lobo, ribeira do Mourel, rio Tuela e rio Rabaçal. Estes dois últimos rios juntam-se a montante, na Maravilha, formando o rio Tua. Mirandela tem água, calor e terra. In Jornada de esperança. *NM*. Mirandela. (14/3/65), p. 8.

[38] TABORDA, Op. cit.,p. 26.

[39] No século XII, o Romeu era «uma Quinta medieval que viria dar origem ao povoado»: In BARROSO DA FONTE (coord.) - *Dicionário dos Mais Ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2003. Vol. 3, p. 337. Vale de Couço chegou a ter o nome de «Vila de Cousso»: In FERNANDES, Ilda – *Frechas: Tradição e Modernidade*. Mirandela: Edição da Câmara Municipal de Mirandela, 2001, p. 65.

[40] TABORDA, Op. cit., p. 35.

[41] TABORDA, Op. cit., p. 34.

O Douro representa a característica geográfica mais importante desta região, uma vez que limita o distrito ao longo de toda a sua fronteira sul, e na maior parte da fronteira oriental, até à extremidade nordeste do território português. No vale do Douro, situam-se os terrenos de menor altitude do distrito, quase todos acima dos 400 m, com excepção dos vales dos rios principais e da região de Mirandela, considerada um retalho de Terra Quente.

Coleja fica integrada no concelho de Carrazeda de Ansiães e recebe a influência da inclusão no relevo da região do Douro — onde fica encaixada no colo de duas montanhas (Anexo 34; Fig. 34.1, Vol. II, p. 62), a 210 m de altitude —, do clima mediterrânico, do tipo de culturas e do tipo de relação que os seus habitantes foram estabelecendo com as quintas. O povoamento, na região da Coleja, é comum ao do Alto Douro onde, em geral, se rarefaz e se aglomera para o interior, organizando-se sob a forma de aldeias e de quintas[42].

A Coleja insere-se numa região xistosa, onde o relevo é muito movimentado e caracterizado por uma série contínua de montanhas, vales encaixados e cerros elevados que se estendem até perder de vista. Os terrenos, próximos das habitações, sustentavam uma economia doméstica e utilitária e serviam para o plantio de hortas ou como suporte de pequenas culturas. Havia terrenos em locais tão íngremes ou encaixados em vales que só podiam ser cultivados com instrumentos tradicionais e nem os animais neles conseguiam entrar. A maior parte das propriedades agrícolas ficavam distribuídas pelas encostas das montanhas em redor, principalmente cobertas pela cultura da vinha e por cereais, atingindo algumas delas uma distância considerável, em relação à aldeia.

Carrazeda de Ansiães, por sua vez, distribui-se por um planalto de morros graníticos, varrido pelos ventos frios, e é um verdadeiro enclave de Terra Fria no Alto Douro[43]. Aqui há o castanheiro, terras de centeio, campos de batatais e lameiros, mas desaparecem a vinha, a oliveira e a laranjeira que existem na Coleja.

O rio Douro foi-se humanizando ao longo dos tempos, tornou-se num eixo de atracção das populações de uma e da outra margem e representou para elas uma estrada e um obstáculo[44].

Além do Douro, os principais rios do distrito correm de norte para sul ou de nordeste para sudoeste, e fazem parte da bacia hidrográfica do Douro. Os principais são: o Tua, que nasce em Espanha, como Tuela, e banha a zona ocidental do distrito, e o Sabor, que também nasce em Espanha, muito perto do Tuela, mas que corre através da zona oriental do distrito. Ambos têm uma rede de afluentes com algum significado.

---

[42] Coleja foi, na sua origem, uma quinta: In GIBBONS, Op. cit., p. 35.
[43] TABORDA, Op. cit., p. 25.
[44] TABORDA, Op. cit., p. 27.

Com excepção da Barragem do Azibo, construída no rio Azibo, afluente da margem direita do Sabor, todas as barragens do distrito se situam no Douro: Valeira, Pocinho, Saucelle (já no Douro Internacional), Aldeadávila, Bemposta, Picote e Miranda.

Entre os vales dos rios, erguem-se serras: a serra da Nogueira, que separa os vales do Tuela e do Sabor e se ergue até aos 1320 m. Mais a sul, a serra de Bornes separa o Tua do Sabor, subindo até aos 1199 m. A leste, a serra de Mogadouro, pouco mais que uma série de colinas que separam o Sabor do Douro, atingindo os 997 m. A norte, junto à fronteira espanhola, erguem-se as serras maiores: a serra da Coroa, com 1273 m de altitude, a norte de Vinhais, e a serra de Montesinho, que se prolonga por território espanhol, onde chega aos 1600 m de altitude.

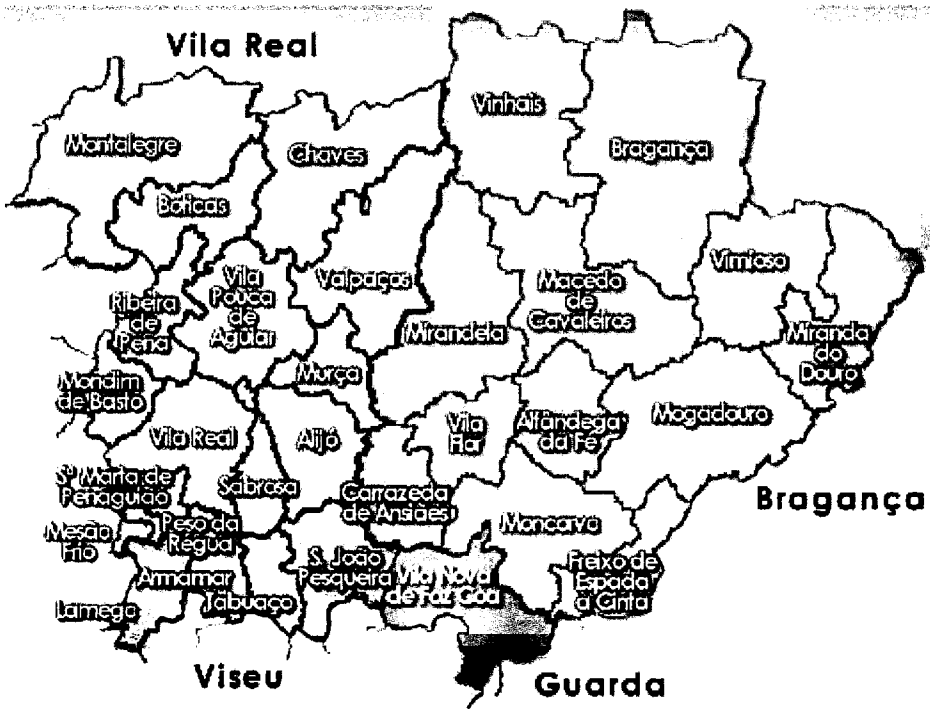


Fig. II.2 - Mapa de Trás-os-Montes e Alto Douro [45]

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro apresenta as seguintes linhas de demarcação territorial (Fig.II.2): a norte e leste, a linha de fronteira que separa a região de Espanha fixou-se desde os primeiros tempos da nacionalidade (Tratado de Alcanizes); a sul, o Douro foi sempre a linha de separação da Beira (distritos de Viseu e da Guarda); a oeste, porém, a linha divisória com o Entre Douro e Minho oscilou bastante, até se fixar definitivamente. A oeste, o distrito de Bragança confina, em toda a sua extensão, com o distrito de Vila Real.

[45] MAPA DA REGIÃO [Em linha]. [Material cartográfico]/[Consult. 25 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.radioansiaes.nostri.pt/regiao.asp>.

Inserida dentro destes limites geográficos, a região ficou individualizada, em relação ao resto do país, pelo que nela persistiram, durante muito tempo, traços de um arcaísmo agro-pastoril que foram resistindo às influências das formas de vida moderna. A sua população recorreu ao domínio do solo e à constituição, na sua maioria, de pequenas parcelas cultivadas, de fraco rendimento, mas também a algumas médias e grandes propriedades.

Em síntese, as características que dão identidade ao Alto Trás-os-Montes e ao Alto Douro são as seguintes:

Quadro II.1

Trás-os-Montes e Alto Douro: síntese comparativa

	Alto Trás-os-Montes	**Alto Douro**
Limites	Desde a Galiza ao Alto Douro. Terras altas, com montanhas e planaltos: -Gerês – Cabreira: a Norte; -Alvão – Marão: a Sul.	Desde o Douro fronteiriço até Barqueiros, abrangendo os vales terminais dos seus afluentes e as terras adjacentes a esses vales.
Solo	Granítico e descarnado, nas partes altas e com maiores aptidões agrícolas nos vales; prados naturais: economia agrícola e pastoral	Xistoso Esta região sobe para norte, em contacto com regiões cujos aspectos geográficos são transmontanos (contrastes violentos de clima, paisagem e revestimento vegetal e culturas)
Clima	Invernos frios e verões quentes	Verões muito quentes (tórridos na foz dos rios, afluentes do Douro). Invernos suaves.
Economia	Culturas predominantes: centeio e batata Circulação lenta e difícil População pouco densa de pequenos e médios proprietários	Culturas: oliveira, amendoeira, figueira, laranjeira, sobreiro, árvores de fruto variadas e a vinha. Culturas de subsistência: os cereais, as leguminosas ou a batata[46]. O Vinho do Porto imprime um cunho especial à região duriense: na forma particular de ocupar o solo, nos factores geográficos e económicos que daí resultaram e numa certa autonomia geográfica.
Peculiaridade	Vida bastante primitiva, quase fechada às influências exteriores	-a margem norte tem uma relação mais intensa com o Alto Trás-os-Montes -a margem sul com a Beira. -vínculo comum: a forma de ocupação do solo e a solidariedade económica

Fonte: TABORDA, Op. cit. pp. 20-21.

[46] *À Descoberta de Portugal.* Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1982, p. 52.

As características particulares das três aldeias permitem mostrar a sua inserção no meio, o seu envolvimento em contextos específicos, o perfil de identidade destas "micropátrias" e a sua representatividade, dentro da História Nacional:

Quadro II.2

Síntese comparativa das três aldeias

Itens comparativos	**Coleja**	**Romeu**	**Cachão**
Orago	Santa Luzia	N^{a}S^{a} da Anunciação	S.Isidro
Área da freguesia	22,1 km^2	14,22 km^2	18,41 km^2
População	367 (freguesia)[47]	301 (freguesia)[48]	1137 (freguesia)
Densidade Populacional	16,6 hab/km^2 (freguesia)	21,2 hab/km^2 (freguesia)	61,8 hab/km^2 (freguesia)
Freguesia	Seixo de Ansiães[49]	Romeu[50]	Frechas
Aldeias anexas	Coleja, Senhora da Ribeira e as Quintas do Douro	Vimieiro, Vale de Couço	Cachão, Latadas e Vale da Sancha
Concelho	Carrazeda de Ansiães	Mirandela	Mirandela
Distrito	Bragança		
Diocese	Bragança - Miranda		
Província	Trás-os-Montes e Alto Douro		
Sub-região	Douro	Alto Trás-os-Montes (transição)	Alto Trás-os-Montes (transição)
Altitude (m)	210	501	322
Latitude	41° 8' 60 N	41° 31' 60 N	41° 22' 60 N
Longitude	7° 13' 60 W	7° 4' 0 W	7° 10' 0 W
Actividades económicas	Agricultura	Indústria de enchidos, pedreiras (exploração de granitos) e agricultura.	Agricultura (oliveira, trigo, vinha e centeio), pecuária (ovinos e animas de capoeira), agro-indústria (transformação de produtos, panificação), vitivinicultura, olivicultura, comércio de frutas, pequeno comércio e prestação de serviços...
Festas e romarias	-Jogos de Páscoa -Sta Luzia (21 e 22 de Agosto) -Festa da Vindima (25 Setembro) -Prova do vinho novo (S.Martinho)	-N^{a} S^{a} de Jerusalém (1° Domingo de Setembro), -Santo Amaro (10 Janeiro) -N^{a}S^{a} da Anunciação (25 Março) -São Ciríaco (8 Agosto)	-S.Miguel (29 Setembro) -Santo Isidro (15 Maio) -N^{a}S^{a} de Lurdes (11 Fevereiro) -N^{a}S^{a} do Aviso (3° fim-de-semana de Agosto)

[47] Censos 2001. Lisboa: INE. População do concelho: 7 642 hab.; População da sede de concelho: 1 600 hab.

[48] Censos 2001.Lisboa: INE. População do concelho: 25 742 hab.; População da sede de concelho: 11 100 hab.

[49] O concelho de Carrazeda de Ansiães é composto por 19 freguesias: Amedo/ Beira Grande/ Belver/ Carrazeda de Ansiães/ Castanheiro/ Fonte Longa/ Lavandeira/ Linhares/ Marzagão/ Mogo de Malta/ Parambos/ Pereiros/ Pinhal do Norte/ Pombal/ Ribalonga/ **Seixo de Ansiães (Coleja)**/ Selores/ Vilarinho da Castanheira/ Zedes.

[50] O concelho de Mirandela é composto por 37 freguesias: Abambres/ Abreiro/ Aguieiras/ Alvites/ Avantos/ Avidagos/ Barcel/ Bouça/ Cabanelas/ Caravelas/ Carvalhais/ Cedães/ Cobro/ Fradizela/ Franco/ **Frechas (Cachão)**/ Freixeda/ Lamas de Orelhão/ Marmelos/ Mascarenhas/ Mirandela/ Múrias/ Navalho/ Passos/ Pereira/ **Romeu**/ São Pedro Velho/ São Salvador/ Suções/ Torre de D. Chama/ Vale de Asnes/ Vale de Gouvinhas/ Vale de Salgueiro/ Vale de Telhas/ Valverde/ Vila Boa/ Vila Verde.

Património cultural e edificado na aldeia	-Capela de Santa Maria (Anexo 35; Fig. 35.1, Vol. II, p. 65) -Casa onde viveu John Gibbons	- igreja matriz (Anexo 37; Figs. 37.1 e 37.2, Vol. II, p. 70) -capela de São Sebastião (Anexo 37; Fig. 37.9, Vol. II, p. 73) - 2 cruzeiros	-igreja de Santo Isidro (Anexo 36, Fig 36.1, Vol. II, p. 68).
Património cultural e edificado na freguesia	- Igreja Matriz de Seixo de Ansiães (Anexo 35; Fig. 35.2, Vol. II, p. 65) - Capela de Nª Sª da Costa (Seixo de Ansiães); Capela do Espírito Santo; Capela da Senhora da Ribeira; Capela de Santa Luzia -Cruzeiros; Alminhas; Fontes de Arco; Fonte das Calçadas; Fontanário; Fontes de Mergulho.	-capela de NªSª de Jerusalém do Romeu (Anexo 37; Fig. 37.10, Vol. II, p. 74) -capela de Vale de Couço -capela do Vimieiro -Casas do Povo (velha e nova: Anexo 37, Figs. 37.5 e 37.6, Vol. II, pp. 71 e 72) -Escola Primária (Anexo 37, Fig. 37.8, Vol. II, p. 73)	-igreja Matriz de Frechas (Anexo 36, Fig. 36.2, Vol. II, p. 68), capela de S.Sebastião e capela de NªSª de Lurdes (Vale da Sancha), igreja (Vale da Sancha), solar dos Araújos, pelourinho (Anexo 36, Fig. 36.4, Vol. II, p. 68), cruzeiro, capela de Nª Sª do Aviso (Vale da Sancha), forno do concelho, azenha de Frechas
Locais de interesse turístico	-queda da água na Ôla (Anexo 35, Fig. 35.6, Vol. II, p. 67) -miradouro da Fonte Santa (Anexo 35, Fig. 35.7, Vol. II, p. 67) -dobadoiras e as ferraduras -Complexo Turístico da Senhora da Ribeira. (Anexo 35, Fig. 35.4, Vol. II, p. 66) -as Quintas do Douro (nestas quintas, podem ser visitados os armazéns ou adegas que detêm grandes tonéis de Vinho Fino/ Vinho do Porto).	Museu de Curiosidades (Anexo 37, Fig. 37.7, Vol. II, p. 72) Monte de NªSª de Jerusalém (Anexo 37; Fig. 37.10, Vol. II, p. 74) Restaurante Maria Rita (Anexo 37, Figs. 37.3 e 37.4, Vol. II, p. 71) Aldeias melhoradas Quadraçal	-estação da CP -barragem agrícola e aspecto paisagístico (Anexo 36, Fig. 36.5, p. 69) -margens do rio Tua -o CAICA (Anexo 36, Fig. 36.6, Vol. II, p. 69) -vistas panorâmicas -turismo rural
Gastronomia	Rojões, migas, alheiras, salpicões, chouriças, morcelas, presunto, tabafeiras, milhos, castelhanas, sarrabulho, favas guisadas, cabrito ensopado, coelho estufado, perdiz com molho de vilão, peixe do rio de escabeche.	Bacalhau à Romeu, bacalhau à nossa moda, feijoada à moda do Romeu, bifes na caçarola e espargos bravios	O geral do concelho
Artesanato	Ferraria, latoaria e marcenaria	Colchas e tapetes regionais	
Colectividades	Centro Cultural Desportivo e Recreativo da Coleja	Associação Cultural e Desportiva de Romeu	-Associação Cultural e Desportiva do Cachão -Associação Cultural e Desportiva de Frechas -Grupo Desportivo do Cachão -Grupo Desportivo e Recreativo de Vale da Sancha -CNE do Cachão

Fonte: SILVA, Isabel (coord.) - *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*. Matosinhos: [org.] Minhaterra. Estudos regionais de produção e consumo Lda, Freixieiro.Vol. 3, 1996; BARROSO DA FONTE, Op. cit., p. 338; PORTUGAL SÉCULO XXI - Distrito de Bragança. Mirandela (Frechas e Romeu) e Carrazeda de Ansiães (Seixo de Ansiães). 2ª Ed. [CD-ROM 1]. Matosinhos: O nosso país. 2001; *Junta de freguesia de Frechas* [Em linha]. [Consult. 13 Mai. 2006]. Disponível em <URL:http://www.mirandela-online.net/ concelho/freguesias/freguesias.php?id=16>; *Junta de Freguesia do Romeu* [Em linha]. [Consult. 13 Mai. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.mirandela-online.net/concelho/freguesias/ freguesias.php?id=26>.

2.2 - Algumas características sócio-económicas da análise

O concelho de Mirandela

Mirandela pertence ao distrito de Bragança e localiza-se na parte mais central do nordeste, fazendo de transição entre o Alto Trás-os-Montes e o Alto Douro. Esta localização geográfica foi importante: representou um ponto de passagem obrigatório e transformou-se no cruzamento rodo e ferroviário mais importante da região.

As linhas de fronteira separam este concelho dos seus vizinhos: a Norte - Vinhais e Valpaços. A Sul – Vila Flor e Carrazeda de Ansiães. A Este – Macedo de Cavaleiros. A SE – Alfândega da Fé. A Oeste – Valpaços. A SO – Murça (Fig. II.3).

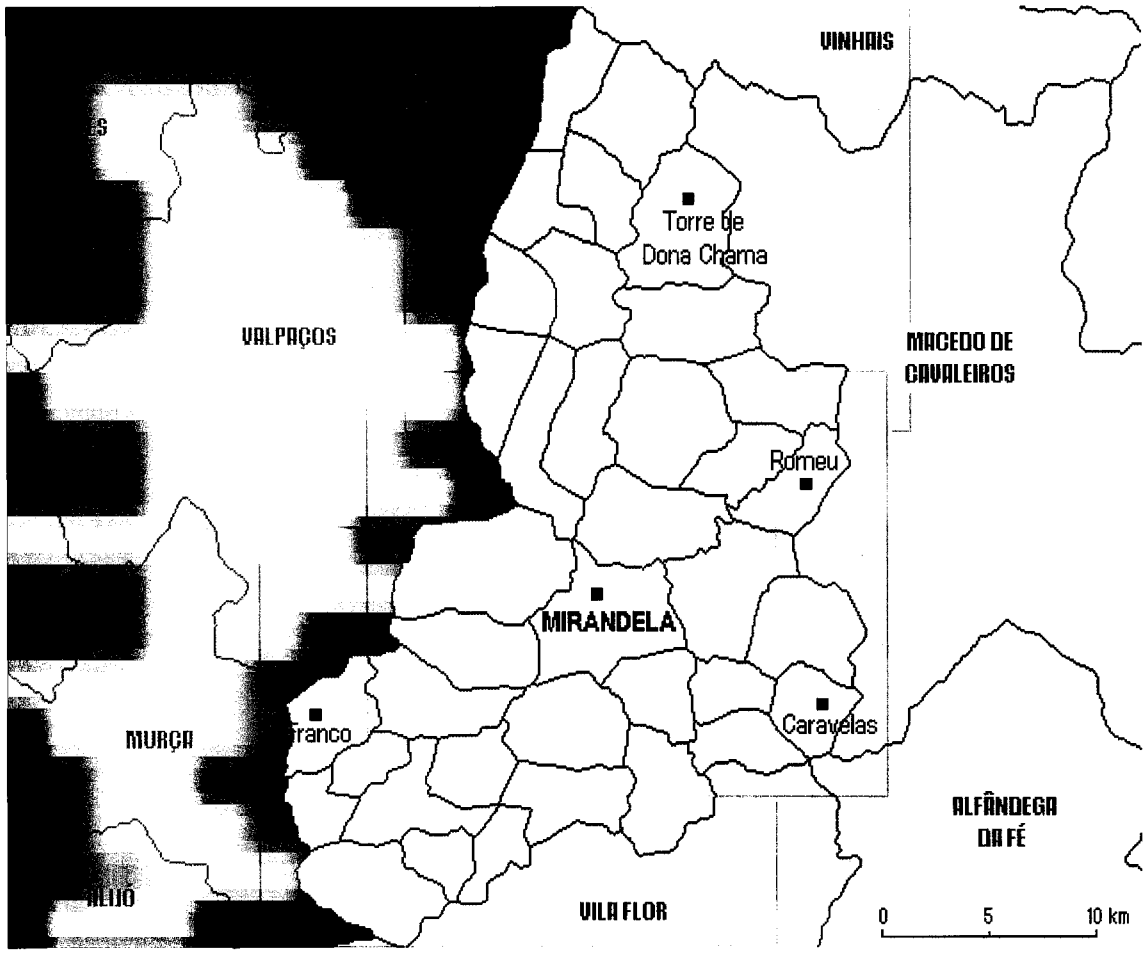


Fig.II.3 - Mapa do Concelho de Mirandela [51]

[51] MAPA DO CONCELHO DE MIRANDELA [Em linha]. [Material Cartográfico]/[consult. 20 Jun. 2005]. Escala: 1/500 000. Disponível em: <URL: http://portugalia.free.fr/distritos/04/0407.htm>.

O concelho de Mirandela era, no período de tempo em análise, essencialmente agrícola, pois desta actividade provinha a sua riqueza, muito embora fossem algo significativas as suas actividades comercial e industrial.

A fertilidade dos vales de Mirandela (das ribeiras do Mourel e Carvalhais e dos rios Tua, Tuela e Rabaçal) transformaram-na no principal centro hortícola da Província, local onde se iam abastecer grande parte dos indivíduos de outras regiões[52]. Nas terras agrícolas do concelho de Mirandela, tudo se dava: «desde as culturas próprias das regiões frias, ainda que de menor importância, às dos climas temperados e quentes»[53] (Quadro IV.10, p. 242).

A cultura principal era a da oliveira e o azeite a sua principal riqueza. Outras culturas deste concelho: o sobreiro, os cereais (trigo, centeio, cevada, aveia e milho), árvores de fruto, vinho[54], batata e produtos hortícolas (a fava, grão-de-bico, feijão, couves).

A pecuária (equinos, muares, asininos, suínos, ovinos, caprinos e bovinos) ocupava um lugar de menor destaque neste concelho, mas era o 3º produtor de lã em Trás-os-Montes, com perto de 67.000 kg, em 1957, produção um pouco significativa.

Sob o aspecto comercial, Mirandela tinha um grande valor, pois era o centro do grande comércio da Província de Trás-os-Montes, exportando para todos os lados produtos agrícolas e conservando a praça mais farta e bem abastecida da região.

Industrialmente, apesar do concelho estar um pouco atrasado, embora inicialmente «possuísse perto de uma centena de lagares de azeite, moagens, etc.», progrediu muito, tendo sido escolhido para a montagem das instalações da Companhia União Fabril e para a instalação do Complexo Agro-Industrial, no Cachão, o que demonstrou a riqueza deste concelho e permitiu a sua projecção na região, no país e no estrangeiro[55].

A estrutura social, no concelho de Mirandela, era caracterizada com base no acesso e na posse de bens (casas, propriedades, equipamentos) e na riqueza (Capítulo III, ponto 2.2, p.150).

Os mais ricos «podiam fazer alguma coisa, mas dentro das suas modelares instalações, viviam como que em extramuros, isolados e indiferentes ao que se passava nas camadas inferiores. Isto era a regra [aplicada à região], o que não queria dizer que não houvesse excepções»[56].

---

[52] SARMENTO, A. Figueiredo – Miradouro. *NM*. Mirandela. (7/4/57), p. 2.

[53] ESTEVES, Ilídio António (Eng.º Ag.º) - Algumas palavras sobre o valor da economia de Mirandela. *NM*. Mirandela. (27/1/57), p. 6. Apesar dos dados serem relativos a 1957, são representativos do valor de Mirandela na região, posição que continuaria a assumir, ao longo do período em análise.

[54] Nas propriedades de D. Maria Angélica de Sousa Pinto Barroso, na freguesia de Frechas, e nas da Sociedade Clemente Menéres, nas freguesias de Romeu, Avantos, Frechas e Carvalhais, do Concelho de Mirandela, produzia-se vinho do Porto.

[55] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.

[56] NASCIMENTO, Eduardo do - Causas do atraso das populações rurais. *NM*. Mirandela. (24/3/57), p. 2.

Os remediados, «mercê das suas influências, tudo conseguiam obter, sem necessidade de grandes esforços»[57].

Os pobres eram aqueles «que mais perto sentiam as causas de tão grande atraso»[58]. Estes, por falta de recursos intelectuais, e muitas vezes por acanhamento, tinham receio de pedir, mesmo aquilo que lhes era devido.

O concelho de Carrazeda de Ansiães

O concelho de Carrazeda de Ansiães situa-se na margem direita do rio Douro e na esquerda do seu afluente, o Tua, sendo estes rios duas fronteiras naturais. Os limites territoriais deste concelho são os seguintes: a Norte – o rio Tua (Murça/Mirandela). A Nordeste - Vila Flor. A Sul – o rio Douro (S.João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa). A Este - Torre de Moncorvo e a Oeste – o rio Tua (Alijó) (Fig.II.4).

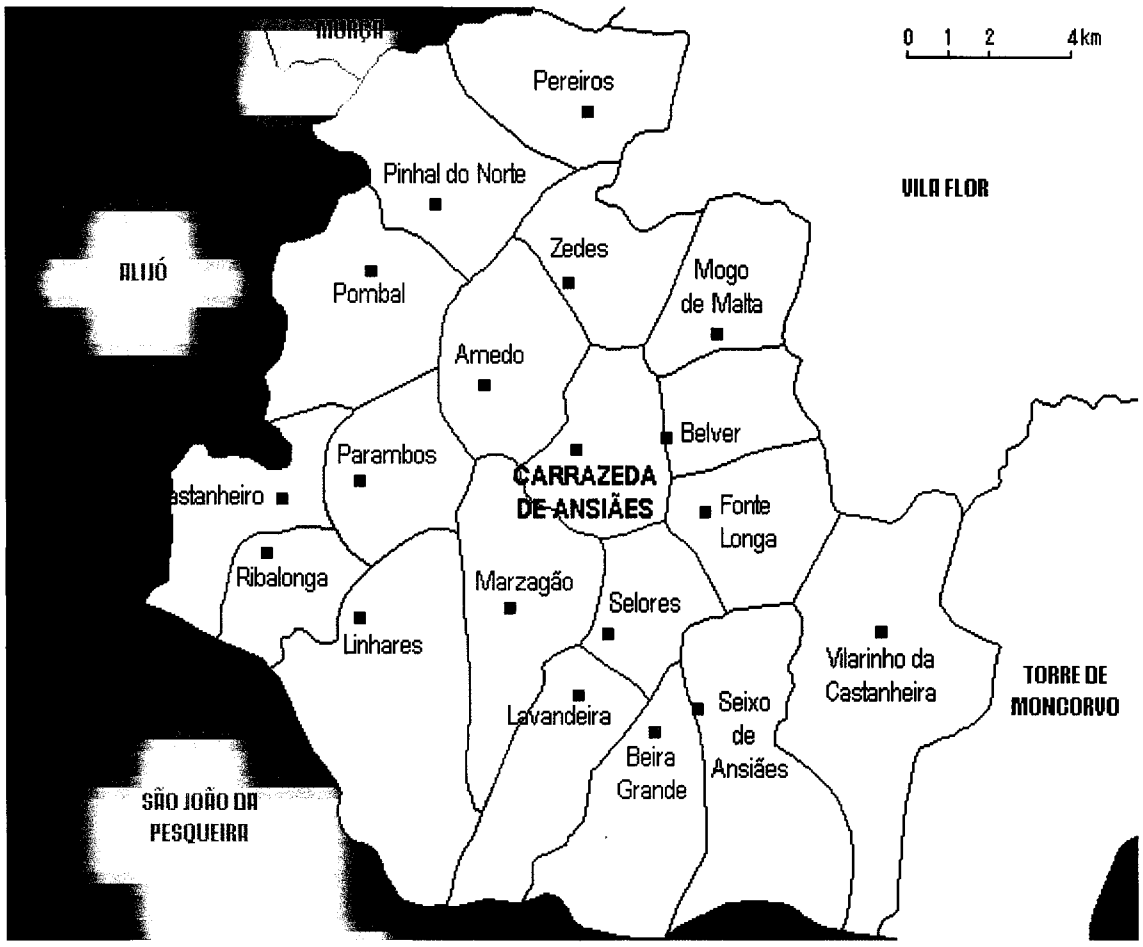


Fig. II.4– Mapa do Concelho de Carrazeda de Ansiães [59]

[57] NASCIMENTO, Op. cit., (24/3/57), p. 2.
[58] NASCIMENTO, Op. cit., (24/3/57), p. 2.

Carrazeda de Ansiães pertence ao distrito de Bragança, em relação ao qual fica no extremo sul, fazendo fronteira com o distrito de Vila Real, para ocidente, e com os de Viseu e da Guarda já para sul, na outra margem do Douro.

A área deste concelho, de 281,8 km², é atravessada por ribeiros que vão desaguar ou ao Tua ou ao Douro, que, por vezes, descem abruptamente fragosos declives, como os de Vilarinho da Castanheira e Pinhal do Douro, caindo para o termo de Seixo de Ansiães.

Carrazeda de Ansiães tem uma grande parte da sua área territorial integrada no Alto Douro, caracterizada por vales encaixados no Douro e no Tua, encostas declivosas onde a vinha é predominante e produz muito vinho do Porto de elevada qualidade. É uma terra «de contrastes bem marcados na paisagem, nas formas de viver, nas actividades humanas e no imaginário colectivo»[60].

Os solos são compostos por xistos, ricos em potássio e pobres em matéria orgânica, e uma pequena camada de terra argilosa. A vinha é tradicionalmente plantada em terraços ou socalcos e mais recentemente (1980), graças às novas tecnologias, apareceu o chamado plantio ao alto que, apesar de facilitar todo o trabalho de produção, veio alterar profundamente a paisagem característica do "Douro".

Nesta área, há pinheiros, zimbros e freixos, pêssegos, trigo, chícharos (feijão-frade, pêras e mel. Misturam-se as oliveiras, as amendoeiras, as figueiras e até algumas matas, principalmente de sobreiros. É a Zona Quente do Douro, onde o xisto é dominante.

A área onde se situa a vila fica no chamado planalto de Carrazeda de Ansiães[61], que se estende até ao concelho de Vila Flor e ao de Moncorvo, e que é a continuação da Meseta Ibérica, rodeada por montanhas que rondam os 900 metros de altitude, como é o caso das serras da Reborosa, da Fonte Longa, da Senhora da Assunção, de Vilarinho da Castanheira ou da Senhora da Graça. O clima, nesta área, torna-se mais frio, com neves frequentes no Inverno e chuvas abundantes.

É uma zona onde há as seguintes produções: cereais, principalmente centeio, batata, feijão, milho, maçã, castanha, grão-de-bico, nabos, fenos e pastagens. Nesta zona, há também muitas matas de pinheiros, carvalhos, negrilhos, sobreiros e soutos de castanheiros. O vinho também é abundante, mas não tão maduro.

---

[59] MAPA DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES [Em linha]. [Material Cartográfico]/[consult. 20 Nov. 2005]. Escala: 1/500 000. Disponível em: <URL: http://portugalia.free.fr/distritos/04/0403.htm>.

[60] SOUSA e PEREIRA, Op. cit., p. 92.

[61] «...Carrazeda emerge de uma cadeia de montanhas, como jóia planáltica que ao progresso económico e social cumpre aproveitar com urgência. Mas o deslumbrante espectáculo da extensa e intensa ondulação geológica fica ao observador como recordação imperecível e síntese magnífica de exacta nomenclatura – Trás-os-Montes». «E onde era terra agreste, fealdade de fugir, surgia aos olhos do observador uma praça municipal, em tudo digna desse nome – bela e funcional, rodeada de edifícios agradáveis de ver e visitar. Aquilo sim, era o centro cívico de que a sede de concelho se podia orgulhar, como pólo aglutinador da vida local». In REIS, Rogério - Por terras do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (15/12/68), pp. 1 e 4.

Nesta área do concelho, há a criação de gado bovino, suíno, caprino e ovino.

É a Terra Fria Transmontana, onde o granito predomina e onde montes rochosos, elevados e pouco produtivos abrigam boas terras de cultivo, em apertados vales ou pequenos planaltos.

As aldeias deste concelho podem ser inseridas em três partes distintas (encosta do Tua, planalto e encosta do Douro)[62], embora haja casos, como os de Seixo de Ansiães (onde se insere a Coleja) ou de Vilarinho da Castanheira, que, embora as povoações se situem em zonas planálticas e montanhosas, têm grande parte dos seus terrenos virados para o rio Douro.

A nível social, a posse de terras, de casas comerciais (vestuário, calçado, ferragens, farmácias, restaurantes, cafés, pensões, livrarias...), o exercício de funções, no sector dos serviços, e a riqueza pecuniária, determinaram a estrutura social (Capítulo III, ponto 2.2, p. 150).

As pessoas mais ricas eram os proprietários de quintas, os donos de propriedades rurais e os donos de casas comerciais.

As camadas remediadas eram representadas por titulares de cargos na administração pública e no sector dos serviços e, ainda, por pessoas que possuíam algumas propriedades rústicas e casas, tendo, por isso, uma vida desafogada.

As camadas mais baixas, sobrecarregadas de trabalho, de encargos e de algumas dívidas, pois eram mal remuneradas, debatiam-se com muitos problemas e desempenhavam cargos de jornaleiros, criadagem, pequenos agricultores, arrendatários e prestadores de serviços.

---

[62] Da encosta do Tua: Brunheda, Castanheiro, Codeçais, Felgueira, Fiolhal, Foz Tua, Paradela, Pereiros, Pinhal do Norte, Pombal, Sentrilha e Tralhariz.
Do Planalto: Amedo, Alganhafres, Areias, Carrazeda de Ansiães, Belver, Fontelonga, Lavandeira, Luzelos, Marzagão, Mogo de Ansiães, Mogo de Malta, Misquel, Parambos, Pena Fria, Samorinha, S. Pedro, Seixo de Ansiães, Selores, Venda Nova e Zedes.
Da encosta do Douro: Beira Grande, Campelos, Carrapatosa, Coleja, Linhares, Pinhal do Douro, Ribalonga e Vilarinho da Castanheira. In FERREIRA, Cândida Florinda – *Carrazeda de Ansiães: notas monográficas*. Lisboa: Tipografia Silva, Lda.[s/d].

2.3 - As características provocadas pelo isolamento do território

As aldeias deste estudo fixaram-se no território transmontano, numa zona periférica, afastada do litoral norte, de forte predominância rural. O ruralismo ficou a dever-se ao isolamento em que viveram, durante muitos anos, as populações que se espalharam pelas aldeias e lugarejos e às dificuldades de comunicações com a sua área de influência: a cidade ou vila mais próxima, ou aquela a que administrativamente pertenciam.

O isolamento das populações provocou um conjunto de características (geográficas, económicas, sociais e políticas) que as condicionou e afectou, durante muito tempo, levando algumas delas a subsistir como "micropátrias":

Características geográficas:

-comunicações e facilidades de comunicações fracas;
-transportes fracos e pouco abundantes;
-más ligações com o mundo exterior (freguesia, concelho e distrito);
-elevado número de horas gastas no percurso entre a aldeia e essas sedes;
-linhas de fronteira bem demarcadas;
-domínio sobre o território: propriedades retalhadas;
-forte demarcação territorial, causadora de: conflitos com a vizinhança e com os elementos da mesma aldeia.

Características económicas:

-economia natural;
-predomínio da agricultura[63];
-auto-dependência e auto-suficiência;
-auto-gestão de recursos;
-fracas oportunidades de emprego (aproveitamento das jeiras e prestação de serviços);
-fracos empregos, na vila ou na cidade mais próxima;
-troca directa (economia não monetária) e partilha de produtos;

[63] Obs.: a agricultura, durante o Estado Novo, era a actividade principal e a base de sustentação das populações rurais. Perante a crise que se instalou nesta actividade, mais acentuadamente a partir dos anos 60, a agro-indústria parecia ser, no nordeste transmontano, uma solução capaz de a resolver, de tirar a região do marasmo, de lhe levar o desenvolvimento e de travar a emigração.

-ausência de economia de mercado;

-pluriactividade e complementaridade: agricultura, caça, pesca, artesanato, ...

Características sociais e culturais:

-família alargada;

-fraco contacto com a vizinhança;

-dependência externa: do fornecimento de serviços especiais e das decisões do governo;

-auto-gestão de conflitos internos (regedor, cabo de ordens...);

-fracas condições de educação (analfabetismo) e de cultura;

-valores homogéneos;

-comunitarismo e entreajuda;

-fraco conflito de gerações;

-participação religiosa.

Características políticas:

-a forma de funcionamento dos órgãos da administração local, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, foi limitadora do desenvolvimento das populações;

-os chefes de família elegiam o Presidente da Junta de Freguesia, por sufrágio restrito;

-o regedor era nomeado e exercia a autoridade policial nas aldeias;

-os notáveis eram senhores absolutos locais, com ligações às estruturas do regime;

-o apoliticismo da generalidade da população ficou a dever-se ao isolamento social, cultural e político: falta de esclarecimento, falta de informação e de cultura (analfabetismo), falta de liberdade de escolha e de opinião...;

-perseguições políticas a quem era contra o regime e contra os notáveis;

-as populações rurais tinham consciência de que as eleições eram uma farsa;

-"micropátria", unidade estrutural com um tipo de gestão e de domínio sobre: o território local; a economia e os recursos alimentares; a organização social e os conflitos internos, bem como as rivalidades com a vizinhança; a obtenção de cultura e de saber; a estrutura política local; o sistema de domínio e de influências.

A maior parte das "micropátrias", afectadas por tais características, tornaram-se "esquecidas" e só uma pequena parte conheceu um relativo desenvolvimento[64]. Rogério Reis chamou a estas "micropátrias" as "aldeias afortunadas"[65]:

Quadro II.3

As aldeias: as "micropátrias"

Aldeias afortunadas	Aldeias esquecidas
-terras «progressivas», onde valia a pena trabalhar e viver	- «pareciam viver de inanição» -perdidas no fundo dos vales, ou localizadas em serras de difícil acesso, «arrastavam há muito o drama das almas, dir-se-ia, segregadas»
-os proprietários tinham consciência das suas responsabilidades morais, sociais e económicas	-os proprietários abandonavam essas aldeias à sua triste sorte, em virtude de não encontrarem ali as mínimas condições de conforto.
-havia trabalho permanente; -foram beneficiadas com alguns melhoramentos; -tinham acesso às Casas do Povo -a emigração foi contida ou pouco significativa	-a sua gente trabalhava duramente, mas não havia trabalho permanente que evitasse a emigração em massa, nem a pequena lavoura era protegida. -aguardavam melhoramentos, há décadas -não tinham acesso à acção das Casas do Povo.
-sentiram a acção do governo e de alguns particulares	-o governo tentou alguns melhoramentos nestas aldeias, bem como a reparação ou a construção das comunicações rodoviárias

Fonte: REIS, Rogério - Aldeias humildes. *NM.* Mirandela. (9/5/65), p. 3.

Em que tipo de aldeias se encaixam as 3 "micropátrias", em análise neste trabalho? Criaram-se condições de vida e projectos, capazes de dar continuidade ao povoamento local e de suster a população?

O Cachão e o Romeu inserem-se no grupo das "aldeias afortunadas" e a Coleja no grupo das "aldeias esquecidas".

O Romeu e o Cachão acabaram por beneficiar com a sua inserção no concelho de Mirandela[66]: a localização geográfica, as riquezas agrícolas e a implicação de individualidades

[64] Obs.: algum do desenvolvimento de certas aldeias ficou a dever-se a: certas dinâmicas que tentaram a manutenção da população no meio rural; abertura da agro-indústria ao mercado exterior e um certo pioneirismo em algumas das suas vertentes.

[65] REIS, Rogério - Aldeias humildes. *NM.* Mirandela. (9/5/65), p. 3.

[66] A população transmontana concentrou-se, sobretudo, em torno de cidades e vilas que acabaram por se tornar em pólos de atracção e de desenvolvimento: Vila Real, Régua, Lamego, Bragança, **Mirandela** e Chaves. Estes locais resistiram à desertificação humana, apesar da sua reduzida dimensão, da forte dependência do emprego no sector público administrativo, da fraca capacidade de fixação da população jovem, com formação média e superior, da escassez de "massa crítica" e da capacidade empresarial local. Mesmo assim, e apesar da acção exercida por essas cidades, e por algumas vilas de menor dimensão, as comunicações que ligavam estes mundos eram deficientes, o que limitou a dimensão do seu "mercado"e condicionou o desenvolvimento encasulado das aldeias. In CRISTÓVÃO, Artur; GERRY, Chris; VILAS BOAS, Dulce – Iniciativas empresariais e criação de emprego no espaço rural do Interior. In *Projecto Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano: Estudo das suas Causas e Papel de Novas Actividades, Agrárias e Não-Agrárias, na Criação de Emprego* [Em linha], realizado com o financiamento do Programa PRAXIS XXI, através do contrato 2/2.1/CSH/866/95. UTAD/Dep. de Economia e Sociologia. [Consult. 30 Jul. 2006]. Disponível em: <URL: http://home.utad.pt/~des/acervo_des/2001criartfiniemp52.doc>.

políticas na obtenção de alguns melhoramentos e no respectivo crescimento (criação de estabelecimentos de ensino; fixação de organismos públicos e fixação da respectiva população). Carrazeda de Ansiães viu-se mais limitada, quer pelo impacto exercido pela orografia sobre as populações e sobre as actividades económicas, quer pelo número de melhoramentos mais reduzido, verificado em todo o concelho: daí a aldeia da Coleja ter ficado, por mais tempo, encapsulada no seu estrito território.

O primeiro tipo de aldeias, como o Cachão e o Romeu, conheceram a emigração de uma forma específica, mas nas "aldeias esquecidas", como a Coleja, este fenómeno foi mais profundamente sentido (Capítulo VII).

Na generalidade das zonas rurais, zonas de "aldeias esquecidas", as dificuldades foram muito acentuadas, o que resultou: numa forte tendência para a emigração e para a desertificação; no envelhecimento populacional; na falta de qualificação, de dinamismo e de inovação; na fraca rentabilidade dos produtos agro-florestais; na continuidade de práticas agrárias tradicionais e pouco rentáveis.

Se se analisarem todos os indicadores, fornecidos pelas memórias levantadas (sociais: Capítulo III; económicas: Capítulo IV; culturais: Capítulo V e políticas: Capítulo VI), pode verificar-se que todas as estratégias implementadas pelo Estado Novo na região transmontana, com o fim de lhe levar algum desenvolvimento, se mostraram pouco eficazes (Romeu e Cachão) ou mesmo ineficazes, como na Coleja e na maior parte das restantes aldeias (Capítulo VII).

Na época em análise (1957-74), as acessibilidades eram muito limitadas, a difusão de informação era reduzida e era escasso, não só o investimento em formas valorizadoras das populações rurais (ensino, educação, cultura, assistência), mas também o apoio, por parte do Estado, das autarquias e de particulares, ao desenvolvimento local.

O território foi um entrave à promoção social, pois não havia condições suficientes, nem estruturas modernas, capazes de solucionar estrangulamentos e de fixar, de forma decisiva, as populações que viviam nesses meios (Capítulo VII). Mas, não terá sido também a ausência do Estado um factor impeditivo para o desenvolvimento, uma vez que não lhe foi possível chegar de igual forma a todas as parcelas do espaço social?

3 - O território e o poder

3.1 - O Estado e o exercício do poder sobre o território e sobre os indivíduos

O Estado desempenhou a função reguladora dos territórios e neles exerceu o seu poder: sobre o processo de apropriação e de domínio territorial – a posse, o uso e o usufruto da terra – e sobre a forma como se organizou a sociedade e a economia.

O indivíduo, o cidadão, sofreu com a forma de montagem do poder e com a maneira como ele foi exercido pelo Estado, em relação ao território e às populações.

O indivíduo, durante o Estado Novo, só existia socialmente integrado em grupos: a família, as corporações e os municípios[67]. A família era a célula, onde ele se integrava e, dentro desta, eram os pais de família que tinham o poder de decisão eleitoral e de representação na escolha dos órgãos para a Junta de Freguesia e para a Assembleia Nacional

Havia a montagem de todo um sistema que funcionava e que assegurava o controlo sobre os indivíduos. O poder estava institucionalizado, era legal, mas pecava pela sua legitimidade. A existência de um partido único garantia a vitória nas eleições aos candidatos da Situação. E como não havia eleições para as Câmaras Municipais, esse cargo era entregue a pessoas de confiança do regime e era retirado se se perdia essa confiança (Capítulo VI).

O Estado acentuou o papel de produtor do espaço, passando a ser, através de um controlo técnico e político, além de regulador, o hierarquizador do território nacional. E, ao lançar-se no processo de desenvolvimento do país, através da implementação de planos de fomento, acumulou funções de coordenação e de regulação, que foram essenciais à passagem para novas formas de produção e para um novo tipo de economia (Capítulo IV).

O Estado Novo representou um corte com o passado, quanto à forma como tentou impor o seu domínio sobre os vários territórios do espaço nacional: houve uma tentativa para substituir os distritos pelas províncias que foi mal sucedida pelo que, em 1959, as províncias foram extintas e os distritos reinstalados; houve inovação, em relação às reformas territoriais, com a criação, em 1969, das regiões de planeamento[68] (Quadro II.4, p. 107).

Ao longo de duas décadas, a de 50 e a de 60, não obstante a turbulência que se verificou (política, económica e social), os valores, os objectivos, os meios e as políticas não sofreram

[67] Obs.: no decálogo do Estado Novo, este era o princípio basilar n.º5.

[68] SANTOS, José António – *Regionalização. Processo Histórico*. Lisboa. Livros Horizonte, 1985 e SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da - *Território e poder: nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimónia, 1997.

alterações bruscas ou profundas e algumas realizações que foram lançadas estruturaram o planeamento regional[69]:

Quadro II.4

O Planeamento Regional

Data	Acontecimento
1956	-Criação do Centro de Estudos Políticos e Sociais, sobre elementos para uma Política do Ordenamento Regional; -Lançamento dos Planos Distritais de Fomento.
1953/58 1959	Na vigência do I Plano de Fomento e na fase de preparação do II, fala-se em Planos Regionais, com o objectivo de resolver os «problemas do desemprego»[70].
1961	Lei dos Meios: incentivo à instalação de indústrias e ao desenvolvimento regional de áreas rurais.
1962	Decreto-Lei: propondo a criação de uma Junta de Planeamento Económico Regional, objecto de parecer da Câmara Corporativa, em que se sistematizavam as bases do que deveria ser a institucionalização do sistema de planeamento regional.
1966	No Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, é criada a Divisão de Planeamento Regional, que teve acção importante na preparação do III Plano de Fomento (1968-1973).
1969	Criação das regiões de planeamento. O Planeamento Regional aparece, pela primeira vez, com direito a publicação individualizada, pela Imprensa Nacional de Lisboa.

Fonte: GASPAR, Jorge - *O novo ordenamento do território: Geografia e valores* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (Geo Crítica), Março de 1995. [Consult. 8/2/2006]. Disponível em <URL: http://www.ub.es/geocrit/sv-39.htm>.

Todos estes projectos e realizações mostram como, de alguma forma, houve preocupação do Estado em beneficiar o meio rural e em se aproximar das populações que o habitavam. Ao chegar até às populações, chegava até aos indivíduos que nelas viviam integrados. Era esta a forma do Estado exercer o seu poder sobre os territórios e sobre os indivíduos.

O território e o poder estiveram envolvidos. O poder central e o poder regional, em estreita ligação, exerceram o domínio sobre o território nacional e sobre os cidadãos, que se viram muito controlados e limitados (Capítulo VI).

Esses poderes relacionaram-se com as formas de domínio sobre o território: na delimitação do concelho; nas relações de vizinhança e de fronteira, entre as populações; na forma como o município, a sede do poder local, exerceu a sua acção sobre o centro e sobre a periferia da sua circunscrição; na constituição da propriedade (quintas, courelas, médias propriedades...); na posse e na gestão do domínio sobre o território; na representatividade do tipo de propriedades, em relação à economia local e nacional; na construção de vias de comunicação....

[69] Cf. Cap. IV, ponto 3: dinâmica económica, p. 251 e Quadro IV.1, p. 218.

[70] Em 1956, o ministro da Presidência, Marcello Caetano, escreveu numa exposição que dirigiu ao Conselho Económico: «Será igualmente o terceiro objectivo, um dos que terá de estar mais presente no delineamento dos planos regionais a traçar para a aplicação dos princípios gerais de novo Plano, de modo a procurar resolver os problemas resultantes do sobrepovoamento de certas regiões do País...». In GASPAR, Op.cit.

3.2 - A quebra do isolamento territorial e o desenvolvimento da região e das "micropátrias"

Ao longo do Estado Novo, o governo promoveu um vasto conjunto de realizações, destinadas a conter o isolamento territorial, a combater a doença e a miséria e a elevar o nível moral, cultural, social e económico do povo português. A dinâmica implementada no distrito de Bragança teve a abrangência de vários ministérios do poder central, destacando-se, nesse labor, o das Corporações e Previdência (Casas do Povo)[71], o da Saúde e Assistência (Instituto de Assistência à Família), o das Obras Públicas (Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização) e o do Interior.

Os melhoramentos em infra-estruturas e equipamentos, incluindo nestes a exploração da energia eléctrica, a irrigação do solo, bem como a modernização da agricultura e o aproveitamento das riquezas do subsolo e dos recursos naturais, ficaram a cargo, no distrito de Bragança, dos ministros daquelas pastas e de vários secretários: Secretaria de Estado da Agricultura, através da Junta de Colonização Interna; Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, através do Centro de Extensão Agrícola Familiar e Secretaria de Estado da Indústria, através da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos.

A lenta melhoria de comunicações foi tornando possível uma ligação mais estreita entre algumas aldeias, e alguns lugares, e a cidade ou vila de influência, e entre estes locais e os grandes centros do país e do estrangeiro. E possibilitou ainda a visita à região de ministros e secretários das pastas anteriormente referidas.

Cada país, e dentro deste cada região, tem a sua expressão de desenvolvimento e este resulta de um envolvimento entre o território e o poder, pois é sobre o território que se inscrevem os processos económicos, políticos e «sociais»[72].

O envolvimento de elementos do poder, nas três aldeias, esteve relacionado com amizades políticas (pessoas e instituições) e derivou de uma pretensão dos notáveis locais em exercerem uma forma de afirmação e de domínio sobre a sociedade e sobre a economia locais[73]. Houve um entendimento político-administrativo entre todas as partes.

As Câmaras Municipais tiveram uma acção limitada neste processo, devido à contenção orçamental e às fracas verbas disponíveis para fazer frente a tantos melhoramentos. Por isso,

---

[71] «Em Mirandela, em 1968, havia 11 Casas do Povo, englobando 3.530 associados: Alvites, Abambres, Abreiro, Carvalhais, **Frechas**, Marmelos, Mascarenhas, **Romeu**, Sucções, Torre D. Chama, e Vale de Salgueiro». In REIS, Rogério – *Trás-os-Montes: problemas regionais*. Régua: Imprensa do Douro, 1968. Vol.I, p. 169. **Mirandela** também teve uma Casa do Povo, em 1973.

[72] PINTO, José Madureira – *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: elementos de teoria e de pesquisa empírica*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 75.

[73] CUTILEIRO, Op. cit., pp. 195-197 e 213.

contavam com a ajuda do governo central e com a generosidade e a colaboração dos ilustres do meio rural.

A população era convidada a apoiar o regime e os grandes senhores punham à mercê dos elementos do governo o seu apoio e a sua cooperação. Muitas dessas pessoas estiveram directa ou indirectamente ligados à Legião Portuguesa e à União Nacional, esperando obter favores, benesses e apoio...

A sociedade viu-se confrontada com a eficácia do discurso político e com a acção religiosa dominante que fazia apelo «a esquemas de pensamento religioso», mas permanecia «escondido o seu carácter político»[74]. O regime político do Estado Novo encontrou nesta transformação simbólica o ideal para uma inexistente mobilização propriamente política e, através dela, construiu, em certas camadas sociais, «boa parte da sua "reserva de apoio"»[75] (Capítulo VI).

As pessoas e instituições (CHENOP), que ajudaram a quebrar com o isolamento territorial e que imprimiram uma dinâmica operativa que contribuiu para um relativo desenvolvimento da região, foram as seguintes:

▪ **O Eng.º Arantes e Oliveira** foi titular da pasta das Obras Públicas, entre 2/4/1954 e 12/4/67[76], e preocupou-se com o problema da electrificação e do baixo consumo de energia nacional. Empenhou-se na construção de diversas obras, entre as quais se destacam: o Padrão dos Descobrimentos, o Palácio da Justiça em Lisboa, o Instituto de Medicina Tropical, a Ponte de Santa Clara em Coimbra, a Ponte da Arrábida no Porto, a Biblioteca Nacional, o Instituto Gulbenkian, a Pousada dos Lóios em Évora, a melhoria de infra-estruturas na Madeira e nos Açores, o Projecto de Rega do Alentejo e a ponte sobre o Tejo.

A quantidade de obras empreendidas visava o desenvolvimento de Portugal e inseria-se no ideário do Estado Novo: construir para desenvolver e para propagandear. A construção surge, assim, como símbolo da obra de Salazar e visava o desenvolvimento económico e social.

Este ministro acabou por deixar o seu contributo em alguns dos melhoramentos realizados no distrito de Bragança, não lhe escapando as necessidades dos mais pobres e dando o exemplo para que se lutasse, trabalhasse e esforçadamente se servisse, tendo em vista o bem comum[77].

O empenhamento demonstrado na valorização territorial, rural e social, fez com que o Eng.º Arantes e Oliveira fosse agraciado, em 1964, com o título de cidadão honorário de

---

[74] TAVARES, Jean – Les paysans, l'église et la politique dans un village portugais. *Les Temps modernes*, nº 360, Paris, 1976, p. 2235.

[75] PINTO, Op. cit., p. 150.

[76] O Eng.º Arantes e Oliveira foi substituído no Ministério das Obras Públicas pelo Eng.º José Albino Machado Vaz que viria a exercer o cargo, entre 12/4/1967 e 27/9/1968. In ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. Vol.II, p. 593. Este ministro esteve presente no dia da inauguração da ponte de Mirandela, a quem deram o seu nome: Ponte Eng.º Machado Vaz.

[77] Visita do Eng.º Arantes e Oliveira. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano, nº 15 (Dez. 1966), p. 6.

Mirandela[78] e que, no dia 29/11/67, tivessem início, no Romeu, diversas cerimónias em sua homenagem[79].

As cerimónias foram promovidas pela Comissão de Melhoramentos das Aldeias Transmontanas e pelas Câmaras Municipais do distrito, com o apoio do governador civil, e contaram com a presença de muito povo e de várias individualidades: o Eng.º José Albino Machado Vaz, Ministro das Obras Públicas e o seu secretário, Eng.º Beja Neves, o Conselheiro Dr. Trigo de Negreiros, Manuel Menéres, o Eng.º Arantes e Oliveira, o bispo da diocese, D.Manuel de Jesus Pereira e o pároco de Romeu, P^{e} António Angélico[80].

Esta cerimónia[81] serviu para mostrar a "gratidão" e o "reconhecimento" das gentes transmontanas pela «obra (...) erguida nestas paragens pela acção destacada e invulgar daquele homem público»[82].

▪ **O Dr. Trigo de Negreiros**, nascido em Longra, freguesia de Barcel, concelho de Mirandela, foi Ministro do Interior de 2/8/1950 a 14/8/1958 e um dos mais experimentados políticos do regime. Os cargos que exerceu, antes deste (1926/28 - Conservador do Registo Predial em Esposende; 1928/34 - Conservador do Registo Predial de Valpaços; 1926/27 - Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor; 1934/35 - Secretário do Tribunal da Relação do Porto; 1936 – Procurador da República, junto da mesma relação; 1938 - Governador Civil do Porto), puseram-no em contacto com os problemas sociais portugueses.

A sua longa prática na direcção de dois importantes subsecretariados, durante anos seguidos (1940/44: de Estado das Corporações e Previdência Social; 1944/50: de Estado da Assistência Social), deu-lhe o conhecimento íntimo do país, das aspirações, das tendências e dos

---

[78] A Câmara Municipal de Mirandela concedeu o título de cidadão honorário de Mirandela ao Ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira, no dia da inauguração do Palácio da Justiça. In Jornada de progresso. *NM*. Mirandela. (15/3/64), p. 3.

[79] Nesta data, o Eng.º Arantes e Oliveira tinha já o cargo de presidente do Conselho Superior do Fomento Ultramarino. In Homenagem ao senhor Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira. *NM*. Mirandela. (29/10/67), p. 1.

[80] Homenagem...Op. cit., (29/10/67), p. 1 e (5/11/67), p. 1.

[81] Esta cerimónia constou de: missa, no Santuário de N^{a} S^{a} de Jerusalém do Romeu; visita ao salão de festas da Creche Infantil, onde se encontravam expostos desenhos das 40 crianças pobres, ali internadas, e onde apreciaram lindas canções e danças regionais; assinatura do livro de honra da Creche infantil; sessão solene, no salão de festas da Casa do Povo do Romeu; passagem do filme colorido, sobre a povoação de Vila Verdinho, da autoria de Manuel de Oliveira, esclarecedor da obra realizada e da integração dos seus habitantes na renovação da aldeia; discurso de Manuel Menéres; leitura de um cartão do Pesidente do Conselho; oferta de um estojo, contendo uma régua dourada, símbolo de gratidão, oferecida pelas pessoas das aldeias melhoradas; visita à Loja de Antiguidades e almoço no restaurante Maria Rita. In Homenagem...Op. cit., (5/11/67), p. 1.
No pequeno documentário de 16 minutos, intitulado «Villa Verdinho – Uma Aldeia Transmontana», realizado em 1964, «sobressai a música de José Afonso, nomeadamente a canção "Grândola, Vila Morena", que viria, dez anos depois, a ser uma das senhas radiodifundidas do Movimento dos Capitães». In MURTINHEIRA, Alcides - *Manoel de Oliveira (1908)* [Em linha]. [Consult. 15Abr.2006]. Disponível em: <URL: http://www1.uni-hamburg.de/clpic/tematicos/ cinema/realizadores/oliveira_manoel.html>.

[82] Homenagem...Op. cit., (29/10/67), p. 1.

enquadramentos das diversas camadas populacionais[83]. Além de deputado à AN, pelo círculo de Bragança, foi também Presidente do Supremo Tribunal da Justiça.

Esforçou-se por executar os planos gerais, definidos pelo governo[84], tendo sido muito influente no Norte do país, onde deixou uma obra considerável. O distrito de Bragança foi contemplado com uma série de melhoramentos, de obras e de assistência[85], que acabaram por beneficiar imenso as suas populações e o seu território: o desbloqueamento de verbas do Estado, «uma ponte, uma estrada, um caminho, uma escola, um hospital, uma electrificação, um jardim, um edifício público, pão e cultura em numerosos lares, dores suavizadas, legítimos interesses locais ou pessoais defendidos...»[86].

A obra do Dr. Trigo de Negreiros teve tanto impacto na valorização das terras da região transmontana que os cidadãos lhe quiseram agradecer a sua gratidão. Para conservar a memória deste ilustre transmontano, foi proposto erigir, em Mirandela, um «monumento» e descerrar em todas as freguesias uma lápide com o seu nome, atribuindo-o a qualquer rua ou largo da povoação. Com esta celebração, ficaria registada em "memória" (de pedra) a importância da sua obra que perduraria «pelos tempos fora...»[87].

A homenagem só veio a ser concretizada no dia 14/9/70, no Romeu, por iniciativa de Manuel Menéres. Foi uma «significativa homenagem», em que estiveram presentes «muitos dos seus amigos e antigos dedicados colaboradores, os quais, a convite do distinto promotor da cerimónia, e na maior intimidade, vieram trazer afecto adequado daquela justa homenagem»[88].

---

[83] Confiado ao Dr. Trigo de Negreiros, o Ministério do Interior promove uma vasta obra de recuperação social. *O Comércio,* Luanda, 1955, p. 1. ROSAS e BRITO, Op. cit., p. 588. RODRIGUES, Manuel – Abençoada Terra: os transmontanos no governo da Nação. *Traz-os-Montes*. Lisboa. (16/9/50), p. 1. Editorial, Op. cit., (11/4/57), p. 1.

[84] Como Ministro do Interior, «realizou uma obra notabilíssma que envolveu o dispêndio de muitos milhões de contos, na assistência e na defesa da vida e da saúde da população [...] uma das maiores tarefas do Governo...» In Na assistência e na defesa da vida e da saúde da população: o Ministério do Interior. *O Século*. Lisboa. (28/5/56), p. 11.

[85] Rogério Reis, numa conferência que proferiu, no dia 14/12/68, no Ateneu Casa-Piano, fez o elogio da obra hospitalar do Dr Trigo de Negreiros, nos distritos de Bragança e de Vila Real e recordou a [então] ainda débil cobertura social corporativa da província». In REIS, R., Op. cit., (22/12/68), p. 4. No plano da assistência social, concedeu dádivas, fez melhoramentos (Anexo 17, Vol. II, p. 34) e lançou a Jeira de Deus (Anexo 2, Vol. II, p. 8), nos concelhos de Mirandela e no de Vila Flor [«Samões (concelho de Vila Flor) e a Jeira de Deus: 27 povoações do concelho "ofereceram terrenos para novas sementeiras"». In Jeira de Deus. *NM*. Mirandela. (22/9/57), p. 1].

[86] Numa jornada eleitoral, em Bragança, o Dr. Trigo de Negreiros falou sobre a sua obra de dedicação ao serviço da região transmontana: «um particular e íntimo pensamento tem norteado a minha acção: servir o nosso distrito, contribuindo para a sua comparticipação na larga obra de engrandecimento e prestígio nacional, para que ele deixe de ser, por esquecido, "o mais pobre e infeliz de Portugal todo", no amargo dizer de Trindade Coelho» e «minorando a sorte dos mais desamparados de fortuna». In O maior mirandelense. *NM*. Mirandela. (16/2/64), p. 1.

[87] VAZ PIRES, Jorge Dinis (carta) - Justa Homenagem. *NM*. Mirandela. (25/7/64), p. 2. Como em Agosto de 1964, ainda nenhuma homenagem tivesse sido prestada a este estadista, o jornal NM recordava que «A homenagem ao Dr. Trigo de Negreiros ainda não fora realizada» e apresentava a transcrição de cartas que, com esse propósito, tinham sido dirigidas à direcção do jornal. In Uma dívida em aberto. *NM*. Mirandela. (23/8/64), p. 1.

[88] Estiveram presentes, entre outros, Manuel Menéres e a família, o governador civil do distrito, o governador civil anterior, o presidente e o vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela, o anterior presidente da Câmara Municipal de Mirandela [...]. In Homenagem ao senhor Conselheiro Dr Trigo de Negreiros. *NM*. Mirandela. (12/10/70), p. 3.

Com a sua acção, valorizou não apenas as terras do concelho de Mirandela, fazendo dela «terra progressiva»[89], «mas todo o distrito»[90].

O Dr.Trigo de Negreiros era apoiante da corrente reformista do regime, defendida também por Marcello Caetano. A linha mais conservadora do regime, porém, veio a considerá-lo como uma pessoa com uma certa «moleza» no exercício do cargo, o que lhe veio a custar a exoneração da pasta do Interior, após a agitação política da campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958.

▪ **Os Ministros das Corporações e Previdência Social** (Veiga de Macedo, de 7/7/1955 a 4/5/1961 e Gonçalves Proença, de 4/5/1961 a 15/1/1970)[91] ajudaram também as populações rurais, através da viabilização das Casas do Povo[92], que se construíram e se tornaram operativas, e de outros melhoramentos (Anexo 10, Vol. II, p. 23).

Gonçalves Proença enfrentou com decisão os graves problemas de assistência aos meios rurais e recorreu aos vários organismos dependentes do seu ministério, nomeadamente das Casas do Povo, para solucionar o atraso em que se encontravam as populações do distrito de Bragança, em relação aos restantes distritos do país, «particularmente em relação aos benefícios do corporativismo, tão largamente espalhados por todo o Portugal». O plano de cobertura corporativa e sanitária do distrito de Bragança envolveu muito dinheiro: o valor global de 30 mil contos (Anexo 11, Vol. II, p. 24) e representou algum conforto para «a rude e agreste vida de incertezas que era o ingrato amanho das terras»[93].

▪ **O Eng.º Camilo de Mendonça**, natural de Vilarelhos, concelho de Alfândega da Fé, desempenhou vários cargos políticos, ligados aos sectores económicos: colaborador no Secretariado da Agricultura, presidente da Comissão Administrativa, delegado do Governo no Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite, Adjunto do Conselho Técnico Corporativo, Procurador à Câmara Corporativa, presidente da Junta de Exportação do Café, 1º presidente da RTP, deputado à AN, pelo círculo de Bragança, Presidente da FGLNT e director do CAICA[94].

No exercício deste último cargo, foi o grande impulsionador e gestor do Complexo Agro-Industrial do Cachão, que se enquadrou dentro da óptica desenvolvimentista para a região, ideia que defendeu durante os largos anos em que foi deputado e procurador. A aposta na tecnocracia fê-lo aproximar-se de jovens técnicos que, a partir dos anos 60, começaram a ascender a altos

[89] O maior mirandelense...Op. cit., (16/2/64), p. 1.
[90] VAZ PIRES, Op. cit., (25/7/64), p. 2.
[91] ROSAS e BRITO, Op. cit., p. 596.
[92] As Casas do Povo tinham como funções: «previdência e assistência, instrução e educação, cooperação em "progressos locais", pequeno crédito, fomento cooperativo e, também, a partir de 1938, a negociação, com os Grémios da Lavoura, de convenções colectivas de trabalho rural». In LUCENA, Manuel de – Casas do Povo. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Ed. Figueirinhas, 1999. Vol.VII, pp. 245-250.
[93] Um passo em frente. NM. Mirandela. (31/3/63), p. 1.
[94] In Quem são...Op. cit., (27/10/57), pp. 1 e 3.

cargos na Administração Pública ou no governo. A ascensão desta geração marca um primeiro momento de uma essencial ruptura com a anterior classe política, uma vez que passaram a dar privilégio aos problemas económicos e, dentro destes, a sua preferência incidia na modernização e na industrialização do país e da região transmontana, em oposição à estagnação rural.

Serviu-se da ajuda do regime para poder lançar os seus projectos, mas acabou também por ser inovador, ao lançar na região as bases do cooperativismo, seguindo as ideias de António Sérgio.

Apoiou-se no sistema, na forma como estavam organizados os Grémios da Lavoura, a fim de poder vir a obter créditos e serviu-se da sua estrutura para poder lançar, em toda a região, os projectos inovadores que tinha em mente e que acabaram por conduzir a um relativo desenvolvimento (Capítulo IV). Serviu-se também do apoio do Dr. Trigo de Negreiros, através do recurso aos planos de fomento, e do prestígio deste estadista[95].

O Eng.º Camilo de Mendonça preocupou-se com a agricultura, com o aspecto humano e com o ensino na região: modernizou a agricultura, industrializou a lavoura[96] e ensaiou constantemente novos processos e novas culturas, sem descurar a situação do seu pessoal[97] (Capítulo IV).

No dia 13/2/66, foi homenageado no Cachão, tendo constado do programa um almoço, servido no santuário de NªSª Assunção. A sua obra de valorização da região transmontana foi considerada um exemplo para alguns dos mais ingentes problemas da agricultura portuguesa[98].

Em 1967, um grupo «dos mais ilustres e qualificados transmontanos», a residir em Lisboa, prestaram-lhe uma homenagem, que teve o apoio «unânime da população do distrito de Bragança, e de fora deste, quer ligada somente ao sector agrícola, quer afecta ao ambiente político, em geral», e foi qualificada como uma «justa gratidão colectiva»[99].

▪ **Manuel Menéres** foi sócio-gerente da Sociedade Clemente Menéres, Lda., e presidente da Comissão de Melhoramentos das Aldeias Transmontanas Melhoradas[100]. A sua obra,

---

[95] «D. Maria Olímpia, esposa do Dr.Trigo de Negreiros, era rica, pertencia à família Mendonça e era tia direita do Eng.º Camilo de Mendonça. Este, após ter concluído o curso de agronomia, foi logo secretário do tio. A canalização de alguns dinheiros do Estado para o Cachão, explica-se, em parte, por esta ligação familiar». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[96] Rogério Reis, numa conferência que proferiu no dia 14/12/68, no Ateneu Casa-Piano, referiu: «quanto deve a economia agrária transmontana, à obra notável do Eng.º Camilo de Mendonça e quanto deve Trás-os-Montes à Comissão do Nordeste, em relação às infra-estruturas materiais...» In REIS, R., Op. cit., (22/12/68), p. 4.

[97] Obs.: dados obtidos numa entrevista com o Eng.º Manuel João Araújo, dia 27/6/2005.

[98] Sétima coluna: O sonho, o homem e a obra. *A Voz*. Lisboa. (12/12/68), p. 1 e A LAVOURA NORTENHA REUNIDA NO CACHÃO prestou homenagem ao presidente da Corporação e ao fundador e orientador do importante complexo agro-industrial. *O Comércio do Porto*. Porto. (14/2/1966).

[99] O articulista considera a obra erguida no nordeste, pelo Eng.º Camilo de Mendonça, como uma «Tese de economia e sociologia agrícola» e que «o valor das homenagens só se aquilata pelo equilíbrio da balança em cujos pratos se colocam: num o peso não sofismado dos méritos do homenageado e no outro o prestígio social e político dos homenageantes». In JOMAR- Homenagem justa. *NORDESTE*, Op. cit., nº20 (Jul. Ag. 1967), p. 2.

[100] A Câmara Municipal de Mirandela aceitou a proposta de Manuel Menéres para a criação, em 1960, da Comissão de Melhoramentos das Casas Transmontanas, a fim de intervir nas povoações (território) de «Romeu, Vimieiro e

eminentemente social, económica e cultural, acabou por transformar a face de Vale de Couço (Anexo 34, Fig. 34. 4 e 34.5, Vol.II, p. 64), Vila Verdinho e Romeu (Anexo 34, Fig. 34.3, Vol. II, p. 63) e de melhorar, com tal envolvimento, a vida não só das populações daquelas aldeias, mas também a das aldeias envolventes e de Mirandela[101].

Em Mirandela, a ajuda à pobreza foi travada com: a construção de um Bairro dos Pobres, cujas casas foram distribuídas por famílias humildes[102]; o "Bodo aos Pobres", campanha de angariação de fundos que revertiam a favor dos pobres da freguesia de Mirandela, para terem um Natal melhor (Anexo 9, Vol.II, p. 22); a obra das "Conferências de S.Vicente de Paula", destinada a obter dinheiro para dar assistência aos mais pobres de Mirandela e a debelar a miséria, «usando de caridade para com eles»[103]; o apoio prestado aos necessitados pela Santa Casa de Misericórdia; o Centro de Bem-Estar.

Graças à sua influência, Mirandela foi equipada com o Campo de Aviação Brito Pais, com Aero Clube[104] e o Hospital de Mirandela muito lhe ficou a dever, quando foi seu Provedor[105].

A freguesia do Romeu também lhe ficou a dever a sua Casa do Povo nova, uma vez que a velha já contava com 21 anos.

A Casa Menéres ministrou ensinamentos agrícolas aos lavradores da freguesia do Romeu e de outras freguesias e não descurou a assistência social (Creche, Cantina, Escola Primária e Casa do Povo), mantendo uma obra com o lema de "Bem servir o Próximo"[106]. A nível do aperfeiçoamento agrícola, promoveu visitas à Quinta do Romeu, a alentejanos ilustres e aos serviços técnicos dos Serviços Agrícolas Oficiais[107], e à Cêrca do Convento, em Mirandela[108],

---

Vila Verdinho». In Livro de Actas da Câmara Municipal de Mirandela (livro 61; folha 31; data de reunião: 17/8/60). «Mirandela orgulha-se de ser, se não o primeiro, um dos primeiros concelhos do país a apresentar ao Senhor Ministro das Obras Públicas "uma aldeia portuguesa melhorada", em boa hora idealizada por Sua Ex.cia e acarinhada e executada pelo senhor Manuel de Araújo Menéres, dinâmico sócio-gerente da "Sociedade Clemente Menéres"». In Visita Ministerial. *NM*. Mirandela. (1/5/60), p. 6.

[101] «Na década de 60, sob a protecção do programa coordenado pelo Estado Novo para melhoramento de aldeias — um programa só aplicável, na prática, em locais onde a influência política de alguns o permitisse — o filho de Clemente Menéres, Manuel Menéres, trouxe o investimento até às pequenas localidades de Vila Verdinho, Vale de Couço e Romeu». In CARMO, Virgínia do – *O Olhar - Jerusalém do Romeu: As curiosidades de uma terra melhorada* [Em linha]. *Mensageiro de Bragança*. Bragança (15/10/2004). [Consult. 12 Ag. 2006]. Disponível em. <URL: http://www.mdb.pt/noticias/completa.php?id=316>.

[102] Esta obra, da iniciativa de Manuel Menéres, estava baseada na obra do P^e^. Américo, tendo sido construídos cinco blocos com catorze casas, em Mirandela, no lugar de S.Sebastião. In UM MIRANDELENSE – Casa dos pobres de Mirandela (pequena resenha da sua História). *NM*. Mirandela. (3/8/57), p. 24.

[103] UM VICENTINO – Conferência de S.Vicente de Paula. *NM*. Mirandela (8/12/68), p. 2.

[104] In Comendador Manuel Menéres. *Além-Douro*. Mirandela. (30/3/74).

[105] A visita do sr. Ministro das Corporações ao nosso concelho: inauguração da nova sede da Casa do Povo do Romeu. *NM*. Mirandela. (13/4/58), p. 6.

[106] «É assim: no início era a pobreza [...]. Menéres disse: "Faça-se a abundância". E com os réditos desta [Museu de Curiosidades] e de outras manifestações de boa vontade [restaurante Maria Rita], melhorou aldeias e sustentou a obra de assistência às crianças nessas "Aldeias Transmontanas Melhoradas". Eis a história de um pedaço de riqueza, no meio de montes que urge arrebatar à pobreza». In CARMO, Virgínia do - *Prospectos sobre as Festas em Honra de N^a^S^a^ de Jerusalém do Romeu*. Mirandela: Tipografia 2000 (5, 6 e 7 de Setembro de 1998).

[107] O NM pôs em relevo a importância agrícola da Casa Menéres, a nível regional e nacional, pelo que se «deslocaram propositadamente ao Romeu, no passado Domingo, onde permaneceram, durante alguns dias, ilustres visitantes da região alentejana, bem como dos serviços técnicos dos Serviços Agrícolas Oficiais. [...] foram

aos Técnicos da Junta Nacional das Frutas; promoveu debates, sobre vários e úteis problemas ligados à subericultura nacional e sobre a pomicultura[109]; mandou construir uma obra de irrigação das terras, sobressaindo, neste empreendimento, as barragens do Pisão, das Lameiras e da Fábrica Velha que valorizaram e enriqueceram o conjunto agrícola da Casa Menéres[110].

Manuel Menéres compreendeu os angustiosos problemas da pobreza[111] e amparou a gente humilde que, na altura, tanto precisava de ajuda. Pela obra realizada, tornou-se no proprietário mais popular e querido do concelho de Mirandela, deixando o seu exemplo para que outros, bafejados também com a posse de bens terrenos, o imitassem[112].

O alto significado social e económico da actuação de Manuel Menéres e da Sociedade Clemente Menéres, Lda., a que presidiu, ajudou temporariamente a fixar as populações nas suas aldeias. No Romeu, as terras das suas propriedades ficaram valorizadas pela forma como foram exploradas e administradas nos mais modernos e eficientes moldes[113] e os trabalhadores, para além da dedicação e do bem-estar que recebiam, passaram a não se sentir como subordinados, mas como colaboradores amistosos (Capítulo IV).

Manuel Menéres quis contribuir para os melhoramentos locais[114], para elevar o mais que precário nível de vida das populações, considerando-as igualmente pessoas humanas, auxiliando as crianças, erguendo ou cooperando em obras de interesse público, ajudando a velhice inutilizada, colaborando com a igreja e com os seus párocos.

Em 1960, o jornal NM prestou homenagem à Sociedade Clemente Menéres, na pessoa do seu prestigioso sócio-gerente, Manuel Menéres, pela sua obra de: «alta compreensão dos angustiosos problemas da pobreza e pelo acrisolado interesse que sempre põe em ser singela e eficazmente útil»[115].

---

abordados, durante o almoço, vários e úteis problemas ligados à subericultura nacional, tendo o senhor João Fernandes [lavrador alentejano] testemunhado a sua grande admiração pelas condições em que o sobreiro se desenvolve na região [transmontana]». In A obra da Casa Menéres. *NM*. Mirandela. (3/11/57), pp. 1 e 2.

[108] Técnicos da Junta Nacional das Frutas. *NM*. Mirandela. (22/9/57), p. 1.

[109] O NM dá-nos conta de uma conferência integrada no Ciclo de Conferências promovidas pelo Secretário de Estado da Agricultura, tendo como orador o Prof. Vieira Natividade: «foi largamente posta em destaque a valiosa acção dos técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura e a colaboração existente entre todos eles e a lavoura regional, facto de grande importância para o desenvolvimento agrícola da região». Foram, ainda, abordados assuntos relacionados com as técnicas de cultivo e da própria organização da produção arborícola». In A arboricultura na Terra Quente Transmontana. *NM*. Mirandela. (18/6/61), pp. 1 e 3.

[110] A obra...Op. cit., (3/11/57), pp. 1 e 2. Estas barragens tiveram «a colaboração da Junta de Colonização Interna». In A acção da JCI em terras transmontanas. *NM*. Mirandela. (6/5/62), p. 1.

[111] O diário católico da capital «Novidades», publicara, nos n^{os} de 28 e 30 de Março de 1967, duas crónicas sobre as aldeias transmontanas melhoradas (Romeu, Vale de Couço e Vila Verdinho), da autoria do Pe Francisco de Babo, que vieram a ser reproduzidas no NM: A obra era uma «obra de verdade, de beneficiação e promoção social...». In BABO, Francisco de - Conheça a sua terra: obra de promoção social 1. *NM*. Mirandela. (23/4/67), p. 6.

[112] Manuel Menéres. *NM*. Mirandela. (8/5/60), p. 1.

[113] «[...] moderniza a sua agricultura, industrializa a sua lavoura e ensaia constantemente novos processos e novas culturas, sem descurar a situação do seu pessoal». In REIS, R., Op. cit., (15/5/60), p. 1.

[114] Manuel Menéres apreciava «a têmpera e arrojo da obra de P^{e}. Américo»: in BABO, Francisco de - Conheça a sua terra: obra de promoção social 2. *NM*. Mirandela. (7/5/67), pp. 1 e 2.

[115] Manuel Menéres. Op. cit., (8/5/60), p. 1.

No dia 3/3/67, o governo, através do Ministério das Obras Públicas (Eng.º Arantes e Oliveira) e da Secretaria de Estado da Agricultura (Eng.º Agr.º Domingos Rosado Vitória Pires), entregou a Manuel Menéres «a ordem de benemerência», pela sua constante e notável acção nos «movimentos de bem-estar rural»[116] (Anexo 6, Vol. II, p.13).

Esta condecoração fora concedida pelo Presidente da República, no dia 28/10/1966, pois conhecia a obra das «aldeias transmontanas melhoradas», e serviu para «juntar ao reconhecimento público, o reconhecimento do governo português para com o homem que tão generosamente se tinha devotado à causa dos humildes e desprotegidos das nossas zonas rurais»[117].

Estiveram presentes, ao acto solene, as mais destacadas personalidades, o que serviu para demonstrar a importância da obra realizada na zona do Romeu, conhecida não apenas a nível regional, mas também nacional[118].

▪ **O Eng.º José Albino Machado Vaz,** nascido no concelho de Mirandela, contribuiu também para alguns melhoramentos do território do seu concelho e da região, quando titular da pasta do Ministério das Obras Públicas (de 12/4/1967 a 27/9/68), com[119]:

- a criação da Comissão Coordenadora de Obras e Melhoramentos Rurais do Nordeste, designada por Comissão do Nordeste, a 15 de Setembro de 1967, pela portaria nº 22 901;

- a aprovação da construção da ponte nova de Mirandela, velha aspiração de muitas décadas;

- a conclusão da Estrada Nacional, entre Cedães e o Pontão do Mouco;

- a previsão do dispêndio de mais de 40 mil contos, no sector da JAE, se fosse aprovado o projecto de melhoramentos para o concelho, delineado para ser executado de 1968 a 1974, o que ajudaria a concretizar as ligações rodoviárias mais prementes[120].

A Comissão de Melhoramentos do Nordeste tomou posse, no dia 30 de Setembro de 1967, tendo sido criada pelas seguintes razões[121]:

-o nordeste transmontano era a zona do país com «menores recursos naturais» e aquela que acusava, «em relação à média geral do país, atraso irrecuperável, sem uma ajuda de excepção a levar a cabo pelo Ministério das Obras Públicas»;

-muitas povoações continuavam inacessíveis, «quase sem contactos com o mundo exterior»;

---

[116] Em prol dos humildes. *NM*. Mirandela. (12/3/67), p. 1.
[117] Em prol...Op. cit., (12/3/67), p. 1.
[118] Em prol... Op. cit., (12/3/67), p. 1.
[119] REIS, Rogério - Mirandelense, estadista e benemérito. *NM*. Mirandela. (3/11/68), p. 1.
[120] Apesar dos serviços prestados, «nem durante a sua acção governativa, nem após ela, este concelho [Mirandela] agradeceu como devia ao Eng.º Machado Vaz». In REIS, R., Op. cit., (3/11/68), p. 1.
[121] VILARES, Santos - Comissão de melhoramentos do Nordeste. *NM*. Mirandela. (8/10/67), p. 1.

- a necessidade de se trabalhar «arduamente, mas em força, para que as regiões a revigorar, tenham mais cedo água para beber, o caminho para transitar e a electricidade para substituir a candeia», o que considerava como a trilogia necessária.

A finalidade da Comissão era, então, equipar a extensa região rural desprovida de recursos, de forma a poder acompanhar o progresso geral do país, desenvolvendo, de preferência, a sua acção nos concelhos de menores recursos e de atraso, nos distritos de **Bragança**, Vila Real, Guarda, Viseu e Castelo Branco[122].

A Comissão Coordenadora de Obras e Melhoramentos Rurais do Nordeste[123] era constituída pelo Eng.º- Inspector Viriato de Sousa Campos, seu presidente, e por representantes das direcções-gerais dos serviços de urbanização, serviços hidráulicos, edifícios e monumentos nacionais, da JAE e do comissariado do desemprego.

As funções da comissão eram: a elaboração de planos de conjunto das obras públicas, a executar em ligação com os serviços do Ministério e autarquias locais daqueles distritos; a concessão de subsídios reembolsáveis ou não, para execução daquelas obras; a elaboração de estudos e projectos e a informação periódica do ministro, acerca da marcha geral dos trabalhos e resultados obtidos; a proposta de medidas que julgassem ser necessárias ou convenientes[124].

A prioridade, a contemplar nos melhoramentos rurais, seria a de estradas e caminhos, especialmente de acesso a povoações isoladas, electrificação, arruamentos e abastecimento de águas e saneamento, construção de edifícios para fins assistenciais e sociais, ou de casas; arranjos urbanísticos e outros empreendimentos, destinados à valorização local e à elevação do nível de vida das respectivas povoações[125].

O presidente daquela comissão propôs-se realizar um trabalho útil de coordenação e de impulso, enquadrado nos planos de desenvolvimento regional, a fim de conseguir: «a ocupação menos irregular do território; melhor e mais ampla exploração da sua riqueza; baixa do ritmo de êxodo rural; voluntário retorno de emigrantes; valorização do homem e aparecimento de maior número dos seus talentos inatos»[126].

O jornal NM deu a conhecer uma das reuniões desta comissão, realizada durante todo o dia 18/1/69, no salão nobre da Câmara Municipal de Mirandela, para a concretização de diversos melhoramentos rurais nos concelhos de **Mirandela**, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor e

---

[122] Comissão do Nordeste. *NM*. Mirandela. (1/10/67), p. 6.
[123] A Comissão foi empossada no gabinete do Ministro das Obras Públicas, no dia 29/9/67, em cerimónia muito concorrida, estando presentes os governadores civis dos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu e Castelo Branco, funcionários superiores e outras individualidades, tendo usado da palavra o ministro e o presidente daquela comissão, de quem a região esperava muito. In Comissão do Nordeste. Op. cit., (1/10/67), p. 6.
[124] Comissão do Nordeste. Op. cit., (1/10/67), p. 6.
[125] Comissão do Nordeste. Op. cit., (1/10/67), p. 6.
[126] VILARES, Op. cit., (8/10/67), p. 1.

Carrazeda de Ansiães e para a distribuição de subsídios[127]. A reunião contou com a presença de: governador civil do distrito, presidentes dos referidos municípios, presidente da FGLNT, directores dos serviços hidráulicos, melhoramentos rurais, construções do ensino técnico, geólogos, além dos directores de urbanização do distrito, JAE, e outros técnicos oficiais[128].

▪ A percentagem de freguesias electrificadas em cada distrito de Portugal Continental variava, pelos dados estatísticos de 1955, entre os 77% no Porto, o mais electrificado, 8% em Évora e 0,4% no de Bragança, o menos electrificado[129]. Para solucionar esta carência neste distrito transmontano, o governo resolveu, em 19/9/55, conceder à **CHENOP** (Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, S.A.R.L.)[130] o encargo de electrificar Trás-os-Montes[131].

O Despacho Ministerial de 9/2/56 marcava àquela empresa um programa completo para electrificar a região, impondo-lhe o compromisso de estender a alta tensão por toda a província, até 31/12/59.

Até ao fim de Março de 1959, estavam apenas electrificadas as seguintes freguesias: uma no concelho de Bragança, outra no de Vila Real e 8 no concelho de Mirandela[132] (Anexo 66, Vol. II, p. 145).

No mesmo ano, o Eng.º Camilo de Mendonça apresentou, na AN, o ponto de situação, sobre a electrificação do distrito de Bragança, que «não chegava a ter 16% da população servida [...] e só 8% das suas freguesias estavam electrificadas». As dificuldades para fazer a expansão da rede de energia eléctrica eram de vária ordem: «as grandes distâncias, a fraca densidade populacional e as escassas possibilidades de consumo das diferentes povoações, para além das vilas e cidades, que beneficiaram do privilégio de uma localização excepcional», pelo que defendia «um conjunto de auxílios estaduais, que vão [iam] desde a comparticipação, até à concessão de facilidades económicas», para tornar viável à CHENOP concretizar a obra[133].

Em 1960, a maior parte do distrito de Bragança recorria ainda à luz da candeia como forma de iluminação. A CHENOP, concessionária da distribuição de energia eléctrica na região de Trás-os-Montes, ofereceu a instalação gratuita de mil quilómetros de alta tensão, ajudando assim a melhorar as condições de vida das populações de uma região do país muito atrasada, quanto à

---

[127] Reunião da Comissão de Melhoramentos do Nordeste. *NM*. Mirandela. (26/1/69), p. 1.
[128] Reunião da Comissão... Op. cit., (26/1/69), p. 1.
[129] REIS, Rogério - Electrificação. *NM*. Mirandela. (29/3/59), p. 1.
[130] A CHENOP foi resultante, em 1943, da fusão da Electro-Hidráulica de Portugal e da Hidroeléctrica do Varosa. In *HIDROELECTRICIDADE: memória e desafio*. REN, SA (Jornadas Luso-Espanholas sobre Energia (23/24 de Novembro de 1992), p. 17.
[131] REIS, R., Op, cit., (29/3/59), p. 1.
[132] REIS, R., Op. cit., (29/3/59), p. 1. Os trabalhos de electrificação de algumas aldeias do concelho de Mirandela tiveram início em 1957. Foram apenas as pessoas ricas a iniciar a instalação eléctrica em suas casas, pessoas que não precisavam de auxílios financeiros. Para a maior parte dos habitantes da região, constituída por lavradores de rendimentos médios e fracos, vivendo, muitas vezes, com dificuldades, essa obra tornava-se dispendiosa. In J.R. - Electrificação rural. *NM*. Mirandela. (19/5/57), p.1.
[133] Deputados Beneméritos. *NM*. Mirandela. (28/6/59), p. 2.

electrificação[134]. Mas, para a concretização deste empreendimento, foi necessário também obter «o amparo financeiro e técnico do Estado e a carinhosa compreensão dos municípios interessados»[135].

Nesse ano, havia no distrito de Bragança: «duas sedes de concelho sem electricidade e 5 concelhos, onde nenhuma localidade goza [gozava] de tão útil melhoramento». O distrito conhecia, em quase toda a sua extensão, uma "densa escuridão" e havia uma quase total ausência do seu aproveitamento industrial, numa área potencialmente rica[136]. Dada a pobreza das actividades económicas do distrito, esperava-se um volume de comparticipações do governo, capaz de viabilizar tal projecto.

Entretanto, foram realizadas duas reuniões, com a presença de «representantes do Estado, das Câmaras e da CHENOP, [...] do governador civil do distrito e do presidente da comissão da UN». Nestas reuniões, ficou traçado um plano de electrificação rural, «em bases consentâneas com as necessidades locais, com as distâncias das povoações, com a continuidade de ramais a instalar, para evitar saltos que a ninguém aproveitam [aproveitavam], com os recursos possíveis a investir e com os técnicos indispensáveis a mobilizar»[137].

A CHENOP, para suportar as despesas, privou, «por vários anos, os accionistas dos dividendos que lhes competiam, investindo-os em obras de fomento que vieram trazer benefícios à região transmontana: na electrificação rural, em ramais de alta tensão, ao abrigo do estabelecimento gratuito dos mil quilómetros, [...], dentro da vigência do [II] Plano de Fomento em curso», depois da instalação, também gratuita, de todas as linhas que passaram a abastecer de energia eléctrica os 12 concelhos do distrito de Bragança[138].

O preço da energia eléctrica, no distrito de Bragança, para usos domésticos e comerciais, evoluiu, entre 1954 e 1960, da seguinte forma:

[134] REIS, Rogério – Electrificação. *NM*. Mirandela. (26/6/60), p. 6.
[135] REIS, Rogério – Electrificação. *NM*. Mirandela. (1/5/60), p. 1.
[136] REIS, R., Op. cit., (1/5/60), p. 6.
[137] REIS, R., Op. cit., (1/5/60), p. 6.
[138] REIS, Rogério - O poder eléctrico. *NM*. Mirandela. (11/3/62), p. 6.

Quadro II.5

Tarifas de consumo de electricidade: distrito de Bragança (1954 e 1960)

Concelhos	Tarifas degressivas ou escalões	
	Ano de 1954	Ano de 1960
Alfândega da Fé	5$00 [139]	2$80- 1$70-1$00
Bragança	3$00 – 1$50 a $80	3$00- 1$50- $80
Carrazeda de Ansiães	**4$00**	**2$80- 1$70-1$00**
Freixo de Espada-à-Cinta	4$00 a 1$00	3$00 a 1$00
Macedo de Cavaleiros	4$00 a 2$50	2$80-1$70-1$00
Miranda do Douro	4$50	3$00- 1$50-$80
Mirandela	**3$60**	**2$80- 1$70-$80**
Mogadouro	5$00	2$80 a 1$00
Moncorvo	4$00	2$80- 1$70-1$00
Vila Flor	4$00 a 3$00	2$80- 1$70-1$00
Vimioso	5$00	3$00- 1$80-1$00
Vinhais	3$50	3$50

Fonte: REIS, Rogério - A electricidade e os números. *NM.* Mirandela. (1/4/62), p. 1.

As tarifas praticadas nos concelhos de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães, em 1954, não eram das mais baratas do distrito e em 1960 acompanhavam as tarifas aplicadas na generalidade dos 12 concelhos.

Em todo o distrito de Bragança, o consumo de energia foi, em 1954, de 3.480.000 Kw, e em 1960, de 6.900.000 Kw, o que demonstrava ter quase duplicado, apenas em 6 anos, numa zona cuja electrificação estava apenas numa fase inicial.

Durante o ano de 1960, a CHENOP forneceu energia às Câmaras Municipais do distrito de Bragança, ao preço médio de $75, que veio a ter as seguintes aplicações:

Quadro II.6

Energia eléctrica e suas aplicações

Aplicações	Energia fornecida (em Kw)
Usos domésticos	688 326
Usos comerciais	743 887
Usos industriais	234 417
Usos agrícolas	14 073
Iluminação pública	509 431
Total	**2 190 134**

Fonte: REIS, R., Op. cit., (1/4/62), p. 1.

[139] O NM recorda o tempo em que a electricidade estava muito cara: «...todo o distrito se recorda ainda bem de a luz eléctrica ser um luxuoso privilégio, de resto bem precário e bem caro, só usufruído nas vilas, onde a energia era racionada, péssima, e o seu preço de venda atingia 5$00 por Kw, para um consumo limitado a algumas horas durante a noite». In REIS, R., Op. cit., (11/3/62), p. 6.

Através da consulta do quadro anterior, pode verificar-se que as actividades industriais do distrito eram ainda pouco significativas e que a agricultura quase desconhecia o emprego da electricidade.

Desde que, em Setembro de 1959, o governo concedera à CHENOP a distribuição da energia eléctrica em alta tensão, em Trás-os-Montes, tinham sido realizados por esta empresa, até 1962, os seguintes investimentos, só no distrito de Bragança:

Quadro II.7

Investimentos da CHENOP no distrito de Bragança

	Macedo de Cavaleiros	Mirandela	Distrito de Bragança
Linhas construídas (em km)		80	371
Subestações [140]	1		
Investimento dispendido (em contos)		8 500	55 000

Fonte: REIS, R., Op. cit., (1/4/62), p. 1.

Os municípios não tinham tido quaisquer encargos com esta obra e passaram a dispor de maior possibilidade de obtenção de receita camarária, em consequência da aplicação dos seus serviços municipalizados de água e de luz.

O atraso económico do distrito, a extrema pobreza das suas Câmaras Municipais e o baixo nível de vida do povo, não teriam tornado possível a concretização dessa obra, em tão curto espaço de tempo, e sem esgotar as disponibilidades financeiras municipais.

Em todo o território do distrito de Bragança, composto por 296 freguesias e quase o mesmo número de povoações anexas, existiam apenas, em 1962, «60 postos de transformação camarários e 22 particulares»[141], um indicativo que revela que, muitas delas, ainda viviam na escuridão e que faltavam projectos que, como o da CHENOP, alterassem essa situação.

A região estava longe de se poder modernizar e de poder criar formas de economia ligadas às actividades industriais, pois, como vimos, o consumo de electricidade era muito limitado, o que condicionava o seu desenvolvimento[142].

Até 1955, o governo aumentara o montante das comparticipações às autarquias locais para a electrificação das povoações dos concelhos, mas grande parte dessas autarquias, por falta de

[140] «A subestação de Macedo de Cavaleiros foi construída com uma elevada potência, mas era somente aproveitada no máximo de 20%, para suportar a duplicação da energia que podia fornecer em 1962». In REIS, R., Op. cit., (1/4/62), p. 1.
[141] REIS, R., Op. cit., (1/4/62), p. 3.
[142] REIS, R., Op. cit., (1/4/62), p. 3.

recursos financeiros, tiveram dificuldade ou impossibilidade de aproveitar esse benefício. Ao ser considerado este facto, pelo II Plano de Fomento, foram atribuídos 300 mil contos para electrificação rural, escalonados à média anual de 50 mil contos[143].

O Estado gastou avultadíssimos investimentos financeiros em participações directas nos empreendimentos, por concessão de empréstimos ou de outras regalias a várias empresas, e, em 1963, o país dispunha, na metrópole, da energia eléctrica suficiente para as exigências da época e para as de um tempo mais próximo, em consequência do crescimento populacional e da industrialização. Porém, nesse ano, a maior parte das povoações portuguesas ainda não tinham sido electrificadas (freguesias por electrificar: mais de 1730; freguesias electrificadas: 125) e nelas estavam incluídas numerosas sedes de concelho[144].

A inovação industrial estava a alastrar pelo país, mas fixava-se, sobretudo, nas periferias dos grandes centros, atraindo as pessoas do mundo rural E era o meio rural, pobre e sem recursos, que era obrigado a pagar a electricidade pelo preço mais caro, servindo-lhe esta apenas para iluminação[145].

Os deputados Drs. Martins da Cruz e Jorge Correia expuseram o assunto, em 1963, na AN, fundamentando-o em factos e em números oficiais: as companhias fornecedoras de energia eléctrica, em Portugal, cobravam tarifas elevadas, o que a tornavam cara[146]; desde a produção, ao consumidor, esse aumento era de 1.300%, pois saía das centrais a menos de $20 o Kw e chegava ao consumidor, em bastantes casos, a 3$00 e, na média geral aproximada de todo o país, a 2$50, em 1º escalão[147].

Havia uma disparidade de preços da energia eléctrica nas várias regiões do país, e o preço mais caro era aplicado em Bragança e em Faro:

[143] A electrificação rural e os preços da energia. *NM*. Mirandela. (24/2/63), p. 1.
[144] A electrificação...Op. cit., (24/2/63), p. 1.
[145] AMORFER - O que vai pelas aldeias. *NM*. Mirandela. (17/2/63), p. 1.
[146] A electrificação rural...Op. cit., (24/2/63), p. 1.
[147] A electrificação rural...Op. cit., (24/2/63), p. 3.

Quadro II.8

Preço da energia eléctrica em algumas localidades de Portugal Continental

Energia Eléctrica	
Região	Preço
Porto	$28
Bragança	**$80**
Guarda	$25
Beja	$70
Coimbra	$27
Faro	**$80**

Fonte: A electrificação rural...Op. cit., (24/2/63), p. 3.

A lentidão da obra de instalação da energia eléctrica estava em desacordo com as potencialidades da produção e com as necessidades do país e da região.

O governo não tinha obtido o benéfico efeito da notável obra dos aproveitamentos hidroeléctricos e da criação de centrais térmicas, porque a produção de energia era mais do que suficiente[148] (Anexo 67, Vol. II, p. 146).

Com a construção da barragem de Bemposta ficou concluído, em 1964, o aproveitamento hidroeléctrico do Douro Internacional. Esta obra custou ao país uns «800 mil contos, aproximadamente»[149].

Em 1970, a CHENOP quis actualizar os preços da energia eléctrica, consumida, ou pelas Câmaras Municipais de Trás-os-Montes, ou pelos seus serviços municipalizados (Anexo 25, Vol. II, p. 48).

O aumento do custo da energia eléctrica levou à realização de uma reunião de entidades transmontanas[150], em Mirandela, no dia 24/1/71, para definir posições e estudar a forma de actuação, perante o despacho do Secretário de Estado da Indústria, que fixara em $80 o custo por Kw, a consumir na região, que era o preço máximo.

[148] A electrificação rural... Op. cit., (24/2/63), p. 1.

[149] SILVA MARQUES, A. – A barragem de Bemposta. *NM*. Mirandela. (8/11/64), p. 1.

[150] Esta reunião teve lugar no salão nobre da Câmara Municipal de Mirandela, na tarde do dia 24/1/71, e a ela presidiram o Eng.º Tomás do Espírito Santo e o Dr. Abílo Leonardo Machado, respectivamente governadores civis dos distritos de Vila Real e de Bragança. Estes fizeram-se ladear do Eng.º Camilo de Mendonça, do Dr. João Canedo, do Eng.º Humberto Cardoso e do Dr. Artur Oliveira Pimentel, deputados por Bragança e Vila Real, e do coronel Augusto José Machado, presidente da Junta Distrital de Bragança. Assistiram à reunião procuradores à Câmara Corporativa, presidentes e vice-presidentes das câmaras municipais de Trás-os-Montes, dirigentes da Acção Nacional Popular (ANP), delegados do Instituto Nacional do Trabalho de Bragança e Mirandela, representantes de organismos corporativos, grandes consumidores de energia eléctrica, etc. In Depois do despacho ministerial!... Encontros transmontanos em Mirandela, por causa do elevado custo da energia eléctrica. *NM*. Mirandela. (4/2/71), p. 3

O Eng.º Camilo de Mendonça defendeu, nessa reunião, a ideia de uma maior união de toda a região para se vencer a batalha do seu atraso, para se encontrarem metas para conter a emigração e para se criarem condições dignas a todos os que ficavam[151].

Abordou o problema dos aproveitamentos hidroeléctricos do Douro Internacional, assegurando que, inicialmente, a esperança raiara em Trás-os-Montes, mas nem uma só indústria se tinha instalado na região, ficando todas elas em Lisboa e arredores, onde a energia era mais barata e centralizada, o que acabou por trazer a paralisação e o atraso à região transmontana[152].

Salientou a necessidade de se baixar o custo da energia eléctrica, pois o preço anunciado proibia praticamente o seu uso em termos domésticos, agrícolas ou industriais e não ajudava a que a região deixasse de ser «uma mancha esquecida e sem gente»[153].

O deputado, Dr. João Canedo, de Vila Real, considerou que a forma como se fizeram as obras das barragens, e outras, sem estudos convenientes, fizeram duplicar o seu custo. E a energia, que devia ser produzida a $10 por Kw, ou menos, ficava a mais de $20. E a região transmontana, por muito atrasada, devia ter sido auxiliada e não foi[154].

Os custos da energia ficavam à CHENOP a $38 e às Câmaras a $75, o que levou o Estado a intervir, para que a tarifa binómia não fosse além do máximo de $80 [155].

Aquele deputado referiu-se ainda aos consumos regionais (Quadro II.9) e nacionais, aos seus custos e distribuição e mostrou como era escasso o número de habitações que dispunham desta fonte de energia:

Quadro II.9

Distribuição de Energia Eléctrica em Trás-os-Montes

Fogos da Província de Trás-os-Montes:			
Nº total de fogos	Situados em zonas com baixa tensão	Assistidos pelas Câmaras	Dispunham de energia eléctrica
158.238	113.000 (cerca de)	105.000	46.000

Fonte: Depois do despacho ministerial!... Op. cit., (4/2/71), p. 3.

O Dr João Canedo salientou o dispêndio de 350.000 contos na província, pela CHENOP, cuja acção enalteceu e sugeriu que as tarifas fossem unificadas em todo o país.

As pequenas «Cortes transmontanas» dos distritos de Bragança e Vila Real voltaram a reunir-se em Mirandela[156], no dia 17 de Abril de 1973, para se debruçarem sobre problemas de

[151] Depois do despacho ministerial!... Op. cit., (4/2/71), p. 3.
[152] Depois do despacho ministerial!... Op. cit., (4/2/71), p. 3.
[153] Depois do despacho ministerial!... Op. cit., (4/2/71), p. 3.
[154] Depois do despacho ministerial!... Op. cit., (4/2/71), p. 3.
[155] Depois do despacho ministerial!... Op. cit., (4/2/71), p. 3.

maior interesse para o desenvolvimento regional, nomeadamente a construção da barragem hidroeléctrica de Rebordelo, no concelho de Vinhais.

O empreendimento situava-se a uns 20 km de Mirandela e poderia beneficiar os concelhos de Chaves, Vinhais, Valpaços, Murça, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, pois, para além dos fins hidroeléctricos, irrigaria mais de 40.000 ha de terras do vale do Tua e armazenaria[157] mil milhões de m^3 de água.

O Ministro das Obras Públicas tinha mostrado interesse para que esta obra surgisse integrada no IV Plano de Fomento e para que se solucionassem os problemas mais gritantes da região[158].

O território transmontano saiu um pouco valorizado com o contributo das entidades referidas (pessoas e instituições). A obra ingente e necessária iria decorrer por muito mais tempo, para que o isolamento e o atraso não fossem impeditivos da chegada à região dos benefícios da modernidade e para que o encontro com a Pátria se mostrasse mais inclusivo, mais dinâmico e portador de outras valências.

O governo central e as autarquias locais tentaram ajudar a vencer o atraso, a miséria e o isolamento das populações transmontanas, pelo que se registaram, nesta época, melhorias consideráveis nas vias de comunicação. Através delas, as populações sentiram-se mais ligadas e atraídas por novas formas de economia, de cultura, de empregos, de melhoramentos sociais, de ideias políticas...

A partilha desigual do território (solo), pelos vários grupos sociais, acabou por ter um impacto sobre a miséria e sobre o atraso das populações e contribuiu para a fuga das populações.

---

[156] «No salão nobre dos paços do concelho de Mirandela, compareceram espontaneamente representações das principais actividades regionais, Casas do Povo e sua Federação, grémios da lavoura e cooperativas agrícolas, todas elas movidas pela enorme ansiedade de pugnar pelo progresso destas terras e de as fazer sair do abandono a que têm estado votadas.
Além dos governadores civis de Bragança e Vila Real, respectivamente, Dr. Abílio Machado Leonardo e Eng.º Tomás Espírito Santo, viam-se na mesa de honra: os deputados, Eng.º Camilo de Mendonça e Dr. Artur Pimentel, os procuradores Drs Rómulo Ribeiro e João Pessoa Trigo, este em representação do presidente da Comissão de Planeamento da Região Norte, o Eng.º António Carneiro, os presidentes das juntas distritais, Dr. David Costa e coronel Augusto Sequeira e, ainda, os presidentes das Câmaras de Chaves e Mirandela, respectivamente, o Dr. Agostinho Pizarro e o Eng.º António Barreto de Chaves». In Os distritos de Bragança e Vila Real tratam em Mirandela do complexo hidroeléctrico de Rebordelo. *NM*. Mirandela. (4/5/73), pp. 1 e 4.

[157] Os distritos de... (4/5/73), pp. 1 e 4.

[158] Os distritos de... (4/5/73), pp. 1 e 4.

4 - A partilha do solo no mundo rural e as implicações sócio-económicas

A partilha do solo permitiu exercer o domínio sobre o território e assinalou a luta no meio rural entre ricos, remediados e pobres, de que resultaram implicações sociais, económicas e culturais.

A apropriação sobre a terra, nas três aldeias, foi desigual (a posse, o tamanho e a estrutura das explorações agrícolas: Capítulo IV) e serviu como critério de diferenciação e de estratificação social[159] (Capítulo III).

Da parte dos mais pobres, a limitação sobre o controle e sobre a posse da propriedade, ou o acesso a parcelas pequenas e pouco expressivas, condicionou-lhes a vida (Capítulo III), a economia (Capítulo IV), o fraco poder de compra, o limitado ou nulo acesso a formas valorizadoras de cultura e de informação, a abertura de horizontes culturais (Capítulo V), a aquisição de casa e de outros equipamentos...

Era o ruralismo: um acondicionamento ao espaço e ao mundo rural, com todo um quadro social definido em termos da riqueza, da posse e do usufruto das propriedades e das produções delas extraídas. Daí se criaram códigos de relacionamento, de prestígio e de domínio.

As limitações que advieram deste processo de relacionamento sócio-económico acabaram por traçar um modelo estrutural: o camponês tornou-se dependente do senhor, que lhe fornecia trabalho, algum sustento e ordenado. O ruralismo assentou as suas bases num relacionamento entre estas duas forças sociais, estando na sua origem o uso e a posse da terra: o senhor possuía a propriedade e o trabalhador possuía a força de trabalho.

Este relacionamento travou-se num clima de dominação social, com configurações típicas em torno de uma acção, em que o mais forte exercia o seu poder de autoridade e de prestígio, normalmente famílias remediadas ou ricas, e o mais fraco, o trabalhador, ficava dependente da prestação de trabalhos e de alguns serviços que o senhor lhe fornecia[160].

Neste mundo relacional, houve alguns notáveis, já referidos neste capítulo, que ajudaram as populações transmontanas a amenizar a situação de pobreza e de miséria em que viviam e completaram a acção do Estado, que se revelava incapaz de acudir a tantas necessidades.

As populações rurais sofreram com este envolvimento social e político e com a situação de isolamento territorial, pois foram factores que as limitaram no acesso a outras formas mais rentáveis da sua economia e mais valorizadoras da sua existência.

---

[159] O'NEILL, Op. cit., p. 91.

[160] Obs.: entre os trabalhadores assalariados e a entidade patronal, apareceu, muitas vezes, um elemento intermédio que estabeleceu o elo de ligação entre os dois mundos de entendimento: era o capataz, o caseiro e/ou o feitor.

5 - As vias de comunicação e a quebra do isolamento territorial

As comunicações rodoviárias

Em 1933, Salazar considerava que a falta de algumas infra-estruturas se tornavam imprescindíveis para as populações e eram responsáveis pela sua miséria material e moral: «a **estrada** que não foi aberta, o **caminho** que não foi concertado, a **fonte** que se não canalizou, a **escola** que se não mandou abrir»[161].

A estrada e o caminho eram essenciais para ajudar a quebrar o isolamento territorial em que viviam muitas vilas, aldeias e lugares, para projectar o seu desenvolvimento e para melhorar o nível de vida das suas gentes.

Na época em análise (1957-74), as acessibilidades a esses centros populacionais eram muito limitadas, a difusão de informação era reduzida e era escasso, não só o investimento em formas valorizadoras das populações (ensino, educação, cultura, assistência), como o apoio ao seu desenvolvimento, por parte do Estado e das autarquias.

Na generalidade das zonas exclusivamente rurais, as dificuldades foram muito acentuadas, o que resultou, em muitas delas: numa forte tendência para a emigração e para a desertificação; no envelhecimento populacional; na falta de qualificação, de dinamismo e de inovação; na fraca rentabilidade dos produtos agro-florestais; na continuidade de práticas agrárias tradicionais, pouco rentáveis.

O Ministério das Obras Públicas reconhecia que, em 1961, a situação rodoviária de Trás-os-Montes era aflitiva:

> «Mais de 8 mil povoações, com população superior a 50 habitantes, perfazendo 1.200.000 almas, carecem de acessos rodoviários, pelo que se torna indispensável construir 11.000 km de estradas e caminhos.
> Em relação às povoações com mais de 100 habitantes, consta o número de 400 não servidas de acessos, pelo que será necessário dotá-las com cerca de 6.000 km de vias.
> Em resumo, torna-se urgente construir cerca de 2.600 km de estradas e cerca de 3.700 km de caminhos, num total de 6.300 km. Há ainda a acrescentar que urge reparar cerca de 5.900 km de vias, consideradas em mau estado»[162].

Em 1966, em diversas zonas do distrito, o cenário de isolamento populacional persistia e não era muito diferente do que tinha sido descrito, em 25/6/1886, pelo bispo de Bragança - Miranda, D.José Alves de Mariz, numa carta que enviara ao Ministro da Justiça: «Não há outras

---

[161] REIS, Rogério -Temas económico-sociais III C: A viação rural e o concelho de Mirandela. *NM.* Mirandela. (4/12/66), p. 6.
[162] Plano de Valorização dos Meios Rurais, editado em 1961. Cit. por Vida Municipal. *NM.* Mirandela. (13/8/61), p. 1 e REIS, R., Op. cit., (4/12/66), p. 6.

vias de comunicação, a não ser por caminhos feitos pela própria natureza: íngremes, tortuosos e estreitíssimos que, de longe em longe, se encontram por felicidade dos transeuntes»[163].

O concelho de Mirandela inseria-se também nesta situação, tal como o concelho de Carrazeda de Ansiães, onde faltavam vias rodoviárias funcionais que permitissem acessos rápidos e imediato escoamento. O delicado problema da viação rural colidia, de algum modo, com a eficácia da acção municipalista e com a respectiva divisão administrativa.

O governo central, para atender à premente situação de muitas aldeias, delineou, no plano Intercalar de Fomento (1965 a 1967), a execução do seguinte esquema para a área distrital de Bragança (área com 233 441 habitantes e 648 lugares):

Quadro II.10

Plano de obras do distrito de Bragança

Concelho	Natureza da obra (km)				Comparticipações em contos
	Terraplanagem	Pavimentação	Reparação	Construção nova	
Alfândega da Fé	4	3	—	11,1	2.463,1
Bragança	2,9	12,9	2	19,7	3.115,4
Carrazeda de Ansiães	**12,8**	**3,5**	—	**0,5**	**2.472,7**
Freixo Espada-à-Cinta	—	2	—	4,6	540
Macedo	3,6	—	—	11	2.401
Miranda do Douro	—	—	—	8,9	735
Mirandela	**1,4**	**8,8**	**10**	**14,2**	**2.948,7**
Mogadouro	3,1	10,6	—	18,7	2850
Moncorvo	2,2	4,5	—	5,1	1226
Vila Flor	0,8	5,7	—	5	1.013,8
Vimioso	—	7,2	—	14,7	2.332,7
Vinhais	7,3	6,2	12	35,7	8.391,9
Totais	38,1	64,4	24	149,2	30.490,3

Fonte: REIS, Rogério- Temas económico-sociais I: a viação rural e a economia do distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (6/11/66), p. 6.

Apesar do plano traçado pelo governo começar a ser concretizado a bom ritmo, a quantidade de quilómetros contemplados era escassa para tantas carências, a nível das vias de comunicação (Quadro II.10).

Paralelamente, os Eng.^{os} Mesquita de Lima, João J. Rodrigues e J. Duarte Carrilho, da JAE, tinham realizado um estudo mais profundo[164], elaborando um programa rodoviário para o distrito de Bragança, no qual tinham traçado um plano a executar de 1965 a 1970 (abrangia o citado Plano Intercalar de Fomento, em curso), com um investimento de 61.660 contos e o encargo da comparticipação média anual de 10.270 contos.

[163] REIS, R., Op. cit., (27/11/66), p. 6.
[164] *NORDESTE*, Op. cit., nº 6 (Jun.65).

Esse estudo tinha como objectivo abranger povoações isoladas, com mais de 100 habitantes:

Quadro II.11

Plano rodoviário da JAE para o distrito de Bragança

Concelhos	Povoações ainda isoladas em 31/12/64		Povoações a ligar pelo presente plano até 31/12/70	
	Nº de povoações	Nº de habitantes	Nº de povoações	Nº de habitantes
Alfândega da Fé	10	3 269	11	3 366
Bragança	35	6 168	29	5 539
Carrazeda de Ansiães	**13**	**4 639**	**13**	**4 639**
Freixo Espada-à-Cinta	1	1 201	1	1 201
Macedo de Cavaleiros	21	4 191	13	4 261
Miranda	12	2 393	12	2 393
Mirandela	**32**	**6 253**	**11**	**3 306**
Mogadouro	23	6 459	18	5 816
Moncorvo	9	2 074	8	1 883
Vila Flor	6	1 306	6	1 306
Vimioso	10	4 182	10	4 182
Vinhais	45	10 224	29[165]	7 472
Totais	219	52 359	163	45 364

Fonte: REIS, R., Op. cit., (6/11/66), p. 6.

A leitura dos dados do quadro permite constatar que houve uma redução do número de povoações isoladas no concelho de Mirandela, de 1964 para 1970, e se manteve o mesmo número de povoações nessas condições, no concelho de Carrazeda de Ansiães.

Estes dados mostram que a maior ou menor capacidade interventiva dos municípios se relacionava com a falta de verbas, necessárias para assistir às necessidades mais urgentes das populações.

A Coleja figurava entre as populações isoladas, em 1964 e em 1970, e o Romeu e o Cachão só viram resolvido o problema das respectivas estradas, entre 1966 e 1970.

A Estrada Municipal 572, do Romeu, foi abrangida pelo programa de viação rural, que o plano Intercalar de Fomento (1965-1967) traçara para a região de Mirandela: pavimentação de 1,5 km, orçada em 300 contos (Anexo 27, Vol. II, p. 51).

O Cachão passou a ser servido pelas seguintes estradas:

[165] O isolamento tinha sido vencido para 15 povoações do concelho de Vinhais, que compunham o planalto da Lomba. Faltava igualmente vencer o isolamento: no concelho de Mirandela, de Teixeira e Vale de Asnes; no de Vila Flor, de Macedinho; no de Alfândega da Fé, na povoação em que ficava tão caro colocar o azeite na Estrada Nacional, como desta a Lisboa. Sendim da Ribeira era uma aldeia muito fértil, deste último concelho, muito produtiva em azeite e esteve isolada – sem estrada — até à construção da EN 315, no ano de 1976. In REIS, R., Op. cit., (6/11/66), p. 6.

-a Estrada nº 15-4, com início na EN nº 15, a 6 km de Mirandela, no cruzamento do Campo de Aviação, que se estendia até à povoação de Vilarinho das Azenhas, numa extensão de cerca de 14 km[166], e ficou ligada ao Cachão, em 1963.

Era uma estrada de grande utilidade, de extrema importância para a região, com trânsito intenso, pois canalizava o movimento da EN nº 15, Porto - Bragança, para o Cachão e para Vila Flor, poupando, assim, alguns quilómetros[167].

-A EN 213, Mirandela - Vila Flor, teve uma notável importância, por ser, desde longa data, o caminho mais curto para todo o tráfego com o centro do país. Mirandela ficava ligada, através desta estrada, às sedes dos concelhos de Vila Flor, Moncorvo, Carrazeda de Ansiães e Freixo de Espada-à-Cinta[168].

Em 1964, a estrada passou a ter um papel de primordial importância, porque era a principal artéria canalizadora do tráfego de todo o distrito para o aglomerado fabril do Cachão[169]. Esta estrada foi reconstruída em 1966 e foi alcatroada por volta de 1970[170].

Os problemas dos concelhos de Mirandela e Carrazeda de Ansiães eram comuns, em 1966, a todo o distrito[171]:

-a rede de comunicações existente (rodo e ferroviárias) tinha uma fraca eficiência para ligar aos grandes centros as zonas mais afastadas;

-havia um plano rodoviário para o distrito, mas impunha-se também um estudo idêntico, para as comunicações ferroviárias, para «assegurar a melhoria da envelhecida via, o cumprimento dos horários e outros benefícios».

-o distrito ansiava pela navegabilidade do rio Douro, sem que esta via colidisse com o caminho-de-ferro. As barragens da Régua (Bagaúste), Valeira e Pocinho trariam um «salutar aproveitamento económico de Bragança» e serviriam para a irrigação de diversas zonas do distrito. Mirandela, com uma esplêndida localização, possuía áreas férteis, com a possibilidade de serem irrigadas.

Estas alterações serviriam para ajudar a transformar uma economia de subsistência, numa economia lucrativa e ajudariam a fixar o homem à terra, num distrito como o de Bragança, onde a percentagem de emigração oficial, sobre os saldos fisiológicos, excedia, em 1966, os 50%, não englobando esta cifra as migrações internas e o êxodo clandestino[172].

---

[166] A estrada de Vilarinho, as trovoadas e o esquecimento a que foi votada. *NM*. Mirandela. (5/7/64), p. 1.
[167] Estrada municipal Cachão - Vilarinho das Azenhas. *NM*. Mirandela. (5/1/69), p. 4.
[168] VILARES, Santos - Aquela estrada... *NM*. Mirandela. (13/9/64), p. 1.
[169] A Câmara Municipal de Mirandela tomou conhecimento do requerimento apresentado pela FGLNT para iniciar as obras no Cachão e concedeu 15 dias àquele organismo para apresentar o respectivo projecto. In Livro de Actas da Câmara Municipal de Mirandela (livro 66, folha 148, data de reunião: 8/1/65).
[170] Entrevista nº 4, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[171] REIS, Rogério - O progresso que precisamos. *NM*. Mirandela. (1/5/66), p. 1.
[172] REIS, R., Op. cit., (1/5/66), p. 1.

As comunicações ferroviárias

As linhas de caminho-de-ferro imprimiram um dinamismo às populações e à economia da região. Numa época em que faltavam estradas e caminhos, a via-férrea era uma via de ligação ao mundo exterior, para muitas aldeias e lugares por ela servida.

Coleja esteve nessa situação, porque só bem tarde abriram uma estrada que pôs fim ao isolamento da aldeia, pelo que a linha do Douro serviu para transportar as suas gentes e a sua produção agrícola.

O Cachão conheceu o seu primeiro impulso, em termos de crescimento, quando passou a ser servido pela linha-férrea do Tua. A localização deste pequeno aglomerado fez atrair a esta estação, desde bem cedo, o movimento de pessoas e de mercadorias das zonas de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e aldeias vizinhas. Esta via continuaria a ser um factor de desenvolvimento, quando aumentou o tráfego de pessoas e de mercadorias, com a entrada em laboração do CAICA, que se tornou numa das melhores fontes de receita desta linha[173].

A freguesia do Romeu, apesar de servida pela via rodoviária, também viu a sua vida social e económica melhorada com esta via de comunicação. Através da Linha do Tua, chegou o movimento de pessoas que iam trabalhar para a Casa Menéres e para a área do Romeu. As mercadorias eram escoadas, através desta via, e algumas das necessidades locais eram supridas, porque estavam servidas pelo caminho-de-ferro.

Quadro II.12

Ligações rodo e ferroviárias de Mirandela em 1964: horário

Mirandela	Partidas (destino):				
	Tua (1)	Bragança	Chaves	Valpaços (2)	Murça
Os comboios e automotoras	08,19 h 11,07 h 12,17 h 16, 10 h 16,57 h*	05,25 h** 06,25 h 11,12 h 15,20 h 17,00 h 19,11 h			
Camioneta			17,50 h	17,10 h (às 2ª, 4ª e 6ª e dias de feira de Mirandela)	11,30 h (3) 17,10 h

1-com ligação à rede geral 2-pela Torre de D.Chama 3- com seguimento para Vila Real
* somente nos dias de feira de Mirandela ** somente nos dias de feira de Bragança

Fonte: Informações de interesse geral. *NM.* Mirandela. (8/11/64), p. 4.

[173] REIS, Rogério - A linha do Tua e a estação de Cachão. *NM.* Mirandela. (31/8/69), p. 1.

Em 1964, Mirandela e as aldeias deste estudo estavam melhor servidas pela via ferroviária do que pela rodoviária, o que acontecia com estas e com muitas povoações do distrito de Bragança[174], desde há longa data. As ligações ao mundo exterior eram mais abundantes e melhor estabelecidas, através desta via de comunicação (Quadro II.12, p. 131).

O sucesso de novos empreendimentos ferroviários que surgiram, em 1967, na linha do Douro e nos ramais do Tua e do Sabor, ficaram a dever-se aos inspectores Américo Costa e Leandro Cruz.

A partir dessa altura, as comunicações ferroviárias melhoraram, devido às alterações introduzidas no número e na qualidade das composições, e houve poupança de tempo em horários: na linha do Tua passaram a circular diariamente 6 comboios e 6 automotoras e na do Sabor 6 composições[175].

O que mais sobressaía, nesta data, eram os melhoramentos da linha do Douro, o seu aproveitamento turístico internacional e as novas unidades automotoras postas nela a circular. As ligações entre o Porto e Barca de Alva passaram a fazer-se em apenas 5 horas, tendo saído também beneficiadas as ligações aos 4 ramais (Tâmega, Corgo, Tua, Sabor)[176].

A linha do Tua oferecia uma alternativa ao desenvolvimento que começava a despontar: o CAICA, o incremento educacional de Mirandela, o movimento cooperativo de Macedo de Cavaleiros e as múltiplas actividades brigantinas. A população passava a usufruir da comodidade, da rapidez e encontrava no comboio um factor que contribuía para uma melhoria do nível de vida

A rentabilidade da linha do Tua justificava, em 1968, alguns melhoramentos (a velocidade de 50 Km/h – velocidade comercial — e a remodelação das estações principais), que teriam reflexos nos concelhos de **Carrazeda**, Vila Flor, **Mirandela**, Macedo de Cavaleiros e Bragança, e beneficiariam, ao todo, uma «população de 110.000 almas»[177].

Mirandela e toda a região precisavam de ser dotados de um horário que possibilitasse aos utentes da linha do Tua apanhar o comboio foguete, poupando, assim, bastante tempo nas deslocações à capital[178].

---

[174] A situação rodoviária local era aflitiva: em 1967, era preciso «construir com urgência centenas de quilómetros de vias municipais e 111 km de estradas nacionais, só no distrito de Bragança». In REIS, Rogério - A CP e o progresso de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (3/9/67), pp. 1 e 8.

[175] «Na linha do Sabor, a questão chega a ser emocionante, pelos aspectos que pode revestir, pois data de 1938 a inauguração do Ramal de Pocinho a Duas Igrejas». «[...] os jornais diários chegavam às 21 h a Miranda do Douro. Para se aquilatar de uma assimetria imerecida, que era injusta à situação da linha do Sabor, demonstra-o ainda o facto de mal se poder ir a Freixo de Espada-à-Cinta, enquanto no futuro lá se pode permanecer 5 horas e regressar no mesmo dia. No Corgo e no Tâmega é igualmente de considerar o progresso ferroviário, na medida em que o tempo e a comodidade facultam as viagens». In REIS, R., Op. cit., (3/9/67), pp. 1 e 8.

[176] REIS, R., Op. cit., (3/9/67), pp. 1e 8.

[177] REIS, Rogério - O distrito de Bragança e as comunicações rodoviárias. *NM*. Mirandela. (1/12/68), p. 3.

[178] REIS, Rogério - Beneficiação da linha do Tua. *NM*. Mirandela. (30/6/68), p. 1.

Era preciso aumentar a velocidade dos comboios da linha do Douro, porque, de Campanhã ao Tua, demorava-se 3 horas em automotora rápida e 4,5 h em comboio normal, enquanto de automóvel eram precisas menos de 2 h da Régua ao Porto. A concorrência rodoviária começava a afectar a via ferroviária e comprometia-lhe o futuro[179].

Em 1969, Mirandela e o Cachão tinham um movimento significativo: o comboio transportava pessoas, operários e «centenas de crianças e professores a caminho do Liceu e escolas»; dezenas de veículos, ao longo do dia, dirigiam-se para o «aglomerado fabril do CAICA»[180]; as empresas de transportes públicos e os carros particulares transportavam alunos, professores, trabalhadores e público em geral.

Em 1973, havia problemas na Linha do Tua, relacionados com o material circulante: «locomotivas e outro material que vem [vinha] desde há um século», e carruagens sem aquecimento, como sucedia com os comboios que partiam de Mirandela às 4, 55 h, dias de feira em Bragança, e às 8,10 h, nos restantes dias do ano, numa região com Invernos rigorosos[181].

A política de reestruturação das comunicações ferroviárias permitiu que, a partir de 15 de Junho de 1968, fossem reatadas as ligações ferroviárias entre o Porto e Salamanca, ligação importante não só para a cidade Invicta, mas também para toda a região de aquém e de além Douro[182].

Trás-os-Montes passou a ficar mais perto da Europa, na duração da viagem, em conforto e em economia de preço.

De «24/8/67 a 31/5/68», as automotoras em circulação na linha do Douro «transportaram mais de 90.000 passageiros» e «cerca de 2 mil já tomaram [tinham tomado] parte em 14 excursões ferroviárias à nossa região»[183].

Modernas locomotivas diesel passaram a fazer o reboque de 10 comboios até à Régua, tendo utilizado a linha do Douro, no mesmo período, 41.182 emigrantes[184].

A província de Trás-os-Montes estava a ser olhada com alguma atenção: «sair do Porto, da Régua, de Vila Real ou de Bragança e, umas horas depois, estar-se em Salamanca e com um pouco mais jantar-se em Madrid, constituía um verdadeiro intercâmbio peninsular»[185].

---

[179] REIS, R., Op. cit., (30/6/68), p. 6.
[180] VILARES, Santos - Sua Excia o comboio... *NM*. Mirandela. (2/11/69), p. 1.
[181] Que a CP nos oiça. *NM*. Mirandela. (15/11/73), p. 3.
[182] REIS, Rogério - Trás-os-Montes e as comunicações ferroviárias. *NM*. Mirandela. (9/6/68), p. 1.
[183] REIS, R., Op. cit., (9/6/68), p. 1.
[184] REIS, R., Op. cit., (9/6/68), p. 1.
[185] REIS, R., Op. cit., (9/6/68), p. 1.

O aproveitamento do rio Douro

A sessão parlamentar do dia 6 de Dezembro de 1967 pode considerar-se histórica para a região transmontana, uma vez que, no período da ordem do dia, ao ser apreciado na generalidade o III Plano de Fomento, três deputados se pronunciaram sobre os problemas ligados ao aproveitamento do rio Douro[186].

Os deputados ultrapassaram os problemas locais dos círculos que representavam e prestaram o seu contributo para a valorização regional de uma área que compreendia os distritos de Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu, abrangendo uma área de 21.286 km^2, com 64 concelhos e 1,3 milhões de pessoas[187].

O deputado Pinto de Mesquita, pelo Porto, bateu-se pela navegabilidade do rio Douro; o Eng.º Araújo Correia, por Castelo Branco, afirmou que: «a construção da barragem de Alvarenga, deverá [deveria] ser substituída pela de Valeira e à empresa devem [deviam] ser dadas instruções e os meios para concluir o mais rapidamente possível o esquema completo»; e Nunes Barata, falou sobre a produção hidroeléctrica e a capacidade hidroagrícola do rio Douro, referindo que «estudos realizados já há anos admitiam a viabilidade de regar cerca de 11 mil ha, salientando a zona de Figueira de Castelo Rodrigo (4 200 ha), **Mirandela** (2 000 ha) e **Vale da Vilariça** (1 700 ha)»[188].

Além da navegabilidade do Douro, podiam criar-se, na região, pólos de desenvolvimento: o Pocinho com o aproveitamento do nó ferroviário e rodoviário; o minério de Moncorvo e o rio Sabor; o Tua e o aproveitamento da foz deste rio; a futura barragem da Valeira, a capacidade agrícola dos concelhos limítrofes (Alijó, Carrazeda de Ansiães e S.João da Pesqueira) e a melhoria das comunicações entre ambas as margens; a Régua e o aproveitamento do Corgo, do porto fluvial e da brilhante actividade comercial e vinícola da vila e concelhos vizinhos; o Tâmega e o aproveitamento dos elementos regionais e da riqueza da veiga de Chaves[189].

A abertura da região transmontana ao turismo

Em 1957, as estradas existentes permitiram «a visita a Trás-os-Montes de inúmeros viajantes, turistas...»[190], mas estas visitas só se vieram a intensificar, nos anos 60, quando o turismo se transformou numa nova riqueza para Portugal, em consequência de algum

[186] REIS, Rogério - Na hora de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (17/12/67), p. 1.
[187] REIS, R., Op. cit., (17/12/67), p. 1.
[188] REIS, R., Op. cit., (17/12/67), p. 1.
[189] REIS, R., Op. cit., (17/12/67), p. 1.
[190] IGNOTUS, Voz de Vila Flor: Vila Flor...Terra Transmontana. *NM*. Mirandela. (10/2/57), p. 3.

desenvolvimento interno, da melhoria das comunicações e dos transportes e do aumento do nível de vida.

O turismo passou, a partir de então, a ser lucrativo para o país: em 1962, deu-lhe uma receita de 1.450 mil contos, cifra que, pela primeira vez, tinha sido superior ao volume das exportações de cortiça e de conservas de peixe[191]; em 1963, recebeu a visita de 520 mil turistas[192]; em 1964, Portugal e Espanha foram os países mais visitados da Europa, mais acentuadamente por turistas franceses[193], alemães e ingleses.

O turismo verificava-se, essencialmente, à volta de três a seis maiores cidades e na zona litoral, devido à «amenidade do clima e ao encanto do sol e das praias»[194], mas Mirandela acabou por colher alguns reflexos dessa actividade, pois ficava num ponto estratégico de passagem obrigatória de milhares de turistas que, ao longo de cada ano, passavam rumo ao Porto.

A obra de valorização das "aldeias transmontanas melhoradas" transformara o Romeu e a sua área envolvente num cartaz turístico, não só para nacionais, mas também para os estrangeiros, o que tornou conhecidas as suas aldeias (Vila Verdinho, Vale de Couço e, acima de tudo, o Romeu) e valorizou o concelho de Mirandela.

O Romeu, aldeia típica restaurada[195] e acolhedora, passou a contar com o restaurante regional Maria Rita, a partir de 1966, e juntou àqueles atributos o património gastronómico deste restaurante e o património monumental da própria aldeia (o santuário de N^{a}S^{a} de Jerusalém do Romeu, a igreja matriz, as casas e o embelezamento da aldeia), factores que se conjugaram e que contribuíram para a atracção turística, transformando-a em «local de peregrinação», em especial ao fim-de-semana, e levando-a figurar no guia turístico Michelin.

O jornal NM, através de anúncios publicitários que foi publicando, sobre o Maria Rita, fez a divulgação deste restaurante e informou sobre os fins sócio-caritativos e assistenciais que cumpria na área do Romeu:

---

[191] REIS, Rogério - Uma nova riqueza. *NM*. Mirandela. (19/1/64), p. 1.

[192] Portugal já dispunha das seguintes unidades hoteleiras: «181 hotéis de diversas classes; 431 pensões de várias categorias; 11 pousadas e 38 estalagens». Ao todo, havia «664 unidades», equipadas com: «19.971 quartos, tendo menos de metade casa-de-banho, e dispondo, no conjunto, de 38.812 camas». In REIS, R., Op. cit., (19/1/64), p. 1.

[193] «...predominando no nosso país os carros de França». In REPÓRTER Z - Falando de turismo. *NM*. Mirandela. (25/7/64), p. 14.

[194] REIS, R., Op. cit., (19/1/64), p. 1.

[195] «Mirandela é sobremaneira valorizada, no aspecto turístico, pelas sugestões do famoso Tua e pelo milagre social, contemporâneo das aldeias melhoradas do Romeu e Vila Verdinho». In REIS, Rogério – Trás-os-Montes, potencial turístico a valorizar. *NM*. Mirandela. (1/6/69), p. 1.

Quadro II.13

O Restaurante Maria Rita

Fonte: *NM*	Anúncio	Função desempenhada
1/5/66, p. 5	Restaurante regional Maria Rita: ambiente requintado, serviço cuidado. O lucro da sua refeição destina-se ao «Centro de Assistência Social do Romeu». Vai direito ao seu bolso, para uma obra que pode ver com os seus próprios olhos. Reservado direito de admissão.	-social -recreativa -caritativa -turística
3/7/66, p. 2	Maria Rita: De agora, em diante, serviço de bar e de jantares ao ar livre. Nas salas, ar condicionado. Mais caro, porque trabalhamos para os menos protegidos da sorte.	
21/5/67, p. 7	Case no Santuário de Nª Sª de Jerusalém do Romeu E festeje a sua boda no nosso salão da Maria Rita: ajuda os menores a ser felizes.	
25/2/68, p. 2	Case no santuário do Romeu e festeje a sua boda no restaurante da Maria Rita.	
22/12/68, p. 5 e 31/12/70, p. 5	Maria Rita restaurante regional Em Romeu, aldeia transmontana melhorada, ao km 189 da estrada que liga Porto a Bragança e Paris, pelo caminho mais curto, encontra-se o Maria Rita. É um oásis nas crestadas e belas terras transmontanas, onde vale a pena fazer uma paragem. Telefone do Romeu: 4:	

O aproveitamento turístico de Mirandela e do seu concelho afigurava-se, em 1966, como uma actividade aliciante, pois possuía: valores paisagísticos (o cenário do rio Tua e a disposição do casario; o belo-horrível da linha de caminho-de-ferro, desde a estação do Tua[196], até à ponte de Abreiro; a panorâmica avistada no santuário de Nª Sª de Jerusalém do Romeu...), gastronómicos[197], monumentais, industriais e agrícolas, espalhados por todo o concelho, que podiam ser aproveitados: «pelourinhos, igrejas e capelas, pontes e pontões, vestígios romanos e árabes, o núcleo agro-industrial do Cachão...»[198]. Contava ainda com a «recente abertura do hotel Mira Tua», e previa-se a abertura do Parque de Campismo e do estabelecimento das ligações aéreas de Trás-os-Montes com o resto do país.

O Nordeste começou a quebrar as barreiras do isolamento e passou a ser uma região de atracção turística, através de circuitos rodoviários e ferroviários. Os primeiros beneficiaram de algumas melhorias introduzidas nas estradas; os segundos usufruíram das viagens dos comboios turísticos, que começaram a operar não só na linha do Douro, até Barca de Alva, como também

[196] «A estação do Tua onde há 50 anos era o terror dos ferroviários. "Ou Tua ou rua", dizia-se. Quase sempre, para o Tua, só se ia de castigo, e quem para lá fosse seria atingido pelas febres lacustres. Na estação, a fonte da Figueira era um sinal de vida e de beleza, mas até os mais sequiosos rejeitavam a sua água, com bacilos das maleitas. Mas tudo isso são páginas do passado. Hoje, o Tua é uma terra como outra qualquer». In COUTINHO, António Rodrigues (inspector CP) (Junho 1964), - *O Belo em terras de Riba-Douro*. Boletim CP, nº 420 [Em linha]. Jun.1964 [Consult. 12 Mar. 2005]. Disponível em: <URL: www.ocomboio.net>, Agosto 2004, p. 2.

[197] Entrevista ao presidente da Câmara de Mirandela. *NM*. Mirandela. (25/7/68), p. 23.

[198] Em Mirandela, havia: a ponte românica, o restaurado Paço dos Távoras (donatários da vila, de 1401 a 1759), o Palácio da Justiça [«o Palácio da Justiça ficará a testar para o futuro uma época de prosperidade nacional»: In REIS, Rogério – Mirandela e o turismo. *NM*. Mirandela. (6/6/65), p. 1], a igreja matriz, o santuário de Nª Sª do Amparo, o arco de D.Afonso III, ...In REIS, Rogério - A infra-estrutura turística em Mirandela. *NM*.Mirandela. (3/10/65), p. 2.

na do Tua. A imprensa regional[199] e a imprensa nacional ajudaram a divulgar essas acções de turismo na região transmontana.

Carrazeda de Ansiães apresentava, também, características turísticas ímpares: miradouros (Alto da Senhora da Graça, na Samorinha; Senhora da Saúde, no Mogo; Senhora da Boa Morte, no Castanheiro do Norte e Miradouro da Rota do Douro); quedas de água (a Ôla ou Queda do Síbio, na Coleja: Anexo 35; Fig.35.6, Vol. II, p. 67); a pedra Bulideira, em Ribalonga; as Fragas do Cachão da Rapa, santuário pré-histórico com pinturas rupestres; as inscrições rupestres nas Fragas dos Mouros, em Ribalonga; os monumentos arquitectónicos: o castelo de Ansiães, a igreja românica de S.João Baptista (extramuros), a igreja de S.Salvador (intramuros), as igrejas de Linhares e Marzagão, o Solar de Selores, vários pelourinhos e a anta de Zedes)[200].

[199] O NM dedicou algumas páginas sobre o turismo na região. Nas notícias do dia 17/3/68 [REIS, Rogério - Nordeste: a realidade desconhecida. *NM*. Mirandela. (17/3/68), pp. 1 e 6] e do dia 21/9/69 [SARMENTO, A. Figueiredo - Há sempre um Portugal desconhecido que espera por si: turismo nalgumas terras do nordeste transmontano. *NM*. Mirandela. (21/9/69), p. 1], este jornal fala sobre a realidade do Nordeste, abordando, entre outros, os seguintes aspectos: «Antigamente demorava muito a viagem ferroviária do Tua à Barca: longa, penosa, incómoda, ela era bem o símbolo do nosso atraso. Agora converteu-se em prazer, que se vive em escassa hora, usufruídos dentro das confortáveis carruagens». Carrazeda e os densos pinhais; Pocinho e o entreposto industrial e habitacional; Moncorvo e o ferro em bruto e trabalhado; o Vale da Vilariça a alimentar Portugal inteiro; Freixo terra de Junqueiro e de uma plêiade de vultos ultramarinos [...] Mirandela e as aldeias transmontanas melhoradas, Vila Flor e N^{a}S^{a} da Assunção, Cachão, Frechas, Carrazeda de Ansiães [...] eram locais que despertavam para o turismo.

[200] CASTRO, Eugénio Rodrigo Cardoso de – *Carrazeda de Ansiães* [Em linha] [s/d]. [Consult. 26 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.museudodouro.pt/resultado_concelhos.asp?concelho=4>.

6 - Conclusão: o resultado da acção exercida sobre o território e os seus reflexos sobre as memórias

No território, as tensões sociais giraram em volta da apropriação que se estabeleceu sobre a propriedade, a obtenção de trabalho, a resolução de problemas relacionados com a habitação, ruas, caminhos, estradas, equipamentos... e a construção de lugares de memória social.

Nesses lugares, a vida da comunidade desenvolveu factores propícios à manutenção e à fixação da população no seu território, porque se tornaram pontos de encontro, de partilha e de exercício de actividades económico-sociais, culturais, lúdicas, políticas e religiosas.

As práticas sociais e os registos históricos tiveram a ver com a ambiência que caracterizou cada comunidade.

A generalidade do território transmontano sentiu pouco as intervenções do poder local, do poder central e dos particulares. As razões de tais resultados prenderam-se com os seguintes factos: o Estado viu-se impossibilitado de exercer, como pretendia, o seu domínio sobre o território – as populações viviam um atraso que se tinha acentuado e acumulado; houve a incapacidade de se alterarem os problemas estruturais, em pouco tempo, e de superar imensas carências; a situação de isolamento de muitas das aldeias e lugares manteve-se, até depois do 25 de Abril; as Câmaras Municipais sentiram-se limitadas pela falta de verbas, com uma acção demasiado controlada pelo governo central e os seus presidentes olharam mais pelas carências das sedes de concelho do que pelas aldeias e lugares, não havendo grande entendimento entre estes elementos do poder local e os presidentes de cada Junta de Freguesia (Capítulo VI); foram poucos os particulares que prestaram ajuda às populações, em todo o distrito, e o apoio que prestaram só temporariamente funcionou como elemento fixador.

As populações do Romeu e do Cachão sentiram com mais intensidade a acção das formas de poder anteriormente referidas do que as da Coleja, daí serem também diferentes os resultados verificados nestas aldeias. Este pressuposto será esclarecido nos próximos capítulos.

Apesar das limitações apontadas, a pobreza e a miséria começaram a ser debeladas. A abertura de estradas, de pontes e de caminhos começaram a romper com o isolamento. Porém, continuaram operantes factores que não resolveram os problemas sociais (Capítulo III), económicos (Capítulo IV), culturais (Capítulo V) e políticos (Capítulo VI). Alguns desses factores beneficiaram um pouco as "aldeias afortunadas" e pouco se fizeram sentir nas "aldeias esquecidas", pelo que contribuíram para uma maior ou menor mobilização das suas populações para as migrações internas e externas (Capítulo VII).

As pessoas guardam em suas memórias os trajectos históricos das suas comunidades e reportando-se a elas, ajudam-nos na sua reconstituição.

CAPÍTULO III - MEMÓRIAS SOCIAIS

1 - Introdução

Nos anos 50, Portugal era um país pobre, com uma economia pouco modernizada e cheia de dependências e o povo levava uma vida de modéstia, apesar dos seus recursos.

O regime político em vigor passou a acrescentar aos seus discursos preocupações de cariz social, sem referir declaradamente que existia pobreza no país. Essas preocupações foram assumidas, aquando da elaboração e da discussão dos Planos de Fomento, mas não se traduziram em medidas concretas que possibilitassem o combate a tal situação (Capítulo IV).

O objectivo de «melhoria do nível de vida da população» apareceu explicitado em todos os planos elaborados a partir de 1959, mas a sua concretização foi sempre colocada num plano secundário, porque esteve subordinada ao objectivo de crescimento económico, uma vez que só este possibilitaria a melhoria das condições de vida das populações e a consequente erradicação da pobreza.

O país começou a renovar-se nos anos 60 e melhoraram um pouco as condições de vida do povo[1]. Mas, apesar dessas melhorias, «em 1973, cerca de 31,4%» das famílias portuguesas encontravam-se ainda excluídas da possibilidade de satisfazer as suas necessidades mais elementares, sendo esta situação mais visível nas áreas rurais que nas urbanas. Os mais pobres, nestas zonas, eram «os assalariados agrícolas, os pequenos agricultores e os indivíduos não activos, sem rendimento próprio»[2].

O crescimento económico do país não foi capaz de resolver, de forma eficaz, as constantes situações de pobreza que foram surgindo: os preços dos produtos agrícolas desvalorizaram e os rendimentos diminuíram, o que contribuiu para que a agricultura ficasse abandonada e as condições de vida das populações esquecidas; os baixos salários e os precários esquemas de segurança social levaram ao êxodo maciço para as cidades ou para a emigração.

Trás-os-Montes ficara, ao longo de muito tempo, uma região esquecida do poder central e, só em 1957, cerca de 30 anos após a revolução do 28 de Maio, alguma coisa começou a ser feita para melhorar a situação geral da população e para a ajudar a recuperar do seu atraso.

O atraso desta região ficou a dever-se à demora em tomar decisões correctivas, quanto a: isolamento territorial, falta de equipamentos e de infra-estruturas habitacionais, problemas educativos e analfabetismo, crise da agricultura, práticas primitivas de cultivo, problemas de

---

[1] GARNIER, Op. cit., p. 222.

[2] SILVA, Manuela - Crescimento Económico e pobreza em Portugal (1950-1974). *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol.XVIII (72-74) (1982), pp. 1077-1086 e SILVA, Manuela – *Uma estimativa da Pobreza em Portugal em Abril de 1974*. Porto: Edições Afrontamento, Junho 1984.

mão-de-obra, falta de segurança social para o sector agrícola, não estabilização e não regulamentação do mercado de trabalho, êxodo rural, não aceleração dos melhoramentos rurais e falta de auxílio mais efectivo aos municípios.

O isolamento secular da região, face aos grandes centros urbanos do litoral, impediu um racional aproveitamento dos seus recursos humanos e materiais; a falta de vias de comunicação (terrestres, fluviais e aéreas) fizeram com que a região se voltasse para si própria, ensimesmando-se, resignando-se ao isolamento que não conseguiu vencer e que acabou por aceitar como algo de natural e de inalterável; as decisões tomadas pelo poder central, ao longo de séculos, conduziram à situação de atraso da região, porque as estratégias de desenvolvimento do litoral fizeram perder a sua importância económica e promoveram a concentração de riqueza no litoral; a agricultura sofreu crises sucessivas e entrou em declínio.

As aldeias transmontanas, "as micropátrias" do interior português, viveram com muitas dificuldades e houve muita miséria e pobreza por todo o distrito de Bragança, problemas também extensivos à Coleja, à região do Romeu[3] e à área do Cachão[4].

Em 1967, João Araújo Correia dava conhecimento de alguns melhoramentos e do contraste que existia entre as aldeias do interior transmontano, da região duriense e da área do Romeu:

> «O homem, nessas aldeias [do interior transmontano], vivia em contacto com o estrume, sem se incomodar. As moscas comiam-no vivo sem ele se afligir. [...] Ao estrume e ao mosquedo, correspondia o desarranjo doméstico. [...] Cada aposento era uma loja de adelo com os trastes baralhados pelo dono ou pela dona, quando queriam procurar uma agulha ou um bacio. [...] Pelo que observo, aqui no Douro, o viver rústico melhorou um tudo-nada. Casas que foram montureiras parecem agora santuários. [...] As aldeias transmontanas, encravadas no Romeu, lavaram os pés e a cara, desencardiram o soalho e escovaram o fato como varreram as ruas, graças à energia de Manuel Menéres...»[5].

Nesta análise comparativa, estabelecida entre os três tipos de aldeias, sobressaem já as melhorias concretizadas na área do Romeu (Vale de Couço, Vila Verdinho e Romeu).

De facto, o tecido social sentia-se afectado, em toda a província de Trás-os-Montes, pela falta de habitações condignas e devidamente equipadas com electricidade, água, saneamento...; pelo referido isolamento em que a região vivia[6], que acabava por dificultar o seu

---

[3] Visita ministerial ao nosso concelho. *NM*. Mirandela. (8/5/60), p. 3.

[4] Havia alguma pobreza no Cachão, antes do Complexo, sobretudo entre as famílias numerosas. Em Frechas, houve um grande contraste entre as famílias senhoriais e as camadas pobres da população. In Entrevista nº 6, Cachão: 2006

[5] CORREIA, João de Araújo – Aldeias Melhoradas. *O Comércio do Porto*. Porto. (1/4/67), p. 1.

[6] Nas "micropátrias", «...se a aldeia vive quase sempre de uma economia autárquica que reduz ao mínimo as trocas com as aldeias vizinhas, isso não torna menos necessário procurar os próximos para obter o que está faltando. Dessa maneira, um tecido de relações sociais estende-se, a partir da aldeia, de relações sociais sobre uma zona circunvizinha, por meio de contactos com o exterior, mas também barreira que a isola do mundo mais afastado». As "micropátrias" estabeleceram relações de vizinhança limitadas com aldeias vizinhas e relações de complementaridade económica, administrativa e cultural, com a sede de concelho. As várias «autoridades da sociedade envolvente procuravam sempre penetrar na colectividade camponesa, ou pelo menos estar presentes para assegurar o seu poder: a Igreja através dos padres, os feudais por seus agentes senhoriais, o Estado moderno pela sua tutela administrativa e seus professores, etc.» In MENDRAS, Op. cit. pp. 97-98. Nas sedes de concelho, ficavam

desenvolvimento económico, social e cultural; pelas crises contínuas da sua agricultura; pelo tipo de maquinaria tradicional com que se continuava a produzir[7]; pela distribuição desigual da terra e pelas desigualdades sociais que daí advieram; pelos fracos circuitos de comercialização para a sua produção e pela forma como foi realizada a valorização rural...

Em algumas mudanças que se registaram, para resolver esta situação, pesou o impulso transmitido pelo Estado às autarquias, aos governadores civis, às administrações autónomas, acabando por envolver, neste processo, alguns particulares. Esse impulso acabou por assumir uma tendência paternalista: na família, no Estado e nos particulares[8].

Apesar de não terem surtido efeito, as tentativas de solucionar o problema da pobreza em toda a região, houve dinâmicas de ordem social, económica e cultural que foram implementadas e que importa analisar, para apurar, até que ponto, contribuíram para resolver esse problema nas três aldeias deste estudo (Capítulo III, ponto 5.2.2, p. 197 e ss.) e nas respectivas sedes de concelho.

Mirandela, a sede de concelho do Romeu e do Cachão, gozou de uma apreciável «hegemonia territorial», devido à situação geográfica, praticamente equidistante de Bragança e de Vila Real, bem no coração da Terra Quente[9].

Assumiu também uma importante posição económica, especialmente no sector agrícola, não só pela fertilidade do Vale do Tua e das suas ribeiras, mas também pela produção de azeite e de cereais. O dinamismo que lhe adveio dessa riqueza económica fez de Mirandela uma localidade central, onde foram estabelecidos organismos ligados à agricultura e à pecuária e, já nos anos 60, à agro-indústria (Cachão), e tornou-se num elemento motor do desenvolvimento de toda a região.

A nível histórico[10], sempre esteve presente na História de Trás-os-Montes como das suas mais valiosas localidades.

«alguns dos organismos administrativos e económicos, a Câmara Municipal, o grémio da lavoura, a repartição das finanças, agências bancárias e lojas, muito maiores que as que se encontram na freguesia...». In CUTILEIRO, Op. cit., p. 14.

[7] Conjuntos específicos do espaço social rural, inerentes à produção: «dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam; importância das relações de interconhecimento (MENDRAS, Op. cit., p. 87) na configuração dos principais processos sociais locais; persistência do grupo doméstico, enquanto unidade de produção, consumo e residência». In PINTO, Op. cit., pp. 72-73.

[8] GARNIER, Op. cit., pp. 222 e 225-226.

[9] REIS, Rogério - Mirandela, elemento motor para o progresso do nordeste transmontano. *NM.* Mirandela. (24/11/71), p. 1.

[10] REIS, R., Op. cit., (24/11/71), p. 8.

Obs.: teríamos de recuar muito tempo para nos encontrarmos com o período de povoamento das terras de Ledra, para conhecermos as origens da colonização do espaço territorial e ao reinado de D.Dinis para lhe empreendermos o esforço de vivência medieval e a passagem de Mirandela a concelho. A família Távora estendeu, por alguns séculos, a sua soberania sobre a área mirandelense, tendo sido reconstruída, durante esse tempo, a ponte quinhentista sobre o Tua e edificadas igrejas em algumas freguesias do concelho.

Mirandela assumiu uma notável importância no séc.XIX, devido a três factos essenciais: a liderança que tinha sobre a cultura do bicho-da-seda e respectiva indústria; o aparecimento do caminho-de-ferro (a linha do Tua, em 1887), e a actividade impulsionada por Clemente Menéres, que descobriu e valorizou a cortiça do Romeu, lançando-a no mercado interno e externo (Capítulo IV, ponto 4.2, p. 303); o ideal republicano, que sobressaiu durante as lutas políticas, que fez com que o concelho fosse distinguido com a condecoração da Torre e Espada, pela «sua fidelidade e heroísmo»[11].

Entre 1948 e 1974, a implicação do Dr.Trigo de Negreiros e do Eng.º Camilo de Mendonça, o labor dos presidentes da Câmara Municipal, o apoio do governo, com a aceitação do Presidente da República e do presidente do conselho, e algumas iniciativas particulares, contribuíram para concretizações que foram significativas para projectar Mirandela para o futuro, dotando-a de desenvolvimento e de dinamismo.

As realizações verificadas (Anexo 12, Vol. II, p. 26) foram as seguintes[12]:

-a resolução dos problemas mais urgentes da vila e do concelho (estradas e caminhos, abastecimento de água, electrificação, urbanização[13], saneamento, melhoria das habitações, serviços, escolas, ...); adaptação do Solar dos Távoras a Paços do Concelho, no 1º andar, e a repartição de Finanças, no r/c; obras na avenida; praia no rio Tua; novo quartel dos bombeiros; Centro Desportivo; Palácio da Justiça; Ponte Nova, que passou a servir o tráfego rodoviário da EN nº15, Porto - Bragança; estação de caminho-de-ferro melhorada; instalação de filiais de casas bancárias e o campo de aviação era olhado com interesse;

-na educação, a notável «explosão cultural» de Mirandela, pela grande afluência de estudantes que atraiu e pelo número e qualidade dos estabelecimentos de ensino, do primário ao secundário. A nível de Ensino Secundário, possuía o ensino liceal e o ensino técnico: «neste se distinguindo a moderníssima Escola de Regentes Agrícolas, com óptimas instalações e internato, onde o Estado despendeu dezenas de milhares de contos e a secção liceal, recentemente elevada a Liceu, com todos os ciclos inerentes» (Capítulo V);

---

[11] REIS, R., Op. cit., (24/11/71), p. 8.

[12] REIS, Rogério - Mirandela, vila remoçada. *NM.* Mirandela.(8/4/64), p. 8 e REIS,R.,Op. cit., (24/11/71), pp. 1 e 8.

[13] «A Rua da República e o Parque do Império [em Mirandela] continuam a apresentar-nos o seu sudário e que muitas coisas se impõem sejam efectuadas na vila...». In REIS, Rogério - Mirandela e o III Plano de Fomento. *NM.* Mirandela. (11/2/68), p. 1. O desenvolvimento de Mirandela esteve ligado a: «posição geográfica, que era superior a qualquer outra terra do distrito; actividades económicas, sediadas neste local, até ao momento em que passaram para as capitais de distrito; criação dos serviços agrícolas, com Menezes Pimentel; Alfredo da Silva instalou a CUF em Mirandela (um lagar de extracção de azeite, LAVAL, que só havia quatro na Europa; a CUF fornecia a luz para a vila e cobrava a outra; comprava bagaços e fomentava a economia da região); actividade da linha de caminho-de-ferro; as oficinas de tudo o que era via reduzida (Espinho, Trofa, Vouga...) ficavam em Mirandela». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

-no domínio da saúde, a construção do moderno hospital regional, aumentado com mais um piso em 1971, possuindo uma «devotada equipa de médicos», uma Misericórdia, à altura da sua missão, e um dispensário antituberculoso;

-Mirandela estava equipada com uma unidade hoteleira, mas não possuía, ainda, em 1971, infra-estruturas turísticas que completassem aquele empreendimento, tais como: uma piscina, um açude e um parque de campismo;

-no domínio da fé, persistia com o mesmo fervor o culto a N^{a}S^{a} do Amparo, a quem era consagrada, em Agosto, uma festividade multissecular. A Mesa da Confraria implicou-se na renovação do santuário mariano, tendo aplicado algumas receitas em obras;

-a iniciativa privada ajudou a resolver o problema habitacional, construindo modernas zonas habitacionais[14] para pessoas com recursos, e para as pessoas de fracos recursos foram construídos bairros residenciais;

-para a promoção agrária, acompanhando o espírito competitivo do mercado e da técnica, fora construído, nos anos 60, o núcleo polivalente do Cachão, para dinamizar a vertente económica, social, corporativa e cooperativa de todo o distrito de Bragança;

-Mirandela estava como que dividida em duas partes, separadas pelo rio Tua: a vila, propriamente dita, urbanizada e desenvolvida e a zona de Golfeiras, a precisar de melhoramentos essenciais: escolas, arruamentos calcetados, ajardinamentos e alguma indústria.

Em toda a área do concelho de Mirandela, havia áreas desenvolvidas (melhoradas, equipadas, dinâmicas, como o Romeu e o Cachão: estímulo à fixação) e áreas subdesenvolvidas (ambiente medieval, carências várias, de estruturas e de equipamentos, escuridão: estímulo ao êxodo rural)[15], pelo que o planeamento regional se devia tornar mais operativo, para tentar um desenvolvimento mais harmonioso de todo o concelho e anular as assimetrias existentes.

Carrazeda de Ansiães, a sede de concelho da Coleja, situa-se bem no centro da região do Douro, num local de passagem das terras transmontanas para as terras a sul do rio Douro. A população deste concelho foi-se dedicando a diversas actividades, mas a agricultura teve um peso considerável na economia local. O dinamismo deste concelho esteve relacionado com dois tipos de produção agrícola: a da área planáltica, em que Carrazeda de Ansiães se inseria, e a das encostas do Douro e do Tua: daí a podermos considerar uma terra de contrastes (Capítulo IV).

Uma das grandes riquezas do concelho de Carrazeda de Ansiães ligava-se precisamente à produção de vinho do Porto – além de azeite e fruta —, e à actividade intensa, ao longo do ano,

[14]«Mirandela estava em crise de crescimento, em 1968, devido a: escola técnica, secção liceal, magnífico hospital, actividade camarária, plano de melhoramentos rurais e obras da nova ponte, sobre o rio Tua...» In REIS, R., Op. cit., (11/2/68), p. 1.

[15] REIS, R., Op. cit., (24/11/71), p. 8.

das quintas do Douro[16]. Estas facilitavam o escoamento das uvas produzidas pelas populações locais, que nelas encontravam trabalho e uma forma de garantir a sobrevivência.

Este tipo de cultura, do "vinho tratado", chegou a ser «um dos mais importantes pólos de modernização da economia e da administração pública»[17] do país, numa época em que o Douro era a sua mais moderna zona agrícola. Durante o Estado Novo, foi feita a promoção da cultura vinícola e do consumo interno de vinho[18].

Mas se nas margens do Douro se produzia um dos principais produtos de exportação, o vinho do Porto, era também na zona vinhateira que se encontravam alguns dos concelhos mais pobres e atrasados do país (Cinfães, Resende, Armamar, Sabrosa, Tabuaço e **Carrazeda de Ansiães**), onde o poder de compra dos seus habitantes era mais baixo que o da média nacional e onde mais de 90% dos trabalhadores eram pequenos agricultores que viviam da vinha e do vinho[19].

A administração concelhia teve de imprimir uma dinâmica especial para ultrapassar as muitas dificuldades com que se debatiam as populações, relacionadas com: a falta de estradas e de comunicações, pois algumas povoações, como a Coleja, encontravam-se a viver em «espaços intransponíveis» e isoladas; as casas tinham fracas condições, estavam desordenadas e não havia ruas pavimentadas, nem saneamento; não havia água canalizada e havia povoações, como a Coleja, com escassez deste produto; faltava a energia eléctrica; não havia rádio, nem jornais nem divertimentos; havia muito analfabetismo; faltavam escolas; havia pobreza e os agricultores viam-se com dificuldades, porque tinham de pagar «impostos mais pesados e mais rigorosos»[20].

---

[16] A região do Douro estende-se por 250.000 ha, onde a vinha ocupa as bacias profundas e encaixadas do rio Douro e seus afluentes: o Corgo, o Torto, o Pinhão, o Tua, o Côa, entre outros. Ao todo, está dividida em três sub-regiões: o Baixo Corgo, a oeste; no centro, o Cima-Corgo e a leste o Douro Superior, com variadas expressões mesoclimáticas, mas sempre com Invernos frios e Verões quentes e secos. José Aguilar destaca, entre as quintas do termo da Coleja, as seguintes: «a Quinta da Senhora da Ribeira, que fora da Casa Inglesa Silva e Cosen; a Quinta da Carris, que tinha sido do juiz Crispiano de Lacerda e a Quinta da Coelheira, antigo anexo agrário da Quinta do Vesúvio, mais tarde propriedade do Dr. Trigo de Negreiros, que nela fez casa de senhorio e a cognominou de Quinta das Amendoeiras». In AGUILAR, Op. cit., p. 83.

[17] BARRETO, António – *Douro*. Lisboa: Edições Inapa, 1993.

[18] GIBBONS, Op. cit., p. 37

[19] LIMA, Paula e PAULINO, Rita – *Douro Património Mundial*. In Diário de Trás-os-Montes - dossier especial. [Em linha]. 13 Dez. 2001. [Consult. 26 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.diariodetrasosmontes.com/douro.html>. Este panorama ainda se mantinha assim, pelo menos nestes concelhos, em Dezembro de 2001.

[20] «Entre a aldeia [da Coleja] e Carrazeda de Ansiães só havia montanhas, pelo que se descia até à estação [apeadeiro] do Vesúvio para apanhar o comboio até ao Tua, onde havia uma camioneta diária que levava as pessoas até à sede do concelho» (p. 107); falta de estradas e comunicações (p. 10) [«Os do Seixo descem para o Vesúvio numa espécie de estrada a fingir...» In AGUILAR, Op. cit., p. 73]; aldeias isoladas (p. 47); casas desordenadas (a precisar de urbanização: p. 59); não havia pavimentação nas ruas (p. 32); não havia saneamento, nem limpeza de ruas (p. 35 e na p. 146, John Gibbons afirma: «Até agora nem me tinha apercebido de como estou sujo e vivo mergulhado na imundice»; «Nas ruas, às vezes os caminhos estão atulhados de estrume, até à altura dos tornozelos»); escassez de água (p. 91. Coleja já tinha uma fonte pública, em 1939. Alguns habitantes bebiam da água de uma mina: p. 195); falta de luz eléctrica (p. 340); falta de jornais, rádio e divertimentos (p. 45); muitos analfabetos (p. 33); pobreza (p. 103); pagamento de impostos (p. 78). In GIBBONS, Op. cit.

As aldeias, ao ficarem isoladas, tornavam-se «auto-suficientes e auto-controladas»[21], aproveitando os seus recursos e arranjando os equipamentos necessários à vida da comunidade. As dificuldades, que só muito lentamente se foram solucionando, fizeram com que este concelho também sentisse o fenómeno da emigração[22] (Capítulo VII).

Carrazeda de Ansiães foi beneficiada com algumas obras públicas no tempo do Estado Novo: «escolas novas, um hospital, um pequeno bairro social, com casinhas limpas de cores (...) e uma farmácia.»[23]. Mas estes e outros melhoramentos que foram surgindo, não foram suficientes para suprir as carências do concelho, nem de tirar a maior parte das suas aldeias do estado de subdesenvolvimento (ambiente medieval, carências de estruturas e de equipamentos, escuridão: estímulo ao êxodo rural).

A vida das comunidades das três aldeias apoiou-se em algumas práticas comunitárias que, apesar de escassas, revigoraram o tecido social, fermentaram a união da colectividade e marcaram as suas memórias. O trabalho cooperativo existiu e o trabalho pago não estipulou salários convidativos, de forma a alterar radicalmente o modo de vida das populações.

As vivências sociais ficaram polarizadas em torno de Casas do Povo, da igreja, de lugares sociais... Estes lugares sociais, onde funcionaram alguns serviços, foram pontos de encontro da população e serviram para o reavivar de memórias, para a reconstituição da memória colectiva, para o despoletar do sentimento de pertença a uma comunidade.

A variedade de recursos das três aldeias foi suficiente para responder à quase totalidade das necessidades dos habitantes, que dependiam dos seus recursos locais. As relações com o exterior foram limitadas[24]. A população activa teve uma ocupação, maioritariamente ligada à agricultura, sector que sofreu com crises constantes, que foram afectando as populações e constituindo motivo para o êxodo rural (Capítulo VII).

Nas três aldeias deste estudo, existiu um pequeno núcleo de casas abastadas que controlava grandes quantidades de terra e um grupo mais numeroso de pequenos agricultores que continuava a depender de explorações exíguas, do trabalho de jornas ou jeiras e do arrendamento de terras dos mais abastados.

O grupo social mais humilde sentiu imensas dificuldades e a falta de condições de vida: electricidade, água, casas equipadas e salubres, o direito à assistência social e ao abono de família. As dificuldades sociais deste grupo não foram debeladas, nem pela acção do Estado,

---

[21] GIBBONS, Op. cit., pp. 173-174.
[22] Sobre os locais de destino dos emigrantes da Coleja, John Gibbons refere: «Brasil, USA, África Portuguesa». In GIBBONS, Op. cit., pp. 42, 57 e 147.
[23] GIBBONS, Op. cit., p. 132.
[24] MENDRAS, Op. cit., pp. 94-95.

nem das autarquias e só temporariamente se sentiram alguns efeitos da acção caritativa de alguns particulares, através de alguns melhoramentos.

Os melhoramentos concretizados quer no concelho de Mirandela — e, dentro deste, no Romeu (melhoramentos nas habitações, infra-estruturas na aldeia, obra social, inovação agrícola) e no Cachão (construção de um bairro modelar e devidamente equipado, obra social e assistencial, organização do corpo social da aldeia, agro-indústria, inovação agrícola, planos de desenvolvimento regional) —, quer no de Carrazeda de Ansiães, quer um pouco por todo o distrito, tiveram como objectivo principal suprir carências de vária ordem, melhorar as condições de vida, reforçar a coesão do tecido social e ajudar a fixar à terra as suas gentes.

Este capítulo e o próximo tentarão esclarecer esta problemática e explicar como se desenrolou este cenário da História nacional, no distrito de Bragança, em geral, e nas três aldeias do presente estudo, em particular.

No presente capítulo, será também realizada uma análise sobre a sociedade (evolução demográfica nos dois concelhos; constituição dos grupos sociais das aldeias; ocupação da população activa) e sobre algumas memórias sociais (as práticas comunitárias nas aldeias; as vivências sociais e o relacionamento social; a reprodução de lugares sociais; as dificuldades das populações e a falta de condições de vida; a resolução de problemas sociais, através da obra social e assistencial, da valorização rural e dos melhoramentos realizados nas três aldeias).

2 - A sociedade rural

2.1 - A evolução demográfica nos concelhos de Mirandela e Carrazeda de Ansiães

Entre 1950 e 1960, o distrito de Bragança viu crescer a sua população em 5.083 indivíduos, enquanto que, em igual período, o de Setúbal tinha aumentado em 51.540 habitantes. A densidade populacional do distrito de Bragança, de 1900 a 1960, passou de 28,3 para 35,7 hab./km^2, enquanto que o de Setúbal cresceu de 26,8 para 73,4 hab./km^2.

Estes dados[25] são exemplificativos do grau de repulsão e de atracção destas duas áreas do território português.

A partir dos anos 60, a população residente nos 12 concelhos do distrito de Bragança registou a seguinte evolução:

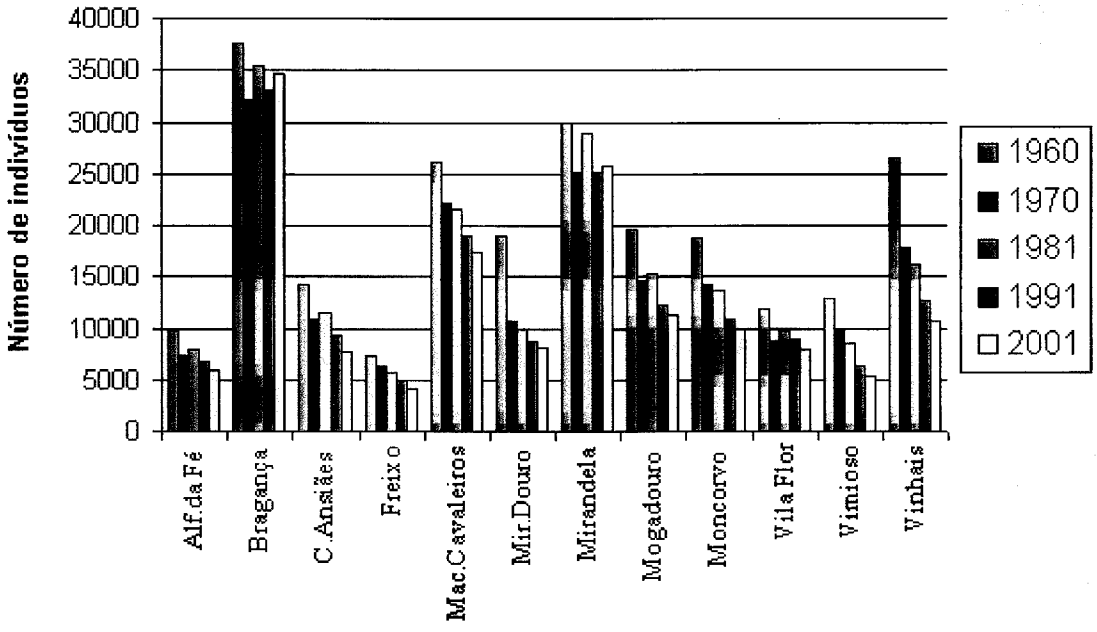


Gráfico III.1: Evolução da população residente no distrito de Bragança [26]

Entre 1960 e 1970, a população residente sofreu uma quebra em todos os concelhos do distrito de Bragança, numa década em que o fenómeno migratório foi muito activo.

---

[25] REIS, Rogério - Temas económico-sociais III B: A viação rural e o concelho de Mirandela. *NM*. Mirandela. (27/11/66), p. 6.

[26] *BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA, 3. Enquadramento demográfico*...[Em linha]. [Consult. 20 Set. 2005]. Disponível em: <URL: http:// gcivilbraganca.cidadevirtual.pt>.

Entre 1971 e 1981, a repulsão diminuiu e alguns concelhos tornaram-se, até, atractivos (**Mirandela**[27], Vila Flor, Bragança, Alfandega da Fé, **Carrazeda de Ansiães**[28] e Mogadouro) (Quadro VII.7, p. 467).

Os dados registados nas sedes de concelho e nas freguesias deste estudo permitem verificar como evoluiu este fenómeno demográfico, a população residente, nestes espaços administrativos, entre 1940 e 1981 (Anexo 13, Vol. II, p. 28):

Quadro III.1

População residente nas freguesias e nas sedes de concelho

	1940	1950	1960	1970	1981
Seixo de Ansiães (S.Sebastião)	1.004	1.091	945	702	642
Carrazeda de Ansiães (Sta Águeda)	**1.059**	**1.464**	**1.323**	**814**	**1.447**
Frechas (S.Miguel)	1.074	1.212	1.005	1.039	1.794
Romeu (Santo António)	497	509	547	501	486
Mirandela (Nª Sª da Encarnação)	**4.159**	**5.108**	**5.979** [29]	**6.052**	**8.156**

Fonte: Recenseamento Geral da População (1940 a 1981). Lisboa: INE.

Os factores repulsivos estiveram presentes na vida destas populações, fazendo oscilar o seu comportamento demográfico:

-a freguesia de Seixo de Ansiães, onde se insere a Coleja, e Frechas, onde se insere o Cachão, foram sempre mais habitadas que a do Romeu (Anexo 38, Vol. II, p. 75);

-em Seixo de Ansiães, a população aumentou, entre 1940 e 1950, mas houve uma diminuição nos censos de 1960, de 1970 e de 1981, motivada pelas migrações;

-Frechas registou um pequeno decréscimo entre 1950 e 1960, mas viu a sua população voltar a aumentar de 1960 para 1970 e de 1970 para 1981, devido à entrada em laboração do CAICA e à fixação da população;

-Frechas apresentou sempre mais população residente que Seixo de Ansiães e Romeu;

-Romeu manteve aproximadamente os mesmos valores, no período analisado, conhecendo uma pequena diminuição quer em 1970 (46 habitantes), quer em 1981 (15 habitantes), valores que andam ligados a alguma emigração;

---

[27] Obs.: o concelho de Mirandela, com uma área de 672 Km^2, era constituído por 37 freguesias e 65 anexas

[28] Obs.: o concelho de Carrazeda de Ansiães, com uma área de 281,8 Km^2, era constituído por 19 freguesias e 26 anexas.

[29] A vila de Mirandela, pelo censo de 1960, tinha 5.979 habitantes, formando 1.475 famílias, aquém e além rio [Tua], e abrangia a vila propriamente dita e as anexas de Bronceda, Freixedinha, Golfeiras e Vale de Madeiro. In REIS, R., Op. cit., (6/6/65), p. 1. A emigração privou o concelho, desde 1960, «do seu precioso capital humano e largamente contribuiu para a decadência habitacional».
Em 1966, no concelho de Mirandela, viviam cerca de 30 mil almas. Entre os censos de 1940 e 60, verificou-se que a sua população diminuiu em 15 das suas 37 freguesias, isto é, em 40,5% destas: Alvites, Avidagos, Cabanelas, Cobro, Fradizela, Franco, **Frechas**, Lamas de Orelhão, Marmelos, Mascarenhas, Pereira, Vale de Gouvinhas, Vale de Salgueiro, Valverde e Vila Verde. Por outro lado, as freguesias de: Abreiro, Avantos, Freixeda e **Romeu** não aumentaram praticamente de gente. In REIS, Rogério - Necessidades de Mirandela. *NM.* Mirandela. (24/4/66), p. 6.

-a nível de sedes de concelho, Mirandela teve sempre três a quatro vezes mais população que Carrazeda de Ansiães. Porém, estas diferenças aumentaram, quer nos censos de 1970, em que Mirandela viu aumentar a sua população residente em 73 habitantes e Carrazeda de Ansiães viu diminuir a sua em 509 habitantes, quer nos de 1981, em que se registou um aumento nas duas sedes de concelho, por ambas se terem tornado atractivas.

Após a observação dos dados, relacionados com as oscilações da população residente, no território considerado (distrito, concelhos e freguesias), torna-se importante esclarecer este comportamento, através da análise dos seguintes pressupostos:

-os factores repulsivos[30] foram mais intensos em zonas de menores recursos, com salários menos compensadores, com poucos postos de trabalho, fracas condições de vida (a habitação, a higiene, as infra-estruturas...), actividades económicas não lucrativas, o nível de vida fraco, difícil acesso à cultura, à educação, à saúde e aos medicamentos, a insignificante cobertura da assistência social, o isolamento territorial e as fracas acessibilidades (vias e meios de comunicação);

-o grau de eficácia das políticas do governo, para ajudar a resolver estes problemas e para levar o desenvolvimento ao meio rural transmontano;

-e a colaboração entre o Estado e os particulares[31].

[30] Obs.: os factores repulsivos são analisados nos Capítulos II, III, IV, V e VI e a emigração será abordada no Capítulo VII.

[31] Em 1965, foi experimentada uma nova metodologia do Estado: «conceder os apoios mínimos julgados indispensáveis, deixando ao espírito de iniciativa dos líderes locais o encargo de incentivarem todas as potencialidades regionais e levarem por diante a execução dos empreendimentos». In Ministros das Obras Públicas e Assistência no Romeu. *NM.* Mirandela. (30/5/65), p. 6.

2.2 - Os grupos sociais

Os principais grupos sociais das três aldeias deste estudo eram constituídos, à semelhança de «Fontelas» de Brian O'Neill, por: proprietários, lavradores abastados, lavradores e pequenos agricultores (jornaleiros), que assim se distribuíam, por esta ordem, formando uma hierarquia ocupacional de grupos[32].

Esta estrutura social era resultante do diferente acesso à posse da terra, que gerou profundas desigualdades sociais[33], relacionadas com a riqueza (fundiária, monetária, mordomias...), com o prestígio e com o poder social. A posse e o uso da propriedade[34] causaram também ou a fixação ou a dispersão social.

A vida das populações rurais, mais ou menos harmoniosas e fechadas, foi caracterizada pela permanência de desigualdades entre os grupos sociais, «conflitos internos e lutas para manterem posições de elevado nível económico e social»[35].

A constante relação social acentuou a ideia de hierarquia[36], uma «organização com níveis ou classes situadas umas acima das outras», em que os donos da terra se sobrepuseram aos donos da força de trabalho.

O prestígio social variava do topo desta estrutura até à base. A hierarquia era «fluida» e compreendia um enorme conjunto de «indicadores económicos e sociais de diferenciação».

Os proprietários possuíam habitações modelares (Quadro III.2, p. 151), tinham um poder que lhes vinha da posse de casas, da posse da terra (grandes extensões de propriedades rústicas, em número e em dimensão consideráveis, casais e quintas) e da posse de capitais. Constituíam a elite de notáveis da aldeia, exerciam influência administrativa e tinham poder político. As propriedades que possuíam, normalmente obtidas por herança, eram arrendadas aos pequenos agricultores e aos lavradores (caseiros) que as exploravam, em troca do pagamento de uma renda fixa ou tendo como base uma proporção, de acordo com a produção obtida. Este grupo mecanizou a sua agricultura.

Os proprietários controlavam os trabalhadores que laboravam para eles (mão-de-obra assalariada[37]), com os quais mantinham uma relação distante: criados, pastores, jornaleiros...[38]

---

[32] O'NEILL, Op. cit., pp. 31 e 32.

[33] «A posse da terra constitui a pedra angular da estratificação social...» In CUTILEIRO, Op. cit., p. 23. As distinções sociais estavam relacionadas com: a terra (superfície; posse, arrendamento ou privação), a dimensão da casa, o número de cabeças de gado, o tipo de exploração exercida sobre o solo e a forma de gestão agrícola.

[34] A propriedade apresenta-se interligada aos seguintes elementos: meios de produção; estruturas agrárias; força de trabalho; afectação de recursos; acesso ao poder económico; direito de propriedade; ordenamento jurídico; dimensão dos processos sociais; moldagem dos processos sociais. In ALMEIDA, João Ferreira de – *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do noroeste*. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 213.

[35] O'NEILL, Op. cit., p. 21.

[36] A hierarquização social correspondeu, nestas sociedades, a uma «homogeneidade cultural», a uma «sociedade de interconhecimento», pois todos os seus membros utilizaram o «mesmo sistema de valores e o mesmo "instrumental" intelectual e verbal» e um «código único de atitudes e comportamentos». In MENDRAS, Op. cit., p. 94.

No Romeu, houve uma certa aproximação entre a entidade patronal e os trabalhadores, como já foi referida, mas na Coleja acentuou-se o distanciamento entre os donos das quintas e os trabalhadores.

Os proprietários constituíam as famílias mais importantes das aldeias e eram identificados por esse «conjunto de sinais» (casas, rendimento, número de cabeças de gado, formas de tratamento, títulos, acesso à educação e prestígio social[39]). Este grupo social podia fazer algo pelas camadas inferiores das respectivas aldeias, para lhes melhorar as condições de vida, mas, salvo algumas excepções, viviam isoladas e indiferentes a tais problemas.

Quadro III.2

Características diferenciadoras dos grupos sociais

GRUPOS SOCIAIS				
Características diferenciadoras	Proprietários	Lavradores abastados	Lavradores	Pequenos agricultores
Casa	▲	▲	►	▼
Propriedades/ património	▲	▲	▼	▼
Herança/ dádiva	▲	▲	▼	▼
Família alargada	▼	►	▲	▲
Laços sociais fortes	▼	►/▼	▲	▲
Animais de trabalho	▲	▲	►	▼
Utensílios/ maquinaria	▲	►	▼	▼
Trabalho cooperativo	▼	►	▲	▲
Trabalho pago	▲	▲	►/▼	▼
Tipo de produção agrícola	▲	▲	►	▼
Criação de animais	▲	▲	►/▼	►/▼

Legenda de indicadores: ▲= significativo; ►= razoável; ▼= diminuto ou não existente

Os lavradores abastados possuíam casa própria, animais de trabalho, utensílios e maquinaria, algumas propriedades – a que acediam «por herança, por arrendamento ou por parceria» –, e algum poder de compra. Muitos deles dedicavam-se à prestação de serviços e assumiam cargos de direcção, na exploração de casas agrícolas. Utilizavam mão-de-obra familiar, mas também contratavam pessoal para ajudar nas tarefas agrícolas das suas explorações.

Os lavradores possuíam animais de trabalho e de tracção, um arado e algumas alfaias agrícolas e, além dos trabalhos do campo, ainda prestavam serviços. Este grupo social utilizava mão-de-obra familiar.

---

[37] DIAZ, José Maria Cardesin – Ricos labradores, caseiros y camameiros...*Revista Ler História.* Lisboa: ISCTE/CEHC, nº 23 (1993), pp. 80-81.
[38] O'NEILL, Op. cit., p. 107.
[39] O'NEILL, Op. cit., pp. 91 e 92.

O grupo social constituído pelos mais humildes, por aqueles que mais sentiam as causas do grande atraso da região transmontana e do país, possuía poucas ou até nenhumas propriedades e só alguns tinham casa própria. Viviam das jornas ou jeiras que ganhavam, do transporte de cargas, da prestação de serviços e de uma ou outra horta que cultivavam. Alguns arrendavam terras para as explorar e delas tirar algum rendimento. Utilizavam mão-de-obra familiar[40].

A relação que se estabelecia entre o grupo social superior e o inferior pressupunha sempre uma relação de «superioridade e de subordinação»[41].

Havia harmonia social ou conflito? Havia a dádiva, a partilha e a reciprocidade nas relações sociais?

O espaço social rural formou-se em consequência de estruturas e de práticas sociais que nele se registaram e desempenhou funções internas e externas: as funções internas foram geradas no próprio espaço rural e reproduziram todos os parâmetros em que decorreu «a vida material e social das colectividades nas suas múltiplas dimensões»; as funções externas estabeleceram a transferência de elementos culturais e de manifestações ideológicas, construídos no exterior da comunidade local, num circuito que ficou subordinado à sociedade envolvente[42].

As funções internas, como manifestações simbólicas estabelecidas pelos comportamentos locais, forneceram novas configurações ao tecido social e tornaram-se referências indispensáveis ao funcionamento interno da sociedade.

As funções externas apareceram ligadas ao espaço exterior (aldeias vizinhas, freguesia, concelho): à aquisição e à venda de produtos alimentares, às relações sociais, culturais e político-administrativas, à necessidade de recorrer a vários serviços, ao fornecimento de força de trabalho, ao êxodo rural e à semiproletarização[43] de elementos sociais.

A compreensão do funcionamento dos processos sociais locais exige que se tenha em conta estas funções, como indicadores de múltiplas manifestações: o crescimento do mercado interno e externo; os salários; os rendimentos da agricultura e a sua relação com a indústria e com os serviços; a troca desigual no interior dos grupos sociais; a articulação das relações de troca com as relações de produção; a satisfação de necessidades elementares; a demanda de valores culturais; a procura de serviços...

[40] DIAZ, Op. cit., pp. 80-81
[41] O'NEILL, Op. cit., pp. 32 a 34.
[42] ALMEIDA, Op. cit., pp. 38 e 336.
[43] O êxodo maciço das populações rurais e a semiproletarização de alguns dos seus elementos podem contribuir para «a sobrevivência de certas explorações agrícolas familiares; um «congelamento "invisível" do desemprego» e «atenuar as crises urbanas». In ALMEIDA, Op. cit.,p. 39.

Cada grupo social afirmava-se por uma multiplicidade de pertenças, segundo os contextos estruturais em que se desenvolvia a sua acção, e por um conjunto de relações sociais específicas[44] que cada um deles foi construindo.

O relacionamento entre o grupo social superior e o inferior fez-se normalmente sem atritos, porque os primeiros estavam de bem com o sistema político do governo e os segundos demarcavam-se de opinar politicamente, porque o que contava eram os interesses do governo e os interesses dos senhores ilustres da terra.

Havia uma desigualdade que levava os primeiros à riqueza, ao domínio, à conservação do património, ao prestígio social e à criação de um «status»; e levava os segundos à criação de necessidades, num relacionamento que se queria saudável e sem conflitos.

Havia a influência de práticas sociais que se vieram a efectivar, presas a conceitos religiosos de domínio, de pertença, de prestação de serviços[45], em troca de favores, de trabalho, de serviços e de benesses.

A desigualdade social ligou-se à riqueza, ao processo de produção e à divisão do trabalho e os indivíduos ganharam uma identidade, a partir do lugar que ocupavam na respectiva hierarquia[46]. Os interesses de cada grupo ficaram estabelecidos pelo lugar ocupado na hierarquia social e pelos recursos mobilizáveis, a partir desse lugar. O capital (económico e/ou cultural) estabeleceu dimensões de poder entre os grupos sociais e funcionou, não só no campo das relações políticas, mas também na realização de interesses políticos.

Os vários grupos sociais foram desempenhando «funções de estabilização político-social» e o espaço rural foi funcionando como «amortecedor ou válvula de segurança em situações de crise económica»: o sector agrícola contribuiu para o crescimento industrial e para o aperfeiçoamento da economia, ao fornecer bens alimentares, ao transferir capitais e ao exportar mão-de-obra[47].

Os grupos sociais das três aldeias viveram os problemas da interioridade e da falta de Estado e sentiram-se afectados pela não resolução dos seus problemas, pelo que os mais pobres escolheram a migração como solução.

---

[44] SANTOS SILVA, Augusto - *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 58.

[45] Obs.: nas aldeias, assumiram também um papel importante, pelos serviços que prestaram, o professor primário, o médico e o pároco, porque os seus habitantes viram neles pessoas com uma formação e distinguiram-nos no tratamento e no posicionamento social.

[46] ALMEIDA, Op. cit., p. 48.

[47] ALMEIDA, Op. cit., pp. 39, 182 e 201. O espaço e a sociedade estabelecem uma relação que ajuda a compreender o tipo de organização social (Capítulos II e III).

2.3 - A ocupação da população activa

Os grupos sociais das três aldeias encontravam-se directamente ligados à produção agrícola e pecuária, de um modo mais ou menos intenso[48], e os elementos desses grupos que se integravam na população activa agrícola distribuíam-se, pelas seguintes categorias: patrões e trabalhadores (isolados; por conta de outrem e remunerados) (Quadro IV.4, p. 234).

O fenómeno da ocupação da população activa agrícola, na população activa total, assumiu um comportamento diferente, nos distritos de Bragança e de Vila Real, em relação aos restantes distritos do continente português, entre 1950 e 1970:

Quadro III.3

População Activa Agrícola na População Activa total (%)

Distritos	1950	1960	1970	Decréscimos (valores pontuais)		
				1950-60	1960-70	1950-70
Aveiro	44.5	35.0	24.6	9.5	10.4	19.9
Beja	73.2	71.1	63.4	2.1	7.7	9.8
Braga	46.4	40.7	31.4	5.7	9.3	15.0
Bragança	**73.4**	**75.0**	**70.3**	**-1.6**	**4.7**	**3.1**
Castelo Branco	59.1	56.9	48.3	2.2	8.6	10.8
Coimbra	56.3	50.6	39.2	5.7	11.4	17.1
Évora	66.6	61.2	50.0	5.4	11.2	16.6
Faro	54.2	50.1	36.8	4.1	13.3	17.4
Guarda	70.0	67.8	59.4	2.2	8.4	10.6
Leiria	59.6	54.5	39.7	5.1	14.8	19.9
Lisboa	17.4	13.2	7.3	4.2	5.9	10.1
Portalegre	67.9	65.1	47.4	2.8	17.7	20.5
Porto	21.7	16.4	10.0	5.3	6.4	11.7
Santarém	62.9	55.4	41.8	7.5	1.6	21.1
Setúbal	38.0	29.9	17.1	8.1	12.8	20.9
Viana do Castelo	63.4	60.3	62.1	3.1	-1.8	1.3
Vila Real	**72.7**	**74.8**	**66.8**	**-2.1**	**8.0**	**5.9**
Viseu	70.5	69.7	63.5	0.8	6.2	7.0
CONTINENTE	47.0	41.5	30,0	5.5	11.5	17.0

Fonte: PEREIRA, Mário – *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968/70). Suas Relações com a População e a Produção Agrícola.* Oeiras: C.E.E.A./I.G.C, 1979. Cit. por CEPEDA, Francisco José Terroso - *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português.* Vila Real: UTAD (tese de doutoramento em Economia - Gestão Agrária), 1988, p. 120.

[48] O'NEILL, Op. cit., p. 91.

A observação do anterior permite estabelecer a seguinte leitura:

1-em 1960, a população activa agrícola aumentou nos distritos de Bragança e de Vila Real, enquanto diminuiu nos restantes distritos do continente português[49], ajustando-se o que Colin Clark defendia, quando afirmava que, «o progresso económico caracteriza-se por um deslocamento progressivo da população activa da agricultura para os sectores da indústria e dos serviços»[50]. Nos dois distritos da região transmontana, continuou patente a forte ligação ao sector agrícola e ao povoamento das terras, associando-se a um número imenso de dificuldades e a uma acentuada diferenciação em relação ao litoral.

O litoral, na sua generalidade, estava preparado para uma nova fase económico-social e para o desenvolvimento, enquanto que aqueles dois distritos continuavam a depender de uma economia pouco produtiva e de subsistência, que ocupava indivíduos pouco alfabetizados (Anexo 14, Vol. II, p. 29): tardiamente chegou a inovação, a mudança e o desenvolvimento.

2-em 1970, a taxa de população activa agrícola, na população activa total, diminuiu em todos os distritos de Portugal Continental, mas as maiores taxas continuaram a ser registadas nos distritos de Bragança (70,3%) e de Vila Real (66,8%). A diminuição da população nos dois distritos de Trás-os-Montes ficou a dever-se a: forte atracção das cidades do litoral, em especial de Lisboa e Porto, cidades mais industrializadas e que ofereciam salários mais altos que os agrícolas; emigração[51], que aumentou nestes distritos, sobretudo para França e Alemanha, tendo prevalecido a ideia de despovoamento (saída), sobre a de fixação e de povoamento.

Apesar desta diminuição de população, houve a captação de mão-de-obra para a indústria agro-alimentar, devido à entrada em actividade do CAICA.

Na generalidade do país, entre 1950 e 1970, houve uma evolução na distribuição da população que se ocupava com tarefas[52] ligadas ao sector primário (Quadro IV.4, p. 234). Estas alterações traduzem o movimento conjuntural que acabou por afectar o mundo do trabalho, em consequência das contínuas crises da agricultura e de outros fenómenos emergentes: a urbanização, a emigração e a mudança de actividade (indústria, comércio e serviços).

---

[49] A diminuição do emprego na agricultura, entre 1950 e 1973, foi de apenas «– 2,2% ao ano». In LAINS, Pedro – *Os Progressos do Atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Edição do ICS, 2003, p. 187.

[50] CLARK, Colin - *Os problemas fundamentais do crescimento económico*. ISE, 1977. Cit. por CEPEDA, Op. cit., p. 120.

[51] Segundo Joel Serrão, no período compreendido entre 1955 e 1969, tendo em vista apenas os dados da emigração legal, dos 55,2% de activos que emigraram, o maior número «cabia ao sector primário (28,4%), seguido pelo secundário (19,4%) e pelo terciário (7,4%)». Nos anos de 1964 e 1965, o sector primário foi ultrapassado pelo secundário, mas a emigração em larga escala, após 1966, faz com que o sector primário volte a ganhar preponderância. In SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 4ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 133.

[52] Nas aldeias, havia a diferenciação de tarefas na sociedade: «os jovens vão à escola; as mulheres reúnem-se no lavadouro, na tenda ou na costureira, ou simplesmente em grupos nas soleiras das portas; os homens frequentam o café [a taberna] ou a barbearia»; «aos homens adultos toca geralmente o grosso dos trabalhos nos campos, e às mulheres as tarefas domésticas. Os velhos encarnam a continuidade da colectividade e transmitem a cultura, o saber, os valores e as normas às crianças e aos jovens». In MENDRAS, Op. cit., pp. 99-100.

3 - A dinâmica do tecido social

3.1 - A vida comunitária e o individualismo da região transmontana

Max Weber considerava que uma comunidade se formava como resultado de grupos reais que tinham consciência da sua unidade. Uma comunidade goza de um intenso espírito comunitário, de um sentimento de grande solidariedade, de igualdade e de proximidade sociais. As distinções sociais esquecem-se temporariamente, as pessoas experimentam o mesmo tratamento e as mesmas condições e têm de actuar da mesma maneira.

O comunitarismo pôs em exercício, ao longo dos tempos, práticas de vida em comum, de autodefesa da comunidade, havendo entre os seus elementos um sentido de entreajuda e de partilha de favores. Essas práticas ajudavam a subsistir, em tempos de trabalho, e a vencer as dificuldades, resultantes das muitas tarefas para executar.

O sentido de união levou a práticas que iam, desde os trabalhos do campo, até à repartição de tarefas (vezeira, torna-jeira...)[53] e à gestão de conflitos.

Os transmontanos, durante o Estado Novo, contavam acima de tudo com eles próprios e possuíam, como elementos caracterizadores da sua identidade, «o individualismo e o comunitarismo»[54], que os distinguia do todo nacional.

O individualismo[55] tornou o transmontano impulsivo, valente, arrogante e obstinado. Este temperamento resultou de um elo que cedo estabeleceu com a terra-mãe, que fez com que gostasse de a contemplar e de a possuir, daí o minifúndio ser abundante na região. O transmontano quis um pedaço desta terra, resistiu ao emparcelamento, viu com maus olhos o

---

[53] Nas aldeias, a fim de se assegurar a sobrevivência económica de todos os seus membros, era estipulada a repartição de tarefas produtivas «por todas as cabeças, em função das faculdades de cada um»: a mulher era dona de casa, mas também se dedicava a trabalhos agrícolas; os filhos colaboravam nas tarefas agrícolas, desde a idade que pudessem prestar o seu contributo; os velhos continuavam a vida de trabalho tanto tempo, quanto as forças lho permitissem. Os outros membros da família (irmãos ou irmãs não casados, tios e tias, se residem com o grupo de agricultores), assumem por sua vez parte das tarefas comuns. In HOYOIS, Giovanni – *Sociologie rurale*. Paris: Éditions Universitaires, 1968, p. 129. A sociedade rural tentou não só a «...obtenção de níveis de produção que garantissem a subsistência do agregado familiar (doméstico), como a venda de excedentes no mercado dos produtos agrícolas». In PINTO, p. 114.

[54] PIRES CABRAL, António Manuel - *Água Ágil, Pedra Estável*. In Convite para participação no CONGRESSO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, 3°, Bragança, dias 26, 27 e 28 de Setembro de 2002. Mirandela, Edições João Azevedo, p. 2. Jaime Cortesão caracterizou o transmontano como sendo: «áspero, violento e assomadiço. [...] Indomável e sempre pronto para a luta, [...] apto em grau extremo a comandar ou empreender aventuras em que se joga tudo. Antigregário por excelência, cada transmontano é um mundo: conta, acima de tudo, consigo próprio». In CORTESÃO, Jaime – *Portugal: a Terra e o Homem*. Lisboa: Artis, (s/d), p. 83.

[55] O individualismo dos transmontanos terá correspondido, segundo Marcel Jollivet, a uma verdadeira «necessidade técnica» (JOLLIVET, Marcel - *Le monde rural*. In Encyclopédie de la Sociologie: le présent en question. Larousse: Paris, 1975, p. 149), em que o agricultor utilizou o solo de forma directa, «a título de matéria e factor de produção», através de «arcaicos modos de produzir e de sobreviver». In PINTO, Op. cit., pp. 74, 75 e 81.

associativismo e tornou-se num ser humano «auto-suficiente, muito metido em si, pouco falador e homem dos sete ofícios»[56].

O dia-a-dia das populações rurais, porém, era condicionado por factores que pouco tinham a ver com a vontade das pessoas ou com as suas possibilidades económicas, o que as levou a criar laços de cooperação, de entreajuda e, até, de permuta de serviços. Nestas circunstâncias, os transmontanos realizavam actividades agrícolas em comum, faziam o aproveitamento colectivo de bens e decidiam sobre o uso comunitário de equipamentos, utensílios e infra-estruturas.

Ao pôr em prática normas comunitárias, tinham uma organização própria, garantiam os «direitos tradicionais, afastavam o intervencionismo de autoridades e de pessoas alheias ao seu microcosmos [à sua "micropátria"], o que constituiu uma clara afirmação de paroquialidade, contraposta aos protagonismos das instituições formais que os pudessem substituir ou enquadrar»[57].

O comunitarismo levou o transmontano a criar laços de amizade e de solidariedade, a aproximar-se dos vizinhos, o que evitou que o seu individualismo degenerasse e se transformasse em egoísmo. Essa prática comunitária foi o resultado de aprendizagens históricas, transmitidas através da ciência da vida, e do combate aos medos: «a fome, a doença, a miséria, o beleguim, a solidão, o mau tempo, o lobo, o Inverno traiçoeiro»[58].

Entre as actividades realizadas em comum, figuravam os trabalhos em: moinhos, fornos, eiras, lagares, irrigação, pastoreio e baldios. Estas estruturas comunitárias eram importantes para assegurar o bem da comunidade: «as vezeiras do gado, os fornos comunitários, as forjas e moinhos colectivos, o boi e as lamas do povo do Barroso, as retadas[59] na Campeã, a torna-jeira no distrito de Bragança»[60].

O individualismo conduziu a um certo anseio de "independência" territorial (as "micropátrias"), uma vez que o isolamento físico impediu o convívio, durante muito tempo, com o resto da Nação. O comunitarismo conduziu à hospitalidade, que se podia ver expressa, quando alguém batia à porta, na saudação "Entre quem é!" ou "Entre por quem é!"[61]

Porém, a terra que deu o vinho, a água, o azeite, o pão, a liberdade e que matou a fome e temperou a vida e a sede, também levou muitos habitantes a partir, na ânsia de melhorar a vida.

Em 1958, Aquilino Ribeiro defendeu a propriedade comunitária[62], pois a gestão colectiva, a titularidade e o seu usufruto remontavam a tempos ancestrais. Na actualidade, porém, devido a

---

[56] PIRES CABRAL, Op. cit., p. 2.
[57] SANTOS, José António – *As freguesias: história e actualidade.* Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 55.
[58] PIRES CABRAL, Op. cit., p.3. Beleguim: «oficial inferior de justiça, que citava ou prendia, ajudando o alcaide». In MACHADO, Op. cit., Vol. I, p. 547.
[59] «Pagar a retada: retribuir um serviço, um favor com outro». In MACHADO, Op. cit., Vol.V, p. 504.
[60] PIRES CABRAL, Op. cit., p. 3.
[61] PIRES CABRAL, Op. cit., p. 3.
[62] RIBEIRO, Aquilino – *Quando os Lobos Uivam.* 3ªed. Amadora: Bertrand, 1974.

um conjunto de alterações, foram os municípios e as freguesias que passaram a gerir os bens colectivos, quer aqueles que lhes pertenciam, quer os que eram pertença colectiva das comunidades locais[63].

Apesar da modernidade colocar em acção formas que ajudam a resolver os problemas do mundo rural, ainda há comunidades que gerem o seu comunitarismo e que fazem dele uma prática corrente, devido ao envelhecimento de uma população que teima em viver nesse espaço territorial, à debandada da gente jovem para as cidades e ao aparecimento da maquinaria que invadiu o território e se apropriou de sistemas de cultivo.

Nas aldeias em estudo, as pessoas reproduzem vivências comunitárias que, outrora vigoraram e as marcaram historicamente, mas que hoje perderam a sua função social.

[63] "...no Ocidente Peninsular, o percurso histórico luso-galaico afirma os baldios como património colectivo dos vizinhos." In SANTOS, Op. cit., 1995, p. 56.

3.1.1 - As práticas comunitárias nas três aldeias

As memórias de práticas comunitárias na Coleja

No Coleja, existiu uma economia de subsistência, de partilha e de entreajuda, desenvolvendo-se, desta forma, a vida comunitária.

Os habitantes da Coleja tinham algumas tradições comunitárias que punham em prática entre si. Uma delas era o "torna-pão": «emprestavam o pão e tinham o retorno. Quando coziam, tornavam-lhe o pão, por igual. Seriam os próprios filhos ou a própria dona da casa a fazer o torna-pão»[64]. Esta prática caracterizava uma forma de vivência, de entreajuda e de partilha de bens essenciais.

A torna-jeira, outra prática comunitária, consistia numa troca de serviços: emprestava-se um animal para executar um trabalho agrícola ou uma actividade necessária (transportar o cereal para a eira, lavrar uma terra, arranjar uns molhos de lenha...) e o beneficiado pagava com alguns dias de trabalho, de acordo com um compromisso, anteriormente fixado entre ambos[65]. Também podia consistir na troca de serviços por serviços ou por bens alimentares. A troca de produtos por produtos chegou a vigorar entre as práticas comunitárias desta aldeia[66]. Uma vez cumprido o compromisso entre os acordantes, ficavam "acertadas as contas"[67].

Os trabalhos despertaram a união e promoveram o convívio entre as pessoas que os executavam com alegria, cantando[68] e, por vezes, até dançando.

Após o trabalho, o alimento era escasso para tanto esforço despendido, pois comiam apenas: «uns ovinhos fritos e um bocado de pão»[69].

As pessoas não recebiam qualquer pagamento pecuniário com a realização deste tipo de trabalhos comunitários, pois serviam, a maior parte das vezes, para retribuir favores a um amigo, a um familiar, a um vizinho, a um senhor importante «que lhe cavara um terreno, como é costume na aldeia»[70].

---

[64] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

[65] «Naquele tempo, passava-se o seguinte: qualquer pessoa que arrendasse um bocado de terra para nela semear um bocado de cereal, então, nessa ocasião, havia um senhor que trazia um animal e trabalhava com ele e que, portanto, combinava com o lavrador para ir trabalhar com ele e o do bocado de terra tinha que ir trabalhar para ele três dias. Era a torna-jeira». In GIBBONS, Op. cit., p. 37.

[66] «As pessoas davam-se bem umas com as outras. Faziam até troca de produtos: chegava-se ali e davam-nos uma cesta de batatas, davam muita coisa». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

[67] «Deixe-me ver! Você deu-me algumas jeiras no mês passado e a minha mulher ficou com uma perna de cabrito que você matou. Quer ficar com meia pipa de vinho para ajustar contas e acertar, assim, as nossas contas?» In GIBBONS, Op. cit., p. 37.

[68] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[69] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[70] GIBBONS, Op. cit., p. 156.

A ajuda prestada a um senhor rico podia servir para lhe pagar um favor ou, «as pessoas, muitas vezes pela fome, juntavam-se e iam ajudar esses senhores, que era para encher melhor a barriguinha nesse dia»[71]. Essas casas mais abastadas criavam animais e tinham mais abundância de géneros alimentícios.

Nos tempos actuais, as práticas comunitárias de torna-jeira e de entreajuda «estão um pouco postas de parte, por todo o lado, mas eram formas de comunitarismo, usadas antigamente»[72]. Perderam a sua função e deixaram de vigorar, devido ao tipo de sociedade, ao tipo de economia, à cultura e à mentalidade que se alteraram[73].

As memórias de práticas comunitárias no Cachão

As pessoas que se fixaram no Cachão estabeleceram laços de vizinhança e de convívio umas com as outras, mas não se dedicaram muito à agricultura. Apesar disso, ao fim-de-semana, iam ajudar as casas mais fortes da aldeia ou, então, aproveitavam para «cultivar as suas hortitas nas suas aldeias, ou no Cachão»[74].

A prática da entreajuda funcionou entre a população, na execução de tarefas, mas «não se desenvolveu um projecto comunitário»[75]. As pessoas podiam ter tido uma vivência comunitária nas suas aldeias, mas, como eram provenientes de locais diferentes, uma vez no Cachão, apareceu-lhes um projecto novo e diferente, ao qual aderiram[76].

No Cachão, houve uma certa autonomia entre os proprietários e os trabalhadores do CAICA, tendo cada um destes corpos sociais de executar as respectivas tarefas, pelo que não houve grande «necessidade de existência de práticas comunitárias»[77].

Contudo, em Frechas, sede de freguesia, houve práticas comunitárias que vigoraram e funcionaram[78].

[71] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[72] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[73] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[74] «Havia trabalhadores do Cachão que iam e vinham diariamente para as suas aldeias». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[75] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[76] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[77] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[78] «Forno comunitário só em Frechas, que era um forno de toda a gente». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

As memórias de práticas comunitárias no Romeu

Os trabalhos agrícolas, realizados no Romeu e em Vale de Couço, eram feitos em comunidade, excepto os da Casa Menéres[79] e os das casas agrícolas do Romeu, que davam jeiras a ganhar.

A execução de trabalhos em comunidade dava uma certa unidade, coesão e identidade à vida da aldeia e aos seus habitantes. A prática da entreajuda era mais vulgar em épocas de muito trabalho, como era o caso de: malhadas, ceifas, arranca das batatas, descasque de amêndoas, apanha da azeitona[80]....

O lavrador abastado pagava para lhe ceifarem o pão, a ceifeiros vindos de fora, mas nas malhadas era ajudado pelo povo[81] e pelos familiares. Os pequenos lavradores entreajudavam-se, em vários serviços[82] (ajuda braçal e animal) e, a esta prática, que ainda hoje vigora, «chamavam-lhe torna-jeira»[83].

No Romeu, também houve a prática comunitária de pedir o pão emprestado[84] e de ter de o tornar[85].

[79] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[80] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[81] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[82] «O lavrador pequeno, que tinha uma cria, lavrava a terra a outro, e este retribuía com a ajuda ou outro serviço: bebiam, comiam e havia um sistema de se ajudarem». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004. «Os homens também tinham de trabalhar as próprias terras. Havia entreajuda, como ainda hoje fazem, e também iam trabalhar para as aldeias vizinhas». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004:
[83] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004
[84] «A gente chegava a cozer às 3 ou 4 de cada vez, umas atrás das outras e acabávamos já de noite. Antigamente também tornávamos o pão: era o pão emprestado». In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004. «Olhe, a minha mãe chegou a pedir o pão emprestado e chegou a emprestar. Pesavam o pão numa balança romana e punham umas tenazes para equilibrar o peso. E, depois, dizia: «torna-me a pedir o pão, torna!» Quantas vezes a minha mãe pediu o pão e não lho devolveram com o mesmo peso». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.
[85] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004.

3.2 - As vivências sociais[86] e a importância das Casas do Povo

A população activa portuguesa ocupada na agricultura era de 47%, em 1950 (Quadro III.3, p. 154), e tinha «o pesado encargo de manter mais dois milhões»[87].

Nesse ano, à remuneração do trabalho coube somente a terça parte das receitas do capital. Como a vida económica do país estava em franco crescimento, tornava-se importante também que fosse socialmente benéfica.

Em 1960, as pessoas do distrito e Bragança ainda viviam arreigadas a uma época passada, pois continuavam a andar por caminhos muito rudimentares, a utilizar a locomoção animal, a fiar o linho, a iluminar-se com a luz da candeia – quando o distrito possuía todo um manancial de electricidade —, a habitar em horríveis casebres primitivos, a trabalhar as terras por processos arcaicos. O trabalho humano não era valorizado.

Para além do regime patriarcal, da doçura de costumes e da independência dos seus hábitos singulares, faltava um elo social que dignificasse e elevasse a vida da gente humilde e desamparada.

O clima social que se instalou, em resultado da crescente insatisfação social, terá levado o Eng.º Camilo de Mendonça[88] a defender, na Assembleia Nacional, que se devia dar a todos o que era necessário, pelo que se tornava importante concretizar «uma magistratura económica»[89]. Os dirigentes nacionais deviam preocupar-se com a melhoria das condições de vida não só daqueles que produziam, mas também daqueles que consumiam[90].

Os ministros que visitaram o distrito de Bragança, nesta época, ficaram ao corrente dos problemas sociais e da necessidade de os resolver, o que tornava necessário recorrer a: previdência, abono de família, habitação urbana e rural, controle sobre os salários regionais e agrícolas, Casas do Povo[91].

O corporativismo acabou por lançar, como base de intervenção e de organização social: os Grémios, que congregavam os produtores, e as Casas do Povo, que buscavam o integral aproveitamento da pessoa humana daqueles que labutavam por conta de outrem. A Casa do Povo[92] tinha sido escolhida, desde o lançamento da previdência e do abono de família, como o

---

[86] Obs.: as vivências culturais, religiosas e desportivas serão analisadas no Capítulo V e as memórias políticas no Capítulo VI.
[87] REIS, Rogério - O Ministério da Agricultura. *NM.* Mirandela. (22/4/62), p. 1.
[88] Deputado da Assembleia Nacional, por Bragança.
[89] REIS, Rogério - Rumo novo. *NM.* Mirandela. (29/5/60), p. 4.
[90] A visita do senhor Ministro...Op. cit., (13/4/58), p. 6.
[91] REIS, Rogério - Visita oportuna. *NM.* Mirandela. (19/6/60), p. 6.
[92] Em 1973, em Beja, nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, anunciou «perto de 1 milhão de contos para as obras de construção e beneficiação das sedes de Casas do Povo, em ordem à boa realização dos fins de assistência sanitária e de promoção sócio-cultural e recreativa que andam incluídos nos seus planos. E é neste proceder que, ao fim do ano corrente, estará praticamente coberto de

núcleo da prestação dos diferentes benefícios, atraindo as atenções dos principais responsáveis pela definição e pela execução da política social portuguesa[93].

Perante os males que torturavam a vida rural, as Casas do Povo apareceram com uma "missão" para defender: as condições de aproveitamento técnico e económico de cada região; as relações entre as pessoas e as várias actividades do meio; a saúde, a higiene e a assistência; as justas formas de remuneração do trabalho; a dignificação e a constituição da família; as formas de convívio e de recreio e os métodos de difusão cultural; a libertação do jornaleiro, em relação à taberna; a consciência de zelar pelos interesses da gente do campo e de a ligar aos poderes públicos[94].

A Casa do Povo surgiu como um elemento de organização profissional não diferenciado e de cooperação social, podendo nela confraternizar os diferentes sectores agrícolas e servindo as populações portuguesas.

O isolamento em que viveram as populações, em meio rural, a sua constante comunhão com a natureza, e com as necessidades que esta lhes originava, tenderam a «estabilizar e a dar forma rígida aos valores e à vida social»[95].

A criação de novas Casas do Povo e a ampliação do âmbito das já existentes, levou, em poucos anos, a uma cobertura integral de todos os trabalhadores da agricultura, silvicultura e pecuária, que não estavam abrangidos pelas caixas sindicais de previdência local.

Foi possível, desta forma, concretizar um esquema especial, que se foi aproximando gradualmente do regime geral, em vigor para os trabalhadores da indústria e dos serviços, com especial relevo para a assistência médica e medicamentosa.

Este tipo de protecção compreendia internamento e consultas nas especialidades e demais modalidades de acção médico-social, da responsabilidade das instituições de previdência e de abono de família, de base regional[96].

O Cachão (Casa do Povo de Frechas) e o Romeu (Casa do Povo do Romeu) também beneficiaram do apoio social prestado pelas respectivas Casas do Povo. Os trabalhadores do Cachão tiveram ainda direito a médicos de várias especialidades e a um serviço de assistência,

---

Casas do Povo todo o território do continente e das ilhas, na sequência de levar a toda a parte os benefícios que de tais instituições advêm». In F.S. - Casas do Povo: expressão autêntica de vida rural. *NM.* Mirandela. (20/6/73), p. 4.

[93] A Casa do Povo era um centro de acção social e cultural: «com uma acção nos campos da previdência e da assistência, da instrução e dos progressos locais» que viria a contribuir para a institucionalização do regime. In A visita do senhor Ministro...Op. cit., (13/4/58), pp. 1, 2, 4 e 6.

[94] Quando não havia pão, e quando o havia, a taberna absorvia e atraía o jornaleiro, para se libertar do ódio em que vivia. A taberna era onde gastava o pequeno ordenado, ficando sem poder ajudar economicamente a família, privava-o do convívio doméstico e não lhe permitia qualquer elevação cultural. In REIS, Rogério - Casas do Povo. *NM.* Mirandela. (25/11/62), p. 1.

[95] REIS, R., Op. cit., (19/6/60), p. 1.

[96] Assistência médica e medicamentosa a todo o trabalhador rural. *NM.* Mirandela. (22/10/73), p. 4.

através do CAICA e da Previdência Social: «a empresa apareceu na região, quase em paralelo com a Previdência social»[97].

Os habitantes da freguesia do Romeu tiveram também direito a assistência médica e medicamentosa, na respectiva Casa do Povo.

Os habitantes da Coleja estiveram mais limitados, pois tiveram de recorrer a médicos particulares e não lhes foi prestada a devida assistência médica e medicamentosa. Quando muito, tinham de recorrer à Casa do Povo de Carrazeda de Ansiães.

A Casa do Povo de Frechas recebeu em 1958 uma comparticipação (2.105$00), atribuída pela Junta Central das Casas do Povo[98], e em 1965 abriu concurso público para a construção da respectiva Sede Social[99]. Esta obra viria a ser inaugurada em Julho de 1967 e, pouco tempo depois, nela passou a funcionar um curso de telescola[100].

Em 1966, esta Casa do Povo contava com «307 associados»[101].

O Romeu teve duas Casas do Povo «importantes para a sociedade e para a cultura das aldeias»[102]. A Casa do Povo velha, construída em terreno cedido pela família Menéres e inaugurada em 1937, teve muitas manifestações culturais: conferências, palestras, jogos, teatro[103], bailes «com toque de guitarra e de realejo»[104], festas de casamento e projecção de filmes para as crianças que andavam na escola.

A Casa do Povo velha

> «Foi um factor de animação e o dinamizador era o senhor P^e^ António e um senhor que veio, depois, ensaiar.
> O senhor Menéres dava-nos aqueles fatos feitos, para fazermos o teatro. E o povo era mais cultural que hoje, mais unido e mais bairrista. Agora, já não é assim, nem a mocidade. Nós trabalhávamos de sol a sol, mas quando vínhamos, à noite, no centro da aldeia, um rapaz tocava um realejo e outro um bandolim e logo havia baile, até às tantas da noite. Era mais animada a aldeia [Vale de Couço] e até no trabalho se cantava e bailava»[105].

Manuel Menéres cedeu o terreno e, com o auxílio do Fundo Comum, do Fundo do Desemprego, da Casa do Douro e da própria Casa do Povo, foi possível, em Abril de 1955, adjudicar a empreitada da construção da nova Casa do Povo do Romeu.

---

[97] Entrevista nº 6, Cachão: 2006
[98] Subsídios. *NM.* Mirandela (11/5/58), p. 4
[99] FERREIRA, Eduardo Franco - Construção da Sede Social da Casa do Povo de Frechas - Mirandela. *NM.* Mirandela. (7/2/65), p. 3. Base de licitação: 379.800$00.
[100] REIS, Rogério - Um discurso elegante. *NM.* Mirandela. (23/7/67), p. 1.
[101] REIS, Rogério - Frechas e a sua Casa do Povo. *NM.* Mirandela. (16/7/67), p. 1.
[102] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[103] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004
[104] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[105] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

Esta Casa do Povo foi inaugurada a 7/4/58, estando presentes na cerimónia: o Ministro da Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga Macedo; o Ministro do Interior, Dr.Joaquim Trigo de Negreiros; o governador civil do distrito, Dr. Armando Valfredo Pires; o delegado distrital do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Dr. Guilhermino Teixeira Ribeiro; o bispo de Bragança-Miranda, D.Abílio Alves das Neves, além de muitas outras pessoas distintas e do povo[106].

A Casa do Povo nova, obra do Estado Novo, tinha um posto médico (Dr. Mário Alfredo de Araújo) e estava equipada para os tempos livres, com: biblioteca, televisão, sala de leitura, sala de estar, salão nobre, sala de jogos, sala de trabalho (artesanato) e secretaria (serviços administrativos). Neste lugar social, funcionou o apoio prestado pela segurança social[107], organizaram-se bailes[108] e foram recebidas as pessoas ilustres, em momentos solenes ou em actos inaugurais. Era considerada «a melhor da região e, talvez, uma das melhores do País»[109].

Nos tempos actuais, a Casa do Povo do Romeu tem sido utilizada para realizar reuniões, sessões de esclarecimento político e acções de formação[110].

A aprovação dos estatutos e a nomeação da Comissão Organizadora da Casa do Povo de Mirandela foram estabelecidos por despacho, do Subsecretário de Estado do Trabalho e Previdência[111], de 3 de Fevereiro de 1973.

A Casa do Povo de Mirandela abrangia as freguesias de Mirandela, Freixeda, S.Salvador, Vila Verde, Cedães, Caravelas, Vale de Asnes, ligadas à sede; Passos e Lamas de Orelhão, na delegação de Passos; Franco, na delegação prevista na localidade; e Avidagos, Pereira, Navalho e Vila Boa, na delegação de Avidagos[112].

Esta Casa do Povo viria a abranger todos os trabalhadores rurais, e outros ainda não cobertos pela previdência, num prazo relativamente curto[113].

---

[106] Inauguração da Casa do Povo do Romeu. *NM.* Mirandela. (6/4/58), p. 6 e O senhor Ministro das Corporações inaugurou, no passado dia 7, a Casa do Povo do Romeu. *Mensageiro de Bragança.* Bragança. (7/4/58).
[107] Entrevista Nº 2, Romeu: 2003
[108] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004 e Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[109] A visita do senhor Ministro...Op. cit., (13/4/58), p. 4.
[110] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[111] Casa do Povo de Mirandela. *NM.* Mirandela. (14/5/73), p. 3. Comissão Organizadora da Casa do Povo de Mirandela: Armando Augusto Figueiredo Sarmento, presidente; Fernando Augusto dos Santos Policarpo, secretário; e Manuel de Jesus Rebelo Fernandes Fidalgo, tesoureiro do organismo.
A posse da Comissão Organizadora teve lugar no 16/4/73, no gabinete do delegado do INTP, tendo assistido, além do Dr. António Pascoal de Carvalho, o Dr. Júlio Ribeiro, chefe da Missão de Acção Social do distrito, o Dr. Abel Carvalho, presidente da Caixa de Previdência, e Ernesto Albino Vaz, assistente rural das Casas do Povo.
[112] Casa do Povo...Op. cit., (14/5/73), p. 3.
[113] Casa do Povo...Op. cit., (14/5/73), p. 3.

3.3 - As memórias sobre o relacionamento social nas três aldeias

As memórias sobre o relacionamento social na Coleja

As pessoas entrevistadas referiram o nome de algumas pessoas ilustres e distintas que, de algum modo, se ligaram com a História da Coleja: o coronel Beça Múrias[114] e o filho, que foi Regedor da aldeia[115], o Dr.Trigo de Negreiros[116] e o Dr. Cabral[117].

As pessoas ilustres distinguiram-se pela riqueza e não precisavam de ter muito, pois «os outros era tudo uma pobreza». O património que tinham acabou, mesmo assim, por lhes dar uma projecção social, e foi-lhes atribuído um estatuto[118]. E, ainda hoje, se uma pessoa quiser aumentar a sua pequena propriedade, "esbarra" logo com os terrenos de um desses grandes proprietários[119].

O padre e a professora eram também pessoas ilustres, tratadas com respeito e distinção[120]. John Gibbons comprovou que, em 1938-39, na Coleja «não se estabelecem [estabeleciam] distinções de ordem social, a não ser em relação à professora»[121].

Os habitantes da aldeia tinham muito respeito por essas pessoas e pelo regedor que era a «autoridade policial da aldeia, pessoa respeitada e que reunia o consenso generalizado da população...»[122]

Havia um respeito formalizado por todas as pessoas, em geral, que se alterou nos nossos dias, «passou a haver mais uma igualdade repartida, socialmente falando», o que tem conduzido a «uma banalização e a um desrespeito pelos outros, mesmo pelos mais velhos»[123].

Os habitantes da Coleja eram gente humilde e trabalhadora, afável e sempre disposta a contribuir para o bem de todos, o que se insere no espírito das gentes transmontanas[124].

---

[114] «A família Múrias tinha lá propriedades, em Coleja». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004.
[115] Entrevista nº 1, Coleja: 2004: «Era o Regedor, um senhor que foi chefe de polícia em Angola e vivia bem, pois tinha uma boa reforma. Isto há mais de 60 anos. E o Regedor era a quem se dava mais respeitinho».
[116] A Câmara de Carrazeda de Ansiães mandou explorar as minas e forneceu a tubagem, talvez por influência daquele [Dr. Trigo de Negreiros]. In Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja. «O Ministro do Interior, Trigo de Negreiros, que era de Abreiro e tinha a Quinta das Amendoeiras, [...] foi um homem muito importante e as pessoas iam à quinta dele trabalhar e ele trazia roupa e calçado da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. E as crianças iam lá e ele vestia-as e calçava-as a todas...» In Entrevista nº 1, Coleja: 2004 e Entrevista nº 3, Coleja: 2004.
[117] «Pessoas importantes da aldeia: O Dr. Cabral, que era de Fontelonga; o Dr. Trigo de Negreiros era de Abreiro e o coronel Múrias era de Coleja». In Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.
[118] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[119] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[120] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[121] GIBBONS, Op. cit., p. 98.
[122] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.
[123] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[124] RODRIGUES, Op. cit., (19/6/70).

As pessoas da aldeia e os proprietários das quintas, mesmo os caseiros, sempre estabeleceram um bom relacionamento. E, apesar de os trabalhadores terem de suportar o muito trabalho que as vinhas e a produção de vinho e de aguardente exigiam, trabalho esse que se tornava numa certa subordinação dos trabalhadores, em relação aos proprietários, pelo menos eram tratados com estima e respeito[125].

Os habitantes da Coleja relacionaram-se melhor com os caseiros das quintas do que com os donos, porque, a maior parte das vezes, nem os conheceram[126].

Os cavadores tinham uma vida «triste, monótona e miserável» e ganhavam muito pouco. Eram vigiados pelo «verdugo, a presença física do feitor» e os patrões olhavam para eles com «superioridade»[127]. Davam-lhes de comer «sardinha e cevadinha» ou «uma sopa e pouco mais»[128].

Havia um bom relacionamento entre as pessoas da aldeia, mas chegou a haver zaragatas e mortes[129].

Na Coleja, a atestar pelo que testemunhou John Gibbons, havia laços de parentesco muito próximos, entre a generalidade dos seus habitantes, pois existiam uns «vinte apelidos diferentes» e as pessoas inseriam-se num dos 4 "clãs" existentes na aldeia. Esta ligação acabou por estabelecer uma rede de parentesco muito próxima, entre todas as pessoas[130].

O relacionamento com outras aldeias da área envolvente foi bom[131], havendo uma maior aproximação entre a Coleja e Pinhal do Douro, aldeia pertencente à freguesia de Vilarinho da Castanheira[132].

Houve uma relação de vizinhança, também afectuosa, com os habitantes da Lousa, apesar desta aldeia ficar a uma certa distância e o relevo dificultar um relacionamento mais imediato[133].

---

[125] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

[126] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[127] MESQUITA, Armindo Jaime – Nomes Lendários do Douro: Carrazeda de Ansiães. *Alto Tâmega*. Chaves. (20/5/82). Este jornal considerava a vida dos cavadores uma «servidão abjecta» (Anexo 15, Vol. II, p. 30).

[128] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

[129] Entrevista nº 4, Coleja: 2004. «Uma das senhoras presentes, perguntou-me a dada altura se conhecia a história da minha aldeia [Coleja], uma das mais pitorescas do concelho e contou-me que, há cerca de 70 anos [1868], tinha tido fama de ser aldeia de ladrões. Tinham vivido na povoação 2 ou 3 bandidos conhecidos, autores de vários assassínios, pois a aldeia, pela sua situação geográfica, tornava-se o abrigo ideal para cavalheiros desejosos de evitar encontros com a polícia. Hoje, tudo isso mudou. As famílias dos bandidos ou morreram ou emigraram e do passado resta apenas a remota e curiosa aldeiazinha». In GIBBONS, Op. cit., p. 145.

[130] «...havendo pelo menos o parentesco de primo em segundo grau entre todas as pessoas da aldeia». In GIBBONS, Op. cit., p. 194:

[131] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[132] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[133] Entrevista nº 3, Coleja: 2004. Na Lousa, ouvia-se o toque dos sinos das aldeias em redor e o som característico que emitiam parecia libertar uma mensagem, que a imaginação popular forjou, em outros tempos, e chegou até aos nossos dias. Sobretudo, ficava implícito que os sinos da Lousa tinham um som mais forte e cheio que os outros todos, pois eram feitos nesta aldeia com uma liga metálica de melhor qualidade: «**Os da Coleja**: "Têm lêndeas... têm lêndeas... têm lêndeas..."; Os de Pinhal do Douro: "Tirai-las... tirai-las... tirai-las... tirai-las..."; Os de Vilarinho da Castanheira: "Com quê?... Com quê?... Com quê?... Com quê?..."; Os da Lousa: "Com um pau... Com um pau...

Os habitantes da Coleja, porque habitavam numa região de "fronteira", tiveram uma grande aproximação com pessoas de aldeias da outra margem do Douro, chegando-se a estabelecer laços de familiaridade e de parentesco muito próximos. As pessoas comerciavam umas com as outras, tomavam banho no rio, saudavam-se, ao cruzarem uns pelos outros na travessia do rio, quando iam às feiras e às romarias[134].

As pessoas de Carrazeda de Ansiães eram amigas e tinham um bom relacionamento com os habitantes da Coleja, apesar de reconhecerem que eles viviam isolados, com poucas infra-estruturas e sem a projecção de terem uma casa brasonada, que pudesse ser a referência, uma imagem de marca e o suporte da aldeia[135].

As pessoas da Coleja também chegaram a conviver com estrangeiros: com os galegos, que trabalharam no Douro[136] e com os ingleses, compradores de vinho do Porto, ou donos de algumas quintas[137].

As memórias sobre o relacionamento social no Cachão

No Cachão, as pessoas mais ilustres pertenceram às famílias Cardoso e Campos[138] e eram reconhecidas mais pela sua posição social[139]. Não tinham muita riqueza, mas em relação à maioria das pessoas tinham alguma, o que lhes dava preponderância e lhes era reconhecido o respectivo estatuto social[140], pelo que as pessoas «tinham-lhes muito respeito»[141].

Garantiram trabalho[142], mas a maior parte dos habitantes do Cachão não trabalhava para eles, pois trabalhava no complexo[143]. Havia um bom relacionamento e entendimento entre os habitantes da aldeia e esses senhores[144].

A casa agrícola do senhor Campos tinha muitos trabalhadores que vinham dos lados da Régua, a quem «dava a gradura, a batata, o feijão e eles é que faziam o comer». E pagava-lhes muito pouco[145].

Com um pau de Lodão...! Com um pau... Com um pau... Com um pau de Lodão...!» In TAVARES, Virgílio A. B. (1999). – *Conheça a nossa terra: Carrazeda de Ansiães*. Mirandela: Edição do Autor, 1999, p. 103.

[134] AGUILAR, Op. cit., pp. 89-91.

[135] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

[136] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[137] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[138] Entrevista nº 1, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[139] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[140] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[141] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[142] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[143] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[144] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[145] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

A família Cardoso também gozou de prestígio e de influência na zona, pois, para além da posse de propriedades, teve um armazém, em sociedade com o avô do Eng.º Camilo de Mendonça e, mais recentemente, uma taberna, um café e uma mercearia. Esta família foi importante, porque, economicamente, também ajudava[146].

Já antes do 25 de Abril, a generalidade das pessoas deixou de precisar dos mais ricos, apesar de continuar a haver boas relações entre ambas as partes[147].

O relacionamento no mundo laboral do CAICA era bom, quer entre chefias e operários, quer dos operários entre si, havendo mesmo uma forte ligação e uma estreita colaboração, quando surgia um problema comum[148]. Os trabalhadores eram cumpridores e foram raros os processos disciplinares instaurados, pois «através do diálogo, as coisas resolviam-se»[149].

O relacionamento que se estabeleceu, entre as pessoas que trabalhavam e as que não trabalhavam no complexo, era bom[150].

Os habitantes do Cachão tiveram sempre um bom relacionamento com as aldeias vizinhas[151] e houve bom relacionamento entre os grandes agricultores da região e o complexo, apesar do impacto que este causou e da concorrência que se passou a estabelecer[152].

A relação que se consolidou, entre o complexo e as outras aldeias, veio a ter reflexos na vida dessas aldeias e no seu crescimento: Vale da Sancha tinha «meia dúzia de casas», era muito pequena e cresceu tanto que hoje é «uma boa aldeia»; Frechas era uma aldeia, em que toda a gente trabalhava para as grandes casas agrícolas («Casa Araújo, Casa do Dr. Calejo Pires, Casa do Coronel Faria»), pelo que o seu desenvolvimento se ficou a dever ao complexo do Cachão; outras aldeias saíram valorizadas: Meireles, Vale Frechoso, Vilarinho das Azenhas, Vilas Boas, Samões e Suções[153].

---

[146] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[147] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[148] «Era um relacionamento óptimo, porque só lhe vou dar um pequenino exemplo: houve um ano em que exportámos muita castanha para todo o lado e exportámos uma vez um camião de castanha, salvo erro de 20 toneladas, para França, em sacos de 10 kg. Sacos em serapilheira, todos marcados, carimbados, porque tinha de ser tudo inspeccionado (ia lá a inspecção). E não é que já tínhamos lá o lote todo para carregar e, a determinada altura, um trabalhador vai verificar e vê que os sacos têm apenas 7,5Kg e não 10. Não é que os trabalhadores juntaram-se todos e trabalhámos de dia e de noite para conseguirmos ultrapassar aquele problema. Ninguém discutiu, ninguém barafustou; toda a gente se uniu, em torno de um problema comum. Ninguém perguntou de quem seria a culpa, sabiam que tínhamos de resolver um problema. Isso demonstra bem como havia uma grande ligação entre os trabalhadores. Hoje ninguém mexia lá num saco...» In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[149] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[150] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[151] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[152] «Quando muito, podia haver o impacto com os grandes agricultores da aldeia. O Eng.º Faria, embora o Eng.º Camilo e ele fossem amigos pessoais, e não fosse muito aderente, não era uma pessoa que fosse contra». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[153] «[...] Suções foi das aldeias que teve mais gente a trabalhar no Cachão. E tanto é que hoje vai a Suções e vê o crescimento que a aldeia teve, mas não foi de agora, foi devido ao Cachão. O crescimento que teve Samões, que era um nucleozinho pequeno, foi devido ao Cachão, assim como Meireles, que era um lugar muito pequenino». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

A emigração ajudou um pouco no crescimento destas aldeias, mas o maior contributo veio-lhes do Cachão. Apesar dos ordenados que ganhavam no CAICA serem pequenos, com o que colhiam nas suas terras, dava-lhes para viver. E o dinheiro dava para fazer investimentos, comprando «uma territa, mais uma coisa ou outra...», o que fazia melhorar o seu nível de vida[154].

O relacionamento que se estabeleceu entre os habitantes do Cachão e os técnicos espanhóis que trabalharam no complexo «foi cordial»[155].

As memórias sobre o relacionamento social no Romeu

No Romeu, havia algumas casas importantes (João Pedro, Miranda, Matias e Zé Maria), que pertenciam a famílias mais abastadas, que se destacavam da generalidade da população, porque: tinham dinheiro, tinham propriedades, tinham animais, tinham outras fontes de rendimento (maquinaria, casa agrícola...)[156].

O prestígio destas pessoas ilustres ficava a dever-se: aos terrenos, às casas, aos trabalhos que forneciam[157], à riqueza e à ajuda que prestavam aos mais pobres e, por isso, estes lhes restituíam a ajuda, em alguns serviços, e os tratavam com respeito[158].

Em Vale de Couço, a família mais importante era a família Menéres, mas houve outras casas agrícolas com alguma importância: Conde e Rufino[159].

O facto de a família Menéres se ter instalado no Romeu veio a traduzir-se num certo envolvimento entre essa família e a população local.

Após a formação do grande domínio, esta família tornou-se num dos maiores produtores e exportadores de cortiça, mesmo a nível europeu: «tirávamos 45, 50 e 60 mil toneladas de cortiça, cada dois anos. Agora, não se deve tirar 20 arrobas»[160].

Esta família deu trabalho e apoio às populações locais e, ao criar a Creche e uma Cantina, onde eram fornecidas algumas refeições, fazia com que os pais andassem a trabalhar mais descansados, pois tinham quem lhes cuidasse dos filhos[161]. Em caso de necessidade, também emprestavam dinheiro a algumas pessoas[162].

---

[154] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[155] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[156] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004
[157] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[158] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004 e Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[159] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[160] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004
[161] «Íamos para a escola e davam-nos um bocado de pão e aquela malguinha de sopa, ao meio-dia [na Cantina]. E estávamos assim até à noite, pois tínhamos escola de manhã e à tarde. Foi ele que mandou fazer as primeiras batas. Só aqueles que podiam é que as compravam aos filhos. Quem não podia, era o senhor Menéres que mandava arranjar-lhe uma bata. Eram mais os que não podiam do que os que podiam. Então, ele mandou fazer batas para todas as crianças e iguais». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.
[162] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

A Casa Menéres também deu assistência e ajuda aos pobres, foram «pessoas empenhadas»[163], pelo que a população também respeitava e considerava os membros desta família[164].

As pessoas do Romeu e as de Vale de Couço tinham, entre si, um relacionamento fraterno[165]: entreajudavam-se, quando realizavam alguns trabalhos agrícolas e estabeleciam fortes laços de familiaridade, através de casamentos e da fixação de residência quer numa, quer noutra aldeia[166]. As relações com os habitantes do Vimieiro, a outra aldeia da freguesia do Romeu, foram mais complicadas[167].

Os lavradores abastados forneciam alguns mantimentos – «centeio, uns almudes de vinho, batata, feijão... tudo o que pertencia à cozinha»[168]–, quando da celebração de contratos para a realização de alguns trabalhos, como, por exemplo, nas ceifas.

Havia um bom relacionamento entre os patrões e os trabalhadores, traduzido em respeito e ajuda: «quando um trabalhador precisasse de um animal para lavrar uma terra sua, o patrão emprestava-lhe um animal»[169].

A relação que se estabeleceu, em Vale de Couço, e no Romeu, entre a Casa Menéres e os trabalhadores, era «excelente, sendo estes bem tratados e considerados». Quando havia alguma festa, os trabalhadores eram convidados e os pagamentos eram-lhes efectuados «sempre a horas, de 15 em 15 dias». Depois de Manuel Menéres, este envolvimento alterou-se[170] e este fenómeno pode andar ligado ao surto de alguma emigração que, após esta data, se fez sentir.

A população do Romeu protegeu e conviveu com os galegos que, durante a Guerra Civil espanhola, se refugiaram nesta zona: deram-lhes alimentação, acolhimento e protecção[171]; também conviveu com «ranchos de trabalhadores de outras regiões do país» que faziam mudar «a rotina e davam vida permanente ou ocasional à aldeia[172]».

---

[163] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[164] «A Família Menéres tem ajudado, ao longo dos tempos, à sobrevivência de muitas famílias, dado que emprega, ainda hoje, muitos trabalhadores na sua exploração agrícola». In Entrevista nº 1, Romeu: 2003.

[165] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004 e Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[166] «Eu acho que as aldeias sempre se deram bem e as pessoas antes davam-se melhor umas com as outras do que hoje. As pessoas, antes, eram mais unidas, nós éramos capazes de ir ao Romeu para ajudar um amigo. Sabíamos que um amigo lá tinha uma malhada e nós íamos ajudá-lo». Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[167] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[168] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

[169] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[170] «Se fizesse um jantar para os convidados, todos os trabalhadores dele lá iam comer. Fazia uma barraca cá fora, no recinto, toda coberta, e havia um palco, e era ali na rua que se comia: todos os trabalhadores. [...] No trabalho, havia muito boa relação e era bom pagador: todos os 15 dias pagava. Depois do senhor Manuel Menéres as coisas mudaram». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[171] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[172] Entrevista nº 6, Romeu: 2003

3.4 - A reprodução dos lugares sociais das aldeias

A dinâmica social foi desenvolvida, nas aldeias do presente estudo, nos seguintes lugares sociais: Casas do Povo, tabernas ou tascas, cafés, barbearias, farmácias, fontanários, largos, salão paroquial, creches, oficinas de sapateiros...

Estes lugares são definidos como sociais, porque serviram de suporte à população, nas mais variadas situações (tempos livres, superação de carências e de necessidades, prestação de serviços...) e acabaram por imprimir uma dinâmica às aldeias. Houve aldeias mais dotadas que outras, na organização e na abundância destes lugares, mas aqueles que nelas existiram, e que funcionaram, prestaram um apoio essencial.

Serviram de elo de ligação entre os membros da comunidade: nas comemorações e nas festas, em que mantinham viva a memória colectiva; na ocupação de tempos livres; na prestação de serviços; na partilha de cultura e de informações (substituindo o jornal e os meios de comunicação, pois neles eram actualizadas as notícias da aldeia, do concelho, da região, do país e do mundo); na prática da crítica social; na celebração de negócios; no acerto de salários ou na marcação de trabalhos...

Os lugares sociais repercutiram a imagem e o pulsar da colectividade, em torno de elementos que lhes deram coesão. Os lugares económicos (Capítulo IV) organizaram as várias actividades que deram sustentabilidade a uma economia doméstica, de subsistência e de auto-dependência.

Os lugares culturais (Capítulo V) e de partilha de ideias (escolas, museus, Casas do Povo...) serviram para transmitir valores e para ajudar os cidadãos a enriquecer em cultura e em conhecimentos.

Os lugares sociais na Coleja

Na Coleja, nunca houve: Casa do Povo, bombeiros, farmácia e creche[173]. Os habitantes desta aldeia abasteciam-se de medicamentos na farmácia, em Carrazeda de Ansiães.

A aldeia chegou a ter 3 tabernas que davam pouco rendimento, segundo um dos entrevistados[174]. As tabernas eram espaços de domínio dos homens e era ali que passavam os tempos livres a conversar, a jogar e a beber.

Na Coleja, as tabernas serviram também para os frequentadores se recriarem, tocando os instrumentos que estavam à disposição e cantando, pois era uma terra onde todas as pessoas

[173] Entrevista nº 2, Coleja: 2004; Entrevista nº 3, Coleja: 2004 e Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[174] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

sabiam tocar um instrumento. «Todas as tabernas tinham penduradas uma viola, uma concertina ou uma guitarra. As pessoas que ali chegavam não estavam privadas de pegar naquilo. Chegavam ali e começavam a arrascanhar. Se não soubessem tocar, arrascanhavam»[175].

Chegou a haver um café, «mas o dono faleceu e o café fechou» e uma barbearia [176] que era «de um senhor que também tinha uma taberna e ainda fazia as compras de vinho». [177]

A barbearia da Coleja era um espaço, onde os homens e as crianças acorriam, especialmente aos domingos à tarde, e em ocasiões importantes, pois era uma actividade paralela, a que o barbeiro se dedicava, durante uma ou duas horas, permitindo-lhe ganhar mais algum dinheiro, pois também era agricultor e caçador[178].

A ida ao barbeiro era um acontecimento social importante, para o microcosmos representado pela aldeia. John Gibbons, que viveu na aldeia de Outubro de 1938 a Fevereiro de 1939, retratou, na obra "Não criei musgo", a barbearia da Coleja:

> «O estabelecimento era uma cabana escuríssima, com um balcão tosco, uns bancos, um barril de vinho e alguns copos. Quase ninguém queria vinho, porque bebia o que tinha em casa, mas, nalguns casos, um homem sempre tem que marcar a sua posição. Era este o ponto de encontro de amigos e de cavaqueira. Assim, de vez em quando, lá ia havendo quem puxasse de 40 centavos e pedisse um copo. À porta da cabana, estava colocada a cadeira oficial do barbeiro, por ser o sítio mais iluminado...»[179]

Os homens iam sendo barbeados à vez e, enquanto esperavam, falavam um pouco de tudo, dando preferência ao universo local, passando ao que se passava na região e, por fim, no país e no mundo.

A barbearia era um lugar de discussões sobre o futebol e sobre pequenos arremedos políticos e contendas da vida local. Também se jogava às cartas, se passava os tempos livres e era «um ponto de encontro e de cavaqueira». É que a vida nas aldeias ocorria em volta de uma rede de relações de vizinhança[180].

Os lugares sociais, de convívio e de abastecimento de produtos e de canalização de alguma produção, como era o caso das feiras e dos minimercados, nunca chegaram a funcionar na aldeia[181].

A aldeia nunca teve casas brasonadas[182], nem creches, nem igreja, mas equiparam-na com uma pequena capela (Anexos 34 e 35, Vol. II, pp. 62 e 65).

---

[175] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[176] Entrevista nº 2, Coleja: 2004 e Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[177] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[178] GIBBONS, Op. cit., p. 79.
[179] GIBBONS, Op. cit., p. 79.
[180] PINTO, Op. cit., p. 77.
[181] Entrevista nº 1, Coleja: 2004: «Feira aqui não há, mas há de 10 em 10 dias na Carrazeda. Aqui não há supermercados»
[182] A casa onde John Gibbons viveu, quando esteve na aldeia, está identificada com uma placa alusiva ao acontecimento, que se tornou histórico e permanece na memória colectiva. In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

Os fontanários foram lugares de encontro da comunidade, espaços sociais com interesse para a partilha de ideias e de práticas sociais. Foram colocados em locais estratégicos da aldeia, pois não havia fornecimento de água ao domicílio e, no Verão, como a água rareava, era preciso esperar a vez para encher as vasilhas. Este trabalho era realizado, normalmente, pelas mulheres que, enquanto esperavam pela vez, punham a conversa em dia: discutia-se a vida alheia, divulgavam-se as mais diversas notícias de um mundo microformal, instituído por práticas que garantiam o seu equilíbrio e o seu funcionamento.

A aldeia tinha dois fontanários públicos[183], mas algumas pessoas utilizavam a água de uma mina[184] e muitas delas iam buscá-la ao rio Douro.

Os largos das aldeias serviam de ponto de encontro e de partilha de ideias e de opiniões: eram centros cívicos de debate de ideias. Eram espaços físicos e sociais onde as pessoas se encontravam, conversavam, jogavam, dançavam, festejavam e faziam os arraiais[185], em festas que davam identidade à comunidade.

Na Coleja, actualmente, o largo mais importante é o do Lameirão, onde ainda se celebra a festa principal da aldeia e os santos populares (S. João e Santo António)[186], havendo também outro espaço de reunião da população, em frente à pequena capela. Mas, antes da estrada ter sido "feita" havia outros largos.[187]

Os lugares sociais no Cachão

O Cachão nunca teve bombeiros[188], mas foi servido[189] pela Casa do Povo de Frechas[190], na sede de freguesia.

---

[183] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[184] «A nossa família [a que deu apoio a John Gibbons] não utiliza a fonte pública como o resto da aldeia, porque partilha com mais duas ou três casas a água de uma mina com vinte pés de profundidade [...]». In GIBBONS, Op. cit., p. 195. O Mensageiro de Bragança publicou uma notícia, sobre este problema da escassez da água na aldeia: «[Coleja] É uma aldeia transmontana, esquecida no meio e no fundo de altos montes, onde a civilização não chegou nem parece ser aceite pelos concidadãos que a habitam e povoam. Pobre de géneros essenciais à alimentação, pobre do tão precioso líquido indispensável à vida do homem, dos animas e das plantas – a água — pobre, afinal, de espírito! Esta primitiva aldeia transmontana abastece o seu povo com a água de uma fonte fechada, somente aberta cada segundo dia para oferecer a cada habitante quatro cântaros do precioso líquido». E um professor chegou a ser «maltratado por ter mandado buscar 3 cântaros de água a uma mina, com consentimento dos seus proprietários». In L.M.— Coleja (Carrazeda de Ansiães): três cântaros de água são pretexto para maltratar professor. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (28/11/80), p. 5.

[185] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[186] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[187] «Dos largos, o Lameirão é o melhor e com maior área e onde se faziam as festas. Mas antes de se fazer a estrada, havia outros largos mais importantes: o das Moreiras, o Lameirão, o do Outão, o do Arame e o do Cano. Nesses largos, juntava-se a juventude e as pessoas com 80 anos, e entretinham-se». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.

[188] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[189] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[190] FERREIRA, Op. cit., (7/2/65), p. 3.

No Cachão, as pessoas tinham alguns espaços de encontro, de convívio, de partilha de ideias, onde passavam os tempos livres: dentro das instalações do complexo, num pequeno bar, o CAT, onde se serviam bebidas (café, cerveja...) e havia jogos (bilhar, matraquilhos...); fora das instalações do complexo, os lugares frequentados pelos trabalhadores eram duas tabernas e um café, com muito movimento à noite[191].

Uma das tabernas pertencia a um dos irmãos Cardoso, António, enquanto o outro irmão, Joaquim, tinha um cafezito muito familiar[192] e também tinha uma mercearia que encerrou, quando foi convidado para gerente da COOPENORD [193].

Na Vila Nordeste, Bairro Social criado na altura da construção das fábricas do complexo, chegou a haver um barbeiro que trabalhava ao Sábado e ao Domingo[194], mas nunca houve uma barbearia na aldeia do Cachão[195].

Junto ao café do senhor Cardoso, ficava um fontanário[196] que deitava muita água, de boa qualidade, e qualquer pessoa lá ia beber[197].

Mais recentemente, foi criado um Posto de Farmácia, uma sucursal da Farmácia Sarmento[198], de Mirandela, que funcionava em sintonia com o Posto Médico e abastecia toda a população da aldeia. O Posto Médico, inicialmente, «ficava dentro do espaço do complexo, em frente à destilaria. Quando se verificou que começava a haver muita gente da aldeia a entrar para o complexo, então, construiu-se logo, à entrada, uma das vivendas que foi transformada em Posto Médico»[199].

Havia um largo no Cachão, o largo «do Cardoso»[200], que era um local de encontro, e onde, debaixo de um negrilho, as pessoas se sentavam, conversavam e jogavam ao fito[201]. Os largos eram «os centros de cultura de uma aldeia [...] e estruturas específicas, inerentes à vida social, mas "a aldeia do Cachão" era um bocado diferente»[202].

A aldeia teve outro largo importante, à entrada do complexo. Era onde se fazia a festa[203], pois era um «um largo grande, estava asfaltado e tinha condições para se realizarem ali todas as

[191] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[192] Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[193] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[194] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[195] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[196] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[197] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[198] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[199] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[200] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[201] Entrevista nº 4, Cachão: 2004
[202] A diferença ficava a dever-se a que na aldeia viviam pessoas oriundas de diversos lugares, pelo que o conceito de convívio, naquele largo, era diferente do de outras aldeias. In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[203] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

festas e onde havia as diversões (os carrinhos, as barraquinhas...). E, ainda hoje, ali se faz a festa de Santo Isidro»[204].

O Cachão teve uma Creche/Infantário para os filhos dos trabalhadores do complexo, pois na altura havia muitas crianças[205].

Nunca teve feira, mas chegou a ter um supermercado, já depois do 25 de Abril[206]. No Cachão, nunca houve casas brasonadas, mas estas existiram em Frechas.

Os lugares sociais no Romeu

O Romeu, como cabeça de paróquia, teve uma Casa Paroquial[207], onde havia catequese, reuniões com a população, encontros com outros padres e, até, com o bispo da diocese de Bragança-Miranda[208].

O pároco vivia nessa casa, acompanhando de perto a vida dos paroquianos e prestando-lhes assistência, quando dela precisavam. Quando alguém adoecia, chamava o médico, arranjava-lhe os medicamentos e até aplicava injecções[209].

A Casa Paroquial sempre pertenceu à família Menéres e, como ultimamente estava desabitada, criaram no rés-do-chão a Loja do Romeu, para exposição e venda de produtos locais.

A população do Romeu não está satisfeita com todas as alterações por que tem passado a aldeia, após o 25 de Abril, pois tem vindo a ficar despovoada e a perder a identidade: já não vive lá o pároco, apesar de continuar a ser cabeça de paróquia e sede de freguesia; a Junta de Freguesia, a Casa do Povo, o Centro Paroquial e Social e o Lar têm o nome de Romeu, mas estão localizados em Vale de Couço[210] (Anexo 37, Vol. II, p.70 e ss.).

A Creche, obra da iniciativa da família Menéres, funcionou sempre em Vale de Couço. A população nunca teve Salões de Convívio, explicitamente assim designados, mas essa finalidade foi concretizada pela Casa do Povo[211].

---

[204] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[205] Entrevista nº 3, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[206] Entrevista nº 5, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[207] «O senhor Manuel Menéres, quando veio para aqui é que comprou aquela casa, a casa do padre, e não tinha mais nada por aqui. Depois, comprou as casas onde criou e fundou lá o restaurante. E, depois, comprou as casas onde fez o Museu»: In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004. «De todos os Menéres, o que fez mais pela aldeia foi o senhor Manuel Menéres. No meu tempo, quando íamos para a escola, ainda a estrada não estava alcatroada, estava em paralelos e era um caminho». In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004.

[208] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004. O NM documenta a religiosidade do Romeu e o facto de ser um local de reunião e de encontro de alguns sacerdotes: «Desciam da igreja um grupo de 4 sacerdotes: o pároco do Romeu, Pe António Manuel Angélico; o pároco de Grijó, Pe Manuel Inácio Melo; o de Cortiços, Pe Alfredo do Nascimento Ochoa, e o de Bornes, Pe Francisco Alberto Moutinho, que vinham de fazer as confissões, muito trabalhoso nesta quadra pascal...» In BABO, Op. cit., (23/4/67), p. 6.

[209] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[210] Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004

[211] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

As crianças da Creche estavam separadas por idades: num edifício, as de 1 aos 4 anos; no outro, dos 4 aos 7 anos.

> «Passam o dia entregues a raparigas da freguesia, habilitadas e pagas pela Obra. Lavam-nas, vestem-lhes roupa da Obra, (que só despem, quando, à tardinha, regressam a casa). Fazem e servem-lhes a comida, deitam-nas e acordam-nas, brincam com elas em recintos próprios, onde até uma piscina não falta para aquelas idades. Ao todo, 40 crianças são, assim, beneficiadas pelo Centro. E tão bem são tratadas que elas correm de suas mães para aquelas amas, quando ao domingo que passam em casa adregam de as topar»[212].

O actual Centro Social e Paroquial do Romeu pode considerar-se a continuação do projecto iniciado com a obra da Creche. Como a família Menéres ofereceu esta obra assistencial à paróquia, ela é dirigida actualmente pelo próprio pároco[213].

A Casa do Povo contribuiu para o desenvolvimento sócio-cultural e assistencial da população da freguesia do Romeu, ao estar ao dispor das comunidades locais e ao pôr ao seu serviço bens informativos, culturais e recreativos: «a primeira televisão, na freguesia, foi ali colocada, atraindo muitas pessoas que conviviam, passavam o tempo em diversas actividades recreativas (teatro, concursos de dança, festivais da canção e diversos jogos culturais e recreativos»[214] e assistenciais, ligadas à saúde (posto médico e farmácia[215]).

A Casa do Povo foi tão importante que representou um dos factores de desenvolvimento de Vale de Couço: «Quem deu o ser lá em baixo [Vale de Couço] foi a Casa do Povo, o caminho-de-ferro e a Casa Menéres. Mas, primeiro, viviam muito pobrezinhos e quem lhes valeu foi a Casa Menéres»[216].

A linha de caminho-de-ferro acabou por atravessar a aldeia, beneficiando a população e a Casa Menéres (Anexo 34; Fig.34.5, Vol. II, p. 64): «A Casa Menéres ficava com o terreno para cultivar e por causa da cortiça. A força da cortiça era o mais importante, e passava-lhe mesmo à porta»[217].

Em Vale de Couço, houve uma barbearia[218] e no Romeu, além de barbeiro, ainda houve: alfaiate, costureira, pedreiro, sapateiro e carpinteiro[219].

---

[212] BABO, Op. cit., (7/5/67), pp.1 e 2. Este artigo refere ainda que: «O Estado tem subsidiado esta obra, a pedido do grande benemérito [Manuel Menéres], que tem sido visitada pelo Ministro das Obras Públicas, Eng.° Arantes e Oliveira, como já o fora por Frederico Rui Ulrich e também pelo transmontano Dr. Trigo de Negreiros: todos têm sido visitas e hóspedes do abastado proprietário.»

[213] Entrevista n° 1, Romeu: 2004

[214] Entrevista N° 2, Romeu: 2003

[215] Vale de Couço teve um posto de farmácia, à beira da EN n°15, e dava jeito à população para aviar as receitas. In Entrevista n° 2 a, Romeu: 2004:

[216] Entrevista n° 3 b, Romeu: 2004

[217] Entrevista n° 3 b, Romeu: 2004

[218] «Aquilo [Romeu] era uma Quinta e mais forte foi sempre Vale de Couço: aqui tivemos sempre tudo.» In Entrevista n° 1, Romeu: 2004.

[219] Entrevista n° 2 a, Romeu: 2004.

A população do Romeu teve dois fontanários muito importantes para a vida da aldeia: o de 1935, junto ao lavadouro público, o mais útil e o mais utilizado, e o de 1965 [220], que surgiu, quando foram compostas as casas e a própria aldeia[221].

A aldeia do Romeu esteve bem servida de água, de boa qualidade, e teve várias fontes, datando uma delas de 1744 [222].

Em Vale de Couço, havia escassez de água e as pessoas iam abastecer-se aos poços e às nascentes, até que passaram a ter a água de um fontanário e água canalizada. O Romeu tinha mais abundância de água que Vale de Couço[223].

Os largos são importantes na vida de uma aldeia, porque é lá que as pessoas se juntam, dançam, se encontram, convivem e se divertem[224]. Fazem parte de um microcosmos de encontros da vida social e são uma forma de se ficar a saber o que se passa na vida da aldeia, na região, no país e no mundo (Anexo 16, Vol. II, p. 32).

Os largos cumpriram uma função lúdico-recrativa e social. Apesar de actualmente estarem a perder a sua função, ainda é neles que realizam as principais festas das aldeias desta freguesia.

No Romeu, houve 3 largos importantes: «o largo da igreja, o largo junto ao Museu e o largo, em frente ao Maria Rita. Quando vim para aqui [Romeu], ainda se juntavam aí no largo, ao pé do museu, 6 a 7 pessoas, até mais. Jogavam o fito. Jogava-se a cântara de barro. Agora, já não se vê lá ninguém»[225].

Em Vale de Couço, também havia um largo que servia de ponto de encontro social, de diversão e de convívio: «Era onde as pessoas se divertiam, encontravam, havia bailes, onde as pessoas conversavam. Os homens iam para a taberna e as raparigas juntavam-se, no largo, a conversar»[226].

Nunca houve cafés no Romeu e chegou a haver duas tabernas, onde os homens passavam os seus tempos livres, conversando, bebendo e jogando às cartas (sueca, chincalhão)[227].

Em Vale de Couço, houve duas tabernas e, actualmente, há dois cafés. Nas tabernas, os homens passavam os seus tempos livres, «jogavam às cartas, conversavam, conviviam, apesar das mulheres não gostarem muito e por ali não poderem entrar»[228].

---

[220] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.
[221] Entrevista nº 1, Romeu: 2004.
[222] «A água desta fonte é muito boa e está sempre a deitar para fora, de Verão e de Inverno. E vinha aí muita gente buscar água. Havia a fonte da Videira, que tinha muita água, mas foi aterrada por Manuel Menéres, aquando das obras; a fonte da Canelha; a fonte da Ladeira; havia muitas fontes e a água era muito boa. Antes de haver fontanário, íamos buscar a água às fontes. E, depois, ele encanou a água». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.
[223] Entrevista nº 1, Romeu: 2004. Em 1955, foi feito o abastecimento de água a Vale de Couço. In Livro de Actas da Câmara Municipal de Mirandela (livro 61; folha 132, data de reunião: 22/4/55).
[224] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004.
[225] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.
[226] Entrevista nº 1, Romeu: 2004.
[227] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004.
[228] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

4 - As dificuldades sociais

4.1 - O nível de vida e as dificuldades das populações rurais (a miséria e a pobreza)

Em 1958, os trabalhadores agrícolas eram aqueles que suportavam o mais baixo nível de vida, pois o seu salário, em média, não ia além de 17$50 diários, e isto quando o havia, porque eram frequentes os períodos de crise[229].

Na maior parte das aldeias transmontanas, continuava a viver-se com o mesmo nível de vida[230] e os mesmos costumes de há cem anos atrás, o que condicionava o acesso das populações a: assistência médica, medicamentos, informação e cultura, pagamento de rendas, aquisição de casa própria, ou melhoria da casa em que viviam, equipamento das casas com infra-estruturas essenciais (água, luz, saneamento, casa-de-banho...), aquisição de vestuário, calçado e bens de primeira necessidade.

As populações rurais, que em 1959 representavam cerca de 47% da Nação, precisavam da protecção das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, mas estas estavam muito empobrecidas. Estas autoridades administrativas, juntamente com os sacerdotes e as professoras, eram «os três pilares da elevação rural»[231].

O pároco e a professora eram como que os construtores do meio rural, pelo serviço que prestavam às populações: educação, cultura, assistência, "doutrina", normas de higiene e de comportamento... (Capítulo V).

As Casas do Povo tiveram igualmente um papel impulsionador no fomento local[232]. A acção destes organismos e o alargamento dos benefícios da assistência social aos trabalhadores rurais acabaram por dar uma ajuda às populações, que viviam com dificuldades.

Em 1958, as famílias começaram a procurar novo conforto para os seus lares, recorrendo à electricidade e aos electrodomésticos (fogão, televisão, aquecimento, aspirador, ferro, máquinas

---

[229] NASCIMENTO, Eduardo - O trabalhador rural e o seu nível de vida. *NM.* Mirandela. (2/3/58), p. 1.

[230] O nível de vida da população da Coleja, dentro das limitações que afectavam o povo português, era menos dependente, porque possuía rendimentos: sendo uma aldeia ribeirinha, havia pessoas dependentes da pesca; outras dedicavam-se às culturas de Primavera; outras dedicavam-se exclusivamente às jeiras que, na época, eram abundantes, em especial, nas seguintes quintas: Fonte Santa, de Abel Trigo Moutinho; Amendoeiras, do Dr. Trigo de Negreiros; Vinhais, do Dr. António Vitorino Cabral; Carris, do Eng.º Lacerda, Coelheira, do Eng.º Eduardo de Araújo Faria; Senhora da Ribeira; Comparado, Gafaria, Santinho, de João dos Santos Lemos, no termo de Seixo de Ansiães; Lobazim, do Eng.º Pizarro, Lagares, do Eng.º Macedo, no termo de Vilarinho da Castanheira; Vale de Coelho, Pescoça e Cadima, da firma Cockburn and Smithes.
O mês de Maio era um mês de fartura para as pessoas habituadas a pouco, pois a venda do cebolo, tomateiros, pimentos, beterrabas, manjericos, etc. faziam a aldeia resplandecer de felicidade e enfrentar o ano com relativo bem-estar, até à amêndoa (tinha a venda assegurada pela Santa Eufémia), à vindima (o dinheiro das uvas que iam para a quinta da Senhora da Ribeira ou para a Cockburn era recebido nos fins de Dezembro), à azeitona (o azeite era vendido para o Porto ou aos intermediários que se dedicavam a esse negócio). In Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[231] REIS, Rogério - Elevação rural. *NM.* Mirandela. (1/1/59), p. 3.

[232] MONTEIRO, J.G. - Promoção social. As Casas do Povo e os seus dirigentes. *NM.* Mirandela. (19/1/69), p. 2.

de barbear e de lavar...). Contudo, o poder de compra era limitado e o preço do quilovátio era muito caro, pelo que quase só os ricos podiam ter aparelhos eléctricos[233].

Entre 1960 e 1969, os preços de todos os géneros, até os de primeira necessidade, subiram de maneira assustadora e a vida tornou-se mais difícil[234].

Em 1966, a carestia de vida subiu numa «ascensão perigosa e inquietante» e, mal esta se tornou pública, «logo os géneros alimentares e outros subiram de preço». Os funcionários públicos, dado que não tinham obtido o aumento de salários, viam a sua situação económica cada vez mais agravada[235].

Em 1968, muitas regalias se tornaram indispensáveis: o automóvel, a televisão, o futebol e as distracções ao domingo[236] ...

Em 1969, a carestia de vida continuava a ser um problema aflitivo que preocupava não só os chefes de família e as donas de casa[237], porque viam o dinheiro fugir-lhes das mãos, sem contudo terem adquirido os produtos de primeira necessidade; mas também os governantes, que tinham de resolver os problemas de interesse geral. Esses problemas, inadiáveis e delicados, arrastavam a outros problemas que se repercutiam na vida das pessoas.

A vida encareceu, porque passou a haver mais procura e mais necessidades se criaram. E todos precisavam de ganhar mais «dinheiro» para poderem satisfazer essas necessidades.

Só os possuidores de fortuna ou de elevados vencimentos podiam suportar o estado angustioso a que se chegara e fazer face à carestia de vida.

O governo de Marcello Caetano tentou ultrapassar a situação, aumentando os vencimentos, na medida das suas possibilidades, aos funcionários que se encontravam na mais precária situação económico-social. Depois do aumento de vencimentos, veio o consequente aumento do custo de vida (carne e produtos hortícolas), tornando-se, assim, ineficaz o benefício concedido. Para controlar a especulação, entraram em acção brigadas de fiscalização da Inspecção-Geral das Actividades Económicas[238].

---

[233] REIS, Rogério - Um problema nacional: electrificação. *NM.* Mirandela. (23/2/58), p. 1.
[234] FERREIRA, Júlia da Conceição (Prof.) - A carestia de vida. *NM.* Mirandela. (23/3/69), p. 1 (transcrito de Notícias de Gouveia, de 15/3/69).
[235] MORAIS, I.C. - O funcionalismo e a carestia de vida. *NM.* Mirandela. (8/5/66), p. 1.
[236] ROCHA, Op. cit., (27/10/68), p. 3.
[237] Os nomes "chefe de família" e "dona de casa" ajustavam-se à função social destes elementos na sociedade; correspondiam à responsabilidade do "cargo" que exerciam e a mundos de domínio: o mundo do trabalho e da rua, o 1° e o mundo doméstico e da casa, o 2°. O chefe de família exercia a autoridade sobre os membros do grupo doméstico; repartia o tempo de trabalho, de escolarização e os tempos livres de cada um; distribuía as disponibilidades individuais em termos de consumos; controlava as dinâmicas afectivas e as inclinações amorosas, ligadas às escolhas conjugais; dirigia, controlava, disciplinava e realizava uma acção pedagógica na família. In PINTO, Op. cit., p. 114.
[238] FERREIRA, Op. cit., (23/3/69), p. 1.

4.2 - A falta de condições de vida

Um estudo publicado, em 1950, pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial, revelou indicadores que possibilitam verificar algumas características da população do distrito de Bragança e avaliar o grau de atraso em que se vivia, numa altura em que o sector primário absorvia a maior parte da população activa (73,4%) e em que os sectores secundário e terciário ocupavam pouca gente:

Quadro III.4

A população e as condições de vida: distrito de Bragança

Dados demográficos/estatísticos			Concelho de Mirandela	Distrito de Bragança
População	Actividades económicas	Agricultura e pecuária	68,5%	73,4%
		Actividades industriais	7,9%	6,9%
		Comércio e seguros		3%
		Serviços		12,3%
		População em centros de 5 mil e mais habitantes		3,6%
	Taxa emigratória		18,9%	
	Taxa de mortalidade		11,8%	
	Taxa de natalidade		29,4%.	
Condições de vida	Estudantes dos 6 aos 12 anos, por professor primário			36,2
	Habitantes por receptor de TSF			179,7
	Espectadores em casa de espectáculos por habitantes			0,42
	Habitantes por cama, em estabelecimentos com internamento			955
	Habitantes por médico			2.928
	Habitantes por enfermeiro e auxiliar,			38.059
	Pessoas com 100 mil escudos e mais, de rendimento, por 10 mil habitantes			0,22
	Matéria colectável do imposto profissional por conta de outrem, por contribuinte (mil escudos)			18,5
	Energia eléctrica em Baixa Tensão, por consumidor particular (Kw)			115,7
	Habitantes por automóvel ligeiro			416,7
	Famílias com electricidade			4,4%
	Analfabetos, na população residente			38,1%

Fonte: "Estudo do Instituto Nacional de Investigação Industrial", publicado In REIS, Rogério - Valorização da vida rural (4). *NM*. Mirandela. (30/6/68), p. 1.

A observação do Quadro III.4, permite verificar que:

-a população residia em centros pouco urbanizados;

-a população activa do concelho de Mirandela dedicava-se, sobretudo, a actividades ligadas à agricultura e à pecuária (68,5%);

-a taxa emigratória apresentava um valor relativo, no concelho de Mirandela;

-a taxa de natalidade ainda era significativa;

-as turmas tinham um elevado número de alunos por professor;

-pouca gente possuía rádio;

-o sistema de saúde enfrentava carências, a nível de: infra-estruturas, médicos e enfermeiros;

-o poder de compra era fraco e havia grande limiar de pobreza;

-o consumo domiciliário de energia eléctrica era escasso e poucas casas estavam equipadas com esta fonte de energia, com água e com saneamento, apresentando um quadro confrangedor[239];

-pouca gente tinha automóvel ligeiro: só os mais ricos;

-o grau de analfabetismo era preocupante.

Em 1960, poucas alterações se registaram, continuando a haver a carência de fogos e de equipamentos, no distrito de Bragança:

Quadro III.5

Fogos e equipamentos: distrito de Bragança (1960)

Distrito de Bragança (1960)							
Famílias	Fogos						
	Arrendados	Mais de 2 pessoas e 1 divisão	Com mais de 3 pessoas e 2 divisões	Equipados com			
				Água	Esgotos	Electricidade	Casa-de--banho
58 056	11 794	6 559	7 932	6 334	4 936	6 366	2 792

Fonte: *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol IV, nº 14 (1966)

O Quadro III.5 permite confirmar que:

-cerca de 20% de famílias viviam em casa arrendada;

-14.491 pessoas viviam em casas com um número de divisões insuficiente;

-só 11,3% dos fogos tinham água; 0,09% esgotos; 11,35% electricidade e 0,05% casa-de-banho;

-nas aldeias, cerca de 70% das casas para residência, primitivas e sem condições de higiene e de habitabilidade, localizavam-se em frente de ruas nauseabundas.

Entre 1928 e 1962, notou-se um desenvolvimento muito lento. As condições mínimas que qualquer aldeia precisava de reunir, para nela se poder viver, eram: uma estrada, água potável em quantidade suficiente, canalizada, uma escola e uma igreja limpas e asseadas. Mas as aldeias

[239] Paris tinha 35 bairros de lata, Lisboa possuía, em 1961, cerca de 5.700 barracas, onde se alojavam 20.000 pessoas, mais gente do que a população dos concelhos de Mogadouro ou de Miranda do Douro e no distrito de Bragança abundava uma "caricatura de habitação", formada por 4 paredes de xisto, argamassado a barro, tendo por tecto as telhas. In REIS, R., Op. cit., (2/5/65), p. 1.

tinham outras necessidades: electricidade, telefone, regularização do pavimento das ruas, rede de esgotos e melhoria das habitações.

As ruas de muitas localidades da região transmontana, em 1960, ainda eram «pântanos no Verão e caudalosos ribeiros no Inverno», o abastecimento de água ainda era efectuado em fontes chafurdas, o saneamento quase se desconhecia, o calcetamento não existia e a luz eléctrica era uma miragem[240].

Estes problemas, que afectavam o meio rural, originaram a debandada das pessoas, de quase todas as aldeias da região transmontana, provocando o despovoamento e a ausência de braços válidos para os trabalhos agrícolas.

Os pobres aguardavam que estes problemas fossem resolvidos pela acção do governo central e da administração local.

As aldeias que não resolvessem muitos destes problemas, para neles se viver uma vida normal, criavam nas pessoas uma razão para partir «para os grandes centros, para França, para o Brasil e para África», ficando apenas os que não o podiam fazer, «ou por falta de meios ou de saúde ou de condições de outra ordem»[241] (Capítulo VII).

Em 1963, quase que a 4ª parte da população do concelho de Mirandela procurou na emigração, interna e externa, um melhor nível de vida, porque não foram satisfeitas as suas necessidades primárias e continuaram a viver de uma economia de subsistência. E, apesar de haver trabalho em quantidade, este era deficientemente pago (Capítulo VII).

A Câmara Municipal de Mirandela, de 1959 a 1965, levou a cabo uma vasta obra de: abastecimento de água a 11 localidades, calcetamentos parciais ou totais em 9, telefones em 7, cemitérios em 3, edifícios escolares em 19, electrificação em 26 e construção de 24, 6 km de estradas em 11 povoações[242].

Em 1965, começou a construção de um bairro de 15 casas para trabalhadores, em Alvites[243] e aguardava-se, no Romeu, a renovação desta aldeia, em termos de «beneficiações e de construções»[244], tendo sido já contempladas Vale de Couço (1960) e Vila Verdinho (1963) (Capítulo III, ponto 5.2.2, p. 197 e ss.).

---

[240] REIS, Rogério - Bem-estar rural. *NM.* Mirandela. (6/3/60), p. 3.
[241] GONÇALVES, Op. cit., (3/2/63), p. 3.
[242] REIS, Rogério - Render da guarda. *NM.* Mirandela. (21/2/65), p. 1. De 1959 a 1965, a Câmara Municipal de Mirandela foi administrada pelo Dr. Eduardo Bartilotti (presidente) e por António Castro (vice-presidente).
[243] A Casa do Povo de Alvites contraiu um empréstimo de 448 mil escudos, da Caixa de Previdência de Bragança, para a construção de habitações a 12 sócios beneficiários, ao abrigo da Lei 2.092. O empréstimo serviria para que os contemplados deixassem os «barracões em que vivem, para irem habitar casas modestas, é certo, mas confortáveis e higiénicas». O terreno indispensável à construção e à viabilização do projecto tinha sido vendido, «por um preço simbólico», por «D. Maria Adriana Isabel Botelho Bacelar, que inteiramente se consagra ao bem comum». In Fomento habitacional. *NORDESTE*, Op. cit., nº 18 (Abr. 1967), p. 18.
[244] Casas para trabalhadores. *NM.* Mirandela. (26/12/65), p. 6.

Em 1969, Trás-os-Montes, o distrito de Bragança e o concelho de Mirandela (zona rural), tinham conhecido a ajuda das habitações erguidas pela previdência, através de empréstimos e subsídios: havia bairros em Alvites e Torre de D.Chama, construídos pela previdência, devido à persistência dos dirigentes das suas Casas do Povo; havia também o exemplo da obra das aldeias transmontanas melhoradas, na área do Romeu. Mas, na sede de concelho, não obstante a crise habitacional ser tão grave, no concernente a casas de renda média, tal acção não se fizera sentir[245].

[245] VILARES, Santos - O problema habitacional ou a crise na abundância. *NM.* Mirandela. (9/11/69), p. 4.

5 - A resolução de alguns problemas sociais

5.1 - A obra social e assistencial

Regalias sociais

Em 1963, os empregos do Estado, que até ali tinham sido cobiçados «pela convicção de serem mais estáveis e motivo de justas regalias»[246], deixaram de o ser.

A gradual industrialização do país fez surgir novos conceitos sobre a dignidade do trabalho e sobre a segurança social. Passou a defender-se que não poderia haver desenvolvimento, sem que fosse dado aos trabalhadores o mínimo de segurança, em relação ao futuro, e sem o real aumento do seu nível de vida.

O Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado em 1933, levara o país a enveredar pela política de valorização do trabalho e pela sua efectiva protecção.

Apesar deste programa ter sido retardado, devido à Guerra Civil Espanhola e à 2ª Grande Guerra, foi possível a concretização, em 1963, em termos de política social, das seguintes realizações:

> «estabelecimento de salários mínimos e contractos colectivos; horários de trabalho; descanso semanal obrigatório; férias remuneradas; acautelamento da actividade de menores e de mulheres; protecção séria, perante os acidentes de trabalho; eliminação das greves; criação de tribunais de trabalho; construção de casas económicas, em larga escala, e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, como organismo destinado a acompanhar e a servir todos os que actuam por conta de outrem»[247].

Foram criadas, ainda, as seguintes instituições: as Caixas de Previdência, as Casas do Povo e de Pescadores, os Grémios e os Sindicatos, os organismos[248] de coordenação económica, as Corporações e a Câmara Corporativa.

Os trabalhadores e suas famílias tinham conseguido obter, como regalias sociais:

> «o Fundo de Desemprego, o abono de família, e as várias modalidades de protecção dispensada, através da vasta rede de previdência, a saber: na doença, além do subsídio pecuniário, a assistência médica, medicamentosa; hospitalar e cirúrgica; as pensões por invalidez, velhice, reforma ou morte; a centralização dos seguros, diferidos numa única caixa: Caixa Nacional de Pensões; a descentralização dos seguros imediatos em caixas regionais; a criação do seguro tuberculoso e do

---

[246] REIS, Rogério - Protecção ao trabalho. *NM.* Mirandela. (15/12/63), p. 1.

[247] REIS, R., Op. cit., (15/12/63), p. 1.

[248] «Segundo as estatísticas, havia no país em 31/12/60 os seguintes organismos [do Estado], excluindo os de coordenação económica e o poderoso Fundo do Desemprego: 323 sindicatos nacionais; 568 Casas do Povo; 531 Grémios; 16 Caixas Regionais de abono de família; 20 Caixas Sindicais de Previdência; 49 Caixas de Reforma ou de Previdência; 199 Associações de Socorros Mútuos: isto além de instituições tendentes a beneficiar os servidores do Estado. O poder financeiro da vasta rede de organismos que enumerámos era expresso pelo montante de receitas, que naquela data, ultrapassava os 3 milhões de contos e pela soma de despesas que então excedia os 2 milhões, dos quais uma boa parte absorvida com encargos administrativos». In REIS, Rogério - Trabalho e Previdência. *NM.* Mirandela. (29/4/62), p. 1.

seguro de maternidade; a redução do período de espera de 6 para 3 dias e o alargamento do subsídio de doença de 270 dias, para 4 anos; a valorização de subsídios, incluindo a criação do de funerais»[249].

O esquema em que assentava a protecção dos trabalhadores, qualquer que fosse a sua ocupação, ficava completo com outras concretizações: o plano de formação social e corporativa, e suas actividades complementares; a campanha nacional de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e a segurança do trabalho na construção civil[250].

Este esquema de segurança social, apesar de alargado para além dos servidores do Estado, ainda não contemplava, em 1963, os trabalhadores do sector agrícola.

Em 1966, o Ministério das Corporações e Previdência Social, que até então se tinha preocupado com a defesa do agregado social e com a formação da juventude, estendeu a sua acção à assistência materno-infantil[251].

As beneficiárias e esposas de beneficiários da previdência já dispunham de assistência no campo médico e medicamentoso.

A portaria nº 21.906 possibilitou a criação e manutenção de serviços e obras de interesse social: infantários, jardins infantis e estabelecimentos análogos, destinados à protecção dos filhos dos trabalhadores, beneficiários das caixas sindicais de previdência e abono de família, recorrendo aos seus fundos e assistindo-os, fundamentalmente, nos primeiros anos de vida[252].

Porém, os trabalhadores rurais, que começavam a verificar «as vantagens da organização corporativa e cooperativa agrícola», ficavam à margem das regalias definidas naquele diploma. Com os benefícios já dispensados pelas Casas do Povo, com a concessão do abono de família, e desde que lhes fossem asseguradas algumas vantagens, já aplicadas noutras actividades profissionais, os trabalhadores do campo e suas famílias ficariam mais fortalecidos e seguros e poderiam «aspirar a uma cuidada educação, ver aperfeiçoados os seus conhecimentos e reduzidas as dificuldades...»[253]

Em 1967, a única classe social que, em Portugal, não usufruía ainda dos benefícios de previdência era a classe agrícola.

Todas as restantes, ao abrigo das Caixas de Previdência, dispunham já de apreciáveis regalias: «subsídios em dinheiro, regularmente distribuídos, e assistência eficaz em diversas circunstâncias da vida (auxílio na doença, médica e medicamentosa, internamento gratuito nos

[249] REIS, R., Op., cit., (15/12/63), pp. 1 e 4.
[250] REIS, R., Op. cit., (15/12/63), p. 4.
[251] RURAL - Rumo à melhoria do nível de vida do trabalhador rural. *NM.* Mirandela. (26/6/66), p. 8.
[252] RURAL, Op. cit., (26/6/66), p. 8.
[253] Se o jornaleiro agrícola recebesse assistência materno-infantil, consagrada na portaria nº 21.906, uma vez que era «entre os trabalhadores o mais débil na sua economia, o menos desenvolvido socialmente e (...) o menos protegido, às vezes agravado com o peso do desemprego e subemprego, a que está exposto, principalmente nas zonas como a nossa, em que a propriedade está bastante dividida», seria levado «a trabalhar com mais confiança e, consequentemente, a elevar a sua atmosfera familiar». In RURAL, Op. cit., (26/6/66), p. 8.

hospitais; subsídios, por ocasião do nascimento de filhos e por morte, reforma na invalidez e velhice)»[254].

Os trabalhadores agrícolas, ao sentirem-se desprotegidos, mais tentados se viam em abandonar a terra que não lhes assegurava a subsistência, nem tinham a garantia de qualquer defesa no presente e no futuro[255].

A partir de 1 de Setembro de 1969, todos os trabalhadores rurais que viviam em áreas abrangidas pelas Casas do Povo passaram a ter direito a abono de família, graças ao decreto n.º49.216, de 30 de Agosto de 1969, se tivessem requerido o benefício e se constassem das folhas de trabalho, entregues pelas respectivas entidades patronais (Quadro III.6, p. 188).

Este decreto abrangia[256]:

-todos os trabalhadores maiores de 18 anos, ou menores de 18 anos, quando chefes de família, desde que prestassem serviço por conta de outrem na agricultura, silvicultura e pecuária. Tinham direito a abono de família pelos seus descendentes ou equiparados, que tivessem a seu cargo e sob a sua autoridade, desde que estes não exercessem profissão remunerada ou residissem em território estrangeiro;

-os descendentes que tivessem completado 14 anos, só conferiam direito ao abono até aos 16, 18, 21 ou 24 anos, respectivamente, se estivessem matriculados em escolas de reeducação para portadores de deficiência, em cursos secundário, médio ou superior ou equiparado, com a correspondente frequência escolar, e sem limite de idade se sofressem de incapacidade total para o trabalho;

-diversos casos ou situações que garantiam o direito ao abono de família, a favor dos descendentes, por ex.: nos casos de impedimento para o trabalho, por motivo de incapacidade temporária, por acidente de trabalho ou doença profissional; durante o tempo do cumprimento do serviço militar, no caso do beneficiário falecer no gozo dos seus direitos, etc...

O quantitativo concedido era de 100$00 por descendente ou equiparado, em relação a cada mês, em que ao trabalhador fossem contados 20 ou mais dias de trabalho. Reduzindo-se, nos demais casos, a 50$00, desde que o número de dias, relativo ao mês a que respeitava o abono, não fosse inferior a 8 ou 40, nos 3 meses anteriores[257].

Os trabalhadores rurais mostraram grande adesão a este benefício e os proprietários das terras, conscientes dos seus deveres sociais e da finalidade do abono, aceitaram e aderiram de forma «pronta e rápida»[258].

---

[254] BRANDÃO, António de Almeida - Necessidade urgente de alargar aos trabalhadores rurais os benefícios da previdência. *NM*. Mirandela. (19/11/67), p. 6 (transcrito de O jornal de Felgueiras, de 4/11/67).
[255] BRANDÃO, Op. cit., (19/11/67), p. 6.
[256] Os rurais já têm abono de família. *NM*. Mirandela. (9/11/69), p. 1.
[257] Os rurais já têm...Op. cit., (9/11/69), p. 1.
[258] Abono das famílias...Op. cit., (30/11/69), p. 2.

Dada a importância que constituiu tal ajuda, para as populações do meio rural, nomeadamente para os distritos de Vila Real e de Bragança, será importante verificar o número de trabalhadores que abrangeu, em Novembro de 1969:

Quadro III.6

O abono de família nos distritos de Vila Real e Bragança

Abono de família aos trabalhadores rurais				
Caixa de Previdência de	**Data de pagamento**	**Nº de Trabalhadores (nas folhas de trabalho)**	**Nº de abonos (filho até 14 anos)**	**Onde era pago o abono**
Distrito de Vila Real [259]	-A partir de 21/11/69 -relativo a Setembro 1969	4.000		Nas sedes das Casas do Povo
Distrito de Bragança	-A partir de 25/11/69 -relativo a Outubro de 1969	-trabalhadores: cerca de 5.000 -patrões: 1.360 -população associada: cerca de 60.000 pessoas: -8.710, sócios efectivos; -6.450 contribuintes; -e os restantes, familiares daqueles sócios.	-Cerca de 45.000 -verba dispendida: cerca de 400.000$00	Nas sedes das 40 Casas do Povo, espalhadas pela região (mais de 80 freguesias e lugares)

Fonte: Regime especial de abono de família aos rurais. *NM.* Mirandela. (9/11/69), p. 2 (Vila Real) e Abono das famílias aos trabalhadores rurais. *NM.* Mirandela. (30/11/69), p. 2 (Bragança).

As populações que ficavam «fora das áreas de protecção das Casas do Povo, a chamada "zona branca", constituída por mais de 200 freguesias e por uma população superior a 150 mil pessoas», tomaram todas as diligências, através das autoridades administrativas e dos líderes locais, para que lhes fosse concedida essa regalia social, quer através da criação de Casas do Povo, quer do alargamento do raio de acção das já existentes[260].

Em 1969, as Casas do Povo foram reorganizadas e com a implementação do sistema de previdência (Anexo 26, Vol. II, p. 50) aos trabalhadores rurais, estes ganharam outro ânimo.

O alargamento do seguro social aos trabalhadores rurais trouxe, também, dificuldades e problemas a quantos tinham necessidade de recorrer à mão-de-obra externa para executar os trabalhos das suas explorações. Alguns patrões preocupavam-se com mais este encargo, que não sabiam ainda bem como suportar, enquanto outros ficavam abismados com a fuga de braços válidos, para zonas abrangidas pelas Casas do Povo[261].

[259] «Regime especial de abonos de família aos rurais, instituídos pela lei nº 2.144 de 29 de Maio de 69, e decreto nº49.216 de 30 de Agosto de 1969». In Regime especial...Op. cit., (9/11/69), p. 2.
[260] Abono das famílias...Op. cit., (30/11/69), p. 2.
[261] SARMENTO, A. Figueiredo - A habitação como meio de valorização do seguro social. *NM.* Mirandela. (31/12/69), p. 1.

O abono de família completou o conhecido esquema mínimo que as Casas do Povo já praticavam[262].

Em 1969, foi inaugurada a Delegação Clínica de Mirandela, da Caixa de Previdência de Bragança, tendo o seu director, o Dr. Francisco Calejo Pires, pedido que fosse construído «um edifício próprio, onde fossem instalados os serviços clínicos e os restantes da Caixa do Distrito de Bragança»[263].

Esse novo edifício permitiria corresponder ao aumento da prestação de serviços, com o alargamento da assistência médica aos trabalhadores rurais e com o pagamento aos mesmos do abono de família.

As missões da Acção Social

As missões da Acção Social, previstas na alínea a) da base X, da lei nº 2 085 de 17/6/1956, instituídas por despacho ministerial de 16/6/58, tinham como objectivo fundamental «fomentar e desenvolver o espírito corporativo e de cooperação social, embora com delimitação territorial, tanto quanto possível por distritos»[264].

Estas missões, cuja função era unir e aproximar os vários serviços e instituições, tinham um carácter itinerante e serviam para «esclarecimento», «orientação e missionação dos trabalhadores, em cessões e colóquios de apreciação e resolução de reclamações e no andamento de processos para empréstimos, ao abrigo da lei nº 2.092»: aspecto formativo e doutrinador [265].

De 1961 a 65, começaram a surgir alguns efeitos benéficos dos seus resultados, em matéria social e corporativa, passando a haver uma melhor aceitação, por parte de todos os trabalhadores e das entidades ligadas ao trabalho.

Em 1965, foi reduzido o número de empresas e de indivíduos por elas abrangidos, no panorama geral do país, e foi limitadíssimo o número de missões de acção social para: a mulher trabalhadora, a silicose e a previdência. As acções sobre habitação económica foram aquelas que maior interesse vieram a suscitar[266].

Tornava-se necessário, a partir desta data, estendê-las ao meio rural e como Mirandela possuía «diversas e importantes empresas (o CAICA e os serviços da CUF e da CP), grémios, sindicatos, Casas do Povo, estabelecimentos de ensino e agremiações (morais, culturais,

[262] O esquema mínimo prestado pelas Casas do Povo: «A assistência médica e medicamentosa, subsídios na maternidade, invalidez e falecimento do chefe de família». In SARMENTO, Op. cit., (31/12/69), p. 6.
[263] Inauguração da delegação clínica de Mirandela da Caixa de Previdência de Bragança. *NM.* Mirandela. (16/11/69), p. 6.
[264] A missão da Acção Social em Trás-os-Montes. *NM.* Mirandela. (9/5/65), p. 1.
[265] A missão...Op. cit., (9/5/65), p. 1.
[266] A missão...Op. cit., (9/5/65), p. 1.

recreativas e desportivas)» e ocupava uma área central em Trás-os-Montes, as populações locais esperavam pela actuação de uma dessas missões[267].

A acção da Caritas na região

A acção da Caritas impôs-se como um movimento integrado nos objectivos sociais da igreja, definidos na Encíclica de Paulo VI, *Populorum progretio*.

No documento «Política de acção», editado em Outubro de 1967, acentuava-se que «a Caritas, por natureza e por exigência estatutária, é um instrumento de caridade na igreja»[268].

Mas logo o documento acrescentava:

> «a noção de caridade (...) exige que se dê uma resposta integra ao apelo que nos é feito na pessoa do nosso semelhante, até que ele se possa valer por si próprio. Por isso, a caridade terá de ser a fórmula fundamental de toda a vida social. Neste sentido, ao modificarem-se as formas de relação entre os homens, modificar-se-ão também as expressões dessa mesma caridade. O homem de hoje está consciente das necessidades que outrora não surgiam de forma tão evidente à sua percepção: a necessidade de ser reconhecido como pessoa; a de que lhe seja dada igualdade de oportunidades, em relação ao seu semelhante; etc. Ao conjunto de acções necessárias para proporcionar ao homem o que ele exige, nesta etapa do seu amadurecimento, pode chamar-se desenvolvimento integral»[269].

A Caritas inseria a sua acção na doutrina expressa pelo Concílio, no decreto do apostolado dos leigos, ao observar: «satisfaçam-se, antes de mais, as exigências da justiça; nem se ofereça como dom de caridade, aquilo que já é devido a título de justiça»[270]. Este princípio passou a ser, essencialmente, seguido pela Caritas e posto em execução.

Desde a sua fundação no nosso país, a Caritas portuguesa realizou uma notável acção de assistência directa, tendo a seu cargo a distribuição de géneros e roupas, enviados para a Europa pelo American Catholic Relief Services[271].

A distribuição de ajuda aos mais necessitados, nos concelhos de Carrazeda de Ansiães e de Mirandela, esteve a cargo dos párocos, porque conheciam as populações e porque foram eles os encarregados de acudir às populações:

> «Mas nessa altura, o leite pouca gente gostava dele. O queijo sim, muita gente gostava dele e era bastante bom e nós ainda o fornecemos aqui [Carrazeda de Ansiães]. Eram os padres que o distribuíam, pois eram eles que conheciam as pessoas com mais necessidades. E mandavam roupa e etc... E, nesse tempo, a gente aceitava a ração que se lhes dava. Mas juntavam-se para cada um receber a sua»[272].

---

[267] Esperavam uma dessas missões, principalmente «sobre habitação económica, nesta vila». In A missão...Op. cit., (9/5/65), p. 1.
[268] A acção da Caritas atinge meio milhão de pessoas. *NM.* Mirandela. (24/3/68), p. 8.
[269] Cit. por: A acção da Caritas...Op. cit., (24/3/68), p. 8.
[270] Cit. por: A acção da Caritas...Op. cit., (24/3/68), p. 8.
[271] A acção da Caritas...Op. cit., (24/3/68), p. 8.
[272] Entrevista nº 4, Coleja: 2004.

De 1956 a 1967, a Caritas auxiliou meio milhão de pessoas, distribuindo 1.800.000 contos em alimentos e roupas. Nas inundações de 25 de Novembro de 1967, em Lisboa e arredores, foram entregues, através da Caritas: 55.000 kg de alimentos, 60 kg de roupas e 5.000 kg de medicamentos[273].

Em 1968, recebiam apoio e auxílio: «1.186 paróquias, 458 cantinas escolares e 737 instituições»[274]. Contudo, esta assistência material aos necessitados, constituía um objectivo secundário e eventual da acção da Caritas, pois que, à luz da doutrina social da igreja, a acção caritativa ultrapassava a simples entrega de roupas, géneros ou medicamentos.

A Caritas devia preocupar-se, fundamentalmente, com a organização e orientação de meios necessários à realização de uma caridade eficaz, apoiada nas técnicas sociais e visando, essencialmente, a promoção do homem. Para conseguir este objectivo, era necessário pessoal técnico especializado, bem como a formação das pessoas que colaboravam na acção social paroquial[275].

[273] A acção da Caritas...Op. cit., (24/3/68), p. 8.
[274] A acção da Caritas...Op. cit., (24/3/68), p. 8.
[275] A acção da Caritas...Op. cit., (24/3/68), p. 8.

5.2 - Os melhoramentos nas aldeias: a valorização rural

5.2.1 - Alguns melhoramentos a nível regional

A região transmontana, esquecida e atrasada durante muitos anos, teve, a partir de 1957, uma implicação maior: por parte do governo português (Anexos 18, 19, 20, Vol. II, pp. 38 a 42), do Presidente da República (Anexos 21, 22 e 30, Vol.II, pp. 43, 44 e 56), do Presidente de Conselho (Anexo 23, Vol. II, p. 45), de transmontanos que ocuparam postos no governo civil e no governo central, das Câmaras Municipais e das entidades particulares. O objectivo principal era acabar com "o estado de inanição"[276] das populações e da região, tentar resolver muitas das suas carências e fixar as pessoas à terra. Neste aspecto, passou a haver um certo entendimento entre o Estado e a região, entre o Estado e os particulares (Capítulos II e III).

O jornal NM divulgou as memórias das visitas das entidades estatais à região e o seu interesse pelo seu "desenvolvimento".

O Estado esteve envolvido em projectos de melhoramentos da região, quer através da execução de grandes obras (barragens, Complexo Agro-industrial do Cachão, estudo da navegabilidade do Douro, exploração do ferro de Moncorvo, projectos de modernização agrícola em todo o distrito...), da melhoria das suas comunicações (caminhos, estradas, pontes, vias-férreas...), da melhoria das casas rurais (aldeias trasmontanas melhoradas, Comissão do Nordeste...), da resolução dos problemas ligados à agricultura, da melhoria da qualidade de vida das populações, do lançamento da segurança social, do equipamento das aldeias (luz eléctrica, saneamento, água canalizada...) e do apoio ao turismo.

Os jornais "Mensageiro de Bragança", "O Correio de Mirandela", "NM" e "Além-Douro", entre outros, fizeram a cobertura de muitos desses acontecimentos, tendo registado os vários melhoramentos, muitos deles integrados nos planos de fomento (Anexo 17, Vol. II, p. 34).

O distrito tinha 233.441 habitantes, 296 freguesias e 648 povoações, pelo que era urgente resolver o problema do estado da viação rural, pois condicionava e comandava o aproveitamento económico do distrito de Bragança, em toda a sua vasta área[277].

Em 1966, os benefícios territoriais distribuídos pelo distrito, integrados no ciclo comemorativo, serviram para suprir a falta de água e saneamento, electricidade, caminhos e estradas, lavadouros públicos, Casas do Povo, escolas e beneficiação de povoações rurais. O concelho de Carrazeda de Ansiães foi também beneficiado:

---

[276] (Aldeias transmontanas melhoradas) A freguesia do Romeu e a valorização regional. *NM*. Mirandela. (22/5/66), p. 6.
[277] REIS, R., Op. cit., (6/11/66), p. 6.

Quadro III.7

Ciclo Comemorativo: benefícios territoriais no distrito de Bragança

Benefícios		Tesouro (contos)	Fundo do desemprego (contos)	Câmaras (contos)	Total (contos)
Águas e saneamento	População rural	6 367,1	3 242, 4	2 434, 3	12 043, 8
	População urbana	90	2 420,5	1 883, 5	4 394
Viação rurais		16 347,3	812	4 607,7	21 767
Rede rodoviária		—	—	—	21 760
Electrificação rural		2 216	—	1 895	4 111
Beneficiação de povoações rurais		65	5 074	4 907,9	10 046,9
Bonificação de fontes públicas		—	1 657, 25	535,05	2 192,3
Outros melhoramentos	Construção de 7 lavadouros públicos	—	209	68	277
	Casa do Povo de Carrazeda de Ansiães	—	210,4	315,6	526
	Liceu de Bragança	—	—	—	11 500

Fonte: REIS, Rogério - 40º aniversário da revolução nacional e o distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (4/9/66). p. 2

O concelho de Mirandela recebeu, durante o ano de 1966, ao abrigo do mesmo plano, 6.839,3 contos, que tiveram a seguinte aplicação:

Quadro III.8

Ciclo Comemorativo: benefícios territoriais no concelho de Mirandela

	Tesouro (contos)	Fundo do desemprego (contos)	Câmara (contos)
Ensino Primário	—	105,00	150,00
Abastecimento de água	666,25	743,25	459,50
Beneficiação de fontes públicas	—	359,15	106,35
Estradas e caminhos municipais	889,40	—	253,60
Electrificação	403, 00	—	644,00
Pavimentações dispersas	—	647,00	538,80
Arranjo à volta dos Paços do Concelho	—	344,00	530,00
Total	1 958,65	2 198,40	2 682,25

Fonte: REIS, Rogério - O plano comemorativo no concelho de Mirandela. *NM.* Mirandela. (2/10/66), p. 6

Os investimentos, no concelho de Mirandela, destinaram-se a concretizar as seguintes realizações[278]:

-Educação: 1 edifício com 2 salas de aula, em Mirandela, e a adaptação dos antigos Paços do Concelho, para neles funcionar uma secção da Escola Técnica; 1 Escola Primária em **Frechas**[279];

-abastecimento de água ou melhoria do seu fornecimento, às freguesias de: Abreiro, Navalho, Torre de D.Chama, Avidagos, Mirandela, Passos e **Romeu**;

[278] REIS, R., Op. cit., (2/10/66), p. 6.
[279] FERNANDES, Op. cit., p. 149.

-fontes públicas em: Assoreira, Vale de Lagoa, Caravelas, Freixedinha, Vila Verde, Aguieiras, Cedães e Fradizela;

-no domínio rodoviário (estradas ou caminhos municipais): Abreiro, Carvalhais, Lamas de Orelhão, Mirandela (CM 1.084) e Vale de Gouvinhas;

-a electrificação de Freixeda e de Fradizela; a ampliação e remodelação da rede eléctrica da zona de Golfeiras;

-a pavimentação das povoações rurais[280]: Abambres, Avantos, Longra, Ferradosa, Cabanelas, Rego de Vide, **Romeu**, Franco, **Frechas**, Feixeda, S.Pedro de Vale do Conde, Mascarenhas, Pereira, S.Pedro Velho, S.Salvador, Vale de Asnes, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas e Vila Boa.

A freguesia do Romeu foi um exemplo de uma obra integrada no plano de valorização regional, numa região onde havia muita miséria, e da colaboração de um particular, Manuel Menéres, com o Estado[281].

A organização sócio-económica do Romeu, Coleja e do Cachão, até aos anos 60, assentava as suas bases em torno de um conjunto de actividades ligadas à agricultura. A terra cultivável estava, na sua maioria, na posse de proprietários e de lavradores abastados.

O Estatuto do Trabalho Nacional, de 1933, e outras leis e regulamentos posteriores, defenderam uma organização corporativa, não só para o sector industrial, mas também para os empresários agrícolas.

A alta burguesia, que por volta de 1950 representava 0,5% da população[282] do país, foi protegida e acarinhada pelo regime. Este envolvimento tornou-se extensivo à região transmontana, onde os privilégios deste grupo social ficaram, como no resto do país, assegurados e fortalecidos, através de um conjunto de medidas que caracterizaram a política rural e económica, seguida pelo Estado Novo:

- o preço do trigo, e de outros cereais, foi estabelecido artificialmente, o que tornou lucrativo o seu cultivo, em grandes quantidades;
- as reivindicações das populações rurais foram refreadas, graças a algumas concessões habilidosas, tais como: as Casas do Povo e o alargamento da assistência social;

---

[280] «O Fundo de Desemprego contribuiu com a verba de 647 contos e a Câmara Municipal de Mirandela com 583,8 contos, a que correspondeu, respectivamente a média de 34 e 30,7 contos, por aglomerado populacional. É certo que aqui ou além se terão calcetado escassas centenas de metros, o que não impedirá que muitas freguesias continuem a ser pântanos no Inverno». In REIS, R., Op. cit., (2/10/66), p. 6.

[281](Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. ct., (22/5/66), p. 6 e O Restaurante Maria Rita: um caso à parte. *NM.* Mirandela. (5/6/66), p. 6.

[282] MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. III, p. 493.

▪ o seguimento de uma política de jornas muito baixas, que se modificaram com muita lentidão;

▪ a recusa da reforma agrária, apesar de ter sido feita a reconversão dos baldios e a colonização interna;

▪ o lançamento de impostos pouco elevados e de carácter proporcional;

▪ o apoio prestado à agricultura e ao carácter "paternalista" do grande proprietário[283], o que se integrou, dentro de um cenário de um país essencialmente agrícola.

A organização corporativa do meio rural ficou assente em instituições que agrupavam quantos nele viviam e as Casas do Povo obedeceram a esse propósito. Algumas delas ensaiaram actividades de previdência e de assistência e, como em 1968, os trabalhadores rurais estavam em desfavor, em relação aos trabalhadores do comércio e da indústria, Marcello Caetano concedeu-lhes, como já referimos, o abono de família e os esquemas da previdência social e da assistência complementar na doença, na velhice, na invalidez[284], tendo as Casas do Povo, nessa altura, passado por uma reestruturação[285].

Nos anos 60, a situação dos trabalhadores rurais melhorou, porque a emigração tinha feito diminuir a oferta de mão-de-obra, o que obrigou a um aumento das suas jornas.

O sistema corporativo vigorou nas três aldeias deste estudo como organização económico-social e política que assentou as suas práticas nas corporações, essencialmente nas económicas e morais. Os interesses dos patrões e dos empregados estiveram harmonizados, com vista a um interesse comum e, de acordo com tais pressupostos, não se registou a luta de classes.

As aldeias receberam o contributo de algumas dessas pessoas, de algumas individualidades que viabilizaram projectos e contribuíram para a execução de obras de melhoramentos em Mirandela e seu concelho e foi-lhes atribuído o título de "Cidadão honorário de Mirandela": Eng.º José Frederico Ulrich[286], Dr.Trigo de Negreiros, Eng.º Arantes e Oliveira e Prof. Dr. João de Matos Antunes Varela[287].

O Cachão, obra corporativa, beneficiou da acção do Eng.º Camilo de Mendonça, ao ter lançado uma obra de apoio social aos trabalhadores que se fixaram na aldeia: garantiu-lhes trabalho, formação profissional, habitação, posto médico, escolas, fábricas, infra-estruturas (água

---

[283] Muitos camponeses se ligaram «às classes dominantes [...] no sentido da preservação ou reforço dos privilégios destas e, em última análise, do *status quo*». In PINTO, Op. cit., p. 82.

[284] ÉMETÈ - Ainda sobre previdência rural. *NM.* Mirandela. (29/12/68), p. 6.

[285] As Casas do Povo deviam: contribuir para a resolução de problemas da sociedade rural; moldar-se à zona que serviam; organizar palestras e colóquios; formar dirigentes capazes. In ÉMETÈ - Ainda sobre...Op. cit., (29/12/68), p. 6.

[286] No Romeu: inauguração da luz eléctrica. *NM.* Mirandela. (23/6/57), p. 3. O jornal NM refere que o Eng.º José Frederico Ulrich era cidadão honorário de Mirandela.

[287] A Câmara Municipal de Mirandela concedeu o título de cidadão honorário de Mirandela ao Ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo de Arantes e Oliveira, e ao Ministro da Justiça, Dr. João de Matos Antunes Varela, no dia da inauguração do Palácio da Justiça. In Jornada de progresso. Op. cit., (15/3/64), p. 3.

canalizada, saneamento...), valorização cultural e ajudou na criação de um corpo social/colectivo de aldeia (festas, cantina, CAT, cooperativa de consumo).

A região beneficiou, igualmente, da intervenção do Eng.º Camilo de Mendonça, em dois momentos diferentes: antes de dirigir o complexo agro-industrial, em que a defendeu, quer na Assembleia Nacional, como deputado por Bragança, quer no exercício do cargo de presidente da FGLNT; quando assumiu a direcção do complexo, ao tentar valorizar a região, através do lançamento de projectos, que: modernizaram as explorações agro-pecuárias (irrigação, tosquia mecânica, maquinaria, estábulos), contribuíram para o escoamento da produção agro-pecuária dos agricultores; asseguraram a qualidade da produção e a lançaram no mercado nacional e internacional (Capítulo IV).

Na Coleja, as pessoas ilustres foram, entre outras, o Dr. Trigo de Negreiros, o Dr. Cabral, e o coronel Múrias. A maior parte dos melhoramentos da aldeia foi obra da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, provavelmente com um certo envolvimento, em termos de beneficência, do primeiro dessas personalidades[288].

O Romeu teve um cenário de entendimento que girou em torno dos pequenos agricultores (a força laboral) e os lavradores e os lavradores abastados (a entidade patronal). O exemplo mais claro, que faz realçar a empatia existente entre os trabalhadores e os patrões ficou demonstrada pelo papel que os gerentes da Casa Menéres aplicaram nesta Casa Agrícola.

Os trabalhadores eram estimados e a obra realizada por Manuel Menéres, com o contributo maioritário de capitais particulares, baseou-se em princípios defendidos pelas corporações. Chegou a receber algumas comparticipações do Estado e houve um bom entendimento[289] entre os dois lados: o governo e casa Menéres.

Manuel Menéres foi presidente dos melhoramentos rurais, levados a cabo nas Aldeias Transmontanas Melhoradas, em Vale de Couço, Vila Verdinho e Romeu. A Casa do Povo do Romeu de 1937 foi substituída por uma nova, em 1958, como elemento primário das corporações. Os melhoramentos das aldeias (arruamentos, habitações, mobílias, electrificação, recolha do lixo, vias de comunicação, fontanários públicos...) e toda uma obra que estava a cargo das corporações morais, destinadas a dar assistência, beneficência e caridade (a creche, a cantina...), também se inseriam na óptica corporativa.

---

[288] Entrevista nº 1, Coleja: 2004 e Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[289] Em dois edifícios pertencentes à família Menéres estão reproduzidos valores simbólicos do Estado Novo, o que comprova a defesa do seu ideário e uma ligação ao regime: 1) na parede frontal da Casa do Povo velha do Romeu, do lado direito: «QUEREMOS DEUS, PÁTRIA E LAR» e, do lado esquerdo: «ORDEM, TRABALHO, PAZ E ALEGRIA»; 2) por cima da porta de entrada da Escola Clemente Menéres (Escola do 1º ciclo do Romeu): «AQUI APRENDE- SE A SER ÚTIL À PÁTRIA». In VISEU, Albano Augusto Veiga - *As Memórias do Estado Novo no espaço rural: estudo antropológico de um tempo histórico, na freguesia do Romeu.* Universidade de Compostela (dissertação de Master de Antropologia Social e Cultural), 2003, p. 47.

5.2.2 – A valorização rural e os melhoramentos nas aldeias

A valorização rural e os melhoramentos nas aldeias transmontanas melhoradas

As pessoas da aldeia do Romeu e das aldeias vizinhas viviam em casas insalubres, muitas vezes com tectos de colmo, sem água canalizada, nem energia eléctrica, nem casa-de-banho, nem esgotos[290], e os animais viviam paredes-meias com o homem[291].

As possibilidades das pessoas eram mínimas, devido aos poucos recursos que tinham e aos fracos salários que ganhavam, pelo que tais beneficiações dependiam unicamente de auxílios de particulares, interessados em alterar esta situação.

A acção de Manuel Menéres, na área do Romeu, abrangeu uma vasta obra, um projecto de melhoramentos das aldeias, complementando a função do estado central que lhe deu algumas ajudas, «porque ele trabalhava o assunto, recebia bem, tinha gosto, tinha possibilidades e tornava-se um homem da situação. Era independente, mas foi beneficiado pelo Eng.º Arantes e Oliveira, amigo do Dr. Trigo de Negreiros, e pelo Eng.º Vasco Leónidas, presidente da JCI»[292].

A ajuda aos trabalhadores rurais, por parte de alguns grandes proprietários, para além do carácter assistencial e beneficente que revestiu, serviu também, segundo "O Século Ilustrado", para que não lhes faltasse a mão-de-obra, ou para que o seu custo se não tornasse proibitivo[293].

Os melhoramentos, na freguesia do Romeu, começaram a ser realizados em 1953 e neles se gastaram 1.050.000$00[294], grande parte da contribuição particular de Manuel Menéres[295].

No dia da inauguração da Casa do Povo do Romeu, a 6/4/1958, Manuel Menéres pediu ao Estado a comparticipação necessária para a construção de um Bairro de Casas para os mais necessitados, que viviam em Vale de Couço, para o qual a «"Sociedade Clemente Menéres, Lda." ofereceria todo o terreno necessário e ainda a quantia de 5.000$00 por cada casa a construir»[296], tendo-se dado início a essa obra, com o lançamento da primeira pedra[297].

---

[290] Obs.: em 1970, só 40% das habitações do país tinham distribuição de água ao domicílio; só 17% possuíam redes de esgotos; e só 14% beneficiavam de sistemas de recolha e tratamento de lixos urbanos.

[291] AMORIM, Roby – Nordeste: tempo de esperança. Conclusão: do melhoramento das aldeias ao "eterno" problema da batata. *O Século Ilustrado* nº 1579.Lisboa. (6/4/68), p. 40.

[292] «O espírito de valorizar, o gosto e as possibilidades de Manuel Menéres, que não dava ponto sem nó, explicam a obra das aldeias melhoradas. Porém, não conseguiu ligar essas aldeias por estrada, porque a esposa de Luís Cabral, do Vimieiro, se lhe opôs, tendo escrito uma carta a Salazar e nem o ministro deste conseguiu, porque não tinha a cobertura do Presidente do Conselho». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[293] AMORIM, Op. cit., (6/4/68), p. 40.

[294] A visita do senhor Ministro...Op. cit., (13/4/58), pp. 1, 2 e 6.

[295] «A Casa Menéres, além de ensinamentos agrícolas que sempre tem ministrado aos lavradores desta e doutras freguesias, também não tem descurado a assistência social, mandando construir e mantendo a Escola Primária e a Casa do Povo, agora substituída por este magnífico edifício, nem sequer esquecido as instituições que tenham por lema "Bem servir o Próximo", uma obra grandiosa e crescente». In A visita do senhor Ministro...Op. cit., (13/4/58), p. 2.

[296] A visita do senhor Ministro...Op. cit., (13/4/58), pp. 1 e 2.

[297] Inauguração...Op. cit., (6/4/58), p. 6.

Vale de Couço: "1ª aldeia transmontana melhorada"

A melhoria das casas, em Vale de Couço[298], começaram a ser concretizadas, a partir do momento em que Manuel Menéres se decidiu construir algumas para suprir as necessidades de «alguns empregados dali, que viviam pior» e, depois, deu-lhas. Posteriormente, quis também arranjar as restantes casas da aldeia, para não serem apenas contemplados os seus empregados[299].

Como esta obra era um projecto pessoal, ele não quis gastar o dinheiro da Sociedade Clemente Menéres, porque «a Sociedade era a Sociedade», acabando as obras por ser custeadas, no seu início, exclusivamente com o dinheiro dele[300].

Quando o dinheiro começou a faltar, Manuel Menéres precisou de ajuda, para dar continuidade à obra. O governador civil de Bragança abordou-o, «no sentido de ver o que se estava a fazer, e dar apoio. Terão vindo até de lá para cá os apoios que surgiram», o que acabou por envolver a «Junta de Colonização Interna e o Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira»[301].

No dia 30/4/60, pelas 10.30 h, este ministro inaugurou os «importantes melhoramentos, realizados por sua iniciativa», em Vale de Couço (Anexo 28, Vol. II, p. 52), sendo também benzida e inaugurada, pelo bispo de Bragança-Miranda, a nova capela da mesma povoação[302], a que assistiram: o governador civil de Bragança, o presidente da Câmara Municipal de Mirandela, o Dr. Trigo de Negreiros, Manuel Menéres, seu maior impulsionador e presidente da Comissão de Melhoramentos das Aldeias Transmontanas Melhoradas, outras individualidades[303] e o povo.

Nesse dia, foram inauguradas: as ruas calcetadas a paralelepípedos, as moradias completamente reformadas, mobiladas e devidamente electrificadas e a nova capela.

Já tinham sido realizadas, anteriormente, as seguintes inaugurações: a luz eléctrica, pelo Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira, com a presença do Dr.Trigo de Negreiros e do Eng.º Frederico Ulrich; e o edifício da Casa do Povo do Romeu, pelo Ministro das Corporações, com a presença do Dr.Trigo de Negreiros, titular da pasta do Ministério do Interior.

---

[298] «Se há poucos anos aqui tivesse vindo [a Vale de Couço], leitor, teria visto um aglomerado populacional como milhentos que existem na província transmontana, cujas quelhas, lodaçais durante o Inverno, são pulverulentas no Verão, e nelas se acumulam os mais diversos detritos; aldeias onde as habitações de pedra morena são insalubres e a gente aldeã chega a viver nelas em promiscuidade com os animais». Este jornal considerava o Romeu «uma das mais curiosas e belas regiões de Trás-os-Montes». In Por Terras de Trás-os-Montes: Turismo e Gastronomia. As três aldeias melhoradas de Romeu. *A Torre*. Moncorvo. (30/11/66), p. 1.

[299] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003

[300] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003

[301] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003

[302] A Casa do Povo do Romeu. *NM*. Mirandela. (24/4/60), p. 2. O NM refere que: «além de outras comparticipações, deve-se ao senhor Eng.º Arantes e Oliveira a ajuda para a construção da nova capela». In Visita ministerial...Op. cit., (8/5/60), p. 1.

[303] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

As ruas de Vale de Couço passaram a ter o nome de figuras ilustres do regime: Rua Eng.º Arantes de Oliveira, a artéria que liga a povoação à Estrada Nacional; Rua Eng.º Frederico Ulrich, Rua Conselheiro Trigo de Negreiros... e de um membro da Casa Menéres: Rua José Menéres ...

No discurso proferido no acto inaugural, Manuel Menéres deu a conhecer as modificações introduzidas nas habitações:

> «aonde havia escuridão, a não ser pelos intervalos dos telhados, por onde também entrava o frio, há menos frio, porque os tectos, de todas as divisões foram forrados, passando a haver luz que entra pelas janelas com vidros e também a que, por milagre, se comanda por um pequena chaveta, à entrada de uma porta – luz eléctrica – cujas instalações foram pagas pelos interessados. O desinteresse, ambiente que não podia modificar hábitos que vinham de séculos, deu lugar quase a um concurso para ver quem, dentro da modéstia de pequeníssimos orçamentos, era capaz de fazer melhor»[304].

Como «a miséria é [era] muita em volta de Romeu», Manuel Menéres propôs ao Ministro das Obras Públicas que, se as obras se pudessem estender às povoações do Romeu, Vila Verdinho e Vimieiro[305], com as necessárias comparticipações do Estado, ele também se disporia a colaborar na sua concretização: Romeu precisava de fornecimento de água; Vila Verdinho de água e de uma ponte, pois «ficava isolada do mundo no Inverno, por não possuir meios de acesso e uma ponte»; Vimieiro de água e do calcetamento de ruas, «pois no Inverno ficava isolada da estrada, pela lama»[306].

O governador civil de Bragança reconheceu que a «propriedade do Romeu desempenha [desempenhava] uma função social» e o Dr. Trigo de Negreiros emitiu a opinião de que a obra inaugurada em Vale de Couço «poderia servir de exemplo para outras regiões» do país[307].

O governo tinha interesse em resolver os problemas dos meios rurais, pois havia necessidade de fixar a sua população e de fazer regressar os que tinham emigrado[308].

Arantes e Oliveira comprometeu-se a que «o auxílio do Estado não será [seria] negado, caso o milagre de Vale de Couço se possa [pudesse] operar nas restantes povoações da freguesia e em Vila Verdinho»[309].

---

[304] Visita ministerial...Op. cit., (8/5/60), p. 3.
[305] Em 1963, foram aprovados pela Câmara Municipal de Mirandela os seguintes «melhoramentos públicos do Vimieiro»: abastecimento de águas, calcetamento e construção de caminhos. In Livro de Actas da Câmara Municipal de Mirandela (livro 66, folha 2, data de reunião: 8/11/63).
[306] Visita ministerial...Op. cit., (8/5/60), p. 3.
[307] Visita ministerial... Op. cit., (8/5/60), pp. 3 e 4.
[308] Visita ministerial... Op. cit., (8/5/60), p. 4.
[309] Visita ministerial...Op. cit., (8/5/60), p. 4.

Vila Verdinho: "2ª aldeia transmontana melhorada" [310]

O Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, titular da pasta das Obras Públicas e o Prof. Dr. Pedro Mário Soares Martinez, da pasta da Saúde e Assistência, inauguraram no dia 14/7/63 os diversos melhoramentos de Vila Verdinho[311]: a estrada de acesso à povoação, a electrificação, o calcetamento das ruas, o abastecimento de água, melhorias nas habitações, um posto público de telefone e a ponte sobre a ribeira do Quadraçal, obras possíveis, «devido à devoção e à dinâmica acção de Manuel Menéres»[312].

À entrada das habitações, «encontravam-se grandes fotografias que elucidavam o estado do prédio, antes da sua beneficiação e grandes quadros com a seguinte legenda: "O povo de Vila Verdinho convida-o a entrar em todas as portas que estejam abertas, para ver que há mais alegria nos seus lares"»[313].

No Largo da Vila, em Vila Verdinho, junto ao adro da capela, o habitante mais velho, Sérgio Abambres, descerrou um marco de granito, coberto com uma colcha de seda, onde se encontravam gravadas, em baixo relevo, as seguintes inscrições[314]:

- na parte voltada para o largo: «Foi pela humana ideia do Eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, que a recuperação de Vila Verdinho foi possível. 14/7/1963»[315];

- na parte voltada para o lado da capela: «Preito à valiosa contribuição do Ministério das Obras Públicas, da Saúde e Assistência e da Secretaria de Estado da Agricultura, através da Delegação dos Serviços de Urbanização, do Instituto de Assistência à Família e da Junta de Colonização Interna. 14/7/1963».

A memória do acontecimento histórico ficou gravado na pedra para o tornar imemorial, cumprindo a função de fixação do acontecimento colectivo, «para que por este povo não possa ser esquecido»[316].

Manuel Menéres deu a conhecer, na cerimónia inaugural, como se processou o trabalho de remodelação e de melhorias nas várias habitações (Anexo 29, Vol. II, p. 55).

---

[310] Visita ministerial. *NM.* Mirandela. (14/7/63), p. 4. Manuel Menéres, acompanhado pelo governador civil do distrito de Bragança e pelos presidentes das Câmaras Municipais de Bragança e de Mirandela, foi pessoalmente a Lisboa convidar o Ministro da Saúde e Assistência Social e o Ministro das Obras Públicas «a visitar, nos dias 13 e 14 de Julho próximo [1963], a obra social instalada na sua Quinta do Romeu, em Vila Verdinho». In Fundação Manuel Menéres. *A Voz.* Lisboa. (6/6/1963), p. 6.

[311] Obs.: Vila Verdinho, aldeia integrada na freguesia de Cedães, do concelho de Mirandela, também forneceu mão-de-obra para a Casa Menéres e ficava integrada no Quadraçal.

[312] Visita ministerial...Op. cit., (14/7/63), p. 4.

[313] A visita ministerial ao concelho de Mirandela. *NM.* Mirandela. (25/7/63), p. 16.

[314] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 16.

[315] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 13. O jornal NM divulgou, neste número, que a electrificação de Vila Verdinho tinha ficado concluída no dia 14/7/1963, data inscrita numa placa comemorativa, e que estava em curso a electrificação de Frechas e do Cachão.

[316] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 17.

A imprensa regional e nacional estiveram presentes, para fazer a cobertura e para divulgar o acontecimento e Manuel Menéres agradeceu-lhes «o apoio total que vem [vinham] dando sempre a estas [aquelas] iniciativas». A imprensa nacional considerou esta obra de «raro alcance social e de notável prelecção no meio rural português»[317].

As cerimónias e os discursos foram filmados e gravados pela RTP e pela EN[318].

A obra de melhoramentos das aldeias transmontanas melhoradas deveria, segundo Manuel Menéres, prosseguir na sede de freguesia, Romeu, em que se tornava necessário realizar: «Já há estrada, embora precise de uma pequena reparação e a asfaltagem ficava-lhe a matar. Mas não vai ser preciso construir qualquer ponte e a electrificação está feita. Verdadeiramente, só vamos precisar de águas, pavimentação, reconstruir só 20 casas, com o respectivo arranjo e recheio»[319].

Uma avioneta do Aero Clube da Costa Verde, de Espinho, sobrevoou Vila Verdinho, em homenagem a Manuel Menéres, um dos pioneiros deste desporto em Portugal, executando várias acrobacias[320].

O rancho de Vila Verdinho cantou e bailou, emprestando à festa «uma nota regionalista». E o povo, terminadas as cerimónias oficiais, deu largas à sua alegria, «cantando e bailando até altas horas de madrugada, ao som de realejos e de música transmitida por uma instalação sonora»[321]. Um dos entrevistados que esteve presente nesta inauguração, deu também a conhecer as memórias guardadas daquele dia, em que «havia mesas com comida e foi uma grande festa do povo»[322].

O governador civil e o Ministro das Obras Públicas consideraram que a obra deveria «ser alargada, não só ao distrito de Bragança, mas a todo o país», mas nada disso tinha sido feito até então[323].

O Ministro das Obras Públicas recordou que: «o Estado, além da contribuição financeira, está [estava] sempre disposto a dar estímulo e auxílio moral a todas as iniciativas onde surjam [surgissem] homens de boa vontade, como no presente caso, o senhor Manuel Menéres»[324].

O Ministro da Saúde e Assistência afirmou que «era aos particulares a quem cumpria realizar obras de assistência e que ao Estado competia apenas coordenar e auxiliar...»[325]

---

[317] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 17 e A "Aldeia Melhorada" de Vila-Verdinho é um exemplo da conjugação de boas-vontades oficiais e privadas. *Diário do Norte*, Porto (12/7/63), p. 8.
[318] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 32.
[319] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 17.
[320] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 32. A avioneta era «tripulada pela aviadora senhora D. Maria José Menéres Cudel, que viajava acompanhada de seu marido, senhor Walter Cudel...». In E. – Os ministros das Obras Públicas e da Saúde inauguraram importantes melhoramentos da aldeia de Vila Verdinho. *A Voz*. Lisboa. (15/7/63).
[321] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 32.
[322] Entrevista Nº 6, Romeu: 2003
[323] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 17.
[324] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 17.
[325] A visita ministerial...Op. cit., (25/7/63), p. 17.

O Presidente da República, Américo Tomás[326], visitou a aldeia de Vila Verdinho, em 1964. Os habitantes desta "Aldeia Modelo"[327] atapetaram as ruas com verdura e acompanharam o PR durante a visita que fez a toda a aldeia. Conversou com um e com outro, visitou a loja do barbeiro da terra e trocou impressões com os proprietários da venda da terra, o «Tem Tudo». Por fim, visitou duas casas da aldeia: uma delas ao acaso, e a outra, a mais pequena de Vila Verdinho (Anexo 30, Vol. II, p. 56)[328].

Romeu: "3ª aldeia transmontana melhorada"

Houve dois melhoramentos importantes que beneficiaram a aldeia do Romeu: um, em 1935, obra do Estado Novo, integrado no programa de Melhoramentos Rurais, que contou com a ajuda do povo[329], e em que «inauguraram» o fontanário e o lavadouro público e «fizeram uma festa na aldeia»[330]; outro, em 1966, obra de Manuel Menéres, com a ajuda do governo (Ministério das Obras Públicas[331] e de outros ministérios), uma vez que era bom o «relacionamento que a família Menéres tinha com o poder político»[332].

A rede eléctrica foi inaugurada na povoação do Romeu, no dia 21/6/57 [333] (Anexo 24, Vol. II, p. 47), sendo a cerimónia abrilhantada pela actuação do Rancho Folclórico da Casa do Povo do Romeu.

As maiores obras de melhoramentos do Romeu começaram no dia «3 de Julho de 1965»[334] e o restaurante «foi criado em 1966»[335], mas não houve festa de inauguração.

No dia 12/5/66, Manuel Menéres[336] convidou os correspondentes da imprensa regional e da imprensa diária, localizados em Mirandela, para uma reunião no restaurante regional Maria Rita, no Romeu[337].

O jantar serviu para dar a conhecer as particularidades da obra da "3ª aldeia transmontana melhorada", o Romeu, que se estava a projectar no domínio regional e até turístico. A freguesia

---

[326] O PR visitou Vale de Couço, quando da inauguração da Creche. In Entrevista nº 1, Romeu: 2004. Quando a comitiva do PR chegou ao cruzamento de Vila Verdinho, a Monte Meões, e demonstrando o seu «poder, o senhor Menéres, [...] disse para a polícia: "Ficam aqui, porque a partir daqui tomo eu conta dele!". E eles ali ficaram». In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004.
[327] O Presidente na aldeia modelo. *Diário de Notícias*. Lisboa. (1/9/64), p. 2.
[328] A passagem do supremo Magistrado da Nação em Mirandela. *NM*. Mirandela. (6/9/64), p. 1.
[329] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004
[330] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004
[331] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004.
[332] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003
[333] No Romeu: inauguração...Op. cit., (23/6/57), p. 3.
[334] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004
[335] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004
[336] «O senhor Manuel Menéres, personalidade a quem o concelho de há muito deve múltiplos gestos de benemerência, realizações económicas e empreendimentos sociais, que constituem flagrantes e edificantes lições aos que podem, em favor dos que precisam...» In (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6.
[337] Aldeias transmontanas melhoradas. *NM*. Mirandela. (15/5/66), p. 4.

do Romeu passou a desempenhar um papel na valorização regional e coube à imprensa a divulgação desta obra.

A aldeia passara por uma remodelação: o passado tinha sido «carinhosamente retocado e aformoseado, pela mão de Manuel Menéres», e continuava vivo, nas casas recuperadas, no centro da povoação, no jardim público, «onde as gastas pedras de um antigo lagar tão bem se casam com a densa paisagem, de extensos olivais»; e no novo restaurante Maria Rita[338], onde a concepção arquitectónica e o recheio[339] mantinham uma forte ligação com o passado e com a região.

O passado e o presente conjugavam-se no Romeu[340], transformando a aldeia num dos mais aliciantes cartazes turísticos mirandelenses.

A aldeia fora modernizada com: ruas empedradas[341], recolha de lixo, varredores, casas remodeladas e mobiladas[342], jardim, ribeiro emanilhado «por baixo das casas»[343], fontanários públicos e estrada melhorada.

A aldeia conservou «a traça de delicioso estilo rústico» e, graças a esta obra, foi possível levar-lhe algum desenvolvimento, enquanto por todo o distrito a maior parte das suas aldeias ia sofrendo com a falta de condições essenciais.

Esta aldeia tranquila e «adormecida entre os blocos de granito e do majestoso sobreiral», rodeada de um certo «primitivismo», ganhou uma «nova vida», e «um novo motivo de encanto», enriquecido pelo Património (arquitectónico, doméstico e gastronómico), graças aos melhoramentos de Manuel Menéres e à afabilidade dos seus habitantes[344], que passaram a transformar qualquer visita ao Romeu «numa incomparável e inesquecível peregrinação»[345].

O saber bem-receber encontrava-se documentado numa placa: «Romeu não é obra de fachada. Por dentro é como por fora. Peça para entrar em algumas das suas casas, as suas donas estimarão a sua visita»[346].

---

[338] Obs.: é interessante verificar a presença da mulher como gestora de um negócio de comes e bebes quer no Romeu, onde a Maria Rita tinha a sua estalagem, quer no Cachão, onde a D. Pulquéria tinha uma tasca.
[339] (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6.
[340] Obs.: os testemunhos numismáticos encontrados no Romeu, de D.Afonso IV (1430) a D. Pedro V (1859), comprovam que a freguesia do Romeu era pelo menos coeva da época gloriosa dos descobrimentos.... Mas a placa existente na igreja Matriz faz recuar a fundação da aldeia até ao séc. XII.
[341] As casas foram restauradas e como «não havia ruas, nem havia nada», Manuel Menéres mandou-as arranjar «nessa altura». In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004
[342] «Manuel Menéres reparou as casinhas todas, agora está tudo de qualquer maneira, e deu mobílias e tudo: cobertores, mantas, lavatórios, baldes, jarras e bacias». Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004 (Anexo 33, Vol. II, p. 61).
[343] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004
[344] O jornalista Pe Francisco de Babo visitou a aldeia do Romeu para apreciar a obra social e caracterizou os seus habitantes como «simples, bem-educados, religiosos e de bons costumes». In BABO, Op. cit., (7/5/67), p. 2.
[345] O restaurante Maria Rita, um caso à parte. *NM.* Mirandela. (5/6/66), p. 6.
[346] BABO, Op. cit., (23/4/67), p. 6 e Do distrito: Romeu – Aldeia das Rosas. *Mensageiro de Bragança.* Bragança. (18/4/80).

A partir de 1966, o Romeu passou a ser um forte motivo de turismo, tendo sido, então, editado um roteiro que dava a conhecer a região envolvente de Vale de Couço, Vila Verdinho e Romeu, as suas ribeiras e os seus açudes, além de uma seleccionada indicação de pratos de cozinha regional, vinhos preciosos e frutas das melhores de Portugal[347].

Os visitantes, além de poderem percorrer estes lugares, sentiram-se atraídos pela qualidade das refeições, servidas no restaurante Maria Rita, que continuava a servir «o pão negro [de centeio] [...], amassado com muito suor e saboreado com enlevo», além de pratos típicos da gastronomia regional e reconheciam a sua função social (Quadro II.13, p. 136), pois os lucros apurados[348] eram para o Infantário e Creche de Vale de Couço[349] e, ainda, para as Conferências Vicentinas de Mirandela.

Para além dos pratos típicos (o Bacalhau à Romeu ou à Maria Rita, o Bacalhau à nossa moda, a Feijoada à Transmontana ou à Moda de Romeu, a Sopa seca e açorda com bifes na caçarola e espargos bravos, na época, num ambiente típico e único)[350], servidos com o azeite e com o vinho (o tinto Romeu e o branco Julieta), ambos de produção da Casa Menéres, havia ainda o «queijo e as compotas (de amora e de abóbora, compostas muitas vezes com frutos secos)»[351], tudo produtos de grande qualidade, produzidos nesta região[352].

O novo restaurante, «elemento coadjuvante da valorização regional», resultou da recuperação da antiga estalagem da Maria Rita[353] (Anexo 37; Figs.37.3 e 37.4, Vol. II, p. 71), pois o Romeu tinha sido o caminho obrigatório por onde tinham passado os caminheiros da mala-posta, e as diligências[354], entre Lisboa e Porto para Bragança, e tinham sido ali acolhidos.

A estalagem já existia, quando Clemente Menéres chegou ao Romeu — «servia como prato do dia, «um bocado de bacalhau, pão seco e um prato de salada»[355] — e este acontecimento ficou registado numa placa, colocada à entrada do Restaurante Maria Rita[356]:

---

[347] O percurso turístico, neste "pequeno paraíso", abrangia os seguintes lugares, cujas distâncias, em relação ao Romeu, eram: «do Romeu ao Monte da Senhora são 3 km; aos açudes 3,2 km; a Vila Verdinho 5 km e a Vale de Couço 2,5 km». In (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6.

[348] (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6.

[349] Depois do restauro das casas, do empedramento das ruas e da nova igreja de Vale de Couço, surgiu a ideia da Creche e da Cantina e, para as manter, Manuel Menéres decidiu inaugurar no Romeu o restaurante Maria Rita e o Museu de Curiosidades, pois o dinheiro obtido servia para «manter a Creche». In Entrevista Nº 21, Romeu: 2003. «Os fundos gerados revertiam para um Centro de Assistência Social (Anexo 31, Vol. II, p. 58) [inaugurado em 1965] — Creche, onde as crianças aprendiam a acção educativa e conviviam — e as famílias não precisavam de dispor de qualquer meio financeiro para esse fim». In Entrevista Nº 2, Romeu: 2003.

[350] MENÉRES, João Pedro - *Casa Menéres: História* [Em linha]. 9/9/99. [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.quintadoromeu.com/restaurante.html>.

[351] PLANO GLOBAL DE INTERVENÇÃO do Centro rural Macedo/ Mirandela. Outubro de 1996. Vol.I, p. 41.

[352] «...frutas, sendo estas sem dúvida das melhores de Portugal, na sua época própria». In O restaurante Maria Rita...Op. cit., (5/6/66), p. 6.

[353] Estalagem e restaurante sempre tiveram impacto na vida da aldeia e da região. In (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6: Anexo 32, Vol. II, p. 60).

[354] Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004: «Olhe que por aqui, antigamente, passaram as diligências».

[355] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

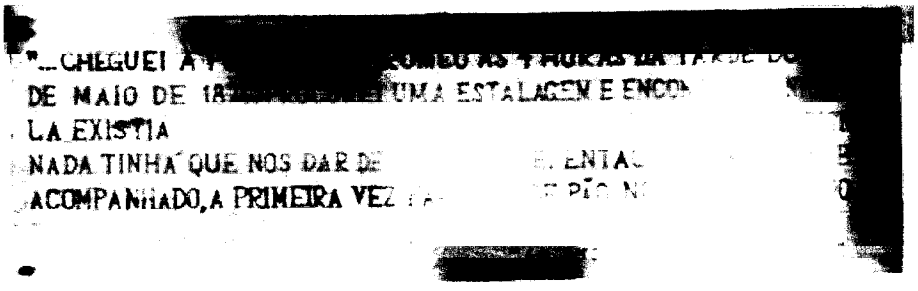


Fig. III.1 – Placa evocativa da chegada de Clemente Menéres ao Romeu [357]

A sala de jantar, tipicamente regional e acolhedora, possuía um mobiliário recuperado e as peças eram regionais e autênticas; a antiga cozinha era outra sala de refeições, onde havia: um estrafogueiro e um forno, memórias de uma «cozinha de outrora», e um escano.

À entrada para o restaurante, e um pouco por toda a aldeia, havia muitas flores, pelo que a aldeia do Romeu ficou a ser conhecida por "Aldeia das Rosas".

A aldeia e o restaurante, servidos por caminho-de-ferro ou por estrada, podiam ser facilmente visitados por "turistas" nacionais e estrangeiros[358]. A estrada em paralelos, entre o Romeu e Vale de Couço, foi mandada alcatroar por Manuel Menéres «em 1968»[359], melhorando, assim, os acessos ao Romeu.

As pessoas que visitavam a aldeia acabavam também por comprar bordados e alguns produtos agrícolas locais: fruta, abóboras, ovos...[360]

O saneamento demorou muito tempo a chegar ao Romeu (2002) e a Vale de Couço (2003).

A valorização rural e os melhoramentos na aldeia da Coleja

O primeiro empedramento das ruas da aldeia, de calçada à portuguesa, ocorreu em 1951, tendo sido utilizada a pedra do lugar da Lavandeira, entre a Coleja e Pinhal do Douro. A pedra foi transportada em carros de bois, com a ajuda do povo e sob a orientação de um calceteiro de Linhares[361].

Em 1958, foi construído[362] o lanço de estrada, EM nº 632, entre Selores e a Sª da Ribeira, ficando estas localidades ligadas por essa estrada à sede de concelho e beneficiando também a

---

[356] No livro de Clemente Menéres, em vez da palavra estalagem, aparece tasco. In MENÉRES, Clemente – *Quarenta anos de Trás-os-Montes*. Porto: Publicação de um grupo de amigos de Clemente Menéres, 1915, p. 22.
[357] Fonte: Fotografia pessoal tirada dia 16/3/2003.
[358] (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6.
[359] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004. «A estrada em alcatrão só foi, quando das obras, para aí uns 40 anos, ou há 38 para cá (1966 ou 1968). In Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004.
[360] «Vendíamos figos, uvas, abóboras, fruta, ovos, muita coisa». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.
[361] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.
[362] Comparticipações. *NM*. Mirandela (23/3/58), p. 4: comparticipação de 60.000$ do Ministério das Obras Públicas: Fundo de Melhoramentos Rurais.

Coleja, pois passava a cerca de 3 km desta aldeia. Este lanço foi reparado, entre o Seixo de Ansiães e a Sª da Ribeira, em 1969[363].

A população da Coleja ia a pé, até à Sª da Ribeira, para se «abastecer de mercadoria, a uma carrinha que vinha de Carrazeda. Depois vinham carregados de mercearia e eu ia com uma burra carregar produtos...»[364].

Nos dias de feira, uma carrinha de caixa aberta, do Seixo de Ansiães, ia buscar as pessoas à Sª da Ribeira. Costumava ir «apinhada de gente, misturada com os animais, que era preciso levar à feira de Carrazeda de Ansiães (porcos, burros...)»[365].

O Caminho Municipal nº 1144, da EM nº 632 até à Coleja, numa extensão de 3 km, começou a ser construído em 1970[366] e foi aberto ao trânsito em 1971. Este troço foi muito importante para os moradores da Coleja, pois fazia-lhes muita falta e «foi o principal para ajudar no desenvolvimento da aldeia»[367].

O Caminho Municipal só foi alcatroado em 1974[368]. Este melhoramento foi inaugurado pelo presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, «Eng.º Faria (...), e houve uma festa de arromba»[369]. Esta inauguração passou a representar um marco histórico para a população local, pois quebrou-lhe com as barreiras do isolamento e com as dificuldades levantadas pelo relevo e pela falta de vias de comunicação. A estrada passou a representar também a chegada de algum desenvolvimento.

A aldeia debateu-se, durante muito tempo, com o problema da escassez de água. Os habitantes da Coleja obtinham a água no rio Douro, nas fontes públicas ou fontanários, que mal davam para as pessoas[370], em pequenas fontes superficiais[371] e numa mina. Em 1939, ainda não havia água canalizada[372].

---

[363] A Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães comparticipou com 61.700$00, para a execução dos trabalhos de reparação da EM nº 632, lanço Seixo de Ansiães - Sª da Ribeira: Comparticipações. *NM.* Mirandela (19/10/69), p. 4.

[364] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[365] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.

[366] «Uma Comissão de lavradores do lugar de Coleja, foi recebida na Câmara Municipal deste concelho, a fim de proceder à entrega de um donativo – produto da sua subscrição –, para custear as despesas de estudo da planta de construção da sua tão almejada estrada». (...) «Coleja é um dos lugares mais afastados da sede de conselho e a mais mal servida de caminhos que se elevam por encosta íngreme e pedregosa» [O artigo tem a data de 6/6/70]. In RODRIGUES, Op. cit., (19/6/70). A Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães comparticipou com 190.000$00, para a construção do Caminho Municipal nº 1144, da EM nº632 - a Coleja (1ª fase). In Comparticipações. *NM.* Mirandela (15/11/70), p. 4.

[367] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[368] «A estrada da Coleja, na extensão de 3 km, foi alcatroada em 1974, por intercessão do Eng.º Eduardo Araújo Faria, então Presidente da Câmara». In Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[369] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[370] «Na minha criação, eu fui ao rio Douro buscar muita carga de água. Tínhamos um cavaleco [cavalo pequeno] com 2 cântaros da cada lado, numas engarelas e, então, trazíamos a água do rio, que antes aqui não havia água. Acontece que esta terra chegou a ter 4 ou 5 fontes públicas. Mas, as fontes públicas, mal davam água para as pessoas, porque até a maior parte delas foram ressurgidas [rebentadas] por causa dos terrenos e acabaram por as destruir. E chegou a altura em que o povo não tinha água nenhuma». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

[371] «A aldeia que era miserável de água, pois não tínhamos aqui nenhuma. Era preciso, por vezes, já me lembra a mim de as pessoas terem de recorrer à água do rio. Irem ao rio Douro buscar água em burras, em cântaros, e,

O fontanário que se encontra em frente à casa onde morou John Gibbons «foi ligado à água canalizada, quando fizeram as eleições presidenciais de 1958»[373]. A exploração da água de minas e o fornecimento da respectiva tubagem, para a canalização da água, foi obra da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. «O povo ajudou a transportar toda a tubagem, desde a Quinta das Amendoeiras, até ao local necessário»[374].

A solução, para resolver o problema da falta de água, surgiu com a abertura de furos artesanais, havendo «actualmente, para cerca de 20 fogos habitados, uns 52 furos, numa terra, naquela ocasião, tão falta de água, e onde tanta água havia!»[375]

No ano 2000, a aldeia assistiu à chegada da água canalizada e do saneamento: «Isso foi um benefício terrível, aqui para a aldeia»[376].

A rádio chegou à Coleja mais cedo que em outras aldeias do nordeste e a luz eléctrica beneficiou a aldeia em 1964[377], «o que, seguramente, será muito bom, comparado com outras aldeias, aqui da zona. [...] pelo menos, esse desenvolvimento não chegou com o atraso com que chegou a outras aldeias»[378].

Como a aldeia era atravessada por um pequeno ribeiro, que era um "foco de moscas e mosquitos", a Junta de Freguesia do Seixo de Ansiães mandou colocar-lhe manilhas, "dentro da povoação", tornando, assim, a aldeia mais salubre. A população deixou de poder deitar "o lixo doméstico" no ribeiro, passando a deitá-lo em contentores, sendo «recolhido às terças e sextas-feiras»[379].

Este ribeiro[380] foi sempre «de bom agoiro, pois sempre que corre, adivinha-se um bom ano agrícola»[381].

Em 1939, a aldeia já tinha uma capela, em honra de Santa Maria[382].

---

também, à cabeça. E nessas pequenas fontes superficiais, que eram só águas de escorrências, que davam pequenas quantidades de água e era preciso lá estar meio-dia para se conseguir encher um cântaro de água e, isso, nessa altura, era muito difícil». In Entrevista nº 3, Coleja: 2004.

[372] GIBBONS, Op. cit., p. 34.

[373] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[374] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[375] «Veio muita gente de Vila Real fazer os furos artesanais e fazia-se um furo e aparecia água. E numa terra, naquela ocasião, tão falta de água, e onde tanta água havia! Eu tenho ali um furo, em baixo, que tem 100 metros e pode estar de noite e de dia a trabalhar que nunca mais pára». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

[376] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[377] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[378] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[379] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.

[380] Na zona da Coleja e de Seixo de Ansiães, correm alguns ribeiros: [«O ribeiro da Vila provém da Osseira («Junto à Sª da Ribeira, corre também a tradição de que ali, na Portela d'Armada, houve rijo combate com a mourama, feito conhecido pela batalha da Osseira; há a Fonte da Moura regada pelas lágrimas da sua cativa, chorando seu príncipe lá no fundo, onde corre o ribeiro», in AGUILAR, Op. cit., p. 87), da confluência das encostas da Fontelonga, com a de Vilarinho da Castanheira. O ribeiro da Ôla, próximo da Cova da Moura, em Vilarinho da Castanheira, encontra-se com o primeiro, no lugar do Síbio, passando, desde então, a denominar-se Ribeiro Largo]. In Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.

[381] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.

[382] GIBBONS, Op. cit., p. 44.

A escola Primária da Coleja chegou a ser «a melhor do concelho e foi oferecida por João Moutinho, pai de Alcino Moutinho, que mandou vir para aqui [Coleja] John Gibbons. Ele ofereceu o terreno e a construção, sendo o edifício edificado entre 1915 e 1916[383] e inaugurado em 1917»[384]. A Escola esteve fechada durante anos, porque não havia quem quisesse ensinar «numa aldeia tão remota e tão solitária». Mas, no ano lectivo de 1938/39, já havia uma jovem professora na aldeia[385].

A valorização rural e os melhoramentos na aldeia do Cachão

Em 29 de Setembro de 1887, foi inaugurada a linha de caminho-de-ferro do Tua, mas o comboio chegou primeiro ao Cachão que a Mirandela e ali se instalaram armazéns, precisamente para escoar a produção da região[386].

O Abade de Baçal[387] refere que o Cachão tinha sido beneficiado com um celeiro novo, pelo governador de Bragança, Salvador Nunes Teixeira, que exerceu o cargo de 2 de Fevereiro de 1933 a 8 de Agosto de 1937, porque naquela zona havia muito cereal.

Em 1958, «quando vim a Mirandela, o Cachão tinha meia dúzia de casas, perto da estação e ao longo de onde hoje fica a estrada. O Cachão era um lugar. Em volta, havia, e ainda há, muitas povoações, a quem abastecer de produtos»[388].

Em 1963, começou a ser construído o Complexo Agro-industrial do Cachão (CAICA), integrado na Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano (FGLNT) e ficou concluído, na quase totalidade, entre os anos de 1965 a 1968, tendo entrado, logo nesse primeiro ano em laboração (Capítulo IV).

A electrificação da aldeia e da sua freguesia, Frechas, ficou concluída em 1964[389].

As duas escolas do Cachão e o Infantário foram construídos «por volta de 1969»[390].

Em 1970, foi inaugurada a Igreja de Santo Isidro, o padroeiro da aldeia, igreja que resultou de uma adaptação de um armazém (Anexo 36; Fig.36.1, Vol. II, p. 68).

O Bairro Social, situado um pouco acima do Complexo Agro-Industrial, na estrada que conduz a Vila Flor, num pequeno outeiro, aos pés da serra, foi inaugurado em 1968 e nele

---

[383] GIBBONS, Op. cit., p. 43.
[384] Entrevista nº 1, Coleja: 2004.
[385] GIBBONS, Op. cit., p. 43.
[386] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.
[387] ALVES, Pe. Francisco Manuel: abade de Baçal - *Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança.* Bragança: edição da Câmara Municipal de Bragança, 2002. Tomo XI, p. 549.
[388] Informação fornecida pelo senhor Coxo, que trabalhou na como assentador na Linha do Douro e na Linha do Tua e se fixou em Mirandela.
[389] A Câmara Municipal de Mirandela - Vida Municipal. *NM.* Mirandela. (25/7/64), p. 2.
[390] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

viveram os trabalhadores e as chefias que trabalharam no complexo. As casas eram todas iguais e estavam equipadas com: «luz eléctrica, saneamento e água canalizada. E televisão, só por volta de 1970»[391].

O Eng.º Camilo de Mendonça, ao mandar construir o Bairro Social, teve como objectivo procurar fixar na aldeia o maior número de pessoas que trabalhavam no complexo, «porque era necessário pagar transportes, e tudo o mais, e ficava sempre muito caro [...]. O objectivo dele era que o Bairro Social tivesse uma grande dimensão, por isso lhe passou a chamar Vila Nordeste»[392].

Como previa que o complexo viesse a integrar muitos trabalhadores, quis dar um impacto àquela região, mandando construir duas escolas primárias e um infantário, pelo que o lugar do Cachão passou a ter uma grande importância, «ao ponto de ele [Eng.º Camilo de Mendonça] ter ventilado a hipótese da construção de uma escola do ensino preparatório [...] para atingir todo aquele núcleo»[393].

A Barragem do Cachão foi inaugurada em 1972 e tinha três finalidades:

> «O rio Tua teve períodos de grandes secas e não havia retenção de água e o complexo precisava de muita água. E aquela barragem seria para regar o plano agrícola, para abastecer o complexo e para abastecer o Bairro Social.
> O Eng.º Camilo de Mendonça queria que a barragem tivesse muita água, no fim do Inverno. Se não estivesse cheia, através do sistema de bombagem, punha-se a enchê-la, com água do rio Tua, para, mais tarde, a aproveitar»[394].

A água da barragem do Cachão «era puxada para o alto da aldeia e a aldeia e o complexo ficavam abastecidos de água, pelo efeito da gravidade. Era uma inovação para a época»[395].

A distância entre Mirandela e Frechas, por estradas anteriores ao sistema de macadame, era de uma légua e de Frechas a Vila Flor era de 2 léguas[396]. Após a construção da estrada em macadame, em 1933, passaram a ser estas as distâncias, em quilómetros: «Mirandela a Vila Flor (Estrada nº 16-2ª, futura EN 213), 25, 029 km; e de Vila Flor a Carrazeda de Ansiães, 20 km»[397].

Em 1957, a EN nº 213 tinha fracas condições de transitabilidade[398] e, quando o complexo começou a funcionar, ainda «não estava alcatroada. Eu ainda apanhei a estrada macadamizada, que só veio a ser alcatroada, por volta de 1970»[399].

---

[391] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[392] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[393] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[394] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[395] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[396] ALVES, Pe F. M., Op. cit., Tomo IX, pp. 216-217. (baseado em: CASTRO, João Baptista de - *Roteiro Terrestre de Portugal*. Lisboa, 1844; e em: COUVREUR, G.A. da S. – *Manual do Viajante*... Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1845). Frechas era servida pela estrada nº 38 que ligava Chaves, por Mirandela a Vila Flor e seguia para Carrazeda de Ansiães.
[397] ALVES, Pe F. M., Op. cit., Tomo IX, p. 235.
[398] «Virava-se e revirava-se o volante constantemente em curvas e contracurvas apertadas, perigosas»; a estrada estava «desossada», os sulcos do trânsito vincados nalguns troços, com jogas de brita soltas, a atrapalhar o rodado

6 - Conclusão: os reflexos sociais da valorização rural

O interior do país sofreu devido à falta de infra-estruturas, que lhe poderiam dar a água canalizada, a luz eléctrica, o saneamento básico, as ruas calcetadas... e ajudar a vencer o isolamento em que muitas aldeias e lugares viviam. Apesar do envolvimento do governo central, do governo local e de alguns particulares, grande parte das aldeias só conseguiu obter estes melhoramentos, após o 25 de Abril.

As obras concretizadas em muitas localidades foram pouco significativas: como as ruas foram pouco empedradas, continuavam transformadas em lodaçal no Inverno; outras viviam rodeadas de estrume e com falta de higiene; faltava a água canalizada; o saneamento tardou em chegar; o isolamento só parcialmente foi resolvido para umas aldeias ou ficou a aguardar por uma oportunidade, para outras; os salários eram pouco expressivos e o trabalho escasseava, o que dificultava o acesso à electricidade, à escola, ao médico e aos medicamentos; o rendimento do trabalho não permitia uma vida desafogada a um agregado familiar.

No final dos anos trinta, António Ferro concebeu e organizou o Concurso da "Aldeia mais Portuguesa de Portugal", procurando estimular as elites rurais e o povo a "alindarem" as suas aldeias, como complemento à política dos melhoramentos rurais e como forma de divulgar os valores e os ideais do conservadorismo nacionalista do regime.

Nos anos sessenta foi lançado, na região do Romeu, o Programa das Aldeias Transmontanas Melhoradas com objectivos muito semelhantes.

Os melhoramentos das aldeias contempladas no programa (Romeu, Vale de Couço e Vimieiro)[400] deram resultados muito escassos: «...a melhoria das casas, em parte, ajudou a fixar as pessoas. As pessoas viram as suas vidas melhorar. Havia até um entendimento: a casa Menéres dava trabalho, fazia melhorias nas aldeias e algumas pessoas que emigraram, verificando que aqui também tinham uma vida razoável, regressaram»[401]. Esta fixação, porém, foi temporária, pois quando o processo deixou de ser operativo, o que aconteceu em meados dos anos 70, a emigração fez-se sentir com mais alguma intensidade (Capítulo VII).

Segundo "O Século Ilustrado", a experiência dos melhoramentos na área do Romeu prosseguiu em «Prados (Celorico da Beira) e Penela da Beira (Penedono)», com fracos resultados. Os melhoramentos das aldeias deveriam ter sido acompanhados pelo fomento

---

dos pneus; «cantacucos em série do lado dos barrancos, hirsutos, iguais como os dentes de um pente». In ADÃO, Cabral - D'ontem e D'hoje: uma rota feliz. *NM.* Mirandela. (21/4/57), p. 2.

[399] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[400] «Teve muita importância e foi a salvação da aldeia, muito emprego, em tempos, senão a gente talvez morresse aqui de fome, porque não havia emigração. Eles cultivavam, mas não era o suficiente para comer. Portanto, além de emprego, trouxe-nos melhorias nas casas, porque ninguém tinha dinheiro para compor uma casa». In Entrevista nº1, Romeu: 2004.

[401] Entrevista nº 1, Romeu: 2004 e Entrevista Nº 6, Romeu: 2003

económico local, criando-se novas fontes de rendimento, modernizando a agricultura das populações locais e industrializando-a [402].

Os resultados obtidos eram tão poucos que pareciam ter sido postos de parte, no contexto do Nordeste, onde o bem-estar era um objectivo muito difícil de alcançar. O balanço destas intervenções não foi muito positivo, uma vez que os objectivos iniciais não foram alcançados: o combate ao processo de esvaziamento demográfico e o declínio económico e social da maioria das aldeias intervencionadas.

Os projectos foram impostos de cima para baixo, não favoreceram a verdadeira participação das entidades locais e das populações, desde a fase inicial do processo, e revelaram uma falta de enraizamento social e institucional local.

O programa estava demasiado voltado para as actividades turísticas, esquecendo-se concretamente a realidade social e a base produtiva agrícola destas aldeias. Socialmente, não houve uma melhoria substancial na vida das pessoas. A população do Romeu vendia alguns produtos agrícolas a quem visitava a aldeia, mas não houve um investimento real no aumento da sua produtividade agrícola, nem a canalização da sua produção para um mercado mais lucrativo.

A aposta em infra-estruturas foi excessiva, em detrimento de acções culturais[403] e formativas, mais consistentes e eficazes. Estas tornaram-se difíceis de implementar, por falta de dinâmicas locais com bases económicas e sociais mais sólidas, capazes de fixarem as populações, a longo prazo, e de sustentarem os processos de desenvolvimento rural.

No Cachão, surgiu uma obra de apoio social aos trabalhadores que se fixaram na aldeia. Estes passaram a ter direito a: trabalho, formação profissional, habitação, posto médico, ensino para os filhos, habitações equipadas (electricidade, água canalizada, saneamento...), valorização cultural e criação de um corpo social na aldeia (festas, cantina, CAT, cooperativa de consumo).

O CAICA ajudou a aldeia a desenvolver-se e a crescer, tendo atraído bastantes pessoas das aldeias limítrofes e de outros locais do distrito. Imprimiu dinamismo à agricultura do nordeste transmontano e foi o suporte de populações, pois forneceu-lhes trabalho e garantiu o escoamento para o mercado, interno e externo, da sua produção (Capítulo IV).

Como pólo de desenvolvimento regional e local, recebeu a visita de várias entidades oficiais e particulares. A imprensa (regional e nacional) publicou vários trabalhos sobre este empreendimento e as escolas promoveram visitas de estudo, confirmando a vitalidade e a utilidade que tinha, em questões de escoamento da produção e da formação escolar.

A obra surgiu durante o regime autocrático, ao longo do qual não se teve em consideração a opinião pública, nem houve o controle sobre o emprego dos dinheiros públicos. O

[402] AMORIM, Op., cit., (6/4/68), pp. 40-41.
[403] Obs.: o analfabetismo continuou a sentir-se na área do Romeu e poucos jovens conseguiram estudar, porque as dificuldades económicas se mantiveram activas e as práticas sociais e culturais não revelaram uma dinâmica eficaz.

empreendimento falhou em questões de planeamento e por não se terem resolvido problemas reais que garantissem à região o fornecimento da matéria-prima necessária ao contínuo funcionamento das várias fábricas do complexo[404]. Os operários tinham regalias e assistência social, mas os vencimentos pequenos contribuíram para a emigração de alguns deles[405].

Na Coleja, apesar de alguns melhoramentos terem levado um relativo bem-estar à aldeia e das dinâmicas económicas e sociais (trabalho, recursos naturais e agrícolas: peixe, caça, vinho e azeite), não se criaram alternativas que capacitassem a fixação da sua população. O isolamento demorou a ser solucionado. Os habitantes da Coleja tinham um nível de vida satisfatório e trabalho garantido nas quintas, ao longo do ano, mas os salários eram pequenos e não permitiram criar um estímulo propício à sua fixação (Capítulo IV).

As migrações contribuíram para algumas transformações sociais nos espaços rurais: o envelhecimento e a feminização das populações; a família alargada perdeu importância; a sociedade desestruturou-se; os valores familiares e religiosos começaram a perder significado; houve mobilidade social; alguns habitantes tornaram-se proprietários ou libertaram as suas terras de peias, de encargos e de dependências...(Capítulo VII)

As dinâmicas económicas (Capítulo IV), vividas pelas populações das três aldeias, entrelaçam-se com as dificuldades causadas pelo território (Capítulo II) e com as memórias: sociais (Capítulo III), culturais (Capítulo V) e políticas (Capítulo VI). Da simbiose entre estes elementos, resultará a compreensão dos fenómenos históricos que contribuíram para a saída das suas populações (Capítulo VII) e para aclarar a problemática inicialmente traçada.

[404] «Tivemos de ir buscar matéria-prima ao Alentejo e ao litoral». In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.
[405] Entrevista nº 3, Cachão: 2004 e Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

CAPÍTULO IV - MEMÓRIAS ECONÓMICAS

1 - Introdução

As muitas dificuldades (económicas, sociais, culturais e políticas) sentidas pelas populações do país, em geral, e pelas gentes transmontanas, em particular, ajudam a compreender um conjunto de factores que se relacionam e entrelaçam e servem para esclarecer as memórias apresentadas neste trabalho.

Alguns desses factores já foram clarificados: a dinâmica da complexificação da vida social, motivada pelo isolamento e pelas características do território transmontano (Capítulo II) e algumas das escassas melhorias sociais (nível de vida, habitação, equipamentos, estradas e caminhos, infra-estruturas...), resultantes do empenhamento do Estado, das autarquias e de alguns particulares (Capítulo III).

O factor económico, que será analisado no presente capítulo, ficou ligado a outras amplitudes da vida social que necessitam de ser esclarecidas, pois se tornaram decisivas e determinantes na evolução das populações: ajudaram algumas pessoas a fixar-se e a estabilizar-se no seu território, mas constituíram também uma forte motivação para a saída de outras.

A economia do país moveu-se por princípios e por dinâmicas que se torna importante caracterizar, a fim de se compreender o seu impacto no distrito de Bragança e nas memórias invocadas pelas pessoas das três aldeias.

O povo português revelava «tão largas reservas de energia, [...] tantas qualidades de sacrifício, dedicação e patriotismo» que Portugal podia constituir, na óptica de Salazar, uma «grande e próspera Nação»[1]. A solução passaria pela realização de uma «revolução económica e social», feita «de cima para baixo»[2].

O desenvolvimento pretendido para o país ficou condicionado pelas duas componentes – a agrária e a colonialista – adoptadas como essenciais pelo regime.

Relativamente à primeira, sobressai uma visão ruralizante, pois «o desenvolvimento industrial teria de subordinar-se ao agrícola», devido à «maior estabilidade», ao «seu enraizamento natural no solo» e à «mais estreita ligação com a produção de alimentos»[3].

Em relação à segunda, agarrou-se obstinadamente ao colonialismo, o que haveria de ter implicações no futuro do país e na falta de «oportunidades de se modernizar e liberalizar a sério»[4].

---

[1] Ressurgimento nacional. *NM*. Mirandela. (23/6/57), p. 3.
[2] REIS, Rogério - Afirmações oportunas. *NM*. Mirandela. (23/11/58), p. 1.
[3] CARREIRA, Henrique Medina - *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1996, p. 45.
[4] MEDINA, João - *Salazar e Franco. Dois Ditadores, Duas Ditaduras*. Actas dos Segundos Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1995, p. 166.

Salazar considerava que a democracia parlamentar era incompatível com o crescimento económico, dada a instabilidade e as lutas sociais que trazia. E para a recuperação financeira, que deveria preceder a estabilidade, era preciso que a acumulação de capital, interno e externo, viesse reforçar os sectores agrícola, industrial e os serviços, conseguindo-se, assim, reduzir a dimensão dos problemas políticos.

A economia do país, como sistema de produção e de trocas, destinadas a suprimir as necessidades dos indivíduos, conheceu dois períodos diferentes: o 1°, anterior aos anos 60, caracterizado por uma economia fechada, controlada, direccionada, de investimento em sectores prioritários (como o trigo...), de subsistência e de forte controle; o 2°, posterior aos anos 60, em que surgiu o desenvolvimentismo, a abertura ao exterior, a permissibilidade das exportações, a alteração de esquemas dinâmicos, a industrialização, a ampliação de infra-estruturas, a política dos melhoramentos, da valorização rural e das obras públicas.

Se ao 1° período, caracterizado por uma economia fechada e de subsistência, de acumulação de recursos[5], de auto-consumo e de venda restrita, correspondeu um capital parado, ao 2°, virado para uma economia de mercado, correspondeu um capital elástico[6], porque esteve sujeito às leis da oferta e da procura.

Durante o 1° período, «mais de um terço da população» rural viveu ao nível de subsistência e, no nordeste, continuou a vigorar um sistema muito antigo de relações económicas, caracterizado por uma economia fechada, em que o trabalho era pago em géneros e os produtos eram trocados sem haver circulação de moeda[7].

Com este tipo de economia de subsistência, «pretendia-se, acima de tudo, que servisse para fornecer força de trabalho braçal e bens alimentares a baixo preço»[8], tendo constituído um suporte do povo português e uma base de ordem social.

O Estado Novo fez a apologia desse mundo rural, «do pequeno campo com a cabra, a burra e a agricultura de auto-consumo» e em 1967 Salazar continuava a considerar que o ideal de vida do povo português era «um pequeno campo de cultivo, meia dúzia de animais e comida parca».

---

[5] Para os economistas Samuelson e Nordhaus, «economia de acumulação de recursos ou de afectação de recursos é o modo como uma economia distribui os seus recursos – os factores de produção — entre as várias utilizações possíveis, a fim de produzir um conjunto determinado de produtos finais». Este processo utiliza formas diversas de conservação de produtos, visando a sua posterior colocação no mercado. In SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. – *Economia*.16ªed. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, Lda., 1999, p. 737.

[6] Samuelson e Nordhaus referem-se a este conceito, afirmando que: «a elasticidade preço da procura ou apenas elasticidade preço mede a variação na quantidade procurada de um bem, quando o seu preço varia. A definição exacta de elasticidade é a variação percentual da quantidade procurada, dividida pela variação percentual do preço. Os factores económicos determinam a dimensão das elasticidades preço dos vários bens: as elasticidades tendem a ser maiores, quando os bens são de luxo, quando há bens substitutos e quando os consumidores têm mais tempo para ajustar o seu comportamento». In SAMUELSON e NORDHAUS, Op. cit., p. 64.

[7] FIGUEIREDO, António de - *Portugal: cinquenta anos de ditadura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, p. 225.

[8] BAPTISTA, Fernando Oliveira – Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos 30-1974). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n°7/8 (Dez. 1981), p. 61.

A crise de 1929 teve um impacto atenuado em Portugal, devido ao relativo isolamento da economia portuguesa e alguns dos seus efeitos foram até positivos, uma vez que o Estado já dispunha de recursos para a combater.

Salazar baseou toda a economia no equilíbrio orçamental rigoroso, na contenção sistemática das despesas públicas e no favorecimento de uma estabilidade entre a burguesia e as classes médias.

Em 1945, fez-se notar a facção que, dentro do Estado Novo, defendia uma estratégia industrializante para o país e a modernização da economia e da sociedade portuguesas. A Lei de Fomento e Reorganização Industrial (Lei nº 2005, de Março) foi publicada nesse ano.

Entre 4/2/1947 e 16/10/1948, o novo Ministro da Economia, Daniel Barbosa, procedeu a uma política de importações de bens de primeira necessidade, conseguindo um abaixamento de preços, a regularização dos abastecimentos e o fim progressivo do mercado negro e do racionamento. Esta política encontrou fortes resistências: uns acusaram o ministro de esbanjar as reservas de divisas acumuladas e de comprometer o equilíbrio da balança comercial[9]; outros acusaram-no de não atender aos interesses dos agricultores, porque as importações efectuadas concorriam com os produtos nacionais, rebaixando os seus preços[10].

Daniel Barbosa tinha como objectivo o incremento da agricultura[11] e da indústria e defendia que a industrialização possibilitava, não apenas os meios técnicos para o desenvolvimento agrícola, mas ainda o aumento do poder de compra da grande massa consumidora do país.

Apostou numa política de substituição de importações, através da reorganização e da reconversão industrial (electrificação nacional e criação de indústrias-base, como a metalúrgica do ferro, os adubos e os cimentos; investimentos na compra de maquinaria e de matérias-primas para a indústria, utilizando, para isso, as divisas acumuladas).

O Ministério das Finanças do ministro Lumbralles provocou uma resistência a esse projecto, ao criar dificuldades à execução das leis 2002, de 1944 (Lei da Electricidade Nacional), e 2005, de 1945 (Lei do Fomento e Reorganização Industrial).

---

[9] O Eng.º Araújo Correia, deputado e administrador da Caixa Geral de Depósitos defendia essa ideia, o que levou Daniel Barbosa a afirmar: «quando o Ministério da Economia pretende equipar o País com uma indústria nova, e ajudar qualquer outra que há interesse em fomentar ou em não deixar cair, quando o Ministério da Economia quer facilitar o caminho da nossa electrificação, encontra os maiores óbices na acção do Eng.º Araújo Correia, dentro da Caixa Geral de Depósitos». In *SÉCULO XX: homens, mulheres e factos que mudaram a História*. Lisboa: Edição do Jornal Público/El País, 1999, p. 387.

[10] Obs.: Salazar não pretendia desafiar os interesses da lavoura e essa afronta era conseguida por Daniel Barbosa, quer através da sua política e abastecimentos, quer pelos seus intuitos industrializantes.

[11] Obs.: a agricultura, durante o Estado Novo, era a actividade principal e a base de sustentação das populações rurais. Perante a crise que se instalou nesta actividade, mais acentuadamente a partir dos anos 60, a agro-indústria parecia ser, no nordeste transmontano, uma solução capaz de a resolver, de tirar a região do marasmo, de lhe dar desenvolvimento e de travar a emigração.

Salazar não atendeu às exigências do Ministro da Economia e aceitou a sua demissão. O ministro que lhe sucedeu, Júlio Castro Fernandes, procurou solucionar o equilíbrio da balança comercial, através da restrição das importações.

Sob a política seguida na década de 50, marcada pelo aspecto anticomunista do apogeu da guerra fria, pelo endurecimento do discurso ideológico e das práticas censórias do regime e pela aparente preponderância política da extrema-direita, a sociedade portuguesa começava a mais importante mudança estrutural que conheceria no séc.XX, marcada pelo triplo fenómeno da industrialização[12], da urbanização e da terciarização, a que viria a juntar-se, na década de 60, o fenómeno da explosão migratória.

Marcello Caetano emergirá, nesta época, como chefe da ala reformista, nos confrontos internos que se sucederam à morte de Carmona (Abril de 1951), tendo como pretexto a solução político-constitucional a dar à "sucessão". Do ponto de vista económico-social, Caetano era um forte impulsionador do planeamento económico moderno e dos projectos desenvolvimentistas, tanto no domínio do fomento industrial como no agrícola.

Fiel à prática integradora e neutralizadora, Salazar convidou Marcello Caetano: para vogal da comissão central da União Nacional (Junho de 1952); para membro vitalício do Conselho de Estado (Julho de 1952) e para ministro da Presidência, sucedendo a Lumbralles (Julho de 1955).

Muitos dos seus discípulos e "amigos políticos" foram-se afirmando na hierarquia do Estado: como deputados à AN, como membros juniores do Governo ou em altos postos da administração pública e corporativa, contando-se entre eles, integrado no sector da Economia, o Eng.º Camilo de Mendonça.

Caetano estabeleceu contactos e simpatias em praticamente todos os sectores da sociedade e no interior do próprio regime, vindo a criar afinidades pessoais e políticas com muita gente, entre a qual figurava o Dr. Trigo de Negreiros.

O marcelismo era claramente, nas eleições presidenciais de 1958, uma força de peso, a todos os níveis do Estado Novo, com afinidades com o PR e, através deste, com certos sectores das altas esferas militares, e defrontava-se já com a ala ultramontana, simbolizada por Santos Costa, que era partidária do regime e do seu chefe.

---

[12] Nos anos 60, depois de concretizadas algumas infra-estruturas essenciais (barragens, portos, estradas...), Portugal foi gradualmente deixando de ser um país «essencialmente agrícola» e lançou-se na industrialização, com: uma abertura cada vez maior aos capitais estrangeiros; diversos processos de modernização; estabilidade e desafogo financeiro (fomento de reformas económicas, com o apoio estatal; a previdência transforma-se em serviço público de segurança social; políticas sociais). As guerras africanas agravaram a crise do nacionalismo económico, simultaneamente no aspecto económico e no político. «Continuava a ser delicada a manipulação política e eram ainda bastante fortes os imobilistas, cujo coro engrossava, perante qualquer abertura». In LUCENA, Manuel de – Salazar, a «fórmula» da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XXXVI, nº110 (1991), pp. 168-170.

Durante o 1º período, dos quatro elementos de desenvolvimento humano (os recursos humanos, os recursos naturais, o capital e a tecnologia)[13] as populações da região transmontana apenas possuíam os dois primeiros. E mesmo nesses dois elementos havia carências, relacionadas com a educação e com a falta de energia eléctrica.

Vivia-se um ciclo de pobreza e havia muitos obstáculos ao desenvolvimento: fraca produtividade, rendimentos médios baixos, poupança e investimento pouco significativos e baixo ritmo de acumulação de capital. O recurso mais valioso era a terra e os terrenos aráveis, pelo que a maior parte da população activa trabalhava na agricultura. As pessoas com maiores proventos obtinham a maior parte do seu dinheiro no rendimento das suas propriedades. Os pobres possuíam poucos bens materiais e não dispunham de rendimentos da riqueza[14].

A estrutura da propriedade e o relevo acidentado da região dificultaram a introdução de tecnologias e de processos que aumentassem a rentabilidade da terra. Os trabalhadores labutavam muitas horas no campo e praticavam uma agricultura tradicional. Alguns agricultores começaram a possuir a própria terra e a sentir a necessidade de desenvolver práticas mais adequadas.

Durante este 1º período económico, foi necessário vencer muitos dos obstáculos que se puseram ao desenvolvimento, pelo que o governo teve de intervir para: aumentar os rendimentos; possibilitar a poupança; acelerar o aumento do capital e possibilitar o crescimento da produtividade.

O dirigismo económico fora aplicado por alguns Estados para relançar as suas economias, após a crise mundial de 1929, e resolver os graves problemas sociais, e mesmo políticos, que puseram em causa o funcionamento do liberalismo económico e deram azo ao surgimento do reformismo das sociais-democracias e ao autoritarismo de outros países. Portugal aplicou também o dirigismo e o plenismo à sua economia, para tentar desenvolver o país e para o tirar do seu atraso secular[15].

Os planos de fomento, que foram surgindo (Quadro IV.1, p. 218), encontraram uma justificação em Salazar para tal aplicação, quando defendia, em 28/5/1953, que: «a necessidade de planos na administração e na economia é filha da grandeza e complexidade das tarefas

---

[13] Samuelson e Nordhaus consideram factores de crescimento: «recursos humanos (oferta de trabalho, educação, disciplina, motivação); recursos naturais (terra, minerais, combustíveis, qualidade ambiental); formação de capital (máquinas, fábricas, estradas); tecnologia (ciência, engenharia, gestão, iniciativa empresarial)». In SAMUELSON e NORDHAUS, Op. cit., p. 519.

[14] Para Samuelson e Nordhaus, o rendimento «é distribuído aos proprietários dos factores de produção da economia, sob a forma de salários, lucros, rendas e juros» (p. 210) e a riqueza «consiste no valor monetário líquido dos activos possuídos num determinado momento» (p. 212). In SAMUELSON e NORDHAUS, Op. cit.

[15] O Estado português dirigiu e impôs «a economia institucionalizada» e comandou «a criação de um gigantesco sector público-corporativo da "economia nacional", destinado a deter conflitos económicos e garantir a "paz social". GARRIDO, Álvaro – Conjunturas políticas e economia. In LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.) – *História Económica de Portugal: 1700 – 2000*. Lisboa: ICS, 2005. Vol. III, p. 460.

colectivas e que os aumentos demográficos e os altos níveis de vida das populações impõem aos estados modernos»[16]. O Estado fez vários investimentos para viabilizar o planeamento económico programado (Anexo 39, Vol. II, p. 76), o que acabou por ter reflexos na economia:

Quadro IV.1

Os Planos de Fomento (1953 a 1973)

Plano	Período	Características	Factores de crescimento da economia portuguesa
LRE	1935-50	1-Gerais: nos anos 30 houve experiências de compatibilização financeira: orçamentos anuais e investimentos plurianuais. 2-Aplicações (%): -sector produtivo 32 (agricultura 30,7; indústria (a) 1,3); -infra-estruturas 68 (energia 1,5; transportes e comunicações 36,4; habitação e urbanismo 30,1). -total (milhões de contos a preços correntes): 4,4 -Em percentagem do PIB: <2 3-Financiamentos (%): -Sector público administrativo: 100	1926-50: estabilização da economia portuguesa; lançamento das bases do crescimento moderno; II Guerra Mundial. Em 1935, a Lei da Reconstituição Económica (LRE), que vigoraria entre 1935 e 1950, deu conta de algumas preocupações que seriam incorporadas e desenvolvidas nos Planos de Fomento. A avaliação positiva que viria a ser feita à aplicação desta lei seria importante para aprofundar as práticas de planeamento, até aí ensaiadas, e para as traduzir em planos formais.
I	1953-58	1-Gerais: conjunto de investimentos orientados para a construção de infra-estruturas (electricidade; rede telefónica; transportes e comunicações; hidráulica agrícola, silvicultura e pesca; investigação e ensino técnico) e para a industrialização[17]. 2-Aplicações (%): -sector produtivo 29,3 (agricultura 17,4; indústria, 11,9); -infra-estruturas 70,3 (energia 35,3; transportes e comunicações 32,8; educação e saúde 2,2). -total (milhões de contos a preços correntes): 8 -Em percentagem do PIB: 2,4 -Em percentagem da FBDF: 14,2 3-Financiamentos (5): -Sector público administrativo: 51- -Capital estrangeiro: 10 -Empresas públicas e privadas: 39	1950-73: época de ouro do crescimento português (de 1953-73: taxa de crescimento anual do PIB per capita de 5,6%): a) 1950 - o crescimento da economia portuguesa acelerou: -Portugal manteve-se neutral em relação à II Guerra Mundial, o que levou a uma evolução positiva nas trocas e a uma acumulação de reservas de ouro e de divisas; -ao abastecer de alimentos e matérias-primas os beligerantes, aumentam imenso as exportações; -o grau de abertura da economia portuguesa passou de 5,5%, para cerca de 9% do PIB; -aumenta a procura dos nossos produtos e há uma explosão nas trocas: consequências positivas na poupança e no investimento. b) a partir de 1950, Portugal começou a receber ajuda (Plano Marshall) e verificou-se: -acumulação de capital físico; -progresso técnico; -redução da taxa de analfabetismo; -aumento da taxa de investimento; -alteração da estrutura da população (diminuição no sector agrícola e aumento no industrial).

[16] Cit. por REIS, Rogério - O futuro do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (12/2/67), p. 6.

[17] Obs.: segundo Marcello Caetano e Ferreira Dias, ideólogos do industrialismo, a proposta original do plano, de transformação estrutural e de modernização da economia, acabou por ser substituída por um simples plano de obras públicas. Tratava-se, de qualquer modo, da primeira tentativa sistemática de intervenção estratégica do Estado, a nível macroeconómico.

II [18]	1959-64	1-Gerais: aceleração da taxa de crescimento do PIB (4,2% ao ano); melhoria do nível de vida (aumento do consumo privado em 2,8%); resolução dos problemas de emprego (22.000 novos empregos anuais); melhoria da balança de pagamentos (redução do défice da balança comercial). -Prioridade na estratégia de investimento, mas com base na iniciativa privada. 2-Aplicações (%): -sector produtivo 44,8 (agricultura 17,3; indústria 27,5); -infra-estruturas 55,2 (energia 21,4; transportes e comunicações 30,8; educação e saúde 3). -total (milhões de contos a preços correntes): 21 -Em percentagem do PIB: 4,3 -Em percentagem da FBDF: 20,4 3-Financiamentos (%): -Sector público administrativo: 23 -Capital estrangeiro: 23 -Empresas públicas e privadas: 54	c) 1950 – 1973 – anos de ouro do crescimento mundial. Os países da Europa do Sul cresceram, a ritmos superiores aos da Europa Ocidental: -reintegração desses países nos fluxos de comércio internacional; -transferências de tecnologia e de investimento; -explosão dos fluxos de turismo e das remessas dos emigrantes; -a produtividade cresce: 1,8% na década de 50 4,25% entre 1961 e 1972; - a taxa anual de crescimento do PIB, entre 1950 e 1973, foi de 6%; - a taxa de investimento chega a 36%, em 1973 (das mais elevadas no mundo); -aumenta a competitividade da economia até 1965; -Portugal começa a abandonar o isolacionismo do pós-guerra e a participar nos movimentos políticos de internacionalização: 1960-Entrada na EFTA; adesão ao BIRD e ao FMI; 1962-adesão ao GATT; 1963-1º financiamento do Banco Mundial a Portugal; 1986- adesão à CEE.
Intercalar	1965-67	1- Gerais: surge a preocupação com o planeamento regional e a distribuição mais equitativa do rendimento. Maior preocupação social: condições de vida da população. –Passou-se de «planos parciais, formados pela adição de alguns programas parciais e de investimentos públicos», para um «esquema de programação global suficientemente consistente»[19]. Logo, veio a ser o 1º plano integral da economia portuguesa. –Desperta a necessidade de liberalização do comércio externo e de as empresas enfrentarem a concorrência externa. 2-Aplicações (%): -sector produtivo 55,5 (agricultura 8,2; indústria 43,1; turismo e serviços 4,2); -infra-estruturas 43,9 (energia 17; transportes e comunicações 18; habitação e urbanismo 5,4; educação e saúde 3,5). -total (milhões de contos a preços correntes): 35 -Em percentagem do PIB: 9,6 -Em percentagem da FBDF: 42,9 3-Financiamentos (%): -Sector público administrativo: 30 -Capital estrangeiro: n.d. -Empresas públicas e privadas: n.d.	-Avanços significativos a nível da educação e transformação profunda das estruturas produtivas, com redução de mão-de-obra no sector primário (décadas de 50 e 60); -de 1959 a 73, o grau de abertura da economia subiu de 14 para 25%; -de 1959 a 65, o índice de quotas de mercado das exportações portuguesas subiu cerca de 26 pontos percentuais; -de 1957 a 73: emigração de trabalhadores e diminuição da população activa, em cerca de 25%; diminuição da taxa de desemprego; redução do subemprego agrícola; subida da taxa de salário; forte subida da intensidade capitalística da economia; reequilíbrio da balança de pagamentos com as remessas dos emigrantes; redução dos direitos aduaneiros: de 12% das importações, em 1959, para 7,3% em 1967; bastantes contratos de tecnologia importada; grande expansão do IDE, a partir de 1965, devido ao FBCF, ao emprego industrial e às exportações. -1972 – acordo assinado entre Portugal e a CEE (reforço dos industrialistas do regime).

[18] Obs.: com este plano, pretendia-se acelerar o ritmo de incremento do produto nacional, aumentar a produtividade de capital fixo, melhorar o nível de vida, garantir e proporcionar emprego e melhorar a balança comercial. Durante o período que vigorou, estabeleceu-se o compromisso entre as duas alas do regime: a conservadora, nacionalista e ruralista e adepta da EFTA; e a ala liberal, industrialista e modernizadora, partidária da CEE.

[19] MOURA, Pereira de - *Para onde vai a economia Portuguesa?* 4ªed. Lisboa: Seara Nova, 1973, p. 43.

III	1968-73	1-Gerais: Correcção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento (criação de uma orgânica de planeamento regional). Relevo para os sectores sociais da economia (Anexo 26, Vol. II, p. 50). -necessidade de abandonar o modelo de crescimento, baseado na orientação interna, para uma visão baseada nas vantagens comparativas e na concorrência internacional. – necessidade de uma política de promoção das exportações. –tentativa de liberalização do regime salazarista, com a mudança do estado corporativo em estado social. 2-Aplicações (%): -sector produtivo 48,4 (agricultura (b) 13,5; indústria 25,2; turismo e serviços 9,7); -infra-estruturas 51,5 (energia 14,6; transportes e comunicações (c) 23,8; habitação e urbanismo 6,6; educação e saúde 6,5). -total (milhões de contos a preços correntes): 122 -Em percentagem do PIB: 10,1 -Em percentagem da FBDF: 39,1 3-Financiamentos (%): -Sector público administrativo: 29,7 -Capital estrangeiro: 13,1 -Empresas públicas e privadas: 57,1	Resultados dos Planos de Fomento: LRE: aplicação condicionada por objectivos do equilíbrio orçamental; privilegiou as infra-estruturas, relativamente à educação.. I Plano de Fomento: concentração de infra-estruturas e concentração industrial nos distritos de Lisboa e Setúbal; II Plano de Fomento: desenvolvimento da indústria de base e plano de rega do Alentejo; a dinâmica de crescimento aprofundou os desequilíbrios económico-sociais entre as diferentes regiões do país e agravou os mecanismos de concentração urbana, em redor de Lisboa e Porto. Plano Intercalar: não modificou as orientações fundamentais dos planos anteriores. III Plano de Fomento: foi o primeiro a incorporar objectivos de desenvolvimento e de ordenamento do território. Foi o ponto de partida para a estruturação das bases de uma política regional e de ordenamento do território.

(a) minas; (b) inclui pescas; (c) inclui «melhoramentos rurais»

Fonte: ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de - *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. Vol. I, pp. 284-286; 315-319 e 469-480; Vol. II, pp. 739-742 e 778-783.
Ministério do Planeamento (1993); Nunes e Valério[20]; Nunes e Brito[21]; Neves[22]: obras citadas por Lains[23].

O 2º período ficou marcado pela modernização sócio-económica que ocorreu em Portugal, entre 1961 e 1973. Nesta época, o Estado, além de pensar no crescimento económico (a subida e o nivelamento dos salários reais...), teve de se preocupar com a construção de um Estado de bem-estar social (controlo das doenças, melhoria das condições de saúde e de nutrição, assistência na doença, rede de água potável...), com o acesso ao consumo de determinado tipo de bens, com o aumento da escolaridade, com a redução do analfabetismo, com a formação profissional... (Cf. Capítulos II, III, IV e V).

[20] NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno - A Lei de Reconstituição Económica e a sua Execução. Um exemplo dos projectos da política económica do Estado Novo. In *Estudos de Economia*, 1983. Vol.3, pp. 342 e 353.
[21] NUNES, Ana Bela; BRITO, José Maria Brandão de – Política económica, industrialização e crescimento. In ROSAS, Fernando (org.) - *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, pp. 306-351.
[22] NEVES, João Luís César das – *The Portuguese Economy. A Picture in Figures: XIX and XX centuries*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 210-211.
[23] LAINS, Op. cit., p. 175. (adaptado).

Em 1964, processou-se em Portugal uma transição económica: a passagem de uma economia agrícola, que ainda atingia 40% da população, para uma actividade industrial.

A economia portuguesa, condicionada pela política de estabilidade financeira, externa e interna, e pelos gastos com a guerra colonial, desde 1961, não vira evoluir a actividade agrícola, de forma a estar adaptada para a mudança.

A expansão do produto originado no sector primário tinha sido, entre 1959 e 1963, apenas de «2,4%». E, como a agricultura passara por uma longa agonia, havia perspectivas, durante este período, de encontrar uma melhoria para este sector, através da reforma agrária, da mecanização, do movimento cooperativo e corporativo, da renovação de culturas, do povoamento florestal e do incremento pecuário[24].

O crescimento económico do país justificava que houvesse: uma maior modernização do sector agrícola, para obter o máximo rendimento possível, numa economia de mercado; uma diminuição da população agrária; a libertação e migração desta mão-de-obra para outras actividades económicas vitais, como a indústria.

O país, durante o 2º período económico, começou não só a combinar o trabalho[25], os recursos, o capital e a tecnologia, a crescer mais rapidamente, a aumentar a abertura da economia, a participar em movimentos internacionais e a quebrar com o isolamento internacional em que tinha vivido, desde o pós-guerra[26].

A expansão económica do país aumentou, num modelo de economia que, mesmo não sendo livre, porque dependia de organismos de controlo, manteve a estrutura da economia de mercado. A compra e venda de bens e produtos normalizaram, assim como o depósito de poupanças, houve uma relativa independência, face ao Estado, e defendeu-se a garantia da propriedade.

O Estado teve de criar mecanismos de mercado para garantir o funcionamento contínuo da economia portuguesa[27]. E como uma economia de mercado é, na concepção de Samuelson e

---

[24] REIS, Rogério - O dinheiro da Nação. *NM*. Mirandela. (8/12/63), pp. 1 e 3. No 2º período económico, o capital foi o substituto da terra. In REIS, Rogério -Trabalho e riqueza. *NM*. Mirandela. (4/9/60), p. 1.

[25] Trabalho é definido por Giddens como: actividade pela qual os seres humanos produzem riqueza, a partir do mundo natural e asseguram a sua sobrevivência. In GIDDENS, Op. cit., p. 872. O trabalho não deve ser considerado apenas como um emprego remunerado, pois nas culturas tradicionais, como as destas três aldeias, as relações económico-sociais estabeleceram-se através de um sistema de trocas e de permutas de bens por serviços ou de serviços por serviços e o sistema monetário era pouco utilizado.

[26] Além dos planos de fomento, a internacionalização foi promovida por outros meios: Portugal foi membro fundador da OCDE, desde 1948; em 1960, aderiu ao Banco Mundial e ao FMI e tornou-se membro fundador da EFTA – contribuição importante para o desenvolvimento do país – e, em 1962, aderiu ao GATT. In NEVES, João L. César das – O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XXIX, nº 128 (1994-4º), p. 1019.

[27] O Estado passou a ter uma maior intervenção na organização da actividade económica: «quer através de políticas de preços e de subsídios, quer através da correcção das estruturas produtivas e de comercialização, quer mesmo através da própria ajuda técnica...». In PINTO, Op. cit., p. 80.

Nordhaus, «um mecanismo elaborado para coordenar pessoas, actividades e empresas, através de um sistema de preços e mercados»[28], o Estado teve de organizar todo este processo.

Através da Lei dos Meios, para 1961[29], o governo concedeu incentivos para promover o investimento e o desenvolvimento das «regiões rurais e economicamente mais desfavorecidas», através da instalação de indústrias, nessas áreas territoriais, e do aproveitamento dos seus recursos[30].

Depois da Lei dos Meios ter sido publicada, o Ministério das Finanças elaborou o projecto de orçamento geral de Estado para 1963, que previa um saldo de 2.600 contos[31].

De 1945 a 1965, criaram-se em Portugal indústrias bem equipadas, que produziram «material circulante para os caminhos-de-ferro, mais de uma centena de milhar de toneladas de pasta de papel, motores e aparelhos eléctricos de todas as ordens»[32].

Mas, para que o país se integrasse no nível de desenvolvimento europeu, foi necessário[33], a partir de 1965:

-aumentar: a industrialização (indústria pesada); a produção de energia eléctrica; o nível cultural e técnico da população; a produtividade e responsabilidade profissional; a rede de transportes aéreos: Lisboa-Porto; Lisboa-Porto-Trás-os-Montes; Lisboa-Faro; Lisboa-Guarda;

-desenvolver: a indústria química (fertilizante e plástica); a rede rodo e ferroviária e os estaleiros de construção naval;

-desenvolver e estabilizar o turismo, com vários centros balneares (Póvoa de Varzim, Ria de Aveiro, Figueira da Foz, Estoril, Arrábida, Algarve, Madeira);

-modernizar: a agricultura, pelo melhoramento da técnica, pela assistência e pelo crédito; as infra-estruturas, no sistema de transportes: electrificação de linhas (Porto-Valença; Coimbra-Guarda; Lisboa-Faro) e construção das vias rápidas (Porto-Vila Franca; Lisboa-Elvas; Lisboa-Faro).

As estruturas e valores que foram surgindo tiveram em vista também o desenvolvimento regional: o equilíbrio orçamental; a hierarquia a controlar os pólos de crescimento e de desenvolvimento; a harmonia entre o mundo rural e o mundo urbano; a solidariedade social e a previdência; o trabalho como emprego, como ocupação e como valorização; a educação e o

---

[28] SAMUELSON e NORDHAUS, Op. cit., p. 26.

[29] Obs.: a Lei dos Meios era a parte do orçamento geral do Estado em que era dada autorização legislativa para realizar certas despesas e arrecadar as receitas necessárias para lhes fazer face.

[30] GASPAR, Op. cit. Nos anos 60, havia no distrito de Bragança os seguintes dinamizadores económicos, a nível de indústria agrícola: «em Macedo de Cavaleiros um, em Bragança dois ou três, em Vila Flor dois ou três, em Alfândega da Fé quatro ou cinco e em Mirandela quarenta. Esta representação prova a grande potencialidade de Mirandela e da sua grande propriedade». In Entrevista a um antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela (9/11/2006).

[31] Orçamento geral do estado. *NM*. Mirandela. (6/1/63), p. 1.

[32] M.N. - O que é necessário. *NM*. Mirandela. (11/4/65), p. 1.

[33] M.N. Op. cit., (11/4/65), p. 1.

combate ao analfabetismo; as férias (as colónias de férias...) e a comemoração dos feriados nacionais (a história, os heróis e a religião); a poupança; o convívio e a sociabilidade (Casas do Povo, o folclore, a Alegria no Trabalho, Serões para trabalhadores, a FNAT, os CATs); a concretização de projectos nacionais[34] e regionais.

A fim de serem concretizados alguns desses valores e estruturas e de causarem um impacto decisivo no desenvolvimento do país, foram considerados, em 1967, no III Plano de Fomento: os aspectos regionais; a educação, que se tornou um bem de consumo; a habitação, condição indispensável a uma vida digna; o turismo, fonte de prazer individual e de rendimentos colectivos; o aperfeiçoamento agrícola e industrial, a ampliar o poder de compra das populações activas; os transportes e as comunicações, «a possibilitarem uma comunidade nacional mais coesa e interligada; a valorização ultramarina, a criar o mundo lusíada»[35].

O desenvolvimento regional surgira na sequência das grandes crises que se tinham espalhado pelo mundo ocidental, durante a década de 30, tendo como objectivo a correcção dos desequilíbrios económicos e sociais entre as diferentes regiões. Em Portugal, este acontecimento foi resultado de um processo histórico que surgiu com a implementação da política económica do Estado Novo, entre finais da década de 60 e início da de 70.

De facto, em 1970, o país continuava a tentar superar «atrasos, adormecimentos e indecisões». Esses atrasos sócio-económicos eram mais visíveis na «faixa interior do País, desde os contrafortes transmontanos à serra algarvia», onde era necessário recorrer à industrialização, e à tecnologia existente, para a modernizar[36] e onde a acção do Estado e o impacto dos Planos de Fomento pouco tinham resultado (Quadros IV.9, IV.10 e IV.11, pp. 238, 242 e 245).

Durante o período de 1961-73, houve: uma redução das taxas de mortalidade, de natalidade e de mortalidade infantil; uma explosão urbana que levou a que, em 1970, quase 50% da população vivesse em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes; uma diminuição da população agrícola e um aumento da população da indústria e do sector terciário, entre 1960 e 1970 (Quadro II.9, p. 124 e Quadro IV.2, p. 224).

A agricultura conheceu um crescimento lento, a partir da década de 50, afectada por um conjunto de factores que não ajudaram a reabilitar esta actividade económica, tendo sido até ultrapassada pela indústria, em 1963 [37]:

---

[34] GASPAR, Op. cit.
[35] REIS, Rogério - Progresso e planificação regional. *NM*. Mirandela. (19/3/67), p. 1.
[36] Expressões proferidas pelo governador civil de Portalegre, no discurso de posse, do dia 22/1/1970, ao fim da tarde. In «O país colabora num esforço ponderado de renovação» - afirmou no discurso de posse o novo governador de Portalegre. *Diário de Notícias*. Lisboa. (23/1/70), p. 1.
[37] LAINS, Op. cit., p. 185.

Quadro IV.2

Crescimento da economia portuguesa: 1947-73
(taxas de crescimento entre anos de máximo em percentagem)

PIB		Agricultura		Indústria		Serviços		População	
1947-51	3,1	1947-51	4,6	1948-52	1,8	1948-52	4,2	1947-51	0,8
1951-57	4,2	1951-57	0,6	1952-56	5,8	1952-55	5,7	1951-57	0,4
1957-65	5,5	1957-65	1,3	1956-66	8,6	1955-64	4,9	1957-65	0,4
1965-73	7,2	1965-73	1,1	1966-73	8,6	1964-73	7,2	1965-73	- 0,5
1947-73	5,4	1947-73	1,6	1948-73	7,0	1948-73	5,7	1947-73	0,2

Fonte: BARDINI, Carlo; CARRERAS, Albert; LAINS, Pedro – The national accounts for Italy, Spain and Portugal. In *The Scandinavian Economic History Review*, 1995. Vol.43, pp. 115-146.

Em 1952, começou um período de recuperação do crescimento industrial que se acentuou em 1956 e se manteve nesse nível até 1973. Este facto prendeu-se com o fim do forte rigor económico, exercido pelo regime, e com a adesão de Portugal à EFTA, o que levou ao aumento da capacidade de exportação, por parte de alguns sectores industriais.

O sector dos serviços manteve uma pequena flutuação de crescimento e acabou por servir de contenção dos outros sectores económicos. Cresceu mais lentamente que a indústria, entre 1952-73, num período em que esta actividade conhecia uma mais rápida expansão.

O crescimento económico português registou, entre 1947 e 1973, taxas médias anuais positivas de 5,4% ao ano[38], quanto ao PIB. A taxa de crescimento populacional foi também positiva, excepto entre 1965 e 1973, devido à fuga das populações para outras regiões do país, para o ultramar e para o estrangeiro (Capítulo VII), o que faz pressupor que as medidas implementadas pelos planos de fomento não foram suficientes para lhes alterar as condições de vida, nem foram um factor de fixação nas suas terras.

Em 1973, a crise petrolífera teve um impacto negativo no crescimento da economia portuguesa: a taxa de inflação disparou para os 25% e a balança comercial registou um saldo negativo (a diferença entre as importações e as exportações foi da ordem dos 28 milhões de contos, em resultado da crescente dependência externa e da guerra colonial). Os fluxos migratórios diminuíram, devido a essa crise e ao estímulo ao regresso voluntário e definitivo dos emigrantes aos seus países de origem (Capítulo VII).

[38] LAINS, Op. cit., p. 186. «De 1958 a 1973, foi criada a nova estrutura da economia portuguesa. O produto quase triplicou no país, nesses quinze anos. A agricultura, que contribuiu com 34% do PIB e ocupava 43% da população em 1958, encontrava-se em 16% do produto total e 34% da população em 1973. A abertura ao comércio externo (importações + exportações) subiu de 41% para 56% do PIB». In NEVES, Op. cit., p. 1018. (Quadro IV.1, p. 218).

Ao longo do tempo em análise, a complementaridade entre a actividade agrícola e a industrial, ou a comercial, e os rendimentos proporcionados pelo êxodo rural ou pela emigração[39] permitiram, contudo, a sobrevivência de uma estrutura agrária e agrícola quase obsoleta. A população portuguesa, ligada a este tipo de agricultura, sentiu-se incapaz de responder às exigências de uma sociedade mais urbanizada e de uma economia cada vez mais industrializada, e o mundo rural continuava empobrecido.

A emigração viria a provocar o desenraizamento, em relação às estruturas patriarcais das pessoas, a ambição de alargar horizontes, o desejo de trocar uma actividade que ninguém dignificava, por uma vida que dava mais satisfação às suas ambições (Capítulo VII).

As transformações ocorridas levaram ainda a alterações nos salários[40] e no custo de vida[41]:

-aumentou o salário, devido, em parte, a uma rarefacção da mão-de-obra;

-a produtividade da agricultura não melhorou, o que veio provocar uma subida do custo dos géneros alimentícios de 1ª necessidade, que só poderia ser suportada pela produção não rural, desde que os seus salários também aumentassem. E isso aconteceria nos momentos em que as outras actividades, nomeadamente no sector da indústria, atingissem estádios mais avançados de desenvolvimento, necessários ao equilíbrio desta economia.

A indústria, o sector financeiro, o comércio externo e o investimento externo também mudaram. Na década de 50, apostou-se na indústria de bens de capital, para abastecimento do mercado interno e, na década de 60, na indústria de bens de consumo, para o mercado externo, sobretudo o europeu.

Os benefícios da abertura internacional, nomeadamente através do fomento das exportações industriais, não foram devidamente apreciados, ou foram considerados inferiores aos custos de uma maior liberdade financeira, podendo redundar, eventualmente, na fuga de capitais. O proteccionismo comercial e financeiro foi acompanhado de uma forte promoção da

[39] «Um dos principais e mais originais fenómenos da década de 60 tem lugar no campo demográfico. Entre 1960 e 70, a população portuguesa, como consequência da forte emigração, passou dos cerca de 8 milhões e 851 mil habitantes para os 8 milhões e 617 mil». As pessoas passaram a sair para a Europa Ocidental, algumas para o Brasil, América do Norte e Ultramar. E como entre 1960 e 1973, emigraram cerca de 1,4 milhões de portugueses, a população, sobretudo a dos distritos do interior, envelheceu. In *SÉCULO XX: homens, mulheres e factos*, Op. cit., p. 505.

[40] Em 1962, o nível de vida no distrito de Bragança era de 26, Beja 44, Aveiro 57, Porto 122 e Lisboa 290.
Os salários médios rurais dos trabalhos gerais eram os seguintes, em Dezembro de 1971:

Distrito	Homens	Mulheres
Aveiro	81$70	50$60
Beja	72$00	35$00
Bragança	**80$00**	**44$80**
Lisboa	103$30	50$00
Porto	75$00	53$30

In NAVARRO, Modesto - *Emigração e crise no Nordeste Transmontano*. Lisboa: Prelo, 1973, pp. 210 e 211.

[41] Evolução económica. *NM*. Mirandela. (10/5/64), p. 6.

estabilidade financeira interna: Salazar apresentou orçamentos excedentários, reformou a maquinaria fiscal e consolidou a dívida portuguesa externa.

A técnica orçamentológica portuguesa admitia dois conceitos: o de autorização e o de previsão. O 1º compreendia a autorização legislativa para realizar certas despesas e arrecadar as receitas necessárias para lhes fazer face. Esta parte do orçamento chamava-se: Lei dos Meios; o 2º conceito encontrava-se intimamente ligado à própria natureza do orçamento, que era um plano de acção, com vista ao futuro: orçar, é prever.

A política financeira do país, que dominava há mais de 3 décadas, era a do equilíbrio orçamental, conseguido com um peso demasiado pequeno da contribuição do Estado na despesa e no produto interno[42]. Um dos objectivos a que o orçamento dava primazia era o da promoção do crescimento da economia, através de obras de fomento[43].

Os planos de fomento implementados serviram para proporcionar algum desenvolvimento às várias regiões do país, porque as pessoas: tinham um baixo rendimento *per capita*, uma saúde e uma alimentação deficientes e uma esperança de vida curta; viviam em casas com poucos móveis, com poucas condições de higiene e com pouco conforto; chegaram a conhecer a fome e o racionamento de alimentos; conheceram elevadas taxas de natalidade e de mortalidade e baixos índices de alfabetização.

A aplicação dos Planos de Fomento (Quadro IV.1, p. 218):

-foram uma resposta do Estado ao fraco desenvolvimento da economia nacional;

-a sua aplicação «nasceu da atitude pragmática, perante o problema de optimização no emprego dos recursos inevitavelmente escassos para a obra sem limites de assegurar mais rápido progresso de todos os portugueses»[44];

-possibilitaram não só a racionalização dos investimentos públicos, mas conferiram igualmente uma coerência acrescida à intervenção estatal na economia;

-puseram em destaque a industrialização, o sector privado (regulado) e as relações externas. A agricultura foi vista, no II Plano de Fomento, como meio de suporte da indústria;

-passaram a incluir aspectos sociais de investimento, a partir de 1965: a habitação, a saúde e a educação, importantes para o crescimento económico;

-permitiram um diagnóstico mais aprofundado dos diferentes sectores, principalmente a partir do Plano Intercalar de Fomento, e a identificação de algumas das principais carências com que se debatia a sociedade e a economia portuguesas;

-passaram a aceitar os capitais externos e a cooperação com empresas estrangeiras;

---

[42] CONFRARIA, João – Política Económica. In LAINS e SILVA, Op. cit., pp. 397-398.

[43] Apesar de algumas contrariedades, «Portugal prosseguia serenamente a sua política de fomento, para garantir às gerações vindouras uma vida melhor». In Orçamento geral...Op. cit., (6/1/63), p. 3.

[44] NUNES, Alves Morgado - *O Planeamento Económico-social em Portugal. Planeamento e Integração, XVII/XVIII*, 1967, p. 3.

-desenvolveram técnicas de previsão económica;

-facilitaram a montagem de uma estrutura técnica de planeamento;

-ajudaram a avaliar a execução dos planos (a teoria e a prática);

-permitiram verificar que havia uma desigualdade entre esses planos e a realidade política, incluindo os governantes, cada vez mais hostis à sua aceitação, em áreas que interferissem com a sua esfera de intervenção[45].

Os Planos de Fomento foram, de facto, uma tensão constante entre os industrialistas, que exerciam a sua influência sobre os órgãos da administração pública (Secretariado Técnico para a Presidência do Conselho e os Gabinetes de Planeamento dos ministérios) e os conservadores que estavam representados nas estruturas fundamentais do aparelho de Estado (AN, Câmara Corporativa, Ministério do Interior...).

Através dos Planos de Fomento, os novos tecnocratas fizeram sentir a sua influência na vida política portuguesa e andaram "entretidos" a elaborar os planos, «mas reservavam para si o controlo da sua execução, de modo a que esta nunca pusesse em causa "os objectivos fundamentais do regime"»[46].

Durante este período, os mais influentes foram os industrialistas e os defensores do comércio livre, mas também se notou a acção dos «*lobbies* "ruralistas", proteccionistas e colonialistas»[47]. Na luta constante entre políticos conservadores e tecnocratas, o saldo final beneficiou os primeiros, durante a sobrevivência do Estado Novo.

Os planos de fomento acabaram, de facto, por dar um contributo para o que foi o período de mais rápido crescimento da economia portuguesa, mas a implementação do processo de planeamento e os elevados ritmos de crescimento económico não foram suficientes para garantir um desenvolvimento mais harmonioso para a generalidade da população portuguesa.

Manuela Silva considera que «20 anos de planeamento não foram bastantes para erradicar a pobreza, conseguir níveis de vida aceitáveis, reduzir as desigualdades, garantir o emprego e a segurança social à generalidade dos cidadãos». O planeamento da economia, da forma como foi implementado em Portugal, «não permitiu equacionar e muito menos resolver os grandes problemas de um desenvolvimento orientado à melhoria das condições de vida com redução das desigualdades»[48] (Capítulo VIII).

---

[45] SILVA, Manuela [et al.] – *O Planeamento Económico em Portugal – Lições da Experiência*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984, p. 22.

[46] ROSAS e BRITO, Op. cit., p. 258.

[47] NEVES, Op. cit., 1994-4°, p. 1018. Até aos últimos dias do governo de Salazar oscila entre as pulsões reformistas dos adeptos da «nova economia» [...], que defendem a integração económica europeia, e a utopia integrista dos que, em simultâneo, subscrevem a unificação económica e monetária do império – o chamado "mercado único português"». In GARRIDO, Op. cit., p. 466.

[48] SILVA [et al.], Op. cit., p. 26.

2 - As memórias sobre a economia do distrito de Bragança

2.1 - As alterações económicas no distrito de Bragança

A economia na região transmontana foi girando em torno de algumas práticas: comunitárias (comunitarismo, entreajuda), de uma economia pré-capitalista, de cariz localizado e familiar[49] e, posteriormente, de economia capitalista (de mercado).

O tipo de economia de mercado levou, de uma forma lenta e limitada, a uma valorização do meio rural, à introdução de novas tecnologias, unidades fabris, novos tipos de produção, de conservação e de canalização da produção para os mercados nacionais e internacionais.

As tentativas de desenvolvimento da região foram implementadas, através de campanhas e de projectos, durante os quais, não só a contribuição do Estado, como também a acção de particulares e das Câmaras poderia ter tido outra visibilidade.

Nesta mudança, foi importante, na região, «desenvolver a agricultura, utilizando métodos modernos de cultura, plantar muitas árvores de fruto, alargar as áreas florestais com matas de sobreiro e castanho bravo, irrigar os campos, tanto quanto possível...»[50].

A agricultura e a pecuária[51] foram actividades muito importantes, pelo que a região, como ficou bastante isolada e muito esquecida do poder central, durante muito tempo, teve de ir vivendo dos recursos que ia extraindo destas actividades e de algum rendimento que se ia obtendo. Porém, o rendimento apurado por habitante/ano era muito pequeno, em 1962, e registava-se um grande desnível entre as várias regiões do país: «no distrito de Bragança era de 3.364$00, no de Aveiro 7.308$00, no do Porto 10.324$00 e no de Lisboa 15.544$00»[52].

---

[49] A unidade de produção familiar assentou em dois pólos diferentes: «a unidade familiar produtora de recursos materiais (terra, força de trabalho, capital, informação, redes de relações, etc.), culturais e simbólicas [MARINI, M.; PIERONI, O.- Relación entre la Familia y el Entorno Social. Tipología de las Familias Agrícolas en una zona marginal (Calabria). In *Cambio Rural en Europa*. Madrid: Ministério de Agricultura Pesca y Alimentación (ed.), Arkleton Research, 1987, p. 207] e de necessidades e objectivos (alimentação, educação, conforto, etc.); e, por outro lado, «o contexto envolvente (físico, económico, social, político), com seus constrangimentos (climáticos, qualidade do solo, formas e extensão dos mecanismos de extracção de mais-valias, medidas de política, mecanismos legais e institucionais reguladores do acesso à terra e à água, sistemas de valores, etc.) e oportunidades». In RIBEIRO, Maria Manuela Macedo – *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, pp. 23-24.

[50] GONÇALVES, João - Trás-os-Montes região "segregada". *NM*. Mirandela. (23/8/59), p. 4.

[51] «Em Bragança, uma larga representação dos mais conhecidos e importantes agricultores e criadores de gado bovino da vasta região bragançana, que era dirigida pelo Intendente da Pecuária, Dr. David Alfredo Costa, foram recebidos no salão nobre do governo civil, pelo governador Eng.º Francisco José de Sá Vargas Martins Morgado, para agradecer «o valioso subsídio de 3.750 contos, concedido à lavoura de todo este distrito para a Campanha de Saneamento de Tuberculose de bovinos de trabalho», o que mostra a «importância da pecuária regional, na economia de todo este distrito e da própria Nação [...] uma das coisas mais válidas de toda esta vasta região bragançana». In C.- A lavoura de Bragança grata ao governo. *Diário do Norte*. Porto. (14/10/69).

[52] NAVARRO, Op. cit., p. 210.

A população activa do distrito de Bragança, que esteve integrada em actividades ligadas ao sector agrícola, conheceu, como já vimos, uma evolução diferente, se comparada com a de Portugal Continental:

Quadro IV.3

População activa agrícola na população activa total (%)

	1950	1960	1970	Decréscimos (pontos)		
				1950-60	1960-70	1950-70
Bragança	**73,4**	**75,0**	**70,3**	**-1,6**	**4,7**	**3,1**
Portugal Continental	47,0	41,5	30,0	5,5	11,5	17,0

Fonte: PEREIRA, Op. cit.

Os valores registados no quadro permitem-nos verificar que, ao longo dos anos considerados, houve uma forte ligação da população do distrito de Bragança às actividades deste sector, com o predomínio de técnicas agrícolas e de sistemas de cultivo tradicionais, tendo daí advindo as respectivas consequências, em termos de desenvolvimento (Capítulo III; Quadro III.3, p. 154).

A população activa do país, integrada no sector primário, passou de 47 %, em 1950, para 30% em 1970, enquanto no distrito de Bragança, passou, nos mesmos anos, de 73,4% para os 70,3%. Estes números mostram uma evidente inferioridade da região, em relação ao país, facto contemplado no III Plano de Fomento, ao pretender-se impulsionar a política regional, pelo que a área de Trás-os-Montes viria a ser integrada numa «sub-região económica»[53] (Anexo 40, Vol. II, p. 77 e ss.).

O plano de fomento estabelecia, entre outros investimentos, o dispêndio de «14,6 milhões de contos na agricultura, silvicultura e pecuária e quase 3 milhões em melhoramentos rurais»[54].

Em 1964, verificou-se por todo o distrito de Bragança uma «verdadeira revolução na indústria agrícola». Era uma «obra grandiosa» que se erguia, em vários pontos da região, um grande surto de realizações no sector agrícola: a formação de técnicos, elementos válidos de acção e de direcção, para apetrechar a agricultura do nordeste transmontano; a entrada em funcionamento, em finais desse ano, da Escola Técnica de Mirandela e a elevação do baixo nível de vida das zonas rurais[55] (Capítulo V).

[53] REIS, R., Op. cit., (11/2/68), p. 1.
[54] REIS, R., Op. cit., (11/2/68), p. 1.
[55] VILARES, Santos - Caminhos paralelos. *NM*. Mirandela. (26/4/64), p. 1.

Houve lugares que incorporaram incompletamente a modernização e tecnologicamente se sentiram afectados por ela, pois mantiveram práticas e tecnologias antigas (Coleja), enquanto outros passaram a dispor de tecnologia moderna (Romeu e Cachão[56]), conhecendo um novo período de produção de transformação e de acumulação da produção.

Em 1965, para valorizar a região de Mirandela pediu-se: a ampliação da escola técnica, uma escola de enfermagem, o ensino liceal, um colégio particular, a biblioteca Calouste Gulbenkian e um centro de cultura para preservar o património concelhio[57].

Em 1967, dois acontecimentos contribuíram para que o distrito de Bragança melhor se realizasse: a concretização das infra-estruturas materiais, obra levada a cabo pelo Ministério das Obras Públicas; e a obra iniciada pela FGLNT, presidida pelo Eng.º Camilo de Mendonça[58].

Mirandela foi contemplada com as seguintes obras, integradas no III Plano de Fomento: a ampliação da escola técnica, a estrada de Cedães, o aproveitamento agro-industrial do Cachão, núcleo importante para «comandar a economia da província», e a ponte sobre o rio Tua[59].

O futuro do distrito de Bragança assentaria, segundo o NM (1967), em 4 pólos de desenvolvimento: Bragança (estudos), Miranda do Douro, Freixo de Espada-à-Cinta e Carrazeda de Ansiães (turismo), Mirandela (riqueza agrícola, núcleo agro-industrial do CAICA, incremento educacional) e Moncorvo (amendoeiras, ferro). Os restantes concelhos seriam uma espécie de «zonas satélites» dos anteriores, sem contudo perderem as suas características próprias[60].

O distrito de Bragança precisava, ainda, de ver concretizadas as seguintes realizações: indústria de celulose, florestação, reconversão agrária e irrigação, comércio, crédito em módicas condições, pequena indústria bem coordenada, organização corporativa melhor estruturada e valorização da pessoa humana[61].

Em 1968, tinha-se conseguido já alguns resultados promissores: havia receptividade à introdução de novas técnicas na agricultura e os serviços corporativos, através da FGLNT, deixavam os reflexos da sua acção, nas campanhas de comercialização da produção agrícola (mesmo com prejuízo financeiro), mercê da acção dos seus responsáveis[62].

A acção corporativa passou a representar, na região, o factor da mais evidente importância para todos os que trabalhavam com muito esforço as despidas courelas. Os agricultores, presos às terras de seus antepassados, mereciam bem a ajuda que lhes estava destinada. Mas também

---

[56] As transformações que estavam a ocorrer também na zona do Cachão, relacionadas com o CAICA, levaram algumas pessoas a vender as suas propriedades (Anexo 47, Vol. II, p. 106). In Propriedades em venda no Cachão. *NM*. Mirandela. (18/10/64), p. 4.
[57] REIS, Rogério - E em Mirandela? *NM*. Mirandela. (26/9/65), p. 6.
[58] REIS, Rogério - Progresso económico e valorização humana do distrito de Bragança.*NM*.Mirandela. (5/2/67), p.1.
[59] REIS, R., Op. cit., (11/2/68), p. 1.
[60] REIS, R., Op. cit., (12/2/67), p. 6.
[61] REIS, R., Op. cit., (12/2/67), p. 6.
[62] ÉMETÈ - A Previdência rural na desejada arrancada do nordeste. *NM*. Mirandela. (22/12/68), p. 2.

precisavam de apoio os empresários agrícolas, uma vez que continuavam a pagar pontualmente as suas folhas de salários, bem como as alfaias e adubos que necessitavam, e os géneros que consumiam, cada vez mais caros[63].

Como tentativa para remediar o problema causado às terras pelo êxodo rural, a organização corporativa, através da FGLNT e do CAICA, criou núcleos de mecanização, dispersos pelas freguesias, amparados e orientados por técnicos e completados por um grandioso apoio financeiro de reconversão cultural e de mecanização[64].

A pouco e pouco, o trabalhador rural foi-se moldando a uma nova mentalidade e viu-se satisfatoriamente remunerado e apoiado.

Os produtos cultivados passaram a ser recebidos com relativa rapidez e levados às diversas cooperativas polivalentes, serviços gremiais e outros da mesma grandeza, espalhados por toda a região, para serem preparados, comercializados ou transformados e dali conduzidos ao consumidor, a preços mais satisfatórios[65].

O incremento económico da região fez com que se criasse uma colaboração entre entidades privadas e organismos oficiais. Essa cooperação precisava de ser intensa, a nível da actividade agrícola, pois esta era a base económica da região e representava uma possibilidade de fomentar a indústria, a ela ligada.

A agricultura, para assumir um papel de maior relevância, no ansiado desenvolvimento regional, precisava de se modernizar e de se tornar competitiva (aumentando o rendimento do trabalho, os benefícios sociais e os resultados da exploração).

A abertura europeia da economia portuguesa traria benefícios e as características regionais do distrito de Bragança, nomeadamente para certos tipos de horticultura e de fruticultura, eram particularmente favoráveis para satisfazer a procura da Europa, a um bom nível de preços, particularmente, a de França e da Alemanha.

Um acordo, em termos europeus, levaria a encontrar mercados mais compensadores do que aqueles que se registavam no mercado interno. Todavia, era preciso, como defendia o Eng.º Camilo de Mendonça, «uma verdadeira revolução técnica, de estrutura de propriedade e de orientação»[66], isto é, um sistema orientado por uma finalidade bem definida.

As empresas[67] agrícolas e agro-industriais, existentes nas áreas das aldeias analisadas, tendo como objectivo produzir e vender bens, eram constituídas por unidades produtivas

---

[63] ÉMETÈ, Op. cit., (22/12/68), p. 2.
[64] ÉMETÈ, Op. cit., (22/12/68), p. 2.
[65] ÉMETÈ, Op. cit., (22/12/68), p. 2.
[66] Entrevista concedida pelo Eng.º Camilo de Mendonça In Temas em debate: vento do nordeste. *Observador*. Lisboa. (24/9/71), pp. 21 a 26, também reproduzida no *Mensageiro de Bragança* de 8/10/71.
[67] Obs.: os empresários do país aceitaram os controles burocráticos do regime, em troca de restrições à concorrência e para que houvesse apenas um pequeno sector público. Em geral, existia uma relação de parceria entre os administradores das grandes empresas e a classe política, de governantes e altos funcionários. O sistema de

privadas, girando em torno da produção agrícola, representadas pelas quintas, pelos casais, por uma grande casa agrícola "A Casa Menéres" e pelo empreendimento do Complexo Agro-Industrial do Cachão (sistema cooperativo).

O tipo de capitalismo estabelecido no Romeu foi o capitalismo familiar[68], uma vez que foi constituída uma sociedade, a Sociedade Clemente Menéres, Lda., que era uma empresa dirigida por membros da mesma família, que ia sendo transmitida aos seus descendentes, "até à 4ª geração", com a finalidade de manter a «casa indivisa». Esta empresa familiar teve também uma atitude «paternalista», em relação aos seus empregados, dando-lhes benefícios materiais (habitação, ajuda financeira), culturais (Casa do Povo, escola, museu) e assistenciais (Creche, Cantina...).

As pequenas quintas do Cachão e as quintas da região da Coleja assentaram igualmente as suas bases num tipo de capitalismo de gestão familiar, com a participação de: feitores, caseiros e capatazes. A gestão do Cachão, por sua vez, esteve entregue ao Eng.º Camilo de Mendonça, apoiado por um grupo de técnicos qualificados.

Em muitas quintas da área da Coleja, os negócios das empresas só foram entregues a pessoas que assumiram o papel e o título de administradores, após 1980, altura em que se "revolucionou" o sistema de plantio, se procedeu a uma maior maquinização da produção e da extracção das uvas e surgiram técnicos a apoiar todo o processo.

A economia que surgiu nas três aldeias, ao longo dos dois períodos referidos, foi uma economia de preservação de produtos para consumo familiar e para venda posterior, quer no mercado local, quer no nacional e internacional: a Coleja escoou, essencialmente, o vinho tratado e o azeite, além de fruta, amêndoa e horto-industriais; o Cachão, em finais dos anos 60, graças à implementação de processos ligados à agro-indústria, passou a colocar no mercado não só os produtos tradicionais (azeitona, amêndoa, compotas), mas também os produtos modernos (espargo, pimento...)[69] e da pecuária; o Romeu escoou a cortiça, o azeite, o vinho (consumo e tratado), as frutas e as compotas.

Estas empresas (a Casa Menéres, no Romeu; as Quintas do Douro, na área da Coleja e o CAICA, no Cachão) foram empresas agro-industriais[70], porque a produção de alimentos se foi industrializando. O processo de produção passou a recorrer a máquinas e o fabrico, transporte,

---

condicionamento industrial, instaurado em 1931, e o proteccionismo colonial, beneficiaram apenas grupos económicos restritos.

[68] Giddens faz corresponder o capitalismo familiar aos finais do séc.XIX e inícios do XX (pp. 591-592) e define-o como sendo «empresas capitalistas propriedade ou administradas por famílias» (p. 874). Para este autor, as famílias possuíam uma grande empresa e como tinham diversos interesses, «permaneciam no vértice dos impérios económicos». In GIDDENS, Op. cit.

[69] Obs.: o Cachão teve um papel importante, não só na dinamização da economia regional e nacional, como também nos processos utilizados para a conservação e para o escoamento da produção.

[70] Segundo Giddens, o termo agro-indústria (agribusiness) foi inventado por Ray Goldberg, da Harvard Business School, para se referir ao facto de a produção de alimentos se ter industrializado. In GIDDENS, Op. cit., p. 632.

armazenamento e escoamento passaram a estar organizados de uma forma sistemática. O uso de adubos e pesticidas, bem como a selecção de sementes, de plantas e de enxertos, passaram, também, a obedecer a uma «lógica industrial»[71].

Em cada aldeia surgiram, ao longo dos tempos, diferentes tipos de exploração (Capítulo IV, ponto 4, p. 297), direccionados para o tipo de produto a preservar e a escoar, representando formas diferentes de organização da propriedade rústica e modos específicos de exercer o domínio sobre o território: as quintas, formadas por médias e por grandes propriedades, eram constituídas pelos terrenos cultivados e por uma ou várias casas de apoio à exploração agrícola (uma casa de habitação para o dono, outra para o caseiro e construções anexas para o pessoal fixo); entre as pequenas propriedades, forma de domínio mais abundante na região, surgiram: as parcelas (pequenos terrenos); as leiras (tabuleiro de terra; belga, jeira, courela) e as courelas (nesga de terra cultivável, comprida e estreita, também chamada casal. O casal era uma propriedade rústica, especialmente composta de olivais e ficava localizada em terra diferente da residência)[72], que podia ter um cardenho, servindo de apoio à actividade agrícola.

Todos esses tipos de propriedades existiram nas três aldeias: as quintas (as quintas do Douro, na Coleja; as pequenas quintas no Cachão e a Quinta da Casa Menéres[73], no Romeu), as médias propriedades[74] e as pequenas propriedades (courelas, parcelas...), distantes umas das outras e espalhadas pelos montes e serras ou nas margens de rios e ribeiros, muitas vezes resultantes de heranças ou de aquisições limitadas, devido ao fraco poder aquisitivo dos agricultores.

A representatividade destes diferentes tipos de propriedade e o impacto que vieram a assumir na economia local, acabaram por ter reflexos sobre a posse, o usufruto e o domínio exercido sobre o território; sobre a forma de gestão adoptada para exercer o domínio sobre as propriedades[75] e sobre o território, onde estas se implantaram; sobre o valor das propriedades, num contexto de economia rural; sobre as práticas comunitárias e o individualismo; sobre a forma como a sociedade se organizou e explorou as respectivas propriedades e como distribuiu os rendimentos do trabalho...

---

[71] GIDDENS, Op. cit., p. 632. O transporte do vinho do Porto para a feitoria de Vila Nova de Gaia, em camiões, passou a ter uma maior utilização na década de 70, tal como a construção de cubas em cimento, mas o restante processo de industrialização desta riqueza agrícola só começaria a processar-se, a partir de 1980.

[72] MACHADO, José Pedro – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991, tomos II, III e V.

[73] O jornalista convida os turistas a visitar o Romeu: «...vai às aldeias transmontanas melhoradas de Vale de Couço, Romeu e de Vila Verdinho, exemplo de evidente e meritório esforço de promoção social, com o seu artesanato, canteiros floridos, notória cultura frutícola e uma modelar exploração agrícola». In SARMENTO, Op. cit., (21/9/69), p. 1.

[74] Obs.: algumas médias propriedades são identificadas pelos moradores das aldeias como pequenas quintas. Os seus proprietários possuíam também pequenas propriedades dispersas pela área territorial da aldeia, além de equipamentos e alguns bens (casas, maquinaria, produção agrícola e pecuária...), o que lhes dava uma certa projecção social.

[75] Obs.: em Portugal, as pessoas ficavam a possuir propriedades pelo casamento, por herança ou por aquisição.

Quadro IV.4

População activa agrícola, na população activa total, entre 1950 e 1970

Área	Anos	Patrões		Trabalhadores						Total
				Isolados		Conta de outrem		Não remunerados		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Bragança	1950	6 317	11,5	11 758	21,5	29 164	53,3	7 522	13,7	54 761
	1960	2 800	4,5	15 863	25,6	30 840	49,7	12 495	20,1	62 021
	1970	640	1,6	17 420	44,4	15 310	39,0	5 330	13,6	39 260
Portugal continental	1950	136 541	9,7	268 742	19,1	842 019	59,7	162 149	11,5	1 413 200
	1960	76 270	5,9	275 168	21,2	770 447	59,4	174 584	13,5	1 297 283
	1970	17 100	1,9	328 985	36,7	444 750	49,7	99 555	11,1	895 260

Fonte: FREITAS, Eduardo; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde - *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-1970.* Lisboa: Editorial Presença, 1976.

As mudanças que se verificaram na economia e na sociedade portuguesas determinaram alterações na população interveniente nas actividades relacionadas com o sector agrícola[76], como se pode observar pelos dados registados no Quadro IV.4.

Comparando os dados deste quadro, pode concluir-se que houve, ao longo do tempo em análise:

-a diminuição do número de patrões, no distrito de Bragança e em Portugal Continental, devido à

> «perda da capacidade de pagamento aos assalariados rurais, motivada pela existência de uma agricultura anquilosada e abandonada pelos poderes políticos. Daí a passagem de patrões a isolados, com o natural reflexo do não cultivo de algumas parcelas da exploração e o abandono da agricultura, em favor da emigração europeia»[77];

-o aumento do número de trabalhadores isolados nas duas áreas em comparação, o que veio provar a fraca concentração capitalista que existia no campo. Este fenómeno ficou a dever-se ao facto invocado anteriormente e à continuidade, nesta actividade, daqueles que antes trabalhavam nesta situação: uns e outros tentaram obter um rendimento mínimo que lhes assegurasse a manutenção do agregado familiar e evitasse a sua saída para a emigração;

[76] De acordo com o INE, as categorias analisadas, abrangem as seguintes entidades: Patrões - todos aqueles que, dispondo de uma exploração agrícola, têm ao seu serviço habitualmente empregados assalariados; Isolados - só muito esporadicamente recorrem à mão-de-obra assalariada; Trabalhadores por conta de outrem - todos aqueles que recebem uma remuneração em dinheiro ou em géneros, pelo trabalho efectuado nas explorações de outros; Trabalhadores não remunerados - todos aqueles que, trabalhando numa exploração agrícola, não auferem de qualquer remuneração pelo seu trabalho, podendo ser ou não familiares dos que detêm a exploração.

[77] CEPEDA, Francisco José Terroso – *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português.* Vila Real: UTAD (tese de doutoramento em Economia - Gestão Agrária), 1988. p. 117.

-a diminuição da população activa agrícola total, entre 1960 e 1970, em Portugal Continental e no distrito de Bragança, devido à saída da população para os grandes centros do país, para a África portuguesa ou para a Europa, para fugirem da miséria e da pobreza em que viviam, atraídos por salários mais compensadores e para alcançar um nível de vida melhor.

-o aumento de trabalhadores por conta de outrem, no distrito de Bragança, entre 1950 e 1960, que não se manteve constante, tendo diminuído em 10,7%, entre 1960 e 1970. Este fenómeno foi vivido também em Portugal Continental onde, na mesma década, a diminuição foi de 9,7% (valor muito próximo ao registado no distrito de Bragança);

-um número maior de trabalhadores não remunerados, no distrito de Bragança, do que na generalidade do país, o que demonstra a manutenção de práticas agrícolas[78], tais como: a torna-jeira, a entreajuda[79], o "dar uma mão", os laços familiares e de pertença, a vizinhança...

-os fenómenos, anteriormente verificados, foram afectados pelas mudanças: na forma como o regime político passou a orientar a economia (economia de mercado); na mentalidade das pessoas, mais voltada para a modernidade, para a urbanidade e para uma economia monetária, o que contribuiu também para a diminuição de efectivos não remunerados na execução de tarefas agrícolas (precisavam de ganhar dinheiro para satisfazer as carências e as novas necessidades); na importância crescente de sectores de actividade, ligados à indústria e à prestação de serviços, em detrimento da agricultura; na diminuição verificada no número disponível de trabalhadores, devido à saída destes para outras áreas (país/colónias/estrangeiro); nas alterações introduzidas na forma de explorar e de trabalhar a terra.

-a terra, como forma de investimento seguro e como valor patrimonial para o futuro, deixou de ter sentido, para uma generalidade de pessoas. As alterações verificadas, a nível interno e externo, fizeram com que os capitais e as poupanças visassem outras fontes de investimento mais lucrativo que a agricultura e se ajustassem a outras formas de povoamento: a aquisição de andares e de casas, em vez de propriedades; a aquisição de automóveis e de equipamentos para o lar; o investimento accionista; a maior rentabilidade dos depósitos bancários; o investimento na cultura e no ensino (maior escolarização da sociedade); a apropriação de formas de ocupação dos tempos livres e do lazer...

---

[78] Nas três aldeias deste estudo, houve a prática dos seguintes tipos de trabalho cooperativo, à semelhança daqueles que Brian O'Neill detectou numa aldeia do concelho de Vinhais: «familiar, desempenhado por membros dum dado agregado familiar, dominado pelas obrigações de parentesco e/ou residência comum; recíproco, seja sob a forma de "torna-jeira", seja qualquer outro tipo de troca de trabalho igual; assalariado de base diária («ganhar a jeira»), que pode variar [...] conforme a tarefa, o número de horas de trabalho (normalmente 8 a 11) e, em alguns casos, a inclusão ou a exclusão de refeições; altruístico, normalmente oferecido por um grupo de aldeãos a uma pessoa idosa ou doente, ou, em casos mais raros, a um indivíduo que pode retribuir com qualquer forma de serviço geral à comunidade; trabalho ao nível da aldeia...». In O'NEILL, Brian Juan – Trabalho cooperativo numa aldeia do norte de Portugal. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XVIII, nº70 (1982), pp. 11-12.

[79] Obs.: a entreajuda nasceu da necessidade de realizar trabalhos sazonais em comum, numa agricultura a tempo parcial. Levou à implementação de um sistema de ajuda recíproca e ajudou a desenvolver as relações de vizinhança.

Apesar das alterações que se estavam a verificar, houve pessoas do distrito de Bragança que continuaram a investir na aquisição de propriedades, tendo adquirido a maior parte delas na totalidade (76,6%):

Quadro IV.5

Venda de prédios rústicos

Total		No todo		Em parte	
Nº	1.000$00	Nº	1.000$00	Nº	1.000$00
2.367	23.433	1.814	21.210	553	2.223

Fonte: Anuário Estatístico, 1964. Lisboa: INE

Alguns agricultores tiveram de recorrer ao crédito para comprar as suas propriedades, prática muito utilizada, que os mantinha endividados. Ao todo, foram concedidos empréstimos para a aquisição de 72 prédios rústicos, mas foram canceladas totalmente as hipotecas de, pelo menos, 142 prédios (Anexo 41; Quadro 41.1, Vol. II, p. 97).

A maior parte da área territorial do distrito de Bragança (70,9%) era aproveitada para utilização agrícola. A área florestal (6,5%) e a agro-florestal (4,2%) eram mais limitadas:

Quadro IV.6

Utilização do solo: área territorial do distrito de Bragança

Designação	Distrito de Bragança		Distrito de Vila Real		Sub-região Interior (Totais)	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Com utilização agrícola	468.545	70,9	162.823	37,8	631.368	57,8
Com utilização florestal	43.307	6,5	97.771	22,7	141.087	12,9
Com utilização agro-florestal	26.414	4,2	6.025	1,4	32.439	2,9
Com outras utilizações ou inaproveitadas	121.713	18,4	164.210	38,1	285.923	26,4
Totais	659.979	100	430.829	100	1.090.808	100

Fonte: Serviços de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (S.R.O.A.) (elaborado de 1951 a 1953 e apresentado em 1964). Carta agrícola: a utilização do solo

No tipo de solo com utilização agrícola, predominava, em 1964, o regime de sequeiro. As culturas arvenses e hortícolas ocupavam a maior área (80%) e tinham a maior representação, apresentando também algum relevo a área ocupada pelas culturas arbóreas (13,7%):

Quadro IV.7

Tipo de aproveitamento do solo: distrito de Bragança

Regime (ha)		Culturas (ha)		
Regadio	Sequeiro	Arvenses e hortícolas	Arbóreas	Prados permanentes
11.217	457.328	375.125	64.111	29.309
Total: 468.545		Total: 468.545		

Fonte: S.R.O.A (1951-53; apresentado em 1964), Op. cit.

Entre as culturas arbóreas, a oliveira era a que ocupava a maior área (38.112 ha), seguida pela vinha (18.899 ha). A amendoeira (16.519 ha), o castanheiro manso (16.080 ha) e, por fim, o sobreiro (15.403 ha) ocupavam áreas um pouco aproximadas. Os prados ocupavam uma área muito considerável (40.729 ha). É preciso ter em conta, na análise destes dados, que estas culturas apareciam em grande parte associadas, pelo que o total das áreas relativas a cada cultura excedia a área na realidade ocupada[80].

Se se atender ao número de explorações agrícolas (37.193) e não à área, entre 1952-54, existiam 2.193 sem cultura arvense e 35.054 com esta cultura[81].

As explorações estavam assim ocupadas: com árvores de fruto e oliveiras 32.715 explorações (com pomares ou olivais: 16.628; com pomares e olivais: 6.530; com pomares: 5.791; com olivais: 4.307); só com árvores dispersas, 16.087 explorações (com árvores de fruto e oliveiras: 8.755; com árvores de fruto: 6.113; com oliveiras: 1.219).

Entre as árvores mais abundantes[82], figuravam: oliveiras (3.068.459), amendoeiras (2.149.175), castanheiros mansos (369.637), figueiras (191.919), macieiras (77.787), pessegueiros (48.391), ameixeiras (40.716), cerejeiras (39.565), laranjeiras doces (36.851), pereiras (29.200) e nogueiras (22.005).

O distrito de Bragança possuía um grande número de propriedades, com uma reduzida dimensão (0,54 ha./parcela), tal como o de Vila Real (0,50 ha./parcela), exemplos de minifúndio, bem diferentes do distrito de Beja, que possuía outras características, mais ajustadas à mecanização (12,3 ha./parcela) e à exploração de culturas extensivas:

[80] Fonte: S.R.O.A (1951-53; apresentado em 1964). Op. cit.

[81] In Inquérito às explorações agrícolas do Continente (1952-54). Lisboa: INE.

[82] Árvores menos abundantes: aveleiras (20.316), ginjeiras (13.484), marmeleiros (8.876), alfarrobeiras (5.271), damasqueiros (3.215), nespereiras (2.714), diospireiros (2.574), limoeiros (2.458), romãzeiras (2.416), tangerineiras (2.109), laranjeiras azedas (1.194) e toranjeiras (135). In Inquérito às explorações agrícolas do Continente (1952-54). Lisboa: INE.

Quadro IV.8

Distribuição da propriedade rural (distrito de Bragança/ Portugal Continental: 1930/31)

Área	Hectares	Número de parcelas	Número de proprietários	Média ha/parcela
Bragança	654.296	1.203.249	62.271	0,54
Vila Real	423.820	837.927	71.956	0,50
Beja	1.027.856	85.408	26.078	12,03

Fonte: MEDEIROS, Fernando – *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978, p. 20.

As propriedades rústicas destes distritos apresentavam características diferentes, quanto à sua constituição retalhada em blocos. Assim, predominavam em Trás-os-Montes explorações com seis ou mais blocos (minifúndio), enquanto que no distrito de Beja predominavam as explorações, apenas com um bloco (latifúndio):

Quadro IV.9

Explorações segundo a sua composição em blocos (1952-54)

Área	1 bloco		2 – 5 blocos		6 e mais blocos	
Bragança	1 714	4,6	11 909	32,0	23 570	63,4
Vila Real	6 125	12,9	18 495	37,1	22 661	50,0
Beja	10 089	50,5	7 980	39,9	1 915	9,6

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas, 1952-54. Lisboa: INE, segundo dados apresentados por FREITAS; ALMEIDA e CABRAL, Op. cit.

Esta disposição afectou sobremaneira a exploração e o rendimento retirado das parcelas em Trás-os-Montes, o que tornava necessário: a reforma agrária, a união de vários agricultores, o cooperativismo, a mecanização e a modernização das explorações, menos impostos a esvaziar os já debilitados orçamentos dos empresários agrícolas, legislação mais estimuladora...

Os agricultores ficaram sujeitos ao pagamento de contribuições, sobre os rendimentos colectáveis. Em 1964, a maior parte dos prédios rústicos do distrito de Bragança tinha um baixo rendimento colectável e só 103 prédios foram considerados com rendimentos superiores a 20.000$00, o que era significativo da extensão das propriedades e da rentabilidade que delas se extraía. De qualquer forma, os impostos agravaram a já debilitada situação económica de quem vivia dos rendimentos que tirava da agricultura (Anexo 41; Quadro 41.3, Vol. II, p. 97).

As explorações agrícolas[83] estavam equipadas com construções específicas que cumpriam diversas funções (Anexo 41; Quadro 41.4, Vol. II, p. 98).

Em 1954, os agricultores utilizaram instrumentos típicos de uma agricultura tradicional[84]: arados (26.074), charruecos (4.946), charruas (com 1 aiveca: 19.473; com 2 aivecas: 216; tipo «Brabant»: 10; com 3 aivecas: 1; com 4 ou mais aivecas: 8; de discos: 7; de outros tipos. 85) e grades (de dentes:10.401; de discos: 29; de molas: 59; destorroadoras: 57; de outros tipos. 5.871).

Os animais[85] eram utilizados como força de trabalho e como base da alimentação das populações (Anexo 42, Vol. II, p.100). Como havia muitos lavradores que não possuíam gado para executar as tarefas agrícolas, devido à falta de dinheiro para o comprar e para o manter, tinham de pagar a quem lho emprestasse, de acordo com a tarefa a executar (Anexo 41: Quadro 41.5, Vol. II, p. 99) ou de recorrer a outra forma de retribuição, como já foi referido (Capítulo III).

A junta de bois era, de entre os animais alugados, para a prestação de uma tarefa agrícola, a que ficava mais cara, seguida muito de perto da junta de vacas. O aluguer mais barato era o de uma parelha de jumentos. A parelha de muares era muita utilizada pela rentabilidade do trabalho e pelo preço médio que era necessário pagar.

Todavia, dez anos mais tarde, em 1964, o preço a pagar pela utilização de animais, nas tarefas agrícolas, atingiu valores máximos, se comparados com os de anos anteriores. Os agricultores passaram, nessa altura, a utilizar maquinaria mais moderna[86]: tractores agrícolas (411: 12 a petróleo e 399 a gasóleo; 341 adquiridos até 1962, 24 em 1963 e 46 em 1964; 10 de rasto e 401 de rodas), debulhadoras (918: 869 adquiridas até 1962, 32 em 1963 e 17 em 1964) e ceifeiras-debulhadoras (2: uma adquirida antes de 1962, e outra em 1963).

A maquinaria começou a ter uma maior aceitação, como o demonstrou a presença de «mais de uma centena de lavradores», no dia 11/4/1959, numa exibição de tractores em Mirandela. A demonstração teve «o patrocínio dos Serviços Agrícolas Regionais», decorreu nos terrenos da Brigada Técnica da III Região e estiveram representadas as marcas: "Fordson", "Ferguson, "Porsche" e "David Brown".

---

[83] Inquérito às explorações agrícolas, de 31/12/1954. Lisboa: INE

[84] Inquérito às explorações agrícolas, de 31/12/1954. Lisboa: INE

[85] Em 1959, registaram-se os seguintes valores, em relação ao número de cabeças existentes, para o gado (ovino: 278.962; bovino: 38.220; asinino: 30.867; caprino: 12.465; muar: 9.926, cavalar: 4.811; suíno: 97.851) e para os animais de capoeira (galináceos: 552.657; coelhos: 190.232, pombos: 92.044; patos e gansos: 10.583; perus: 4.792). In Gado e Animais de Capoeira. Lisboa: INE, 15/12/1955.

[86] Inquérito às explorações agrícolas do Continente, de 31/12/1964. Lisboa: INE.

O trabalho destas máquinas, em várias fases, «mereceu a melhor atenção dos proprietários», que aproveitaram a ocasião para visitar «os campos experimentais» que estavam «instalados naquela propriedade»[87].

Ao longo dos dois períodos económicos já referidos, assistimos, nas três aldeias, a uma economia de gestão de impactos, em que foi preciso atender: à abertura dos mercados; às movimentações históricas da cena nacional e internacional; à flexibilização do mercado; à alteração do processo de preparação da produção para venda posterior; à valorização dos produtos apresentados; aos contratempos que os factores meteorológicos, humanos e as pragas tiveram sobre a produção; ao limitado poder de compra da população; ao sistema de rejeição, por parte da comunidade internacional, devido ao regime político que vigorava em Portugal; ao sistema organizado pelo corporativismo[88], sobre a sociedade e sobre as formas de produção ...

Assistimos também a uma economia mista, pois funcionaram simultaneamente práticas de uma economia doméstica e familiar – de raízes tradicionais e de forte impacto entre as populações – e uma economia de mercado, em que as estruturas e os produtos, específicos de cada aldeia, ajudam a compreender o relacionamento que se estabeleceu entre as populações e os donos da produção.

Os municípios foram exercendo um controle sobre as freguesias e sobre a respectiva produção. Os boletins da produção que, entretanto, se elaboraram, para demonstrar a dinâmica da economia local, serviram apenas para organizar quadros estatísticos, pois não eram rigorosos, porque os declarantes não eram muito exactos nos papéis que preenchiam, com receio de contrapartidas.

A valorização regional, em favor das populações rurais, além de ter sido da exclusiva consequência dos actos do Estado e dos municípios[89], foi também obra de algumas entidades particulares (proprietários, lavradores ou artífices), chamadas a cooperar[90], o que contribuiu, de um modo muito relativo, para ajudar as populações rurais a concretizar alguns anseios e criou à iniciativa privada as melhores condições de sucesso.

Apegadas ao ruralismo e à agro-pecuária, as populações das três aldeias sentiram que a intervenção dessas instituições lhes acabou por antecipar algum melhoramento do nível de vida e

---

[87] Exibição de tractores. *NM*. Mirandela. (19/4/59), p. 6.

[88] WIARDA, Howard – Corporativismo. In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Ed. Figueirinhas, 1999. Vol. VII, pp. 421- 425.

[89] REIS, Rogério - Valorização da vida rural (2). *NM*. Mirandela. (26/5/63), p. 1.

[90] Obs.: em 1969, o regime jurídico, estabelecido no contrato individual de trabalho (Decreto-Lei nº 49408, de 24 de Novembro), considerava como dever do trabalhador a colaboração com a entidade patronal em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SH&ST), sob a forma de participação em comissões e de outros meios adequados. Os principais diplomas e regulamentos, em matéria de SH&ST, datam da década de 60 e são reflexo da entrada, para o aparelho de Estado, de uma nova elite de quadros dirigentes com formação científica e técnica e sensibilidade social, numa altura em que o sistema corporativo português e a violação dos direitos dos trabalhadores portugueses eram sistematicamente condenados pela OIT.

a aquisição de algumas infra-estruturas e equipamentos, pois estes chegaram mais tarde a muitas aldeias da região e do país. Tais intervenções ajudaram um pouco a combater: a miséria, as más condições de higiene, as fracas condições de habitabilidade das casas, a falta de recursos e o atraso das populações.

A política de melhoramentos[91] acabou por ter implicações no lançamento de uma economia de mercado, como aconteceu no Cachão (com reflexos na região), ou na continuidade desta, como é o caso da Coleja (em relação ao vinho fino e ao azeite, com reflexos na região e no país) e do Romeu (em relação à cortiça[92], ao vinho e ao azeite, com reflexos na região), e por receber os auxílios da implementação, na região, de alguns benefícios dos planos de fomento.

Neste "mundo" regional, centrado na produção[93] e nos factores de produção, será importante compreender a forma como a sociedade se organizou, de modo a proporcionar o uso mais eficiente dos seus recursos, como funcionou o mercado e como foram retirados, com esse tipo de economia, alguns rendimentos económicos.

[91] A JCI auxiliou as obras: de beneficiação da aldeia de Vale de Couço; os trabalhos da construção de uma obra de rega (barragens: Pisão, Lameiras e Fábrica Velha; valas de infiltração; aspersão), cujas águas iam regar as propriedades da Casa Menéres, até Monte Meões; os melhoramentos das casas da aldeia de Vila Verdinho, «a 1ª aldeia melhorada, por acção daquele Organismo». In A acção da JCI...Op. cit., (6/5/62), p. 1.

[92] A cortiça era uma riqueza do nosso país, o que levou o Estado Novo a dar conhecimento dessa realidade num livro da escola primária da época: «Uma das nossas grandes riquezas é a cortiça, de que se exportam anualmente muitas toneladas, e que é aproveitada para o fabrico de vários objectos como rolhas, discos e anilhas para vedação de frascos e garrafas, palmilhas, bóias para redes de pesca e tapetes de banho. Dos aglomerados de cortiça fabricam-se guarnições para mosaicos e lambrins, blocos para isolamento de som e para câmaras frigoríficas, paralelepípedos para revestimentos exteriores de campos e ginásios». In *LIVRO DE LEITURA PARA A 4ª CLASSE*. Porto: Editora Educação Nacional, 1961, pp. 33-34.

[93] «Produção: vários bens ou serviços úteis que resultam do processo de produção e que tanto podem ser consumidos como utilizados numa produção posterior»; «factores de produção: são os bens ou serviços utilizados para produzir outros bens ou serviços». In SAMUELSON e NORDHAUS, Op. cit., p. 9.

2.2 - As actividades económicas nos concelhos de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães

A produção agrícola dos concelhos de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães girou em torno de culturas da Terra Fria e da Terra Quente.

Mirandela apresentou produtos característicos destas duas zonas, devido ao clima e à fertilidade das suas terras; Carrazeda de Ansiães produziu culturas típicas de Terra Fria, na área do planalto, e de Terra Quente, nas encostas dos rios Tua e Douro.

As culturas agrícolas dessas duas áreas, Terra Fria e Terra Quente, eram as seguintes, de acordo com a informação da Direcção-Geral de Agricultura:

Quadro IV.10

As culturas agrícolas de Trás-os-Montes

CULTURAS	
TERRA QUENTE	TERRA FRIA
-oliveira: fabrico e exportação de azeite e exportação de azeitona de conserva; -amendoeira e exportação da amêndoa; -vinha: fabrico e exportação de vinho, inclusive «generoso», -figueira e exportação do figo seco; -laranjeira e congéneres; -pomícolas de caroço: pessegueiro, damasqueiro, ameixeira; cerejeira e ginjeira; -hortícolas; -trigo de Outono; -batata temporã ou de Primavera; -leguminosas arvenses e leguminosas pratenses; -lameiros de secadal; -sobreiro e exportação de cortiça, -pinheiro manso, carrasqueiro e piorno amarelo»	-castanheiro e exportação de castanha; -pomícolas de pevide (macieira e pereira); -centeio e trigo de Primavera (exportação); -batata de Verão (exportação); -lameiros de regadio; -carvalhais e castinçais[94].

Fonte: Esclarecendo...o seu a seu dono. *NM.* Mirandela. (18/5/58), p. 4.

Antes de 1927, o Dr. Feliz de Carvalho tinha iniciado a introdução da plantação de oliveiras, em larga escala, na área de Mirandela. Como se esperava obter grande prosperidade com esta árvore, dada a sua grande longevidade, os agricultores da zona de Mirandela, e de

[94] «Castinçal: castanheiros bravos em bosque que se destinam à produção de madeiras». In MACHADO, Op. cit., Vol. II, p. 29.

outras que se lhe seguiram, cobriram as encostas com oliveiras, com uma dupla finalidade: a obtenção de lucros e o combate à erosão[95].

A principal cultura de Mirandela era, em 1957, a da oliveira e o azeite a sua principal riqueza: produzia anualmente mais de 2.000.000 l, ocupando o 1º lugar entre os concelhos de Trás-os-Montes e o 8º, em relação aos restantes do país. O 2º concelho da Província, Macedo de Cavaleiros, produzia cerca de 550.000 l, e só os cinco primeiros de Portugal produziam mais de 2.000.000 l [96]. Em 1959, o concelho de Mirandela produziu 2.203.320 l de azeite.

A cultura da oliveira abrangia em Trás-os-Montes, uma área de 58.042 ha (38.356 no distrito de Bragança e 19.686 no distrito de Vila Real) e produzia-se, por volta de 1957, no concelho de Mirandela, «umas 14 mil pipas de azeite»[97].

A plantação da oliveira que conhecera enorme crescimento nos concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Vila Flor, viu-se em declínio, em 1967, afectada por: transformações tecnológicas, escassez de mão-de-obra, desenfreada concorrência, empobrecimento do solo, carestia de adubos e das alfaias agrícolas[98].

A escassez de mão-de-obra, em consequência das migrações humanas, contribuiu, então, para que a oliveira entrasse em crise, não só em Trás-os-Montes, como em todo o espaço continental português: faltavam braços para a apanha da azeitona e para os trabalhos antecedentes que era necessário realizar[99].

Em 1969/70, a Casa Menéres teve uma boa colheita e tirou um bom rendimento: 22% do peso da azeitona. O custo total com a produção tinha ficado em 16$25/litro[100].

Em 1970/71, o rendimento da azeitona desceu para 15,4%, sendo os resultados considerados negativos, devido a: efeitos da emigração no concelho de Mirandela, das mais catastróficas do País, e aos salários cada vez mais altos; os armazenistas não queriam comprar o azeite com pouca acidez (0,28º); o lançamento no mercado de óleos «feitos seja do que for, margarinas e sebos» que «mataram o azeite»; a publicidade nos jornais, rádio e televisão, relegaram o azeite para um plano inferior, em favor dos óleos. As misturas de azeite com óleos adulteravam o paladar[101].

---

[95] REIS, Rogério - A crise do azeite. *NM*. Mirandela. (19/11/67), p. 6.
[96] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.
[97] REIS, R., Op. cit., (19/11/67), p. 6.
[98] REIS, R., Op. cit., (19/11/67), p. 6.
[99] REIS, R., Op. cit., (19/11/67), p. 6.
[100] O custo total da produção (16$25) ficou assim repartido: 11$30 por litro, com gastos (granjeio do olival, lavouras, adubações, podas, apanhas e fabrico do azeite) e 4$95 por litro, com encargos (gastos gerais, contribuições, Previdência, seguros, despesas de administração, conservação de imóveis, desgaste de máquinas). In Para onde corre o azeite. Mais um depoimento. *Observador*. Lisboa. (12 a 18/3/71), p. 60.
[101] «Em 1971, a Casa Menéres tinha cerca de 14.000 oliveiras, quase todas novas (menos de 60 anos), que ocupavam cerca de 140 hectares de terra de monte». In Para onde corre...Op. cit., (12 a 18/3/71), p. 60.

Perante tantas dificuldades, alguns agricultores começaram a arrancar as oliveiras e optaram pela fruticultura, enquanto outros viam uma solução na reconversão, na mecanização e na rega (Anexo 44, Vol. II, p. 102) ou em dedicar-se à pecuária. A estes, porém, faltavam apoios financeiros e o estabelecimento de circuitos comerciais eficientes[102].

Outra cultura bastante importante era a do sobreiro, distribuído em maciços, de longe em longe, sendo a cortiça uma das suas grandes riquezas. Mirandela ocupava o 1º lugar na Província, com a produção anual superior a 600.000 kg, mais do dobro do concelho em 2º lugar, sendo a qualidade da cortiça considerada da melhor[103]. Em 1959, a produção de cortiça aumentou para 627.000 kg.

As culturas cerealíferas tinham também grande importância: o trigo, o centeio, a cevada, a aveia e o milho. A cultura de maior valor era a do trigo, com uma produção francamente boa: produzia anualmente mais de 4.100.000 kg, semelhante a Macedo de Cavaleiros e, à sua frente, com mais de 6.000.000 kg, ficava somente o concelho de Mogadouro[104]. Em 1959, o concelho de Mirandela produziu 4.984.010 kg de trigo.

Mirandela ocupava, na Província de Trás-os-Montes, na produção de outros cereais: o 5º lugar, na produção de centeio; o 2º, na cevada; o 3º, em aveia e o 12º, em milho. O concelho de Mirandela produzia outros produtos, que ocupavam na Província o seguinte lugar[105]: a fava 5º; o grão-de-bico e o feijão 7º.

As árvores de fruto, situadas aqui e além, e em pomares industriais, produziam fruta para abastecer o concelho e ainda para exportar em grande quantidade. De uma maneira geral, havia algum carinho pela sua cultura, ficando localizada em Mirandela, na Cêrca do Convento, propriedade de Manuel Menéres, onde eram produzidas, «as mais perfeitas e lindas frutas de Portugal». A cultura da figueira também tinha um grande valor, pois eram exportados do concelho, por ano, mais de 1.000.000 kg de figo seco[106].

A produção de vinho era superior às necessidades de consumo, sendo bastante exportado. Eram produzidos perto de 1.000.000 l de vinho de mesa e aproximadamente 250.000 l de vinhos generosos do Douro. Em 1959, a produção de vinho de mesa atingiu os 1.163.600 l.

A cultura da batata, cerca de 3.000.000 kg, chegava para consumo do concelho e era ainda muito enviada para fora. Em 1959, esta cultura atingiu os 3.365.550 kg. Além de ser uma produção razoável, era contudo modesta em relação a outros concelhos, sobretudo os situados na Terra Fria[107].

---

[102] REIS, R., Op. cit., (19/11/67), p. 6 e NAVARRO, Op. cit., p. 88.
[103] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.
[104] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.
[105] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.
[106] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.
[107] ESTEVES, Op. cit., (27/1/57), p. 6.

Em síntese, Mirandela ficava «situada na melhor zona do distrito de Bragança», possuía «óptimas vias de comunicação» e era um importante centro de produção: «cerca de 14 mil pipas de azeite, azeite que exporta [exportava], isto sem contar com avultada produção de cereais, vinho, gados, lã, frutas e produtos hortícolas»[108].

Para além da riqueza da agricultura desta terra e dos rendimentos retirados desta actividade, há a acrescentar outros factores que a ajudaram a desenvolver economicamente: a valorização concretizada pelo Estado Novo, a dinâmica da Casa Menéres e de outras casas agrícolas e a dinâmica do complexo agro-industrial do Cachão.

Apesar da riqueza e da dinâmica da agricultura da região de Mirandela, o concelho de Carrazeda de Ansiães apresentou também alguns aspectos económicos a considerar, entre os quais se destacaram: uma dinâmica específica da sua agricultura, em especial da fruticultura e da produção de vinho do Porto, nas quintas do Douro, onde se insere a Coleja; a dinâmica do seu comércio (feira, lojas comerciais e armazéns) e a prestação de serviços (Correios, Electricidade, serviços administrativos, ensino, hospital, farmácia, grémios...).

Em 1964, o concelho de Carrazeda de Ansiães apresentava algumas culturas com alguma importância, no contexto da produção regional, e no apuramento do rendimento facturado pelos agricultores:

Quadro IV.11

Produção agrícola e o rendimento tirado da terra, em 1964
(Mirandela, Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança e III Região Agrícola)

Produto		III Região Agrícola	Bragança (distrito)	Mirandela (concelho)	Carrazeda de Ansiães
Trigo	Produção	44.877.500	42.609.500	5.670.000	747.500
	Rendimento/ha	—	—	7,83	6,02
Milho	Produção	20.229.800	1.596.300	243.700	166.500
	Rendimento/ha	—	—	9,27	6,66
Centeio	Produção	63.680.500	34.979.000	2.403.000	1.205.000
	Rendimento/ha	—	—	4,16	6,84
Cevada	Produção	2.430.600	1.773.300	90.000	24.300
	Rendimento/ha	—	—	2,46	6,75
Fava	Produção	82.200	16.000	3.600	1.300
	Rendimento/ha	—	—	1,8	2,6
Feijão	Produção	2.387.900	714.100	133.800	35.000
	Rendimento/ha	—	—	4,61	2,26
Batata	Produção	327.596.000	85.973.500	3.039.500	3.815.000
	Rendimento/ha	—	—	94,39	100,13
Vinho	Produção	127.091.300	25.492.900	1.658.200	5.288.600
Azeite	Produção	7.428.600	5.403.400	1.303.900	308.900

Fonte: Estatística Agrícola (1964). Lisboa: INE (Unidades: para a produção: kg; para o vinho e o azeite: l).

[108] Formação Agrícola. *NM*. Mirandela. (8/11/59), p. 3.

Nesse ano, o concelho de Mirandela produziu mais do que o de Carrazeda de Ansiães[109]: trigo, milho, centeio, cevada, fava, feijão e azeite; e produziu menos: batata e vinho. Apesar destes resultados, o rendimento facturado no concelho de Carrazeda de Ansiães foi superior ao de Mirandela, em relação à produção de centeio, cevada, fava e batata.

Mirandela apresentava um valor de representatividade, com algum significado, em relação à III Região Agrícola e ao distrito de Bragança em que estava inserido, na maior parte dos produtos[110], enquanto Carrazeda de Ansiães apresentava algum significado, apenas em relação à produção de vinho e de batata.

Em 1964 (Quadro IV.11, p. 245), verificou-se, no concelho de Mirandela, um aumento da produção de: trigo, milho, feijão e vinho; e uma diminuição de: centeio, cevada, fava e batata, em relação à produção obtida em 1959 (Anexo 42, Vol. II, p. 100).

Em 16/9/1969, os produtos da região transmontana ficaram mais conhecidos de uma «centena de milhar de visitantes» que passaram pela exposição internacional da indústria alimentar realizada no Palácio de Cristal, na cidade do Porto, onde foram apresentados vários produtos de todo o país, provenientes dos mais variados sectores[111].

Os produtos expostos, representativos da região de Trás-os-Montes, que já tinha em funcionamento o CAICA, foram: azeite, figos, nozes, pinhões, avelãs, amêndoas, mel, frutas frescas, manteiga, queijo, vinho, carnes, etc.[112]

Alguns destes produtos eram já apreciados em todo o mundo, para onde eram «exportados com regularidade»[113], destacando-se entre todos o vinho do Porto.

O vinho era a maior produção agrícola da Coleja, especialmente o vinho generoso, mas este produto também era produzido no concelho de Mirandela, nas freguesias de Avantos, Carvalhais, Frechas e Romeu.

A quantidade de vinho produzido pela freguesia do Romeu[114] (Avantos incluído), segundo a Casa do Douro, tinha sido a seguinte: 175.680 litros em 1960; 95.950 litros em 1962 e 119.950 litros em 1964[115].

---

[109] «Como os cabeços transmontanos (estavam) desnudados e sujeitos à erosão e ao empobrecimento das terras magras [...] era necessário o repovoamento florestal, isto é, a reconversão em matas de sobreiros, eucaliptos e outras espécies de árvores, próprias para tal fim». In GONÇALVES, João - Impressões decorrentes de uma visita. *NM.* Mirandela. (19/1/64), p. 1.

[110] Esta representatividade mostra a importância das produções obtidas em toda a área territorial de que o Romeu e o Cachão faziam parte e dos respectivos rendimentos obtidos (Cf. Anexo 42, Vol. II, p. 100 e Quadro VII.5, p. 463).

[111] CORREIA, João - Trás-os-Montes: a produção de alimentos. *NM.* Mirandela. (4/5/69), p. 6.

[112] CORREIA, Op. cit., (4/5/69), p. 6 e Há 75 anos. *O Primeiro de Janeiro.* Porto. 7/9/75.

[113] CORREIA, Op. cit., (4/5/69), p. 6.

[114] A Região Demarcada do Vinho do Porto abrange, no distrito de Bragança:

- as freguesias de Vilarelhos do Concelho de Alfândega da Fé;
- as freguesias de Carrazeda de Ansiães, Castanheiro do Norte, Ribalonga, Linhares, Beira Grande, **Seixo de Ansiães**, Parambos, Pereiros, Pinhal do Norte, Pombal, Lavandeira e Vilarinho da Castanheira, do Concelho de Carrazeda de Ansiães;
- as freguesias de Ligares, Poiares, Mazouco e Freixo de Espada-à-Cinta;

A produção de vinho, na região do Douro, para a qual também contribuíram a Coleja, Frechas e Romeu, conheceu a seguinte evolução:

Quadro IV.12

Produção de vinho do Douro

Ano	Produção de vinho do Douro (hl):		
	Comum	Generoso	Mosto amuado
1957	813.022	301.403	2.076
1958	643.327	202.246	2.549
1959	676.366	192.884	1.415
1960	1.065.911	266.419	4.620
1961	390.302	290.386	1.586
1962	1.019.470	335.632	6.832
1963	1.063.345	347.813	4.845
1964	1.051.970	349.361	2.378

Fonte: Arquivos Estatísticos (1955-64). Lisboa: INE.

O vinho do Douro destinava-se à exportação (vinho generoso) e ao consumo interno (vinho comum, generoso e mosto amuado).

A exportação de vinho do Porto, segundo registos do Instituto do Vinho do Porto, ultrapassou em 1961 as 50 mil pipas, o que representou um aumento de 16,8%, em relação a 1960 e 16,5%, em relação aos 10 anos anteriores[116].

Este vinho foi exportado, em 1961, para: Inglaterra, França[117], República Federal Alemã, Holanda, Dinamarca e outros países escandinavos, o que rendeu 370 mil contos – mais 50 mil contos do que no ano anterior[118].

O consumo deste vinho aumentara também no mercado interno, devido à publicidade efectuada, tendo sido consumidas, em 1961, aproximadamente, 3.800 pipas, cerca de 7% mais do que no ano anterior. Em 7 anos, o país registara um aumento de consumo de 600 pipas[119].

- as freguesias de Açoreira, Adeganha, Cabeça Boa, Horta, Lousa, Peredo dos Castelhanos, Urros e Torre de Moncorvo, do Concelho de Torre de Moncorvo;
- as freguesias de Assares, Lodões, Roios, Sampaio, Santa Comba da Vilariça, Vale Freixoso, Freixiel, Vilarinho das Azenhas e Seixo de Manhoses, as Quintas da Peça e das Trigueiras e as propriedades de Vimieiro, situadas na freguesias de Vilas Boas e Vila Flor do Concelho de Vila Flor;
- as propriedades que foram de D. Maria Angélica de Sousa Pinto Barroso, na Freguesia de Frechas, e as da Sociedade Clemente Menéres, nas freguesias de **Romeu**, Avantos, **Frechas** e Carvalhais, do Concelho de Mirandela. In *Douro* [Em linha]. Produzido por PT.COM© 2006. [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://spg.sapo.pt/XdA/319225.html>.

[115] REIS, R., Op. cit., p. 37.

[116] ETIP - Agricultura, pecuária e alimentação. *NM*. Mirandela. (1/4/62), p. 2.

[117] Obs.: Inglaterra e França absorveram, nesse ano, 55% da totalidade de exportação, rendendo mais de 200 mil contos.

[118] ETIP, Op. cit., (1/4/62), p. 2.

[119] ETIP, Op. cit., (1/4/62), p. 2.

Perante tais resultados, encarava-se com optimismo o futuro da expansão do vinho do Porto e o produto poderia voltar a ocupar um lugar importante na economia nacional.

A exportação deste vinho interessava aos lavradores do Douro e de Trás-os-Montes, às inúmeras firmas que se ocupavam da sua produção e exportação e ao país, pois era uma fonte de receitas e uma marca que levava o nome de Portugal a todo o mundo.

O vinho do Porto foi exportado, em 1963, para: França, 1º cliente, com 3.272.990 litros, 2º a Inglaterra, com 2.112.679 litros[120], 3º a Bélgica, com cerca de 1 milhão de litros e, ainda, para a Dinamarca, a Holanda, a Irlanda, a Noruega e a Suécia, e outros países, mas em menores quantidades[121].

Angola, Moçambique, Timor, Macau, São Tomé, Cabo Verde e Guiné, receberam cerca de 120 mil litros[122].

Comparando os valores da exportação de vinho do Porto e o valor apurado, no 1º semestre de 1962, com igual período de 1963, verifica-se um aumento que rendeu mais 6.565 contos:

Quadro IV.13

Exportação de vinho do Porto

Período do ano	Exportações (litros)	Valor apurado (contos)
1º semestre de 1962	10.539.094	151.606
1º semestre de 1963	10.623.754	158.171
Diferença	+ 84.660	+ 6.565

Fonte: CORREIA, Op. cit., (22/9/63), p. 1.

A cortiça, produto muito abundante no Romeu, e ao qual a Casa Menéres se dedicou, logo a partir de 1875[123], registou, em 1964, a seguinte produção: no distrito de Bragança: 3.159 t (concelho de Mirandela: 870 t e concelho de Carrazeda de Ansiães: 364 t [124]).

Em 1963, estava em actividade, no distrito de Bragança, uma fábrica de artigos de cortiça[125], movida a força motriz, que possuía menos de 21 operários.

[120] A Inglaterra tinha sido, quase sempre, o primeiro cliente deste produto e, nesta data, as posições alteraram-se. In CORREIA, João - Questões económicas: a exportação de vinho do Porto. *NM*. Mirandela. (22/9/63), p. 1.
[121] CORREIA, Op. cit., (22/9/63), p. 1.
[122] «Além dos 88.159.468 litros deste vinho, em reserva, no Entreposto de Vila Nova de Gaia, havia outras reservas e uma colheita farta na campanha de 1963». In CORREIA, Op. cit., (22/9/63), p. 1.
[123] Clemente Menéres chegou ao Romeu no dia 18 de Maio de 1874 e veio a tornar-se «um importante proprietário que explorou as matas do Quadraçal, Romeu e Vila Verdinho, no concelho de Mirandela». In BARROSO DA FONTE, Op. cit., Vol. I, p. 367.
[124] Obs.: a produção de cortiça, em 1964, em Macedo de Cavaleiros, foi de 468 t e em Beja de 20 023 t.
[125] Fonte: Junta Nacional da Cortiça (Estatística Industrial 1963 e 1966). Lisboa: INE.

A moagem de farinhas em rama, no distrito de Bragança, foi de 22.999 t, em 1962, e de 14.301 t, em 1963[126].

Em 31/12/1963, havia no distrito de Bragança 1.253 estabelecimentos de moagem de farinhas em rama[127], dos quais 901 moíam para o consumo público (243 utilizavam processos de moagem de tipo industrial e 658 de tipo artesanal) e 352 para o consumo particular (3 motorizados e 349 não motorizados). Os estabelecimentos de moagem, na sua maioria, eram artesanais, não motorizados, e havia ainda um grande número de azenhas (Anexo 43, Vol. II, p. 101).

A pequena indústria de moagem desempenhava um papel preponderante no contexto económico e social das três aldeias deste estudo (Capítulo IV, ponto 3.2, p. 267 e ss.), porém, com o andar dos tempos, essas unidades foram perdendo valor, foram sendo desactivadas e ficaram em ruínas.

Em 31/12/1963, estavam ainda em actividade, no distrito de Bragança, 3 estabelecimentos para moagem de farinhas espoadas, equipados com 3 casais de mós e com 10 cilindros, que produziram 9.711 t de farinha de centeio[128].

Em 1966, continuava a haver 3 estabelecimentos em actividade, moendo 10.818 t de centeio.

Desde 1933, que «nos campos jurídico e prático» muito se tinha feito, com o objectivo de melhorar as condições de vida e a segurança social dos trabalhadores[129]. Mas havia outras realizações, enquadradas no regime corporativo, a precisar de ser concretizadas. Era o caso «de 37.500 pequenos e grandes industriais, pertencentes ao sector de moagem de ramas e espoadas de milho e centeio», que continuavam à espera de uma «conveniente estrutura jurídica e orgânica»[130].

---

[126] Moagem de farinhas em rama: trigo: 7.011; milho: 122; centeio: 7 168); 15.510 t, em 1965, e de 16.511 t, em 1966 (trigo: 8.990; milho: 111; centeio: 7.410. In Estatística Industrial 1963 e 1966.

[127] Fonte: Comissão Reguladora das Moagens de Ramas: Estatística Industrial 1963 e 1966. Entre esses 1253 estabelecimentos, havia: 202 fábricas, moinhos: 7 e 1 044 azenhas.

[128] Fonte: Comissão Reguladora das Moagens de Ramas: Estatística Industrial 1963 e 1966.

[129] AUGUSTO, Carlos - Uma indústria que quer sobreviver. *NM*. Mirandela. (25/2/68), p. 1.
1962: criação de: «Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra; Instituto de Formação Profissional Acelerada; Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho; adopção da convenção da OIT nº 81; criação da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e dos Serviços Médicos do Trabalho para a Prevenção Médica da Silicose».
1965: criação do Serviço Nacional de Emprego e início da modernização da legislação laboral, reflectindo as alterações políticas, económicas, sociais e demográficas que se estavam a operar no país. Na época, apenas 40% da população estava coberta por um esquema de seguro de saúde/doença.
1969: regime jurídico do contrato individual de trabalho (Decreto-Lei nº 49 408, de 24/11/1969). In GRAÇA, Luís - *História da Saúde no Trabalho: 3.2. Industrialismo e "Estado Social" (1959-1974)* [Em linha]. 2000. [Consult. 8 Out. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos17.html>.

[130] O Decreto-Lei nº 26.695 de 16/6/1936, que criou a comissão reguladora das moagens de ramas, previa, no seu artigo 21º: «a Comissão Reguladora das Moagens de Ramas será dissolvida, por decreto, quando a respectiva indústria se organizar corporativamente». Ao fim de 32 anos, ainda não se tinha concretizado o estipulado em tal decreto, para este sector. In AUGUSTO, Op. cit., (25/2/68), p. 1.

Este sector representava um valor positivo para a economia nacional: movimentava anualmente valores superiores a 1 milhão de contos e facilitava o aproveitamento natural de extensões de terrenos, aptos para as culturas do milho e do centeio. Porém, estas culturas tradicionais sofreram, em 1969, com as enormes importações de trigo e com o verdadeiro sistema de comercialização que se montou por todo o país[131].

Em 1963, havia em todo o distrito de Bragança 16 pedreiras[132], onde se fazia a extracção de pedra, argila, saibro e areia, mas só 3 estavam em actividade (1 com força motriz e com menos de 21 operários; 2 sem força motriz e com menos de 21 operários). As outras 13, todas sem força motriz, estavam inactivas.

A extracção de granito, nas pedreiras do Romeu, foi uma actividade importante que ocupou algumas pessoas nesta actividade e contribuiu para a sua fixação.

O artesanato cumpriu também um papel importante nas aldeias do Romeu e do Cachão, pois, como havia trabalho para as mulheres, o orçamento familiar saía valorizado e aumentado e ajudava a fixar as populações. Os centros de artesanato, que se criaram nas aldeias, tinham precisamente essa finalidade: fixar a população[133].

A concepção deste projecto nasceu integrado no III Plano de Fomento e os pequenos núcleos de artesanato, que se constituíram nas aldeias, seriam importantes para a mulher e para as famílias.

Na povoação do Romeu, as colchas confeccionadas por raparigas da aldeia, em tear, eram depois expostas e vendidas e o dinheiro apurado era aplicado no infantário da localidade: uma «obra assistencial de extraordinária importância»[134].

No Cachão também foi implementado um núcleo destes, ligado ao artesanato (Capítulo IV, ponto 5.2.2, p. 334).

As populações das três aldeias guardam memórias sobre: as actividades económicas e os equipamentos que as animaram; a dinâmica económica e social das vias de comunicações; a propriedade e a exploração do solo; a representatividade de casas agrícolas (quintas do Douro e Casa Menéres), da modernização agro-industrial (Cachão e região) e dos projectos de desenvolvimento da região.

---

[131] AUGUSTO, Op. cit., (25/2/68), pp. 1 e 8.
[132] Fonte: D.G.M e S.G. Estatística Industrial (1963 e 1966).
[133] SARMENTO, Op. cit., (31/12/69), p. 6.
[134] «Apraz-nos registar tal facto, uma vez que, a par de uma obra de especialização da mulher rural, os seus resultados vão inteiramente para o jardim-escola, outro melhoramento que muito veio engrandecer a posição social do meio». In Exposição de colchas no Romeu. *NM*. Mirandela. (20/3/66), p. 8.

3 - As memórias sobre a dinâmica económica nas três aldeias

3.1 - As memórias sobre as actividades económicas

3.1.1 - As actividades económicas na Coleja

A agricultura e os trabalhos agrícolas

A população da aldeia, isolada pelo relevo[135], aproveitava os recursos e os produtos que ia cultivando ao longo do ano, arrancando do solo os meios de subsistência necessários, mais sadios que os consumidos por muito citadinos.

A população tinha quase tudo o que necessitava para viver[136]: em 1939, era "auto-suficiente e auto-controlada", como a caracterizou John Gibbons:

> «Não estamos dependentes, de forma alguma, de carros de abastecimento de víveres de um grande armazém da cidade mais próxima. Nunca foi necessário comprarmos carne, peixe, batatas ou verduras, pois cada qual semeia os seus vegetais e, quando se mata um porco, é dividido por toda a aldeia»[137].

A aldeia tinha vinho, vinho fino[138], fruta[139], batata, amêndoa, azeite, cereal[140], hortaliças, vegetais. Todos estes produtos, com excepção do vinho do Porto e de algum azeite, eram para consumo próprio, praticando-se uma agricultura de subsistência[141].

Alguns terrenos de cultivo, como não permitiam a entrada de animais, tiveram de ser trabalhados à enxada[142]. Quase toda a gente tinha uma horta e, quem não tinha, davam-lhe um pedaço de terra para plantar umas cebolas[143], umas vagens...

---

[135] Obs.: o relevo isolou a aldeia nas comunicações com a sede de concelho, mas o tráfego de pessoas e de mercadorias fazia-se, através do rio Douro e do caminho-de-ferro da linha do Douro.
[136] GIBBONS, Op. cit., p. 91.
[137] GIBBONS, Op. cit., p. 173.
[138] O vinho fino era a produção mais importante e o maior tesouro destas gentes do Douro, conforme se pode comprovar por esta quadra recolhida na região: «Que bom que é o vinho/ Criado no Alto-Douro/ De todas as suas gentes/ Ele é o melhor tesouro». In *PORTUGAL SÉCULO XXI - Distrito de Bragança*. 2ª Ed. [CD-ROM 1]. Matosinhos: O nosso país. 2001.
[139] «...a laranja é muito boa. Aquela zona do Douro é muito rica em laranja. A laranja, produzida nos vales do Tua e do Douro, possui sabor único e há "nichos" desta produção na Coleja, Sª da Ribeira e Tua». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004.
[140] «Tínhamos pão, tínhamos azeite e outros alimentos...». Os habitantes da Coleja cultivavam muito centeio e algum trigo. In Entrevista nº 2, Coleja 2004.
[141] Entrevista nº 1, Coleja 2004
[142] Entrevista nº 4, Coleja 2004
[143] «As pessoas viviam de um bocadito de pão que semeavam e umas batatitas e azeite. Vinho, ninguém podia beber, porque era pouco, as vinhas eram poucas e ia todo para os ingleses. De resto, vivia-se mal, mesmo mal. Mas, nesse tempo, apesar disso, vivíamos com alegria. Dava para ter umas batatitas, uma hortita. Quem não tinha, às vezes, davam-lhe um bocado de terra: «Olha, vai ali ao ribeiro e põe lá umas cebolas, etc.». In Entrevista nº 1, Coleja 2004.

O homem da Coleja mantinha-se em actividade durante todo o ano, num trabalho contínuo, pois a agricultura exigia um trabalho atento e permanente[144]. Daí haver momentos do ano em que a aldeia ficava como que desabitada, pois todos partiam para a execução das tarefas que se impunha concretizar[145].

Os agricultores praticavam uma agricultura tradicional, enquanto esperavam pelo arranque da mecanização e pela modernização da agricultura. O CAICA acabou por exercer influência sobre o novo tipo de agricultura e sobre a população deste concelho, fomentando: a mecanização, o apoio técnico, a introdução de novas culturas, a implementação do cooperativismo, o escoamento da produção e a criação de novos postos de trabalho[146].

Na Coleja, «as quintas foram sempre importantes, mais por causa das jornas que davam, porque a grande parte da população vivia das jeiras. E essas quintas, mesmo pagando pouco, pelo menos garantiam o trabalho quase anual»[147].

O rogador fazia a roga, isto é, fazia o contrato com as pessoas que iam trabalhar para as quintas. Ele e o feitor davam ordens aos trabalhadores para a execução de trabalhos e para o cumprimento de tarefas.

Houve alguns trabalhadores galegos que foram trabalhar para as quintas do Douro. Em troca, recebiam alguns produtos (batatas, azeitonas...). Os trabalhadores das quintas «viviam, não quero dizer explorados, mas viviam talvez como servos. Antigamente, era assim»[148].

Alguns trabalhadores acabavam por ficar a dormir nas quintas, onde havia uns compartimentos apropriados, muitas vezes em cardenhos ou em casas, destinados a esse fim[149].

Durante o Estado Novo, como havia muito vinho de consumo e a água escasseava, os habitantes da Coleja bebiam-no com uma grande frequência, dando-o até às crianças[150].

A cultura que sempre se destacou na Coleja foi, de facto, a do vinho fino. A produção de azeite, de uma excelente qualidade, está a ser abandonada por alguns, que «deitam os olivais

---

[144] José Aguilar refere como o trabalho da cultura da vinha é profundamente exigente para as gentes do Douro: «Aqui, o homem escava, redra, enxerta, sulfata, esfolha e todo o ano se esfola e faz o milagre do xisto no entremeio do cascalho e do granito dos sobreirais. E acrescenta estes versos, recolhidos na região, que revelam também essa dificuldade: «Com muito amor e cansaço/ Nestas terras calcinadas/ Tu levas no teu sabor/ Nossas almas bem marcadas». In AGUILAR, Op. cit., p. 72.

[145] «Marido e mulher vão trabalhar no campo, ou então ela vai lavar roupa ao Douro e leva consigo as crianças. Quanto à comida, é fácil: o marido leva alguma coisa no bolso e, quando a mulher regressa, à noite, é uma questão de acender o lume e fritar qualquer coisa num minuto. A aldeia não tem qualquer noção de horário de refeições. A vida aqui é completamente diferente». In GIBBONS, Op. cit., pp. 38-39.

[146] Obs.: recorde-se que, no auge do seu funcionamento, o Cachão chegou a empregar cerca de mil trabalhadores, residentes nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Alijó.

[147] Entrevista nº 3 Coleja 2004

[148] Entrevista nº 4, Coleja 2004

[149] Entrevista nº 4, Coleja 2004. As mulheres dormiam separadas dos homens e havia convívio e regras a cumprir.

[150] GIBBONS, Op. cit., p. 37.

abaixo, pois preferem plantar a vinha e dar prioridade à produção de vinho, uma vez que o azeite não tem tido saída»[151].

Nos dias de hoje, a azeitona vai para a Cooperativa[152], os olivais estão abandonados e a produção de cereais desapareceu, ficando os montes cobertos de giestas e de silvas[153].

Os habitantes da Coleja contavam também com as culturas primaveris, que todos os anos apresentavam à venda no mercado concelhio, salientando-se o cebolo, os tomates e os pimentos para a plantação das hortas. Estes produtos tinham a preferência de todo o público conhecedor, pelos cuidados e pelo tratamento que lhes eram dispensados pelos seus produtores (Capítulo III).

Em 1970, uma comissão de lavradores da Coleja, em representação da aldeia, reuniu com o Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, a quem pediram que fosse aproveitado o «caudal do Ribeiro do Síbio, que se situa nas proximidades dessa localidade [Coleja] e que a natureza dotou com a sua beleza e conformação de cascata, que assim permitiria a irrigação de algumas dezenas de hectares de terrenos férteis e predestinados para as culturas horto-industriais»[154] (Anexo 35; Fig.35.6, Vol. II, p. 67).

A pecuária e a criação de gado

A criação de gado e de animais de capoeira eram essenciais[155], num tipo de economia limitado e fechado.

Os animais de carga e de trabalho eram utilizados nas tarefas do campo: carregar produtos, realizar as várias actividades agrícolas e transportar pessoas.

Os animais de capoeira e os porcos[156] eram o garante da economia caseira, dependente dos ovos e da carne. Os ovos e os pintainhos serviram também para fazer dinheiro, pois chegaram a ser vendidos na feira de Carrazeda de Ansiães.

Na região da Coleja, também se fez a criação de cabras e de ovelhas, pois os pastores das terras vizinhas sentiram-se atraídos pelas características do seu clima, pela abundância de pastos e pela proximidade do rio Douro.

As crias representavam um pé-de-meia a que recorriam numa aflição, para fazerem dinheiro ou como recurso, para o que fosse preciso.

[151] Entrevista nº 3, Coleja 2004
[152] Entrevista nº 2, Coleja 2004
[153] Entrevista nº 4, Coleja 2004
[154] RODRIGUES, Op. cit., (19/6/70). O artigo tem a data de 6/6/79
[155] Entrevista nº 1, Coleja 2004
[156] Entrevista nº 3, Coleja 2004.

O artesanato

Na aldeia, chegou a haver costureira, alfaiates, sapateiro, ferreiro[157]... profissões que, só por si, são sinónimo de uma sociedade organizada e auto-suficiente, e que garantiam a vida nesta "micropátria".

O comércio e as feiras

Ao longo do ano, os habitantes da Coleja utilizavam o comboio e os animais de carga, como forma de escoar os seus produtos[158]. O barco rabelo serviu mais para o transporte de vinho do Porto, mas foi progressivamente substituído pelo comboio[159] e, já nos nossos dias, pelos "tanques", em camiões adaptados para esse serviço.

Quando não havia cereal na Coleja, «um senhor do Seixo de Ansiães descia até à aldeia, com um animal carregado de pão»[160], para abastecer a população.

Durante o Estado Novo, o povo português passou por muitos sacrifícios, em consequência da conjuntura internacional (crise de 1929, Guerra Civil Espanhola, 2ª Grande Guerra...) e da política seguida pelo governo. As muitas limitações e as muitas dificuldades económicas, que foram sentidas por todo o país, incluindo a Coleja, ajudaram o governo a resolver o problema da balança de pagamentos e, até, a amealhar em barras de ouro alguma da riqueza do país[161].

A não existência de mercearias na aldeia, conforme recorda John Gibbons, em 1939, e a existência de uma pequena mercearia, um pouco mais tarde, conforme testemunho de um entrevistado, fez com que a população da Coleja tivesse de procurar abastecer-se de alguns produtos em outras paragens: «de vez em quando, vai [ia] alguém à vila mais próxima [Carrazeda de Ansiães] e traz [trazia] as encomendas que as pessoas pedem [pediam][162]».

Os habitantes de Coleja foram encontrando em Carrazeda de Ansiães, ao longo dos tempos, os espaços comerciais (mercearias, lojas, feira[163]) onde se abasteciam dos produtos que iam necessitando e que não havia na aldeia.

---

[157] GIBBONS, Op. cit., pp. 175-176.
[158] Entrevista nº 4, Coleja: 2004.
[159] John Gibbons afirmou, acerca do barco rabelo: «Quanto ao barco rabelo [...], o típico barco de transporte de vinho, esse está quase em extinção. [...] actualmente [1939] a maior parte do vinho segue de comboio [...] não só é mais rápido, como, principalmente, muito mais seguro». GIBBONS, Op. cit., p. 255.
[160] Entrevista nº 2, Coleja 2004
[161] «A chave-mestra do Novo Portugal é a economia. [...] Portugal é o único país solvente da Europa, o sentido de ter um orçamento equilibrado». In GIBBONS, Op. cit., p. 66.
[162] GIBBONS, Op. cit., p. 38.
[163] No livro de Actas da Câmara de Carrazeda de Ansiães, figura a data de 15/2/1908 para a criação da feira de Seixo de Ansiães. Era uma feira muito forte, principalmente em gado e animais domésticos, realizada no dia 11 de cada mês.

A feira desta vila chegou a atrair populações de toda a região transmontana, e mesmo de aldeias vizinhas de além Douro[164], e ganhou prestígio pelas suas feiras de gado (bovino, ovino, caprino e suíno). Ali acorriam para vender a sua produção (galinhas, ovos, pintainhos, produtos manufacturados...)[165] ou abastecer-se do que necessitavam: alfaias, cestas de verga, pipos e artefactos de madeira, imagens de santos, colchas artesanais, sougas, jugos, arreios, albardões, enxadas, ceitoiras, gadanhas, forquilhas, facas, chocalhos, sementes...[166].

A aldeia da Coleja era visitada, ao longo do ano, por vendedores ambulantes que vendiam artigos de primeira necessidade, alguns artigos para o enxoval ou peças de tecido para fazer vestuário (camisas, calças, saias...) e, na época das vindimas, regra geral, abasteciam a aldeia de cobres[167], barros, cestas...

Os vendedores ambulantes que visitavam as aldeias[168] ofereciam outra alternativa para as populações poderem adquirir os artigos mais necessários. Por vezes, a mulher da sardinha abastecia a aldeia de sardinha de barrica, vendendo-a de rua em rua e de casa em casa.

Carrazeda de Ansiães também se distinguiu no meio local pela prestação de serviços às populações da sua área territorial. O comércio tradicional foi outro factor que movimentou a economia desta vila e as populações locais. Esta actividade económica conseguiu manter as suas raízes e ser atractiva para aqueles que, com frequência, acorriam à sede de concelho para se abastecerem de produtos, porque as mercearias que tinham nas suas aldeias eram fracas e estavam pouco sortidas.

Seixo de Ansiães, possui um supermercado e «as pessoas telefonam para lá e o dono, ao Sábado, traz toda a mercadoria que a gente precisa. Eu lembro-me de, na aldeia, não haver um único carro e, agora, há mais de 20. As pessoas deslocam-se a Carrazeda de Ansiães, aos supermercados, e compram os produtos que precisam»[169].

A generalização do automóvel permitiu aumentar as deslocações, não só até à sede de concelho, mas também até Seixo de Ansiães, o que tornou possível, com maior frequência, a compra daquilo que vão precisando: foi a entrada da aldeia, de uma forma mais generalizada, na economia de mercado.

---

[164] «Em 1998, as feiras continuavam a ser muito procuradas e concorridas, das mais intensas na zona, apesar de ter feiras aos dias 10, 20 e último de cada mês». In TAVARES, Op. cit., p. 133.
[165] GIBBONS, Op. cit., p. 112.
[166] AGUILAR, Op. cit., p. 107.
[167] «O homem dos cobres ou dos barros transportava sozinho as suas mercadorias em enormes fardos. Tanto podia trazer mercadorias excelentes, como autênticos horrores. O homem usava a colcha para atrair os compradores, pois as restantes mercadorias consistiam em peças de tecido para fatos bastante apresentáveis e a bom peço; e tecido para camisas a rodos; havia 3 máquinas de costura na aldeia e um sapateiro que exercia o seu ofício quase desde que nascera; uma forja...
[...] a presença mais regular era a da mulher das sardinhas [...] previamente salgadas, ainda por amanhar e depois enviadas em caixas. A mulher costumava trazer uma ou duas dessas à cabeça e distribuía a mercadoria pelas casas da povoação [...]». In GIBBONS, Op. cit., pp. 174-176.
[168] GIBBONS, Op. cit., pp. 175-176.
[169] Entrevista nº 1, Coleja 2004

3.1.2 - As actividades económicas no Cachão

A agricultura e os trabalhos agrícolas

Antes do complexo ter sido construído, o Cachão[170] «era um vale com algumas figueiras, trabalhava-se na agricultura, desde a exploração da cortiça, cereais, plantios...»[171] Vivia ali muito pouca gente: «umas 5 ou 6 pessoas. Só havia aquelas casas ao longo da estrada e não estou a ver outras»[172].

Essas pessoas e os donos de propriedades que viviam em aldeias vizinhas colhiam produtos da agricultura tradicional (a vinha, a batata[173], o centeio, o trigo, a azeitona[174], a amêndoa, o figo[175]), em pequenas explorações hortícolas e frutíferas. Como a aldeia se localizava na Terra Quente Trasmontana, havia «todos os produtos ligados à produção de frutos secos e as culturas mediterrânicas»[176].

Na década de 60, «estávamos na fase ainda da cultura de cereal. Em todo o concelho de Mirandela, e mesmo no de Vila Flor, produzia-se grande quantidade de cereal. E o cereal era muito importante»[177].

Com a chegada do Complexo ao Cachão, houve não só o aproveitamento de culturas tradicionais, mas também a introdução de novas culturas mais rentáveis. Passou a haver a agro-indústria, caracterizada por novos factores de desenvolvimento: o acompanhamento técnico, a mecanização, o fornecimento de sementes, a irrigação[178], a fruticultura, a adubação,...

Com esta obra, que surgiu numa época em que o país se virava para a economia de mercado e para a industrialização, nascia um novo impulso económico para a aldeia do Cachão, para a região e para o país.

A análise de um anúncio publicitário, publicado no jornal NM, em 1963, dando conta da venda de propriedades no Cachão, ajuda a: comprovar como a construção do complexo serviu

---

[170] «O nome Cachão deve-se a que havia aqui uma azenha e fazia um cachão no rio Tua e, depois, os homens que vinham moer à azenha, havia aqui mais 3 ou 4, perguntavam: «A que azenha vais?». «Eu vou àquela do cachão». E o Cachão ficou». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004.

[171] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[172] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[173] «Os recursos naturais do Cachão eram os que provinham da agricultura: batata, azeitona, alguma amêndoa e cereal muito pouco (o centeio, na meia encosta e o trigo nas partes mais baixas)». In Entrevista nº 1, Cachão: 2004.

[174] O azeite da região de Mirandela (Romeu e Cachão incluídos) é considerado dos melhores do mundo.

[175] «Os recursos naturais que a aldeia teve, antes do complexo ter entrado em funcionamento, eram, essencialmente, produtos da agricultura: azeite, cereal, figo, amêndoa. Se fizer um estudo para ver a quantidade de fornos que havia para secar figos, nas propriedades agrícolas, é um número impressionante, o que significava que o figo tinha muita importância. Em qualquer aldeia, nas propriedades, apanhava-se e secava-se os figos. E é outra coisa que se perdeu, mas é interessante». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[176] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[177] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[178] Cronologia: 1972 - é concluída a Barragem do Cachão. In *Engenho e obra: engenharia em Portugal no séc. XX* [Em linha]. [Consult. 16 Jul. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.engenharia.com.pt>.

para os donos aproveitarem o momento para as vender; realizar o levantamento de dados relativos às produções agrícolas, ao tipo de terrenos, ao nome dos proprietários e ao nome de alguns "sítios" da aldeia (Anexo 47, Vol. II, p. 106).

O Cachão aparecia referido no jornal como «lugar da freguesia de Frechas». Todas as propriedades à venda eram pequenas parcelas, e hortas, em que havia as culturas típicas da região: cereais, muitas oliveiras, laranjeiras, figueiras, videiras, amendoeiras e árvores de fruto. No Cachão, como na Coleja, havia uma ou mais oliveiras, em terrenos de outras pessoas.

Nas confrontações de terrenos, isto é, nos limites das propriedades rústicas, aparecem mencionados os nomes dos proprietários, destacando-se, entre outros: Alexandre Augusto Campos, Júlio Vaz Cardoso, Abel Trigo Moutinho e Elisa Trigo Moutinho. Os dois primeiros foram identificados, durante as entrevistas, como pertencendo às famílias dos maiores proprietários do Cachão.

A importância do CAICA para a agricultura transmontana: linhas gerais

Em meados de 1963, foram dados os primeiros passos para a montagem do Complexo Agro-pecuário e Industrial do Cachão (CAICA), obra que viria a ter uma importância determinante para esta localidade, para a História de Trás-os-Montes[179] e para a História de Portugal.

A instalação deste complexo ficou a dever-se à FGLNT e ao seu dinâmico presidente, o Eng.º Camilo de Mendonça[180]. Apesar de ter surgido integrado no III Plano de Fomento, foi ajustado ao consagrado no Despacho de 11 de Setembro de 1968 [181], do Ministro da Economia, Correia de Oliveira, e às respectivas linhas gerais de uma nova política agrícola:

-culturas adaptadas às características dos solos;

-aumento da produtividade e da rentabilidade agrícolas, tornando estas explorações agrícolas mais viáveis;

-produção agrícola adaptada às orientações do mercado e tendo em vista os produtos com maior procura;

-produtos de qualidade, para canalizar para o mercado interno e conquistar o mercado externo;

-mecanização das explorações agrícolas para: aumentar a produtividade, especializar a mão-de-obra e fazer face à fuga de braços válidos que partiam para a emigração;

---

[179] CORREIA, João - Trás-os-Montes, desenvolvimento da sua agricultura. *NM*. Mirandela. (10/11/68), p. 2.
[180] CORREIA, Op. cit., (10/11/68), p. 2.
[181] O Despacho de 11 de Setembro de 1968 é cit. por COELHO, Daniel Bessa Fernandes – *O Processo Inflacionário Português 1945-1980*. Lisboa: ISE (tese de doutoramento), 1986.

-agricultura ligada à indústria, através da criação e da ampliação da empresa agro-industrial do Cachão;

-o associativismo, o cooperativismo e o corporativismo deviam ser desenvolvidos como forma de aumentar a produção agrícola;

-organização da agricultura regional, tentando resolver os seus problemas específicos;

-apoio técnico e financeiro, por parte do Estado, às explorações que correspondessem às necessidades relacionadas com os objectivos traçados para a política agrícola.

O empreendimento do Cachão contava com: «viveiros, destinados ao fomento frutícola; armazéns, para os mais variados produtos; fábricas de moagem e outras; lagares de vinho e de azeite; destilarias; cabines eléctricas, etc.»[182].

Era uma obra única no país e a maior do género na Europa[183]. E, através deste empreendimento, havia uma ligação directa com a lavoura, assegurando o escoamento da produção, após a respectiva transformação.

A maior parte dos produtos da agricultura transmontana passaram a ser ali transformados, em artigos para canalizar para os mercados nacionais e estrangeiros, para onde se faziam, em 1968, grandes exportações[184].

O CAICA foi uma das causas de desenvolvimento do Cachão:

1°-a construção da estação de caminho-de-ferro[185], um pouco antes de 1887, atraiu ao lugar todo o movimento comercial e de passageiros das aldeias em redor e, ainda, de Vila Flor, de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães;

2° -o aproveitamento económico da região envolvente levou à construção de armazéns, do celeiro, das azenhas e à utilização das vias ferroviária, fluvial e rodoviária;

3°-a instalação das fábricas[186] do complexo agro-industrial e a implementação de vários projectos, a partir de 1963, foram essenciais para o desenvolvimento da aldeia e da região.

O dinamismo que o CAICA imprimiu na aldeia e na região possibilitou a promoção das principais indústrias transformadoras locais, como: a olivicultura, a vinicultura, a panificação, a queijeira e os lanifícios.

---

[182] CORREIA, Op. cit., (10/11/68), p. 2.

[183] O jornal *El Correo de Zamora*, de 20/9/68, considerou o CAICA «um dos melhores da Europa e no qual se comercializam, em forma cooperativa, os diferentes produtos do campo. Concretamente nesta zona se iniciarão brevemente os novos sistemas de exploração, programados pelo ilustre espanhol Dr. Romagosa, através da sua obra de gado lanar». In E.C. – Ronda Bragançana. *Boletim "Amigos de Bragança"*, n°6. (Nov. 1968), pp. 3 e 4.

[184] CORREIA, Op. cit., (10/11/68), p. 2. A partir de meados da década de 60, reconheceu-se «a importância da promoção das exportações». In CONFRARIA, Op. cit., p. 403.

[185] «O Cachão em si, segundo consta, foi uma grande aldeia e ficou a dever isso ao caminho-de-ferro. Porque, junto à estação da CP, era o grande núcleo do despacho das mercadorias: cereais, cortiça...de tudo. O Cachão era das aldeias e das estações mais importantes da região e trazia os adubos e servia o concelho de Vila Flor e toda aquela parte a sul de Mirandela». In Entrevista n° 4, Cachão: 2004.

[186] As fábricas deram origem a um complexo agro-industrial e «são uma consequência de toda a estratégia que havia para desenvolvimento da região». In Entrevista n° 5, Cachão: 2004

O complexo foi «o motor responsável pelo desenvolvimento do Cachão. Praticamente o modo de vida da população da aldeia girava à volta do complexo. Ao longo da semana, trabalhavam no complexo e, ao Sábado e Domingo, é que trabalhavam para eles»[187].

O Eng.º Camilo de Mendonça foi o responsável pela concepção e pela concretização de muitos projectos que abarcaram não só o distrito de Bragança, mas outras localidades que pertenciam a outros distritos: «projectos de um grande alcance social, de uma repartição muito mais equitativa dos bens. Quem conheceu o Eng.º Camilo, sabe que ele era um grande sociólogo, um grande sonhador de uma justiça social muito grande»[188] (Capítulo IV, ponto 5.1 e 5.2, pp. 320 e ss.).

A pecuária

Na época em análise, «em qualquer localidade [do distrito de Bragança] havia muitos rebanhos»[189]. Na zona do Cachão, predominava a criação de gado ovino[190] (leite, queijo, carne e lã) — «ainda me lembro de haver aqui no Cachão 3 ou 4 rebanhos de ovelhas»[191] — e de animais de capoeira: perus, gansos e galinhas.

O Comércio

Inicialmente, havia uma tasca e o «comércio era aquele comércio normal, junto à estrada»[192], onde vendiam queijo de ovelha, fruta e outros produtos locais. Depois, como passou a haver ali uma estação de caminho-de-ferro, «o comboio parava ali e era um meio de transporte, quer de penetração de matérias-primas, quer de adubos e abastecia Vila Flor e toda aquela parte, e todas as aldeias, em volta do Cachão»[193].

Por causa do movimento do comboio, foram construídos no local, dois armazéns: «um armazém de produtos que, talvez, desse alguma projecção ao Cachão»[194] e um «armazém de adubos que, na altura, era um grande armazém, junto à linha»[195]. Era «do avô do Eng.º Camilo de Mendonça, em sociedade», e tinha como nome de firma "Camilo e Cardoso" [196].

---

[187] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[188] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[189] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[190] Entrevista nº 4, Cachão: 2004
[191] Entrevista nº 4, Cachão: 2004
[192] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[193] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[194] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[195] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[196] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

O Cachão também teve um celeiro. «Os celeiros tinham um impacto muito grande, porque, se a produção fundamental era o cereal, tinha de haver muitos celeiros por todo o distrito. E tudo era escoado, através do comboio»[197].

A aldeia chegou a ter uma mercearia, pertencente a Joaquim Cardoso, que a encerrou, quando surgiu, dentro do complexo, uma cooperativa de consumo, a COOPENORD. Esta cooperativa «contribuiu para conceder crédito a todos os trabalhadores. As pessoas foram comprando os seus bens, electrodomésticos e géneros alimentares, porque, de outra forma, era quase impossível. Teve um papel mesmo muito importante e teve uma grande dimensão»[198].

No dia 9/6/64, efectuou-se uma reunião no Cachão, nas instalações industriais que a FGLNT ali estava a construir, sob a presidência do Conselheiro Dr. Trigo de Negreiros, tendo ficado decidido constituir a Cooperativa Agrícola de Riba Tua.

Estiveram presentes na reunião: o presidente daquela Federação, Eng.º Camilo de Mendonça, o inspector-chefe da direcção-geral de serviços agrícolas, Eng.º Álvaro Trigo de Abreu, o chefe da Brigada Técnica da III Região e grande número de proprietários dos concelhos de Mirandela, Vila Flor e Carrazeda de Ansiães.

O estabelecimento principal da cooperativa ficava situado no Cachão e a sua circunscrição ficaria limitada à parte sul do concelho de Mirandela, a parte do concelho de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães, a Alijó e, ainda, a freguesia de Candedo, do concelho de Murça[199].

Em Outubro de 1968, outra cooperativa, a Adega Cooperativa Ribadouro, criada em Agosto de 1958, integrou-se na Cooperativa de Ribadouro, como uma secção. Esta cooperativa possuía: uma secção de mecanização, que coordenava, na zona, a actividade dos 14 núcleos de mecanização, organizados pela FGLNT; uma secção de compra e venda; uma secção horto-frutícola, que coordenava económica e tecnicamente a expansão de culturas hortícolas, pomares e culturas industriais como o cártamo[200].

O Cachão e o intercâmbio económico com as aldeias em estudo

O Eng.º Camilo de Mendonça procurou introduzir novas culturas, mais rentáveis, aquelas que o mercado exigia, mas não descurou nunca as culturas tradicionais e, como na época histórica em análise, o maior problema dos lavradores da região era fazer o escoamento da produção, pois não havia grandes meios de comunicação e era muito difícil negociar os produtos:

---

[197] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[198] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[199] Cooperativa agrícola Riba Tua. *NM*. Mirandela. (14/6/64), p. 1.
[200] RIBEIRO, José Alves - Cooperativa Agrícola Ribadouro. *Nordeste*: Boletim da Organização Regional da Lavoura. Bragança. FGLNT, nº 33 (Maio-Junho 1969). pp. 1 e 11.

«quer do Romeu, quer da Coleja, com certeza que vieram produtos dessas aldeias para o Cachão»[201].

O CAICA passou a ter uma quantidade enorme de produtos, especialmente de figo, noz, castanha e amêndoa, o que fazia com que tivessem de trabalhar de dia e de noite, porque o «Cachão serviu precisamente para escoar todo o género de produtos»[202].

O complexo criou infra-estruturas, a nível dos concelhos, e serviu-se dos grémios para que fossem canalizados os produtos para as fábricas do CAICA.

> «Passou a haver pontos de recepção de produtos, com técnicos, em cada um deles, para prestarem apoio e assistência técnica nesses concelhos, ao mesmo tempo que se fazia fomento de novas culturas. E aí, com certeza que a Coleja e o Romeu que são pequenas aldeias, mas tiveram todas elas uma adesão extraordinária ao projecto do Eng.º Camilo»[203].

Os grémios tiveram um impacto muito grande em todo o distrito de Bragança e, após o 25 de Abril, foram convertidos em Cooperativas.

[201] Entrevista nº 5, Cachão: 2004. O Grémio da Lavoura de Carrazeda de Ansiães canalizava produtos para o Cachão e é natural que tenham vindo também alguns da Coleja. In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.
[202] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[203] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

3.1.3 - As actividades económicas no Romeu

A agricultura e os trabalhos agrícolas

A agricultura tradicional era a actividade principal do Romeu e o povo, como vivia do que a terra dava, trabalhava-a de sol a sol: «Comia-se no próprio campo, 3 vezes por dia (de manhã, às 7 horas; ao almoço, às 12 h; à merenda, às 17 h). Todos os terrenos eram cultivados à base de animais e ferramentas agrícolas manuais. Todo este trabalho era praticamente para sobreviver à fome e à miséria»[204].

A agricultura era de subsistência «porque era pobre e tudo manual»[205] e «quem tinha terras para cultivo, arrendava-as a quem as quisesse cultivar, sendo a sua paga efectuada, através dos bens produzidos e pouco restava a quem as trabalhava, após ter pago a renda das mesmas»[206].

A agricultura, como actividade principal, foi «muito fomentada pela Sociedade Clemente Menéres, Lda., (Capítulo IV, ponto 4.2, p. 308 e ss.), que muito se foi adaptando às novas realidades tecnológicas de produção e de comercialização»[207]. O Romeu e, mais concretamente, Vale de Couço desenvolveram-se à volta dos benefícios que colheram desta sociedade.

Manuel Menéres foi

> «um grande investidor na região e um grande obreiro [...] não só do desenvolvimento da agricultura, mas pensava na outra componente [o projecto social]. Ele foi um grande homem, não só a nível de Trás-os-Montes, mas também a nível do país e **teve um grande papel em toda a política que se desenvolveu na altura**»[208].

No Romeu, chegou a colher-se muito cereal e havia um celeiro em Vale de Couço[209]. O centeio era para comer e o trigo era para vender. A palha de centeio servia para encher os colchões[210].

Na altura das ceifas e da colheita do cereal, os trabalhos decorriam com muita alegria, as pessoas entreajudavam-se e retribuíam os favores a quem os deviam. E, como havia muito

---

[204] Entrevista Nº 3, Romeu: 2003.
[205] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003
[206] Entrevista Nº 3, Romeu: 2003
[207] Entrevista Nº 2, Romeu: 2003
[208] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[209] «Havia cá um senhor, o Zé Maria, que tinha duas malhadeiras: era o dono do Maria Rita. Aqui era uma terra de muito trabalho, mas havia de tudo, e muito progresso. [...] Muito trabalho e muita, muita gente. Só esse homem tinha mais de quantos filhos, uns 7 ou 8 filhos. Trabalhavam na lavoura, tinham criados, tinham pastores... E os outros lavradores era igual». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[210] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

cereal, as malhadeiras chagavam a estar «aos 8 dias a malhar, pois havia 3 eiras»[211] e «as medas tinham 5 a 6 m de altura»[212].

Houve pessoas que tiveram de levantar a semente para poderem fazer a sementeira dos terrenos, pagando, depois da produção, esse empréstimo (Anexo 48, Vol. II, p. 107) e governando-se com o restante[213].

O azeite, produzido no Romeu e no Cachão, é dos melhores de Portugal, o que fez com que os serviços agrícolas do Estado se fixassem em Mirandela e promovessem, nesta área, a respectiva cultura. A CUF construiu, em Mirandela, uma fábrica de extracção de óleos e um armazém de venda de produtos de apoio ao agricultor (adubos...):

> «O azeite é nobreza e o vinho é riqueza.»
> Os tempos foram mudando e mais se tem acentuado que a cultura da oliveira é bastante mais rica do que a da videira, pelo menos para a Terra Quente Transmontana. E o transmontano, que sempre tem considerado esta cultura, depressa se apercebeu que tinha as oliveiras mais belas do país e azeites dos mais conceituados, tendo até sido já premiados em muitas Exposições Internacionais.
> Os serviços agrícolas oficiais fixaram a sua atenção sobre a cultura da oliveira, estudando as variedades mais produtoras de excelente azeite, as melhores para conserva, as mais resistentes ao frio e aos ataques de parasitas vegetais e animais, as de mais rápido crescimento nas encostas, aconselhando as mais profícuas e económicas adubações e vulgarizando ainda os preceitos de esmerado fabrico.
> A sua riqueza oleícola [de Mirandela], que deu origem a uma importante indústria correlativa – Fábricas da União Fabril; a abundante produção de frutas, legumes, lãs, etc., provocando um tráfego incessante com o Porto; a sua situação geográfica — precisamente no centro da Província — que a torna o nó vital de todas as artérias de comunicação de uma extensa área», atraindo trabalhadores sazonais para as mondas, ceifas, vindimas...)»[214].

Para além dos cereais, a população do Romeu e de Vale de Couço colhia alguma amêndoa[215] e fruta (pêras, maçãs e muitos figos) e obtinha produtos de muita qualidade: batatas, azeite e vinho consumo[216]. Além destes produtos, a família Menéres produzia vinho consumo e vinho do Porto (Capítulo IV, ponto 2.2, p. 242).

---

[211] «Eram carradas e carradas de cereal. Batatas, cada um tinha para si. O azeite é de qualidade. Vinho colhia-se mais do que agora. Olhe que o meu pai colhia muito vinho! Agora já desapareceu tudo». In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004.

[212] «Para o meu vizinho, João Manuel Matias, andava-se 3 ou 4 dias ou mais na malhadeira, a trabalhar. Na segada, ele trazia uma camarada de segadores, sempre de 30 pessoas, que vinham de baixo. Dava-lhes ele de comer e era o dobro da cozinha, porque era das casas mais ricas que cá havia e a mais forte. Iam duas mulheres levar a comida aos segadores. [...] Em cada prato comiam para aí umas 7 pessoas. Escolhia-se uma sombra para fazer a mesa e estendia-se uma toalha de linho, das boas e brancas». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.

[213] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004: «Na terra onde fui criado, Açoreira, levantávamos 30 alqueires de semente para colher 79 ou 80. Mas eu tinha aí uma terra que levava os 80 e dava-me 80, o mesmo que em semente».

[214] SARMENTO, A. Figueiredo - Algumas notas sobre a Brigada Técnica da III Região e seu grande impulsionador. *NM*. Mirandela. (3/8/57), pp. 4 e 13.

[215] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004: «Havia pouca amêndoa no Romeu, o que havia era muito figo e vendia-se e ainda se vende por algum particular».

[216] «O vinho que produziam aqui era de consumo. O vinho era bom e todos iam comprar o vinho ao meu pai, para o venderem nas tabernas. Nunca se me esqueceu que a minha mãezinha vendeu vinho ao meu padrinho, que tinha uma taberna. E ele perguntou: «Então, a como é o vinho?». A minha mãe respondeu: «A 70$00 o almude». E o meu padrinho dizia: «Setenta, setenta, setenta não está cá». E o meu pai disse-lhe: «70 não está cá, mas ele virá». O vinho é bom, porque é o que dá a videirinha e o azeite também é bom. Há maçãs, pêras, figos... Alguns colhiam muito vinho. Hoje, os que antes colhiam muito, como já estão velhotes, não colhem. Outros podiam colher e não colhem». In Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004.

O preço do vinho consumo variava, de acordo com a categoria, o grau obtido e a espécie:

Quadro IV.14

Preço de vinhos de colheita 1958

Categoria	Espécie	Preço por grau - litro
1ª	Tinto	$24,0
	Branco e palheto	$22,5
2ª	Tinto	$23,5
	Branco e palheto	$22,0
3ª	Tinto	$23,0
	Branco e palheto	$21,5
4ª	Tinto, branco e palheto	$17,5

Fonte: Compra de vinhos da colheita de 1958. *NM.* Mirandela. (15/3/59), p. 3.

Na zona do Romeu, para além dos trabalhos das ceifas (Anexo 49, Vol. II, p. 109), havia também os trabalhos relacionados com a apanha da azeitona e com a extracção do azeite. Na época em análise, os trabalhadores levantavam-se cedo, para ir trabalhar para as aldeias vizinhas, incluindo o Romeu, e iam a pé[217].

No Romeu, chegou a «fabricar-se» muito linho, o que dava muito trabalho às mulheres[218]. Chegaram a levar o linho,

> «ao rio [ribeira] do Quadraçal para o curar. (...) O pai semeava, íamos mondá-lo e, antes da segada, íamos arrancá-lo. Fazíamos uma moleia e estendia-se uma saca por baixo para se aproveitar linho e a linhaça que caísse. Depois, ainda havia água e moinho na ribeira, íamos sacudi-lo, bem sacudido, e trazíamos aqueles molhinhos»[219].

O Romeu teve recursos naturais e muita fartura[220] para dar à população, que precisava apenas de cultivar as terras[221]. A maior parte das pessoas, como não tinha terras próprias, não colhia batatas, ou, então, colhia poucas. Na época, havia apenas duas ou três casas que colhiam batatas para todo o ano, os outros tinham de as comprar[222]. À semelhança da Coleja e do Cachão, a população do Romeu também cultivava hortas.

Actualmente, o sistema de heranças transformou alguns habitantes em pequenos e outros em médios proprietários: «tínhamos um tio que deixou uma herança ao meu pai e era uma casa

[217] «Lembra-me, era eu pequeno, vinham da minha terra [Açoreira] e eu estava ainda na cama e ouvia-os a falar, vir aqueles pobres bem cedo, vir para aqui [Romeu] trabalhar na azeitona. Alguns daqui iam à azeitona para Alvites, a pé. Quando vim para aqui, havia apenas um carro de um senhor que tem um estabelecimento em Mirandela, o Silva». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[218] «Fiar, fiar, fiar e amassar o linho e tratar o linho para fazer teias e coisas: toalhas, sacos, lençóis...de tudo». In Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004

[219] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[220] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[221] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[222] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

forte: chamava-se João Pedro, também era rico (remediado). E, depois, deixou-nos essas propriedades e é de onde enchemos a casa»[223].

O Romeu tinha recursos para a população: «Havia de tudo. Toda a gente trabalhava, trabalhava muito na agricultura [...] e, depois, esses ricos davam jeiras aos pobres que iam às pardas [lentilhas], ao painço, à azeitona, às mondas. Davam cá muitas jeiras»[224], que eram mais importantes para os trabalhadores do que aquilo que colhiam.

Em Vale de Couço, quando «morria o pai ou a mãe, quem herdava as oliveiras ou as terras vendia-as. Por isso, o senhor Menéres as comprava e fez a sua riqueza»[225].

A pecuária

A criação de animais servia de complemento a todo um vasto conjunto de trabalhos agrícolas, sendo mencionados, entre outros: as vindimas, as ceifas, a recolha do feno, a apanha da batata[226]...

Na economia doméstica, para além de produtos da horta, entrava também a criação de determinado tipo de animais, especialmente animais de capoeira e o porco[227]. A carne de porco constituiu uma das bases alimentares nas casas portuguesas, em especial nas aldeias, durante muitos anos, pelo que «Quase todos matavam um porquinho para governo de todos»[228]. No Romeu, havia também a criação de vacas e vitelos e como havia rebanhos, havia a produção de carne, de leite e de lã[229].

Os animais eram importantes pelas suas funções: alimentar (porcos, galinhas, ovelhas e cabras), de trabalho (gado asinino, bovino, muar e equídeo), económica ou "pé-de-meia" (porcos, galinhas, mas em especial os vitelos). E eram guardados na loja (porco, boi, galinhas), por baixo de casa das pessoas, em cima da palha, ou de mato[230].

As aldeias do Romeu e de Vale de Couço criaram mecanismos de auto-abastecimento de carne para a população. No Romeu, havia carne para vender: «criava-se o porco, bois, vacas... Aqui havia sempre rebanhos e quase todos os 8 dias matavam. Havia sempre carne de boi, de

[223] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004
[224] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004 e Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004
[225] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[226] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[227] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[228] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004
[229] «Eu cheguei a matar 2 ou 3 porcos e tínhamos aos 3 e 4 vitelos». In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004.
[230] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

vaca, de cordeiro... para vender»[231] ou, então, iam comprá-la a Vale de Couço: «Olhe que chegaram a matar todos os 8 dias rezes...»[232]

No Romeu, criou-se um dinamismo económico e alimentar, graças à fartura de alimentos, obtidos com a prática da agricultura e com a criação de animais[233]. E chegou a haver laços de familiaridade e de vizinhança muito intensas entre as duas aldeias.

O comércio

No Romeu, nunca houve uma mercearia para abastecer de produtos a população. Chegou a haver duas tabernas que vendiam produtos às pessoas que visitavam a aldeia[234] e os habitantes da área do Romeu chegaram a abastecer-se em Mirandela[235].

Em Vale de Couço, havia a Cooperativa *Por Bem*, que pertencia à Casa Menéres[236] e serviu, inicialmente, para os trabalhadores desta casa ali se abastecerem de produtos. Depois, foi posta à disposição dos moradores do Romeu, Vila Verdinho, Alvites e aldeias das redondezas. Mas, a partir de certa altura, foi passada a um particular.

[231] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004
[232] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004
[233] «Toda a gente criava um porquinho e matava-o. Toda a gente criava galinhas e o lavrador tinha vivo: o senhor Miranda tinha um grande rebanho; o senhor Zé Maria tinha três juntas de cria, de bois e de vacas, e 3 rebanhos; o senhor Rogério, o avô do Babo, tinha um; o tio Manhoso tinha outro; o padrinho da minha irmã outro; o pai do Alfredo Silva tinha um rebanho e duas juntas de cria a trabalhar, meia dúzia de vitelos, uma égua e uma burra e matava 3 cevados todos, todos os anos. Aqui, cada lavrador tinha seu rebanho e viviam todos, todos se governavam». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.
[234] «Toda a gente aqui fabricava a batata, as couves, o azeite e toda a gente tinha meia dúzia de oliveiras. Amêndoa aqui há pouca, mas há muito figo. As pessoas tinham necessidade e aproveitavam de tudo um pouco para poderem vender». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004 e Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004.
[235] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[236] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

3.2 - As memórias sobre os equipamentos e formas paralelas de economia

Os equipamentos e as formas paralelas de economia surgiram nas aldeias da região por razões justificadas pelo isolamento, pelo individualismo e pela própria existência como "micropátrias", pelo que poucos lugares de Portugal conservam tão profunda originalidade como Trás-os-Montes. Os elementos que garantiram a individualidade a cada aglomeração (a venda ou comércio, adegas, moinhos, lagares, tabernas, forjas, oficina de sapateiro, carpinteiro, barbeiro...), resultaram da necessidade de a manter, pois se tratava de «uma pequena unidade, natural, e humanizada»[237] e correspondem a lugares económico-sociais.

As formas paralelas de economia tiveram a ver com práticas utilizadas pelas pessoas das aldeias, como modo de sustento e com a finalidade de obter outros dividendos para a sua precária situação económica: o contrabando, a pesca, a caça, o artesanato, a prestação de serviços, actividades a tempo parcial (sapateiro, ferreiro, ferrador, barbeiro, taberneiro, merceeiro...), e outras.

O equilíbrio social e a necessidade de procurar subsistir no meio rural levou à aplicação de práticas comunitárias que funcionaram: entreajuda, torna-jeira, fortalecimento de laços de familiaridade e de vizinhança, economia partilhada.

O tipo de economia tradicional, que vigorou por muito tempo, foi apoiado por vários equipamentos que foram importantes, porque: organizaram a vida económico-social, individualizaram cada aldeia, tornaram-na auto-gerenciadora dos seus recursos e deram-lhe a capacidade de fornecer aos seus moradores um conjunto indispensável de serviços: daí a importância de os referir e de os caracterizar.

Estes equipamentos foram, entretanto, sendo substituídos por outros mais modernos, pelo que perderam a sua função.

[237] RIBEIRO, O., in Prefácio à obra de TABORDA, Op. cit., p. 11.

3.2.1 - Equipamentos e formas paralelas de economia na aldeia da Coleja

A importância dos fornos:

Os fornos eram espaços económicos, simbólicos e emblemáticos no meio rural, em que havia convívio, partilha, interiorização de normas e aplicação de práticas comunitárias, ligadas a um tipo de economia fechada e de subsistência. Essas práticas, como a entreajuda e o torna-pão, que foram utilizadas na Coleja, mantinham a aldeia coesa e normalizavam a vida da população:

> «No forno, coziam 3 alqueires de pão de centeio, negro, peneirado no local, um pão negro, pesado e bastante grande, com 1,5 a 2 kg, e com veio, por excesso de água ou má cozedura. Quando saísse do forno, os filhos mais novos corriam a aldeia a tornar os pães que já deviam. Se, porventura, sobrasse algum, era emprestado a outra que seria a próxima a cozer»[238].

Como os fornos funcionavam apenas uma vez por semana[239], as pessoas, quando coziam, tornavam o pão que lhe tinham emprestado, emprestavam pães a quem lhos pedia e ficavam apenas com um ou dois para consumo da casa[240]. Formava-se, assim, uma espécie de ciclo entre quem cozia, quem tinha de receber o pão tornado ou emprestado e quem tinha de o pedir emprestado[241].

Na Coleja, chegaram a funcionar três fornos[242], o que é significativo, pois pressupõe que a aldeia chegou a ser bastante populosa para haver tais necessidades alimentares.

Eram fornos artesanais e pertenciam a particulares, pois nesta aldeia nunca existiu um forno comunitário. As pessoas que os utilizavam coziam mais o centeio e tinham de levar a lenha, de pagar um pão ao dono, como maquia[243], e de, previamente, marcar a vez[244].

Os vizinhos juntavam-se, entreajudavam-se, «carregavam braçados de lenha [245] que iam deitando no forno. As sêmeas de centeio eram colocadas no forno, a porta era fechada e todos se sentavam a fumar e a conversar, até que o pão estivesse cozido»[246]. As pessoas conversavam sobre os assuntos mais variados e davam cumprimento a rituais para que houvesse uma boa cozedura.

---

[238] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.
[239] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[240] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[241] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[242] Entrevista nº 1, Coleja: 2004. «Eu lembro-me de trabalharem cá três fornos na Coleja. Há aí dois que ainda podiam funcionar, mas um terceiro está completamente destruído. E acho que era bem bom o pão!» In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.
[243] Entrevista nº 3, Coleja: 2004 e Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[244] Entrevista nº 1, Coleja: 2004 e Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[245] «Mas, nessa altura, como havia dificuldades de se arranjar lenha, mesmo até para cozinhar, não havia estes montes, pois tudo estava semeado de centeio». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.
[246] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

Os fornos transformaram-se em espaços polarizadores de interesses, levaram à partilha e ao encontro da comunidade, estabeleceram elos de ligação e proporcionaram o funcionamento de uma economia localizada e doméstica, devido ao valor que o pão assumiu na alimentação diária daquela época.

A população, depois de levar o pão de centeio para casa, e para que este durasse mais tempo, deixava-o secar na varanda, antes de ficar à disposição da família[247].

O fabrico do pão dava muito trabalho:

> «primeiro, era preciso levar o cereal numa burra daqui [Coleja] ao Vilarinho da Castanheira que, mesmo pelos caminhos velhos, são seguramente 10 km. Levavam a um motor que já lá existia para moer esse pão; depois, vinham para baixo, para o peneirar, e aquilo era quase preciso uma tarde inteira para peneirar dois alqueires de pão»[248].

O cereal também chegou a ser moído nas azenhas que havia no rio Douro e nos moinhos dos ribeiros[249] e pagavam uma maquia ao moleiro pelo trabalho[250]. Estes equipamentos foram postos ao serviço de uma economia localizada que arranjava, desta forma, modos de sustentação, de auto-governo e de auto-abastecimento.

As adegas, os lagares e as Cooperativas

Na Coleja, nunca houve uma Cooperativa como veículo dinamizador da economia local. A maior parte das uvas que colhiam eram vendidas para as quintas do Douro (Senhora da Ribeira e Cockburn) e nas adegas particulares[251] da aldeia era feito vinho para auto-consumo[252].

As azenhas e os lagares de azeite

As azenhas e os lagares foram importantes centros de extracção do azeite e chegou a aproveitar-se na região do Douro, sobretudo durante a 2ª Grande Guerra, o bagaço ou a baga para fazer óleo.

---

[247] «Primeiro, ia para uma tábua, que era colocada na varanda, para o pão secar, que era para ele durar mais tempo. Porque se o pusessem à disposição da família, ia todo e ficavam sem ele». In Entrevista nº 3, Coleja: 2004.
[248] Entrevista nº 3, Coleja: 2004.
[249] «Foram em tempos utilizadas as azenhas que havia no rio Douro ou nos moinhos dos ribeiros. As azenhas foram abafadas pela albufeira da Valeira. Quanto aos moinhos, ainda há vestígios da sua existência». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004. «Aqui não havia forno comunitário. Para moer o pão havia o moinho no ribeiro. No rio, havia uma azenha que era do Vila Real. Moinhos, havia aqui um, outro aqui ao cimo daquelas cataratas. Ainda me lembro da azenha trabalhar». In Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.
[250] Entrevista nº 3, Coleja: 2004.
[251] Entrevista nº 4, Coleja: 2004: «Cooperativas não havia nenhuma. Adegas tinham as adegas particulares. Forneciam aquelas quintas do Douro onde faziam o vinho».
[252] Entrevista nº 1, Coleja: 2004: «Adegas e Cooperativas não há. Lagares de vinho havia cá um e o homem fazia meia pipa de vinho e, quando chegava o mês de Maio, já estava vinagre».

Na aldeia da Coleja, havia três azenhas: «a do senhor Abel Trigo Moutinho[253], junto à barca que fez a ligação à estação [apeadeiro] de Caminho-de-ferro do Vesúvio; a do Nuno, na Senhora da Ribeira e a do Lobazim, de um tal Pizarro, que ficava junto ao rio, em frente daquela queda de água [Ôla] que vem lá de cima»[254].

As azeitonas, além de utilizadas para fazer o azeite, também entravam na alimentação das pessoas da aldeia, que se auto-abasteciam, gerindo este tipo de economia.

A aldeia chegou a ter dois lagares de azeite a funcionar e John Gibbons fala-nos sobre um deles: «O lagar está instalado numa loja geralmente fechada, pertencente a um dos homens mais abastados da terra. [...] é ele próprio quem executa o trabalho e, por vezes, contrata um homem para o ajudar. [...] Todos têm a maior urgência em esmagar as azeitonas, antes que o mercado fique saturado».[255]

Os lagares eram movidos por um sistema tradicional, em que os animais mantinham em rotatividade o moinho[256], durante o tempo de moagem da azeitona. Para isso, era preciso tocar os bois, e eles faziam rodar os tornos e as grandes massas de pedra cilíndrica que moíam a azeitona, preparando, assim, a pasta com que se enchiam os capachos.

O dono do lagar fixava o pagamento do serviço prestado e cobrava, ou em função do peso das azeitonas, ou do tempo gasto na extracção do azeite, ou através de uma percentagem de azeite, sendo este o processo mais utilizado. Do azeite que recebia, ficava com algum para auto-consumo e vendia a maior parte aos compradores de azeite que iam pelas aldeias para realizar o negócio[257].

O azeite destinava-se ao auto-consumo das pessoas da Coleja, que o utilizavam na culinária, na iluminação (candeias), em tratamentos e medicamentos da medicina caseira (unguentos, emplastros, cataplasmas...), na obtenção de sabão[258] e como lubrificante.

As mercearias e as feiras

As mercearias são espaços muito particulares das comunidades aldeãs, apesar de também as ter havido nas vilas e nas cidades.

---

[253] Obs.: Abel Trigo Moutinho teve também propriedades no Cachão.
[254] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja. 2004. «Azenhas havia 3 lá em baixo, no rio Douro, e lembro-me de todas a funcionar». In Entrevista nº 1, Coleja.
[255] GIBBONS, Op. cit., pp. 207, 208 e 209.
[256] «Houve lagares de azeite e eu sou proprietário do último. Ofereci o moinho à Junta de Freguesia de Seixo de Ansiães que está colocado no cruzamento da estrada da Senhora da Ribeira para a Coleja. Era o moinho daqui deste lagar». In Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[257] GIBBONS, Op. cit., pp. 207, 208 e 209.
[258] Obs.: as borras eram utilizadas para obter barras de sabão.

Na Coleja houve uma mercearia pequena que, pela multiplicidade de artigos que ali eram vendidos, era uma imitação de outras mais amplas que existiam na vila de Carrazeda de Ansiães. A mercearia nem sempre estava aberta: umas vezes, porque o dono não estava na aldeia, outras por não ter artigos para vender[259].

A mercearia, denominada sótão, e a taberna pertenciam à mesma unidade comercial e eram exploradas pelo mesmo dono. As mercadorias eram vendidas avulso: «Quer o arroz, quer o açúcar eram pesados em cartuchos de um papel muito duvidoso, tipo mata-borrão, almaço. O cartucho pesava 1 kg. E era assim que esse sótão funcionava e agora já não existe»[260]. A mercearia vendia também: «tabaco, barras de sabão, novelos de algodão...»[261]

As pessoas possuem recordações sobre estes espaços comerciais, onde se juntava, no mesmo local, o açúcar, o petróleo, o arroz, a massa, as linhas, o bacalhau, o café, roupas, panelos, ráfia, ... isto é, tudo o que, naquela altura, respondia às necessidades da população local.

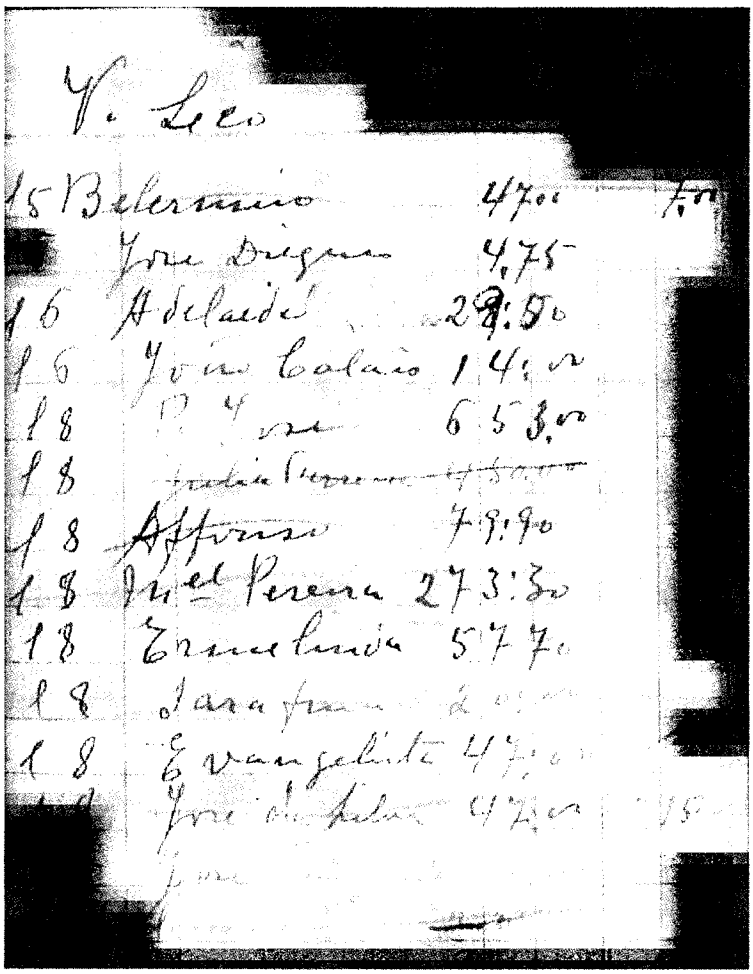


Fig. IV.1- Página de um livro de cobranças (registos: 22/8/1944) [262]

[259] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[260] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[261] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[262] Fonte: ARAGÃO, Angelina - Livro de Registos de 22/8/1944. Data de consulta: Janeiro 2003.

As necessidades das pessoas das aldeias eram muitas, mas o poder de compra era muito limitado. Os livros de registos ou de assentos podem comprovar as dificuldades que as pessoas tinham para gerir o orçamento familiar. Nestes livros, era registado o que se comprava fiado, algum dinheiro que entregavam para saldar ou para abater a dívida, e muitas dessas dívidas nunca foram totalmente saldadas.

A observação de uma página de um livro de cobranças de Vilar Seco de Lomba (Fig. IV.1, p. 271), aldeia do concelho de Vinhais, com data de 22 de Agosto de 1944, não é muito diferente do que se passou na Coleja, no Romeu, no Cachão e em outras aldeias de Trás-os-Montes e é reveladora das grandes dificuldades que as pessoas tinham, na altura: num universo de 14 pessoas registadas nesta página, 11 conseguiram pagar tudo o que deviam, ficando duas delas ainda com algum dinheiro a haver, o que pressupõe que esse dinheiro ficou em caixa para outras possíveis compras. Mas a dívida continuou por saldar para três dessas pessoas. Houve casos, em muitas aldeias, em que as pessoas, após receberem o pagamento das jornas, iam à mercearia saldar a dívida, mas como se abasteciam de produtos de que precisavam, acabavam por ficar a dever ainda mais do que antes.

Na Coleja, nunca houve feira. Os habitantes desta aldeia podiam ir até à feira de Carrazeda de Ansiães, que durante muito tempo foi uma das mais concorridas da região, onde se abasteciam de alguns produtos alimentares, de alfaias agrícolas e de vestuário, entre outras coisas[263]. As produções temporãs existentes na aldeia, os ovos e as galinhas e outros animais... eram vendidos, como já vimos, nesta feira. Ainda frequentaram a feira do Seixo de Ansiães, enquanto funcionou, a partir de 1908, data da sua criação.

Restaurantes

Coleja nunca teve qualquer restaurante, mas abriu um há pouco tempo, no seu termo, na Senhora da Ribeira[264], lugar que fica perto da aldeia, à beira do rio Douro e que pertence, tal como Coleja, à freguesia de Seixo de Ansiães.

A Senhora da Ribeira pode ajudar a que se crie um certo dinamismo naquela zona, atraindo pessoas que ali podem comer, apreciar a zona de lazer e passar alguns dias de uma forma agradável: «E é um exemplo que levou a que as localidades da Senhora da Ribeira e da Coleja aparecessem nos mapas e nos roteiros turísticos»[265].

---

[263] «Desemboco num campo aberto, o local onde se realiza a feira ao ar livre [em Carrazeda] e vejo as mulheres, sob enormes guarda-chuvas, tentando pacientemente vender míseros objectos manufacturados na mira de obterem alguns cobres de lucro. São capazes de caminhar cinco milhas para vender uma ou duas galinhas ou apenas alguns ovos». In GIBBONS, Op. cit., p. 112.

[264] «A senhora da Ribeira é anexa à Coleja e há lá um bom restaurante». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.

[265] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

O contrabando

Num tempo em que a economia não era de mercado, o contrabando de produtos acabou por ser um recurso para algumas pessoas. Esta actividade também recebeu o nome de "candonga" e fez-se entre a Coleja e o Porto e entre Espanha e a Coleja.

Os barcos, o comboio e os animais de carga foram os meios utilizados para transportar os produtos contrabandeados[266]: para fora da Coleja, o azeite e a amêndoa e, no início da 2ª Grande Guerra, o volfrâmio; para abastecer a aldeia, os tecidos, a bombazina, a pana e algum calçado...[267]

O impacto do volfrâmio na economia da Coleja

Durante a 2ª Grande Guerra, a louca corrida aos armamentos e ao volfrâmio para endurecer o aço dos canhões e dos tanques, fez surgir a necessidade de procurar esse mineral, nas entranhas das serras[268].

No local onde se explorava o volfrâmio, o trabalho era intenso e acabava por envolver os homens, as mulheres e as crianças, num trabalho constante e perigoso, não só porque era preciso o trabalho rigoroso de ferros e picaretas, como também se tornava necessário rebentar com a rocha a tiros de pólvora.

Algumas alterações se fizeram sentir no estabelecimento das relações humanas, no estado febril que mudou modos de ser e que alimentou sonhos de grandeza de muita gente, levando ao abandono temporário da produção agro-pecuária[269]. O volfrâmio fez mexer com a vida das pessoas. Ao faltarem as produções agrícolas, na miragem de que os lucros com o minério dessem

---

[266] «Carregavam os barcos daqui para o Porto. E, uma vez, em Mosteirô, tiveram que afundar lá um barco, porque apareceram os fiscais. A maior parte do contrabando era daqui para o Porto e chamavam-lhe a candonga e era tudo embarcado para o Porto: nos barcos e no comboio. A polícia entrava nos comboios, depois revistava os vagões, tirava o azeite às pessoas. Depois começou a ir nos barcos e nos bancos do comboio. Tiravam os parafusos dos bancos e escondiam ali o azeite e tiravam os estofos e metiam-nos por cima. O contrabando de produtos com Espanha era mais através de Chaves que se fazia do que aqui para cima, por Barca de Alva». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004. Pelo rio Douro se fez o contrabando do azeite para o Porto, transportado em barcos a remos, cuja viagem terminava em Entre-os-Rios; pelo caminho-de-ferro se fazia algum contrabando, através de Barca de Alva, donde vinham: louças, tecidos, boinas, etc.» In Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[267] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[268] ABREU, Maurício; FERNANDES, José Manuel – *Serras de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 42.

[269] RIBEIRO, Aquilino - *Volfrâmio*. Lisboa: Bertrand Editora, 1984. «A sociedade alterou as formas de comportamento, a maneira de se relacionarem entre si, tudo porque passou a haver a ganância em obter o máximo de dinheiro com este mineral. A gente honesta aprendeu a "pilhar", a desviar o minério da mina para o revender a alemães ou a ingleses. Surgiram os aventureiros que passaram a ser intermediários de sucesso. E havia tanto dinheiro, que muitas pessoas encheram os bolsos com ele e alguns chegaram a utilizá-lo para fazer a mortalha dos cigarros». In ABREU e FERNANDES, Op. cit., p. 46.

para tudo, veio a fome e a miséria, mostrando um grande contraste entre o facto de haver dinheiro, mas não haver que comer[270].

O Estado Novo, ao estabelecer um preço mais baixo para o volfrâmio, contribuiu para pôr ordem na especulação desenfreada que a extracção do mineral tinha provocado. E, com o fim da 2ª Grande Guerra, terminou a louca corrida aos armamentos, ao volfrâmio e à sua extracção.

As minas ficaram vazias, os agentes ingleses e alemães regressaram aos seus países e a rotina das aldeias retomou o seu compasso normal. A riqueza obtida serviu para melhorar as casas e para comprar algum vestuário de melhor qualidade. Os pastores e os lavradores voltaram ao seu trabalho, e «muitos aventureiros ficaram empobrecidos, pois estoiraram fortunas, em casas de má sorte e de má vida. Alguns acabaram pedintes e indigentes»[271].

Na Coleja, ficou célebre um habitante desta aldeia, de nome Cebolo (Anexo 15, Vol. II, p. 30), que se dedicou ao contrabando desse minério[272].

[270] «Só trouxe miséria, porque as pessoas começavam a meter-se no minério, faziam as compras a 70$00, e na altura um homem ganhava uns 16$00 ou 17$00 por dia, e faziam ao todo 500$00 por mês. Deixaram de semear batatas, ninguém semeava nada, e, depois, não havia comida e dava-nos a fome. Houve muito dinheiro na altura do minério, mas também houve muita fome». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[271] ABREU e FERNANDES, Op. cit., pp. 46-47.

[272] MESQUITA, Op. cit., (20/5/82).

3.2.2 - Equipamentos e formas paralelas de economia na aldeia do Cachão

A importância dos fornos:

No Cachão, houve dois fornos particulares: um ficava «em casa da Arnaldina, e pagava-se uma maquia, e havia outro na floresta: era do senhor Flávio»[273].

Na aldeia também se consumiu o pão de Frechas[274], onde chegou a haver um forno comunitário[275].

Em 1970, surgiu uma padaria, «já semi-industrial, bastante inovadora para a época, e que ainda hoje existe. Foi fundada por um espanhol, o Luna, que veio de Sevilha e trabalhou no Cachão. O Eng.º Camilo, a nível das conservas de azeitona, arranjou técnicos espanhóis». A padaria «continuou a abastecer a aldeia, e outras aldeias da zona, e era bastante inovadora para a época»[276].

O espanhol Luna trabalhou algum tempo, como padeiro[277], depois, «resolveu ir-se embora e passou a padaria a um senhor de Mirandela»[278]. Concebeu este projecto, porque sempre gostou da panificação, acabando por criar alguns postos de trabalho, mas «não teve impacto e não dinamizou a economia da aldeia. Construiu a padaria em si, teve a iniciativa, a ideia, mas foi um projecto recente e já foi motivado pela concorrência de outras padarias»[279].

Os armazéns e os celeiros

O Cachão teve dois armazéns que deram algum incremento à aldeia: «um armazém era de adubos e o outro era de vários produtos. Também teve um celeiro[280] e a produção era escoada, através do comboio»[281].

Um dos armazéns tinha o nome "Camilo e Cardoso" e pertencia à sociedade formada pelo avô do Eng.º Camilo de Mendonça[282] e pelo avô do senhor Cardoso.

---

[273] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[274] «A gente ia lá [Frechas] buscar o pão ou, então, vinham eles com um burrinho a trazer o pão de Frechas». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[275] Entrevista nº 5, Cachão: 2004 e Entrevista nº 4: «Forno comunitário só em Frechas».

[276] Entrevista nº 2, Cachão: 2004 e Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[277] Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[278] Entrevista nº 2, Cachão: 2004; Entrevista nº 4, Cachão: 2004. «O Luna passou a padaria ao senhor Firmino que esteve muito tempo ali como padeiro. Hoje a padaria tem 2 ou 3 carros e vão abastecer as pessoas das aldeias em redor». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[279] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[280] Existiu um celeiro novo no Cachão, povoação beneficiada pelo governador de Bragança, Salvador Nunes Teixeira, desde que tomou conta do cargo a 2 de Fevereiro de 1933, até 8 de Agosto de 1937. In ALVES, Pe F.M., Op. cit., tomo XI, p. 549.

[281] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

Os armazéns eram muito importantes e foram construídos no Cachão, porque o local «era um ponto fundamental para o escoamento de produtos da região (cortiça, cereais...), porque o único meio de transporte que havia era o caminho-de-ferro e porque as mercadorias tinham um impacto muito grande»[283].

Graças a estes dois equipamentos (o celeiro e os armazéns), apoiados pelas azenhas e pelo comboio, que «servia o concelho de Vila Flor e toda aquela parte a sul de Mirandela»[284], a aldeia ganhou uma importância histórica (Capítulo IV, ponto 3.1.2, p. 256), pois «deu muito à lavoura e fala-se que, antigamente, era das aldeias mais prósperas do concelho de Mirandela. Os carros vinham todos para aqui, carregados, e havia aqui o celeiro e os armazéns. E a cortiça era metida lá debaixo daqueles cabanais que lá tinham»[285].

Azenhas e lagares de azeite

Ao longo do rio Tua, no termo de Frechas, havia 7 azenhas[286], o que demonstra a enorme actividade que os moleiros tinham nessa época histórica. Estas azenhas e o moinho da Rasa tiveram um papel muito importante na vida das pessoas da região de Frechas, do Cachão e das aldeias vizinhas, uma vez que o pão era a base da alimentação e a agricultura era a actividade principal.

As azenhas e os fornos serviam para a sustentação da economia das povoações. Os moleiros iam buscar os sacos de cereal, medidos em alqueires, a Frechas, Macedinho, Vilares da Vilariça, Caravelas, Valbom, Trindade, Freixeda e outras aldeias vizinhas. Depois de moído o cereal, o moleiro cobrava a maquia: «um caçoilo de zinco com pé, cheio de farinha, por cada saco enviado pelo agricultor, embora a Câmara Municipal de Mirandela fixasse a maquia certa»[287].

As azenhas representaram um factor dinâmico para a economia da aldeia[288] e da região e o aproveitamento do rio Tua foi essencial para a instalação desses equipamentos[289].

---

[282] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[283] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[284] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[285] Entrevista nº 4, Cachão: 2004
[286] Nome das azenhas: «Cachão, Areal, Caminho, Mau, Figueiras, Amieiros e Latadas». In FERNANDES, Op. cit., p. 123.
[287] FERNANDES, Op. cit., p. 124.
[288] Entrevista nº 5, Cachão: 2004. «Essas aldeias, em volta, vinham cá moer. As azenhas eram: Cachão, que deu o nome à aldeia, Choupos, Amieiros e o Saldanha [Saldonha]. Havia pessoas que preferiam vir moer ao rio, porque a farinha era mais saborosa.» In Entrevista nº 3, Cachão: 2004; «Aqui, lembro-me de três azenhas: Saldanha, Artur e, ali ao pé da represa, a azenha da Pulquéria ou do Cachão». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.
[289] «Repare que todo um concelho que tem um rio destes [Tua] vê-se a dinâmica que havia em todo ele com as azenhas. Havia muito cereal e as pessoas tinham que moer em algum lado». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004

Antes da instalação das fábricas do complexo na aldeia, havia um lagar de azeite: «clássico, bastante antigo, do Martins. E ainda se manteve alguns anos a trabalhar, havendo espaço para os dois, para este e para o do complexo. O lagar do complexo era muito evoluído tecnologicamente para aquela época»[290]. O azeite produzido na Cachão é de boa qualidade e não havia concorrência entre o lagar e o complexo[291].

Nos anos 60, havia na freguesia de Frechas 8 produtores de azeite abastados e dois armazéns de azeite no Cachão[292].

Durante o Estado Novo, havia muitos lagares de azeite em funcionamento no distrito de Bragança[293]. Em 1964, havia na vila de Mirandela nove lagares de azeite em funcionamento: «Casa de Cima, Largo de S. Miguel, Casa Lino, Dr.Pires, outro onde está hoje o restaurante D.Afonso III, CUF, Dr. Amândio, Lopes e Lagar da Torre»[294].

As adegas e os lagares

Na região do Cachão, havia pouco vinho[295] e o lugar era muito pequeno. Cada lavrador tinha: «uma adega, com um lagar, embora fossem meia dúzia de casas. Com certeza que o senhor Campos tinha um lagar, pois era um proprietário; o Cardoso também, e um lavrador que tivesse uma vinha ou duas tinha que ter um lagarzito»[296].

O complexo agro-industrial tinha também uma adega: «embora talvez mais como pólo tecnológico de inovação e não com outro objectivo. A nível de vinhos, destilavam-se bagaços e faziam-se aguardentes normais, quer de vinho, quer de figo. Mas com vinhos, não funcionou»[297].

---

[290] Entrevista nº 2, Cachão: 2004. «Ainda me lembro de um lagar de azeite a trabalhar, da D. Judite de Frechas, ainda me lembro que ficava junto à estação da CP, da parte de cima e ainda cheguei a emprestar para lá ferramentas para eles trabalharem lá com aquilo». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[291] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[292] BARROSO DA FONTE, Op. cit., Vol. I, p. 367.

[293] «Em cada lugar havia lagares de azeite. A minha terra [Mogo de Malta] que é uma zona fria, que tem poucas oliveiras, até em minha casa havia um lagar de azeite. Na Terra Quente, em todas as localidades, havia um ou vários lagares de azeite. Ainda hoje, se percorrermos o concelho de Mirandela, verificamos a quantidade de lagares que existem». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[294] «O Eng.º Camilo de Mendonça, quando fez a primeira reunião, na sede do Sport Clube de Mirandela, para criar o Cachão, pegou no assunto do azeite. Ao tentar criar uma cooperativa de olivicultores, mediu a resistência da maioria dos participantes e teve de enfrentar três baluartes económicos, com grande poderio naquela altura: a CUF, o capitão Ilídio (presidente da Câmara de 1946 a 1959) e o Dr. Pires (delegado de saúde). Não se justificava a criação de uma cooperativa daquelas, porque os nove lagares de azeite se mantinham em funcionamento». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[295] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[296] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[297] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

As mercearias, a COOPENORD e as feiras

No Cachão, «havia um comércio que era do António Emílio Vicente que o passou, quando foi para a Pensão Praia, para Mirandela, onde esteve muitos anos, a um Marta, que era além de Bemposta e ainda esteve a funcionar alguns anitos, até que fechou e nós [Joaquim Cardoso] começámos a abrir»[298].

A pequena mercearia do senhor Cardoso[299] encerrou, quando foi criada a COOPENORD, em 1964, e ele foi para gerente desta cooperativa[300]. Todos os trabalhadores eram sócios desta cooperativa: a quota mais pequena que havia, para se ser sócio, era de cem escudos. Mas era conforme os ordenados[301].

Esta cooperativa de consumo seria só para as pessoas que trabalhavam no complexo, «mas nunca fecharam a porta a ninguém»[302] e chegou a ser «muito conhecida em todo o concelho, e em toda a região, porque, de facto, teve muito peso»[303].

O complexo «não tinha nada a ver com isso»[304] e pagava às pessoas que trabalhavam na cooperativa. «O objectivo principal era mais o de abastecer as pessoas e tinha já uma larga gama de produtos. E aquilo já funcionava como hoje funciona um supermercado. A gente entrava e servia-se. Para a altura era bastante avançada»[305].

A cooperativa assumiu um papel muito importante para os trabalhadores do complexo e teve uma grande dimensão, porque, naquela altura, «comprar um fogão, um frigorífico era um luxo» e as pessoas não tinham possibilidades para os comprar. A cooperativa concedia facilidades de pagamento, mesmo nos géneros alimentares: «os vencimentos eram pequenos, as pessoas iam equilibrando as suas vidas e, com o crédito que a COOPENORD lhes concedia, foram melhorando as suas vidas»[306].

A população também se abastecia de produtos nas lojas comerciais em Mirandela[307]:

---

[298] Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[299] Entrevista nº 1, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[300] O senhor Cardoso foi gerente da COOPENORD durante 19 anos. In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

[301] «Eu vim para o Cachão ganhar 4.500$00 por mês e, portanto, eu tinha direito a subscrever uma acção por cada mil escudos de ordenado. Eu tinha 4 acções, a meia acção não se queria». «Faliu o complexo, faliu a COOPENORD». «Esteve bem servida, mas não tinha talho. A nível de artigos de mercearia, lacticínios, estava bem surtida, e havia electrodomésticos também». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[302] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[303] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[304] Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[305] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[306] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[307] «Todos os comerciantes de Mirandela estavam radiantes da vida, porque o complexo era um grande dinamizador do comércio local». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

Quadro IV.15

Casas comerciais de Mirandela (1957)

Casa comercial	Produto (s) comercializados
Casa Verde	Máquinas de costura novas Oliva e usada Pfaff e Singer
Daniel Jácome	Lâmpadas, rádios, candeeiros eléctricos, frigoríficos, televisões
Casa Joaquim Cruz	Adubos: nitrophosca, bor nitrophosca, superfosfato de cal, nitramoncal, fosfato Thomaz, nitrato do Chile, nitrato de cal, cianamida cálcica
Auto Mecânica de Albérico Pombinho	Oficina especializada em reparação de automóveis
António Pereira	Pneus Dunlop, baterias, velas e acessórios e representante de Rádios Philips

Fonte: Anúncios publicitários. *NM.* Mirandela. (3/2/57), p. 4.

No Cachão, nunca houve feira[308], mas a população frequentava as feiras de Mirandela, as mais concorridas da província de Trás-os-Montes[309].

Na feira de gado bovino de Mirandela, era hábito ver-se exemplares de gado mirandês que, em novilhos, eram comprados em Terras de Miranda, Mogadouro, Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros. Depois, eram levados para os lados de Chaves e, mais tarde, eram vendidos, em grande parte, nas feiras de Mirandela. Na feira de Inverno, apareciam animais, em grande quantidade e para todos os preços e gostos e os lavradores dos povos localizados a norte de Mirandela vinham a esta feira para comprar os animais de que precisavam para o trabalho do ano[310].

Na feira anual do Azeite de Mirandela, ficava estabelecido o preço deste produto[311].

Contrabando

O contrabando tinha como base: o azeite, a batata, e outros produtos, que eram vendidos à socapa e sempre existiu este negócio[312].

[308] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[309] GONÇALVES, João - A feira de Mirandela de gado bovino. *NM.* Mirandela. (11/2/68), p. 2.

[310] GONÇALVES, Op. cit., (11/2/68), p. 2.

[311] MARTNS, Maria da Graça Lopes Fernandes – *A emigração do distrito de Bragança (1901-1920): uma análise regional.* Porto: FLUP (dissertação de Mestrado em História Contemporânea), 1997, Vol. I, p. 108. As feiras de Mirandela, realizadas a 3, 14 e 25 de cada mês, eram motivo de atracção e «davam as cotações de gados, azeite e outros produtos agrícolas para toda a região transmontana». In REIS, R., Op. cit., (6/6/65), p. 1.

[312] «Ainda hoje se vende azeite a granel e vêm do Porto, via comboio, ali buscar 5 litros de azeite. Ainda vêm buscar as batatas, porque o comboio foi sempre uma grande ligação». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004. Havia a candonga: o cereal era metido em vidões de azeite e era despachado para o Porto, e não sei para onde, como azeite e aquilo era cereal. Houve candonga também no azeite». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004.

Restaurantes e cafés

No complexo funcionou uma Cantina, junto à azenha, da parte de baixo da estação da CP, que servia centenas de refeições[313] e teve um impacto muito grande[314].

Chegavam diariamente ao Cachão: vendedores, compradores, fornecedores e quadros técnicos. Aqueles que não queriam comer na Cantina, ou iam a Vila Flor, ao restaurante/Pensão Campos, ou iam a Mirandela. E «houve aí um grupinho que fez e criou o restaurante Tição com esse objectivo: para servir refeições»[315]. Quando começou a funcionar o complexo, havia um pequeno café do senhor Joaquim Cardoso[316].

[313] «Os trabalhadores compravam previamente uma senha». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.
[314] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.
[315] «Mas iam mais para Vila Flor, que para Mirandela». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004. O restaurante Tição foi «fundado por dois empregados que trabalharam aqui no complexo». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[316] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

3.2.3 - Equipamentos e formas paralelas de economia na aldeia do Romeu

A importância dos fornos

Num tipo de economia de subsistência e de auto-abastecimento, os fornos desempenharam, nas aldeias um papel fulcral, porque o pão é um bem de primeira necessidade e entra na alimentação diária das pessoas e, durante a época em estudo, havia cereal um pouco por toda a região.

No Romeu, havia fornos particulares[317] e um forno para o povo, o forno da aldeia, no restaurante Maria Rita, mandado construir por Manuel Menéres[318], que ainda funcionava em 1993 [319].

As pessoas ajudavam-se umas às outras — entreajudavam-se –, quando coziam o pão[320], e não precisavam de marcar a vez[321]. Quando iam cozer ao forno público, não pagavam nada[322] e nos fornos particulares, para além de lá deixarem alguns farelos, iam dar uma ajuda nos trabalhos agrícolas, quando o dono do forno precisasse[323]. Cada pessoa cozia na sua vez e «podiam cozer todas as pessoas, se houvesse tempo»[324].

Em Vila Verdinho, 2ª aldeia transmontana melhorada, havia um forno do povo e as pessoas pagavam uma maquia em farelos, porque naquela altura se criavam muitos animais e os farelos serviam para lhes dar de comer. Nesse forno, «estava uma pessoa a tirar o pão, já estava outra pronta para cozer»[325].

Em Vale de Couço, havia um forno particular, onde toda a gente cozia o pão. As pessoas levavam a farinha, a água, o azeite e a lenha. Coziam umas atrás das outras e pagavam uma

---

[317] «Antigamente, a senhora Fábia tinha um forno, o senhor Miranda tinha dois e havia o forno do povo...». In Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004. «Não havia cá só esses dois fornos: aqui o senhor Silva tinha um, o tio Manuel outro, o senhor João Pedro outro, a Capelina outro, o tio Eusébio outro e uma tia minha tinha outro. Havia cá muitos fornos particulares e deixavam cozer lá as pessoas. E nós íamos deitar uma mão e, depois, "Mãos que não dais, porque esperais?", íamos na vindima deitar uma mão e não levávamos dinheiro». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.

[318] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004

[319] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

[320] No tempo da fome, chegou-se a comer pão de cevada. In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004.

[321] «Mas também podiam fazer folares e assados, nos fornos». In Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[322] «A gente ia cozer ao forno público e não pagava nada. O meu pai disse ao senhor Menéres: "Olhe, vou fazer aqui um forno!", porque nós tínhamos lá [Maria Rita] um forno bem bom. E ele disse que nos fazia um para o povo todo. Eu cheguei a cozer lá de noite, por não ter vez». In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004.

[323] «Quando era preciso arrancar pardas ou painço para a cria, pardas para o morrão do vinho, nas malhadas, na arranca das batatas, ia-se botar [deitar] uma mão e eles [os donos do forno] ficavam contentes...» In Entrevista nº 2a, Romeu: 2004

[324] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[325] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

maquia em farelos, que o dono do forno tirava com uma medida e, depois, ou os vendia, ou ficava com eles para dar aos animais que criava (coelhos, porco, galinhas...)[326].

Os fornos tiveram também outra utilização: «As senhoras apanhavam os figos, secavam-nos, escaldavam-nos e algumas metiam-nos no forno onde se cozia o pão»[327].

Moinhos para moer o cereal

No Romeu, houve um moinho de água na ribeira que era particular e quem lá fosse moer o cereal pagava ao moleiro, como maquia, o que quisesse[328]. O cereal chegou também a ser moído nos Cortiços[329]. E, mais tarde, o moleiro desta aldeia ia até ao Romeu «com as burras e levava o pão. Moía-o e trazia-o moído e a gente pagava a maquia, com um razão»[330].

Adegas e lagares

No Romeu, havia adegas particulares, debaixo das casas, onde se fazia: «bom vinho»[331].

A aguardente era feita por um senhor dos Cortiços, porque não havia ninguém no Romeu que a fizesse. Esse senhor ganhava «por cada potada que fazia [...] e andava por cá [Romeu] uma semana. Todos vindimavam, uns atrás dos outros»[332].

Em Vale de Couço, só havia a adega da família Menéres[333].

Azenhas e lagares de azeite

No Romeu, houve um lagar de azeite que pertenceu aos lavradores da aldeia e ficaram muitas memórias do tempo em que funcionou[334].

---

[326] «Uma pessoa estava com o pão lá dentro do forno e já estava outra com o pão amassado para o cozer, a seguir. Aquilo era assim, de dia e de noite, umas atrás das outras. Coziam, conforme podiam e, até, nem podiam muito». «Houve uma época em que tinham de ir buscar o pão de noite, lá para Lamas de Orelhão, muitos quilómetros, na época da fome». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[327] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[328] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[329] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004 Havia ali um moinho, na ribeira do Quadraçal, perto da Cernadela.

[330] «Tínhamos uma medida de madeira e não sei quanto tiravam, mas a medida era grande». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[331] Os homens pisavam as uvas, iam para lá de noite. Aos homens pagavam e aos rapazes novos davam-lhes uns 5 escudos. E davam de beber e de comer e andavam até à meia-noite, naquele trabalho. Depois, aquilo [o vinho] era tirado [envasilhado]». «Eu agora tenho um largarzito. Quando vim para cá, o meu sogro colhia uma pipita pequena de vinho. Agora, vou colhendo para gasto. Mas eram particulares as adegas». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[332] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

[333] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[334] «O meu pai era lagareiro e eram os bois a tocar o lagar. Tinham uma vara e dizíamos nós ao meu pai: "Vamos para o lagar lá tocar os bois, a ver se comemos uma torrada!". E o meu pai dizia: "Olha, minha filha, toca lá os bois

O lagar do povo tinha muito movimento[335], era preciso marcar a vez para extrair o azeite e, como era do povo, não se pagava nada pelo trabalho[336].

Em Vale de Couço, como só havia o lagar da Casa Menéres vendiam as azeitonas a senhores que as andavam a comprar pelas aldeias e compravam na Casa Menéres o azeite que consumiam[337].

Mercearias, cooperativas e feiras

No Romeu, nunca houve mercearias e em Vale de Couço funcionou a Cooperativa *Por Bem*[338] que serviu inicialmente para abastecer de produtos os trabalhadores da Casa Menéres, pois levavam o que era preciso e iam pagando, quando recebiam. Depois, passou a servir não só as pessoas destas aldeias, mas também as das aldeias vizinhas.

No ano da fome (1946), havia senhas para racionar o abastecimento de víveres: «Felizmente era sempre ali que nos abastecíamos, na mercearia»[339].

Houve falta de farinha no Romeu e os seus habitantes tiveram de a comprar em aldeias vizinhas e em Mirandela[340].

Nunca houve feira no Romeu, nem em Vale de Couço, mas as pessoas iam à feira dos Cortiços[341] e à de Mirandela[342].

O contrabando

Numa época de tantas dificuldades económicas, algumas pessoas procuraram, através do contrabando de alguns produtos, uma fonte de rendimentos e de subsistência.

---

para te molhar a torrada no azeite, senão ralham comigo!". Eu lá tocava os bois, levava uma côdea de pão de casa e lá comia a torrada. Eles torravam-na lá na fornalha, que era muito grande, e a lenha a arder, e o caldeirão da água estava por cima a ferver, por vias de separar o azeite. Nós molhávamos a torrada e ficávamos todos contentes». «Tenho duas netinhas que, no Inverno, quando vêm, não querem manteiga no pão, gostam muito que eu lhes faça torradas aqui na lareira, nas brasas e, depois, deito-lhes azeite e elas gostam muito». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.

[335] «Ainda me lembro de lá ir e havia muito movimento no lagar. Era o lagar do povo. Ainda hoje há pessoas interessadas em o comprar e não conseguem, porque está em nome de vários». In Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004.

[336] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[337] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[338] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[339] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[340] «No ano da fome, eu cheguei a ir à moagem a Mirandela, de madrugada, em frente à praça, onde era o dispensário velho. Há lá um armazém do Sérgio, era ali a moagem. [...] Íamos a cavalo num jumento [..]. Demorávamos um dia, se não nos dessem a farinha, quando lá chegávamos. Senão, eram duas ou três horas, em que íamos e vínhamos». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[341] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[342] «Íamos a pé à feira de Mirandela. Íamos no comboio e vínhamos, mas íamos a pé daqui lá abaixo, a Vale de Couço». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

O contrabando «ajudava alguns a fazer face à vida e havia contrabando de: caçoilos, calçado, sapatilhas... Havia pessoas que trocavam, por exemplo, um cobertor, quando já estava ruim [em mau estado], por outra coisa qualquer»[343].

No Romeu, «faziam mais contrabando com produtos de vestir e de calçar. Os contrabandistas iam buscar produtos a Espanha (chinelos e alpargatas, tecidos e tudo o que apanhassem, e lá eram mais baratos), mas para os espanhóis não levavam produtos»[344].

Os contrabandistas trocavam os produtos que traziam por: «batatas, amêndoa, favas... Eles precisavam de qualquer coisa para comer...»[345]

[343] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004
[344] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[345] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

3.3 - As memórias sobre o impacto das vias de comunicação

3.3.1 - A importância económico-social das vias de comunicação

Apesar do solo ser geralmente pobre, a região transmontana produzia: «...centeio, trigo, azeite, batata, cortiça, vinho», em tal quantidade, que dava para escoar essa produção, por caminho-de-ferro e pelas estradas, não só para os grandes centros de consumo nacionais, como também para o estrangeiro.

As três aldeias deste estudo foram servidas por: vias fluviais (rio Tua, o Cachão; e rio Douro, a Coleja); vias rodoviárias (Coleja, Estrada Municipal 632 e Caminho Municipal 1144; Vale de Couço, EN 15; Romeu, EN 15 e Estrada Municipal 572; Cachão, EN 213, EN 15-4, EM 578 e CM 1093); vias ferroviárias (Linha do Tua: Cachão, Vale de Couço e Romeu; Linha do Douro: Coleja).

A construção, reparação e a funcionalidade das vias rodo e ferroviária, e todo o impacto que imprimiram na quebra do isolamento das aldeias da região, já foram abordadas (Cap. II, ponto 5, p.127 e ss. e Cap. III, ponto 5.2, p.192 e ss.), uma vez que muitos desses trabalhos resultaram de benefícios concedidos pelo governo e por particulares e melhoraram a vida das pessoas. Falta, contudo, referir o dinamismo económico, social e cultural prestado por todas essas vias de comunicação, às três aldeias e à região.

As vias rodo e ferroviária foram factores dinâmicos, pois serviram essencialmente para escoar a produção, para assegurar a chegada de matérias-primas, mercadorias, adubos, sementes, maquinaria e utensílios da lavoura e para manter as populações ligadas ao seu mundo exterior (local, nacional e internacional). Foram, também, veículos de contacto e de aproximação, de ajuda na resolução de problemas (ir ao médico...), de mobilização para acontecimentos locais (ir às feiras locais, às festas, a inaugurações, a reuniões) e, ainda, factores de algum desenvolvimento para as povoações[346].

Esta realidade levou também a população a optar por uma saída temporária ou definitiva da sua aldeia, para procurar a valorização cultural e profissional (cultura, ensino e formação), económica (emprego, negócios e riqueza) e social (melhores condições de vida).

Em 1964, as populações das três aldeias estavam melhor servidas pela via ferroviária do que pela rodoviária, como já vimos (Capítulo II, ponto 5, p. 127 e ss.), pelo que se torna importante traçar algumas considerações sobre esta via de comunicação.

---

[346] A Coleja era e é servida pelo apeadeiro do Vesúvio, na Linha do Douro, aberta à exploração pública (troço Tua - Pocinho), no dia 10.01.1887. O Cachão era e é servido pela linha do Tua, aberta à exploração pública (troço Tua - Mirandela), no dia 29.09.1887. Informação fornecida por E-mail, a 31 de Março de 2005, por Ana Sousa, Secretaria Geral – CP, Acervo Histórico e Fotográfico.

Entre 1966 e 1973, o dinamismo operado pela Linha do Tua, em toda a zona que atravessava, onde existia uma actividade social e uma ocupação económica e cultural que garantiam trabalho permanente a largas dezenas de famílias, e a representatividade desta linha, como factor coadjuvante da linha do Douro, ficam documentados pelos dados do Quadro IV.16:

Quadro IV.16

Linhas do Douro e do Tua: movimento de passageiros e de mercadorias (1966-73)

Período	Linha do Douro			Linha do Tua		
	Milhares de bilhetes vendidos	Mercadorias expedidas (toneladas)		Milhares de bilhetes vendidos	Mercadorias expedidas (toneladas)	
		B. vel.	P. vel.		B.vel.	P.vel.
1966	981,1	7 521	65 495	292,3	1 189	18 937
1967	1 009,9	7 495	70 749	293,7	1 312	12 777
1968:Jan. Ag.	664,1	5 086	41 279	181,9	699	11 173
Agosto 68	103,8	523	4 193	33	86	241
Índices sobre Jan. a Ag. 68	105	109	99	94	102	220
1973	1014	1575	60 536	255	453	10 955

Fonte: Dados divulgados REIS, R., Op. cit.,(1/12/68), p. 3 (1966 a 1968); Boletim da CP: dados de 1973.

A análise de dados do quadro permite verificar a oscilação no número de passageiros transportados, bem como no das mercadorias expedidas, em grande e em pequena velocidade, nas Linhas do Douro e do Tua:

-em 1967, aumentou a quantidade de bilhetes vendidos nas duas linhas, bem como a quantidade de mercadorias expedidas em grande velocidade, na Linha do Tua, e em pequena velocidade, na linha do Douro;

-as mercadorias expedidas na linha do Douro, em 1967, em grande velocidade, apresentaram valores muito parecidos aos de 1966;

-em 1968, houve uma pequena diminuição no número de bilhetes vendidos nas duas linhas, em relação ao ano anterior[347] e na expedição de mercadorias, em pequena velocidade, na linha do Douro[348], e em grande velocidade, na linha do Tua[349];

-de uma maneira geral pode concluir-se ter havido um movimento muito parecido em cada linha, ao longo dos anos de 1966 a 68, o que traduz a sua importância não só para as três aldeias, mas também para a região duriense e transmontana;

-em 1973, houve um pequeno aumento na venda de bilhetes na linha do Douro e uma pequena diminuição na do Tua; houve também uma redução significativa na expedição de

[347] Obs.: na Linha do Tua, a média mensal de bilhetes vendidos baixou de 24,5 em 1967, para 22,7 em 1968; na Linha do Douro essa média baixou de 84,2, em 1967, para 83, em 1968.
[348] Obs.: a média mensal baixou de 5.896 t, em 1967, para 5.160 t, em 1968.
[349] Obs.: a média mensal baixou de 109 t, em 1967, para 87 t, em 1968.

mercadorias nas duas linhas, em especial em grande velocidade. As linhas continuavam a ser atractivas para o transporte de passageiros, mas não para o de mercadorias, devido aos seguintes factores:

1. O Cachão tinha transportes privativos (mercadorias e passageiros[350]);
2. A concorrência dos transportes rodoviários.
3. A aquisição de veículos automóveis.
4. A diminuição da produção.
5. A quebra de poder de compra para adquirir maquinaria, sementes, adubos e outros produtos.
6. O reflexo dos atrasos das composições, em consequência da reparação de alguns troços da via.
7. A fixação de pessoas migrantes em outras terras (nacionais e estrangeiras).

As vias de comunicação estiveram ligadas à vida das populações do país, da região transmontana, como zona isolada e periférica, e das três aldeias deste estudo.

A relação específica que se criou entre as vias de comunicação e cada aldeia ficou registada na memória das pessoas, pois assumiu uma grande importância na sua vida profissional, social, económica e cultural.

[350] O complexo tinha, pelo menos, dois autocarros: um fazia a zona de Carrazeda de Ansiães e trazia também as pessoas de Vila Flor e, o outro, a de Mirandela; tinha também quatro carrinhas, com bancos e com lonas, para levar e trazer os trabalhadores de Vale da Sancha, Vale Frechoso e Vilarinho das Azenhas. E tinha «camiões de carga, grandes, que lhes punham uns toldes e faziam o transporte dos trabalhadores». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

3.3.2 - A memória das vias de comunicação nas três aldeias

As vias de comunicação na Coleja

O relevo montanhoso e acidentado condicionou o desenvolvimento de Trás-os-Montes, pois a região ficou, durante muito tempo, mal servida de vias de comunicação (estradas e caminhos-de-ferro) e esquecida[351].

Coleja não fugiu a esta regra, pois ficava encaixada numa espécie de "concha", tendo atrás de si duas montanhas[352]. A aldeia ficava «muito alheada» e o que tinha de diferente, em relação a outras aldeias do concelho de Carrazeda de Ansiães, era «por estar isolada e não ter acesso fácil»[353].

O isolamento, por via terrestre, levou a que poucas pessoas visitassem a aldeia, a que fosse pouco conhecida, particularidade que a tornou atractiva para os foragidos e os marginais, e a que dependesse mais de si própria que do mundo exterior, o que lhe condicionou o desenvolvimento.

Essas dificuldades complicaram a vida das pessoas e fizeram com que a aldeia se organizasse e tentasse, por si mesma, resolver os seus problemas. E o Estado, só através da legislação, imposta e impositiva, se faria sentir por lá.

O relevo criou muitas dificuldades, pelo que era preciso conhecer bem os caminhos pedregosos e agrestes para dela se sair:

> «Até ser rasgada a primeira estrada, era uma dificuldade tremenda para se ir a Carrazeda. Eu tive de me deslocar várias vezes, antes de ir [trabalhar] para o caminho-de-ferro, até à vila de Carrazeda de Ansiães e era por caminhos velhos. Eram seguramente 3 horas a andar bem. Para se ir a Carrazeda levava um dia inteiro (3 horas para ir e 3 para vir)»[354].

A aldeia, em 1939, ficava «a 6 horas de viagem», por via rodoviária, em relação a Bragança, «o que significa três dias fora de casa», e em relação ao Porto «a dez horas de caminho»[355].

Antes de haver a estrada, era complicado para os habitantes[356] da Coleja irem até Carrazeda de Ansiães, mesmo através do caminho-de-ferro, porque, como revela John Gibbons, demoravam muito tempo neste trajecto: tinham de descer, desde a aldeia, até à Senhora da Ribeira, onde transpunham o rio Douro numa barca, para apanhar o comboio da Linha do Douro,

---

[351] «A região é quente no Verão, muito fria e húmida no Inverno e não tem locais de famosa beleza ou monumentos históricos que atraiam o viajante». In PRESTAGE, Edgar. In Prefácio da obra de GIBBONS, Op. cit., p. 17.
[352] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[353] «A aldeiazinha ficava isolada num vale elevado, no meio destes montes». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004 e GIBBONS, Op. cit., p. 47.
[354] Entrevista nº 3, Coleja: 2004; Entrevista nº 1, Coleja: 2004 e Entrevista nº 4, Coleja: 2004.
[355] GIBBONS, Op. cit., p. 118.
[356] Actualmente, a Coleja «tem 30 fogos habitados (que não tem, deve ter uns 20), e há 52 furos para extrair água». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

no apeadeiro do Vesúvio. Saíam, depois, na estação do Tua e tinham de apanhar a camioneta diária para Carrazeda de Ansiães. E não havia caminho mais directo[357].

A via-férrea mantinha-os ligados às grandes cidades e aos centros mais importantes locais; a via fluvial, através do rio Douro, serviu para o escoamento do vinho do Porto; a via terrestre que os unia ao Seixo de Ansiães (freguesia) e a Carrazeda de Ansiães (concelho)[358] tardou em ser aberta (1971) e asfaltada (1974).

Coleja fica «relativamente perto da estação [apeadeiro do Vesúvio]» e tinha, em 1939, «um serviço de comboios perfeitamente adequados às necessidades do distrito». Era servida por 3 comboios rápidos, durante a semana, mas, como não eram lucrativos, acabaram por limitar o seu funcionamento[359].

A viagem em 3ª classe era a mais barata, podia levar-se muita bagagem e só pecava pelas fracas acomodações[360]. Nesse ano, uma viagem de comboio entre o Porto e o Vesúvio demorava 4, 5 horas[361], pois os comboios diários eram lentos.

O comboio ajudou a população, porque «era o único meio de deslocação para os grandes centros, para o Porto e mesmo para a Régua [...], para Espanha só iam algumas, poucas pessoas, contrabandistas, que também se chegou a fazer aqui»[362]. Ajudava no transporte das pessoas, no escoamento de produtos, a trazer o Correio e o jornal...[363]

O rio Douro foi uma via de comunicação importante, pois constituiu um factor de suporte a algum desenvolvimento da aldeia: ajudou a sua economia, até ao momento em que se rasgaram as vias rodo e ferroviárias (escoamento da produção agrícola e do vinho fino das grandes quintas[364], funcionamento de azenhas e moinhos...), contribuiu para a higiene pessoal e foi essencial para alimentação das pessoas (peixe, água)[365].

A travessia entre a Senhora da Ribeira e o Vesúvio era feita por uma barca[366], porque não havia nenhuma ponte (Anexo 50, Vol. II, p. 111). A barca transportava pessoas e bens,

---

[357] «Não, não havia caminho mais directo; era completamente impossível eu fazer a viagem por outro lado, porque entre a minha aldeia [Coleja] e Carrazeda só havia montanhas». In GIBBONS, Op. cit., p. 107.

[358] «Eles chegavam até ao Seixo, através de caminhos pedregosos e agrestes. As comunicações mais intensas eram com o lado de lá do Douro e com o concelho. Mas eles fazem mais vida para cá [Carrazeda de Ansiães] do que para lá». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004.

[359] GIBBONS, Op. cit., pp. 46 e 66.

[360] «Nestes sítios não circulam comboios expresso. A maioria deles pára em todas as estações ou quase, e alguns ainda levam atrelado um vagão de mercadorias. [...]. Nestes comboios há três classes, as passagens são mais baratas, mas existe limitação de bagagem e são piores as acomodações; são, no fundo, comboios de abastecimento». In GIBBONS, Op. cit., p. 24.

[361] GIBBONS, Op. cit., p. 25.

[362] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[363] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[364] Entrevista nº 1, Coleja: 2004: «Os barcos levavam o vinho, azeite, amêndoa: o que podiam levar daqui e que no Porto não havia».

[365] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[366] Entrevista nº 3, Coleja: 2004. Segundo Virgílio Tavares, em 1796, havia duas barcas de passagem na Senhora da Ribeira. Os habitantes da Coleja utilizavam a barca de passagem para: ir à missa à capela da Quinta do Vesúvio

mercadorias, animais[367] e um emigrante da aldeia, que estava na América, conseguiu transportar um carro que o levou até à Coleja[368].

O funcionamento das barcas mostra a importância que Carrazeda de Ansiães assumia nas comunicações fluviais e terrestres para outras regiões de Portugal, nomeadamente para os distritos de Vila Real, Porto, Guarda, Viseu e para o Sul de Portugal.

O porto fluvial de Foz-Tua dava escoamento a muitos produtos que, através do rio Douro, chegavam até à cidade do Porto para, depois, seguirem para outras regiões de Portugal e do mundo. Era também a Foz-Tua que chegavam mercadorias de outras regiões do país e do estrangeiro, que, depois, eram transportadas para vários lugares do distrito de Bragança.

Em 1721, havia em Foz -Tua mais de 80 armazéns, onde as gentes do concelho de Ansiães e as da província de Trás-os-Montes e Alto Douro faziam os seus negócios, com todo o género de produtos. A partir desta data, Carrazeda de Ansiães ganhou preponderância territorial, administrativa e económica e passou a contar com duas feiras mensais.

Ao longo do rio, montou-se todo o sistema de apoio e de suporte à navegação dos barcos rabelos, sendo apoiados por juntas de bois[369], onde era preciso. Se na descida do Douro havia muitos perigos e era preciso conhecer bem o rio para aproveitar a corrente e navegar pelos locais mais apropriados, fugindo às rochas, que eram capazes de despedaçar os barcos e a carga, na viagem de regresso as complicações também existiam: «Era muito complicado trazer os barcos do Porto para cima. Em alguns locais, onde era preciso puxar os barcos, já estava uma junta de bois preparada. O vinho ia melhor nos barcos»[370].

(Anexo 35; Fig. 35.5, Vol. II, p. 66), apanhar o comboio no apeadeiro do Vesúvio, visitar amigos e familiares do outro lado do rio ou ir a uma feira ou a uma festa. In TAVARES, Op. cit., p. 132.

[367] «Chegámos ao pé do barco que faz a travessia do rio [...]. Tem o formato aproximado de uma gôndola no que respeita a extremidades, mas é uma embarcação muito tosca. É porém suficiente para levar 15 ou 20 passageiros em pé ou sentados nas bordas e perfeitamente capaz de transportar uma mula ou uma vaca desemparelhada no meio. O barqueiro normalmente cobra cada passagem cinco tostões...» In GIBBONS, Op. cit., p. 66.

[368] «Havia ali aquela estrada até ao Vesúvio, depois atravessou o rio de barco, que aguentou com ele. Depois, ali para baixo, ainda hoje se fala nisso, estragou-se a "cloche", que é a embraiagem. Foi um senhor de Carrazeda que mandou vir uma embraiagem do Porto e, depois, veio-lha meter no carro. E levou outra vez o carro para a América. Foi uma aposta que ele fez, em como conseguia trazer um carro à terra dele e lá [América] diziam que era impossível. Houve muitas pessoas que se juntaram ao carro, e o carro foi pelo ar, pois elas nunca tinham visto um carro assim». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

[369] «O vinho era levado nos barcos rabelos, que eu lembro-me perfeitamente que vinham do Porto, vinham aqui carregar as pipas. Então, havia o lavrador com uma junta de bois, ia buscar as pipas às quintas, transportava-as para o rio, para a beira do barco e, depois, eram lavadas, muito bem lavadas e colocadas dentro do barco. Cheguei a ver carregar 30 pipas dentro do barco, porque eu andava neste trajecto e via esses trabalhos. E até lhe digo uma coisa: cheguei a beber umas boas pingas. Não me recordo de ver mais nada nos barcos, a não ser vinho do Porto...» In Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[370] «Antes do 25 de Abril, era pelo rio que se escoava o vinho do Porto, nos barcos rabelos. Em cada terra, havia uma junta de bois. Esses barcos levavam 50, 100 e havia um que levava 120 pipas. E creio que naufragou um ali, quando foi do acidente com o Barão de Forrester, no Cachão da Valeira. Ainda me lembro dos barcos serem puxados por homens e quando podia passar uma junta de bois, com uma corda grande, eram puxados pelos bois e pelos homens». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004

A partir de 1958, a população desta aldeia passou a utilizar a estrada muito estreita e com muitas curvas[371], Estrada Municipal nº 632, que ligava a sede de concelho à Quinta da Amendoeira, ou Quinta do Dr.Trigo de Negreiros, na Sª da Ribeira[372].

A Coleja só ficou ligada a esta estrada em 1971, através do Caminho Municipal 1144, numa extensão de 3 km, que só viria a ser alcatroado, em 1974 [373].

A estrada passou a ter uma importância enorme para os seus habitantes: quebrava o isolamento da aldeia e facilitava a vida das populações, mantendo-as unidas ao mundo local. Levou-lhes o automóvel, a modernidade, mas também acabou por lhes levar, devido às migrações, alguns dos seus habitantes[374]. Mesmo assim, o caminho municipal poderia ter sido um factor de maior desenvolvimento para a aldeia, uma vez que, tal como no Romeu, «não tem saída»[375].

As vias de comunicação no Cachão

O relevo no Cachão «nunca foi um factor de isolamento». Regra geral, o que constituiu um factor de isolamento foi a falta de: «comunicações, através da rádio, a electricidade e as estradas». As aldeias do concelho de Mirandela debateram-se com a falta de luz eléctrica «e, não a havendo, não há rádio, não há televisão... E o Cachão também foi uma das localidades que não teve muito cedo a luz eléctrica»[376].

A localização geográfica viria a ser essencial, pois constituiu «um pólo dinamizador da própria aldeia»[377] e ajudou-a a desenvolver. A aldeia fica numa zona plana, junto ao rio Tua, servida por boas vias de comunicação: fluvial, rodo e ferroviária, pelo que as populações nunca estiveram isoladas[378].

---

[371] «Os do Seixo descem para o Vesúvio numa espécie de estrada a fingir...» In AGUILAR, Op. cit., p. 73.
[372] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.
[373] «As vias de comunicação terrestres, nos dias de hoje, estão espalhadas pelos montes, facilitando a vida das populações: daqueles que têm terrenos na região e os querem cultivar; daqueles que por eles querem transitar ou quando é preciso dar assistência, em caso de um incêndio». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.
[374] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[375] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[376] A aldeia não tinha luz eléctrica, quando começaram a construir o complexo. «O senhor Mendenha conseguia obtê-la através de um gerador. Ele fabricava um tipo de papel, único no país: era para o registo dos barcos, registo das ondas e para outras coisas: caso dos sismógrafos, boletim meteorológico e não sei que mais. E fabricava esse papel no Cachão». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.
[377] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[378] Possuía «boas ligações com o concelho e com o distrito, porque o Eng.º Camilo tinha uma grande influência». «Para irem para Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas, passavam pela Ponte da Retorta, subiam pelo monte Faro; para irem para Vila Flor e Mirandela ou Frechas, tinham a Estrada Nacional; tinham outra ligação para Abreiro. Portanto, eles ali não estavam isolados». In Entrevista nº 1, Cachão: 2004

O rio foi um veículo de comunicação e nele se instalaram azenhas. «Foi sempre um elo de ligação. Havia muita barcaça em todo o lado, não só para servir as propriedades, mas para outros que moravam de lá e de cá»[379].

O Cachão, antes da instalação do complexo, era uma aldeia muito pequena que

> «apenas tinha significado, porque era um ponto de entrada para a estação de caminho-de-ferro de toda a população que vinha dos lados de Vila Flor. (...) De resto, tinha meia dúzia de casas, de habitação – na parte velha da aldeia e mais dois ou três moradores à beira da estação [380] – tinha um comércio, uma tasca, "a Pulquéria"[381], e não tinha absolutamente mais nada»[382].

A estação de caminho-de-ferro foi construída no Cachão, «porque é a parte mais larga e menos irregular da linha do Tua, em toda aquela zona. A estação tinha muito movimento»[383] e trouxe desenvolvimento, porque: «era um ponto fundamental para o escoamento de produtos da região e porque o único meio que havia era o caminho-de-ferro»[384].

As estações de caminho-de-ferro com maior movimento na Linha do Tua eram: Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Cachão. Esta última estação registou, em 1967, o seguinte movimento[385]: receita total: 350 contos; bilhetes vendidos: 20 000; vagões completos expedidos: 135; vagões recebidos: 144.

O número de vagões expedidos e recebidos, bem como a quantidade de bilhetes vendidos, traduzem o movimento proporcionado, maioritariamente, pela entrada em funcionamento do CAICA. A linha do Tua assegurava, inicialmente: a obtenção de matérias-primas, sementes, adubos... e o escoamento dos produtos transformados, pelo complexo e pela região, bem como o transporte de passageiros para as estações do Tua (com ligações na Linha do Douro), de Mirandela (levando os estudantes e passageiros, em geral), e outras estações até Bragança.

O Abade de Baçal deu a conhecer que, por volta de 1933, a estrada que liga Mirandela a Vila Flor, e passa pelo Cachão, terá sido macadamizada[386], o que melhorou o acesso a esta localidade.

Em 1966, a estrada foi reconstruída e, apesar de ter ficado com muitas curvas[387], foi fundamental para o CAICA, empreendimento que viria a contribuir para que o lugar do Cachão se transformasse em aldeia. Esta estrada «devia ter sido das primeiras estradas a ser asfaltada, ao

---

[379] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[380] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[381] «D. Pulquéria Máxima de Sá, dona da tasca no Cachão, viúva do senhor Campos, era «natural de Vilarinho das Azenhas e tinha «grandes qualidades de trabalho». In Luctuosa: na mão de Deus. *NM*. Mirandela. (1/9/57), p. 4.
[382] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[383] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[384] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[385] REIS, Rogério - O Cachão e as comunicações ferroviárias. *NM*. Mirandela. (15/9/68), p. 1.
[386] A estrada foi macadamizada pelo governador civil de Bragança, Salvador Nunes Teixeira, que tomou conta do cargo a 2 de Fevereiro de 1933 e o exerceu até 8 de Agosto de 1937. In ALVES, Pe F.M., Op. cit., tomo XI, p. 549.
[387] «Cortaram umas curvazitas além no Miradouro, em Frechas, até lá em baixo à casa dos cantoneiros. E até lá em cima, para Vila Flor. Levou um arranjo péssimo, aquilo eram curvas e mais curvas. Hoje não, a estrada está boa». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004

mesmo tempo da EN 15, que liga Porto a Bragança. (...) porque era também uma estrada fundamental, de ligação para vários concelhos»[388]. Porém, quando se deu o 25 de Abril, não havia na região muitas estradas asfaltadas, só «havia meia dúzia»[389].

O melhoramento da estrada Mirandela-Vila Flor foi muito importante para o desenvolvimento da aldeia e do complexo, pois passou a haver «uma grande frota de camiões e de autocarros para transportar os funcionários e os filhos destes que se deslocavam para a escola e eram em número significativo»[390] (Capítulo II, ponto 5, p. 127).

A Câmara Municipal de Mirandela viabilizou outros dois projectos, para favorecer as ligações ao complexo: «a ligação de Abreiro para Avidagos, porque os camiões vinham pela EN 15 e, em vez de irem a Mirandela, metiam logo a Avidagos, Abreiro e desciam para o Cachão [EN 15-4]; a ligação a Vale da Sancha, Vale Frechoso e, depois, de Vale da Sancha a Macedinho, Trindade»[391].

Todos os produtos agrícolas que vinham de Alfândega da Fé e de Macedo de Cavaleiros não precisavam de ir a Mirandela, vinham pela Trindade e desciam por esta estrada. «O melhor percurso, para quem vinha de Vila Flor, era por Vale Frechoso, até ao Cachão»[392].

As vias rodo e ferroviária estabeleciam a ligação entre o Cachão, a região e o país: traziam técnicos, operários, maquinaria, inovação, matérias-primas, adubos e outros produtos necessários ao funcionamento das fábricas; levavam produtos de qualidade, identificados com marcas de qualidade, produzidos no complexo que o projectaram a nível nacional e internacional.

As vias de comunicação no Romeu

A aldeia do Romeu teve muita importância na altura em que não havia ainda estradas alcatroadas e em que, pela Estrada Velha, em terra e pedra, passava todo o trânsito de pessoas que ia para Mirandela, para o Porto, para Espanha, para Bragança e para outras terras do interior transmontano[393]. Por essa estrada, passavam as diligências da Mala-posta, em direcção a esses lugares e o Romeu tornou-se num local de passagem obrigatória. O tráfego animava a vida da aldeia e a Estalagem Maria Rita cumpria com a sua função alimentar e dava abrigo a quem passava.

[388] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[389] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[390] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[391] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[392] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[393] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

As comunicações eram difíceis em toda a região[394], inclusive na área do Romeu, e Vale de Couço só viu melhorada a sua situação com a construção da EN 15 e com a abertura da estação de caminho-de-ferro do Romeu, aquando da inauguração da linha do Tua, até Bragança. Estas duas vias quebraram-lhe o isolamento e proporcionaram-lhe um maior crescimento e um aumento populacional[395].

A aldeia do Romeu viu a sua antiga estrada ultrapassada por esta nova via de comunicação, a EN 15, que lhe desviou o tráfego e a deixou isolada[396], pelo que teve de resolver algumas dificuldades, em comunidade[397].

Em 1966 [398], foi pavimentada a Estrada Municipal 572 que liga a povoação do Romeu, numa extensão aproximada de 2 km, à EN 15, em Jerusalém do Romeu e Vale de Couço. Manuel Menéres conseguiu "puxar a estrada em alcatrão" até à aldeia, após a criação do restaurante Maria Rita, para ajudar a atrair mais pessoas[399]. O isolamento da aldeia manteve-se, porque esta Estrada Municipal em alcatrão não tinha seguimento, pois «os ricos do Vimieiro não deixaram construir a estrada»[400]. Era preciso voltar atrás, para apanhar a EN 15 [401].

A EN 15 contribuiu bastante para algum desenvolvimento da aldeia de Vale de Couço, uma vez que esta aldeia cresceu junto e ao longo desta estrada e por ali passou a transitar todo o movimento entre o Porto e Bragança[402].

Antes de ter surgido a EN 15, as estradas em terra e pedra «eram péssimas e o transporte em diligência também não ajudava muito. A captação do comboio era vital para a casa Menéres,

---

[394] «As ligações das aldeias com os concelhos e com os distrito eram complicadas. Não havia transportes, nem comboio, nem carros. Para Mirandela, íamos a pé. Passávamos aqui por Vale de Lobo, a pé». In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004.

[395] Entrevista nº 1, Romeu: 2004. «O povo não queria que a estação de caminho-de-ferro tivesse o nome Romeu, por isso dizia: "Clemente Menéres/chapéu de cortiça [porque ele começou a usar um chapéu]/ puseste à estação da Carriça, Romeu/ mas há-de ser sempre: Carriça, Carriça, Carriça». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[396] «Não tinham comunicação com lado nenhum. Antigamente, eles [habitantes do Romeu] iam sempre a pé para qualquer lado», até para apanhar o comboio a Vale de Couço». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[397] «Como não havia GNR que viesse aqui, havia um Regedor aqui em Vale de Couço e que ainda está vivo: é o senhor Parente. Era o "chofer" da Quinta do Romeu, o primeiro que teve o senhor Menéres, aqui na Quinta. Se havia uma zaragata, o marido batia na mulher, qualquer problema da aldeia, ou até de terras, que se aborrecessem, o Regedor é que resolvia a questão. E toda a gente lhe guardava respeito. Era ele sozinho que resolvia as questões e quem lhe transmitiu o cargo deve ter sido a Câmara Municipal de Mirandela» In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[398] Entrevista Nº 2, Romeu: 2003. «Depois, construíram estradas por toda a parte e construíram também aqui». In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[399] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004

[400] Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004

[401] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[402] «[Vale de Couço] tornou-se mais progressivo, porque a Casa Menéres, deu trabalho àquela gente pobre e deu fartura, e tinham o caminho-de-ferro e a Estrada Nacional... Ficaram lá e foram lá ficando e tiveram outra vida. E vieram outras famílias de fora para ali». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004. A diferença de localização das duas aldeias, Romeu e Vale de Couço, em relação a uma via de comunicação essencial, a EN15, foi uma das razões que levou a primeira a estar cada vez mais despovoada e a segunda um pouco mais habitada, pois se tornou mais atractiva.

pois ajudava a escoar a respectiva produção para o mercado: o vinho, o azeite, a cortiça e outros produtos»[403].

Para captar o comboio, Clemente Menéres teve três atitudes[404]: 1ª fez movimentar a opinião pública, no sentido de se fazer pressão perante o governo para que a linha de comboio fosse construída e passasse pelo Romeu, e que as notícias dessas movimentações fossem publicadas nos jornais de Lisboa e do Porto; 2ª expôs o assunto ao Ministro das Obras Públicas, Hintze Ribeiro, e obteve o apoio dos deputados pelo distrito de Bragança e pelo Porto, para que fosse construída a linha do Tua; 3ª candidatou-se para a construção do lanço de caminho-de-ferro. Esta atitude parece ter sido decisiva para que a obra viesse a ser realizada (Anexo 51, Vol. II, p. 112 e ss.).

Houve um envolvimento da família Menéres para que a freguesia do Romeu melhorasse, a nível de vias de comunicação, não só ferroviárias, mas também rodoviárias: no Romeu, para que a estrada fosse macadamizada e alcatroada; em Vale de Couço para que por ali passasse a Estrada Nacional, por onde circulasse mais facilmente o trânsito, do que pelos velhos caminhos da mala-posta.

O comboio serviu as populações locais (Vale de Couço, Romeu, Vimieiro, Alvites, Mascarenhas), facilitou-lhes as deslocações até Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Bragança, essencialmente, ou até locais como o Porto, Lisboa...[405] e contribuiu para algum desenvolvimento das aldeias de Vale de Couço e do Romeu:

-permitia a circulação de pessoas e bens «Trazia adubos e tudo o que era necessário para as povoações. Abastecia o depósito. Os agricultores metiam o cereal no celeiro, onde metiam o grão que cultivavam, e tiravam um pouco para a vida deles. O comboio trazia também trabalhadores e a aldeia [Vale de Couço] tornou-se muito movimentada»[406];

-permitia também a circulação de notícias, de informações (o jornal, o correio...) e o acesso à cultura e à educação: os alunos podiam deslocar-se até Mirandela, para continuarem seus estudos[407];

-a linha veio a servir populações isoladas, ao longo do trajecto: mobilizou e dinamizou a economia local[408], tornou possível a parca exploração de arvoredo – onde avultam as oliveiras,

---

[403] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003. As viagens eram muito demoradas, o que afectava o escoamento da produção agrícola e a circulação de pessoas e de mercadorias.

[404] Clemente Menéres queria que a linha fosse de via larga, para a ligar à de Zamora, mas o Ministro das Obras Públicas, Hintze Ribeiro, queria que fosse de via reduzida e «não cedia, por haver uma economia de 400 contos, que ele não queria desbaratar...». In MENÉRES, C., Op. cit., pp. 26 a 30.

[405] «Nós aqui não tínhamos dificuldades de ligação a outras localidades, porque tínhamos o comboio e íamos a Macedo, a Mirandela, a Bragança. Todas estas aldeias da zona: Mascarenhas, Romeu, Alvites, toda esta redondeza, vinham apanhar aqui o comboio e a estação passou a chamar-se Romeu». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[406] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[407] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

sobreiros, pinheiros, castanheiros, figueiras e até, por vezes, laranjeiras[409] —, deu acesso a muitos locais íngremes, que passaram a ser cultivados, e a locais habitados que apenas o comboio mantinha unidos aos centros populacionais da região, pois as estradas só foram rasgadas muito mais tarde.

A freguesia do Romeu – especialmente Vale de Couço — passou a dispor de mecanismos capazes de dinamizar a economia e a sociedade locais: tinha equipamentos, vias de comunicação e uma boa localização geográfica[410].

[408] A falta de comboio, nos dias de hoje, veio prejudicar imenso a vida das aldeias e dos «agricultores. Isto ficou muito triste e parou tudo e foi uma forma de toda a gente comprar carro». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.
[409] REIS, R., Op. cit., (15/9/68), p. 3.
[410] «Dispúnhamos dos meios estruturais mais importantes daquele tempo (estação de caminho-de-ferro, EN), ficávamos no eixo principal da região de Trás-os-Montes, tínhamos a Casa do Povo e a Clínica médica...» In Entrevista Nº 2, Romeu: 2003

4 - As memórias sobre a propriedade e sobre a exploração do solo

As propriedades representaram, para as pessoas das aldeias, um factor de investimento, de capitalização, de rentabilização e de futuro e uma forma de conservar ancestrais formas de domínio sobre o território. Serviram também para delas retirarem produtos para a subsistência da família e da colectividade.

Muitas pessoas receberam-nas como doação, como herança ou compraram-nas, para delas retirarem um magro sustento. E, ao obtê-las, mantiveram a continuação do povoamento e a ligação ao meio local.

Ao tornarem-se proprietários, acabaram por exercer o domínio sobre aquilo que lhes pertencia, tornando-se esta prática uma certa forma de afirmação social, no limitado mundo que era a aldeia e, em muitos casos, de alguma independência em relação ao patrão e ao mundo de "escravidão" rural.

Havia vários tipos de proprietários (grandes, médios, pequenos) e de trabalhadores rurais (cultivadores, jornaleiros, cavadores, jeireiros...).

Nas três aldeias em análise, a propriedade era bastante fragmentada, apesar de também haver propriedade concentrada (o casal e a quinta) e os baldios. A propriedade era explorada de forma directa ou arrendada, recorrendo a um dos seguintes tipos de trabalho: sozinho, em família, com ajuda de vizinhos, em campanha, em roga, pagando jeiras ...

O trabalho das propriedades e a gestão do património fundiário tinha em vista a obtenção de lucros, quer utilizando o trabalho assalariado, quer recebendo rendas ou quotas de parceria, através do exercício dos direitos de propriedade (Anexo 48, Vol. II, p. 107).

De uma forma geral, as propriedades eram assim exploradas: as matas, directamente pelos proprietários; os olivais e árvores de fruto, por conta própria, embora em algumas regiões prevalecessem o arrendamento e a parceria; a vinha, por parceria ou directamente; as terras de semeadura, por arrendamento e parceria; as quintas e as manchas integradas nas quintas, perto da casa-mãe, por conta própria.

Após os anos 60, verificou-se a necessidade de aumentar a produtividade do trabalho agrícola, pelo que foi preciso: investir; motomecanizar; aumentar o consumo de adubos, herbicidas, sementes seleccionadas e de alimentos concentrados para animais; especializar e intensificar os sistemas de produção e passar para a indústria agro-alimentar, alguns dos processos de transformação de produtos agrícolas, mesmo da vinificação.

A utilização da motomecanização alterou o ritmo do trabalho, obrigou a novas aprendizagens, houve a alteração da estrutura do solo, a substituição das tecnologias tradicionais por uma diversidade de máquinas e a canalização da produção para o mercado.

Registou-se a passagem a rotações trigueiras mais curtas nos melhores solos, o abandono de terrenos poucos produtivos para cereais[411], que depressa se cobriram de mato, e a instalação de pomares e árvores mais adaptadas à produção com maquinaria apropriada.

Algumas propriedades puderam capitalizar, de modo a aumentarem a produtividade do trabalho.

Alguns agricultores recorreram ao apoio estatal na mecanização; outros ao aluguer de máquinas; outros recorreram à reconversão.

A área cultivada foi diminuindo, pois as explorações foram incapazes de capitalizar, dando resposta à saída de trabalhadores familiares e fazendo face a uma economia que se queria lucrativa para subsistir numa economia de mercado.

[411] Obs.: com o decréscimo da superfície semeada, após 1960-64, os incultos começaram a ganhar relevância, enquanto a superfície florestal sofreu uma ligeira baixa.

4.1 - Tipo de propriedades nas três aldeias e arredores

Propriedades na Coleja e arredores

Além das quintas[412] existentes nas imediações da área territorial da aldeia, com uma organização e gestão próprias, algumas pessoas tinham as suas pequenas propriedades[413], «os seus bocadinhos», e praticavam «uma agricultura de subsistência, havendo dois ou três agricultores considerados acima da média [...] [porque] tinham mais propriedades, fabricavam mais, plantavam mais, pelo menos semeavam mais cereal»[414].

Num tipo de economia, em que a agricultura era a actividade predominante, era importante investir na posse de terras: um símbolo social, uma forma de poder resistir à falta de outro tipo de recursos, um modo de afirmação e de prestígio, mas também uma mística transmitida de pais para filhos.

> «Há aldeias onde quase tudo o que têm é dos ricos. Mas, aqui, não é isso. Aqui qualquer pobre, que eu não considero aqui ninguém rico[415], mesmo assim, qualquer pessoa tem um bocadinho de terra para plantar umas alfaces e umas batatas. Não há aquela pessoa rica que, como dizem que há no Alentejo, que se apodera de tudo e tudo é dos ricos e onde o homem que é pobre não tem nada»[416].

Quando John Gibbons viveu na Coleja, não se compravam artigos a prestações: «As pessoas compram à vista e, se ao fim do ano há algum lucro, a família aplica-o na compra de mais um palmo de terra. [...] A quinta em que vivo [Coleja] não tem dívidas e possui uma quantidade de papéis azuis, que são certificados de registo de propriedades. A terra fica para sempre»[417].

---

[412] Nas aldeias transmontanas, havia características específicas ajustadas a cada tipo de exploração: predominavam as explorações muito pequenas e as hortas; os fogos não constituíam grupos familiares no sentido estrito; havia pequenos grupos domésticos fragmentados e não nucleares de jornaleiros que trabalhavam à jeira nas explorações de outros aldeãos. As quintas eram «unidades de produção orientadas para a produção comercial de colheitas destinadas ao mercado» e «as hortas eram parcelas muito pequenas, destinadas à cultura de hortaliças». In O'NEILL, Op. cit., pp. 50 a 52.

[413] «Há grandes quintas e também cada pessoa possui um bocadinho». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

[414] «Aqui havia poucos agricultores que se consideravam acima da média. Aqui é uma cultura de minifúndio. Portanto, as pessoas só têm os seus bocadinhos, fazem uma agricultura de subsistência, mas entre esses houve mais dois ou 3 que sobressaíam, [...] cada um com a sua junta de bois. Então, ao terem os bois é porque tinham mais propriedades, fabricavam mais, plantavam mais, pelo menos semeavam mais cereal». In Entrevista nº 3, Coleja: 2004.

[415] Havia uma pessoa rica na Coleja que, conforme relata John Gibbons, se divertia a ver ao longe as suas propriedades com uns binóculos, pois as possuía, espalhadas por todos os montes em redor.

[416] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[417] GIBBONS, Op. cit., pp. 34-35. Durante o Estado Novo, o camponês não recorria ao Banco para fazer os negócios e não tinha um registo de contabilidade: «O que lhe interessa é ter dinheiro líquido, que guardará numa caixinha algures em sua casa e que pacientemente economizará [...] para mais tarde gastar na única coisa que para ele tem valor. A única coisa que lhe interessa é economizar um tanto, para comprar mais terra». In GIBBONS, Op. cit., pp. 112-117.

Nas aldeias, havia particulares que emprestavam dinheiro a juros muito elevados, para a aquisição de propriedades.

Na Coleja, quase todos tinham uma propriedade que trabalhavam com a ajuda das próprias mulheres[418]. Os pequenos proprietários, durante a semana trabalhavam nas quintas e, ao Domingo, tratavam dos seus terrenos. Quem não trabalhasse nas quintas, tinha muitas dificuldades de subsistência. Mesmo assim, «no ano da fome, lembro-me de se ganhar 8 escudos por dia e se pagar 25 escudos por um pão»[419].

O dinheiro que ganhavam nas jeiras era muito escasso, pelo que se considerava ser uma "miséria", pois trabalhava-se imenso e ganhava-se muito pouco: «Antes de 25 de Abril, eu era cavador das terras e trabalhava numas territas, em qualquer sítio onde havia. Depois, como isto não dava nada, pois Portugal era a maior miséria, fui para o estrangeiro, para a França e, depois, para Moçambique»[420].

A saída para o litoral, para as colónias ou para o estrangeiro era, na maior parte das vezes, a única solução para o descalabro económico.

Propriedades no Cachão e arredores

No Cachão, havia a pequena propriedade (as parcelas) e as quintas, que eram propriedades «jeitosas»[421].

As pequenas propriedades situavam-se em volta da aldeia do Cachão e eram pequenas, porque o tipo de relevo condicionava e motivava esse tipo de propriedades[422]. Ali, em toda a zona virada para Meireles e Vilarinho das Azenhas, predominava o minifúndio e os terrenos pertenciam a proprietários que viviam nestas aldeias e em Frechas. Os outros terrenos «pertenciam a dois proprietários abastados aqui do Cachão»[423].

As maiores explorações, as "quintas", pertenciam ao «Cardoso e ao Campos». Mas havia outras: do Eng.º Faria, do Gastão, do Pastor e do Mendenha. «No fundo, havia uma meia dúzia de explorações que se dedicavam à agricultura. Como postos de trabalho, havia ali um lagar de

[418] «Muitas vezes esse terreno fica a milhas de distância, no alto da serra e o proprietário demora uma hora a lá chegar. O mais certo é ter comprado um pedaço de vertente rochosa e tê-la, ele mesmo, trabalhado em socalcos. Cavou o que é seu, pelas suas mãos, sem qualquer máquina e tanto ele como a mulher carregam até lá cima, às costas, o estrume para adubar a terra. Sim, as mulheres também trabalham no campo – mas no seu bocado de terra». In GIBBONS, Op. cit., pp. 34-35.
[419] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[420] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[421] Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[422] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[423] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

azeite e havia algum trabalho temporário, ocupacional e, de resto, havia uma agricultura de subsistência»[424].

Em Frechas, aldeia "senhorial", freguesia a que pertence o Cachão, as propriedades estavam concentradas nas mãos de duas ou três famílias, pelo que houve maior dificuldade em desenvolver agricolamente a aldeia.

Frechas veio a desenvolver-se «pelo impacto que teve na aldeia a construção do complexo» do Cachão, por isso a habitação se desenvolveu rapidamente. «Não foi propriamente pelo desenvolvimento agrícola, porque era uma aldeia com um "regime feudal", em que o senhorio detinha 80% da terra. Portanto, tinha determinados objectivos, o que nunca proporcionou que as famílias usufruíssem desses bens»[425].

Enquanto vigorou o austero ambiente feudal na região transmontana, os indivíduos estiveram quase sempre hipotecados ao fidalgo ou ao poderoso, pela alimentação que este lhes dispensava, pelas terras que lhes arrendava e pelos laços sociais e morais que se estabeleciam. Neste ambiente, a população rural era feliz à sua maneira, dentro da sua ignorância, boa fé e desprendimento...

Propriedades do Romeu e arredores

A maior parte das pessoas, mais de metade da população do Romeu, tinha terras à renda: «Havia pessoas que só tinham os terrenos, porque os tinham à renda e pagavam a renda que era fixada pelo senhor, em alqueires de pão. As pessoas mais pobres arrendavam para fazer pela vida»[426].

Havia 4 grandes agricultores no Romeu, «lavradores remediados, ricos não eram. Havia o João Pedro[427]; o senhor Miranda, que tinha uma casa forte; o Silva tinha uma casa forte e tinha máquinas; outro, o Zé Maria, era rico, mas deixou ir os terrenos à praça e arrematataram-lhe tudo em praça»[428].

---

[424] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[425] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[426] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004. «Havia uns 4 ou 5 lavradores mais abastados, mas os restantes, alguns tinham pequenas propriedades. Mas também os havia que não tinham nada, nenhuma terra, e trabalhavam nas terras arrendadas». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.
[427] «Aqui, houve lavradores bons, fortes: o Abóboras, o Miranda, o Matias e o Zé Maria (O Tralará), que era o dono da casa do Maria Rita. Antes de emigrar, foi a arrematação em praça. Da casa é que lhe vinha o dinheiro, mas ele tinha muitos gastos com criados, malhadeiras, vivo...». In Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004
[428] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004

Havia pessoas que visitavam o Romeu, o restaurante Maria Rita, e «pensavam que as casas e os terrenos eram todos da família Menéres»[429], confundindo-se, assim, o domínio territorial da grande Casa Agrícola com as que são património rústico dos lavradores da aldeia.

Em Vale de Couço,

> «há a casa grande dos Menéres e o resto são pequenas propriedades de outras pessoas. A actividade que estava mais desenvolvida era a agricultura e a alheia. Havia 2 ou 3 agricultores (o meu avô, Conde, e o Rufino), o resto da população tinha poucas terras. Os mais ricos tinham vinhas, azeite... e os restantes terrenos eram mais à base de cereais»[430].

Além dos terrenos pertencentes a lavradores remediados, havia o grande domínio constituído pelas propriedades da Casa Menéres/Quinta do Romeu.

No Quadraçal, no grande domínio constituído pelas terras da Casa Menéres, «há muitos terrenos que não são dos Menéres, são de outras pessoas. Do Quadraçal para cá, cada qual tem os seus terrenos; os sobreiros são da Sociedade Clemente Menéres...»[431]

[429] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004
[430] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[431] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

4.2 - A grande e a média propriedade, nas três aldeias: as quintas; a Casa Menéres/ Quinta do Romeu.

As Quintas do Douro, na região da Coleja

As quintas do Douro, na região da Coleja, estendiam-se ao longo deste rio, pois era aí que o vinho apresentava as melhores características, ajustadas à qualidade, e onde atingia as melhores letras da litragem. No cimo da serra, o vinho era de fraca qualidade[432].

Durante o Estado Novo, houve a promoção da cultura vinícola e do seu consumo. Para que este fosse consumido, o governo determinou que os hotéis, os restaurantes, as pensões e as casas de pasto o servissem a acompanhar as refeições[433]. Havia até a frase que ficou muito conhecida e que é atribuída a Salazar: "consumir vinho é dar de comer a um milhão de portugueses".

Apesar de uma maior valorização do vinho tratado, na região do Douro, o vinho consumo também apresentava e apresenta uma boa qualidade, «é vinho puro, feito pelo próprio lavrador ou negociado com o seu vizinho»[434], havendo empresas agrícolas que o começam a lançar no mercado, já com uma relativa projecção.

Na época histórica analisada, havia uma colaboração entre dois tipos de economia local: a das quintas da zona da Coleja e a dos habitantes desta aldeia.

A aldeia fornecia mão-de-obra para as tarefas agrícolas, ao longo do ano, sendo as pessoas contratadas pelo caseiro. Aquando de tarefas mais intensas, recorria-se também a trabalhadores de outras terras da região, «por baixo da Régua», e das Beiras. Entre os trabalhos mais intensos contam-se: as podas e as vindimas. Nos restantes trabalhos das vinhas, recorria-se aos trabalhadores locais[435].

As quintas, num contexto de economia local, e mesmo pagando pouco, «foram sempre importantes, mais por causa das jornas que davam, porque a grande parte da população vivia da jeira e, pelo menos, garantiam o trabalho quase anual»[436]. Assim, as quintas dinamizaram a vida da aldeia, fornecendo trabalho ao longo do ano, passando os seus habitantes a dispor de algum poder de compra.

---

[432] GIBBONS, Op. cit., p. 37.
[433] GIBBONS, Op. cit., p. 37.
[434] GIBBONS, Op. cit., p. 37.
[435] «Enquanto houvesse pessoas, recorriam às daqui. Vinham muitas pessoas trabalhar para aqui, dos lados da Régua; por baixo da Régua: chamavam-lhe os "foleiros". Traziam pão-de-milho, que aqui não havia desse pão, e, depois, trocavam-no por centeio. E, então, os "foleiros" é que vinham de por baixo da Régua: de Barqueiros ou por ali. Vinham fazer as podas e a maior parte do pessoal daqui era quase só para compor a vinha». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[436] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

Nessa época, havia muita gente que queria trabalhar e ganhar o pão nessas quintas: «queria-se um homem e apareciam 10»[437]. O trabalho era realizado de sol a sol, ganhava-se pouco, às vezes levava-se a comida de casa, outras vezes era a própria quinta que dava de comer. Mas era preciso trabalhar muito para se ganhar algum dinheiro[438].

Em volta da Coleja, havia as seguintes quintas:

> «Fonte Santa, dos herdeiros de Abel Trigo Moutinho; Senhora da Ribeira, da Firma Smington (foi da casa inglesa Silva & Cosen[439], daí o nome de Casa Inglesa[440] e era a maior de todas); a das Amendoeiras, do Ministro Joaquim Trigo de Negreiros; a da Coelheira, do Eng.º Eduardo Araújo Faria; a do Vinhais, do Dr. António Vitorino Cabral; a da Carris foi do Eng.º Lacerda[441], vendida recentemente a uma sociedade agrícola, com sede na Régua. As restantes, embora em tempos dessem trabalho a pessoal da aldeia, pertencem à freguesia da Beira Grande»[442]
> «As quintas do Comparado, da Gafaria e, eventualmente, a do Santinho, de João dos Santos Lemos, no termo de Seixo de Ansiães (nesta freguesia há ainda as quintas «do Carvalho, a do Cachão, a do Bartol e a dos Canais»[443]); as quintas do Lobazim, do Eng.º Pizarro, dos Lagares, do Eng.º Macedo, nos termos de Vilarinho da Castanheira, mas relativamente perto da aldeia, como as quintas Vale de Coelho, Pescoça e Cadima, pertença da firma Cockburn and Smithes»[444].

As quintas são unidades com normas e regras muito próprias que, para além dos terrenos, são compostas por: uma casa senhorial, uma casa mais pequena para alojar o caseiro e por um aglomerado de pequenas casinhas para os trabalhadores efectivos. «Este pessoal, suficiente para as necessidades da quinta durante o ano, torna-se mais escasso para os trabalhos a fazer na altura das vindimas»[445].

Ao longo do ano, para além do pessoal que vivia nas quintas, recrutavam-se pessoas das aldeias vizinhas para executar as tarefas que o trabalho das vinhas e do vinho exigiam. Porém, nas vindimas e na apanha da azeitona, épocas de muito trabalho, recorria-se a pessoal de outras regiões do país e houve tempos em que os galegos acabaram, também eles, por descer até ao Doutro e contribuir com o seu trabalho[446].

As vindimas exigiam um trabalho constante, desde o vindimar até ao envasilhar do vinho, passando pelo aproveitamento das borras e pela obtenção da aguardente. As primeiras uvas a ser vindimadas eram as das quintas e, depois, eram-lhe acrescentadas as uvas de particulares das

---

[437] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[438] «Oh! Pagavam bem?! Eu dou mais por um café hoje que ganhava numa semana. É verdade! Havia ocasiões em que era necessário levar o comer de casa e eram mais bem pagos, um bocadinho. Mas havia muita Quinta que dava de comer. Na altura, tinha que se trabalhar, mas tinha que se trabalhar mesmo, não era como hoje». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[439] AGUILAR, Op. cit., p. 83.
[440] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[441] Aguilar refere-se à quinta da Carris, como sendo «do juiz Crispiano de Lacerda». In AGUILAR, Op. cit., p. 83.
[442] Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.
[443] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[444] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.
[445] GIBBONS, Op. cit., p. 99.
[446] «Noutros tempos era a Galiza espanhola, pobre e superpovoada, com uma elevada taxa de emigração, que fornecia a Portugal a mão-de-obra necessária nessa época do ano. Os galegos não eram excepcionalmente inteligentes nem tinham um alto nível de vida e trabalhavam por baixo preço. Deslocavam-se às centenas para Portugal [...] por ocasião das ceifas. Os socalcos mais antigos do Douro foram talhados por eles, mas os tempos mudaram; as vindimas são hoje [1939] feitas exclusivamente por portugueses». In GIBBONS, Op. cit., pp. 99-100.

redondezas[447], que as vendiam para fazer algum dinheiro e ter com que pagar tudo o que, ao longo do ano, tinham gasto no trabalho das vinhas.

Feita a vindima, as uvas eram «espremidas pelo sistema tradicional de dança sobre o mosto de pés descalços [...]. O transporte dos pipos, até aos carros de bois, é facilitado por um mini-caminho-de-ferro; cada Quinta possui um sistema de iluminação próprio, à base de gás carbónico [gasómetros], e até de uma capela católica para os trabalhadores residentes»[448].

O dinheiro apurado acabava por entrar na economia familiar das pessoas da Coleja e das aldeias vizinhas e era uma ajuda para ir fazendo face à escassez e à miséria que visitavam com frequência as terras do interior.

O trabalho das quintas e alguns lucros apurados com a venda dos vinhos acabavam por ser um factor dinâmico que mobilizou as gentes do vale do Douro e as gentes da Coleja.

O vinho fino era transportado para o entreposto comercial de Vila Nova de Gaia[449], para, depois, ser exportado, enriquecendo assim os cofres de armazenistas, da feitoria e das casas estrangeiras, a maioria inglesas, e dos nacionais que se dedicavam a este negócio.

O comércio do vinho do Porto foi lucrativo, a ponto de muitos ingleses investirem nele. Serviu-lhes para comprar solares, boas e valiosas mobílias e para se tornarem poderosos homens de negócios: «nunca vi ingleses com melhor situação do que a dos que se dedicam ao comércio do vinho do Porto. O dinheiro permitiu-lhes comprar o que de melhor existe nos dois países: um solar português enorme e o recheio confortável de móveis e utensílios ingleses»[450].

Como a maior parte dos donos das quintas vivia na cidade do Porto, quem tratava dos negócios das mesmas eram os caseiros, a quem os donos confiavam a gestão da casa, a contratação do pessoal e a efectuação de compras e de pagamentos[451].

As pessoas da aldeia e os proprietários das quintas, mesmo os caseiros[452], sempre estabeleceram um bom relacionamento[453].

A dinâmica imprimida pelas quintas, não só as mais próximas da Coleja, como outras pertencentes à mesma freguesia, ajuda a compreender como representou uma espécie de mola impulsionadora na economia local, pelo menos em relação àqueles que nelas trabalharam, fazendo face a uma vida de muitas dificuldades daquela época. O pouco que lhes era pago, por

---

[447] GIBBONS, Op. cit., p. 100.
[448] GIBBONS, Op. cit., p. 100. A obtenção do vinho, através de processos modernos, é posterior ao 25 de Abril, em que as uvas são espremidas por máquinas, directamente para cubas de fermentação.
[449] «Os trabalhos de engarrafamento, rotulação, etc., são mais tarde feitos no Porto». In GIBBONS, Op. cit., p. 100.
[450] GIBBONS, Op. cit., p. 145.
[451] «O senhor capataz, que tem no cofre milhares de escudos para pagamentos ao pessoal, etc.». In GIBBONS, Op. cit., p. 329
[452] «A maioria das vezes, esse relacionamento seria mais entre os caseiros e essas pessoas, porque os donos viviam nos grandes centros. Sabe que hoje a vida modificou-se e há mais independência nos proprietários e nos caseiros. Penso que isso se tenha modificado». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[453] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

esses serviços, ia sendo amealhado para, depois, o poderem investir na compra de pequenas propriedades/ courelas.

Os agricultores, na sua grande maioria, viram-se impedidos de progredir e de se adaptar a uma economia de mercado e à agro-indústria, apesar de se dedicarem à produção de agro-industriais que canalizavam para o mercado local, deixando a produção de vinho mais ao alcance das quintas e das firmas dedicadas à produção deste vinho. As práticas agrícolas continuaram adaptadas à agricultura tradicional, com pequenas actualizações.

A vinha precisava de ser encarada como uma cultura industrial: com a capacidade de se fabricar um produto estandardizado e qualitativo, que dependia do solo, do clima e da variedade de castas utilizadas; com a possibilidade de ser mecanizada a sua plantação, ficando por um terço do custo do processo clássico. Todavia, por falta de orientação, de esclarecimento e de apoio, continuava a plantar-se vinha pelo processo clássico. E, nas quintas do Douro, a modernização deste sector tardou, porque o problema foi visto como sendo, na sua essência, comercial, quando se tratava também de um problema de produção.

Só a partir de 1980, com o enchimento da barragem da Valeira, se deu uma "revolução" nas vinhas das margens do Douro: foram reconstituídas as vinhas que tinham sido abafadas pelo rio; foram plantadas outras, em encostas até então impensáveis; surgiu a mecanização, novos sistemas de plantio, «os engenheiros agrícolas, os gestores das quintas, a fartura de jeiras para o pessoal residente, os empresários de máquinas, etc.»[454].

As Quintas no Cachão

No Cachão, houve algumas "quintas"[455], como já vimos — «a do Campos, à esquerda da ponte, que era a maior, a do Eng.º Faria e a do Gastão»[456], a do Cardoso, «a do Senhor Pastor e a do Mendenha»[457] — trabalhadas pelos próprios proprietários, que iam dando umas jeiras a ganhar, mas «a pequena empresa ali era residual, porque o trabalho era canalizado para o complexo e se lá trabalhavam algumas pessoas era ao fim-de-semana e por amizade»[458].

---

[454] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[455] As maiores explorações agrícolas do Cachão eram constituídas por casais e pela quinta do senhor Pizarro (dono da Quinta do Lobazim, na área da Coleja). In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.

[456] Entrevista nº 1, Cachão: 2004. O Eng.º Faria também possuía uma quinta na área da Coleja. In Entrevista nº 6 Cachão: 2006.

[457] «Havia a quinta do Campos e outra que está meio abandonada e que era de um senhor de Vila Flor, em frente da aldeia, a seguir à ponte, a Quinta do senhor Pastor, que era de Vila Flor e era funcionário do complexo e havia a do senhor Mendenha». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

[458] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

Essas quintas, quando o complexo começou a funcionar, eram trabalhadas por trabalhadores que vinham dos lados da Régua[459]. Para além das quintas, havia ainda «propriedades pertencentes à Casa Araújo, de Frechas, que tinha muitas propriedades [dispersas], mas não tinha quinta»[460].

Uma vez que o complexo atraiu a maior parte dos trabalhadores, a dinâmica das quintas, em relação à aldeia, foi muito pequena: «E as quintas também foram beneficiadas nesse aspecto, porque começaram a produzir outro tipo de culturas que o complexo ou que a população precisavam: couves, morangos... [...] As quintas só foram favorecidas»[461].

As casas agrícolas no Romeu e a abertura à economia de mercado

As casas agrícolas eram importantes, pois davam emprego, ajudavam a fixar as populações nas aldeias, uma vez que lhes forneciam algum suporte económico, e contribuíam, de certo modo, para o desenvolvimento local. A casa agrícola mais importante da zona do Romeu era a Casa Menéres, para quem as pessoas gostavam de trabalhar, porque lhes pagava de 15 em 15 dias os seus serviços. Mas havia outros agricultores com alguma importância e projecção na vida económico-social do Romeu (Miranda e Zé Maria «tinham boas casas»; Matias, Silva e João Pedro «tinham casas razoáveis») e de Vale de Couço (Conde, «tinha uma boa casa, com mais de 3 propriedades» e Rufino[462] «tinha algumas propriedades»)[463].

A maior parte das pessoas do Romeu ganhavam jeiras, ao longo do ano, e tinham uma fonte de rendimento, porque trabalhavam para aqueles senhores, havendo algumas pessoas que trabalharam na Casa Menéres[464]. Em Vale de Couço, a maior parte da população trabalhava na Casa Menéres.

Os trabalhos agrícolas, nas casas dos médios agricultores, eram assegurados pela mão-de-obra familiar[465]; nas poucas terras dos pequenos agricultores, funcionava a entreajuda familiar e

[459] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[460] Entrevista nº 5, Cachão: 2004. Essas terras eram trabalhadas por muita gente. In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.
[461] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[462] «Houve e há, em Vale de Couço, a Casa Menéres, a do Rufino e havia a dos meus avós, chamados Condes. Chamavam-lhe assim, porque descendia de família nobre e veio de Espanha para aqui, segundo a minha prima... Ele tinha uma Quinta muito grande e, quando foi da Guerra Civil espanhola, ele veio para aqui. Também vieram muitos galegos que os escondiam nas lojas e deitavam-lhes sacos para os cobrir». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.
[463] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.
[464] «Poucas pessoas daqui trabalharam para a Casa Menéres. Trabalharam para os lavradores mais ricos daqui [Romeu] que lhes davam jeiras a ganhar e havia muito trabalho, ao longo do ano». «Em 1950, os homens ganhavam 2$00 por dia e as mulheres 1$00 e em 1960, os homens ganhavam 400$00 por mês e as mulheres 300$00». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004. «Na Casa Menéres, trabalharam lá poucas pessoas daqui do Romeu. Nessas casas mais importantes daqui do Romeu, as pessoas ganhavam a jeira. Também ia muita gente daqui para o Vimieiro, no tempo da azeitona». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.
[465] Nessas duas casas [Rufino e Conde], era a família que trabalhava as terras». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

vicinal[466]. O sistema de ajuda, em alturas de muitos trabalhos agrícolas, ocorreu também no Romeu, porque as pessoas queriam retribuir atenções ou préstimos àqueles agricultores que os tinham ajudado e que tinham alguma riqueza e rentabilidade económica.

As memórias de uma grande Casa Agrícola: a Casa Menéres/ Quinta do Romeu

Clemente Menéres, nascido em Vila da Feira, negociava em vinhos e em cortiça que era, então (séc. XIX), um dos principais produtos exportados por Portugal. Apercebe-se, aquando das suas digressões pela Europa, pelo Médio Oriente e pelo Norte de África, da importância destes produtos e decidiu investir na sua produção, transformação e comercialização.

Dia 14 de Maio de 1874, visitou Trás-os-Montes, viajando em diligência (Fig.IV.2), a partir do Porto, e chegando ao Romeu no dia 18 [467].

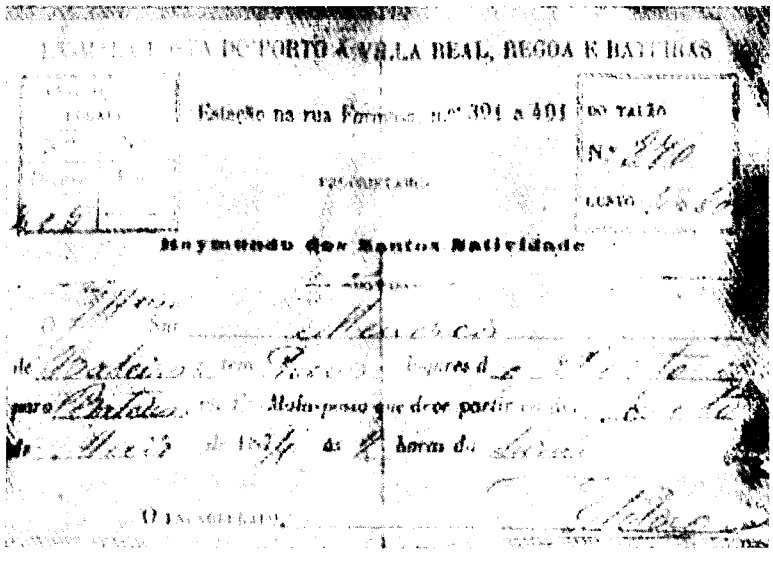


Fig. IV.2 – Bilhete de Mala-Posta da 1ª Viagem a Trás-os-Montes [468]

A constituição desta Casa Agrícola começou, então, com: a compra[469] dos sobreiros[470] que encontrou e que se situavam em terras onde não se dava mais nada (esta árvore era pouco

[466] «As terras individuais, que eram poucas, eram trabalhadas com a ajuda dos amigos. A única casa que recorria a mão-de-obra e pagava era a Casa Menéres. As outras casas [de Vale de Couço] faziam a troca ou permuta de serviços». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[467] MENÉRES, C., Op. cit., pp. 21 e 22.

[468] MENÉRES, C., Op. cit., p. 21.

[469] «Olhe que o 1º Menéres, Clemente Menéres, contava que a primeira vez que veio aqui ao Romeu, ficou logo proprietário». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[470] «O meu bisavô [Clemente Menéres], em novo, foi para o Brasil, Japão, Síria, Alemanha. De maneira que, com essas viagens todas, com essa situação, chegou com ideias mais frescas e novas, de coisas que aqui não nascem. O meu bisavô veio atrás de sobreiros. Ele tinha o negócio de cortiça: comprava num lado e vendia no outro. Vendia na Alemanha, que a distribuía para outros mercados. E ele pensou comprar a matéria-prima. Teve umas fábricas de

valorizada na região e utilizavam-na para lenha); o estabelecimento de uma residência; o aproveitamento das terras xistosas para renovar vinhas existentes e plantar novas e também pela cultura da oliveira.

Clemente Menéres arranjou pessoal no Alentejo e abriu clareiras nas matas, a fim de evitar os incêndios. Mandou arrancar as urzes e as estevas e limpar as árvores da cortiça virgem. Arranjou trabalho para os habitantes da região e acabou por valorizar uma riqueza que permanecia desprezada.

Começou a exploração das cortiças do Quadraçal[471], lugar onde havia seculares florestas de sobreiros, e criou a Quinta do Romeu, no lugar da Carriça, em Jerusalém do Romeu, «onde havia apenas um habitante, fabricante de tachos»[472].

Ali instala a sede da casa agrícola, que acabou por ficar equipada com: «magníficas instalações rurais, com abegoarias, lagares de azeite, central eléctrica, escritórios e todas as dependências necessárias a uma importantíssima casa agrícola com uma organização modelar e prática [...] a Cantina para o pessoal da casa, a escola, as residências para os seus operários...»[473]. Foi ainda em vida de Clemente Menéres que foi inaugurado o troço de caminho-de-ferro (factor de desenvolvimento da região), entre Mirandela e Bragança, e foi recuperada a Capela de NªSª de Jerusalém do Romeu.

Em Monte-Meões, estavam situados «os lagares de vinho e adegas, providas de esplêndido vasilhame, tudo bem ordenado e em tudo reinando o mais escrupuloso cuidado e asseio; os silos, os palheiros e mais dependências»[474].

Na residência solarenga, eram recebidas «todas as pessoas que, para bem da região, por ali têm [tinham] que passar»[475].

Ao começar a exploração das suas terras, Clemente Menéres veio a conhecer alguns obstáculos: «as dificuldades da exploração»; a enorme «subdivisão das florestas»; «o desconhecimento absoluto dos processos silvícolas, ainda incipientes no Alentejo; a carência de meios de transporte; o empate de avultados capitais, na expectativa de levar uma dezena de anos até à tiragem das cortiças mansas, aptas para a indústria rolheira»[476]; «as cabradas, as alterações climatéricas»[477].

---

rolhas, uma aqui e outra em Mirandela, no largo do Toural, ao pé da estação, e procurou fazer e como as fábricas de rolhas não funcionaram, ele ficou só com a cortiça. Ele veio atrás da cortiça». In Entrevista Nº 21, Romeu: 2003.

[471] ALVES, Pe F. M., Op. cit., tomo II, p. 478.

[472] AGENDA MIRANDELA. Mirandela: edição da Câmara Municipal de Mirandela, nº 12 (30 Abr. 2003), p. 23.

[473] «A Sociedade Clemente Menéres, Lda., possui no Romeu uma das maiores explorações agrícolas do país, cuja amplitude e modelar administração representam um dos valiosos factores para a economia nacional. – Como foi criada pelo seu fundador Clemente Menéres». *O Século.* Lisboa. (23/4/46) .

[474] A Sociedade Clemente Menéres Lda... Op. cit., (23/4/46).

[475] A Sociedade Clemente Menéres Lda...Op. cit., (23/4/46).

[476] ALVES, Pe F. M., Op. cit., tomo II, p. 478.

[477] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003.

Em 1902, viria a fundar com os filhos e seus descendentes a Sociedade Clemente Menéres, Lda., sociedade por quotas, com a particularidade de se manter indivisa até à 4ª geração e com «sede no extinto Convento de Monchique (do séc. XV/XVI), no Porto, comprado em hasta pública em 1872 e para onde mudou a fábrica de rolhas»[478].

A Sociedade possuía, na altura, «uma fábrica de cortiças em Mirandela, [...] gados, utensilagem e produtos agrícolas, assim como um conjunto vastíssimo de prédios situados em 5 concelhos do distrito de Bragança»[479]: Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães, Alfândega da Fé e Vila Flor. O número de propriedades, entretanto, aumentou nestes concelhos e estendeu-se a outros (Bragança, Valpaços e Vinhais), abrangendo «54 freguesias», porque todos os rendimentos eram investidos «no aumento progressivo da propriedade»[480].

Clemente Menéres mantém, em Jerusalém do Romeu, uma fábrica de rolhas que funcionava com o aproveitamento dos aparos das pranchas e «dava trabalho a 20 famílias. No Quadraçal havia, então, 23 guarda-florestais»[481].

Mandou replantar, em algumas encostas, vinhas de vinho generoso, pois tinham sido dizimadas pela filoxera e, em outras, foram plantados olivais. Clemente Menéres mostrou que o solo e a qualidade das uvas mereciam que a produção do seu vinho fizesse parte da Região Demarcada do Douro. O seu intento veio a dar resultado e as suas vinhas passaram a ser das poucas do concelho de Mirandela a fazer parte daquela região, pelas seguintes razões [482] (Fig. IV.3):

---

[478] MENÉRES, João Pedro - *Casa Menéres: História* [Em linha]. 29/9/99 [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.quintadoromeu.com/historia.html>.

[479] MARTINS, J. Silva – *Estruturas Agrárias em Portugal Continental.* Lisboa: Prelo.Vol.1, p. 321 (Anexo 52, Vol. II, p. 116).

[480] «...[Clemente Menéres] tirou dos negócios, no princípio da vida, os necessários recursos para conseguir aumentar as suas propriedades. Arroteando, desbravando e cultivando grandes tratos de terra inculta...» In A Sociedade Clemente Menéres Lda...Op. cit., (23/4/46).
Em finais de 1901, o património fundiário de Clemente Menéres era constituído por 1.716 propriedades (p) e 982 títulos (t), repartidos pelos seguintes concelhos: Alfândega da Fé (55 p; 39 t); **Carrazeda de Ansiães** (9 p; 8 t); Macedo de Cavaleiros (327 p; 222 t); **Mirandela** (1.302 p; 694 t); Vila Flor (23 p; 19 t).
A partir da constituição da Sociedade Clemente Menéres Lda., em Dezembro de 1902, a compra de propriedades alarga-se a outros concelhos: Bragança, Valpaços, Vinhais. In PARREIRA, José Joaquim Andrade – *A Acção empresarial de Clemente Menéres – entre o Porto e Trás-os-Montes (1867-1916).* Porto: FLUP (dissertação de Mestrado em História Contemporânea), 1997, p. 62, com base no Arquivo da Sociedade Clemente Menéres, Memorial de 1895.
Em finais do ano de 1916, o domínio fundiário desta Sociedade tinha aumentado para 3.828 propriedades (p) e 1.938 títulos (t): Alfândega da Fé (111 p; 78 t); Bragança (206 p; 85 t); **Carrazeda de Ansiães** (120 p; 100 t); Macedo de Cavaleiros (1.538 p; 711 t); **Mirandela** (1.719 p; 905 t); Valpaços (2 p; 2 t); Vinhais (91 p; 27 t); Vila Flor (41 p; 30 t). In Arquivo da Sociedade Clemente Menéres, Tombo II.

[481] ALVES, Pe F. M., Op. cit., tomo II, p. 479.

[482] Fazem parte da Região Demarcada do Douro Superior, no «Concelho de Mirandela: as propriedades que foram de D. Maria Angélica de Sousa Pinto Barroso, na freguesia de Frechas, e as da Sociedade Clemente Menéres, nas freguesias de Avantos, Carvalhais, Frechas e Romeu.» (Fig.IV.3, p. 310). In *Denominações de origem* [Em linha]. Doc Porto. Instituto da Vinha e do Vinho. [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.ivv.min-agricultura.pt/vinhos/ files/denominacoes/porto.html>.

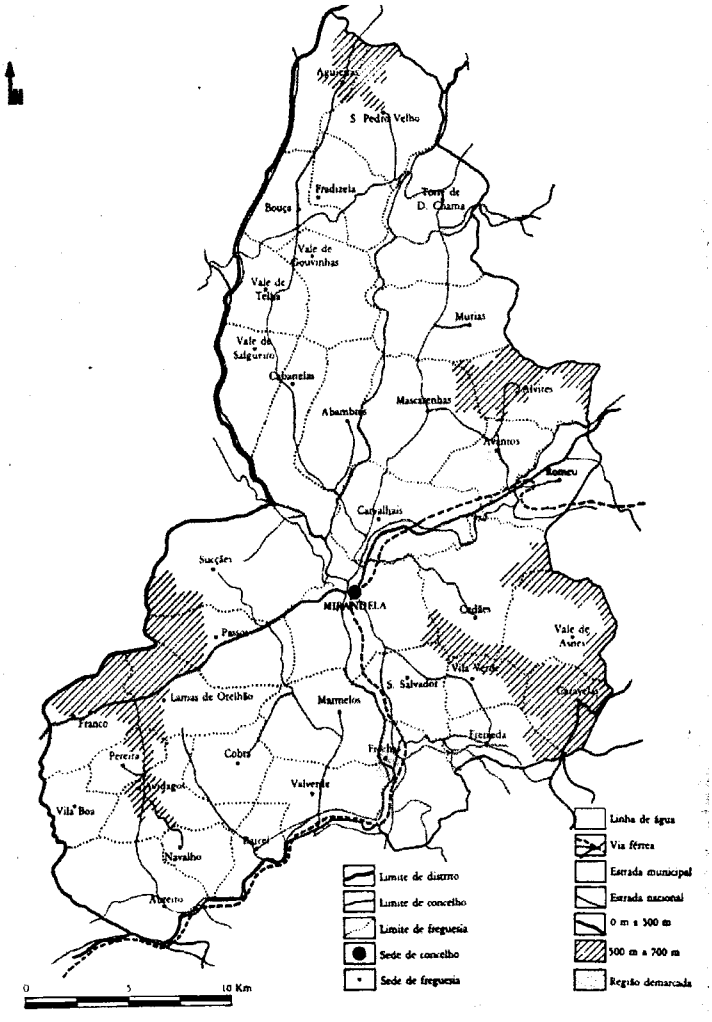


Fig. IV.3 – Concelho de Mirandela (Região Demarcada) [483]

-as freguesias onde a Sociedade Clemente Menéres, Lda., produzia vinho do Porto (Romeu, Avantos, Frechas e Carvalhais, todas no concelho de Mirandela) possuíam instalações próprias para fabricação de vinhos, pelo menos, desde a data da sua criação – "alvará de 16 de Novembro de 1769", assinado pelo Marquês de Pombal — e delas restavam ainda as ruínas no lugar de Vale de Lagar, no centro das propriedades daquela sociedade;

-em 1874, quando Clemente Menéres chegou ao Romeu, as vinhas estavam totalmente dizimadas pela filoxera, que alastrara na região desde 1867, procedendo-se, então, à sua renovação e à instalação de infra-estruturas (lagares, instalações agrícolas…);

-as condições climatéricas da região de Mirandela permitiram a produção de vinho do Porto nas freguesias abrangidas (muito baixo índice pluviométrico, vinhas situadas em terras de encosta de xisto, às cotas máximas de 350 metros), que foi exportado directamente por Clemente

[483] SOUSA e PEREIRA, Op. cit., p. 74.

Menéres, tendo concorrido com ele a várias exposições, destacando-se entre elas a de Osaka, em 1903 [484];

-a Região Demarcada do Douro sofreu uma remodelação, através do Decreto de 10 de Maio de 1907, e nessa remodelação ficava incluído o concelho de Mirandela. Contudo, pouco tempo depois, dá-se uma alteração de limites, pelo Decreto de 27 de Novembro de 1908, que eliminava, entre outros, o concelho de Mirandela;

-apesar desta ocorrência, ficou estabelecido que poderiam ser mantidas na Região Demarcada do Douro as propriedades que, pela natureza dos solos e as condições de clima, apresentassem aptidão para este tipo de produção, tendo aquelas freguesias continuado ligadas ao vinho do Porto.

Clemente Menéres conseguiu organizar uma das maiores explorações agrícolas do país, com uma administração modelar, um dos mais valiosos factores económicos da província de Trás-os-Montes e dos mais valiosos para a economia nacional.

Na Casa Menéres, destacaram-se três centros principais: Jerusalém do Romeu (centro onde ficavam: o Palacete da Família Menéres, com as suas divisões de casarios, cada um com a sua função, e os armazéns), Vila Verdinho (centro de desenvolvimento e protecção florestal do Quadraçal) e Monte Meões (principal centro vinhateiro).

A exploração agrícola estava organizada nos seguintes sectores: florestal (montados de sobreiros e alguns soutos de castanheiros); agrícola (vinhas, olivais, pomares, hortas, lameiros, culturas de sequeiro — trigo, centeio, cevada e lentilhas — e outras); pecuário (animais de trabalho e animais de rendimento: ovelhas e cabras); tecnológico (lagares, adegas, barragens, maquinaria) e transformador (fábrica de rolhas)[485].

Para poder escoar os seus produtos, empenhou-se em trazer o caminho-de-ferro para a região e em fazer com que a linha do Tua passasse junto das suas instalações, o que veio a acontecer.

Numa época em que os transpores públicos eram praticamente impossíveis no distrito, Clemente Menéres lançou-se no ousado empreendimento do caminho-de-ferro, tendo sido inaugurada a linha-férrea Tua-Mirandela, no dia 29 de Setembro de 1887. Nesse ano, foram introduzidas algumas alterações na fábrica da cortiça[486].

---

[484] O presidente da exposição, o príncipe Kotehito, escreveu a Clemente Menéres a agradecer «"...a importante exibição dos vinhos e azeites, que constituem especial objecto de lição para o nosso Povo... Dia 1º do 7º mês do 36º ano de Meiji". Wenceslau de Morais, no seu livro "Cartas do Japão"(Lisboa, Parceria, 1977) faz-lhe várias referências, nomeadamente a esta carta, bem como rasgados elogios». In Vinho do Porto produzido em Mirandela. *Jornal Nordeste*. Bragança. (2/11/2004), p. 19.

[485] PARREIRA, Op. cit., p. 83.

[486] ALVES, Pe F. M., Op. cit., tomo II, p.478 e tomo IX, p. 225.

Dia 1 de Dezembro de 1906 foi inaugurado o lanço do caminho-de-ferro da Linha do Tua, entre Mirandela e Bragança, sendo construída uma estação no Romeu[487] e Clemente Menéres foi dos que mais trabalhou para que tal projecto fosse possível.

Terá sido um dos primeiros agricultores a preocupar-se com a qualidade dos seus produtos (azeite, cereais, vinho, cortiça, frutos secos), nomeadamente o azeite, não permitindo que os distribuidores se aproveitassem da qualidade dos mesmos. Todos estes produtos, fruto do trabalho do homem destas terras, passaram a marcar o domínio sobre os elementos primordiais da natureza (a terra, o ar, a água, a luz e o calor).

Clemente Menéres foi dos maiores defensores da valorização transmontana[488]:

-prestou auxílio à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;

-numa época em que a instrução era privilégio dos ricos, ele criou, e manteve durante dezenas de anos, uma escola primária;

-numa época em que as pontes no meio rural eram utopia, ele mandou construir no Romeu a primeira ponte em cimento armado feita em Portugal[489];

-numa época em o aproveitamento da riqueza era quase nulo, ele dignificou os sobreiros e montou no concelho de Mirandela a 1ª fábrica de rolhas que existiu no país;

-lutou contra a mediocridade e o atraso do meio e realizou actividades ao tempo revolucionárias que vieram dar um sopro de vida nova à região;

-estimulou a lavoura local, em todos os aspectos, acompanhou a vida de Mirandela por largas décadas, amparou os pobres e contagiou os ricos para se lançarem no trabalho socialmente útil;

-procurou sempre «dar trabalho à população rural das suas freguesias e das circunvizinhas», pelo que, na área abrangida pela casa agrícola, não havia crise de trabalho[490];

- «tendo sido sempre meu dogma concorrer para a felicidade dos povos que me rodeiam, reconheço que teriam desaparecido grande número de povoações, como acontece no alto distrito [de Bragança] onde não tenho propriedade, se não houvesse quem proporcionasse trabalho»[491].

A Clemente Menéres sucederam seus filhos José Menéres e Manuel Menéres[492], que assumiram a direcção da Sociedade Clemente Menéres, Lda.

---

[487] ALVES, Pe F. M., Op. cit. tomo II, p. 478 e tomo IX, p. 229.
[488] REIS, Rogério – Um grande Mirandelense. *NM*. Mirandela. (20/12/64), p. 6.
[489] «Ponte de Vale de Meões, concluída em Setembro de 1904. Esta obra, inteiramente em cimento armado, foi construída no curto espaço de 34 dias e é [foi] a primeira que se faz [fez] em Portugal para o Estado. Custou um conto de réis e Clemente Menéres contribuiu com 200 mil réis. Devido ao estado de ruína, foi em 1963 substituída pela actual Ponte Eng.º Arantes e Oliveira». In Museu de Curiosidades, sala de entrada (Data da visita: 25/3/2006).
[490] «...a dedicação exemplar que a família Menéres vota às suas terras, às suas instalações e à sua magnífica e invulgar acção social... Que pena não haver, pelo menos, um caso semelhante em cada distrito do País! Os Menéres lançaram, no meio rural português, um padrão sem similar». In GRAÇA, Eng.º Quartin – Por Trás-os-Montes e Beiras. *A Voz*. Lisboa. (21/9/68), p. 1.
[491] MENÉRES, C., Op. cit., p. 33.

José Menéres criou a Cooperativa *Por Bem*, cooperativa que se destinava a abastecer de mercearia os habitantes da terra.

Manuel Menéres introduziu enormes avanços agrícolas, que vieram a dar um grande impulso ao Romeu: «e tem sido uma luta contínua da família Menéres, ao tentar impor a qualidade dos produtos que aqui são produzidos, o que é uma imagem de marca (o azeite biológico, o vinho...). Tem havido a tradição, durante muitos anos, em vários sectores»[493].

Manuel Menéres foi «uma das mais relevantes figuras deste século [XX] em Trás-os-Montes»: promoveu os recursos regionais, tornou o Romeu um «oásis onde apetece descansar da aridez característica da região transmontana», não esqueceu a obra económica, nem a obra social e promoveu o nome desta província[494].

A Casa Menéres fez projectos arrojados: não só tentou o bem-estar da população, como conseguiu implementar projectos que, estudados em Inglaterra, eram aplicados na agricultura da Quinta do Romeu, tendo chegado a estas paragens modelos industriais que rentabilizaram a agricultura, muito antes de chegarem ao resto do país.

A Casa Menéres representou, assim, uma vanguarda na forma como se cultivavam os produtos, como se lançavam novas tecnologias e novos métodos na agricultura[495] (irrigação, métodos de extracção de azeite, do fabrico do vinho, do cultivo de frutas) e como apostou na qualidade das frutas, do azeite, do vinho (de mesa e do Porto) e da cortiça e na comercialização destes produtos[496].

Foram contratados técnicos e adquiridas tecnologias que foram empregues nas suas explorações e souberam aproveitar a qualidade dos produtos, graças ao clima temperado mediterrânico do Romeu.

Em Vale de Couço, a Casa Menéres fornecia muito trabalho, recorrendo sobretudo a trabalhadores desta aldeia, de Vila Verdinho e a alguns trabalhadores do Romeu[497] e do Vimieiro. No tempo de mais trabalho (cortiça, escava das vinhas, vindima e apanha da azeitona[498]), recorria a trabalhadores de outras aldeias vizinhas (Cedães, Vale de Asnes...). Também se chegou a recorrer a trabalhadores especializados que vieram de outras regiões do país: Alentejo, Guimarães, Porto...[499]

---

[492] «Manuel Menéres herdou do pai o amor ao Romeu e a quem o cultiva. É grato à memória e à presença de quem arranca a cortiça e planta a vinha, o olival e o pomar. Não esquece os que contribuíram para fazer do Romeu, terra difícil, um jardim maravilhoso.». In CORREIA, Op. cit., (1/4/67), p. 1.
[493] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003
[494] Comendador Manuel Menéres. *Além-Douro*. Mirandela. (30/3/74).
[495] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003
[496] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003
[497] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[498] «Recorriam a trabalhadores de outras zonas do país, principalmente no tempo da cortiça, na escava das vinhas, na vindima e na azeitona. Aí é que recorriam a mais gente de fora». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.
[499] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003

A partir de 1957, começou a obra social de Manuel Menéres, obra que se prolongou ao longo dos anos 60, e em que foram melhoradas[500] e restauradas as aldeias de Vale de Couço, Vila Verdinho e Romeu.

Manuel Menéres, com toda a modernização introduzida na agricultura, com os melhoramentos nas aldeias e nas casas dos trabalhadores, com a criação da obra social, com a forma como tratou os trabalhadores, segurou a população e ajudou a fixar as pessoas, pelo que pouca gente emigrou até um pouco antes do 25 de Abril. Só depois desta data é que as aldeias começaram a "desagregar-se"[501] e a ficar despovoadas.

A obra social foi instalada em Vale de Couço, onde já havia a Casa do Povo[502] e a Escola, e foi esta aldeia a que mais se desenvolveu, por ter atraído e fixado algumas pessoas que ali ficaram a viver e tiveram "outra vida" diferente das pessoas do Romeu.

O filho de Manuel Menéres, Clemente Menéres, manteve e aperfeiçoou a Quinta do Romeu, até à entrada do país na União Europeia. O vinho, o azeite e o sobreiro transformaram a Casa Menéres numa empresa agrícola que exportava a sua produção para várias partes do mundo.

O incremento económico, social e cultural do Romeu, e área envolvente, ficou ligado a esta família que: «trouxe desenvolvimento local, construiu cultura e criou riqueza»[503].

Esta empresa agrícola investiu numa actividade económica que foi conhecendo constantes crises, ao longo dos tempos[504], na região e no país, mas nunca a abandonou.

Esta casa apostou numa gestão sustentada, ao longo dos anos e das gerações, no respeito pela natureza e pelo meio ambiente. Aproveitou o património acumulado, em termos de experiências concretizadas, a nível da produção agrícola, da sua mecanização, da sua valorização e da colocação da sua produção no mercado (nacional e internacional), bem como do relacionamento social que se tem estabelecido, através dos tempos, de modo a que os seus «colaboradores» se pudessem «valorizar como pessoas humanas e dignas com o seu trabalho»[505].

---

[500] Obs.: Manuel Menéres tratou bem os trabalhadores e até lhes arranjou as casas, ajudando a fixar ali as pessoas e a conter a emigração.

[501] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[502] A Casa do Povo do Romeu, para a qual todos os proprietários da sua zona concorriam, oferecia assistência médica permanente a todos os seus filiados e os medicamentos necessários, além da distribuição de subsídios por inabilidade ou por falecimento. Tinha salas de distracções, para teatro e sessões cinematográficas. Era «um exemplo da verdadeira fraternidade, mantido sob o patrocínio da Sociedade Menéres, que acode sempre às deficiências da instituição». In A Sociedade Clemente Menéres Lda...Op. cit., (23/4/46).

[503] Empresas e Empreendedores da Nossa Terra. Dimensão da Casa Menéres/ Quinta do Romeu prova que é possível romper o atraso que trava a região: De Trás-os-Montes para o Mundo. *Jornal Nordeste*. Bragança. (2/11/2004), p. 18.

[504] Da parte da Casa Agrícola, a sua acção teve impacto na região e prolongou-se por um período de uma longa longevidade, uma vez que: «começou em tempos da monarquia, passou pela implantação da 1ª República, pelo Estado Novo, pela Revolução de Abril e pela Integração Europeia». In MENÉRES, J.P. Op. cit., Disponível em: <URL: http://www.quintadoromeu.com/historia.html>.

[505] Empresas e Empreendedores...Op. cit., (2/11/2004), p. 19.

As características do solo e do clima influenciaram, como já referimos, a qualidade dos produtos obtidos, especialmente da fruta, do vinho e do azeite. A Casa Menéres sempre primou pela qualidade da produção destes artigos, o que lhe deu projecção e aceitação nos mercados internacionais.

A Casa Menéres fez crescer as esperanças das populações locais e foi a salvação de Vale de Couço, porque ao terem trabalho, tinham também garantido o sustento de seus familiares, numa época em que houve fome, miséria e muita contenção[506].

[506] A Casa Menéres garantiu «muito emprego, senão a gente talvez morresse aqui de fome, porque não havia emigração. Eles cultivavam, mas não era o suficiente para comer. Portanto, além de emprego, trouxe-nos melhorias nas casas, porque ninguém tinha dinheiro para compor uma casa». «Além dos trabalhadores, os jornaleiros, trabalhavam na Casa Menéres um guarda-livros, o caseiro, feitores e guardas, além do sócio-gerente». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

5 - As memórias sobre a modernização agrícola e sobre a abertura à economia de mercado

De 1947 a 60, o Estado Novo tentou acautelar a ordem na sociedade rural, impôs baixos salários e houve a subordinação da agricultura ao processo de industrialização:

-manteve-se a contenção de preços na produção dos produtos agrícolas, com bastante eficácia, dos finais de 40 ao início da década de 60, excepto para o vinho e os bovinos (carne);

-houve intervenções do Estado no mercado, sobre alguns produtos: azeite, vinho e produtos lácteos;

-deu-se o apoio à constituição de cooperativas agrícolas, com resultados mais visíveis no sector do vinho e dos produtos lácteos;

-o milho e o centeio foram protegidos;

-no caso da batata, foram ignorados os interesses da produção;

-foi feita a arborização de baldios e tentou-se a florestação;

-registou-se o avanço da hidráulica agrícola;

-foi fraca a concretização, a nível da colonização interna, e mal afectou a propriedade privada;

-desenvolveu-se a indústria e a agricultura tornou-se num sector subordinado, no modelo de desenvolvimento;

-concretizou-se a 1ª fase da aplicação de uma linha de crédito agrícola: Lei dos Melhoramentos Agrícolas, de 1946;

-o II Plano de Fomento pretendeu promover, no norte do país, o emparcelamento dos minifúndios: criar empresas de dimensão média, capazes de assegurar o desafogo económico à família agricultora, já mecanizada e motorizada, fazendo largo consumo de produtos industrializados e constituindo um mercado para a indústria nacional (o projecto industrialista abrangia o parcelamento, o emparcelamento e o arrendamento rural);

-o confronto entre industrialistas e agrários foi resolvido a favor destes;

-o Estado recorreu à repressão social.

De 1960 a 74, houve o abandono dos projectos intervencionistas nas estruturas agrárias e o grande êxodo, que se registou, viria a ter repercussões na agricultura e na sociedade rural:

-alterou-se a relação entre a agricultura e as outras actividades económicas: a agricultura não assegurava a alimentação a baixo preço, nem conseguia responder ao crescimento do consumo alimentar do país;

-aumentaram as relações entre as comunidades rurais e o exterior: cresceu a economia monetária e a relação com o mercado;

-constituíram vectores de mudanças, neste período: o êxodo (o despovoamento das áreas onde a agricultura era a actividade mais importante) e as transformações na agricultura (a regulação da agricultura é transferida da intervenção do Estado para o funcionamento do mercado: política de preços, subsídios e créditos, visando constituir um forte sector capitalista agrícola, capaz de responder às dinâmicas do mercado);

-as pequenas explorações agrícolas sentiram muitas dificuldades em competir, em capitalizar, em sobrevier no mercado;

-houve alguma protecção à agricultura familiar, resguardando-a dos efeitos da economia de mercado;

-a Lei dos Melhoramentos Agrícolas favoreceu a capitalização das explorações de maior dimensão económica, com apoio à mecanização e à fruticultura;

-a diminuição do número de trabalhadores agrícolas, devido ao êxodo, fez baixar o desemprego, registando-se um aumento dos salários rurais. O Estado Novo não conseguiu continuar a impor a sua política de contenção salarial;

-deu-se a repressão social;

-verificou-se o lançamento da previdência rural, com os primeiros passos das Casas do Povo, alargada e aprofundada em 1969: os dinheiros da previdência tiveram importância na economia familiar de muitos agricultores (dos mais pobres, dos mais envelhecidos e dos menos beneficiados pelos dinheiros da emigração);

-a previdência contribuiu para a sobrevivência de uma parte da população agrícola mais envelhecida e ligada a pequenas explorações familiares, constituindo um elemento de conservação da ordem existente;

-o Estado recorreu a medidas com incidência directa na economia das famílias, como forma de manter a sua presença.

De facto, o industrialismo que se estava a processar, como orientação indispensável ao país, ao uniformizar um determinado tipo de vida, exigia da parte das pessoas uma adaptação.

Apesar de todas as melhorias e benefícios da industrialização, «era na vida do campo, no trabalho circunscrito às aldeias que se encontrava a raiz autêntica da mais alta percentagem da característica nacional: o clima, a terra, as culturas e os métodos agrícolas, a habitação, a alimentação e até o próprio ritmo da convivência familiar»[507].

[507] F.S., Op. cit., (20/6/73), p. 4.

O desenvolvimentismo acabou por modernizar práticas de exploração e de conservação da produção e novas formas de a lançar no mercado interno e externo[508]. E, neste aspecto, o Cachão (CAICA), a Coleja (Quintas do Douro) e o Romeu (Casa Menéres/Quinta do Romeu) foram pioneiros no nordeste, pois conseguiram dinamizar a região, em torno da agro-indústria, e mantiveram muita gente ligada a uma agricultura que tinha sobrevivido a crises sucessivas, mas precisavam de se juntar a estes projectos para subsistir e para não ter de partir para terras distantes.

Em consequência destas alterações, o Romeu e o Cachão sentiram pouco o fenómeno migratório, porque o impacto dos processos modernos, introduzidos no regime agrícola da região, criou condições para a melhoria do nível de vida das suas populações.

A velha agricultura de base tradicional via a sua crise começar a ser solucionada com o projecto do Eng.º Camilo de Mendonça, pois: «visava essencialmente fazer uma reestruturação no sistema, criando estruturas próprias, que salvaguardassem a produção e a colocação dos produtos agrícolas de Trás-os-Montes no mercado»[509].

Depois de ter abandonado o cargo de deputado da AN, ao discordar da política Ultramarina de então, recebeu do delegado do INTP o cargo de 1º presidente da direcção da FGLNT, aceitando-o na perspectiva de levar a região a desenvolver a sua agricultura e a solucionar muitos dos seus problemas económico-sociais.

[508] No Cachão, havia «...o incremento da agricultura e da transformação dos produtos da terra em alimentos para consumo do país e para exportação...» In CORREIA, Op. cit., (29/9/67).
[509] FERNANDES, Op. cit., p. 74.

5.1 - A modernização agrícola e a agro-indústria do CAICA

5.1.1 – Os objectivos do CAICA

O Complexo do Cachão foi um empreendimento industrial que se fixou no Cachão[510], no ano de 1964, que atingiu «uma área coberta de cerca de 9 ha»[511] e constituiu um importante pólo de desenvolvimento da agricultura de toda a região, tendo contribuído para que a aldeia vivesse sempre desta actividade.

O promotor e impulsionador de uma obra desta envergadura foi o Eng.º Camilo de Mendonça, que lutou «pela dignificação e libertação das gentes da região do Nordeste Transmontano»[512].

Este engenheiro agrónomo chegou à conclusão de que, para desenvolver o nordeste transmontano e nele fixar a população, era necessário implementar o ensino superior e fomentar a indústria. A luta intensa que travou veio a traduzir-se em resultados: a Universidade veio a fixar-se em Vila Real, a UTAD, e a indústria instalou-se no empreendimento do Cachão, com núcleos dispersos pelo distrito.

O complexo do Cachão, pelos seus objectivos e dimensões, tornou-se uma obra única no País e com poucas concorrentes a nível da Europa. Foi apoiado por um numeroso grupo de técnicos, em serviço exclusivo neste organismo, e acarinhado por alguns agricultores. Houve também agricultores que o viram sob reservas e outros que o criticaram.

Este empreendimento tinha como finalidade desenvolver a região e aproveitar e valorizar devidamente os seus recursos, pelo que se tornou num exemplo a seguir por outras regiões do País e marcou uma posição internacional invulgar[513].

---

[510] «Onde está o complexo, aquilo era dos Albanos, de Vilas Boas, e o senhor Eng.º Camilo comprou-lhes aquilo por 300 e tal contos. Aquilo ali era tudo fabricado de trigo, não era de centeio, era trigo. Metia-se no celeiro. Ao celeiro vinham todas essas aldeias aqui trazer e, depois, o cereal ia embora nos vagões. Havia também batata, amêndoa, figo...
Quando veio o complexo, a coisa estava mesmo foleira. Eu tinha para aqui um cafezito, mas não se fazia absolutamente nada. E aparece-me aqui um dia o senhor Eng.º Portugal de Magalhães, que era aqui de Vila Real e veio almoçar aqui a minha casa. Ele veio fazer o levantamento aqui da terra e as terras foram compradas. Isto que está aqui feito era para ser feito em Mirandela, mas pediram muito dinheiro ao senhor Eng.º Camilo e ele, então, foi dar 300 e tal contos por esta parte toda. O senhor Eng.º Camilo respondeu: "Vós quereis-me tanto dinheiro, mas eu vou para o Cachão com um pouco de dinheiro, mas também não vou sair do concelho". Depois, eu já estava desgostoso e o Eng.º Portugal de Magalhães, [...] perguntou-me: "Então, o senhor está satisfeito?" "Não, senhor engenheiro, muito satisfeito não estou. Eu até estou com ideias de emigrar, sair daqui, porque aqui não estou a fazer nada". Diz-me ele: "Olhe, o senhor aguente, porque nós vamos fazer aqui uma coisa que vai ser muito boa para o Cachão". E assim foi. Cá fiquei. Dei muito de comer ao pessoal e, depois, é que começaram a fazer a Cantina». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004.

[511] *BREVE HISTORIAL* do Complexo Agro-Industrial do Cachão: 1964-1992. Cachão: AICA (Associação Comercial e Industrial do Cachão). (18/11/2002), p. 1.

[512] *BREVE HISTORIAL*...Op. cit., p. 1.

Este complexo agro-industrial destinar-se-ia, essencialmente, à valorização e à expansão das produções agro-pecuárias da região, através da sua transformação industrial e à consequente comercialização dos seus produtos, canalizando-os não só para o mercado interno, mas, acima de tudo, para o mercado externo (Capítulo IV, ponto 3.1.2, p. 256).

Apesar de os transmontanos acreditarem na força impulsionadora que esta obra acabou por imprimir na região e no país, após o 25 de Abril o sector entra em colapso, tendo o CAICA passado por uma gestão de diversas comissões instaladoras, ao sabor do enquadramento político, o que veio a desvirtuar uma obra que tinha sido idealizada como o "Motor da Região Nordestina" (Anexo 3, Vol. II, p. 9).

Entre 1974 e 1980, perdeu a identidade própria e perdeu o rumo que até ali a tinha projectado como uma unidade impulsiva e impulsionadora, a ponto de o Estado português ter constituído, com capitais exclusivamente do próprio Estado, uma sociedade anónima C.A.I.C.A. (Complexo Agro-Industrial do Cachão, SA)[514].

O CAICA tinha como objectivos, de acordo com o consagrado nos seus estatutos, o desenvolvimento de actividades ligadas à produção, aquisição, transformação e comercialização de produtos agro-pecuários e actividades afins.

As medidas adoptadas alteraram muito pouco a tipologia definidora da empresa e a sua situação foi-se agravando de dia para dia, e de uma forma global, não só pela indefinição dos seus objectivos, mas também devido à falta de capacidade para tomar as decisões mais apropriadas.

O Estado português, tendo em vista o relançamento da empresa e o respectivo saneamento financeiro, celebrou a 8/11/1986 um protocolo com o IPE, S.A., pelo que houve a transferência dos direitos sociais e da titularidade de participações.

Os objectivos traçados voltaram a não ser atingidos e a situação da empresa tornou-se insustentável.

Nesta unidade industrial, nasceu uma imagem de marca, a marca produtos "Nordeste" (Anexo 68), certificadora da qualidade, que a tornou conhecida tanto no mercado interno como no externo. Este impacto foi possível, devido a: qualidade das matérias-primas regionais, experiência dos quadros técnicos, força da experiência e do saber dos seus executantes e a obtenção de produtos de alta qualidade[515].

---

[513] «...o empreendimento, ainda não completamente estruturado, mas em franca evolução, em que se investiu já quantia que passa a centena de milhares de contos, representa um acto de audácia e uma manifestação de anticonformismo a que não estamos habituados em Portugal». In GRAÇA, Op. cit., (21/9/68), p. 1.

[514] Resolução tomada pelo Conselho de Ministros, em 26/6/1980, de acordo com o Decreto-Lei nº 502/ 80, de 20 de Outubro. A escritura da constituição desta sociedade foi efectuada a 6/1/1981.

[515] O Estado decidiu entregar o Complexo, sem qualquer passivo, às Câmaras Municipais de Mirandela e de Vila Flor, pelo que se constituiu, a 17/9/1993, a AIN (Agro-Industrial do Nordeste, SA), com o capital social a pertencer, quase na totalidade, às duas Câmaras.

5.1.2 - O CAICA e a modernização da agricultura transmontana

A agricultura portuguesa sofreu de crises sucessivas, porque se manteve durante muitos anos a mesma orientação, as mesmas técnicas e o mesmo tipo de exploração, apesar de se saber que a situação não era viável.

O atraso da agricultura portuguesa e da actividade económica, em geral, determinaram a saída maciça da população, que aspirava por melhores condições de vida e por melhores salários.

A agricultura sentiu as consequências da emigração: a falta de mão-de-obra, que pôs em causa toda a estrutura da exploração»[516], pois esta era assegurada por mão-de-obra humana e animal, pelo arado e pela enxada; e a subida dos salários tornou inviável qualquer exploração rentável, com as mesmas técnicas, para as mesmas culturas e mantendo os mesmos condicionalismos.

O momento tornou-se agudo, tanto a nível económico como social: a nível económico, porque exigiu um esforço da população que ficou, para poder manter quase o mesmo nível de produção absoluta, com encargos muito maiores; a nível social, porque o regime de exploração tradicional, com caseiro ou com feitor, tornou-se impraticável, tendo havido problemas para os detentores de propriedades, que não tinham as explorações dirigidas por eles próprios, por estarem ausentes, nem viam possibilidade de as manter; a nível familiar, porque se intensificou o trabalho da mulher, que substituiu, em muitos casos, o do marido ou dos filhos que emigraram, para tentar manter a sua exploração[517].

A gestão desta nova empresa definiu como objectivo principal alugar e concessionar espaços e unidades fabris, assim como as marcas dos produtos, às empresas concessionárias, estando, actualmente, ali instaladas cerca de 24 empresas, funcionando a quase totalidade das suas indústrias, algumas com as mesmas características, outras reconvertidas.

Apesar de estar longe dos seus objectivos iniciais, o complexo continua a ter uma incidência no sector agro-industrial, desenvolvendo-se as seguintes actividades: lagar de azeite, extracção de bagaço de azeitona, laboração de azeitona (com e sem recheio), fábrica de calçado, fábrica de têxteis, laboração de castanha, lavandaria de lãs, lacticínios (queijo de cabra), matadouro industrial, várias oficinas (serralharia, mecânica auto, carpintaria...), empresa de recolha de papel para reciclagem, fábrica de tintas e fábrica de guitarras.

A imagem actual do complexo é a de um Parque Industrial, com as actividades mais diversas, mas que contribui, na sua totalidade, para a riqueza da região e das suas populações, uma vez que ainda emprega a maioria das pessoas da aldeia, das aldeias vizinhas e algumas da sede do concelho.

Os empresários continuam empenhados em que o Cachão continue a "Criar Riqueza" e continue a sua história, pelo que esperam que a AIN, SA, aliene os espaços às empresas ali instaladas e o complexo se venha a transformar no Parque Industrial do Cachão – NORDESTE. Poderão, neste sentido, dar continuidade aos Produtos Nordeste, procurando manter a sua alta qualidade e projectando-os nos mercados mundiais. In *BREVE HISTORIAL*...Op. cit., pp. 3 e 5.

[516] Ouvindo falar de nós: vento do nordeste. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (8/10/71) e Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), pp. 21 a 26.

[517] Ouvindo falar...Op. cit., (8/10/71) e Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), pp. 21 a 26.

O estado da agricultura, conforme se apresentava, não era compatível com as exigências modernas: nem de rendimento do trabalho, nem de benefícios dos trabalhadores, nem dos resultados da exploração[518].

A solução passaria por «uma verdadeira revolução técnica, da estrutura de propriedade e de orientação»[519] (Anexo 40, Vol. II, p. 77 e ss.):

- A motomecanização era possível, mesmo em zonas de pequena propriedade, porque o governo concedia um auxílio de 20 a 30% para comprar máquinas, o que levou a que alguns agricultores, sem dimensão de propriedades que justificasse o emprego do tractor, se sentissem tentados a adquiri-lo.
- A introdução de novas culturas como o lúpulo...
- A assistência técnica e apoio técnico, com soluções novas, mais adequadas, quer à procura dos mercados, quer às possibilidades de produzir, de acordo com as condições climáticas e ecológicas regionais e com as possibilidades da disponibilidade de mão-de-obra e da sua qualificação.
- «Obras de defesa e conversão do solo e da água [...]. A reconversão de culturas e o ordenamento cultural encontram-se, na maior parte dos casos, dependentes de tais obras»[520].
- O problema da água era fundamental, porque a região tinha chuvas no Inverno e um Verão longo e seco, pelo que era importante construir barragens (hidroeléctricas e de rega), o que traria consequências incalculáveis do ponto de vista económico e social. Era necessário também proceder à defesa e à conservação do solo e da água, para o regadio.
- Outro problema a resolver era o da estrutura da propriedade, pois em Trás-os-Montes não havia «empresas, nem empresários agrícolas», havia «proprietários».

Uma parte das propriedades, pelo relevo ou pelas condições naturais, não estavam aptas à mecanização. Outra parte das propriedades eram parcelas muito fragmentadas, simples courelas ou leiras, onde não era possível, nem rentável, a utilização de maquinaria. A agricultura capitalista exigia uma área relativamente extensa, uma exploração contínua, ordenada, particularmente viável com culturas frutícolas, ao lado de uma agricultura intensiva, feita sobre solos de melhor qualidade, por empresas familiares que tivessem, como objectivo fundamental, uma horticultura rica, ou uma fruticultura que mais se aproximasse da horticultura do que da fruticultura clássica.

- O Eng.º Camilo de Mendonça estava convencido de que era possível organizar na região empresas familiares, em zonas férteis, da ordem dos 3 hectares, e obter rendimentos francamente

---

[518] Ouvindo falar...Op. cit., (8/10/71) e Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), pp. 21 a 26.
[519] Ouvindo falar... Op. cit., (8/10/71) e Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), pp. 21 a 26.
[520] Estas soluções serviriam para solucionar a crise da agricultura, como o defendia, em 1971, o Eng.º Camilo de Mendonça. In Ouvindo falar...Op. cit., (8/10/71) e Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), pp. 21 a 26.

favoráveis, de maneira a poder uma família viver com benefícios e vencer em condições competitivas[521].

Se essa agricultura familiar se estabelecesse em zonas em que as condições do solo não fossem tão favoráveis, seria preferível optar por ligar a fruticultura com, pelo menos, uma cultura forrageira, que permitisse o necessário complemento do gado. Como a dispersão das parcelas era grande e a área do proprietário modesta, haveria necessidade de constituir sociedades de exploração que agregassem as pessoas, obtendo assim a dimensão que, de outro modo não teriam, podendo dispor do capital circulante necessário, do equipamento mecânico indispensável, da técnica necessária para produzir económica, qualitativa e capazmente, de acordo com as exigências dos mercados.

- Uma agricultura baseada quase exclusivamente em adubos químicos poderia revelar-se perigosa para o organismo humano. A existência de uma exploração pecuária, proporcionando os estrumes necessários, possibilitava a obtenção de um produto frutícola de qualidade e respondia às exigências dos tempos modernos.
- O fomento da fruticultura estava a ser feito à custa de preços puramente especulativos, sobretudo devido aos preços altos atingidos por 2 ou 3 espécies, nomeadamente, a maçã, a pêra e pouco mais....

As mudanças a introduzir na agricultura, de modo a torná-la competitiva, numa economia de mercado, exigiam a presença do Estado: a indicar caminhos, a sugerir soluções, a procurar saber quais as culturas que deveriam ser feitas. Mas, como o Estado não assumiu este papel, a organização da Lavoura da região transmontana pensou em arcar com essa responsabilidade. A FGLNT delineou as seguintes tarefas, de modo a conseguir atingir os seus objectivos[522]:

- delimitar a região, onde se propunham actuar;
- dividir a região em sub-regiões, que apresentassem condições homogéneas, quer sob o ponto de vista económico e geográfico, quer até sob o ponto de vista humano;
- definir, de entre as culturas dominantes da região, não só aquelas que, pela sua natureza, teriam de perdurar por mais ou menos tempo, como também aquelas cuja mudança se impunha com maior rapidez e com maior efeito económico-social;
- fixar a dimensão mínima, local ou sub-regional, para que se pudesse, por via associativa, valorizar o produto, sem prejuízo de poder chegar ao fim do ciclo de preparação[523];

[521] Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), p. 25.
[522] No Nordeste cresce o Pão...Op. cit., (12/11/71), pp. 27-28.
[523] Obs.: como o produto acabado suporta melhor o transporte do que o produto em natureza, dada a falta de transportes na região, havia que facilitar a respectiva transformação na própria região.

▪ construir os seguintes equipamentos, quando tal se mostrasse vantajoso: uma adega de vinhos, quando houvesse um mínimo de 4.000 pipas; uma queijaria para leite de ovelha, quando houvesse um mínimo de 20.000 litros de leite por dia, durante o período de lactação; uma destilaria para o figo da região, quando o nível de produção o justificasse;

▪ substituir soluções particulares, mal dimensionadas ou dimensionadas para uma época agrícola anterior, sem o inconveniente de deixar a lavoura nas mãos de transacções comerciais especulativas, quando chegasse o momento delas não poderem continuar;

▪ atender às condições sub-regionais e intermédias, de forma a ajustar o produto ao local de maior viabilidade de produção: se numa zona era possível fazer o azeite, onde a produção fosse aceitável, o mesmo não acontecia, quando se pretendia proceder à extracção dos bagaços e à tipificação dos azeites, em cada uma das unidades cooperativas. O mesmo se impunha, quanto à uva e, no aspecto de tipificação, para o queijo;

▪ construir um centro industrial que pudesse completar a transformação industrial, impossível em termos de sub-região ou de situação intermédia ou, então, a transformação dos produtos que, pelas exigências técnicas de transformação ou de mão-de-obra especializada ou de cultivo, só num centro destes poderiam ser tratados. Esta necessidade deu origem à instalação de um conjunto de fábricas que viriam a constituir o complexo do Cachão[524].

A região apresentava potencialidades agrícolas para viabilizar este projecto[525]:

1.- Culturas dominantes: cereais (o distrito de Bragança era o 2º produtor de Portugal Continental); gado (a bovinicultura chegou a ter uma certa importância, mesmo para além do gado de trabalho; a ovinicultura foi das actividades mais prósperas); azeite (a região do Nordeste era grande produtora de azeite de óptima qualidade), vinha (com a região duriense e outras manchas produtoras de vinho de consumo), fruta (castanha, noz, amêndoa e figo) e hortícolas (batata de semente e de consumo).

2. - Todas estas culturas, umas mais que outras, encontravam-se em crise e a pedir uma solução:

▪ os cereais exigiam grandes encargos de exploração;

---

[524] O Eng.º Camilo de Mendonça, num Colóquio sobre a "Situação agrícola no Nordeste Transmontano e os rumos que se procuram", na Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa, falou sobre o «plano de desenvolvimento regional: por iniciativa dos próprios agricultores, e aproveitando os quadros existentes da organização corporativa, mas completando-os e desenvolvendo-os com elementos cooperativos, se está a revolucionar o meio económico transmontano, melhorando a produção, organizando a comercialização e procedendo à industrialização dos principais produtos. Assim se fazem reverter, em benefício do agricultor, as melhorias de preços e se elimina o parasitismo e ainda, e sobretudo, se estabelece um ambiente de confiança nas possibilidades de realização dos agricultores».
O Diário de Lisboa, inclusive, defendia a necessidade de que a experiência transmontana fosse seguida "urgentemente pelos agricultores do resto do País" e fosse tomado como "modelo". In Na liga dos antigos graduados da mocidade: O Eng.º Camilo de Mendonça falou sobre a situação agrícola do nordeste transmontano. *Diário de Notícias*. Lisboa. (21/3/65) e Problema transmontano de interesse nacional. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (21/3/65).

[525] No Nordeste cresce o Pão. Op. cit., (12/11/71), pp. 28-31.

- a batata encontrava dificuldades de produção e de colocação no mercado;
- a bovinicultura oferecia poucas possibilidades de manutenção: o gado de trabalho estava cada vez mais reduzido, por não ser económico, por não se adequar à dimensão e à rapidez dos trabalhos agrícolas e por não corresponder à tal exigência de dimensão de que carecia uma exploração agrícola moderna; e a exploração de carne e leite (o consumo de leite era mínimo e a transformação dos seus excedentes não era viável) não eram produtivas em Portugal;
- os ovinos, caprinos e suínos apresentavam uma situação mais animadora: a exploração dos suínos era encarada como uma fonte de rendimentos, subsidiária para as explorações médias ou familiares, porque era tradicional na região para abate caseiro, a fim de se obterem presuntos e enchidos regionais (as alheiras, os salpicões...), bem como para salgar, defumar e conservar a carne, para consumo doméstico e familiar, ao longo do ano. Havia um plano da FGLNT para atingir, em 1974, a produção de 100.000 porcos por ano, aumentando nos 4 anos seguintes, até atingir, no fim da década, mais de 300.000;
- a ovinicultura acompanhara a evolução da agricultura transmontana e tinha constituído, em tempos recuados, a maior fonte de rendimentos do distrito de Bragança, numa zona que se estendia da margem sul do Douro ao planalto mirandês (o seu efectivo chegara a atingir num raio de 50 km, a partir do Cachão, as 600.000 cabeças), mas a sua exploração tinha entrado em crise, nos últimos anos, anteriores a 1971. O gado ovino era mais adaptável à região do que o gado bovino, porque era menos exigente na qualidade de forragens e esteve ligado durante anos à cultura cerealífera, aproveitando o pasto de restolho.

A partir do momento em que apareceu a máquina, passou a haver menos ovelhas e uma escassez de pastores. A solução seria a criação destes animais em estábulos: a comida era levada ao estábulo; melhorava a qualidade da carne; dava maior rendimento na procriação; havia a possibilidade de ensaio de novas raças, de melhor qualidade, com um maior índice de reposição e uma maior produção unitária.

Um dos estábulos ficaria em Macedo de Cavaleiros e o programa de 6.000 hectares de regadio por ano, que já existia, iria permitir um milhão de ovelhas em produção, o que seria a maior riqueza da região.

- a lã devia ser aproveitada, pelo que era preciso: a montagem de uma lavandaria, a fiação e a utilização, através do artesanato rural, para fazer tapetes, carpetes e passadeiras, o que aumentaria os rendimentos da dona de casa rural;
- a instalação de: uma fábrica-piloto para produzir rações; uma queijaria; um matadouro para o abate de animais, destinados à exportação para a Europa (tinha de se abater no mesmo dia um carregamento completo, de 20 t para animais de 5kg, a fim de que fosse toda a carne, com a mesma duração, para o destino: o que daria 4.000 borregos por dia);

▪ a fruticultura: a castanha, antes da intervenção do complexo, tinha um valor em média inferior a 1$00 e passou, nos anos anteriores a 1971, para 3$50, o que beneficiava o produtor. Se se conseguisse eliminar o intermediário, também beneficiaria o consumidor. A castanha tinha uma grande receptividade nos mercados mundiais[526], sendo a França o principal mercado comprador.

Outras espécies frutícolas: a nogueira e a cerejeira, o damasqueiro, a oliveira de conserva e a amendoeira regada. Para obter melhores resultados, houve uma procura de novas variedades, capazes de maior rendimento e qualidade: a nogueira híbrida, o castanheiro híbrido, mais resistente à "tinta", a cerejeira para consumo e fresco e para industrialização.

▪ As técnicas mais convenientes seriam: a instalação de infra-estruturas necessárias para a industrialização da produção frutícola: duas unidades centrais, para frutos preparados e para frutos secos, e uma outra unidade intermédia, em Macedo de Cavaleiros, destinada à produção de conservas de frutos e legumes, especialmente para o mercado de Inverno; uma unidade de industrialização da noz e da amêndoa e a exportação do produto acabado, deixando o Cachão de ser exportador de matéria-prima[527]:

a) doçaria fina: o "marron glacé" e outros tipos de doces, a partir de frutas, que os franceses usavam em conhaque, no complexo seria usado vinho do Porto (doce de castanha e pêssego, de cereja e amora; embalagens de figo seco; produtos glacé); fruta em vinho do Porto. Sem entrarem em competição com aquilo que já existia, poderiam ter um mercado paralelo, alargado à sombra do vinho do Porto. Assim, vendia-se vinho do Porto e frutos;

b) a horticultura, como elemento estabilizador e integrador da exploração agrícola, tinha grandes possibilidades, pelo lado da terra, da população e da valorização do trabalho: pimento em conserva, congelado ou desidratado; tomate pelado ou os seus derivados; pepino, cebolinho, feijão verde, alcachofra, espargo, cenoura, couve-flor, melão, ervilha[528] e muitos outros;

c) grande preocupação de estudo e de desenvolvimento dos produtos hortícolas: ensaio de culturas e de técnicas, preparação e apoio de técnicos, destinando a produção aos mercados externos, o que exigia uma fábrica de produtos hortícolas;

d) a horticultura a regar seria um elemento fundamental por motivos económicos, por motivos principalmente sociais e pela estabilidade da agricultura;

---

[526] Camilo de Mendonça era de opinião que: «ao contrário do que muita gente pensa, a abertura europeia é um benefício. As nossas características regionais, nomeadamente para certos tipos de horticultura e de fruticultura, são particularmente favoráveis para satisfazer a procura a um bom nível de preços e com certa estabilidade na Europa, particularmente na França e na Alemanha». «Com um acordo em termos europeus, talvez venhamos a encontrar mercados mais compensadores do que aqueles que teríamos no mercado interno». In Ouvindo falar...Op. cit., (8/10/71) e Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), pp. 21 a 26.

[527] No Nordeste cresce o Pão. Op. cit., (12/11/71), pp. 26 a 34.

[528] Obs.: a ervilha poderia ser vendida em melhor qualidade do que a importada dos países evoluídos da Europa ou de países de leste, podendo concorrer com eles, em termos de preço e de qualidade.

e) a exportação de vinhos deixou de ser uma dificuldade, porque havia dois exportadores que viabilizavam este projecto, pelo que não era necessário subsidiar e estimular o envio de barris com vinhos incaracterísticos e sem marca, bastava aproveitar a solução, entrando na competição europeia com marca própria e com garrafas devidamente rotuladas. Este produto teve um êxito impressionante nos mercados e deixava antever a possibilidade do seu alargamento.

▪ o vinho (aguardentes e brandes) e o azeite não precisavam de ver a sua exploração modificada: o problema do vinho tinha apenas a ver com a capacidade comercial e com a política produtiva, orientando-se a região (região duriense, toda a mancha que a rodeava, até às zonas de Pinhel, Vila Franca das Naves, Valpaços, Miranda do Douro e Chaves) para variedades, castas e tipos de cultura que respondessem melhor às necessidades deste tipo de exportação e à estabilidade da mesma; a azeitona podia ser comercializada em conserva, simples ou recheada de amêndoa ou pimento. O azeite, apesar de apresentar graduação variada, tinha uma óptima qualidade e procura no mercado.

3. - Os problemas que se apresentavam à agricultura, no seu conjunto, de forma a tornarem possível o funcionamento do projecto, ligavam-se a: existência de água, a modificações de ordem técnica e a problemas institucionais de exploração.

As soluções para resolver todos estes problemas eram de tipo cooperativo (não deveria ser o grande número dos pequenos agricultores a servirem-se da sua força numérica para lesar os de maior dimensão, uma vez que a cada proprietário caberia uma voz) e capitalista (era preciso ter em conta a preocupação para evitar que o grande accionista, aquele que entrasse com o maior volume de propriedades, as de maior valor para a sociedade, viesse a dominar o pequeno, criando um problema de minorias abandonadas).

A intromissão do Estado nos assuntos locais acabaria por se tornar num "adversário", porque havia paralisação, demora, custo exagerado e a impossibilidade de realizar. Neste sentido, seria necessário reformular as leis, levando a criar medidas directas ou indirectas, tais como: isenções, apoios, preferência ou limitação das concessões ou facilidades a dar, benefícios a outorgar e levar a que as pessoas se orientassem nesse caminho.

4.- Género de pessoas que não se dispuseram a participar: os agricultores de uma certa idade, com um lar, que fabricavam umas courelas de centeio ou de trigo, cujos filhos tinham emigrado para o estrangeiro ou para outras partes do país e que não voltavam à terra. Toda a sua vida tinha sido aquilo e tudo faziam, apenas com o seu trabalho. Mudar de vida, naquele momento, significaria uma tragédia.

Era necessária uma lei que facultasse ou compelisse a trocas, para impedir que aquelas manchas de agricultores resistentes, no meio de soluções evoluídas, quebrassem um pouco as conveniências da regularidade e da racionalidade[529].

Em 1971, havia já a implementação de dois ensaios no Nordeste: «um quase todo de regadio e outro com 280 hectares de regadio e 120 de sequeiro»[530]. A exploração era feita em comum, por proprietários que livremente se tinham associado. O número de aderentes foi maciço, em relação ao total, mas sempre houve pessoas que se desinteressaram, ficando as suas parcelas no meio, quebrando o aspecto de continuidade que a exploração deveria ter, por motivos técnicos.

[529] No Nordeste cresce o Pão. Op. cit., (12/11/71), p. 34.
[530] No Nordeste cresce o Pão. Op. cit., (12/11/71), p. 34.

5.1.3 - As unidades fabris e os produtos trabalhados

O complexo agro-industrial era composto por unidades industriais, pavilhões, dispostas em planos sucessivos, na base do monte da Nª Sª da Assunção e a dois passos do rio Tua, com os seguintes sectores: Fruticultura, Horticultura, Destilação e Vinhos, e Azeites.

E chamava-se complexo, porque integrava várias fábricas: uma de frutos (essencialmente de azeitonas); uma de hortícolas (tomate, pimentos, espargo, ervilhas, etc.)[531]; uma de lacticínios (queijos)[532]; uma destilaria; uma fábrica de rações (para abastecer os fornecedores do leite, em compensação da entrega do leite. E, depois, havia acertos) e uma lavandaria das lãs; tinha a parte dos azeites e dos frutos secos (amêndoa...)[533].

Comercializou azeitonas (verdes, pretas e recheadas), picles, azeite, compota de vários doces, feijão cozido de vários tipos, marmeladas e geleias, vários legumes cozidos e enlatados, frutas em calda e cristalizadas, frutos secos, leite e queijo, aguardentes vinícolas.

Funcionaram ainda, dentro do mesmo complexo: um lanifício, uma moagem, uma destilaria com adega, e as devidas oficinas de apoio.

Para a lã, o Eng.º Camilo montou uma lavandaria de lãs, fez lotes e valorizou extremamente a lã. Para a castanha, montou uma fábrica de castanha, mais tarde também a de congelação, que era exportada para o Brasil, Canadá, América e Suíça. Para as conservas, também tiveram tecnologia de ponta com técnicos espanhóis, com bastante experiência, E, para o azeite, o azeite Tua é uma marca conceituada. A marca Nordeste era a marca chapéu. Agora, cada produto tinha também a sua marca[534] (Capítulo IV, ponto 5.1.1, p. 320).

O Eng.º Camilo de Mendonça gostava de atribuir a todos produtos o nome de rios e serras de Trás-os-Montes: «A noz era Coroa; o azeite era Tua...»[535]

---

[531] «Essa produção era bem paga no Cachão». In NAVARRO, Op.cit, p. 89.
[532] Obs.: o CAICA não produzia leite, apesar de mais tarde o vir a produzir no pólo de Macedo de Cavaleiros.
[533] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[534] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[535] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

5.2 - A implementação de projectos:

5.2.1 - A criação da obra social e assistencial:

O Bairro Social

O Eng.º Camilo de Mendonça «mandou construir o Bairro Social e era ali que os trabalhadores ficavam. O Bairro Social tinha à volta de 130 casas, isto antes do 25 de Abril»[536].

O Eng.º Camilo tinha a ideia de «desligar um pouco o novo bairro do centro da aldeia do Cachão e, por tal razão, o Bairro Social se constituiu um pouco mais afastado do seu centro, passando a receber o nome de Vila Nordeste»[537]. O bairro ficava um pouco acima das construções industriais e era constituído por um aglomerado de habitações, com vivendas todas iguais.

O objectivo da criação do Bairro Social, era

> «aumentar o número de casas do bairro, porque ele preferia ter as pessoas ali. Até porque a maior parte das pessoas trabalhava por turnos. A deslocação, através de transportes, ficava e ficou muito cara ao complexo que transportou centenas de trabalhadores. [...] Era melhor fixá-los ali, porque atrás dos pais vinham os filhos [...], futuros funcionários do complexo»[538].

As casas já estavam equipadas com: «luz eléctrica, saneamento e água canalizada»[539] e podia concluir-se que, «pelas antenas que se viam nas casas, qualquer pessoa tinha televisão. Julgo que não havia nenhuma casa, pelo menos na parte nova, que não tivesse televisão, por volta de 1960 e tal»[540].

A COOPENORD, a cooperativa de consumo, pôs à disposição dos seus associados electrodomésticos e, «apesar de terem dado prioridade ao fogão e ao frigorífico, logo a seguir teriam comprado a televisão»[541].

Já havia luz eléctrica no Cachão, gerada «através de motores, mas na aldeia em si não a havia, quando começaram a construir o complexo.[542].

---

[536] Entrevista nº 1, Cachão: 2004. Em 1969, o Bairro Social contava já com: «83 moradias, onde se abrigam 600 pessoas, calculando-se que no fim do ano este número alcance a casa dos mil [...], uma escola privativa, com duas salas e 2 professoras e a igreja vai surgir numa pequena eminência. Muitos operários voltam às suas aldeias [ao fim do dia de trabalho]. Que assim se sustenha o êxodo das populações rurais e se atraiam de novo os braços válidos que abandonaram o trabalho nacional mal remunerado e insuficiente para uma vida familiar e social, humanamente digna». In BABO, Francisco – Conheça a sua terra: Obra ímpar na Europa – o Cachão: fomento industrial agro-pecuário. *A Torre*. Moncorvo. (1/11/69), p. 3.

[537] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[538] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[539] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[540] Entrevista nº 2, Cachão: 2004. «A televisão, aqui no Cachão, apareceu nos anos de 1964 - 65, porque em 68 vim eu para aqui e já trouxe televisão». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[541] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[542] «Havia um gerador na casa do Mendenha, encostada à estação». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004

O aparecimento da rádio na aldeia foi muito anterior ao da televisão[543].

O Eng.º Camilo teve a preocupação de fazer habitações com água canalizada em boas condições[544], com casas-de-banho e «o saneamento era uma coisa que o complexo deixou já instalado. Logo que se construísse uma habitação, construía-se o saneamento, que já era em esgoto até ao rio»[545]. Os moradores do Bairro Social tinham água e saneamento de graça.

O Eng.º Camilo também teve preocupações ambientais muito grandes e procurou construir uma ETAR, que nunca se chegou a concretizar. «Teve lá o equipamento, a parte de construção civil chegou a ser toda executada, o equipamento todo adquirido, mas, depois, nunca ninguém o montou»[546].

O Posto Médico e de enfermagem

Antes do complexo abrir, as pessoas que precisassem de assistência médica tinham de «mandar vir o médico a casa ou ia-se de comboio a Mirandela. Carros, havia poucos, só começaram a aparecer a partir dos anos 70»[547].

Já com o complexo a funcionar, passou a haver um Posto Médico que, inicialmente, ficava dentro do complexo, mas depois passou para o Bairro Social. Nessa altura, esse posto médico «passou a ser uma extensão do Centro de Saúde de Mirandela. E, a partir daí, começaram a faltar os médicos até que se viram reduzidos apenas ao Dr. Ceriz e ao Dr. Adérito»[548]. Também tinham um enfermeiro[549] permanente, que vivia na aldeia, mas estava sempre disponível para ajudar.

No Cachão, chegou a haver médicos

> «de todas as especialidades: dentista, médicos das mulheres, otorrino...Havia um médico da empresa, que era o Dr. Ceriz, e havia outro médico pela Segurança Social. O Dr.Aníbal era o dentista; o Dr. Moreira ia pela Segurança Social. Havia um posto de enfermagem permanente e o médico não ia todo o dia, mas ia um de manhã e outro à tarde»[550].

---

[543] «Eu abri o café tinha 17 anos [em 1947] e de maneira que comprei um radiozito para ouvir as notícias e tal. Quando veio o complexo, veio também a luz e comprei logo televisão. E tinha um rádio a bateria». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[544] «Todo o complexo e toda a população tinha água, tratada, mas muito bem tratada. Hoje, não. Estamos pior do que na altura, porque na altura havia preocupações de ver se tinha alumínio a mais, se tinha potássio, se tinha isto e aquilo, portanto fazia-se análises ao pormenor. Para que os produtos transformados, quer canditados (à base de caldas), quer preparados, e tudo o mais, tivessem água muito bem tratada. De maneira que o complexo e a aldeia estavam a ter água canalizada em boas condições». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004. «Quando montaram o complexo, o Eng.º Camilo fez logo umas condutas lá para cima [Bairro Social] para ter a água tratada e ligou-a às casas todas. Depois, passaram isso para a Câmara [Municipal de Mirandela] e a Câmara passou a tratar disso, a pagar». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004.

[545] Nós estávamos mais bem servidos em saneamento há 40 anos do que estamos hoje. Água canalizada, quando entrei aqui em casa, em 1968, já a tinha, como tinha luz e tudo». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[546] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[547] Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[548] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[549] «O enfermeiro era o Queirós que trabalhava para a Companhia de Seguros e era para o pessoal, mas era pago pela empresa». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[550] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

Os trabalhadores tinham algumas regalias, para além de médicos e enfermeiro, «tinham as receitas que precisassem e, se faltassem [ao trabalho], isso não ia alterar, em termos de dias, quer ao trabalhador, quer à empresa. O trabalhador dispunha até de dois dias por mês, caso necessitasse deles para qualquer coisa»[551].

[551] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

5.2.2 - Os projectos de desenvolvimento económico: a agro-indústria

A localização geográfica do CAICA

O complexo é uma grande obra que nasceu numa região plana, próxima do rio Tua, servida por duas vias de comunicação (caminho-de-ferro e estrada nacional), importantes como factores de captação de matérias-primas e de escoamento dos produtos transformados. Essa localização era uma condição fundamental para se instalar a agro-indústria[552].

Áreas da região que forneciam produtos ao Cachão

O CAICA recebia produtos de várias localidades: a castanha vinha de toda a região (de Bragança, Valpaços, Carrazedo de Montenegro e, até, de Penedono); o espargo dava-se mais na zona de Valpaços, Vinhais e Carrazeda de Ansiães, em terrenos arenosos; o morango em Macedo de Cavaleiros e o tomate na zona da Vilariça[553].

O complexo, para se abastecer de produtos, com que as fábricas laboravam, recorria à «produção de terceiros, isto é, recorria aos agricultores»[554].

O apoio tecnológico, a mecanização e a irrigação

O complexo tinha uma equipa de técnicos que dava apoio a quem dele necessitasse e introduziu núcleos de mecanização: «onde, pela primeira vez, se viram ceifeiras, malhadeiras, enfardadeiras»[555].

A localização das fábricas, junto ao rio Tua, justificava-se porque: «nenhuma empresa funciona sem água e, em certa medida, também serve para lançar os efluentes. Para a época, o Eng.º Camilo, montou ali uma estação extremamente de apoio que, depois, e por várias vicissitudes, acabou, antes do 25 de Abril, por se degradar»[556].

---

[552] «Foi por isso que o Eng.º Camilo localizou ali o complexo. Porque precisava de água: o complexo, em si, precisa de um grande caudal de água, para as fábricas; precisa de caminho-de-ferro, porque na altura era a grande via de escoamento de produtos; e precisava de matérias-primas, máquinas e vários equipamentos, e vinha tudo, através do caminho-de-ferro. Tanto é que o próprio Eng.º Camilo tentou ainda a construção de um ramal, só para o complexo. Portanto, a importância que ele pensava que poderia ter, mas esbarrava sempre no transbordo da linha de uma carruagem para a outra. Esse foi sempre o grande obstáculo, que nunca se conseguiu ultrapassar». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[553] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[554] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[555] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[556] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

O Eng.º Camilo de Mendonça planeou um sistema de irrigação[557], para o qual era preciso construir barragens, vindo a ser concretizadas as de: «Cachão, Rebordelo, Alfândega da Fé, Vilariça»[558].

O plantio, a inovação e o campo experimental e laboratorial

Os produtos que já existiam na região e que foram dinamizados pelo complexo foram: «a azeitona de conserva, o azeite, a castanha (que valorizou bastante) e a lã»[559].

O complexo veio a imprimir outra dinâmica à lavoura. Saía daqueles produtos do dia-a-dia, que eram habituais à agricultura tradicional, e implantou outros produtos que tinham melhor escoamento e outro preço: espargo, alcachofra, morango, damasco e pimento[560].

Para poder fornecer aos lavradores as plantas de que necessitassem, recorreu-se ao sistema da produção de plantas em viveiros, de acordo com um processo experimental e de inovação. Na Vilariça, alugaram alguns terrenos para neles criarem, essencialmente, viveiros de plantas[561]. O CAICA fornecia as plantas e as sementes e as pessoas pagavam, depois, com as culturas.

Junto à barragem do Cachão, havia muitos damascos[562] e também muitos pêssegos e, «na zona de Alfândega, havia muita cereja e damascos; na Carrazeda o terreno era mais propício para o espargo...»[563]

Os novos produtos (o espargo e o damasco) e os novos processos de conservação (produtos canditados, congelados, destilados em álcool...) produziram um certo impacto, porque as pessoas não estavam habituadas nem aos produtos, nem aos sistemas de cultivo. O consumidor passou a identificar melhor o produto, porque era embalado em frascos de vidro[564].

---

[557] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[558] «Há várias barragens em que o Eng.º Camilo pensou e realizou: Cachão, Vila Flor, Santa Justa, ao pé da Vilariça, [a de Alfândega]. A Burga também é [obra] dele». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004:

[559] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[560] «A nível das novas culturas, introduziu o espargo, a alcachofra, em certa medida, os morangos, bastante, e os damasqueiros. Iniciou-se o aproveitamento da amora, um produto que existia na região. Faziam-se compotas e vendiam-se congeladas também. Tudo isto era inovação, porque nada disto se fazia. A nível de variedade, o espargo nem se conhecia; a cultura do tomate e a cultura do pimento... Outro factor que é de realçar é que era o próprio Cachão que fornecia as plantas, tinha viveiros próprios, e, depois, as pessoas pagavam com a cultura. Também fornecia as sementes, mas mais as plantas». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[561] Entrevista nº 2, Cachão: 2004. «Sim, todos os viveiros que tinham, era na Vilariça». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[562] «O complexo teve pontualmente um plano de damasqueiros». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[563] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[564] «A gente estava habituada a ver os "melocotones" espanhóis em latas. A gente não via o artigo e reconhecia-o pelas imagens que estavam nas latas, por fora. Enquanto, no Cachão, embalávamos a fruta em frascos de vidro e a pessoa identificava mais facilmente o produto e dizia que era mesmo aquilo.
A pêra candidata, conforme vinha, era descascada, entrava na máquina que lhe tirava o caroço. Ela entrava em 4 passos no frasco que era uma maravilha. Então, em caldas, faziam-se caldas que era um assombro. Trabalhava-se o feijão verde...a aguardente, no ano 70 ou 71, em que a região do Nordeste teve uma grande quantidade de figo

Em 1985, Carrazeda de Ansiães teve uma grande abundância de maçã, nos modernos pomares, «pelo que se encheu todo o armazém da destilaria de maçãs e foi tudo transformado em álcool». «Na destilaria, nos anos de 1986/87, chegámos a destilar o melaço de cana-de-açúcar. Os carros traziam-no lá de baixo, da CUF, era armazenado aqui e transformado em álcool»[565].

O impacto entre dois tipos de agricultura: tradicional/ moderna

A agricultura mecanizada e de selecção de culturas exerceu um impacto na região sobre a agricultura tradicional e as pessoas tiveram de se adaptar. O Cachão tinha um grupo de técnicos que dava apoio às pessoas: distribuíam as plantas e acompanhavam quer na plantação, quer no desenvolvimento da própria cultura. E o Cachão também fazia a recolha. «Quem tivesse tractores, podia trazer a produção para o Cachão ou, se tivesse outros meios, podia-a trazer. Por exemplo: o espargo era um produto que tinha de ser recolhido dia-sim, dia-não, quando não fosse todos os dias»[566].

Os agricultores reagiram bem ao lançamento de novos produtos, à modernização da agricultura e também aceitaram a selecção de culturas e de sementes[567], o que acabou por lançar as bases de uma agricultura mais moderna. Eram subsidiados pelo Cachão e, depois da entrega da produção, acertavam-se as contas com os produtores[568].

Alguns agricultores reagiram mal, no caso das ceifeiras, pois ficava cereal no chão, e das máquinas de varejar a azeitona, porque abanavam o tronco das oliveiras[569].

---

seco, que não havia quem o quisesse, o Eng.º Camilo fez vir o figo seco todo para aqui. Pôs o figo todo a destilar em álcool, foi tudo para álcool e fez-se alguma aguardente de figo». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[565] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[566] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[567] «O regente agrícola ia lá e dizia: "Olhe, o senhor aqui vai plantar tomate. Aqui vai plantar pimento, aqui malagueta, a ervilha. Olhe, o espargo é ali.." Faziam e trabalhavam como lhes diziam». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[568] «As garras de espargo eram caras e o subsídio que recebiam ajudava os agricultores, além de terem um acompanhamento técnico». In Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[569] «Os agricultores reagiram sempre bem. Só começaram a reagir mal, quando foi da máquina de varejar a azeitona. Quando a máquina chegava ao toro da oliveira, os agricultores não gostaram». In Entrevista nº4, Cachão: 2004. «No caso das ceifeiras, ficavam a olhar para o chão e a ver tanto cereal que ficava na terra. Mas chegou-se àquela altura e não havia alternativas, tinha de ser mesmo assim.

Tinha outra máquina que, para a época, era demasiado avançada, que agora se vê muito na região. Os primeiros varejadores mecânicos da azeitona que, há meia dúzia de anos, se espalharam pela região. Antes do 25 de Abril, o Cachão já os tinha, de chapéu, há uns 40 e tantos anos.

Os adubos aconselhava-os, mas não os distribuía. Fornecia plantas, sementes (a ervilha...) e produtos novos. Os cereais não os forneceu e dava apoio à mecanização.

O sistema de cultivo não era intensivo, não havia ainda estufas. Em princípio, só seria possível o cultivo intensivo por um mercado de empresa, em que a empresa já praticava outros preços para competir». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

O escoamento da produção

A exportação da produção teve início no dia 15/11/64. Nesse dia, «um comboio de 17 caminhetas, com cerca de 150 mil kg de castanha» partiu do Cachão para o porto de Leixões, para ser enviada para o Brasil.

Nessa data, trabalhavam no complexo «cerca de 400 pessoas»[570] e se a valorização dos produtos agrícolas se continuasse a verificar, mais pessoas ali se poderiam fixar.

A produção que se obtinha ou que se projectava obter era, em 1964, a seguinte: lagar de azeite (laboração diária de 60 t de azeitona); destilaria de vinhos e aguardente de figo (cerca de 120 pipas diárias); a moagem de subprodutos para rações para o gado; frutos para exportação; o armazém de azeite, com a capacidade para cerca de 1 milhão de litros[571].

Em 1966, a produção do complexo tinha conhecido alterações:

> «duas a três vagens de figo; 60 t de bagaço de uva; 5 mil litros de borras de vinho; 150 pipas de vinho; 1 lagar de azeite com a laboração diária de 50 t por dia (1 milhão de litros armazenados); fábrica de rações: 45 t por dia; queijaria para 15 a 20 mil litros por dia; estábulo para 500 animais; 1 lavandaria»[572].

O Cachão tinha praticamente garantido o escoamento da produção, «embora reconheça que a parte fraca do Cachão foi sempre a parte comercial. Tal como hoje, vender nem sempre é fácil, é mais fácil produzir que vender»[573].

O Cachão sempre esteve aberto ao escoamento dos produtos locais para o estrangeiro, contando-se entre os maiores mercados: «o Canadá, Estados Unidos da América, França, Suíça, Áustria, Alemanha»[574].

A Rússia era um grande mercado consumidor de amêndoa, o Brasil de castanha, a França do "marron" (a castanha grande, de qualidade). Os picles e azeitonas eram exportados para os mercados alemães, dinamarqueses, belgas[575].

O Eng.º Camilo de Mendonça «ganhava muitos concursos, pelo que o Cachão ficou muito conhecido e houve marcas que se viriam a impor no mercado pela qualidade, entre as quais se destaca a marca Nordeste»[576] (Anexo 68, Vol. II, p. 147).

A produção era canalizada para o mercado nacional e internacional, através de transportes próprios da empresa, com o apoio de «carrinhas de distribuição»[577], porque havia problemas com

---

[570] *Diário de Notícias*, 16/11/64.
[571] As instalações no Cachão de um moderno conjunto agro-industrial vão beneficiar a lavoura transmontana. *Diário da Manhã*. Lisboa (16/11/64); *A Voz*, 18/11/64; *Diário de Notícias*, 16/11/64.
[572] De ontem para hoje: o complexo agro-industrial do Cachão. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (14/2/66), p. 2.
[573] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[574] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[575] «O "marron glacé" era uma especialidade e exportávamos uma quantidade para França, país especializado neste produto». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.
[576] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

o transbordo na estação do Tua, de uma via larga (Linha do Douro) para uma via estreita (Linha do Tua), e vice-versa, e a CP nunca se ajustou à evolução do complexo.

A frota existente garantia o escoamento da produção directamente aos armazenistas ou a outros postos de colocação dos produtos[578].

Para assegurar toda a facturação da empresa, o Cachão possuía um sistema contabilístico preparado e organizado «e até já os primeiros computadores, se calhar, aqui no concelho e mesmo no distrito, foram ali introduzidos»[579].

O complexo também passou por épocas de alguma crise: «dificuldades houve sempre, porque o Eng.º Camilo ficava sem dinheiro e ele jogava ali. Deu bastante atenção ao Cachão, que ele, em termos materiais, não tinha dinheiro. Delapidou muitos meios próprios e, praticamente, ganhava um vencimento que lhe dava para ir aqui ou acolá»[580].

Memórias do projecto «fabuloso»[581] do Eng.º Camilo de Mendonça

O CAICA foi consequência de políticas erradas que houve na altura em que, de facto, «o empurraram para o Cachão, porque o objectivo do Eng.º Camilo era instalar-se em Mirandela; criar uma zona industrial em Mirandela, porque a considerava mais central, mais bem instalada, com melhores vias de comunicação».

No entanto, «os políticos da altura empurraram-no[582], de facto, para o Cachão. Porque o objectivo do Eng.º Camilo não era limitar-se ao Cachão, era construir infra-estruturas em vários

---

[577] «Tinha uma frota própria, porque com o comboio era muito complicado. Os produtos tinham de ser levados a um lugar qualquer e não era muito prático, através do caminho-de-ferro. E tinham de ir buscar os produtos às estações e tinham de ter carrinhas. Aliás, o complexo tinha armazéns próprios em Lisboa e no Porto e, depois, tinha carrinhas de distribuição». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

[578] «Ultimamente, já o adubo vinha pela via larga [Linha do Douro] até ao Pocinho, para não andarem a fazer o transbordo. Então mandaram fazer uns armazéns lá em baixo, na Vilariça, tinham lá báscula, tinham tudo e os adubos vinham da estação do Pocinho, eram depositados naquele armazém e dali é que eram distribuídos». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[579] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[580] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[581] Entrevista nº 5, Cachão: 2004. «A ideia do Eng.º Camilo era ligar Mirandela ao Cachão com fábricas: no Choupim, uma fábrica agro-alimentar; nas Latadas, uma fábrica de alfaias agrícolas; em Frechas, uma montagem de tractores; e abrir um campo de aviação para transportar os produtos...era um projecto megalómano». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[582] Havia uma certa oposição à obra do Cachão, desde o seu início, por parte de alguns sectores da população que nele viam um concorrente aos produtos da sua exploração agrícola e outras mordomias, e aceitaram com má vontade a instalação de tais fábricas em Mirandela. Assim, o NM revela, sobre esse aspecto, o seguinte: «É o CAICA obra monumental que, estamos certos, dará os seus frutos, num futuro mais ou menos próximo. Só desejaríamos ver resolvidos certos "quixotismos perniciosos e certos idealismos" menos úteis. Mas atrás de tempo, tempo virá... Os homens passam, mas a obra fica e o que se fez, a arrancada, já diz muito de alguns...» In MEDEIROS, Óscar - Varanda de Mirandela. *NM*. Mirandela. (20/6/73), p. 4. Muitas casas agrícolas não eram "partidárias" do Cachão. In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.

concelhos e em função dos regadios e dos planos de reconversão agrícola que ele estabeleceu para toda a região»[583].

O complexo foi um suporte de desenvolvimento da aldeia e houve uma dinâmica, porque criou emprego, equipamentos e infra-estruturas, não só na aldeia, mas também na região. A aldeia estava associada ao êxito do complexo, a nível económico, cultural, social, escolar...A região tinha para onde canalizar os seus produtos e tinha alternativas que, de outra maneira, não teria. Mas era preciso, segundo o desejo do Eng.º Camilo, ampliar a obra e manter a fábrica[584].

O complexo teve um impacto no contexto da produção local e regional em duas vertentes: serviu de dinamização de culturas já existentes (castanha, azeite e lãs); dinamizou-as bastante e, ao intervir, valorizou bastante essas culturas[585].

Os projectos desenvolvidos pelo complexo agro-industrial trouxeram esperanças à população. «O agricultor só se preocupava em produzir: o sistema de pagamento estava assegurado, tinha apoio técnico, com técnicos agrícolas, ajuda em maquinaria, forneciam-lhe adubos...»[586].

O Eng.º Camilo de Mendonça ajudava os trabalhadores, arranjando-lhes trabalho, pois «era uma sobrevivência para o resto daquela família: tinha assistência, abono de família, já naquele tempo, o que era inovador»[587].

Em toda a região, só se passou a falar do complexo. O Cachão era um sinal de esperança, de mudança, de vitalidade, de criação de emprego, de reconversão da agricultura, de mudança de vida.

Até aos anos 70, todo o distrito viveu muito fechado em si. E o complexo era um sinal de esperança, porque o Eng.º Camilo transmitiu esperança: na agricultura, no ensino, a nível social, a nível de melhores vias de comunicação e desenvolvimento, pela quantidade enorme de projectos de regadio que ele projectou. E isso tinha um impacto muito grande para a região e para o país, «porque era uma experiência fabulosa»[588].

O Cachão foi o grande pólo de desenvolvimento não só para Trás-os-Montes, para o país, mas para a Europa: «o Eng.º Camilo começou do zero, assimilou toda a nova tecnologia, idêntica à dos grandes países da Europa, melhorou-a, transformou-a, dinamizou a investigação, criámos

---

[583] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[584] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[585] «Eu recordo que a castanha andava, em média, a 1$00 o kg e rapidamente o complexo começou a colocá-la no mercado e passou para 4$00 o kg, para aí em 2 anos. Isto foi bom para a região, porque bastava que o complexo entrasse no mercado que os preços se sustentavam, o que era uma mais-valia considerável». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[586] «Eu ainda trabalhei aqui no complexo com 17 ou 18 engenheiros e agentes técnicos e regentes agrícolas eram outros tantos». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[587] Entrevista nº 1, Cachão: 2004. «A parte social, para ele, estava acima de qualquer coisa, porque era mais um trabalhador que tinha e era mais uma família que ficava com um suporte económico». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

[588] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

os nossos próprios produtos, as nossas novas tecnologias e lançámo-las no mercado». O CAICA equiparou-se ao grande desenvolvimento que a Europa estava a conhecer e «em relação ao resto do país, nós estávamos demasiado evoluídos...»[589].

O projecto idealizado pelo Eng.º Camilo de Mendonça era um projecto arrojado para a época, para a região e para o país, porque imprimia uma dinâmica nova a uma agricultura a viver crises sucessivas e aos agricultores de uma região que ele pretendia valorizar. Tal projecto interligava-se com uma série de concretizações que obedeciam a um plano, em que participavam técnicos qualificados, sob a orientação do seu "mentor"[590]:

-o matadouro:

> «A nível do matadouro, ele tinha preocupações de criarmos e desenvolvermos, não a nível de vacas leiteiras, porque o grande objectivo do país andava todo ele à volta de vacas leiteiras. Quando não era nada disso que ele pretendia. Ele pretendia, porque a Europa queria e era deficitária em carne de borrego. Ele não queria fazer concorrência com a Holanda... com os grandes países que produziam carne, a preços muito mais baixos»;

-o cruzamento de raças autóctones: «ele foi fazendo o cruzamento dos nossos animais da região, caso da ovelha da região de Bragança, de Miranda, de Mogadouro, de Vinhais, de toda a região, com cruzamento de carneiros que vinham da Grécia, em que cada cria tinha, logo à nascença, mais ou menos 6 a 7 kg. Isso era fabuloso»;

-núcleos de criação de animais: «Não se limitou a desenvolver isto, a nível de cada um dos concelhos, ele procurou criar, a nível da região, e isso era para ser criado em Mirandela: uma grande unidade para produção de porcas e de borregos»;

-o ensino e o apoio técnico: os orientadores técnicos seriam «Professores do futuro pólo universitário de Carvalhais (Mirandela). Já tinha alguns contratos celebrados com professores estrangeiros, para virem dar aulas e, ao mesmo tempo, prestarem assistência técnica ao CAICA. O Eng.º Camilo foi o grande reestruturador da reforma de Veiga Simão»;

-os regadios:

> «Em cada um dos regadios, ele tinha a parte pecuária, porque ele achava o seguinte: considerava que os solos tinham de ter água, [...]. Não associarem à floresta a água, as barragens, não vamos a lado nenhum. [...] Os espanhóis têm canais de regadio por todo o lado. Nós, se não fizéssemos mesmo mais nada, mas que servisse para as nossas florestas, era de extrema importância»;

-a reconversão: «a par do regadio, tentou fazer a reconversão das culturas tradicionais. Associados ao regadio, vinham: a pecuária, a criação de porcos, a criação de ovelhas»;

-os produtos horto-industriais: a agricultura dava para manter os horto-industriais e todas as outras fábricas;

-a criação de raças autóctones: O Eng.º Camilo de Mendonça

[589] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[590] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

> «não se virou muito para a parte de vacas, nem de bois, porque já havia raças próprias em cada uma das regiões específicas, quer de Miranda, quer da zona de Montalegre, em que ele procurava valorizar. O que já era bom. O resto, procurava introduzir e melhorar, cada uma das nossas ovelhas da região e os porcos também. Claro que já tinha um projecto dinamizador com a Dinamarca, em relação aos porcos. A Dinamarca é o grande produtor de porcos e com raças fabulosas»;

-a lã e a carne: Ele procurava associar as duas coisas, «porque as terras precisavam de estrume dos animais. Por sua vez, os animais também lhe davam a lã para manter a lavandaria, davam-lhes o leite para manter a fábrica de queijos de ovelha. Davam-lhe, depois, a parte de carne para manter o próprio matadouro»;

-o tratamento da lã: «associado ao projecto de lãs, ele tinha, na altura, o projecto de tratar a lã. [...] preocupou-se com o lavrador e procurou introduzir a mecanização da tosquia. Na altura, havia grande quantidade de rebanhos de ovelhas, mas era fundamental ter uma grande fábrica de lavandaria»;

-os centros de artesanato: «O objectivo era procurar fiar, cardar e tingir. E distribuir o fio de lã pelos centros de artesanato que ele pretendia criar, paralelamente com os núcleos de mecanização»;

O projecto de organização de núcleos de artesanato, no nordeste transmontano, pela FGLNT, destinava-se à manufactura de artigos de lã e a dar ocupação às mulheres, aproveitando o seu trabalho, dando-lhes uma possibilidade de aumentar o orçamento familiar e evitando-se, desta forma, a saída para a emigração. A única indústria que tinha procurado prender o elemento feminino à terra era a dos produtos alimentares[591].

A organização desta actividade tinha de ser feita, de modo a permitir a exportação da produção, para que tal indústria pudesse sobreviver. Esta tarefa estaria a cargo da organização corporativa regional da lavoura e das Casas do Povo, através da estruturação e da coordenação dos trabalhos, enquadrando-se no previsto pelo Fundo de Fomento de Exportação e actuando por núcleos de artesanato, a nível das aldeias.

-a fixação das pessoas e a contenção da emigração. Na década de 60, deu-se a grande emigração para todo o mundo.

> «O país saiu e a grande preocupação do Eng.º Camilo era esta, quando afirmava: "nós não podemos reter a emigração, ela é um acontecimento natural, mas nós podemos e devemos prender as esposas. E se nós arranjarmos trabalho de artesanato nas nossas aldeias, para elas trabalharem, elas não vão, eles é que regressam"»;

-o Centro de Arte e Design e a criação do sector comercial: o sector comercial procuraria vender o mesmo tipo de Arraiolos no Japão, na América ou em qualquer outro país. E podiam criar muitos tapetes, todos iguais, e satisfazer grandes encomendas;

---

[591] A.F.S. - Artesanato e motomecanização do nordeste. *NM*. Mirandela. (22/6/69), p. 4.

-a criação do Bairro Social, de um Posto de Saúde e o alargamento das vias de comunicação;

-a implementação do cooperativismo serviria para aumentar a produção, pois seriam criadas cooperativas nas aldeias, com mecanização disponível, cujos associados podiam servir-se de máquinas agrícolas: o tractor — com todo o equipamento —, máquinas ceifeiras, debulhadoras, britadeiras para a amêndoa, lagar de azeite cooperativo.

O cooperativismo aparecera nos anos 60, na região do nordeste, como um sistema capaz de proporcionar algumas vantagens, no campo económico e no campo social, pelo que se criaram, por toda a região, cooperativas agrícolas para os mais diversos fins[592].

António Sérgio vira no cooperativismo «como uma fórmula de vida, uma estrutura de sociedade, uma visão de paz; como um sistema, uma solução, um ideal para "todos", que a "todos" se dirige, que se não recusa a ninguém»[593].

O cooperativismo surgiu, assim, como um processo estruturante de uma nova sociedade, capaz de dar lugar ao aparecimento do homem novo, o homem senhor do seu destino de homem. No autoritarismo, houve o predomínio da sociedade sobre o indivíduo; no cooperativismo e no liberalismo havia o predomínio do indivíduo sobre a sociedade.

O povo precisava de ser esclarecido, através de uma campanha eficiente, para lhe explicarem as vantagens deste tipo de organização, para vencer o individualismo económico, e para vir a aderir a este movimento cooperativo[594]. A situação económica do lavrador precisava de ser amparada, facilitando-lhe a imediata entrega dos seus produtos, quer por intermédio das cooperativas, das federações ou de qualquer outra forma;

-o projecto englobava o escoamento dos principais produtos da região (azeite, azeitona, figo, castanha, amêndoa...), directamente do produtor para o consumidor;

-a investigação e a introdução de viveiros diversificados, adaptados às condições do solo e do clima: o castanheiro, a oliveira e amendoeira, as mais adequadas e com novas qualidades, de acordo com as exigências do mercado. Desenvolveu-se intensamente a cultura do espargo, pepino, cereja, pêssego, tomate, castanha, valorizou a da amora de silva e da castanha e a azeitona de conserva recheada;

-a congelação de morangos e de pêssegos para a preparação de iogurte e confeitaria e do marmelo para a confecção de marmelada;

-a destilação do bagaço de vinho para aguardente e do figo para aguardente de figo e outros tipos de álcool;

---

[592] UM VALE DE LÁGRIMAS - Da realidade, ao sonho da lavoura transmontana. *NM*. Mirandela. (15/4/62), p. 1.
[593] Cit. por O cooperativismo como um humanismo. *NM*. Mirandela. (19/1/64), p. 4 (transcrito da Revista A República, 7/1/64).
[594] TRANSMONTANO - Remexendo a Terra!... As destilarias de figo. *NM*. Mirandela. (9/12/62), p. 1.

-as borras de vinho eram destiladas para a produção de tártaros, empregues para a correcção de vinhos que, depois de secos, eram enviados para a Alemanha, onde era concluído o tratamento[595];

-a casca da amêndoa, os subprodutos do bagaço e as grainhas eram utilizados para produzir bagaço;

-o excesso de vapor de água servia para activar uma turbina, geradora de electricidade, para activar o complexo;

-no plano pecuário, previa a criação de 500 mil ovelhas, em estabulação, para produção de carne, leite, lã e peles; 300 mil porcos/ano; no sector dos lacticínios, previa-se a produção diária de 10 t de queijo de ovelha[596].

Entretanto, antes do 25 de Abril, O Eng.º Camilo

> «foi-se embora e estou convencido que foi ele que tomou a iniciativa. [...] ele era uma pessoa muito astuta, que previa que estava qualquer coisa a sair, só não contava que fossem os capitães, mas os majores. Mais tarde, ele foi para Espanha e foram lá buscá-lo e veio para aqui, outra vez. E estava com ideias. E com o caminho que estava a seguir a revolução, não se acomodaram»[597].

[595] FERNANDES, Op. cit., p. 76.
[596] FERNANDES, Op. cit., p. 76.
[597] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

6 - Conclusão: os reflexos das actividades económicas nas memórias sociais

Houve vários problemas que acabaram por afectar a região transmontana: uns ligados à situação de isolamento, em relação ao litoral e ao resto do país, outros devido à persistência de sistemas arcaicos e tradicionais de cultivo, outros ligados a mentalidades tradicionais, pouco abertas à inovação, outros ainda afectados pelos problemas conjunturais da economia portuguesa.

As alterações económicas que ocorreram, a partir dos anos 60, exerceram bastante impacto sobre as memórias das populações locais, tornando-se mais significativas as seguintes:

- Em 1962, a assistência técnica e financeira prestada pela JCI, para a elevação do rendimento económico das explorações, teve em vista: a realização de melhoramentos fundiários, a aquisição de máquinas e alfaias, a preparação ou adaptação de terrenos para novas culturas ou pastagens, incluindo a compra de sementes e adubos e os demais encargos culturais; a compra de reprodutores e outros animais para o conveniente apetrechamento da exploração agro-pecuária (Anexo 46, p.105); a aquisição de terras ou direitos, com vista à exploração agrícola, florestal ou pecuária do tipo familiar, economicamente viável, desde que a aquisição pudesse contribuir para o equilíbrio técnico e económico da mesma exploração[598].

- As crises contínuas da agricultura transmontana não foram solucionadas, acabando, em 1965, por atingir o sector agro-senhorial, devido a: escassez de mão-de-obra, com a consequente carestia da mesma; baixa cotação dos produtos agrícolas; más condições climáticas, determinando más colheitas; pobreza do solo, aliada à quase ausência de indústria na terra transmontana; propriedade rural muito dividida e dispersa e difícil de mecanizar; a comercialização dos produtos não era feita a preços compensadores e o lucro ia para os intermediários[599].

Havia profundas assimetrias no país. O Alentejo, apesar de ter menor densidade populacional, apresentava uma maior capitação da contribuição industrial e uma maior capitação de rendimento do que Trás-os-Montes, o que se traduzia num nível de desenvolvimento diferente, que é significativo, ao estabelecer-se o contraste entre estas duas áreas agrícolas e territoriais:

---

[598] É alargado o âmbito da lei dos melhoramentos agrícolas. *NM*. Mirandela. (2/9/62), p. 3.

[599] GONÇALVES, João - O lavrador e a sua propriedade. *NM*. Mirandela. (7/3/65), p. 2. O CAICA surgiu na região para facilitar o escoamento da produção e substituir o papel de intermediários, no circuito de comercialização, o que iria embaratecer os produtos.

Quadro IV.17

Trás-os-Montes e Alentejo: assimetrias

	Trás-os-Montes	Alentejo
Área	10 784 Km^2	23 797 Km^2
População	558 703	679 293
Densidade populacional (hab. /km^2)	56,2	44,3
A capitação da contribuição industrial (1965)	24$50	57$30
Capitação de rendimento (1965)	3 378$50	6 196$30

Fonte: REIS, Rogério - A água: uma riqueza potencial do distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (25/7/68). p. 4.

A fim de resolver essas profundas assimetrias regionais, ficou programada, no III Plano de Fomento, a 1ª fase da obra de rega do Vale da Vilariça, contribuindo o governo com «400 mil contos para subsídios e outros auxílios financeiros, destinados à adaptação ao regadio de terrenos dos novos e antigos empreendimentos e à reconversão das explorações, incluindo a electrificação agrícola»[600].

A irrigação, onde esta fosse possível, ajudaria na reconversão agrária e contribuiria para a resolução do grave problema em que vivia a agricultura do distrito e poderia atenuar o volume das importações do país.

▪ Em 1968, os despachos do Ministério da Economia estabeleceram as normas a satisfazer pela lavoura regional do distrito de Bragança, para poder receber o subsídio atribuído à cultura cerealífera. A Comissão Técnica Regional do Distrito de Bragança elaborou, em conformidade com essa legislação, um conjunto de normas, adaptadas «às condições agro-económicas do distrito de Bragança, a que os agricultores deviam atender» (Anexo 45, Vol. II, p.103).

Essas normas tinham a ver com: a disposição, a rotação e a selecção de culturas, de acordo com o tipo e a drenagem do solo, a fertilização orgânica, a aceitação da orientação do Ministério da Economia (reconversão cultural e regras técnicas), a promoção das potencialidades existentes em cada exploração, o fomento à motomecanização e o estímulo indirecto à criação de cooperativas agrícolas e às associações de vizinhos[601].

Em Portugal, verificou-se que só o desenvolvimento regional, efectuado por métodos comunitários ou cooperativos, possibilitariam o fomento de zonas mais modestas, como Trás-os-Montes. Esse avanço seria possível, graças à unidade na «vizinhança», pois era um pólo aglutinador e um ponto de partida para um trabalho que beneficiava o conjunto formado por cada distrito ou região.

O desenvolvimento das pequenas comunidades, como as aldeias e os concelhos, tinha de assentar num espírito de estreita cooperação regional.

[600] REIS, R., Op. cit., (25/7/68), p. 4.
[601] Comissão Técnica Regional do Distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (20/10/68), pp. 2 e 4.

A economia, marcadamente tradicional, com «sucessivas crises económicas, as consequências demográficas, que se reflectiam em mal-estar geral, a debilidade social e a inexorável depredação do solo»[602], tinha de sofrer uma profunda transformação para projectos mais modernos e mais rentáveis. A adesão a tais projectos, através do recurso ao corporativismo e ao cooperativismo, foram aplicados na região, sendo o seu modelo mais representativo o CAICA.

A industrialização tinha de ser feita com o recurso à agricultura, porque o povo português não estava profissional e economicamente preparado para a mudança e a concorrência internacional não facilitaria essa alteração.

▪ A fim de se estabelecer uma infra-estrutura material que permitisse a arrancada económica da região, foram postos em curso planos de melhoramentos rurais (1968), «nos concelhos de Vimioso, Vinhais, Alfândega, Miranda do Douro e Mirandela, orçados em centenas de milhares de contos»[603]. Mas a agricultura da região precisava também de: uma aposta não apenas nas culturas tradicionais, ultrapassadas ou caras, mas também em produções modernas mais rentáveis, uma «reconversão dos proprietários e dos seus colaboradores»[604], e uma efectiva protecção social destes. Estas medidas viriam a ser possíveis, graças à intervenção do CAICA e da Casa Menéres.

▪ Em 1969, registou-se uma aceleração no ritmo de promoção social em todo o país, e o nordeste, onde o cooperativismo rural se tornava uma realidade, estava também a colher os seus benefícios. A organização corporativa, através da federação de grémios[605], estava a fazer:

-o planeamento agrário regional, de modo a satisfazer as necessidades das populações e a conseguir o seu desenvolvimento sócio-económico;

-a reorganização das Casas do Povo, que procuravam alargar algumas condições, a fim de se fixar o agricultor à terra: a divulgação de novos métodos de trabalho (núcleos de artesanato e de motomecanização) e a implementação de medidas de assistência[606].

---

[602] REIS, R., Op. cit., (25/7/68), p. 4.
[603] REIS, R., Op. cit., (25/7/68), p. 4.
[604] REIS, R., Op. cit., (25/7/68), p. 4.
[605] O Cachão começou por assentar a ideia numa Federação de Grémios, mas obedecia a critérios. Obedecia e tinha de dar cumprimento aos estatutos da Federação. Agora, criou-se, pertencente à Federação, mas criou-se uma unidade industrial, com autonomia, em que estavam integradas as várias fábricas no mesmo complexo, com uma gestão própria. Era um núcleo integrador de várias fábricas. Até porque o objectivo de integrar várias fábricas deve-se ao facto de a maior parte das fábricas serem sazonais. Há que aproveitar a mão-de-obra de uma fábrica para as outras. De maneira que isso era muito útil. E fundamental. Por exemplo: os frutos secos, é só naquela altura, é sazonal, e a azeitona. E, depois, fazia-se a lavandaria das lãs. Os trabalhadores rodavam e passavam de umas fábricas para as outras. O trabalho dos horto-industriais era um trabalho sazonal e se não trabalhássemos os espargos, o pepino, naquela altura, acabou. Mas trabalhava-se e vendia-se alguns e, depois, a preparação dos picles, já podíamos trabalhar ao longo do ano. E, depois, os picles e mesmo o pimento já eram para recheio da azeitona; a amêndoa já era para recheio da azeitona, associada ao pimento. Quer dizer que as próprias fábricas também davam o seu contributo para se completarem outros produtos noutro lado. O figo era recheado com noz...» In Entrevista nº5, Cachão: 2004.
[606] A.F.S., Op. cit., (22/6/69), p. 1.

O projecto de organização de núcleos de artesanato, no nordeste transmontano, destinava-se à manufactura de artigos de lã, a dar ocupação às mulheres, a aumentar o seu orçamento familiar e a evitar, desta forma, a saída para a emigração.

A motomecanização[607], que dava esperanças ao pequeno proprietário e ao agricultor da região, pelas facilidades conseguidas, estava já numa fase de expansão. A FGLNT empenhou-se neste projecto, ficando coberta, «mesmo a nível de freguesia, toda a vasta região brigantino-nordestina»[608].

Os serviços técnicos do CAICA montaram os centros de mecanização, fizeram a reparação de maquinaria agrícola e apoiaram e promoveram esses núcleos: fornecendo máquinas, sementes, adubos, apoio técnico...

Estes centros de mecanização receberam o apoio dos serviços oficiais, resultaram do esforço do cooperativismo e destinaram-se a suprir a falta de mão-de-obra e a aumentar a rentabilidade da produção do agricultor.

O artesanato e a motomecanização dariam à comunidade rural transmontana um novo modo de vida e um nível de vida mais elevado[609].

A solução imediata para o aumento do nível de vida do trabalhador, ao viver numa economia de mercado, era destinar-se a quase totalidade da sua produção a ser vendida a preços compensadores ou de concorrência.

▪ Em 1970, continuaram a aplicar-se práticas económicas e métodos de produção, como soluções para resolver os problemas da agricultura do nordeste: o fomento da irrigação; a motomecanização; os melhoramentos agrícolas; o funcionamento da rede cooperativa; a campanha de intensificação agrária; a introdução de maquinaria, para substituir a falta de mão-de-obra; os aproveitamentos hidroagrícolas, capazes de favorecerem regadios; o apoio dos serviços oficiais; a campanha de mentalização rural, sobre as novas técnicas agro-pecuárias, através de colóquios apropriados, cursos de dirigentes cooperativos e outros[610].

▪ O empresário agrícola não podia concorrer com a indústria, nem conter a corrente emigratória[611]. O que produzia era desvalorizado, pelo que se via com dificuldades para suportar

---

[607] Em finais de 1966, inícios de 1967, os agricultores eram aconselhados a substituir os instrumentos tradicionais pelo tractor, a que poderiam «adaptar a charrua, o atrelado de transporte, a gadanheira, a ceifeira...». Porém, como o preço destas máquinas não era compatível com as possibilidades económicas da maior parte deles, restava-lhes, como solução, associarem-se em cooperativas, quer para o fornecimento de máquinas, quer para a colocação da sua produção. In GONÇALVES, João - A lavoura e os seus problemas. A cultura cerealífera e o problema de mão-de-obra. *NM*. Mirandela. (8/1/67), p. 1.

[608] A.F.S. Op. cit., (22/6/69), p. 4.

[609] A.F.S. Op. cit., (22/6/69), p. 4.

[610] SARMENTO, A. Figueiredo - O êxodo rural e a lavoura da Terra Quente Transmontana. *NM*. Mirandela. (24/10/70), p. 3 (transcrito de O Lavrador nº 1347).

[611] «O homem foge da terra numa corrida desenfreada e o facto parece gerar políticas contrárias aos anseios da lavoura que, assim, se vai esgotando e arruinando nesta perda vertiginosa de gente sã e valores que todos gostariam

o aumento do custo de vida. Esta situação na agricultura enriquecia os que «industrializa[va]m alguns dos produtos por ele tirados à terra...»[612]

A região contava com alguns argumentos de desenvolvimento, entre eles: o CAICA, o solo para plantar árvores frutíferas, muitos terrenos com aptidão hortícola, jazigos de minério[613] e água[614]; a Sociedade Clemente Menéres, Lda. – que sempre se preocupou em: modernizar a sua exploração, introduzindo tecnologias e métodos modernos que se anteciparam à sua divulgação no resto do país; primar pela qualidade da produção; garantir circuitos de canalização para o mercado (interno e externo); manter actualizados os agricultores da região, através do desenvolvimento do campo experimental e de cuidados a ter com a sua formação (colóquios, conferências...) —; a partir de Maio de 1966, a região passou a contar com o restaurante Maria Rita, como «elemento coadjuvante da valorização regional»[615]. Este projecto fazia com que o turismo se tornasse numa actividade valorizadora da aldeia e da região, passando a atrair muitos turistas, «surpreendidos com um serviço cuidado, num verdadeiro deslumbramento de paisagem rústica, dominada pelo espesso sobreiral, que só em Trás-os-Montes se pode encontrar»[616]; as quintas do Douro continuavam a canalizar a sua produção para o mercado interno e externo, sendo uma valiosa riqueza para o país e uma garantia de trabalho ao longo do ano.

▪ A sociedade crescera e as populações acordaram da sua secular letargia, sentindo a importância do conforto, da segurança e da obtenção de alguns rendimentos. A miséria, a pobreza e as muitas carências começavam a ser resolvidas.

Dois tempos economicamente diferentes (economia tradicional limitada, até aos anos 60, e uma economia moderna, de mercado, a partir dessa data) tiveram impactos diferentes sobre o nível de vida, nos melhoramentos da habitação, nos equipamentos, na saúde, na educação e na cultura.

Com a modernização da economia, tinha morrido, de forma definitiva, o regime comunalista, «no qual os povos rústicos tudo punham em comum: terras, gados, esforço pessoal e até a administração da justiça, através de processos próprios, executados pelos apelidados homens-bons»[617].

---

não vislumbrar, pois a consideram, a seu modo, antagónica ao esperado ordenamento económico-social ...». In SARMENTO, Op. cit., (24/10/70), p. 3.

[612] SARMENTO, Op. cit., (24/10/70), p. 3.

[613] «Exploração de minérios que, em grande quantidade e riqueza, existem por toda a vasta província transmontana. Interessa para o transporte destes a navegabilidade do rio Douro... hematite, siderite, cassiterite, volframite, xelite, cromite, antimonite, aurífera, minério de arsénio, minério de manganez, amianto, barita, antimónio, ouro, prata, calcários, águas minerais, etc...» In CORREIA, J. – Interesses Regionais. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (29/9/67), (transcrito de Gazeta de Alijó, ano 9, nº 12).

[614] A água ia correndo à sorte, precisando de ser regularizada e distribuída pelas leiras mais produtivas, capazes de darem mais pastagens, batatas, pão e couves. In SARMENTO, Op. cit., (24/10/70), p. 3.

[615] (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6 e O restaurante Maria Rita...Op. cit.,(5/6/66), p. 6.

[616] (Aldeias transmontanas melhoradas)...Op. cit., (22/5/66), p. 6 e O restaurante Maria Rita...Op. cit.,(5/6/66), p. 6.

[617] REIS, Rogério - Desenvolvimento regional. *NM*. Mirandela. (3/3/63), p. 1.

As práticas "feudo-vassálicas" começaram a ser suprimidas na região, tendo vigorado por mais algum tempo em aldeias e lugares, aureoladas de ruralismo e de patriarcalismo benemérito. Aqueles que apareceram a exaltar este sistema sócio-económico, com a necessidade da manutenção de relações, no contexto da produção, terão cavado ainda mais fundo o divórcio entre os que possuíam a terra e aqueles que a granjeavam. E terá sido esse, um dos motivos da "fuga" das populações das aldeias para outros locais "libertadores".

Alguns tipos de propriedade mantiveram-se (a grande propriedade da Casa Menéres e das quintas do Douro), enquanto outros conheceram alterações (o sistema de heranças e o aumento do poder aquisitivo deu a possibilidade de outras pessoas comprarem propriedades). Os novos sistemas de aquisição de propriedades conduziram a uma nova diferenciação social.

O tipo de exploração agrícola passou a sofrer com a penetração do capital e com o sistema capitalista de exploração. A produção passou a ter em vista um maior rendimento económico.

A preparação e a transformação dos produtos agrícolas melhoraram substancialmente (produtos agro-alimentares do Cachão; a cortiça, o vinho e o azeite do Romeu; o vinho do Porto e o azeite da região da Coleja) e conquistaram, pela sua qualidade, o mercado interno e o mercado externo.

Os meios de transporte e as vias de comunicação melhoraram, contribuindo para o escoamento da produção e para a movimentação e aceleração dos circuitos comerciais.

O endividamento dos agricultores foi resolvido com as alterações económicas introduzidas e com a partida de alguns elementos para as migrações: a economia de mercado, de maior produção, e mais lucrativa, deu lugar a circuitos comerciais mais vastos e surgiram outras formas de pagamento.

As modificações económicas, registadas na região transmontana, sentiram um pouco a acção do Estado, dos municípios e das entidades particulares. O Planeamento Regional estabelecido em 1972, para a sub-região do distrito de Bragança, deu alguns resultados parcelares, devido aos estrangulamentos que afectavam a agro-pecuária regional (Anexo 40, Vol. II, p. 77 e ss.).

O planeamento estruturado, de modo a desenvolver as localidades e a canalizar a sua produção para os mercados de consumo (internos e externos), conheceu alguns problemas, pelo que não se mostraram eficazes nas três aldeias.

As crises da agricultura foram constantes, não se fez o emparcelamento e a reconversão agrícola surtiu um efeito diminuto[618], pelo que esta actividade continuava em crise em 1973, devido à sua debilidade económica[619]. O progresso que se previra «risonho» para a região

[618] Entrevista nº 6, Cachão: 2006

[619] O distrito de Bragança: da lavoura e sua crise, à desunião das suas gentes. *NM*. Mirandela. (30/9/73), p. 1.

parecia estar comprometido, nesta data, com o afastamento do presidente da FGLNT, o Eng.º Camilo de Mendonça. A crise que se arrastava desde longa data iria, desta forma, agravar-se, nos aspectos económico e social[620].

▪ As mudanças económicas trouxeram transformações sociais:

-a desestabilização social e o desentendimento interdialógico;

-a ruptura dos circuitos sociais, dos laços de proximidade e de vizinhança, e dos laços de dependência (egoísmo, individualismo);

-as ligações de vizinhança começaram a ser caracterizadas pela ausência de sentimentalidade, porque passaram a ser movidas por uma óptica económica;

-o enfraquecimento dos laços de parentesco, a alteração de funções sociais (a mãe, o pai, filhos, os familiares: Capítulo V) e a diminuição dos elementos na família (deixou de ser alargada, dada a ruptura no sistema de produção);

-códigos de honra e de conduta começaram a ser alterados, bem como o valor da palavra dada, que começou a perder a importância;

-houve a resolução de alguns problemas estruturais e sociais nas aldeias (trabalho assegurado, melhores condições de vida, melhores condições de habitabilidade, melhores infra-estruturas e equipamentos, mais higiene, melhor acesso à saúde e à educação), que pontualmente mostraram a sua dinâmica, pelo menos no Cachão e no Romeu, pois foram estabilizadores e fixadores das populações. Pouca gente emigrou destas duas aldeias, até aos anos 70. Quando estes factores perderam a sua função, e outros problemas se levantaram, as migrações aumentaram nestas aldeias. Na Coleja, este sistema de fixação social funcionou de uma forma inversa, em relação às duas aldeias anteriores: houve emigração em massa, até finais dos anos 60, que foi despovoando a aldeia, e houve o retorno de alguns emigrantes, a partir desta data;

▪ O ensino converteu-se num factor de desenvolvimento da região: o ensino primário precisou de se tornar «mais prático e utilitário, no sentido de estimular o progresso rural pela propaganda, a partir da escola, de alguns princípios sobre agricultura, higiene, associativismo...»[621]; o ensino secundário (liceal e técnico) aumentou de frequência, porque houve a preocupação na formação da juventude da região, para se integrar em actividades ligadas à agricultura, à indústria e ao comércio. Houve o aumento significativo do movimento estudantil das escolas da região transmontana, em especial, de Vila Real, Bragança, Chaves, Mirandela e Moncorvo. A realização de cursos de formação profissional, de seminários, de colóquios e conferências tornaram-se importantes, em termos de formação da população e na sua adaptação à mudança de sistema económico (Capítulo V).

---

[620] O Eng.º Camilo de Mendonça tinha sido apelidado «apóstolo da região», e «a sua obra no nordeste foi de apoio ao ressurgimento nacional». In O distrito de Bragança...Op. cit., (30/9/73), pp. 1 e 4.

[621] CASEIRO, António - Plano de Fomento Agrícola Regional. *NM*. Mirandela. (5/6/60). pp. 1 e 6.

CAPÍTULO V - MEMÓRIAS CULTURAIS

1 - Introdução

As memórias culturais analisadas no presente capítulo ajudarão a verificar o respectivo ajustamento às características gerais apresentadas pela população portuguesa e a comprovar até que ponto foram limitadoras de melhores condições de vida das populações rurais.

As memórias culturais da região transmontana, à semelhança das restantes regiões do país, andam ligadas a uma sociedade tradicional, dedicada aos valores simbólicos (família, comunidade, Pátria, História, heróis, religiosidade, três EFES, toque do sino, Casa Portuguesa...), e a valores imateriais e invisíveis, em que o passado não estava separado do presente.

As migrações e a maior abertura da economia e da sociedade portuguesas provocaram alterações que proporcionaram o lançamento de um outro tipo de sociedade: a sociedade moderna e industrial. Este tipo de sociedade começou a promover o desenraizamento, bem como o gosto pelos objectos antigos, pelos objectos banais que continuamente passaram a ser produzidos.

Duas épocas distintas fizeram relançar dois tipos diferentes de cultura (a tradicionalista e elitista[1], anterior aos anos 60; a moderna, industrializada e consumidora de bens de cultura, posterior a esta data), sem que o aparecimento de uma pressupusesse o desaparecimento da outra. Os dois tipos de cultura sempre conviveram e se mantiveram vivos nas práticas e na permeabilidade do povo português.

Na primeira época, a propriedade funcionou, entre as comunidades rurais do norte do país, como uma forma de poder que ou promoveu ou condicionou o acesso à cultura. Aqueles que as possuíam tinham condições favoráveis à apreensão de formas culturais elitistas, além de passarem a gozar de um capital cultural que podia ser mobilizado para melhorar a respectiva posição social; aqueles que as não possuíam viam-se colocados numa situação de dependência, ficavam «de fora da instrução» e viam-se muito condicionados no acesso à cultura[2].

Os modos de transmissão cultural do primeiro tipo de cultura foram essencialmente orais, pelo que as populações não manifestaram capacidade para uma assimilação organizada «dos

---

[1] Salazar defendia que os estudos mais avançados estavam destinados apenas às elites (um escol que definiria «com eficiência o pensamento e a vida da Nação» In GARNIER, Op. cit., p. 107), aos restantes bastava-lhes pouco mais que saber ler, escrever e contar. A partir de 1960 e da reforma de Veiga Simão, surgiu uma escola aberta a um leque maior de alunos que se prepararam para a vida activa, em cursos médios (técnicos...) e superiores. De inculcadora de valores e de normas, relacionados com o Estado Novo e com os seus ideais, a escola passou a ser formadora (anos 60) e massificadora (após o 25 de Abril).

[2] RAMOS, Op. cit., pp. 1088 e 1110.

elementos importados da grande tradição cultural»[3]. Durante esse tempo, o Estado foi construindo e equipando algumas escolas, numa tarefa contida, obtendo, em alguns casos, a ajuda de particulares.

Segundo Rómulo de Carvalho, os chamados "postos de ensino", criados em 30 de Novembro de 1931, foram «mais um instrumento da iniciativa da ditadura, em prol da diminuição do número de iletrados, ou seja da resolução do chamado problema do analfabetismo»[4]. Esses postos foram também criados na região transmontana e os candidatos a regentes sujeitaram-se a «Exames de aptidão», na respectiva sede de distrito[5].

O povo devia ser ensinado a ler, por duas razões essenciais: «em primeiro lugar, para se obter "ordem nos espíritos", em segundo lugar, e muito secundariamente, a fim de que o povo adquirisse certas aptidões rudimentares»[6]. Na concepção de Salazar, o povo português precisava pouco mais do que saber ler e contar, pois, dessa forma, seria mais facilmente dominado.

Lenta e gradualmente, o analfabetismo foi diminuindo não só no país, mas também no distrito de Bragança, onde atingiu valores um pouco superiores e uma redução mais diminuta:

Quadro V.1

Taxas de analfabetismo em Portugal e no distrito de Bragança (1900-1970)

Analfabetismo (%)								
Áreas territoriais	**Anos**							
	1900	**1911**	**1920**	**1930**	**1940**	**1950**	**1960**	**1970**
Portugal *	74,5	70,3	66,2	61,8	49	40,4	30,3	20,5
Distrito de Bragança **	H-71,3 M-88,7	H-69,9 M-85,5	H-67,7 M-81,9	H-63,7 M-77,3	H-51,1 M-65,7	H-39,3 M-52,3	H-31,5 M-39,5	

Fonte: * CORREIA, Luís Grosso - «Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação». O sistema educativo no Estado Novo. *Revista Ler História*. Lisboa: ISCTE/CEHC, nº 35 (1998), p. 86.
** RAMOS, Rui – Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo. *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 103-104 (1988), pp. 1115 e 1116 (base de cálculo).

[3] PINTO, Op. cit., p. 88.

[4] CARVALHO, Rómulo de - *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 736. O analfabetismo devia-se, de acordo com alguns autores, às seguintes causas: «...os agricultores não viam utilidade nos estudos dos filhos e como o esforço escolar entrava em contradição, por outro lado, com a disponibilidade de recurso ao trabalho infantil, não admira que se verificassem, em diversas zonas do interior, baixos índices de frequência e elevadas taxas de abandono precoce da escolaridade obrigatória». In ALMEIDA, Op. cit., p. 267. A opinião de Serras e Silva, transmitida a Garnier, era de que, em Portugal: «todos os homens na força da idade não querem perder tempo a ir à noite à escola. As nossas crianças ainda não adquiriram o hábito de trabalhar com os livros ou então são desviados da escola pelas famílias [...] em Portugal os salários muito baixos obrigam os pais a mandar trabalhar os filhos, quando ainda são pequenos, privando-os assim de toda a instrução». In GARNIER, Op. cit., p. 107.
Outros autores que fornecem indicações sobre esta temática: MÓNICA, Maria Filomena - *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (a Escola Primária salazarista: 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença/ Gabinete de Investigações Sociais, 1978; OLIVEIRA MARQUES, Op. cit., pp. 460, 505, 506 e 521. SERRÃO, Joel – Estrutura Social, ideologias e sistemas de ensino. In *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp.32 e ss.

[5] Exames de aptidão para Regentes de Postos de Ensino, na sede de distrito. *NM*. Mirandela. (3/2/57), p. 2. O jornal dava conhecimento da realização desses exames, em Bragança, «no dia 11/2/57».

[6] MÓNICA, Op. cit., p. 117.

A tarefa da educação, ao longo do Estado Novo, esteve reservada família, à escola e ao meio social[7]. A escola permitiu aos habitantes do mundo rural «entrar em cheio na sociedade envolvente»: modificou a autonomia das populações e preparou «os caminhos da emigração e do êxodo, e ao mesmo tempo os da penetração cultural, através da imprensa e dos diferentes media»[8]. A escola primária tentou ainda espalhar as ideias nacionalistas, as normas e os ensinamentos, considerados essenciais para o regime.

A partir dos anos 50, houve um esforço na educação, a ponto desta passar a figurar nos Planos de Fomento (Quadros IV.1, p. 218 e V.2, p. 353). Entre os factores que explicam o aumento de escolarização da sociedade portuguesa, incluem-se: «as crescentes exigências de qualificação impostas pela actividade económica e pela própria legislação»[9].

Quadro V.2

Indicadores culturais e de educação
(em % da população total)

	Número de estudantes		Diplomados		Visitantes	
	Primário (crianças)	Superior	Primário (crianças)	Superior	Bibliotecas	Museus
1936 – 45	6,940	0,129	0,625	0,0142	6,61	4,46
1946 – 58	**8,422**	**0,197**	**0,959**	**0,0198**	**10,11**	**9,18**
1959 – 65	**9,880**	**0,309**	**1,510**	**0,0257**	**17,89**	**17,27**
1966 – 73	**10,982**	**0,541**	**1,807**	**0,0397**	**31,27**	**29,59**
1974 – 79	10,212	0,837	1,928	0,1042	41,06	27,04
1980 – 91	9,361	1,002	1,853	0,1086	–	46,80

Fonte: NEVES, João L. César das – O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XXIX, nº 128 (1994), p. 1032.

Os anos 60 e inícios de 70 marcaram a preparação da sociedade portuguesa [10], abrindo-lhe as portas no ensino, na cultura – aumentou a frequência de bibliotecas e as visitas aos museus (Quadro V.2) –, na indústria e nas várias actividades económicas. A industrialização tornou necessária a formação de quadros médios e superiores e a extensão da formação, a nível do operariado.

Houve uma maior aposta na educação secundária, e um alargamento dos estudos, pois muitos alunos ficavam apenas com a 4ª classe. Surgiu a telescola e investiu-se no ensino técnico,

[7] GARNIER, Op. cit., p. 109.
[8] MENDRAS, Op. cit., p. 118.
[9] ALMEIDA, Op. cit., p. 267. Em 1957, a 4ª Classe tornou-se obrigatória para os rapazes com idade inferior a 13 anos.
[10] Obs.: muitos jovens começaram a estudar, em finais das décadas de 60 e de 70. A educação de massas, que se acentuou após o 25 de Abril, dava os primeiros passos, denunciando a preparação de uma mudança na sociedade portuguesa, o que viria a lançar as bases da vida actual da Nação. Na sociedade rural, arreigada ao campo, lançaram-se, nessas décadas, as bases de transformação: o abandono dos campos; o desejo de vencer a miséria; a procura de novos postos de trabalho; novos conceitos de urbanidade; maior interesse pela cultura e pela educação...

para preparar o país para a viragem no sistema económico que se pretendia. O período mais representativo deste crescimento educativo ficou ligado à reforma de Veiga Simão.

A sociedade sentiu-se limitada, em todo este percurso, pelo fraco poder aquisitivo de bens essenciais e de bens de cultura, pelo que, inicialmente, só os mais ricos prosseguiram estudos, tendo-se verificado uma viragem, de 1966 a 1973 (Quadro V.2, p. 353).

O crescimento económico do país, as decrescentes expectativas na agricultura e o aparecimento de novas oportunidades de emprego no comércio, na indústria e nos serviços, passaram a atribuir uma função promocional da escola. As famílias acabaram por dispensar a mão-de-obra infantil, apesar de lhes afectar a execução dos trabalhos da terra, porque esse sacrifício se tornou inevitável[11] e porque se passou a reconhecer a importância do capital escolar.

Criaram-se mais escolas e aumentou a frequência do ensino agrícola, comercial e industrial. Os estabelecimentos de ensino particular implantaram-se onde o ensino oficial não conseguia chegar em toda a sua extensão.

Surgiu a necessidade de formação profissional, a criação de cursos complementares e de institutos e a tentativa de aumentar a frequência no ensino superior.

A escola primária desempenhara, durante a I República, um papel fundamental na formação de cidadãos, através da adopção de uma certa simbologia e de um conjunto de práticas: o culto da pátria e os cultos a ela associados (a bandeira, o hino e os heróis nacionais), a festa da árvore e os batalhões escolares.

O culto da Pátria constituiu a essência da "religiosidade" cívica republicana. «É o patriotismo que se apresenta, em grande medida, como alternativa aos cultos e rituais do catolicismo, unificando e subordinando a si os restantes discursos veiculados no terreno educativo»[12].

Com o Estado Novo, quase todos esses valores são aceites e a herança cultural dos portugueses passou a ficar marcada pelos seguintes princípios, considerados basilares: «Deus (religiosidade), Pátria, Autoridade (Estado), Família (célula base do Estado) e Trabalho (ruralismo)»[13].

A materialização do sobrenatural, os ritos e os actos externos do culto extasiaram os portugueses: peregrinos; devotos da eucaristia, de Santa Maria, a mãe de Deus, e de N^{a}S^{a} de Fátima; defensores do ideal cristão da caridade e da ajuda mútua.

---

[11] ALMEIDA, Op. cit., p. 267.
[12] PINTASSILGO, Joaquim – A Educação Moral e Cívica no Currículo da Escola Primária Republicana – O Debate no Movimento Pedagógico. In MAGALHÃES, Justino (org.). *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho, 1996, p. 160.
[13] SALAZAR, Op. cit., p. 54.

O fado definiu o temperamento do português, pois «Duas faces tem o fado (a da angústia e a da brejeirice)»[14]. O fado era um lenitivo para o regime salazarista, porque era fatalista e falava da existência de um destino, aquele que se prendia com o domínio de espaços deixados pelos entes coevos.

O futebol tornou-se numa espécie de «ópio do povo» e, embriagando os portugueses, impedia que se preocupassem com os seus verdadeiros problemas. A alienação da população favorecia o regime, uma vez que desviava as atenções em que vivia: a miséria, a fome e a repressão.

Fado, Fátima e Futebol interligaram-se com o saudosismo, com o destino português e com a nostalgia. A oposição democrática da época atribuía tanta importância ao fado, como a Fátima e ao futebol que lhes chamava «os três efes».

O regime envolveu as populações em determinados parâmetros culturais, entre os quais são de destacar: o programa Alegria no Trabalho (a FNAT); os serões para trabalhadores; os CAT's; a cultura popular (bibliotecas itinerantes, associações culturais, jogos tradicionais, simbolismos) e a cultura religiosa (procissões, romarias, peregrinações, festas populares, tradições, usos e costumes...)

A herança cultural que as populações rurais foram adquirindo deu-lhes "coesão", reforçou a cooperação, foi motivo de "resistência" e evitou mudanças rápidas na prática social[15]. O isolamento geográfico da região trasmontana possibilitou, até, o desenvolvimento de uma cultura e de uma identidade próprias, constituindo «uma das matrizes mais importantes da cultura portuguesa»[16].

A televisão[17] e a rádio, bem como os jornais e revistas, controlados pela censura, só aos poucos se foram tornando mais acessíveis e mais generalizados, abrindo as portas da informação

---

[14] DACOSTA, Op. cit., p. 40.

[15] ALMEIDA, Op. cit., pp. 41 e 308.

[16] F.B. – III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. In *Pessoas e Lugares*. Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader + [Em linha]. II Série, nº3, Out. 2002, p. 16. Lisboa: INDE. [Consult. 6 Ag. 2006]. Disponível em: <URL: http:// www.idrha.pt/pl/jornalpl03.pdf>.

[17] A ideia da televisão foi vista com relutância por Salazar, porque a considerava "uma janela aberta por onde entra o cosmopolitismo, capaz de corromper o povo com outras ideias e apagar a identidade nacional", e com entusiasmo por Marcello Caetano que a conseguiu impor em 1955.
Em Setembro de 1956, realizaram-se emissões experimentais no recinto da Feira Popular de Lisboa.
Em 7 Março de 1957, a RTP passou a emitir com regularidade, a partir de um estúdio improvisado no Lumiar, em Lisboa, em que todos os programas de estúdio eram emitidos em directo. A televisão começou a criar as primeiras vedetas televisivas e a audiência aumentou, apesar do elevado custo dos televisores, que custavam entre oito a nove meses de salários de um trabalhador não qualificado. Até final de 1958, havia no país mais de 32 mil aparelhos vendidos.
Em 1958, Salazar fez a abertura da campanha eleitoral para a Presidência da República, através de um discurso transmitido em directo por esta via de comunicação.
Em 1959, abriu o Estúdio do Norte do país, em Vila Nova de Gaia, e surgiu o Telejornal. Camilo de Mendonça, responsável da União Nacional e amigo pessoal de Marcello Caetano, foi nomeado 1º presidente da RTP e Domingos de Mascarenhas, um integralista, director de programas.

e da cultura. Nos anos 60, a televisão começou a atrair a atenção de muitos mirandelenses e carrazedenses que passaram a assistir aos seus programas nos bares e nos cafés[18].

Nesta data, «a média de aparelhos de rádio por mil indivíduos era de 102 para o conjunto do país; esta média era baixa, porém, para menos de metade, nos seguintes distritos: Braga, **Bragança**, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu». A televisão foi introduzida durante o decénio e conheceu uma expansão muito rápida, mesmo nos meios menos evoluídos. O acesso aos espectáculos, como meio de aquisição de cultura, traduzia também uma desigualdade no país: «9.991 espectadores/ano/mil habitantes, em Lisboa; 5.040, em Setúbal; 4.183, em Faro; 3.697, no Porto, em contraste com as posições inferiores da escala: Viseu com 533, Guarda com 499 e **Bragança com 246**»[19].

Ao longo do Estado Novo, foram publicados em Mirandela os seguintes jornais: O Anunciador (nº 1: 5/1/1927); O Imparcial (nº 1: 15/4/1930); Renovação Nacional (nº 1: 30/6/1937), O Lavrador Transmontano (n/d); Notícias de Mirandela (nº 1, 2ª fase: 1/1/1957)[20]; Jornal Além Douro (nº 1: 23/10/1969) (Anexo 1, Vol. II, p. 4)[21]. As populações dos concelhos de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães tiveram a possibilidade de se informar, através destes jornais e de outros jornais nacionais, como: o Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro, o Comércio do Porto, A Voz, O Século...

Todos estes jornais e algumas revistas, apesar de controlados pela censura, foram uma fonte informativa de acontecimentos e ajudaram a preparar a mudança de uma sociedade e de uma economia tradicional, com recurso a padrões mais modernos: mentalidade aberta à inovação, à formação profissional e à aquisição de saberes; métodos mais modernos de cultivo, de escoamento da produção e de organização dos lavradores.

Fizeram a cobertura de conferências regionais, divulgaram novas culturas, bem como: a utilização da maquinaria, dos adubos, de sistemas de rega, dos apoios à agricultura e da resolução de problemas para solucionar a crise desta actividade; o ensino; a acção da FGLNT na região; a expansão dos transportes e das vias de comunicação e a quebra do isolamento de muitas aldeias e de lugares da região transmontana; a chegada de algumas infra-estruturas; a acção das

---

Em 1969, começou a sentir-se uma renovação nos programas da RTP, mas a actuação da censura funcionou de forma activa, até às vésperas da "revolução dos cravos". In LOURENÇO, Ana; COSTA, Elisabete; TEIXEIRA, Teresa – *A grande expansão da televisão* [Em linha]. Fórum Média: revista do curso de comunicação social. ISPV-ESEV, nº5. (Nov. 2003). [Consult. 30 Jul. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.ipv.pt/forumedia/5/24.htm>.

[18] «Finalmente fomos contemplados com este benefício. Encontram-se montados dezenas de televisores, sendo o resultado agora verificado, de certo modo satisfatório, visto serem captadas com nitidez as respectivas imagens. Por todos os lados, especialmente nos bares e cafés da vila, nota-se uma grande afluência de público a assistirem aos programas, o que vem comprovar o interesse da televisão na vida moderna». In Televisão. *NM.* Mirandela. (21/8/60), p. 3 (Anexo 53, Vol. II, p. 117).

[19] SILVA, Maria Manuela da – Assimetrias espaciais do Progresso no Continente Português. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. II, nº 6 (1964), pp. 298-299.

[20] Obs.: jornal consultado para este trabalho que ainda se mantém em publicação.

[21] É provável que ainda se publicasse o jornal Correio de Mirandela, que entrou na 2ª fase de publicação em 1921. «O jornal mais lido nas aldeias era O Primeiro de Janeiro». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004.

Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia, dos Grémios da Lavoura e de organismos sedeados em Mirandela ou em Bragança; a evolução política e histórica do país: as eleições e o recenseamento eleitoral; a tomada de posse do chefe de Estado e de membros do governo (central e local) e as remodelações ministeriais; a guerra colonial; as visitas de personalidades importantes à região; as inaugurações de obras públicas; a acção do governo; a guerra no ultramar e o embarque de tropas; a independência de Goa, Damão e Diu; as visitas a Portugal da rainha Isabel II de Inglaterra e do papa Paulo VI...; e informaram ainda sobre a evolução histórica internacional.

Os centros privilegiados de lazer e de transmissão de informações e de cultura, no espaço rural, foram os seguintes lugares: tabernas, cafés, barbearias, CAT, largos e Casas do Povo...

2 - As memórias sobre a dinâmica cultural na região

A FNAT — Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho — foi criada no dia 13 de Junho de 1935, inspirada nos modelos italiano (Opera Nazionale Dopolavoro)[22] e alemão (Kraft durch Freude)[23]. O início desta organização partiu da iniciativa de uma comissão, nomeada pelos sindicatos bancários, empregados de escritório e caixeiros de Lisboa, que estavam interessados na criação de uma colónia de férias, na Costa da Caparica[24].

Esta instituição superou as mudanças históricas e a queda do regime e foi a maior instituição nacional de lazer social, tendo assumido um papel determinante na promoção da cultura, do desporto e do turismo populares.

O diploma aprovado pelo Decreto-Lei 31.036, de 28/12/1940, previa o funcionamento de refeitórios económicos e uma maior acção no âmbito da cultura e do lazer, designadamente: fomentar e desenvolver a cultura associativa; criar cursos culturais e horas de arte; organizar conferências e palestras radiofónicas; instalar bibliotecas populares; animar visitas a monumentos, museus e outros locais de interesse histórico, técnico ou didáctico; promover não só sessões de cinema e representações teatrais de carácter popular, mas também cursos de ginástica e educação física, festas desportivas e recreativas; fundar colónias de férias e impulsionar passeios, excursões e viagens[25].

O arranque dos primeiros campeonatos nas modalidades de futebol, atletismo, natação, tiro, pingue-pongue e voleibol aconteceu a partir de 1941, envolvendo centenas de atletas, além da elevada assistência de público[26].

A FNAT, apercebendo-se da difusão que a rádio tinha, então, no mundo rural, incentivou a aquisição de telefonias e soube utilizar este meio de comunicação e de propaganda. Um acordo celebrado com a Emissora Nacional permitiu começar, «a 16 de Maio de 1941», o 1º Serão Cultural e Recreativo para trabalhadores, na Fábrica de Loiça de Sacavém[27].

Estes serões, além de apostarem na qualidade dos espectáculos, incluíam duas orquestras, uma sinfónica e outra ligeira, e artistas da rádio e do teatro, razão mais que suficiente para justificarem êxito obtido nos diferentes locais por onde passavam: Ginásio do Liceu Camões (Lisboa), fábricas, oficinas e outros espaços na província. Em 1941, realizaram-se «23 serões para cerca de 18.500 espectadores e em 1944 registaram-se 128 serões»[28].

---

[22] Obra Nacional depois do Trabalho
[23] Força pela Alegria
[24] LAMBELHO, Glória – INATEL: setenta anos de cultura, desporto e turismo social. *Tempo Livre*: Lisboa, INATEL, revista nº 161 (Junho 2005). p. 13.
[25] LAMBELHO, Op. cit., pp. 14-15.
[26] LAMBELHO, Op. cit., p. 16.
[27] LAMBELHO, Op. cit., p. 17.
[28] LAMBELHO, Op. cit., p. 17.

O jornal NM, de 28/8/60, deu conhecimento da realização de um «Serão para trabalhadores, em Mirandela, no Estádio Municipal de S. Sebastião»[29], cujo elenco artístico deixou a melhor das impressões.

No dia 27/7/61, pelas 22 horas, voltou a realizar-se, no mesmo estádio, o 381° serão para trabalhadores, organizado pela FNAT, a convite da Câmara Municipal de Mirandela, e dedicado aos trabalhadores de Mirandela[30].

O Estádio registou uma grande afluência de público que manifestou a boa disposição que o alegrava, sublinhando as diversas apresentações com calorosos aplausos. O programa foi animado pelo locutor Manuel Aragão, conhecido do público português, que contou algumas anedotas divertidas.

O serão foi animado por: artistas convidados – Henrique Cimeiro, Adelina Silva, Alcina Amaral, Catalina Valério, Horácio Reinaldo, Vília Maria, Manuel Morais e Maria da Conceição —; o guitarrista Humberto Guimarães e o violista Mário Lopes; o conjunto de Maria Albertina e a orquestra de variedades da FNAT que, sob a direcção do maestro Rezende Dias, foi muito aplaudida[31].

Também se realizaram muitos espectáculos de teatro, com orfeão e com grupos corais, folclore, bandas, tunas e sessões de cinema educativo e recreativo a itinerar pelo país. Muitas destas acções foram fruto da dinâmica exercida pelos Centros de Alegria no Trabalho (CAT), formados por grupos de trabalhadores que, para o aproveitamento útil dos tempos livres, desenvolviam acções de carácter cultural e recreativo, turístico e desportivo, que a FNAT criou e federou, a partir dos anos 40[32]. O CAT do Cachão foi criado, tendo em vista tais propósitos (Capítulo III, ponto 3.4, p.172).

A FNAT estendeu progressivamente a sua acção, através do país, com a criação de delegações e de subdelegações, às quais competia cooperar no estudo e na execução de todas as iniciativas distritais. As delegações eram, quase sempre, dirigidas pelo delegado do INTP da área, pertencente ao mesmo ministério da FNAT, e coadjuvadas por um conselho com representantes dos sindicatos, grémios e Casas do Povo locais. Bragança foi contemplada com uma delegação. Mirandela teve, em 5/4/66, por despacho ministerial, um Centro de Recreio Popular da FNAT. A comissão organizadora desse Centro reuniu nos Paços do concelho, dia 7/6/66, e propôs-se concretizar, entre outros serviços locais, a criação de uma piscina e de um ringue de patinagem, a implantar ao fundo do Parque do Império, junto ao ginásio-sede[33].

---

[29] Serão para trabalhadores. *NM*. Mirandela. (28/8/60), p. 4.
[30] Serão para trabalhadores. *NM*. Mirandela. (27/8/61), p. 6.
[31] Serão... Op. cit., (27/8/61), p. 6.
[32] LAMBELHO, Op. cit., pp. 17-18.
[33] REIS, Rogério - Mirandela e o centro da FNAT. *NM*. Mirandela. (21/5/67), p. 1.

Alegria no trabalho

A prática do «pobrete, mas alegrete» era veiculada pelo regime, tentando promover uma constante dedicação ao trabalho. Por isso, era defendido que «quem nunca pôde, não soube ou não quis dedicar-se com amor ao trabalho, jamais conseguiu ter alegria; e quem não sabe ser alegre, nunca soube também o que é verdadeiramente viver»[34].

A alegria de viver estava no trabalho e este era a fonte de todas as riquezas, porque, quem trabalhava, «produzia alguma coisa»[35]. Este princípio levou à transmissão de programas recreativos, através da rádio, que acabaram por promover a Alegria do Trabalho e o convívio e os serões para trabalhadores e por transmitir, um pouco para todo o país, os valores da música ligeira e do nacional cançonetismo.

Tempos livres: as conversas de soalheiro

As conversas de soalheiro são a imagem cultural de um tempo social, vivido e partilhado no espaço rural. Nestas conversas, havia o encontro de velhos e de mulheres da aldeia, e de outras pessoas, e eram abordados os assuntos mais diversos e «mais palpitantes da terra»[36], numa espécie de partilha e de actualização da vida em comunidade (Anexo 16, Vol. II, p. 32).

Como não havia jornal escrito na terra, elaborava-se uma espécie de gazeta falada para o substituir, mantendo, desta forma, a aldeia unida, pois havia: informações diversas, actualizações de notícias e de acontecimentos, conflitos, intriga, dramas, dificuldades, abundância...[37] A memória colectiva da aldeia ficava purificada, pois, através da conversa, a aldeia construía uma história contínua de si própria: todos retratavam, todos eram retratados e o acto de retratar nunca tinha fim[38].

Era a imagem do pequeno mundo rural, onde todos se conheciam, sabiam o que se passava e, então, tudo virava assunto de conversa: escândalos locais, a vida alheia, os namoros, os segredos, actos de malvadez ou de benemerência, a desgraça de uns e a prosperidade de outros[39].

---

[34] ROCHA, Ferreira da - Alegria no trabalho. *NM.* Mirandela. (28/11/65), p. 1.
[35] ROCHA, Op. cit., (28/11/65), p. 1.
[36] GONÇALVES, João - Conversas de soalheiro na aldeia. *NM.* Mirandela. (4/2/68), p. 2.
[37] Esta forma de actualização do que acontecia na aldeia era típica de comunidades ibéricas, tal como ocorria em Belmonte de los Caballeros: «everything that people do or fail to do finds a place in their conversation... These gatherings are real court sittings which evaluate, approve (though rarely), upbraid, denigrate, sentence, and sometimes absolve». In LISÓN-TOLOSANA, Carmelo – Belmonte de los caballeros: anthropology and history in a Aragonese community. In FREUDENBERG, Christopher D. - *Process in social Boundaries: a study of processes in the isolation of selected rural and urban communities* [Em linha]. (MA thesis, 1970: Universidade de Sussex). [Consult. 7 Abr. 2006]. Disponível em: <URL: http:// www.anthrobase.com/Browse/Cit/L/carmelo_lison-tolosana.htm>.
[38] CONNERTON, Op. cit., p. 20.
[39] GONÇALVES, Op. cit., (4/2/68), p. 2.

A cultura religiosa: festas e romarias

A forte religiosidade impregnou o sentimento dos fiéis da região que acorriam às manifestações religiosas (festas e romarias, procissões, celebrações eucarísticas, encontros de movimentos cristãos, peregrinações ...), reavivando práticas, cumprindo promessas, pedindo protecção e renovando o ciclo da vida e do encontro com a "divindade".

A cultura popular inspirou-se no cerimonial da aldeia que era preciso restabelecer todos os anos. A invocação só ganhava significado com os festejos em honra dos santos, acabando por se tornar numa imagem que fazia apelo à memória e à renovação.

A cultura popular foi-se enriquecendo com: as tradições, que se tentaram perpetuar, através dos anos; os arraiais, a banda a tocar, o baile, o foguetório a rebentar; a reunião de conterrâneos, a viver fora da aldeia, mas que ali acorriam na altura das festas; as romarias e procissões; as canções tradicionais; os contos, os mitos e as lendas...

Foi todo um cerimonial de representação que tinha que ser visto para ser sentido e ter valor. As festas eram uma ocasião em que a população da aldeia dava sentido ao seu passado e em que se reforçavam os laços comunitários e familiares. E representavam a simbiose entre o sagrado (a missa, a procissão e a bênção das ruas da aldeia, e dos alimentos...) e o profano (a refeição comunitária, o baile, o arraial, a banda filarmónica, o exercício das mordomias, a transferência dos cargos, a feira, carros de choque e outras diversões...)

A igreja celebrava e continua a celebrar estas festas, escolhendo-se sempre os locais mais simbólicos de culto, normalmente em honra do santo padroeiro, que permitem não só a reintegração dos migrantes na vida da aldeia, mas também um fortalecimento de todos os seus elementos, através de um encontro de memórias e do estreitamento de laços sociais, numa comunidade que todos os anos se junta para se reencontrar e para festejar[40].

As aldeias em estudo realizaram também as suas festividades, as suas festas anuais, em honra dos seus santos protectores: Cachão, em honra de Santo Isidro; Coleja, em honra de Santa Luzia e o Romeu, em honra de N^{a}S^{a} de Jerusalém do Romeu.

As romarias de N^{a}S^{a} da Assunção e de N^{a}S^{a} do Amparo continuaram a marcar a vivência religiosa regional e a atrair populações de outras locais do país, porque eram celebrações seculares e evidenciavam momentos de vivência de práticas da fé.

[40] A festa religiosa possuía uma forte expressão na vida da comunidade da aldeia: «...is fundamentally an outburst of community spirit bound up in traditional religious motives which penetrate the outer layers of family life and friendship. Dozens of people, whether children of the town who live outside it, or simply friends who have never lived there, come every year to celebrate it». A festa em honra do patrono era também importante para reforçar laços sociais: «There is much participation at the religious festivals of the town's religious patrons when the parish achieves its highest outward expression of community life». In LISÓN-TOLOSANA, Op. cit.

O Santuário de NªSª da Assunção, a poucos quilómetros de Vila Flor, continuou a ser um local de romaria, de festa e de peregrinação todos os anos, no dia 15 Agosto, em honra da virgem que deu o nome ao santuário. Ali acorriam peregrinos de todas as bandas, orantes de agradecimentos ou fazendo súplicas, aproveitando para fazer um passeio turístico pela região, os de mais longe, ou para se recrearem, os de mais perto.

O santuário, «relíquia turística, prenda valiosa que os nossos antepassados ergueram e nos legaram e pela qual pouco ou nada se tem feito do que gorda exploração económica»[41].

Durante a festa, realizava-se uma majestosa procissão, que saía de Vilas Boas até à capela da NªSª da Assunção, e havia uma feira de gado[42].

Em Mirandela, no 1º sábado do mês de Agosto de cada ano, realizava-se a festa em honra de NªSª do Amparo: uma romaria centenária e popular, em honra da padroeira do concelho, que atraía forasteiros e peregrinos de toda a parte do país, em especial do distrito, terminando estas concorridíssimas cerimónias com o deslumbrante espectáculo do fogo de artifício. Estas festas tinham uma grande projecção, eram consideradas mais importantes que as do S. João de Braga[43] e eram «as mais lídimas manifestações de valor regional, perpetuando a chama de um tradição que a orgulha e enobrece»[44].

As romarias tradicionais, no concelho de Carrazeda de Ansiães, animaram a fé, a religiosidade e as vivências locais: a Festa de Santa Eufémia (15 e 16 de Setembro), na Lavandeira e a Festa em Honra de Nª Sª da Saúde (último fim-de-semana de Julho), no Mogo de Ansiães e no Mogo de Malta.

A vivência da forte religiosidade, em torno de NªSª de Fátima, caracterizou o Portugal do Estado Novo, de uma forma muito abrangente.

Em 1958, estiveram no santuário de Fátima um milhão de peregrinos[45].

Em 1965, a imagem peregrina de Nª Sª de Fátima passou por Mirandela, prosseguindo a visita às diferentes localidades da diocese de Bragança, mesmo aos aglomerados mais distantes e pequeninos. A imagem foi aguardada no largo da estação da CP, todas as ruas por onde passou foram atapetadas e a população mostrou uma profunda devoção pela Senhora de Fátima.

A imagem era acompanhada por um missionário que fez o sermão, presidiu à récita do terço e levou a imagem de visita a alguns lugares de Mirandela, entre os quais a cadeia[46].

---

[41] FONSECA, Nascimento - Todos: por todos. *NM.* Mirandela. (28/1/68), p. 2.
[42] FONSECA, Op. cit., (28/1/68), p. 2.
[43] REIS, R., Op. cit., (6/6/65), p. 1.
[44] REIS, Rogério - 40 anos de progresso. *NM.* Mirandela. (7/8/66). p. 6. Outra festividade religiosa com uma longa tradição é a Festa de Nª Sª do Ó, em Golfeiras, Mirandela.
[45] Um milhão de peregrinos em Fátima. *NM.* Mirandela. (19/1/58), p. 1.
[46] Visita da Sª de Fátima. *NM.* Mirandela. (4/4/65), pp. 1 e 3.

A cultura popular e as suas crenças

A cultura popular estava impregnada de superstições e de uma certa magia, pelo que havia muita gente que metia «na cabeça às crianças que há [havia] medo, papões e outras coisas mais»[47].

Havia também relatos de águas milagrosas, de águas que tiravam o medo e faziam bem ao raquitismo das crianças[48].

O angaranho, engaranho ou ingaranho atacava as crianças e não as deixava desenvolver normalmente. Para as curar, era tradição mergulhar a criança na Fonte dos Engaranhados, na água considerada milagrosa. A criança devia ser mergulhada nove vezes, proferindo-se, ao mesmo tempo, uma reza[49] (Anexo 36; Fig.36.3, Vol. II, p. 68). Vale da Sancha (Frechas) teve uma destas fontes, construída provavelmente em 1588, e Golfeiras (Mirandela) também teve uma.

A Capela do Espírito Santo ou de Nª Sª de Lurdes, em Frechas, do último quartel do séc. XX, possui um Santuário que acolhe multidões que se deslocam para conhecer a fonte de águas milagrosas que, segundo dizem, consegue curar as doenças que a medicina não cura.

No dia de São Bartolomeu, dia 24 de Agosto, era costume irem banhar as crianças que sofriam de raquitismo, na Fonte Santa, de águas milagrosas, na Coleja. O banho tinha de ser dado por quatro Marias, duas de um lado e duas do outro.

As crianças eram colocadas na água, em cruz, levadas e trazidas em silêncio. As Marias diziam uma reza[50] e as crianças raquíticas, que ali se banhavam, «se robusteciam e se desenvolviam»[51]: «...a Fonte Santa, lá em baixo, onde as pessoas se iam banhar, que isso é da minha recordação. A gente daquelas terras ia para ali com uns caldeiros, e até eu fui, e tomávamos lá os banhos e, quando saíam de lá, já vinham a andar pelo pé deles, já não iam a andar com as muletas. E as crianças que bebiam daquela água ficavam logo curadas»[52].

---

[47] BESSA, João de Deus - Bruxarias e fantasmas. *NM.* Mirandela. (16/3/58), p. 1.

[48] REIS, R., Op. cit., (4/9/60), p. 1.

[49] Reza proferida em Frechas: «Angaranho vai-te daqui/ que esta água vai atrás de ti/ Em louvor de Deus e da Virgem Maria/ Um Padre-Nosso e uma Avé-Maria». In *PORTUGAL SÉCULO XXI - Distrito de Bragança.* 2ª Ed. [CD-ROM 1]. Matosinhos: O nosso país. 2001.

[50] Reza proferida na Fonte Santa: «São Bartolomeu te livre/ Desta tua enfermidade/ Esta cruz nós fazemos/ À Santíssima Trindade». In *PORTUGAL SÉCULO XXI - Distrito de Bragança.*, Op. cit.

[51] AGUILAR, Op. cit., p. 55.

[52] Entrevista nº 1, Coleja: 2004. Aguilar faz referência, no seu livro, a estas águas: «há uma fonte santa com águas milagrosas para as crianças raquíticas que, no dia de S. Bartolomeu, ali se banhavam, se robusteciam e se desenvolviam. Ainda hoje, os da outra banda do rio Douro ali vão encher vasilhas para uso caseiro e medicinal.» In AGUILAR, Op. cit., p. 55.

Figuras que ajudaram a promover o mundo rural: a mãe, o padre e o professor

A mãe

A sociedade atribuía uma diferença de papéis ao homem e à mulher. A mulher tinha tempo para cuidar da casa e educar os filhos[53], pelo que a formação dos jovens dependia da forma como ela desempenhava essa função: se as mães tinham consciência do seu papel, os filhos seriam «os maravilhosos homens do futuro, exemplos dignificantes no meio da sociedade»; mas, se pelo contrário, a não tinham «pobres desses filhos, homens e mulheres de amanhã»[54].

O pai assumia o seu estatuto sobre a família e exercia um domínio total sobre a mulher e sobre os filhos, mas estava ausente[55] da educação dos filhos. O pai partia para a guerra colonial, para a emigração ou, então, partia para o trabalho diário, para arranjar dinheiro e sustento para a família. Mesmo à noite, após um dia de trabalho, ia até à taberna e entregava totalmente a educação dos filhos à esposa.

E esta dicotomia assumida deu azo a que o perfil comportamental e psicológico dos portugueses tivesse muito a ver com este envolvimento.

A figura do pai ausente da educação dos filhos levou a um desequilíbrio frágil na maneira de resolver as situações. O Portugal do Estado Novo tinha a ver com este princípio: o amor dedicado à mãe, à terra-mãe, à pátria-mãe, ao lar...

A invocação a Nª Sª de Fátima, como mãe protectora, tem também a ver com esta devoção de carinho a envolver a mãe e os filhos.

Depois de sair da escola, era a mãe que ajudava os filhos a fazer os trabalhos de casa, havendo grande partilha de vivências familiares. A mãe tinha a "magia" de saber orientar a família e invocava a figura do pai em situações difíceis. A mãe era a dona da chave da casa e por ela passavam muitos dos problemas familiares (Anexo 16, Vol. II, p. 32).

Apesar disso, o pai era o chefe de família, aquele que ganhava para o orçamento familiar, mas era a mãe que geria esse dinheiro e pagava as contas do agregado familiar.

Nesta atribuição de papéis, aceites pelos intervenientes neste processo, havia uma compensação de papéis, uma partilha de funções, uma criação de estereótipos e de um *status*.

O jornal "O Século" lançou, em 1964, uma campanha valorizadora das mães portuguesas que abrangia todo o país, as antigas províncias ultramarinas e a colónia portuguesa radicada no

[53] Obs.: o cuidado que a mãe dedicava à educação dos filhos traduziu-se num forte apego da parte destes.
[54] ROCHA, Ferreira da - Penosa missão de educar: uma recordação. *NM*. Mirandela. (20/2/66), p. 6.
[55] Obs.: o pai estava ausente de casa e da educação dos filhos, tendo como função exercer uma actividade fora de casa, para sustentar a família. A educação era uma das funções da mulher, num quadro social de referência, em que ela era um pilar da sociedade. Para além da educação, a mãe também transmitia valores.

Brasil. O objectivo desta celebração era trazer a figura da mãe ao «1° plano das atenções do mundo português, numa exaltação dos seus méritos, numa gratidão pelo amor e sacrifício»[56].

A figura da mãe portuguesa era central, durante o Estado Novo, daí a grande projecção desta eleição em todos os espaços referidos, onde ela educava os seus filhos no amor pela terra e preenchia o seu mundo de saudade.

Os filhos deviam dar o voto a sua mãe e os homens ou mulheres que a tivessem perdido, podiam votar «noutra mãe que tivesse merecido a sua admiração e ternura». De entre as mães eleitas em cada província, seria escolhida uma entre elas, no dia 8 de Dezembro, numa cerimónia de confraternização, para que «reinasse como a mãe daquele ano», até ao ano seguinte[57].

O padre

Entre as figuras ilustres e distintas de uma aldeia, salientavam-se: o brasileiro, o professor, o médico e o padre. No entanto, o padre levava vantagem aos restantes: impunha-se pelo saber; do altar ou do púlpito era o único que podia falar, censurar, atacar; imiscuía-se na vida íntima do camponês, ouvindo-lhe as culpas em confissão, casando-lhe a filha, sepultando-lhe os mortos e era a presença mais procurada junto do leito, quando a vida ameaçava extinguir-se[58].

A mentalidade de uma aldeia, o seu progresso e o seu futuro estavam essencialmente nas mãos do padre, daí tornar-se indispensável que ele tivesse: uma boa formação; uma conduta exemplar, que devia reflectir, através da sua acção; estar actualizado e apto a compreender os problemas do seu semelhante e pronto a estender-lhe a mão, quando precisasse[59].

O Professor Primário

O Professor Primário desempenhou, durante o Estado Novo, um papel marcante na preparação dos «caminhos da vida»: «Ensinou a História, o conhecimento elementar das questões fundamentais da vida, a higiene, a promoção da saúde, o bem e a beleza, como condição à vida, (...) e à eternidade, o verdadeiro significado do amor, nas suas afinidades com a família e com a sociedade, o respeito pela memória dos que fizeram Portugal...», e por aqueles que, naquela altura, lutavam pela defesa das ex-colónias[60].

---

[56] Eleição da mãe portuguesa de 1964. *NM.* Mirandela. (22/11/64), p. 3
[57] Eleição...Op. cit., (22/11/64), p. 3.
[58] NOZELOS, Nuno de - O padre da aldeia. *NM.* Mirandela. (25/7/68), p. 39.
[59] NOZELOS, Op. cit., (25/7/68), p. 39.
[60] CABRAL, António P. da Silva (Prof.) - O Professor primário mentalizador e benemérito. *NM.* Mirandela. (26/9/65), pp. 1 e 3 (transcrito de Correio da Feira, n° 3471 de 18/9/65).

O professor era uma «autoridade responsável e fecundo servidor do Estado», «mentalizador e benemérito» das comunidades rurais e, como tal, contribuiu, com a sua obra, para a educação, para a promoção da saúde e da higiene e para a melhoria desses meios. O Estado Novo reconheceu o papel desempenhado pelos professores e, por isso, alguns deles foram «condecorados no dia da raça»[61].

Outras memórias culturais da região mirandelense

O jornal NM deu a conhecer outras memórias, outras manifestações culturais, enquadradas na época: o respeito pelo Pai e pela Mãe[62]; a instalação de um posto emissor na serra de Bornes para melhorar a captação das emissões da RTP, em Macedo de Cavaleiros e em Mirandela[63]; a programação de televisão passou a figurar no jornal[64]; a criação e a referência a algumas actuações do Rancho Folclórico de S. Tiago[65]; a propaganda Turística de Portugal[66]; serões culturais; festas e romarias; usos e costumes; o acesso ao ensino, à educação e à cultura; a realização de conferências, colóquios e cursos de formação; a formação de Adultos...

Nos anos 60, o turismo apareceu como uma fonte de riqueza e de descoberta da região transmontana e o concelho de Mirandela passou a ser visitado por turistas nacionais e estrangeiros, pois possuía um vasto valor monumental, paisagístico e culinário (Capítulo II, ponto 5, p. 134 e ss. e Capítulo III, ponto 5.2.2, p. 197 e ss.).

A obra de beneficiação da área urbanística e habitacional de Vale de Couço (1960), de Vila Verdinho (1963) e do Romeu (1966), passou a ser visitada por turistas e poderia servir de paradigma para outras aldeias[67]: uma casa condigna, embora modesta, para cada família; o aspecto acolhedor e higiénico da povoação; a eliminação de factores repulsivos que contribuíam para as migrações; a instalação de alguns valores culturais: Casa do Povo, Museu de Curiosidades, monumentos, guias turísticos da área do Romeu...

---

[61] CABRAL, Op. cit., (26/9/65), pp. 1 e 3.
[62] SOCIEDADE DE PROFILAXIA SOCIAL-O respeito que se deve ter ao Pai e à Mãe.*NM*.Mirandela.(7/6/59), p. 1
[63] «A RTP estava a instalar na serra de Bornes um posto emissor que melhoraria as condições de recepção em Macedo de Cavaleiros e em Mirandela, pelo que esteve um jipe com técnicos da RTP na zona de S. Miguel, em Mirandela, para fazer testes de recepção». In Radiotelevisão. *NM*. Mirandela. (20/9/59), p. 3. «Vem aí a televisão». In Anúncio publicitário: vem aí a televisão. *NM*. Mirandela. (17/7/60), p. 2.
[64] Veja na Tv. *NM*. Mirandela. (7/1/71), p. 5.
[65] Ainda o Rancho Folclórico de S.Tiago. *NM*. Mirandela. (5/4/64), p. 6.
[66] Propaganda Turística de Portugal. *NM*. Mirandela. (25/8/57), p. 1.
[67] O NM completa esta ideia, afirmando: «É imperioso promover a extensão desses casos a outras aldeias e povoados do concelho onde a pobreza é aflitiva, a salubridade comprometedora, o saneamento inexistente e o abastecimento de água medíocre». In REIS, R., Op. cit., (1/5/66), p. 1.

3 - As memórias sobre a evolução do ensino/educação no distrito de Bragança

A análise de dados, relacionados com o ensino e com a educação no distrito de Bragança, permitirá verificar se a aposta do governo do Estado Novo foi essencial para habilitar os cidadãos desta área territorial e para preparar a sua inserção na vida activa.

O ensino e a educação, que até aos anos 60 estavam muito reservados às elites, viram alterar-se este cenário, após esta data, com o aumento de frequência dos vários ramos de ensino, e com a descoberta, por parte da sociedade, de um capital cultural. O ensino, a educação e a cultura só viriam a tornar-se um bem de consumo e de cultura de massas, após o 25 de Abril.

A análise dos dados, relativos ao ano lectivo de 1956/57, é esclarecedora do movimento escolar registado, naquela data, no distrito de Bragança:

Quadro V.3

Movimento escolar no distrito de Bragança: 1956/57

Escolas	Escolas		442
	Postos escolares		345
Alunos	Matriculados, sem exame da 3ª		20. 796
	Matriculados, facultativamente, com exame da 3ª		4.798
	1ª Classe		8.061
	2ª Classe		3.115
	3ª Classe		6.541
	4ª Classe		3.430
Aproveitamento	Transitaram	Da 1ª para a 2ª	5.350
		Da 2ª para a 3ª	4.978
	Propostos a exame da 3ª	Total	4.801
		Faltaram	41
		Foram eliminados	643
		Aprovados	4.117
	Propostos a exame da 4ª	Total	2.618
		Faltaram	47
		Foram eliminados	297
		Aprovados	2.274
	Aproveitamento	Geral	16. 719 (68,2%)
		1ª	66,3%;
		2ª	77%
		3ª	62,9%;
		4ª	62,2 %.
		Matriculados	95,6%
		Eliminados na 3ª	13,5%,
		Eliminados na 4ª	11,5%;

Fonte: Movimento escolar no distrito 1956/57. *NM.* Mirandela. (13/10/57), p. 1.

Os dados do quadro revelam algumas características importantes:

- a existência de quase tantas escolas como postos escolares;

- a percentagem de alunos "eliminados" na 3ª Classe: 13,5%;

- a percentagem de alunos reprovados na 4ª Classe: 11,5%;

-o número de alunos que faltaram a estes exames: 3ª Classe (41 alunos) e 4ª Classe (47 alunos);

-um número substancial de alunos matriculados, sem terem o exame da 3ª Classe;

-a matrícula facultativa de alunos que tinham concluído a 3ª Classe;

-a diferença significativa de 3.111 alunos, entre os matriculados na 3ª e na 4ª Classes.

Os dados traduzem uma realidade: um número preocupante de reprovações; o abandono escolar e a tendência para muitos destes alunos terem ficado analfabetos; a dificuldade em concluir a 3ª Classe e em prosseguir estudos, após a 3ª e, mesmo após a 4ª Classe. Muitas crianças do sexo feminino deixaram de frequentar a escola, uma vez concluída a 3ª classe.

A taxa de analfabetismo no distrito de Bragança tinha sido significativa: em 1950 de 39,3% (sexo masculino) e de 52,3% (sexo feminino), entre 1950/57 de 54% e em 1960 de 31,5% (sexo masculino) e de 39,5% (sexo feminino) [68] (Quadro V.1, p. 352).

Em 1957, a 4ª Classe tornou-se obrigatória para as crianças do sexo masculino, com idade inferior a 13 anos[69] e passou a ser necessária para: ser admitido ao serviço no comércio ou na indústria, para menores de 21 anos; o exame de condução de veículos automóveis; as competições desportivas de carácter oficial ou de campeonato; ingressar nos lugares do Estado; a concessão do abono de família: as crianças do sexo feminino precisavam de ter ficado aprovadas no exame do ensino primário elementar (3ª classe: 1º grau) e as do sexo masculino, no exame da 4ª classe (2º grau) [70].

Quadro V.4

Exames realizados em 1958: Carrazeda de Ansiães e Mirandela

Exames				
	Carrazeda de Ansiães		Mirandela	
3ª Classe	**338** alunos propostos		**683** alunos propostos	
4ª Classe (2ºGrau)	**210** candidatos	3 júris	**455** candidatos	6 júris

Fonte: Direcção Escolar de Bragança. *NM.* Mirandela. (6/7/58), p. 2.

[68] Em 1963, apenas 28,9% dos alunos tinham concluído a instrução primária. In REIS, R., 1968, pp. 139 e 143. A taxa de analfabetismo evoluiu no país, da seguinte forma: 69,7%, em1911; 66,2%, em 1920; 61,89%, em 1930 e cerca de 32,5%, em 1960. In MARQUES, Op. cit., p. 358.

[69] Obrigatoriedade da 4ª Classe do Ensino Primário. *NM.* Mirandela. (6/10/57), p. 6.

[70] Obrigatoriedade...Op. cit., (6/10/57), p. 6.

Apesar da 4ª Classe se ter tornado obrigatória, os candidatos submetidos a exame de 3ª Classe, no ano lectivo de 1957/58, continuaram a ser em número mais expressivo do que os submetidos a exame da 4ª Classe, quer no concelho de Carrazeda de Ansiães, quer no de Mirandela (Quadro V.4, p. 368).

A observação da frequência escolar e das aprovações no Ensino Primário, no distrito de Bragança, durante o decénio 1957/58 a 1966/67, serve para dar uma ideia de como foi evoluindo o ensino neste distrito:

Quadro V.5

Frequência escolar no distrito de Bragança: 1957/1967

Recenseamento escolar		Frequência Escolar							
Ano	Totais E.P.	Ano	Totais EP	Aprova-ções EP	Admissão 1ª Classe	Aprova-ção 4ª Classe	Ensino Liceal		ECIB
							Oficial	Particular	
1957	25 420	1957/58	25 395	6 049	7 864	2 519	880	332	309
1958	25 803	1958/59	25 534	7 544	7 861	3 010	885	665	526
1959	26 284	1959/60	26 295	3 495	7 663	3 495	979	770	529
1960	26 277	1960/61	26 496	3 825	7 974	3 825	1 126	852	628
1961	26 069	1961/62	26 787	4 104	8 547	4 104	1 230	1 024	747
1962	25 723	1962/63	26 520	4 140	7 950	4 140	1 340	944	918
1963	25 105	1963/64	25 803	4 236	7 506	4 236	1 473	1 158	1 022
1964	25 535	1964/65	25 307	4 467	7 426	4 467	1 522	1 216	1 226
1965	23 587	1965/66	24 130	4 247	7 000	4 247	1 544	1 214	1 303
1966	22 313	1966/67	23 618	3 993	6 066	3 993	1 654	1 021	1 316

ECIB: Escola Comercial e Industrial de Bragança
EP: Ensino Primário
Fonte: REIS, R., Op. cit., pp. 138 e 144.

Durante o decénio analisado, registou-se a seguinte frequência total de alunos, no distrito de Bragança: Ensino Primário 255.885 (42.107 aprovados e 3.696 reprovados); ensino liceal oficial 12.633; ensino liceal particular 9.196; Escola Comercial e Industrial de Bragança 8.524; Escola Técnica de Mirandela 385; Escola Técnica de Moncorvo 68. Há a acrescentar a estes valores os 1.233 alunos que frequentavam os Seminários Diocesanos (Vinhais e Bragança), em 1966/67[71].

Os dados do Quadro V.5 mostram uma disparidade entre o número total de alunos recenseados no Ensino Primário (252.116) e a frequência total (255.885), podendo este fenómeno ficar a dever-se, segundo Reis, a dois factores: «a construção de barragens no rio Douro» e o êxodo rural[72].

[71] REIS, R., pp. 24 e 139.
[72] REIS, R., p. 139. As pessoas que estiveram envolvidas na construção de barragens abandonavam essas áreas, após a sua conclusão, levando consigo os filhos, o que fez diminuir a frequência escolar.

O governo teve de intervir para solucionar os problemas da educação e para responder às necessidades da população escolar, pelo que foram construídas centenas de escolas primárias por todo o país[73] e os livros para a 1ª, 2ª e 3ª Classes tornaram-se livros únicos[74].

O Ensino Primário era a base da cultura e, até aos anos 60, era o único grau mais acessível ao povo rural.

Os dois concelhos em estudo apresentaram, entre 1955 e 1960, as seguintes indicações, em matéria escolar:

Quadro V.6

Dados relativos ao ensino nos concelhos de Carrazeda de Ansiães e de Mirandela

		Carrazeda de Ansiães	**Mirandela**
Alojamentos para educação		24	48
População (dos 0 aos 14 anos)		4 602	10 178
Ensino Primário (de 1955 a 60)	Salas de aula	52	107
	Cantinas	2	3
	Alunos	1 565	3 390

Fonte: X Recenseamento Geral da População. Lisboa: INE (dados transcritos por REIS, Rogério - Temas económico-sociais V: O fomento educacional do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (25/12/66), p. 4).

A análise dos dados revela:

-o escasso número de cantinas escolares, numa zona economicamente débil;

-no número de alojamentos para educação, tem de se englobar também os edifícios do ensino particular, porque nem sempre era possível, que uma criança dos povos mais afastados do distrito, pudesse frequentar o ensino oficial;

-a diferença existente entre a população em idade escolar e o número daqueles que frequentavam o Ensino Primário era significativa. Estava subjacente, nesta análise, a dificuldade económica das famílias, a necessidade de recorrer aos filhos para trabalhar na agricultura, para guardar o gado ou para ficar em casa a cuidar de irmãos mais novos, e o fraco poder económico para manter os estudos (livros, alojamento, alimentação, transportes, vestuário, materiais escolares...).

Os níveis de bem-estar social e de emprego tinham muita importância, pois o subemprego e a insegurança impediam os responsáveis de educar convenientemente os seus descendentes.

[73] Foram construídas «centenas de escolas primárias, satisfazendo a todos os conceitos higieno-pedagógicos aplicáveis a este grau de ensino»: «425 novos edifícios escolares» em 1958 e 435, em 1959.In A difusão do ensino em Portugal. *NM*. Mirandela. (31/5/59), p. 3.

[74] Ensino Primário: livros únicos para a 1ª, 2ª e 3ª classes. *NM*. Mirandela. (31/8/58), p. 1.

O analfabetismo[75] tinha sido combatido, desde a I República e, durante o Estado Novo, as crianças passaram a frequentar obrigatoriamente a escola, o que lhes dava conhecimentos e outras possibilidades. Mas essa tarefa ficava dificultada, porque as Escolas Primárias estavam a funcionar com muitas deficiências, pelo menos no meio rural, pois em quase todas elas havia a falta de: «uma Cantina capaz de fornecer uma refeição frugal, elementar aquecimento, calçado mesmo grosseiro e o mínimo de agasalho»[76].

O fracasso escolar de muitos jovens era, muitas vezes, atribuível às condições desfavoráveis em que viviam[77]: muitas crianças andavam descalças[78], sofriam com a «fome» e as «duras inclemências do tempo». Não havia «infantários, anexos às escolas primárias», que amparassem crianças «dos 3 aos 7 anos», que vigiassem «a sua saúde moral e física», que orientassem «os divertimentos», que tornassem agradável a sua entrada na escola, ao mesmo tempo que as defendessem dos «perigos da rua e da vadiagem»[79].

Não havia, em muitos lugares, residências para as professoras, o que se traduzia em prejudiciais consequências pedagógicas e sociais. Como no meio rural não havia habitações adequadas, muitas vezes, «em vez da professora influir no meio e de o elevar», acabava por ser vítima da acção deste, «acabando por ver afectado o seu prestígio e prejudicada a sua missão»[80].

O aumento populacional e a escassez de professoras do Ensino Primário fizeram com que o Estado recorresse, como já vimos, a uma solução de emergência: à criação de postos escolares de ensino e a regentes escolares. A posição de regente foi aproveitada por algumas mulheres, porque se tornavam dignas do respeito público e porque garantiam dinheiro, «apenas com metade do trabalho, o dobro de que auferiam em pequenas jeiras, nas suas terras»[81]. Porém, era fundamental que lhes fosse ministrada uma elementar formação social e pedagógica.

O Ministro da Educação Nacional defendera em 1960, que «a família, a igreja e a escola» eram as mais importantes instituições educativas da sociedade e que se devia encontrar aspectos de «entendimento e de colaboração entre elas»[82].

Em Fevereiro de 1963, o jornal Diário de Lisboa assinalava, na sua nota do dia, que havia uma falta de sequência nas múltiplas e parcelares reformas, empreendidas nos diversos graus de ensino[83].

---

[75] Obs.: muita gente não sabia ler nem escrever e pedia aos vizinhos ou a crianças para lhes escreverem ou para lhes lerem as cartas dos familiares ausentes.
[76] REIS, Rogério - Ensino Primário. *NM.* Mirandela. (17/1/60), p. 1.
[77] O fracasso escolar de não poucos jovens é muitas vezes atribuível às condições desfavoráveis em que vivem. *NM.* Mirandela. (30/11/69), p. 5.
[78] REIS, Rogério - Ensino Primário. *NM.* Mirandela. (10/11/63), p. 1.
[79] REIS, R., Op. cit., (17/1/60), p. 1.
[80] REIS, R., Op. cit., (17/1/60), p. 1. Nas três aldeias do presente estudo havia uma residência para a professora.
[81] REIS, R., Op. cit., (17/1/60), pp. 1 e 4.
[82] REIS, R., Op. cit., (17/1/60), p. 4.
[83] Cit. por REIS, Rogério - Um problema nacional. *NM.* Mirandela. (3/11/63), p. 1.

O crescimento económico do país (Capítulo IV) devia ser acompanhado pela ampliação da educação, uma vez que os dois sectores eram inseparáveis um do outro.

Em 1963, registou-se algum avanço em Portugal no domínio da educação e o Estado teve de vencer os problemas, já referidos: «a falta de edifícios, a escassez de professores e a instabilidade ou atraso de métodos de ensino». Para além de salas funcionais e de recreios adequados, faltava «material didáctico moderno, a cantina, o terreno que nos meios agrícolas permita [permitisse] o contacto escolar com a natureza e, sobretudo, a habitação decente para os agentes de ensino»[84].

As escolas, na sua maior parte, estavam equipadas «com 10% de carteiras, velhos mapas, tenebroso quadro preto, pequena caixa com artigos de pesos e medidas» e poucas recorriam aos seguintes recursos educativos: «biblioteca, jogos, palestras, passeios de estudo, confraternizações e o ensino pela imagem (máquina de filmar própria ou cedida e televisão)». As «orelhas de burro» tinham desaparecido e ia «morrendo a palmatória»[85].

A 4ª classe obrigatória era demasiado curta e não havia elasticidade dos currículos, de modo a que o ensino se adaptasse às exigências dos diferentes meios onde era ministrado. Os alunos precisavam de uma mais ampla bagagem de conhecimentos, havendo mesmo alguns que concluíam a 4ª classe e mal sabiam ler[86].

Em 1963, a percentagem da população escolar do distrito de Bragança, em relação à população residente, era de 1,2% no ensino liceal e de 0,6% no ensino técnico, valores inferiores à média registada no país que era de 1,4% no ensino liceal e de 1,4% no ensino técnico[87]. A percentagem de requerentes a exame de admissão, em relação às inscrições na 4ª classe, tinha sido de 28,9 % [88]. Estes dados são reveladores da baixa taxa de alunos que frequentavam o ensino secundário e daqueles que prosseguiam estudos, após a 4ª Classe.

Em 1964, a situação educativa era grave no país e na região, devido essencialmente a problemas de carácter económico: o Estado enfrentava os gastos da guerra colonial; os municípios, na sua grande maioria, estavam pobres, sem verbas e endividados; e a maioria das famílias portuguesas, dispondo de escassos recursos, não possuía fundos para custear, em larga escala, a educação[89].

No ano lectivo de 1965/66, o Ensino Primário conheceu uma certa «extensão» no distrito de Bragança, pois foi servido por 547 professores e 288 regentes e abrangeu o seguinte número

---

[84] REIS, R., Op. cit., (3/11/63), p. 1 e REIS, R., Op. cit., (10/11/63), p. 1.
[85] REIS, R., Op. cit., (10/11/63), p. 1.
[86] REIS, R., Op. cit., (3/11/63), p. 1.
[87] COSTA, Silva - Portugal: país macrocéfalo. *Diário de Lisboa*, 28 de Novembro a 7 de Dezembro de 1969. In *NORDESTE*, Op. cit., nº 15 (Dez. 1966), p. 33. Esses valores eram os seguintes, nos distritos tomados como comparação (ensino liceal e ensino técnico): Vila Real: 1% e 0,9%; Porto: 1,6% e 1,7% e Lisboa: 2,6% e 2,5%.
[88] In revista *Análise Social*, cit. por REIS, R., Op. cit., (25/12/66), p. 4.
[89] REIS, Rogério - A educação: batalha de sempre. *NM*. Mirandela. (23/2/64), p. 4.

de alunos[90]: 1ª classe 7.157; 2ª classe 5.991; 3ª classe 5.662 e 4ª classe 5.727. No decurso do Plano de Fomento Intercalar (1965-67), foram construídas 82 salas de aula para este nível se ensino e, em 1967, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais abriu concurso para a edificação de mais 49.

O ensino técnico acompanhou o surto de desenvolvimento do país e, em 1964[91], apesar das dificuldades referidas, recebeu um impulso notável, tendo-se registado os seguintes valores:

Quadro V.7

Escolas do Ensino Secundário em Portugal: 1964

	Escolas Técnicas	Liceus
Nº de escolas	Mais de 100	40
Verbas	241 mil contos	138 mil contos

Fonte: Progresso e ensino. *NM*. Mirandela. (25/7/64), p. 35.

O número mais elevado de Escolas Técnicas, se comparado com o número de Liceus, ficava a dever-se à enorme procura deste tipo de ensino, pois o desenvolvimento do país justificava uma preparação de técnicos. No distrito de Bragança, o ensino técnico registou, igualmente, uma procura considerável, em 1966/67, de acordo com os valores apurados nos exames de admissão[92]: Liceu de Bragança 959; Escola Comercial e Industrial de Bragança 756; Secção Liceal de Mirandela 213; Escola Técnica de Mirandela 206 e Escola Técnica de Moncorvo 95.

O ensino, a educação e a cultura, no distrito de Bragança, contaram também com: outros estabelecimentos de ensino (Escola do Magistério Primário, ensino particular[93], Seminários e Centro de Reeducação de Crianças com Atraso Mental[94]) e o apoio das seguintes instituições: Casas do Povo, Museu Abade de Baçal, Biblioteca Museu de Vila Flor, Museu de Curiosidades do Romeu (criado em 1964), e Fundação Calouste Gulbenkian[95].

---

[90] REIS, R., Op. cit., (25/12/66), p. 4. «Em 1967, havia no distrito de Bragança 529 professores e 251 regentes, 527 escolas e 247 postos de ensino. Ao todo, cerca de 900 salas de aula e 40 cantinas escolares, sendo irrisória a média de cantinas (3,3 por concelho), num distrito que conta 12 concelhos e abrange 648 povoações». In REIS, R., pp. 139-140.

[91] No orçamento para o ensino técnico-profissional do ano lectivo de 1963/64, apenas tinham sido incluídos, para o total das escolas do país: 515 professores efectivos, 544 professores adjuntos e 147 auxiliares. In Progresso...Op. cit., (25/7/64), p. 35.

[92] In REIS, R., p. 24.

[93] Em 1967, este tipo de ensino abrangia 12 colégios e externatos. In REIS, R., p. 144.

[94] Começou a funcionar, em Bragança, a partir do ano lectivo de 1965/66. In REIS, R., Op. cit., (25/12/66), p. 4.

[95] A Fundação Calouste Gulbenkian tinha a funcionar, no país, «129 bibliotecas fixas e 57 itinerantes» e desempenhou uma importante acção de assistência, ao financiar alojamentos escolares na capital de distrito. In REIS, R., p. 42.

3.1 - As memórias sobre a evolução do ensino em Mirandela

A agricultura portuguesa, para se desenvolver e subsistir, precisava de ver satisfeitos três requisitos: o ensino, a colaboração social e o aperfeiçoamento tecnológico. O concelho de Mirandela teve uma preparação educativa e cultural que acabaria por ajudar a população na mudança económica que se iria instalar na região, ao mesmo tempo que as alterações se processavam no país. Tal preparação, teve a ver com: as escolas construídas (ensino primário e ensino secundário: Liceu e Escola Técnica – esta com secção agrícola e secção comercial e industrial —, os cursos e conferências realizados, a acção mobilizadora da FGLNT e da Casa Menéres, dos grémios da lavoura e dos vários organismos instalados em Mirandela, ligados à agricultura e à pecuária...

Em Mirandela, houve preocupação em preparar e em apoiar as pessoas, nas actividades ligadas à agro-pecuária, pelo que foram desenvolvidas as seguintes concretizações[96]:

- 29/10/1891: **Estação Especial de Sericultura**, para habilitar pessoal nos serviços de incubação e criação de sirgo, na produção de casulos e sementes, no conhecimento das doenças mais vulgares do bicho-da-seda e na cultura da amendoeira;
- 30/6/1898: **Estação Sericícola e Laboratório Tecnológico**;
- 27/10/1898: **Estação Transmontana de Fomento Agrícola**, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da lavoura e artes agrícolas da Província de Trás-os-Montes, bem como o arroteamento, colonização e cultura de terrenos baldios, incultos e pousios, no sentido de desenvolver a riqueza agrícola e obstar à emigração;
- 17/8/1912: **Posto Agrário de Mirandela**, para realizar o estudo de: plantas hortícolas e forraginosas; variedades de oliveiras e de azeites; castas de videiras nacionais e estrangeiras, uvas de mesa, uvas passas, vinhos e seus derivados; processos de conservação, de secagem e de acondicionamento de frutas; operações sericícolas e a criação de sirgo para sementagem (ensino prático);
- 20/5/1927: **"Escola Agrícola Móvel de Menezes Pimentel"**, para implementar o ensino agrícola móvel, especialmente prático, difundindo entre os agricultores o conhecimento dos melhores processos culturais, zootécnicos e tecnológicos;
- 12/7/1930: **Estação Sericícola de Menezes Pimentel**, para realizar o estudo directo e a investigação de todos os assuntos, relativos ao desenvolvimento da sericicultura e sericitecnia, como da assistência técnica;

[96] ESTEVES, Ilídio António (Eng.º Agr.) - Mirandela, sede das principais delegações económico-agrícolas; o seu estabelecimento agrícola mais antigo. *NM*. Mirandela. (10/2/57), pp. 1 e 6.

▪ 16/11/1936: **Brigada Técnica da III Região Agrícola**, para prestar assistência técnica, fomento, estudo, experimentação e demonstração; fazer a preparação profissional de trabalhadores rurais; dar resposta a consultas e análises elementares. Foi evocada, nesta época, a necessidade de criar uma "Escola Prática de Agricultura", à semelhança da de Santarém, com o fim de habilitar operários rurais que pudessem servir como feitores e mestres, nos diversos ofícios e artes agrícolas;

▪ 1959: **Os terrenos da Quinta de Carvalhais deixaram de ser explorados pela Brigada Técnica da III Região,** para passarem para a Escola Prática de Agricultura do Nordeste Transmontano[97]. Mirandela possuía excelentes condições geográficas para ser um grande centro de múltiplas actividades comerciais, industriais e agrícolas; «...a criação de uma outra mentalidade agrícola entre os agricultores, justificará [justificaria] o florescimento em Mirandela de uma escola que possa [pudesse] vir a formar Regentes Agrícolas e a prestigiar o meio agrário e, bem assim, a contribuir para os melhores dias das esquecidas populações rurais»[98].

▪ 1959: **Posto Meteorológico de Valongo**, da Brigada Técnica da III Região -Mirandela[99];

▪ 1959: **Escola Prática de Agricultura[100] do Além Douro Transmontano**, instalada na Quinta de Carvalhais, a cerca de 3 km Mirandela, perto da estação de caminhos-de-ferro de Carvalhais. Esta escola, de extraordinária importância para a valorização da região, fora incluída no programa de empreendimentos do II Plano de Fomento e entrou em funcionamento, no ano lectivo de 1960/61 [101].

A fertilidade dos terrenos da Escola Prática de Agricultura, dos terrenos do vale do Tua e seus afluentes e, ainda, da Quinta do Convento, uma quinta experimental onde se produzia fruticultura de muita qualidade, tornavam Mirandela numa espécie de «oásis», inserida na Terra Quente.

---

[97] «No Cartório Notarial de Mirandela, efectuou-se, no passado dia 23/10/59, pelas 15 horas, a escritura da compra das propriedades da "Quinta de Carvalhais", aos Ex.^{mos} senhores José Arroyo Nogueira Pinto e Dr. José Leite Nogueira Pinto "Conde de Leça". A importância despendida pelo Estado com a aquisição daqueles terrenos foi de 1.787.800$00, intervindo na respectiva compra o Ex.^{mo} Chefe da Secção de Finanças, senhor Agostinho Ribeiro Branco Júnior e os senhores José Arroyo Nogueira Pinto e Ernesto Medeiros, este último por procuração do senhor Dr. José Leite Nogueira Pinto, pela parte vendida.» In Escola Agrícola. *NM.* Mirandela. (25/10/59), pp. 1 e 3.

[98] Formação Agrícola. *NM.* Mirandela. (8/11/59), pp. 1 e 3.

[99] Escola Agrícola. *NM.* Mirandela. (18/10/59), p. 1.

[100] Houve uma disputa entre Bragança e Mirandela para a localização desta escola numa destas localidades. O Mensageiro de Bragança defendia a sua localização em Bragança, pela maior «riqueza agro-pecuária de Bragança, em relação a Mirandela, conta [ndo] a seu favor um excesso da ordem dos 20.000 contos anuais, mesmo sem referir as suas enormes reservas florestais, culturas pratenses e a castanha», além de «A célula agro-pecuária mais rica do nosso distrito é [ser], incontestavelmente, o concelho de Bragança». In *O Mensageiro de Bragança*, nº 715. (2/5/1958). O NM respondeu a esse artigo com dados comparativos (Anexo 42, Vol. II, p. 100), tendo concluído que «o concelho de Mirandela era mais rico, pois a «sua» área é [era] mais produtiva» e apresentava «maior rendimento por Km^2: Bragança 83.428$00; Mirandela: 128.302$00», para além do tipo de culturas que caracterizavam ambas as terras» (Quadro IV.10, p. 242) e que favoreciam a região de Mirandela. In Esclarecendo...Op. cit., (18/5/58), pp. 3 e 4. Esta escola técnica profissional veio a ser criada em Mirandela, pelo Decreto-Lei nº 42.739, publicado no Diário do Governo nº 290-I Série, de 18/12/59.

[101] A Escola Prática de Agricultura de Mirandela. *NM.* Mirandela. (1/1/60), p. 1 e SARMENTO, A. Figueiredo - Ensino oficial agrícola, comercial e industrial. *NM.* Mirandela. (8/1/61), p. 1.

Os primeiros diplomados pela Escola Prática de Agricultura, no fim do ano lectivo de 1963/64, eram apenas 8 agentes rurais, dos 28 alunos que se tinham matriculado, pela 1ª vez, em Outubro de 1960. O número era escasso, se considerarmos que a escola tinha em vista servir a mais vasta das regiões agrícolas do país, a III: dispunha de uma área de 10.387 Km^2, marcadamente agrícola; a percentagem da população que se ocupava no sector primário era de 73,4%, nos distritos de Bragança e Vila Real; as percentagens do PIB, que provinham daquele sector, eram de: 72,5% no distrito de Bragança e 57,2% em Vila Real[102].

▪ 1963: **«Jornadas Agrícolas: semana de estudos regionais»**, divulgadas pela Escola Agrícola, que tinha em estudo a criação de uma comissão de coordenação para o aproveitamento das crianças que mostrassem qualidades para aquele tipo de ensino[103].

Se a formação profissional representava a chave da «política social», «o melhoramento do ensino ministrado aos filhos dos agricultores constitui [constituía] o complemento indissociável de uma política de progresso agrícola bem compreendida»[104].

A organização corporativa do distrito de Bragança podia igualmente contribuir para a elevação educacional das populações, uma vez que, em 1965, abrangia: «16 Grémios, 4 sindicatos, 36 casas do Povo, 1 caixa de Previdência. Estes organismos englobavam 57.279 associados e beneficiários»[105].

Na opinião do NM, a acção dos grémios da lavoura não deveria apenas limitar-se a «ser meramente burocrática ou mercantil», pois poderia ser, ao mesmo tempo, «informativa, formativa e técnica», colaborando, deste modo, com todos os meios de ensino e de cultura. Idênticas funções deveriam ser atingidas pelas Casas do Povo[106].

▪ Em 1963, o NM apelava à criação urgente de uma escola industrial e comercial, no concelho de Mirandela, uma vez que a falta daquele tipo de ensino era «um facto cada vez mais doloroso e agudo» e representaria «um dos poderosos meios de progresso regional e o seu melhor complemento», ao aproveitar e valorizar a mão-de-obra local[107].

No distrito de Bragança, havia apenas uma escola dessas, na capital de distrito, à qual tinham concorrido, no ano lectivo de 1963/64, «735 alunos de ambos os sexos»[108]. A escola era frequentada por cerca de mil alunos, número considerado excessivo para a época.

Uma vez que estava em marcha, por todo o país, uma «revolução industrial», esta não poderia aproveitar à generalidade dos portugueses, nem fomentar em bases sérias o

---

[102] Progresso...Op. cit., (25/7/64), p. 35.
[103] REIS, Rogério - Jornadas agrícolas. *NM.* Mirandela. (27/10/63), p. 1.
[104] REIS, R., Op. cit., (27/10/63), p. 1.
[105] REIS, R., Op. cit., p. 151.
[106] «Muito proprietário julgava ver na instituição engrenagem nociva». In REIS, R., Op. cit., (27/10/63), pp. 1 e 6.
[107] REIS, Rogério - Educação e Ensino. *NM.* Mirandela. (18/8/63), p. 1.
[108] REIS, R., Op. cit., (18/8/63), p. 1.

desenvolvimento regional, se não fosse acompanhada de uma profunda obra de educação e de ensino[109].

Enquanto em alguns países europeus o ensino secundário ou liceal se ia tornando obrigatório e gratuito, entre nós essa regalia dizia apenas respeito ao ensino primário, apesar de esquecido, algumas vezes, no meio rural.

Um relatório da UNESCO dera conta de que «Portugal era um dos países em que mais acentuado incremento se registava [registara] no ensino», o que significava uma «prometedora recuperação» do país, a este nível, e uma "batalha" que era preciso acelerar[110].

- 1964: **Escola Técnica de Mirandela**, estabelecimento de ensino técnico profissional que incluía duas secções: uma agrícola, outra industrial e comercial. A Escola Prática de Agricultura de Mirandela constituía a secção agrícola e na secção industrial e comercial eram ministrados os cursos de electromecânico, formação feminina e geral de comércio. O ensino do ciclo preparatório seria organizado, nas duas secções, se a frequência o justificasse[111].

- Em 1965, o **CAICA**, empreendimento que continuava a ser erguido na região, poderia vir a constituir um «enquadramento de extraordinária importância para o ensino técnico-agrícola»[112]. O CAICA e a atracção de estudantes para frequentar a escola técnica e a secção liceal contribuíram para a explosão populacional de Mirandela[113].

- Em 1965, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa passaram a defender o ensino técnico agrícola médio, para o que seria necessário: captar alunos, principalmente entre os bons alunos dos ensinos profissionais, garantindo-lhes a sequência de estudos, através da concessão de bolsas, em larga escala, e intensificar a construção e a adaptação de edifícios de diferentes graus de ensino e o seu apetrechamento.

A desproporção que se verificava, na frequência dos diversos sectores do ensino técnico, fica comprovada pela análise dos seguintes dados: «nos cursos médios, aos 140 alunos formados pelos institutos comerciais e industriais, há a juntar os 80 regentes agrícolas e aos 13.942 diplomados pelas escolas comerciais e industriais, devem opor-se os 49 das escolas de Paiã, Santo Tirso e **Mirandela**»[114].

---

[109] REIS, R., Op. cit., (18/8/63), p. 1.
[110] REIS, R., Op. cit., (18/8/63), p. 1.
[111] Esta escola foi aprovada pelo «Decreto nº 45.980, de 20/10/64». «Os noticiários da EN de radiodifusão e RTP da noite, de 5ª-feira passada, vieram trazer a feliz nova às gentes deste concelho: a criação da escola técnica». In SARMENTO, A.F. - A escola técnica de Mirandela: manifestação de regozijo. *NM.* Mirandela. (25/10/64), p. 1.
[112] SARMENTO, A. Figueiredo - O ensino agrícola e a necessidade da escola de regentes em Trás-os-Montes. *NM.* Mirandela. (7/2/65), p. 4.
[113] Dados de uma entrevista concedida ao NM pelo presidente da Câmara Municipal de Mirandela. In Entrevista...Op. cit., (25/7/68), p. 23.
[114] SARMENTO, Op. cit., (7/2/65), p. 4.

A população escolar a frequentar o ensino médio (industrial, comercial e agrícola) precisava de aumentar em número e em eficiência, porque os seus diplomados eram em quantidade muito inferior ao dos estudos correspondentes a nível superior.

O boletim Nordeste[115], de Janeiro de 1965, referiu-se à situação do ensino técnico em Mirandela e à criação de uma Escola de Regentes Agrícolas. Após o funcionamento, durante um ciclo, de uma «Escola de Práticos Agrícolas», fora criada a Escola Técnica de Mirandela, pela qual se interessara viva e insistentemente a Organização Regional da Lavoura.

A região transmontana vivia praticamente da agricultura, pelo que precisava urgentemente de preparar pessoal especializado, capaz de aumentar a rentabilidade das actividades agrícolas e agro-industriais. A criação do ensino médio, em Mirandela, com o objectivo de formar regentes agrícolas, seria importante para[116]:

-enriquecer toda a zona de Além-Douro com os regentes agrícolas indispensáveis;

-fazer o aproveitamento hidroagrícola de Trás-os-Montes;

-viabilizar a exploração funcional dos vales como o da Vilariça e outros;

-colaborar com a tarefa confiada à JCI, e com o movimento cooperativo transmontano, que tinha no núcleo Agro-Industrial do Cachão o seu mais eficiente expoente;

-cooperar não só com a actuação da III Brigada Técnica e com a vasta rede de adegas cooperativas transmontanas, como também com o labor dos Grémios da Lavoura que tinham na FGLNT o seu mais notável elemento coordenador.

▪ No dia 3 de Setembro de **1966**, dia de feira em Mirandela, realizou-se uma grandiosa manifestação, para festejar a criação da **secção do Liceu de Mirandela**, uma velha aspiração regional[117], tornada realidade.

A educação estava a conhecer um forte incremento, em diversos concelhos do distrito, verificando-se o aumento da frequência escolar e do número de edifícios adequados e criando-se novas unidades de ensino secundário. Em Mirandela, a escola técnica depressa se tornou um êxito e pensava-se na criação de uma «zona escolar, circum-escolar e residencial, para dinamização» do ensino local[118].

▪ No ano lectivo de 1966/67, o ensino cooperou com o fomento da vasta região do distrito de Bragança e com o aproveitamento sócio-escolar dos seus habitantes. A nível do Ensino Liceal e do Ensino Técnico, houve as seguintes concretizações[119]:

---

[115] *NORDESTE*, Op. cit., (Jan. 1965)
[116] REIS, R., Op. cit., pp. 24-25 e 150. Este ensino existia apenas em Évora, Coimbra e Santarém. In SARMENTO, Op. cit., (7/2/65), p. 4.
[117] Grandiosa manifestação por motivo da criação do liceu de Mirandela. *NM*. Mirandela. (11/9/66), p. 1.
[118] REIS, R., Op. cit., (1/5/66), p. 1.
[119] REIS, R., Op. cit., (25/12/66), p. 4.

-a construção de um novo Liceu, em Bragança, com uma área de 28.000 m^2, dos quais 2.980 m^2 cobertos e com capacidade para 1.200 estudantes (obra orçada em 11.500 contos);

-a Secção Liceal de Mirandela entrou em funcionamento;

-a ampliação da Escola Técnica de Mirandela;

-a criação da Escola Técnica de Moncorvo;

-a edificação de novos colégios em: Freixo de Espada-à-Cinta e Vinhais.

▪ Em Janeiro de 1968, começou a ser construída[120], na Quinta de Carvalhais, a denominada **Escola de Regentes Agrícolas de Mirandela**, que tinha como objectivo principal: assegurar à juventude nortenha a consecução do curso médio agrícola, há muito ansiando na região, por ali se praticar uma invulgar policultura[121] e ser uma zona em que o seu progresso andava directamente ligado ao da agricultura.

▪ **A partir de 1968**, o aparecimento da televisão permitiu que milhares de crianças de famílias humildes pudessem continuar a sua valorização, através dos cursos unificados da telescola, orientados pelo Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino, uma vez que, durante muitos anos, esta formação terminava, após a 4ª classe[122].

A Junta de Acção Social aderiu a tão importante empreendimento de recuperação da família rural, no aspecto cultural e social, promovendo nas Casas do Povo, a par de outras iniciativas de formação, a **instalação de postos de recepção da telescola**.

No ano lectivo de 1967/68, foram montados no distrito de Bragança seis postos de recepção, nas Casas do Povo de: Bemposta, Coelhoso, **Frechas**, Parada, Sendim e Torre de D.Chama[123].

O responsável pelo departamento das corporações estabeleceu um vasto programa de formação profissional, uma vez que, segundo opinião de economistas consagrados,

> «menos de 1/3 do aumento do rendimento nacional se explicava por acréscimo dos factores de produção – capital e mão-de-obra – e que o restante devia ser atribuído a melhorias qualitativas desses elementos, tais como capitais mais produtivos, recursos humanos mais valorizados, economias provenientes do alargamento das dimensões da empresa e de outros factores»[124].

▪ **Em 1969**, o problema do ensino em Trás-os-Montes mereceu especial atenção, da parte dos departamentos oficiais, responsáveis pelo assunto:

---

[120] «Os representantes da imprensa diária e regional, no intuito de darem a conhecer, como se impõe, a presente construção deste estabelecimento de ensino oficial, fizeram demorada visita aos trabalhos em curso, tendo ali recebido oportunos esclarecimentos, pelo Eng.º Ag.º José Clemente Sanches Dias Pereira, director da referida escola técnica». In Escola de Regentes Agrícolas de Mirandela. *NM.* Mirandela. (21/1/68), p. 1.

[121] «Da castanha ao amendoim, tudo há em Mirandela»: Este slogan causou muita admiração aos milhares de visitantes que, em 16/9/1969, visitaram o pavilhão da exposição agrícola do Palácio dos Desportos, no Porto. In SARMENTO, Op. cit., (7/2/65), p. 4 e Escola de Regentes...Op. cit., (21/1/68), p. 1.

[122] A.E.C - Problemas do meio rural: a formação pessoal e social. *NM.* Mirandela. (25/2/68), p. 2.

[123] A.E.C, Op. cit., (25/2/68), p. 2.

[124] A.E.C, Op. cit., (25/2/68), p. 2.

-o Subsecretário de Estado da Administração Escolar esteve em Mirandela, passou pelos edifícios da Escola Prática de Agricultura, da Secção Liceal, do Ciclo Preparatório e da Escola Técnica e pôde verificar as deficientes instalações em que as três últimas funcionavam[125];

-o Eng.º Camilo de Mendonça deu a conhecer ao Ministro do Interior os principais problemas da região, relacionados com o ensino[126], quando de visita a terras bragançanas[127].

-o governador civil do distrito revelou a firme disposição do governo em transformar a Escola Prática de Agricultura, em Escola de Regentes Agrícolas, bastando, para isso, aumentar o corpo docente, uma vez que dispunha de instalações modernas, em fase de crescimento, com as obras ali em curso[128]: a escola seria construída em duas fases diferentes (Anexo 54, Vol. II, p. 118).

-o reitor do Liceu de Bragança, de visita a Mirandela, constatou a necessidade da emancipação daquela secção liceal[129].

▪ Em Maio de 1971, Mirandela recebeu a visita do Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, que tomou conhecimento dos anseios da localidade: a construção de um edifício polivalente para albergar toda a numerosa população escolar (ciclo, curso liceal e ensino técnico) e pavilhão gimnodesportivo[130]; as vastas aspirações no sector agrícola; a criação do Ciclo Complementar dos Liceus (6º e 7º anos) e a necessidade de tornar independente a secção liceal de Mirandela[131].

▪ O ministro Veiga Simão compreendera que Mirandela merecia mais, no sector de educação, pelo que, após a criação do 3º ciclo liceal, da Escola de Regentes Agrícolas e do Liceu Nacional (em 1971)[132], foi criada, em 1973, a secção do Instituto Politécnico (Instituto Agro-pecuário) que iria abrir novos horizontes culturais, não só a Mirandela, como também ao distrito e à sub-região[133]. O Grémio de Comércio de Mirandela, que abrangia também os concelhos de Vila Flor e de Carrazeda de Ansiães, organizou uma grandiosa manifestação[134] para agradecer ao governo a criação dessa secção do Instituto Politécnico de Vila Real, em Mirandela.

---

[125] Ensino oficial em Mirandela. *NM.* Mirandela. (16/11/69), p. 1.

[126] Os problemas de ensino prendiam-se com: a necessidade da criação de um instituto médio, no distrito, como continuação e meio de valorização da região e das suas gentes e fonte de progresso económico e cultural; a rápida elevação da secção liceal de Mirandela a Liceu Nacional com 3º Ciclo; a criação de nova secção, em local conveniente, para responder à enorme procura por parte dos estudantes. In Ensino oficial... Op. cit., (16/11/69), p. 1.

[127] O NM informa sobre a visita do presidente do Conselho, ao distrito de Bragança, a convite do Ministro do Interior e do governador civil. Essa visita realizou-se no dia 28/8/69. In REIS, R., Op. cit., (31/8/69), p. 1.

[128] Ensino oficial...Op. cit., (16/11/69), pp. 1 e 6.

[129] Ensino oficial...Op. cit., (16/11/69), p. 6.

[130] Ensino oficial...Op. cit., (16/11/69), p. 6.

[131] A batalha da educação. *NM.* Mirandela. (28/5/71), p. 1.

[132] Manifestação de agradecimento ao governo pela criação do Liceu Nacional. *NM.* Mirandela. (20/10/71), p. 5 e As forças vivas de Mirandela organizaram grandiosa manifestação pela criação do Liceu Nacional e reconstrução de um Bairro da Previdência. *Mensageiro de Bragança.* Bragança. (22/10/71), p. 1.

[133] Mirandela rejubilou com a criação do Instituto agro-pecuário. *NM.* Mirandela. (9/2/73), p. 1.

[134] O acto culminou com uma sessão solene na Câmara Municipal de Mirandela, que registou a presença do Dr. Abílio Leonardo Machado, governador civil do distrito, ladeado na mesa de honra pelo Eng.º António Barreto de

3.2 - A formação profissional e actividades formativas

A formação profissional extra-escolar foi uma preocupação dominante do Ministério das Corporações e Previdência Social, através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra, que tinha como objectivo actualizar e completar os conhecimentos ministrados ao jovem na escola, através de cursos adequados, de pequena duração e bastante maleáveis, intensivos, e de apreciável rentabilidade[135].

Estes cursos permitiam não só o aperfeiçoamento, como também a reconversão profissional de quem os frequentava. Após a formação, a colocação ficava assegurada nos serviços orientadores[136].

Na região de Mirandela, impunha-se aproveitar os objectivos defendidos pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, para que ou em Mirandela, ou no Cachão, viesse a funcionar um centro de preparação de pessoal. Havia facilidades de participação no estudo, planeamento e gestão de cursos, em que houvesse mais necessidades e «de tal instalação muito viria a beneficiar todo o Nordeste, onde a ânsia de progresso, devido ao abandono a que durante anos esteve sujeito, continua [continuaria] a estar na ordem do dia»[137].

O conjunto de artigos publicados no NM, sobre o funcionamento dos mais variados cursos de formação e informações úteis, de vária ordem, serviram para formar o público leitor, em geral, e fizeram deste órgão regional um paladino defensor das várias actividades (económicas, sociais, culturais e políticas).

A realização de conferências, de concursos (gado "ovino badano", cartazes de propaganda turística), de cursos (educação de adultos, podadores, ensino agrícola, extensão agrícola, tosquia mecânica) e de visitas de estudo (de jovens agricultores aos Estados Unidos...) contribuíram também para a formação e para a valorização cultural da população (Anexo 55, Vol. II, p. 119).

Estas actividades culturais e formativas serviram para preparar a população para as alterações introduzidas com o novo tipo de economia, iniciado nos anos 60, que acabou por ter reflexos sociais e culturais.

Chaves, Eng.° Miguel Luís Vaz, Dr. José Mexedo e Dr. Rómulo Ribeiro, respectivamente presidente do município, grémio do comércio, Acção Nacional Popular concelhia e vice-presidente distrital da Acção Nacional Popular. No uso da palavra, o Ministro da Educação afirmou: «Permiti que eu aqui vos deixe também o meu regozijo pessoal e os votos sinceros pelo progresso económico e cultural deste concelho, que muito admiro e onde conto velhas e firmes amizades, que me apraz constantemente renovar». In Mirandela rejubilou...Op. cit., (9/2/73), pp. 1 e 6. Mirandela exerceu uma enorme atractividade, em relação aos concelhos limítrofes, devido aos seguintes factores: comércio, indústria, educação, urbanização, terciarização... «O politécnico teria cursos de agricultura, veterinária e florestal. E não ficou em Mirandela, porque Dias Pereira, director da escola Agrícola, perdia o cargo e porque houve pessoas que não quiseram que se formassem engenheiros, mas práticos agrícolas. Houve uma manifestação em Mirandela e correram com a comissão instaladora, estabelecida em Carvalhais, pelo que tal escola nunca funcionou». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[135] Formação profissional, reforma da previdência e necessidade de habitações. *NM*. Mirandela. (29/6/69), p. 1.

[136] Formação profissional...Op. cit., (29/6/69), p. 6.

[137] Formação profissional...Op. cit., (29/6/69), p. 6.

4 – As memórias da dinâmica cultural nas três aldeias:

4.1 - A dinâmica cultural na Coleja:

O ensino, a educação e a informação.

A escola Primária da Coleja (Anexo 35; Fig.35.3, Vol. II, p. 65), inaugurada em 1917[138], era das melhores do concelho e chegou a ser frequentada por bastantes crianças. Por volta de 1945, era frequentada por uns 20 e tal alunos[139], pois naquele tempo histórico vivia muita gente no meio rural e havia muitas crianças.

John Gibbons deu conhecimento de que, no ano lectivo de 1938/39: havia uma jovem professora Primária a dar escola às crianças da Coleja. O edifício chegou a não ter vidros, não havia aquecimento e os alunos passaram muito frio para a frequentar: uma imagem idêntica à de muitas escolas do país e da região daquela época.

Os habitantes desta aldeia tratavam com respeito as professoras, à imagem do que se passava na região e em todo país[140].

Uma vida com muitas dificuldades económicas justifica as memórias de pessoas que não puderam, na altura apropriada, frequentar a escola na Coleja. E foi a persistência que os levou a concluir, já como adultos, a 3ª ou a 4ª Classes[141].

Apesar de tudo, ainda há, nos nossos dias, alguns analfabetos na aldeia, «uns 6 ou 7», reflexo desses tempos idos[142]. Muita gente se viu impedida de ter uma vida melhor, porque o analfabetismo os impediu que tal se verificasse.

Após o 25 de Abril, foi festejada a reconstrução da Escola Primária da Coleja, «obra do Eng.º Salgueiro e do presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Abreu Lima», tendo estado presentes autoridades locais e governamentais, nomeadamente, o Sub-secretário de Estado para o Desenvolvimento Regional e Local, Roberto Carneiro, mais tarde Ministro da Educação[143].

---

[138] GIBBONS, Op. cit., p. 43. «Esta escola foi oferecida, não foi o Estado que a fez. Sim, sim, esta escola foi oferecida por um familiar [João Moutinho] do senhor que emprestou a casa [Alcino Moutinho] a John Gibbons». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.

[139] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[140] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[141] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[142] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[143] «Quando reconstruíram a escola (...) o povo esteve presente neste acontecimento: arranjaram-se uns peixes, compuseram-se e fez-se uma festa», para que o cerimonial resultasse como solene, significativo e histórico. Na vida de uma aldeia os pequenos acontecimentos têm um significado fabuloso. In Carta de 6 de Junho 2004, José António Russo, morador de Coleja.

John Gibbons deixou registado no seu livro, "Não Criei Musgo", algumas memórias da escola Primária do tempo do Estado Novo. Durante o período que viveu na aldeia, tomou conhecimento do tipo de ensino ministrado na Escola Primária da Coleja. Refere os cartazes por onde a professora dava as suas lições dia-sim, dia-não, intitulados "A Lição de Salazar", as dificuldades que os alunos sentiam para ir à escola[144] e que a escola e a família eram dois dos pilares que contribuíam para a formação dos jovens[145].

Em 1938, ao celebrar-se o 10° aniversário da investidura de Salazar como Ministro das Finanças, foi lançada uma campanha, publicitando a sua acção e a sua "Revolução Nacional", através de uma série de sete quadros de feição didáctica, intitulados "A Lição de Salazar".

Tais quadros eram pendurados nas paredes das escolas e o último desses quadros estabelecia uma espécie de síntese da doutrina, apregoada pela ditadura de então, para ser ensinada aos alunos nas escolas que, por sua vez, a poderiam transmitir aos pais e a outros familiares, muitos deles analfabetos.

Os valores que se tentaram infundir, através dos manuais de História e de Leitura, eram os de uma imagem nacionalista dos acontecimentos e dos heróis nacionais e dos seus santos. Nos livros de Leitura fazia-se a apologia da mulher, pois era figura central da família, núcleo da vida social, nitidamente doméstica. Defendia-se os «méritos da pobreza e da humildade e da saudável simplicidade da vida rural»[146].

Outras memórias que ficaram, sobre a escola do tempo do Estado Novo, mesmo na Coleja, faziam apelo ao valor da língua portuguesa e à sua projecção no mundo[147], ao facto de Portugal possuir o 3° maior império colonial[148] e aos símbolos nacionais colocados nas paredes das escolas: o crucifixo (o cristianismo) [149] e os retratos do Presidente da República e do Chefe de Governo (símbolos nacionais).

---

[144] «Grande parte da instrução era feita através de cartazes de propaganda, tal como na Itália rural. Por isso, dia sim, dia não, lá vinha a Lição sobre Salazar, na forma de passado e de presente [...]. Num lado, por exemplo, a velha escola, com o telhado a cair, o professor desgrenhado, sob influência do álcool e os alunos, numa ruela imunda, à bulha uns com os outros; no outro lado, a escola do Portugal Novo: uma professora jovem e eficiente como a nossa, ensinando numa sala cheia de crianças de aspecto limpo e feliz. Como este cartaz havia muitos outros. Um deles era alusivo às glórias de Portugal Passado e estranhei que representasse a bandeira dos antigos reis». In GIBBONS, Op. cit., p. 68.

[145] «Marc Bloch chamou a atenção para o facto de nas antigas sociedades rurais, antes do aparecimento do jornal, da escola primária e do serviço militar, a educação da geração mais jovem estar geralmente a cargo da geração mais velha». In CONNERTON, Op. cit., p. 43.

[146] BAGÃO, Germano – *Um percurso do Ensino Básico em Portugal. 2ª República (1926-74): O sistema de ensino durante o Estado Novo. 3-a Lição de Salazar* [Em linha], 1988-89. [Consult. 23 Mai. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.malhatlantica.pt/germanobagao/ensino/html/alicaodesalazar.htm>, p. 3.

[147] «Menino Português: a tua língua é uma das mais faladas no Mundo. Recorda que a nossa língua é também falada no Brasil». In GIBBONS, Op. cit., p. 70.

[148] GIBBONS, Op. cit., pp. 68-69.

[149] «O Novo Portugal voltara a pôr também o Crucifixo nas escolas, das quais fora banido, depois da revolução de 1910, que acabou com a monarquia. A marinha portuguesa assiste à Missa e a Cruz voltou a ser símbolo nacional. As antigas naus portuguesas ostentavam uma Grande Cruz nas suas velas e ainda hoje esse símbolo aparece em todas as embarcações portuguesas». In GIBBONS, Op. cit., p. 70.

Apesar de isolados, os habitantes da Coleja tomaram conhecimento desses valores do Estado Novo: a escola cumpriu uma função educativa e inculcadora de valores, tal como o regime pretendia.

As dificuldades em estudar e o analfabetismo

O mundo rural debatia-se com tantos e tão profundos problemas que muitas crianças ficaram analfabetas e, de entre as que concluíram a 4ª Classe, foram poucas as que conseguiram continuar estudos. Regra geral, os filhos de pessoas ricas e um ou outro rapaz que foi estudar para o Seminário. Também na Coleja se sentiu este problema[150].

Houve problemas com o ensino na Coleja que contribuíram para a existência de analfabetismo[151]: a mobilização das crianças para tomar conta de irmãos ou para ajudar nos trabalhos agrícolas[152] (Capítulo IV); a dificuldade de arranjar uma professora para ali leccionar, uma vez que o isolamento da aldeia criava essa dificuldade[153]; a mudança constante de professora[154]; o facto de só irem os homens à escola[155], para completarem, como adultos, a 3ª ou a 4ª Classes; a miséria com que se vivia[156].

A lei portuguesa em vigor defendia que todas as crianças deviam ir à escola, porém o governo de Salazar debateu-se com a falta de escolas e a população teve de se remediar com as que havia e de aproveitar se alguma personalidade mandava construir uma. Nas aldeias e pequenos lugares, onde não era possível a existência da escola, outras pessoas podiam ensinar: o chefe da estação, o dono de uma loja ou de uma mercearia, um sapateiro, uma pessoa instruída[157].

Como a maioria dos alunos ficaria a viver na aldeia, executando tarefas ligadas à agricultura e à criação de gado, não necessitariam de saber muito; se muito instruídos, os portugueses tornar-se-iam mais reivindicativos e insubmissos, por isso, não interessava que soubessem muito[158].

---

[150] Entrevista nº 1, Coleja: 2004 e Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[151] Entrevista nº 1, Coleja: 2004. «Sei também perfeitamente que a maioria dos adultos que ali vivem é analfabeta, mas o governo de Salazar está a modificar as coisas». In GIBBONS, Op. cit., p. 33.

[152] «Havia alturas em que quase nenhuma criança ia à escola durante uma semana. [...] em épocas como a apanha da azeitona, todas as crianças eram precisas, e até as de 3 anos ajudavam». In GIBBONS, Op. cit., p. 68.

[153] GIBBONS, Op. cit., p. 43.

[154] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[155] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[156] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[157] GIBBONS, Op. cit., pp. 66 a 68.

[158] «Destinavam-se a ser pequenos camponeses-agricultores ou a casarem com algum lavrador e o que interessava era que tivessem melhor educação que os seus pais». In GIBBONS, Op. cit., p. 71.

A educação: as mães educadoras dos filhos e o pai ausente na educação

Os filhos ficavam aos cuidados da mãe e eram educados por ela, enquanto o pai arranjava dinheiro e o sustento, através das jeiras que ganhava. O pai assumia o seu estatuto sobre a família e exercia um domínio total sobre a mulher e os filhos, mas estava ausente da educação destes.

Dada a proximidade de parentesco estabelecida entre os habitantes da Coleja, os filhos ficavam ao cuidado de familiares (avós, tios, padrinhos, primos) e até os irmãos mais velhos tratavam dos mais novos. De acordo com John Gibbons, havia sempre um parente a quem confiar as crianças, enquanto os pais trabalhavam a terra. Quando a mãe ia lavar a roupa para o rio Douro, levava os filhos com ela[159].

Dois mundos sociais diferentes: homens/ mulheres; filhos/ filhas

Socialmente, havia um estatuto social e um código de conduta diferente para o homem e para a mulher, para o rapaz e para a rapariga.

Os espaços do homem eram diferentes dos da mulher: as terras que trabalhava, a taberna que frequentava, a barbearia, os largos da aldeia, a rua. Neste mundo, o homem afirmava a sua personalidade.

A mulher ficava entregue aos cuidados da casa e da família, era obediente, subserviente, dominada e tinha poucos direitos. Tinha uma esfera de acção muito restrita, que lhe era traçada pela sua condição de mulher e pela sociedade, que garantia o normal funcionamento de códigos de ética e os procedimentos comportamentais. Prestava também trabalhos no campo, sempre que era necessário, e cuidava da horta.

Normalmente, as mulheres andavam com a cabeça descoberta e punham lenços ou xailes, conforme o tempo. Quando transportavam caixas, cestos ou cântaros à cabeça, colocavam uma rodilha. Era também à mulher que competia transportar do fontanário da aldeia a água para consumo da casa[160].

Todas as mulheres da Coleja acendiam o lume ao mesmo tempo, «por meio de um instinto colectivo», quando era para começar a cozinhar as refeições[161].

Às refeições, primeiro comiam os maridos e os amigos, só depois comiam as mulheres, a um canto, ao pé do lume. As mulheres não fumavam e, como não havia o controle de nascimentos, havia muitos garotos na povoação[162].

---

[159] GIBBONS, Op. cit., p. 194.
[160] GIBBONS, Op. cit., p. 171. Obs.: em 1938, já existia uma fonte pública na aldeia.
[161] GIBBONS, Op. cit., p. 162.

Os filhos mais pequenos, rapazes e raparigas, eram entregues à educação das mães. Eram, muitas vezes, educados também por outros familiares e até por pessoas amigas. Ao entrarem na escola, começava uma diferenciação entre os rapazes e as raparigas: as raparigas aprendiam com a mãe a lidar da casa e a fazer bordados, enquanto o rapaz andava na rua a brincar com os outros e ia-se afirmando nesse mundo que o lançaria na vida adulta.

Na escola, os rapazes e as raparigas estavam separados, ocupando salas diferentes.

As raparigas preparavam-se para futuras donas de casa e os rapazes aguardavam a chamada para a recruta e para o cumprimento da vida militar.

O rapaz era mais livre que a rapariga e ambos partilhavam valores e tradições que a aldeia definia como de masculinidade ou de feminilidade.

Códigos de ética e de honra: o valor da palavra dada e da honra

No mundo rural, os códigos de ética e de honra traçavam procedimentos e comportamentos, em que este tipo de sociedade foi profundamente observadora, e asseguravam o seu normal funcionamento. Por isso, havia respeito, observância do respectivo estatuto, cada um sabia o lugar que ocupava e havia um grande valor pela palavra dada.

As questões de honra eram resolvidas, muitas das vezes, com sangue ou com a fuga de um ou de ambos os infractores.

A conduta era normalizada e toda a comunidade observava e vigiava o cumprimento ético de aspectos tidos como basilares. Na época do Carnaval, eram teatralizados e criticados, através de enredos e de momices, os infringimentos que algum dos membros da comunidade não soubera observar.

A imagem sócio-cultural da casa transmontana: imagem da casa portuguesa

À semelhança do que se passava na maior parte das aldeias transmontanas, também na Coleja as portas estavam abertas e sempre que aparecia alguém a precisar de abrigo, de acolhimento e de comida, era observado o princípio de hospitalidade e de amor pelo próximo, demonstrando a grande simpatia e o saber receber que sempre caracterizaram os transmontanos.

Esta imagem sócio-cultural deriva do mito da casa portuguesa, só que ajustada aos transmontanos e à região, traduzindo-se em maior autenticidade e na prestação da caridade cristã.

---

[162] GIBBONS, Op. cit., pp. 98-99.

Os transmontanos sempre se distinguiram por saber receber o visitante, que vinha de longe. Ainda hoje persiste esta alma generosa, em muitas aldeias e lugares da região.

Numa região em que a natureza era inóspita e fria, as pessoas sabiam partilhar a comida e um abrigo com aquele que vinha de longe.

O acesso às fontes de informação, à cultura e à educação

O acesso à informação e à cultura foi muito dificultado pela localização da aldeia da Coleja e pelo isolamento em que a população viveu.

John Gibbons refere que na aldeia não havia «rádio, nem jornais, nem qualquer outro tipo de divertimento fora de casa»[163] e recorda também que, certo dia, chegou à aldeia o cinema ambulante e que o operador se instalou em casa de alguém. A máquina era uma «"Baby Pathé" com alguns filmes, uma bateria e um acumulador»[164]. Cada pessoa levava uma cadeira ou um banco para se sentar e, à medida que o operador ia projectando os filmes, desenrolando a fita à manivela, ia explicando a história, porque havia muitos assistentes que não sabiam ler as legendas em português e o filme não era sonoro[165].

O jornal, como forma de divulgação da informação e de manter actualizadas as pessoas, chegava, através do comboio-correio, mas pouca gente o lia, porque o poder de compra era pouco e pouca gente sabia ler[166]. O jornal chegava à aldeia, pelas 17 horas [167] e para muitas aldeias era o único meio de comunicação social. O Primeiro de Janeiro era o jornal mais lido nas aldeias do concelho de Carrazeda de Ansiães[168].

Na aldeia não havia telefones particulares, mas havia um telefone público[169].

A taberna servia para os homens se distraírem, «pois estavam ali perfeitamente isolados»[170]. Mas não ficaram impedidos de tomar conhecimento sobre o que se passava pelo país e pelo mundo, pois chegou a haver um rádio numa das tabernas, onde se ouviam as notícias e os relatos de futebol: «uma guerra no Vietname, uma guerra não sei quê... o que se passava no país»[171]. Mas, como só lentamente se generalizou a rádio, e a televisão chegou tarde, também tardaram a chegar as informações, pelo menos actualizadas[172].

---

[163] GIBBONS, Op. cit., p. 45.
[164] GIBBONS, Op. cit., pp. 181-182.
[165] GIBBONS, Op. cit., pp. 181-182.
[166] «Havia um senhor que vivia aqui e recebia o jornal todos os dias. Eu bem gostava de lhe levar o jornal, que ele, às vezes, dava-me qualquer coisa». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.
[167] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[168] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[169] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[170] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[171] «Não me lembro do programa "Alegria no Trabalho". A gente ia para a taberna e estava sempre a dar a bola. Estávamos a ouvir o rádio e a onda falhava, e depois lá vinha outra vez». «As notícias chegavam aqui trazidas por

O primeiro rádio a chegar à Coleja, por volta de 1950, era de um senhor chamado Francisco Tavares. Um emigrante da Coleja que emigrou para a América e visitou a aldeia também levou um rádio que só funcionava à noite e «as pessoas juntavam-se para ouvirem música e boletins radiofónicos, as novelas»[173].

A localização da aldeia tornou muito difícil a captação de sinal de televisão, que chegou tarde à Coleja, cerca de 1984. Mas, com uma antena normal, não se via nada[174].

Como não havia posto de correios na aldeia, colocaram uma caixa de correio na parede de uma casa, e era a "correia", a mulher do correio, que o levava todos os dias até ao apeadeiro do Vesúvio e se encarregava até de colocar os selos nas cartas, pois ali não havia selos à venda[175].

As cartas não eram entregues ao domicílio, porque as casas não tinham caixa de correio. O correio era lido em voz alta, junto à casa onde havia a Caixa do Correio, por uma pessoa que soubesse ler, pois a "correia" era analfabeta, e era entregue aos respectivos destinatários[176].

Naquela época, os vendedores ambulantes e os artesãos, que iam vender produtos à Coleja, divulgavam algumas informações[177].

Há uma grande diferença a nível de acesso de informações entre o tempo em estudo e o tempo dos nossos dias, porque hoje já há informação na Coleja e a chegada da comunicação social acabou por colocar a aldeia a par do que se passa pelo mundo[178].

O acesso à cultura e aos tempos livres

Na Coleja, havia espaços definidos em que os homens e as mulheres passavam os seus tempos livres. A taberna era o centro por excelência de domínio e afirmação do homem e a mulher estava impedida de ali entrar.

A mulher ficava entregue a outros espaços de domínio: a casa, a chave da casa, a casa dos pais, a ajuda aos filhos, a conversa com amigas e vizinhas, o largo da aldeia, a capela...

---

algum fugitivo, ou pelos contrabandistas. Naquela altura, não tínhamos jornal, pouca gente sabia ler». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.

[172] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

[173] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[174] Este problema ficou resolvido com a instalação de antenas parabólicas, em 2002. In Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[175] Era um funcionário que lhe vendia os selos necessários, ao pé da linha. «Como o comboio acaba aqui o percurso e estamos perto da fronteira espanhola, às vezes a carruagem-correio é desatrelada». In GIBBONS, Op. cit., p. 42.

[176] GIBBONS, Op. cit., p. 92. Obs.: não havia, na época, distribuição oficial de correio. A mulher que fazia o correio, depois de aberta a mala e deste ser lido, fazia a sua distribuição voluntariamente, a troco de uma pequena gratificação (uns tostões, uma pinga de azeite, ou um pequeno donativo), prática comum a qualquer aldeia da região.

[177] Eram eles que levavam «informações sobre o que se passava. Eram informadores, como na Idade Média os almocreves e os bufarinheiros. In Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[178] As pessoas estão tão bem informadas como as de qualquer outra localidade do país, o que acaba por deitar por terra a ideia que muitos jovens das grandes cidades têm sobre «as nossas aldeias, como sendo um lugar atrasado, um lugar ermo, onde só existem pardieiros e onde não chega nada». In Entrevista nº 3, Coleja: 2004.

Havia 3 tabernas na aldeia, onde, «à noite, havia para aí 30 ou 40 homens»[179]. Na taberna, além de jogarem, fumarem e beberem, havia conversas, contraíam-se negócios, ouvia-se rádio (notícias e futebol), havia despiques e, por vezes, desentendimentos, em que a pancadaria era motivada por desavenças sociais, intrigas ou porque o vinho toldava a lucidez e levava a brigas[180].

Nas tabernas, havia instrumentos musicais pendurados nas paredes e as pessoas que as frequentavam, podiam dedilhá-los, mesmo que os não soubessem tocar.

Houve um senhor que se tornou numa "figura ilustre" da Coleja. Frequentou as tabernas da aldeia, «foi um grande promotor da cultura duriense, representando o seu rico património cultural» e ficou muito conhecido, entre 1939-45, dos povos da região ribeirinha duriense, da Régua a Barca de Alva. Chamava-se Cebolo e era natural de Coleja (Anexo 15, Vol. II, p. 30):

> «Nas tabernas, à luz tosca de candeeiros a petróleo, quando tocava e cantava, o silêncio nascia para lhe darem ouvidos. E as lágrimas, por vezes, teimavam rebentar, neste ou naquele rosto, porque nos seus versos havia um pouco da história de cada um. Uma verdade pungente reservada nos esconsos das suas almas, mas que vinha ao de leve trazer-lhes reminiscências dum passado presente.
> As serenatas, as baladas, os despiques — tanto de toque como de canto — e as alegres e fartas «Comezainas» (de larga tradição popular na faixa duriense) tinham a marcá-las a sua grata presença. E, quando não havia guitarra, ele engendrava, improvisava fosse o e fosse e do que fosse, qualquer instrumento e ao qual pudesse arrancar sons»[181].

Se as mulheres iam à taberna barafustar com os maridos ou chamar a atenção do trabalho que tinham para fazer, acabavam muitas vezes por ser vítimas de agressão[182], porque tinham invadido o domínio da masculinidade e provocado uma reacção de afirmação do marido, perante os outros.

Neste tipo de sociedade, havia papéis muito bem definidos, a contrastar com o que se passa nos dias de hoje, em que tal rigidez se quebrou e houve uma ascensão e dignificação do papel da mulher na sociedade.

As pessoas da Coleja eram muito animadas e cantavam, dançavam e divertiam-se à sua maneira. Ao fim do dia, quando andavam a caçar pelas serras ou a trabalhar arduamente nas suas terras, o que queriam era dormir. Quando se dedicavam a trabalhos mais leves, como a remendar as redes, gostavam de ter um pouco de divertimento: ou ouviam música ou dançavam, ao serão[183].

---

[179] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[180] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[181] MESQUITA, Op. cit., (20/5/82).
[182] «As senhoras só puderam andar mais à vontade, depois do 25 de Abril. Antes, quando é que entrava uma mulher numa taberna? «Ah bõ!?» Às vezes, iam lá ralhar com os homens e ainda vinham escachadas de porrada. Um tio meu estava lá, ainda a taberna era do meu sogro, tinha o gado acarrado e ele estava na jogatana e a mulher foi lá refilar com ele. Diz ele para o meu sogro: "Ó Zé, deixa-me dar uma passada!". Salta para fora e, vai, dá uma mocada com o pau à mulher». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004.
[183] «Até as crianças gingavam os corpos ao som daquela música, produzida pela guitarra, viola e rabeca». In GIBBONS, Op. cit., pp. 45 e 152.

As brincadeiras das crianças da Coleja eram, com pequenas variantes, iguais às inglesas: «as escondidas, as sombras nas paredes com as mãos, os lenços de cabeça de mulher para fazer um coelhinho; a macaca; a fisga...»[184]

Na Coleja, antes do 25 de Abril, havia apenas festa durante os santos populares e alguns bailaricos, animados por guitarras e violas, «já que não havia rapaz que se prezasse que não soubesse tocar um dos instrumentos». Depois, pelas grafonolas e, com a chegada da luz eléctrica, em 1964, pelo gira-discos[185].

Depois do 25 de Abril, passou a haver a festa anual[186], no mês de Agosto, em honra de Santa Luzia, a padroeira da aldeia, com a participação dos emigrantes.

Outras festas importantes para a aldeia, que se têm vindo a manter há muitos anos, são comemoradas na época da Páscoa e na época das vindimas.

Na Agenda da Cultura e Lazer da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, de 2004, relativa aos meses de Março a Setembro, figuraram as datas de realização dessas festas, nesse ano, organizadas pela associação CCDRC: Abril (10) Jogos de Páscoa; Abril (12) Missa e Visita Pascal; Agosto (21 e 22) Festas da Aldeia/ Fogos Tradicionais/ Missa Solene: Santa Luzia Padroeira; Setembro (25) Festa da Vindima.

As festas, que se continuam a celebrar nesta aldeia, traduzem o espírito da vida social e da comunidade. As pessoas viviam essencialmente da agricultura, mas conservam na memória outras vivências sociais, culturais, religiosas (festas, procissões e romarias...). Ao recordar as memórias guardadas, ressalta o fenómeno de se verificar que no tempo histórico aqui analisado havia harmonia, bairrismo, união e mais alegria nas comunidades rurais[187].

Algumas características culturais da população

Era uma época de muita pobreza, mas havia partilha, troca de produtos, solidariedade entre as pessoas e estabeleciam-se fortes laços sociais[188].

---

[184] GIBBONS, Op. cit., p. 230.

[185] John Gibbons recorda-nos como viviam na Coleja em 1938, sem luz eléctrica: «Esta gente é a mais afável do mundo! [...] Ofereciam-me a candeia deles e ao trazê-la, deixei-lhes a casa praticamente mergulhada na escuridão, tendo como única iluminação a chama nua de uma pequena lamparina pendurada na parede. In GIBBONS, Op. cit., p. 40.

[186] A festa principal da freguesia de Seixo de Ansiães, em honra de Nª Sª da Costa, realiza-se a 8 de Agosto. In *Publicações: informação municipal - festas e romarias do concelho de Carrazeda de Ansiães* [Em linha]. [Consult. 16 Mai. 2006]. Disponível em: <URL:http://www.cm-cansiaes.espigueiro.pt/publicacoes/ publicacoes_informacao_ detalhe.asp?pub=3964>.

[187] «Ia-se buscar água ao rio e poisavam a vasilha com a água e toca a dançar. As senhoras traziam os cântaros à cabeça, como pode ver no livro de John Gibbons». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[188] Entrevista nº 3, Coleja: 2004. Esta memória torna clara a alteração introduzida no meio social pela modernidade, pela riqueza e pelas melhorias de vida, pelo que criou mais individualismo, mais egoísmo e menos partilha de bens alimentares e até de ideias.

A situação geográfica da aldeia e o respectivo isolamento territorial criaram um nível cultural específico e um pouco limitado.

O rio Douro acabou por ligar as duas margens e por envolver as pessoas que ali viviam em laços de parentesco. As pessoas comerciavam umas com as outras, tomavam banho no rio, saudavam-se, ao cruzarem uns pelos outros na travessia do rio, quando iam às feiras e às romarias. Estes condicionalismos criaram laços familiares muito próximos. Nos dias de hoje, o caudal do rio subiu e esse convívio familiar enfraqueceu, pelo que os laços de parentesco, entre ambas as margens, ficaram limitados, havendo apenas primos em 2º grau.

Todavia, é curioso verificar como existem de ambos os lados as mesmas tradições, no que diz respeito a: crenças, amuletos, jogos, costumes e tradições e até práticas ligadas à medicina popular[189]. Apesar do rio os separar, estavam identificados com o mesmo mundo mágico do domínio sobre o oculto, o mistério, a natureza humana, a natureza animal, a natureza vegetal enfim, sobre outros suportes de vida[190].

Na Coleja, nunca houve salões culturais, «onde as pessoas se encontrassem e discutissem assuntos culturais, sociais, económicos e outros»[191].

Os entrevistados recordam-se de ter havido um "teatrozinho" na aldeia, que teve nomeada, projecção, e de que algumas pessoas animavam a vida da aldeia com os instrumentos que sabiam tocar e com os cantares que entoavam. Celebravam com entusiasmo as suas tradições, em especial no Entrudo, no S. Martinho e na Páscoa[192].

Na Coleja nunca houve igreja, mas uma pequena capela em honra de Santa Maria (Anexo 35, Fig. 35.1, Vol. II, p. 65) e um cemitério[193].

Os habitantes da Coleja têm uma associação, CCDRC, responsável pela animação sócio-cultural e recreativa da vida da aldeia, que promove a organização das festas e de outros eventos, ao longo do ano[194].

A inauguração da estrada também foi celebrada com uma grande festa[195], motivo de registo nas memórias dos habitantes da aldeia, uma vez que foi um marco histórico para quebrar com as barreiras do isolamento e com as dificuldades que o relevo e a falta de uma via de comunicação terrestre levantavam à aldeia. A estrada foi representativa da chegada de algum desenvolvimento (social, económico, cultural) [196].

---

[189] AGUILAR, Op. cit., pp. 89, 90 e 91.
[190] AGUILAR, Op. cit., pp. 89, 90 e 91.
[191] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[192] Entrevista nº 1, Coleja: 2004. Este entrevistado revelou ainda que: «As pessoas, como não sabiam ler, faziam que liam o jornal; outras viravam-no ao contrário».
[193] Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[194] Entrevista nº 1, Coleja: 2004 e Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[195] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[196] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

A paroquialidade para a aldeia

Quando John Gibbons visitou a aldeia, em finais de 1938, como o pároco, que vivia no Seixo de Ansiães, era uma pessoa idosa[197], a capela da aldeia estava fechada e as pessoas, ao Domingo, iam à missa à «capela da Quinta das Figueiras ou do Vesúvio, mais conhecida na zona por Quinta da Ferreirinha»[198] (Anexo 35; Fig.35.5, Vol. II, p. 66).

As vivências religiosas das pessoas da Coleja remetem para a situação em que se foi envolvendo a aldeia, ao longo dos tempos[199]: nunca foi uma paróquia, foi sempre uma aldeia anexa, a uma certa distância, em relação ao Seixo de Ansiães, sem pároco permanente na aldeia e como a missa só é celebrada aos Sábados, esta situação acabou por afectar a religiosidade das pessoas que, apesar de não serem indiferentes às práticas religiosas, acabaram por ter uma cultura religiosa muito típica[200].

A ideia de fraca paroquialidade derivou deste contexto particular. As festas religiosas da Páscoa e em honra da padroeira ajudaram a ultrapassar essa situação de isolamento e de aldeia periférica, em relação à sede de paróquia. Esses momentos serviram também para a pequena comunidade se reencontrar e para poder revigorar a sua memória colectiva.

A importância da tradição para a aldeia

A tradição de S. Martinho (Anexo 56, Vol. II, pp. 120 e ss.), com a abertura das pipas e com a prova do vinho novo, divulgada na imprensa escrita e falada, constitui já um cartaz turístico da aldeia, que lhe dá uma projecção local e nacional, pelo que os seus habitantes pretendem vê-la crescer. Outras tradições valorizadas pela comunidade: o Entrudo, a Visita Pascal, a Festa Anual, em Agosto, e as Vindimas — épocas em que se reúnem os cidadãos da aldeia.

Um entrevistado recorda a tradição da festa da Páscoa, uma vez que os habitantes da Coleja, privados de ter um pároco permanente na aldeia, sempre gostaram de a celebrar, pelo que a apreciam e a renovam em cada ano, o que para eles é também uma tradição[201].

---

[197] GIBBONS, Op. cit., p. 72.
[198] GIBBONS, Op. cit., p. 60.
[199] «Eles, talvez pela distância, por não serem paróquia, por serem uma aldeia anexa e por não terem um culto religioso muito regular, são pessoas com pouca vivência religiosa. Eu penso que a frequência, hoje em dia, anda pelas 15 a 20 pessoas e, geralmente, são mulheres e dois ou três homens. As festas deles, talvez no dia da Visita Pascal deva ser o único dia em que as pessoas se reúnem mais, porque à missa não vão muito. Costumam ter missa aos Sábados». In Entrevista nº 4, Coleja: 2004.
[200] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[201] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

As tradições pretendem reanimar a vida da aldeia, manter mais unidos os seus habitantes e recuperar antigas vivências e antigas memórias colectivas.

O apego aos três EFES e aos mitos

O fado constituiu um "monumento" tradicional, assente numa estrutura, cujos marcos eram a saudade, o sentimento melancólico da partida da pátria, a ausência da família e dos amigos, a partida e a ausência, o sofrimento interiorizado a precisar de libertação.

John Gibbons definiu saudade como «uma tristeza alegre, que se traduz em música, através do fado». No fundo, o fado ajudava a reafirmar o espírito nacionalista. Apesar de oriundo do sul, era cantado um pouco por todo o país e em «qualquer arraial de província tem [tinha] obrigatoriamente um par de fadistas que se deslocam [deslocavam] de terra em terra, cantando e tocando ininterruptamente»[202].

John Gibbons assistiu a uma festa de Natal, na escola da Coleja, em que houve canções e recitações. Cada criança aprendeu qualquer coisa e todos os pais assistiram.

Esta festa dá-nos a imagem de como funcionava a escola naquele tempo, pois também havia festa, comemoração e a valorização de princípios defendidos pelo Estado Novo: a tríade Deus/Pátria/Família; as glórias da pátria e dos seus heróis; o culto e a homenagem aos chefes e aos superiores; o respeito; o amor pela pátria, pelo hino nacional e pela bandeira; a valorização de uma História rica em acontecimentos.

A escola, com tais representações, cumpria com a função de educar a comunidade que assistia, transmitindo-lhe os valores defendidos pelo regime. Os alunos vestiam-se, em certas celebrações, com os trajes da Mocidade Portuguesa, e todo este cenário envolvente prova-nos que, na Coleja, apesar de isolada, também chegaram os princípios em que assentava o Estado Novo e foi a escola a transmissora desses valores.

[202] GIBBONS, Op. cit., pp. 152, 153 e 243.

4.2 - A dinâmica cultural no Cachão

O ensino, a educação e a informação.

O Cachão, inicialmente, como «era um lugarejo, tinha estação de caminho-de-ferro e estrada, mas não tinha escola. Sei que, nos primórdios, quando abriu o complexo, alguns alunos tiveram escola, numa casa particular»[203].

A partir de 1969 [204], a aldeia passou a ter 2 escolas a funcionar, de manhã e de tarde, em desdobramento e como era frequentada por muitos alunos, estes cooperavam com a professora, nas tarefas da sala de aula. Nos exames da 3ª e da 4ª Classes, realizados na sede de concelho, os alunos podiam ficar aprovados ou reprovados e havia distinções, nestes exames[205].

O Infantário foi imediatamente criado, juntamente com as escolas primárias e tinha um impacto muito grande, «porque servia para receber os filhos dos funcionários e para poderem ir trabalhar. Tinha muitas crianças[206] e foi criado pela Segurança Social»[207].

Nos tempos iniciais, em que o complexo começou a funcionar, só estudava quem tinha posses[208]. Depois, foram criadas condições para os alunos poderem estudar: escolas primárias com aquecimento, o que não acontecia nas escolas da região; para frequentarem as escolas de Mirandela, tinham acesso às cantinas e a transportes escolares[209], «o que não havia, na altura, em qualquer aldeia»[210], e o Cachão ficava perto de Mirandela[211].

O analfabetismo

Antes do complexo ter começado a funcionar, «havia analfabetismo no Cachão, como havia em qualquer aldeia»[212]. A maior parte dos trabalhadores, oriundos de várias aldeias, eram analfabetos e não tinham qualquer espécie de qualificação[213].

---

[203] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[204] Entrevista nº 2, Cachão: 2004. «As escolas primárias foram construídas depois de nós nos instalarmos no complexo». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[205] «O Cachão chegou a ter 4 salas de aulas, com, pelo menos, 20 alunos em cada uma delas. [...] Olhe que a minha professora chegou a trabalhar com 104 alunos e, quando fui fazer o exame da 4ª classe, tínhamos que ir ao concelho [Vinhais], éramos 28 e ficámos 3 distintos. E eu fui um deles. E tínhamos ido 31 na 3ª. Ela era professora, mas nós também éramos. Eu, por exemplo, tinha de dar lição aos da 3ª e os da 3ª tinham de dar lição aos da 2ª. Ela marcava o trabalho e éramos todos a trabalhar». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004. Uma das escolas do Cachão ficava junto ao campo de futebol e, a outra, mais abaixo, com duas salas e aula cada uma. In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[206] «Chegou a receber 60 e tal crianças [...], a partir dos 3 meses». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[207] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[208] Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[209] «Aos funcionários, o complexo nunca lhes cobrou um tostão pelo transporte. Nas outras aldeias, não havia ainda um sistema de transportes escolares e só estudava quem realmente tinha posses». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[210] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[211] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[212] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

Nas aldeias vizinhas do Cachão, como por todo o distrito, não havia ainda um sistema de transportes escolares e só estudava quem realmente tinha possibilidades[214].

Com o posterior aparecimento das escolas e como os alunos, após a 4ª Classe, continuavam os estudos em Mirandela, passou a haver mais acesso à educação e à cultura, e o analfabetismo reduziu.

Apesar dos trabalhadores do CAICA serem naturais de aldeias onde havia muito analfabetismo, também não se implementou no Cachão um curso de alfabetização de adultos, com aulas à noite, capaz de resolver este problema[215].

A educação: as mães educadoras dos filhos e o pai ausente na educação

Antigamente, quem educava os filhos era a mãe e o pai ficava um pouco ausente dessa educação. «Eu não concordo muito com essa educação que havia. A mãe era a mãe extremosa, o pai era o carrasco. E, para mim, quando ele tinha que castigar, castigava»[216]. A personalidade dos portugueses terá a ver com esse tipo de educação, assimilado na meninice.

A educação vinha do berço, era companheira durante toda a vida e reflectia-se nas atitudes. As pessoas passaram um mau bocado, em tempos de tão difíceis e exíguas condições, mas recordam com saudade essa época e essa educação[217].

Valorização cultural da aldeia

Houve uma dinâmica de forte valorização cultural da aldeia, por parte de algumas pessoas, que integraram vários projectos culturais (o CAT, a COOPENORD, o rancho...), estruturas em que sempre houve a preocupação de desenvolver culturalmente a aldeia.

Não foi fácil introduzir no Cachão o hábito de leitura, mas as pessoas mostravam vontade em adquirir conhecimentos, «talvez pelo facto de serem analfabetas, na sua grande maioria. Aí, o CAT teve um papel muito importante: organizava encontros e incentivava a leitura, através do fornecimento de livros, para as pessoas lerem»[218].

---

[213] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.
[214] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[215] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[216] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[217] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[218] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

O café do senhor Cardoso era um centro dinamizador, que o dono tentou «movimentar», e ficava localizado num ponto estratégico, ao lado de um largo da aldeia[219].

O complexo agro-industrial como escola de formação

O complexo agro-industrial serviu como pólo de investigação e como local de visita de estudo, por parte de várias escolas, quase diariamente. Estas visitas passaram a ter reflexos na produção, pois as pessoas falavam com os trabalhadores, pelo que, a partir de certa altura, «...quem quisesse visitar o complexo, tinha que pedir autorização com muita antecedência»[220].

O CAICA foi uma grande escola de formação, «foi a maior escola que houve no país, a vários níveis, porque todos os técnicos que saíram dali singraram na vida, desenvolveram projectos e ajudaram a desenvolver o país»[221]. Ali se formaram técnicos da rede de frio, de carpintaria, de electricidade, de mecânica, de pichelaria...

O Eng.º Camilo de Mendonça não se preocupou só com a transformação e o escoamento de produtos. Ele teve grandes preocupações de investigação, daí o ensino e a aprendizagem terem sido fundamentais para ele. Todos os dias em que estava no complexo procurava reunir os quadros técnicos e dava-lhes a conhecer as suas ideias e os seus projectos.

Em cada fábrica, «procurava ter um sector de investigação», para desenvolver cada vez mais a produção e a transformação de produtos ou de matérias-primas. Mandou construir laboratórios, contratou técnicos qualificados para cada sector de investigação, fez «contractos de prestação de serviços, com determinados técnicos, mesmo a nível europeu, para poderem transmitir as novas tecnologias»[222].

Outro grande projecto que veio a desenvolver-se foi o dos núcleos de mecanização. Como, naquela época, ainda não havia máquinas em todo o distrito de Bragança, o Eng.º Camilo de Mendonça introduziu a mecanização, criando pequenas cooperativas em cada aldeia, que recebiam o nome de «núcleos de mecanização», coordenados pelo Cachão. Foi uma forma de se desenvolver o cooperativismo e de a população poder verificar que havia vantagens em aderir ao projecto[223].

---

[219] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[220] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[221] «Ainda hoje, se vêem essas pessoas que foram formadas no Cachão. Foi numa altura em que, por aqui, não se via praticamente nada, em termos dessas profissões. O Cachão foi uma boa escola, sobretudo a nível de formação profissional e, a nível de técnicos agrícolas, também foi fundamental. Acho que nem ainda hoje, com todos os apoios que houve, conseguiram ter um impacto que o Cachão teve, a nível de formação de pessoas». Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[222] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[223] «E, depois, porque surgiram outros interesses, as pessoas individualizaram-se cada vez mais e hoje verificamos a grande anomalia que é capaz de haver numa pequenina localidade, em que há 200 tractores, quando dois ou três

O acesso às fontes de informação, à cultura e à educação

Os habitantes do Cachão tinham acesso à informação, a ponto de ficarem a saber o que se passava no país e no mundo, através da rádio e da televisão[224].

As pessoas do Bairro Social passaram a ter televisão, entre 1965 e 1970, e havia rádio na aldeia já antes desta data[225].

Quando conviviam no café, conversavam, embora não se falasse muito de política[226], mesmo que houvesse uma ou outra pessoa a par da Situação.

As pessoas fixaram-se no Cachão, começaram a trabalhar e preocuparam-se em juntar dinheiro para comprar uma casa, pois não tinham nada nas suas aldeias[227]. Antes de trabalharem no complexo, o poder de compra era muito fraco[228].

Não houve muita apetência pela leitura dos jornais[229] e pouca gente se preocupava em saber o que se passava, a nível político[230].

O acesso à cultura e aos tempos livres

Os tempos livres eram passados nas tabernas e no café, localizados na parte velha da aldeia, mas também se desenvolveram, com essa finalidade, outros projectos: «o CAT, o grupo folclórico, o grupo de futebol, o intercâmbio com outros CAT de outras regiões, e com Mirandela. Criou-se um campo de futebol, começou-se a participar nos campeonatos regionais. O Cachão foi dinamizador de muitas coisas»[231].

O CAT era um projecto integrado no apoio aos trabalhadores, integrado na FNAT, que teve uma dinâmica muito grande, no campo cultural e desportivo: «À noite, a COOPENORD fechava, mas no CAT, havia um barzito que estava aberto até às 11 ou até à meia-noite. E as pessoas podiam conversar, beber café e umas cervejitas, jogar dominó, cartas, snooker[232], ping-pong e matrecos[233]».

---

chegavam para cultivar toda a área que existe na aldeia. Isto só para vermos a aberração que é o termos investido em equipamentos que ficou tudo subaproveitado. Ainda hoje se verifica isso». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[224] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[225] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[226] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[227] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[228] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[229] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[230] «Havia meia dúzia de pessoas que, de facto, tinham no dia-a-dia movimentações a nível sindical. Havia sindicatos dos diferentes sectores de actividade, em pleno funcionamento, e havia reuniões periódicas com a administração». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[231] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[232] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[233] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

O CAT dinamizava a aldeia e ali surgiu um ou outro filme[234]. Apesar de ter sido criado para os trabalhadores, estava aberto à população: «o próprio bar e o próprio centro tinham até um acesso, através de uma escada em ferro, independente da fábrica, para as pessoas poderem entrar directamente para o CAT»[235].

Dentro do complexo, havia o Salão da Lavoura, onde se realizavam reuniões com os lavradores.

As festas da aldeia eram celebradas no largo, localizado em frente a um dos portões do complexo. Os largos da aldeia eram locais em que as pessoas se juntavam, conversavam e jogavam ao fito.

No Cachão, o campo de futebol, que esteve para ser construído junto à barragem, acabou por se fixar no local em que tinham projectado construir a capela de Santo Isidro[236].

A paroquialidade para a aldeia

O Cachão, inicialmente, pertencia à paróquia de Frechas. A partir do momento em que surgiu a vontade de se constituir como paróquia, foi necessário equipar a aldeia com uma igreja e um cemitério.

A paroquialidade deu ânimo a esta população: passou a ter pároco permanente e organizou a sua religiosidade, em torno da sua igreja e das festas em honra do seu santo padroeiro.

A vida religiosa e simbólica plasmou-se nestas vivências e a paroquialidade favoreceu religiosa e culturalmente a população do Cachão.

O Cachão e o desenvolvimento de projectos (religiosos, desportivos, recreativos e culturais)

As vivências comunitárias, no Cachão, não se chegaram a desenvolver como um projecto: as pessoas podiam ter conhecimento de vivências comunitárias das suas aldeias, mas ao chegarem ao Cachão, apareceu-lhes um projecto novo, ao qual aderiram[237].

Quando o complexo começou a funcionar, a população do Cachão passou a ter um padre assistente, o P^{e} Fernando, do concelho de Vinhais, e as primeiras missas foram celebradas no

[234] «Cinema havia, de vez em quando, lá iam mostrar umas fitas, mas teatro não havia». In Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[235] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[236] O Eng.º Camilo tinha projectado para o local, junto à barragem: «uma pousada, um campo de futebol, um campo de golfe...». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004
[237] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

Salão da Lavoura[238], porque não havia igreja. Esta veio a ser construída pelo CAICA, aproveitando um armazém camarata[239] (Anexo 36, Fig. 36.1, Vol. II, p. 68).

O Eng.º Camilo quis escolher Santo Isidro como orago do Cachão, por ser o padroeiro da Lavoura. Entre as imagens colocadas na nova igreja, para veneração, contam-se: a de Santo Isidro, a de Nª Sª do Cachão e a de S. Paulo.

Mais tarde, construíram um cemitério[240] e criaram a paróquia do Cachão. Estava encontrada uma identidade cultural e religiosa para a aldeia, pois já tinha uma igreja, um padroeiro e era uma paróquia.

Com a evolução do complexo agro-industrial e como as fábricas estavam todas concentradas na aldeia, a população começou a organizar a festa em honra do santo padroeiro, Santo Isidro. A festa nasceu de forma espontânea e gerou uma dinâmica na população, pois teve de se organizar em torno de um projecto comum, de uma mesma comemoração, o que lhe deu coesão e capacidade de se identificar como grupo.

As vivências religiosas no Cachão passaram a ser vividas com intensidade[241].

A primeira festa foi celebrada no dia 15 de Maio, dia de Santo Isidro. E, como a população começou a aderir, passaram a organizar, a partir do 2º ano, duas festas: uma, mais pequena, no dia 15 de Maio, festa religiosa, em honra de Santo Isidro. Como esta festa era muito cedo, passaram a celebrar outra, a Festa do Cachão, no 2º domingo de Julho.

A Festa do Cachão, dinamizada por uma Comissão de Festas, durava dois a três dias e era organizada, à semelhança da de NªSª do Amparo, em Mirandela[242], com: carrosséis, barracas, romaria[243] e uma procissão, com a presença da GNR, a cavalo, duas ou três bandas de música e fogo de artifício. Os escuteiros ajudavam na procissão e animavam os serviços religiosos da aldeia, para além de dinamizarem outras actividades típicas desta organização[244].

---

[238] Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

[239] Era um armazém camarata que foi transformado em igreja. Na altura, havia várias camaratas: havia essa, logo ligada ao celeiro, e havia outra encostada à cantina. Isso significa que a população de trabalhadores era muito grande e não havia casas... Recuperaram um armazém [In Entrevista nº 1, Cachão: 2004. Entrevista nº 2, Cachão: 2004 e Entrevista nº 3, Cachão: 2004] e a igreja tem condições para a população». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[240] «Mais tarde, pensámos em fazer aqui uma paróquia. Nós estávamos subjugados à paróquia de Frechas e não podíamos ser paróquia, porque não tínhamos cemitério. Então, eu e o Santos fomos a Frechas falar com o Eng.º Faria para ver se nos vendia o terreno para se fazer o cemitério. E o Eng.º Faria, que era nosso amigo, disse-nos: "Eu não vos vendo o terreno, dou-vo-lo. Ide lá e escolhei e fazei e só me dizeis onde é". A partir daí, passámos a paróquia». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[241] Começaram também a construir uma pequena capela, em honra do santo, «lá em cima, no morro, por cima da Quinta do senhor Campos», ainda organizaram o projecto e rasgaram o acesso, mas a capela não chegou a ser construída. In Entrevista nº 5, Cachão: 2004. Os habitantes do Cachão tinham, inicialmente, uma fraca vivência religiosa, e estavam religiosamente isolados, em relação a Frechas. Esta vivência também se explica, pelo facto de passarem a viver no Cachão pessoas oriundas de vários locais do distrito de Bragança, tendo hábitos religiosos, culturais, maneiras de ser e comportamentos diferentes.

[242] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[243] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[244] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

A festa era «muito animada», pois havia desporto[245], «convívio social [...], e vinham avionetas...»[246]

Cada Comissão de Festas procurava fazer melhor que a anterior, o que fez com que se criasse uma dinâmica e que se tivessem realizado festas monumentais. Em 1980-82, foram gastos na festa «2 mil e tal contos». Como o complexo tinha dois ou três mil fornecedores, todos «davam dinheiro e tinham todo o gosto em participar»[247].

Na freguesia de Frechas, existem rituais festivos na noite de Reis, na Noite de Natal e no São João.

As festas e romarias que se celebram na freguesia de Frechas são: S. Miguel (29 de Setembro), Santo Isidro (15 de Maio), Nª Sª de Lurdes (11 de Fevereiro) e Nª Sª do Aviso (3º fim-de-semana de Agosto).

As grandes festividades realizadas em honra de S. Miguel, em Frechas[248] e no Cachão, incluíram, em 1968, pela primeira vez, «alguns números de certo relevo», graças ao esforço da Comissão de Festas daquele ano: «tiro ao voo; procissão, arraial, banda de música e um encontro de futebol»[249].

Foi em torno do complexo e de todas as infra-estruturas que se instalaram na aldeia do Cachão que se construiu um «elo de ligação muito grande»[250]. Para a consubstanciação deste elo, houve o contributo do CAT, da COOPENORD e das festividades religiosas: vectores que imprimiram uma grande dinâmica e impacto.

---

[245] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[246] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[247] Entrevista nº 4, Cachão: 2004. Em 1982, as festas em honra de Santo Isidro realizaram-se nos dias 3 e 4 de Julho, contando com «as mais diversas cerimónias religiosas, competições desportivas e atracções: agrupamentos de música ligeira que animaram os arraiais populares; banda musical que acompanhou uma das mais imponentes e mais famosas procissões do Nordeste; festival aéreo; exposição de máquinas agrícolas; atletismo; encontro de futebol amigável, entre o Grupo Desportivo do Cachão e o Grupo Desportivo de Valpaços». In *Boletim Informativo Nordeste*. CAICA, SARL: Cachão-Mirandela, ano 3, nº 15 (Jan. Jul. 1982), p. 2.

[248] Obs.: Frechas foi vila e teve concelho próprio, mas foi extinto em 1835, data em que passou a pertencer ao concelho de Mirandela. Teve foral em 10/3/1513, concedido por D. Manuel I.

[249] «Programa das festas: Dia 21- às 15 h, no campo de jogos de Frechas, grande torneio de tiro ao voo, com a presença dos melhores atiradores da região; Dia 22, às 7 h, salva de morteiros anunciará o início das festividades; às 8 h, chegada da banda de música de Felgar (Moncorvo) que percorrerá as principais ruas de Frechas e Cachão, em saudação aos seus habitantes; às 9h, chegada do grupo dos Zés Pereiras, de Carrazeda de Ansiães, que igualmente percorrerá as ruas da freguesia; às 12 h, missa cantada, na igreja matriz (Anexo 36; Fig.36.2, p. 68), e sermão pelo Rev. Pe. Álvaro Augusto Ferreira; às 14 h, majestosa procissão, com numeroso número de andores e figuras alegóricas, ricamente vestidas pela Casa Leonor Figueiredo Sá, de Mirandela, que percorrendo as ruas da aldeia de Frechas recolherá à igreja matriz; às 18 h, grande encontro de futebol, entre a equipa local e o grupo da região; às 22h, início do arraial, onde, pelo pirotécnico António Araújo, irmão e sobrinho, de Valpaços, será queimado lindo e vistoso fogo preso e do ar». In Grandes festividades em honra de S. Miguel em Frechas e no Cachão. *NM*. Mirandela. (15/968), p. 5.

[250] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

O Cachão teve «uma equipa de futebol na 3ª divisão»[251], sendo o grupo desportivo constituído, na sua maioria, por trabalhadores do complexo[252].

A Associação Cultural e Desportiva do Cachão funcionou, durante muitos anos, e ficou inactiva, quando o CAICA fechou[253]. Esta associação chegou a ter um rancho folclórico (S.Tiago), o grupo de futebol, e um grupo de escuteiros[254].

O grupo de Escuteiros foi importante na vida da aldeia: pelos princípios e valores que sempre tentou incutir nos jovens e pelo trabalho de animação de algumas cerimónias[255].

Outro aspecto assinalável no Cachão relaciona-se com a dinamização e com o impacto do grupo folclórico de S. Tiago[256] e com a criação de uma banda de música[257].

Tradições

Quando tocava às Avé-Marias, os filhos tinham de ir para casa, pois, nessa altura do dia, rezava-se em família. Era impressionante e «recordo também, com saudade, a união familiar, dentro do lar e extra-lar, com os outros parentes e afins»[258].

A matança do porco era também uma festa para a família e uma tradição[259].

A modernidade acabou com muitas tradições: a televisão trouxe novidades, a informação, programas culturais, desportivos e recreativos, mas «acabou com o diálogo em família», porque se está mais atento ao desenrolar dos programas. Os próprios processos de aprendizagem eram diferentes: «os alunos eram obrigados a saber de cor as coisas, mas sabiam mesmo; não é como agora. Recordo que, à noite, estava escuro que nem breu e nos lares ouvia-se cantar e rezar em família. A riqueza também alterou as coisas»[260].

---

[251] Entrevista nº 1, Cachão: 2004. A Câmara Municipal de Mirandela procedeu à restauração do campo de futebol, cuja inauguração ocorreu a 25 de Novembro de 2001 e construiu um pólo desportivo, equipado para a prática de desporto.

[252] «Iam buscar os jogadores fora e davam-lhes emprego no complexo. Trabalhavam e ficavam aqui». In Entrevista nº 3, Cachão: 2004 e Entrevista nº 2, Cachão: 2004.

[253] Entrevista nº 3, Cachão: 2004

[254] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[255] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

[256] «Criámos o rancho folclórico de S. Tiago. Já existia o nome, nós é que o dinamizámos, demos-lhe vida. Comprámos fatiotas, comprámos instrumentos, criou-se uma dinâmica grande, celebraram-se contratos para todo o lado e feitio. Teve um impacto muito grande, muito grande. In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[257] O Cachão teve uma banda de música, a cargo de um maestro da banda de Carviçais, que trabalhou no complexo e no armazém. «Depois, ainda fizeram actuações. Aquilo [a banda e o rancho] foi abaixo e o Augusto levou tudo para Mirandela, fardas e tudo. Ninguém se interessou e aquilo acabou». In Entrevista nº 4, Cachão: 2004.

[258] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[259] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[260] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

4.3 - A dinâmica cultural no Romeu

O ensino, a educação e a informação

O Romeu teve uma Escola Primária (Anexo 37; Fig.37.8, Vol. II, p. 73) construída pela família Menéres. Esta família pagava à professora, fornecia-lhe «uma casinha para nela viver»[261] e dava de comer às crianças na Cantina, pelo menos, a partir da década de 60. A escola era frequentada por muitas crianças do Vimieiro, Romeu, Vila Verdinho e Vale de Couço[262].

As pessoas do Romeu e de Vale de Couço possuem memórias do tempo em que andaram na escola e das dificuldades por que passaram, devido à dureza da vida e à falta de condições para a frequentar[263].

A Casa Menéres preocupou-se com a formação e com a informação, a nível de inovações e de novas técnicas a implementar na agricultura da região, recorrendo à organização de visitas às suas instalações e concretizando conferências, palestras, encontros...

A transmissão de valores do Estado Novo

Os alunos, todos os dias, ao começar a escola, punham-se de pé e cantavam o hino nacional. E, quando a bandeira nacional era hasteada, tinham de se pôr em sentido.

A inscrição apologética que figura na parte frontal da Escola Primária do Romeu refere-se à imagem da pátria, como "ente" superior, que era preciso servir, personificada na alusão (Anexo 37; Fig.37.8, Vol. II, p. 73): "Aqui aprende-se a ser útil à Pátria". Na Escola Primária, aprendia-se, entre outras coisas, a História de Portugal, normas e valores.

Na parede frontal da Antiga Casa do Povo do Romeu (Anexo 37; Fig.37.5, Vol. II, p. 71), elemento do corporativismo, estão patentes inscrições apologéticas do regime, valores que o Estado Novo tentava infundir no todo nacional e que chegaram ao conhecimento dos habitantes da freguesia do Romeu e de quem passava pela EN 15: "Deus, Pátria e Lar" e "Ordem, Paz e Progresso"[264].

---

[261] Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[262] «Dantes, não havia professora, a escola era na Carriça, Vale de Couço. Ali, na Carriça, não vivia lá ninguém, só lá vivia simplesmente o Parente velho e a mulher e os filhos do senhor Lopes e a esposa, o senhor Menéres e o chefe da estação e mais nada. E as crianças iam lá todas às aulas. O senhor Menéres fez lá a escola, onde iam os do Vimieiro, os do Romeu, os de Vila Verdinho e os de Vale de Couço. E eram muitos». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.

[263] «Andei na escola de Alvites e era légua e meia [...]. Depois fizeram uma escola no Vimieiro, numa casa particular, de um senhor capitão. Depois, o tal capitão disse ao senhor Inspector da escola que, da Açoreira a Alvites tínhamos de atravessar um ribeiro e era mais longe, ao passo que de Açoreira para o Vimieiro ficava mais perto. E os alunos da minha aldeia passaram a vir para o Vimieiro. Ali, fiz a 3ª classe». Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[264] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003

As dificuldades em estudar

As famílias eram muito numerosas[265] e debatiam-se com vários problemas, devido à falta de dinheiro, pelo que não podiam deixar ir estudar os filhos, após a conclusão da 4ª Classe. Normalmente, só estudavam os filhos de pessoas ricas e, das restantes, pouca gente estudava[266].

O tempo em que as pessoas frequentaram a Escola Primária deixou memórias muito vivas: era difícil estudar, pois era preciso ir a pé à escola, não havia calçado[267] e havia pouca comida para o lanche. Muitas crianças ficaram privadas de frequentar a escola, porque tinham de ficar a tomar conta de irmãos mais novos ou eram precisas para realizar outras tarefas e «não chegaram a aprender a ler e a escrever[268].

Os Seminários, durante o Estado Novo, tiveram um papel decisivo na formação cultural, humana e religiosa de muitos rapazes da região: «Era quase um tipo de ensino exclusivo, uma vez que, pelas fracas possibilidades económicas, estas instituições eram quase a única maneira de estudar»[269].

O analfabetismo

No Romeu, «eram poucos os que acabavam a 4ª classe»[270]. A pobreza e o tipo de economia, de subsistência, em que todos eram necessários, como forma de equilibrar o sistema, foram causas que justificam analfabetismo[271] (Capítulo IV).

O analfabetismo existiu e muitas crianças não chegaram a frequentar a escola ou abandonaram-na, ficando sem saber ler nem escrever, porque tinham de levar o comer ao pai ou tratar dos mais novos e ficavam em casa. Outras «não podiam ir à escola, enquanto a mãe cozia o

---

[265] «A minha mãe, por volta de 1968, tinha dificuldade em criar 6 filhos». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[266] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[267] «Nasci em 1931 e tive que ir à escola Primária para Alvites, a pé e descalço, mesmo que houvesse gelo ou geada». In Entrevista Nº 6, Romeu: 2003.

[268] «Recordo-me de frequentar a escola primária, no Romeu, deslocando-me diariamente para Vila Verdinho, a pé, na companhia de outras crianças da aldeia. Nas casas onde havia muitos filhos, os mais velhos tinham de cuidar dos mais novos e, por isso, não frequentavam a escola, pelo que muitos não chegaram a aprender a ler e a escrever.
No trajecto, a caminho da escola, íamos chamando os colegas, por onde passávamos, e recordo-me que, certo dia, uma colega não queria ir à escola, porque não tinha nada para comer, porque os pais não lhe arranjaram ou não tinham. Então, voltei para trás, até minha casa, e arranjei-lhe que comer. E lá foi connosco para a escola». In Entrevista Nº 1, Romeu: 2003

[269] Entrevista Nº 20, Romeu: 2003

[270] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

[271] «O meu pai e a minha mãe tinham muita lavoura, naquele tempo. Tinham cria e eu era a mais velha. Quando a minha mãe faleceu, eu tinha 14 anos, esta minha irmã tinha 8 e o meu irmão tinha 7 [...] A minha vida era ir para baixo, para a ribeira, no lameiro, com os vitelos e com o menino, o meu irmão. Eu nem 8 dias andei na escola. Cheguei a ir e os meus pais até diziam: "Que pena! Esta rapariga aprende tão bem!" Mas tiraram-me e não sei a secura da minha vida...Naquele tempo, havia muitas limitações, foi uma vida difícil e não se podia ir à escola». In Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004.

pão ou ia buscar lenha à cabeça. «Havia muitos analfabetos e ainda hoje há muitos» e «havia mães que se interessavam pelos filhos e tinham que ter possibilidades para os pôr a aprender»[272].

A educação: as mães educadoras dos filhos e o pai ausente na educação

A educação ficava a cargo da mãe, porque, como não trabalhava fora de casa, ficava com mais tempo para se dedicar a esta tarefa. O pai ficava ausente da educação dos filhos e trabalhava para sustentar a família: «O pai não tinha parte na educação dos filhos, pois saía cedo para trabalhar e voltava tarde para casa. Era o homem que tinha a responsabilidade de ganhar para sustentar a família»[273].

Dois mundos sociais diferentes: homens e mulheres; filhos/ filhas

No meio rural, havia espaços definidos para a mulher, para o homem e, até, para as crianças. As mulheres, no Romeu, cuidavam da casa e dos filhos, realizavam alguns trabalhos no campo «e não votavam»[274]: modelo encaixado no tipo de sociedade defendido pelo Estado Novo. Raramente saíam do seu mundo e, muitas vezes, só o faziam acompanhadas pelo marido ou pela família. «A mulher era apontada por tudo: pelo que vestia, pelo que fazia...»[275]

O homem tinha mais direitos que a mulher: domínio sobre a mulher, sobre os filhos e sobre a família; domínio sobre o mundo do trabalho e dos negócios; vivia muito mais liberto de códigos de conduta que a mulher.

Na sociedade rural, era o homem que devia trabalhar, negociar e arranjar o dinheiro para sustentar a família. Só ele podia frequentar as tabernas e outros espaços sociais específicos.

Os filhos estavam muito dependentes da mãe, que os educava, mas não podiam andar até muito tarde na rua, pois ao toque das Avé-Marias tinham de estar em casa. Não podiam frequentar as tabernas e entravam nestes espaços e nas barbearias, acompanhados por um familiar. As filhas ficavam em casa, a aprender a bordar, a cozinhar, a fazer renda e a preparar-se para ser futuras mães. Muitas vezes, encontravam-se com as amigas na rua ou no largo da aldeia e conversavam um pouco. Tinham de mostrar uma conduta exemplar para não "serem faladas" (Anexo 16, Vol. II, p. 32).

---

[272] «Minha mãe mandou-nos a todos à escola, mas ainda ficou a minha irmã mais velha analfabeta. Foi um tempo horrível aqui há uns 60 ou 60 e tal anos». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[273] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003

[274] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003.

[275] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003

O acesso às fontes de informação, à cultura e à educação

No Romeu, houve dificuldade de acesso às notícias e à informação[276], porque não tiveram os meios de comunicação para as difundir. O dinheiro era pouco para a aquisição de rádios e de televisões, para pagar a energia eléctrica, para registar estes aparelhos e pagar anualmente a respectiva taxa. Quando algum familiar os visitava, informava-os sobre o que se estava a passar na região, no país e no mundo[277].

Antes da década de 60, a informação ia chegando a Vale de Couço, através do correio, através de pessoas que apareciam na aldeia, pelo comboio e através de um rádio que um senhor tinha. A falta de dinheiro limitava o acesso à informação[278].

Quando alguém precisava de telefonar, ia à estação da CP, onde deixavam telefonar e havia um telefone público que funcionou na Casa Menéres, passando posteriormente para a venda da aldeia[279].

A primeira televisão chegou ao Romeu pela mão do P^{e} Angélico[280], por volta de 1965 [281], tendo sido ele a mandar compor a Casa Paroquial, onde «os padres vinham [iam] fazer reuniões de mês a mês»[282].

Em Vale de Couço, o senhor Menéres arranjou um televisor que colocou na Casa do Povo para as pessoas assistirem, à noite, a programas recreativos, culturais e noticiosos, pois não havia mais nada[283]. Os tempos livres eram também passados a contar histórias, a dançar nos bailaricos e a rezar[284].

Para além da família Menéres e da acção do P^{e} Angélico, foi também destacada a acção do pároco Dr. Negreiros, graças aos quais o Romeu passou a ter algumas melhorias culturais, primeiro que outras aldeias da zona[285].

O trabalho no campo era realizado de sol a sol, mas as pessoas enfrentavam todas as canseiras que este implicava, porque precisavam de ganhar dinheiro para comer e tinham espírito de dedicação e de sacrifício[286].

---

[276] O pároco, P^{e}. Negreiros, lia regularmente o jornal. In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004 e Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[277] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004

[278] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[279] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[280] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

[281] Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004

[282] «A casa pertence à Casa Menéres e apoderaram-se dela para fazer lá a Loja do Romeu». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[283] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[284] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003

[285] «Quando era o dia 13 de Maio, ele [P^{e} Negreiros] tinha um rádio e armou um projecto que punha em cima do telhado da casa e chamava a gente toda para a rua e ouvia-se tudo de Fátima. Nessa altura, não ia a Fátima quase ninguém, não havia transporte». In Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[286] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

A vida comunitária da freguesia do Romeu decorria em torno de formas de cultura típicas, que tinham uma utilidade: levavam à partilha, à união e à animação e serviam para as pessoas se divertirem, conviverem, festejarem e para conservar viva a memória das suas aldeias[287]: danças e cantares, o rancho folclórico, a banda de música[288], bailaricos[289], jogos tradicionais (o pau, o fito, a relha, o ferro...), sessões de cinema, teatrinho, igreja, escola, Casa do Povo, televisão, Museu e a associação[290].

A Associação Cultural e Desportiva do Romeu animou a comunidade a nível cultural e recreativo e chegou a ter: um grupo folclórico, uma banda de música e um grupo de futebol.

O Museu conserva memórias da família Menéres, da povoação do Romeu e da região. O valor do espólio que ali se tem conservado faz deste espaço um local de visita de nacionais e estrangeiros. [291] «E a gente gosta muito»[292].

O Museu possui peças antigas únicas, coleccionadas pela família Menéres e outras que foram sendo adicionadas por compra, ou oferta, ou por direito de idade: uma carruagem Mylord da condessa de Monsalim; a 1ª bomba de incêndios, móvel, que existiu em Portugal, oferecida à Câmara de Gaia por D. Maria II; o 1° Ford T que veio para Portugal, por Manuel Menéres ser o representante das marcas Ford e Vauhxaul, no norte do país; carros de cavalos, bicicletas, biciclos; as primeiras máquinas fotográficas e de cinema, caixas de música, relógios, aparelhos de telefonia, máquinas de costura, máquinas de fazer contas, máquinas de escrever; apetrechos de lagares de vinho e de azeite; diversos documentos e objectos do início desta casa agrícola[293].

A freguesia do Romeu possui um conjunto de riquezas etnográficas e históricas, devidamente preservadas, graças ao contributo da família Menéres, a quem se deve também uma boa parte do desenvolvimento da educação, dos melhoramentos da habitação, da cultura da vinha, do azeite, da cortiça e de outros produtos. Os jardins, os monumentos, as casas típicas, o restaurante, o museu, as capelas e a igreja Matriz tornam a aldeia do Romeu muito especial e acolhedora[294].

Os monumentos mais importantes do Romeu, relativos à memória cultural e religiosa e patrimonial, são (Anexo 37, Vol. II, pp. 70 e ss.): a capela de S. Sebastião, também conhecida

---

[287] «Recordo a alegria no trabalho e como se ocupava os tempos livres: com sessões de cinema e peças de teatro. Eram períodos de paz, de sinceridade, de honra, de honestidade, de respeito e de educação. Era o tempo de trabalhos colectivos». In Entrevista N° 15, Romeu: 2003. «De salientar que, apesar de todas as dificuldades da época, havia a alegria no trabalho, o convívio das pessoas, o grande respeito e a educação...». In Entrevista N° 3, Romeu: 2003.

[288] «O teatrinho [...] uma banda de música e um grupo folclórico e um grupo de futebol». In Entrevista N° 2, Romeu: 2003

[289] «Antigamente, a gente dançava ao toque do realejo, jogava-se as cartas, o fito, o pau...». In Entrevista n° 3 b, Romeu: 2004.

[290] Entrevista n° 3 a, Romeu: 2004

[291] No muro da entrada para o Museu, pode ler-se: «Este pequeno Museu está nesta aldeia, graças à generosidade de D.Maria Isabel Bacelar». In BABO, Op. cit., (23/4/67), p. 6.

[292] Entrevista n° 2 a, Romeu: 2004

[293] VISEU, Op. cit., p. 84 e CARMO, Op. cit., (15/10/2004).

[294] Entrevista n° 1, Romeu: 2004

por capela de NªSª do Rosário[295], a igreja Matriz, as casas típicas da aldeia, o Restaurante Maria Rita, o Museu de Curiosidades e dois cruzeiros; em Vale de Couço: as Casas do Povo, a velha e a nova, a Casa Menéres, distinta casa senhorial, a Escola Primária, a capela de Santo Amaro[296], a ponte de passagem do comboio e a estação do comboio; no Cabeço das Ovelhas, a capela de NªSª de Jerusalém do Romeu.

O acesso aos tempos livres

As pessoas recordam as suas vivências: sociais, culturais, religiosas (festas, procissões e romarias...) e desportivas, numa época em que as aldeias eram muito animadas: «Os homens jogavam ao fito, ao ferro, iam aos bailaricos e à missa; as mulheres bordavam, remendavam e bailavam»[297].

Antes de haver rádio, as pessoas divertiam-se a cantar e a dançar, na rua, no largo da aldeia, ao som da viola, da guitarra e do realejo. Era uma enorme alegria que se alterou nos dias de hoje[298].

A taberna, os largos da aldeia e a Casa do Povo eram espaços privilegiados de convívio e onde passavam alguns tempos livres.

A paroquialidade para a aldeia

A ideia de paroquialidade ajudou a afirmar o Romeu na sua área de influência. Esta aldeia exerceu não só uma centralidade na celebração de cerimónias religiosas[299], mas também um impacto na vida das pessoas da paróquia e da região. A vida religiosa teve como elemento central, essencialmente, a igreja Matriz[300]. Como cabeça de paróquia, era no Romeu que vivia o pároco e ficava a igreja matriz, que data do séc. XII. Era ali que acorriam as pessoas de Vale de Couço e de outras aldeias vizinhas para a missa e para as celebrações religiosas.

---

[295] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004. A capela é da Nª Sª do Rosário, a imagem veio da igreja matriz e já a quiseram roubar; e o S. Sebastião foi para a igreja matriz». In Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004. «S. Sebastião é o advogado dos porcos, porque a minha mulher dá sempre o valor de uma orelha, em dinheiro». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[296] «A capela deste santo era na linha, à beira da Casa Amarela, mas foi mudada, por causa do comboio passar. Foi o senhor Manuel Menéres que a mandou construir, onde está hoje». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[297] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003

[298] «O dinheiro pôs as pessoas doidas. Antigamente, vivíamos da lavoura, com pouco dinheiro, havia alegria, cantava-se, dançava-se e era tudo união. E, agora, não. As pessoas tornaram-se importantes». In Entrevista nº 2 b, Romeu: 2004.

[299] Obs.: a partir da entrada em funcionamento do restaurante Maria Rita, muitas pessoas de outras terras escolheram o Romeu para celebrar casamentos e baptizados.

[300] Entrevista Nº 20, Romeu: 2003

Festas e tradições

No dia 21 de Agosto de cada ano, há um convívio no Romeu, uma festa do povo, que tenta juntar famílias e amigos: «É um convívio do povo do Romeu. Às vezes, por causa de certas pessoas que não podem vir, faz-se noutro dia [...], mas é sempre nesse mês. E há muitos dos que vêm aí [Romeu] de Bragança, Macedo, Cortiços: é uma tradição»[301].

O momento alto da vivência religiosa, aquela em que as populações das três aldeias (Romeu, Vale de Couço e Vimieiro)[302] se uniam para festejar, era em honra de Nª Sª de Jerusalém do Romeu. Esta festa, celebrada no 1º Domingo de Setembro, tem uma longa tradição e atrai muitas pessoas, nesse dia. A festa era organizada pela Casa Menéres e, actualmente, a parte religiosa fica a cargo desta família e a parte profana da Comissão de Festas[303].

As manifestações culturais das populações desta freguesia estavam imbuídas dos factores religioso[304], profano e económico: as procissões, em honra do santo padroeiro, movimentavam toda a população e mostravam uma comunidade fervorosa, impregnada de uma forte religiosidade; a realização obrigatória de arraiais populares, com fogo de artifício e baile, estavam associadas ao carácter profano; o factor económico era revelado pelas promessas com que os devotos brindavam os seus santos protectores na procissão, promessas que, muitas vezes, eram alusivas às actividades agrícolas.

A matança do porco é uma tradição da freguesia do Romeu que a Junta de Freguesia deseja manter, pois é um acontecimento que se renova anualmente, aberto a toda a população e a muitos convidados, «autoridades locais e distritais»: um «evento único em Mirandela»[305].

A população recorda como foram vividas as festas de inauguração dos melhoramentos das aldeias (as danças, ao som do realejo e de instrumentos de corda; a presença do Presidente da República, Américo Tomás, do Ministro Arantes e Oliveira, do governador civil de Bragança, de outros membros do governo, de autoridades locais e do povo[306]) e, ainda, a tradição do toque do sino, para avisar e reunir o povo, sempre que surgia um problema[307].

---

[301] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[302] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

[303] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003. «Antes, não havia uma festa tão grande nestes arredores, porque saía da igreja matriz, no Romeu, ia à aldeia de Vale de Couço e dava a volta até ao Santuário de NªSª de Jerusalém. Os homens pegavam nos andores e vinham os anjinhos, todos bem vestidos, que era o senhor Menéres que mandava arranjar as vestimentas. E, através daquela Confraria [de NªSª de Jerusalém do Romeu], manteve-se uma tradição muito longa. Mas, agora, já é outra coisa». In Entrevista Nº 1, Romeu: 2003.

[304] A vida religiosa tem sofrido o impacto da modernidade, da emigração e da desvalorização de práticas ancestrais que uniam a igreja e as comunidades de fiéis. In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004

[305] AGENDA MIRANDELA. Mirandela: edição da Câmara Municipal de Mirandela, nº46 (28 Fev. 2006), p. 6.

[306] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003 e Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

[307] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004. No Romeu, não gostam que toquem a pequena sineta da igreja matriz: «lá na curva do adro, mataram um homem que veio tocar o sino, porque aqui levam a mal que toquem o sino». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

5 - Conclusão: os reflexos das actividades culturais nas memórias sociais.

Durante o Estado Novo, houve a manutenção do *corpus* social das aldeias, através de um suporte valorativo que incluiu: um limitado acesso à cultura; um processo de aprendizagem, relacionado com o mundo do trabalho e com as actividades agro-pecuárias e artesanais; um domínio de técnicas de conservação da produção; a preparação para a mudança, trazida pela industrialização, pela urbanização e pela economia de mercado (formação educacional e formação cultural e técnica).

Durante muito tempo, o mundo adstrito à aldeia apelou para contextos localizados, limitados e pouco exigentes: havia a aceitação e a renovação das formas culturais existentes e a partilha de outras que, ao longo dos tempos, ali foram chegando. Estas eram levadas por vendedores ambulantes, por trabalhadores sazonais, por pessoas que visitavam as aldeias...

Com a construção de estradas, diminuiu o isolamento territorial e informativo. Os meios de comunicação social começaram a ser difundidos e a escola passou a ter uma maior abrangência e encontrou outra função. Abriram-se as portas a uma cultura mais partilhada e actualizada, contextualizada e promotora da afirmação do indivíduo na sociedade.

A modernização provocou uma alteração nas vivências culturais, nas apetências pela informação e pelo enriquecimento cultural: aumentou a frequência escolar em todos os níveis de ensino; aumentou o número de visitantes a museus, a bibliotecas... A curiosidade aumentou o desejo de pesquisa e de afirmação pessoal.

Durante o período em estudo, sentiu-se a intensificação política estatal, ao fazer a promoção da cultura popular, através de representações inseridas em actividades dos organismos corporativos. Estas representações serviam para fazer a glorificação de uma tradição, virada para o passado (as danças, os cantares e os trajes dos tempos dos avós: ranchos folclóricos regionais[308]; a alegria no trabalho; o nacional cançonetismo, o fado...) e para reavivar costumes e tradições, de forma a manter viva a memória colectiva.

Estas manifestações culturais reproduziam um cenário bucólico e idealista, pois pretendiam revelar as populações a viver satisfeitas, entregues às mesmas actividades de sempre e a jubilar com as suas danças e cantares[309]. Esta imagem foi reproduzida pelos entrevistados, pois reconheciam valor a esse tempo de harmonia e de alegria da comunidade aldeã.

O regime defendia, ao mesmo tempo, uma educação elitista, que afastava as pessoas sem recursos da possibilidade de poder aumentar o seu nível cultural e de prosseguir estudos.

---

[308] Obs.: o Romeu teve um grupo folclórico que funcionou, aquando das inaugurações de melhoramentos. O folclore funcionou como um elemento de propaganda pelo Estado Novo.

[309] PINTO, António Costa [et al.] (org.) - *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia, 1926-59*. Lisboa: Fragmentos, 1987. Vol. II, p. 109.

As três aldeias partilharam das seguintes manifestações culturais: cinema ambulante; teatro e representações de usos e costumes, de vertentes nacionalistas, de temáticas formativas da colectividade, viradas para a cultura popular; no Romeu e no Cachão funcionou uma banda de música e um rancho folclórico. O futebol permitiu a regeneração e a afirmação do bairrismo, contra uma equipa vizinha, o reforço dos laços sociais, o aproveitamento dos tempos livres, a animação de competições regionais, caseiras e festivas[310].

Em Mirandela, houve "serões para trabalhadores", realizados pela FNAT, com actuações de artistas portugueses, conhecidos do público, e animadas por locutores da rádio e por orquestras e grupos da época, o que demonstra que a população foi seguidista do espírito que animava estas manifestações culturais

Até aos anos 60, como não havia televisão, a população tinha outras formas de passar os tempos livres, que valorizavam a cultura oral tradicional e a cultura popular (jogos tradicionais e populares, danças, cantigas[311], costumes, bailes, festas, procissões...), em que se concretizava o encontro da alma colectiva da aldeia, a partilha de uma identidade e de memórias comuns.

A televisão apareceu na região, em finais dos anos 60, invadindo a casa das pessoas e levando-lhe as notícias actualizadas, a cultura, os passatempos, os programas recreativos (festivais e concursos), o desporto (jogos de futebol e de Hóquei em Patins, Volta a Portugal em Bicicleta...) e começando a introduzir alterações nos seus hábitos e na sua cultura (Anexo 53, Vol. II, p. 117).

O «redobramento simbólico» e ideológico dos padrões tradicionais foram controlados, durante o Estado Novo, pela acção disciplinadora e pelo enquadramento dos elementos de dominação sócio-cultural[312]. A cultura relacionou-se com os processos sociais e ficou ligada às correntes imagéticas do pensamento e ao capital simbólico[313], também libertadores, num mundo de tensões, como era o espaço rural. As práticas simbólicas (religiosas, tradicionais, culturais...) corporizaram as esperanças libertadoras dos transmontanos e ajudaram a transformar a visão do mundo.

A cultura e o ensino ajudaram a construir: a imagem social da colectividade; a representatividade dos lugares de cultura; a relação de sentidos e a convivência social; horizontes culturais e simbólicos; a funcionalidade, adaptada ao tipo de cultura da aldeia; o reavivar de

---

[310] Obs.: a festa principal das aldeias era animada por um jogo de futebol entre a equipa local e outra de uma aldeia vizinha.

[311] O ceifeiro exerceu um certo impacto sobre a cultura e sobre os costumes locais: «Algumas vezes trazia cantigas novas, que a mocidade das terras por onde passava aprendia para as repetir, depois, quando a ocasião se proporcionasse. Para além destas cantigas, o ceifeiro cantava outras, enquanto cegava». In GONÇALVES, João - A segada: costumes da vida agrícola regional. *NM*. Mirandela. (7/7/63), p. 3 (Anexo 49, Vol. II, p. 109).

[312] SANTOS SILVA, Op. cit., p. 386.

[313] BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. 4ª ed. Lisboa: Difel, 2001, pp. 14-15.

práticas tradicionais e a luta pela afirmação da memória colectiva; a adaptação do canto ao trabalho e ao lazer.

A sociabilidade dominical e festiva foi concretizada em lugares específicos e de centralidade, em relação à aldeia: no largo principal, no adro da igreja, no salão paroquial, na Casa do Povo[314]. A celebração manteve um corpo social regenerado, através do encontro e da partilha, do reavivar de memórias e de tradições.

As festas anuais das aldeias tinham as suas comissões de festas que cuidavam da organização do campo da celebração e dos festejos. A festa dava união ao corpo social que se ligava em torno da celebração do santo padroeiro e das suas tradições.

Os cartazes publicitários divulgavam os dias e as realizações que animavam a festa. Havia o reacender de rivalidades vizinhas, pois a festa, para ser melhor, tinha de se distinguir e de se afirmar, com: o fogo, as bandas, a procissão, o número de dias da festa, os gastos com a festa e com o fogo...

Nas festas, havia a partilha da celebração com os vizinhos e os amigos, juntava-se a família, o que ajudava a conservar raízes e tradições, e a celebração fazia esquecer as agruras e as dificuldades da vida. Em todas as festas, havia a perpetuação da memória colectiva, a reprodução do *habitus* religioso e social[315] e a revigoração do equilíbrio do grupo.

Durante as celebrações religiosas, as pessoas das aldeias veneravam os santos e tributavam-lhes culto, procurando no divino uma solução para os seus problemas concretos. Perante as ameaças constantes da existência humana, tentavam obter respostas no mundo do sagrado, na religião: o conforto, a cura para as suas doenças, um significado para a morte, o alívio das penas e a libertação das almas do cativeiro do Purgatório...

As relações dos seres humanos com o sagrado eram semelhantes às formas de intercâmbio social: pagavam-se dívidas ao divino, em retribuição de graças alcançadas e como forma de as poder obter.

As festas litúrgicas e tradicionais, as procissões, as peregrinações e outros rituais apoiaram-se numa presença, em que o crente interligava dois fenómenos: o religioso, para estabelecer uma ligação com o divino, e o profano, como resultado do desenvolvimento da vida social[316].

---

[314] O Mensário das Casas do Povo, fundado em 1946, elegia a organização dos grupos folclóricos como um dos campos por excelência de actividades recreativas e formativas; incluía artigos temáticos sobre a conservação, sobre a representação das tradições rurais e sobre o seu aproveitamento turístico. In SANTOS SILVA, Op. cit., p. 378.

[315] BOURDIEU, Op. cit., p. 61.

[316] Durkheim viu a religião como expressão simbólica da sociedade, cuja função é produzir a solidariedade social, a sua integração e coesão, para tornar desejado e querido o que é necessário para a vida colectiva. In DURKHEIM, Op. cit., 2002. Nas festas tradicionais, renovadas anualmente, concretizava-se, segundo a concepção de Callois, uma regeneração da ordem social, uma actualização do período criador e a libertação periódica dos instintos comprimidos pelas regras sociais. In CALLOIS, Roger – *O Homem e o sagrado.* Lisboa: Edições 70, 1988.

CAPÍTULO VI - MEMÓRIAS POLÍTICAS

1 - Introdução

O regime político que vigorou durante o Estado Novo suprimiu o estado de direito em muitas áreas de actuação e, ao estender o «manto» «da sua força», aumentou a supremacia do poder executivo sobre os outros poderes do Estado[1].

O novo regime recusou o demo-liberalismo e assentou as bases no nacionalismo[2] corporativo, num Estado forte, centralizador, burocrático e autoritário, no intervencionismo económico-social e no imperialismo colonial.

As concepções políticas que corporizaram a ideologia[3] vigente de um estado totalitário e antidemocrático defendiam que não acreditavam, nem «no sufrágio universal», nem «na igualdade, mas na hierarquia», e que os indivíduos deviam «ser iguais perante a lei, mas considero [consideravam] perigoso atribuir a todos os mesmos direitos políticos»[4].

Em 1942, Salazar afirmava que se estava a viver numa época que devia decorrer sob influência de três signos: «da autoridade, do trabalho e da preocupação social»[5].

Durante o salazarismo, o poder e a decisão do chefe sobrepuseram-se

> «às instituições, onde o corporativismo se estatizou desnacionalizando-se, onde a legitimidade do poder [6] se não harmonizou com a tradição, mas antes se identificou com o seu exercício pessoal, e onde a autoridade se absolutizou, sufocando as liberdades institucionais ou sociais do preconizado localismo integralista»[7].

As comunidades rurais teriam assimilado o poder modelador do ditador? As comunidades rurais já estavam modeladas muito antes dele entrar em cena e foram os valores da ruralidade que modelaram Salazar. A postura política de Salazar foi o resultado de ideias bebidas em encíclicas papais, no autoritarismo, nos valores tradicionais da ruralidade e, um pouco, até, no economicismo.

---

[1] SALAZAR, Op. cit., p. 223

[2] Nacionalismo: conjunto de crenças e símbolos que expressam identificação com uma determinada comunidade nacional. In GIDDENS, Op. cit., p. 868.

[3] Salazar baseou-se numa ideologia com forte componente católica, inspirada no "Syllabus" de Pio IX. In VISEU, Op. cit., p. 94. A Ideologia é o conjunto de «ideias ou crenças partilhadas que servem para justificar os interesses dos grupos dominantes. O controlo de ideologia está fortemente ligado ao de poder, uma vez que os sistemas ideológicos servem para legitimar o poder que os grupos detêm de forma desigual». In GIDDENS, Op. cit., p. 869.

[4] Entrevista concedida por Salazar a Serge Groussard, cit. por MEDINA, Op. cit., p. 161.

[5] SALAZAR, Op. cit., p. 48.

[6] A legitimidade do Estado assentava nos seguintes princípios: era o legítimo herdeiro e guardião da História e da cultura pátrias; garantia a ordem e a paz; promovia a modernidade; detinha a racionalidade e a capacidade tecnológica; promovia e orientava as populações nacionais e colonizadas. In GUIMARÃES, Ângela – O labirinto dos mitos. In PINTO [et al.] (org.), Op. cit., Vol. II, p. 109.

[7] CRUZ, Manuel Braga da - O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XVIII, nº 70 (1982), p. 181.

Os portugueses, nessa época, mostraram: uma fidelidade aos chefes; um desinteresse pela vida pública, como actividade de primeiro plano, e uma indiferença pela evolução política, pois a política era só a do governo[8].

Apesar de haver uma grande quantidade de cidadãos que adoptaram essa norma, houve outros que tiveram opinião política, pelo que pertenceram ou aos "situacionistas" (defendiam a situação política do regime vigente), ou aos "reviralhistas" (tentavam, por via revolucionária, revirar a situação e derrubar a ditadura).

O factor político estrangulou os outros factores (económico, social, cultural e mental) e subordinou-os a ele mesmo, não os deixando libertar. Daí a forma como os portugueses se relacionaram com este fenómeno.

As obras públicas concretizadas e as inaugurações ajudaram à memorização dos acontecimentos (túneis, hospitais, estradas, pontes levadiças, universidades e escolas...). As alterações, nos modos de vida das populações, abrangendo a economia (Capítulo IV), a sociedade (Capítulos II e III) e a cultura (Capítulo V), deixaram também marcas arquivadas nas memórias.

Os conceitos, ligados à forma como foi organizado o regime político e o poder, marcaram também, de certo modo, as pessoas: a Pátria, a Nação, o Estado, o chefe, a família, o indivíduo, a hierarquia...

O ente Pátria coincidiu com a Nação, porém, enquanto a Nação correspondeu a um conceito cultural, acompanhado de vivências políticas, a Pátria pertenceu ao mundo afectivo. Na Nação, realçou-se sobretudo a ideia de comunidade histórica e, na Pátria, sobressaiu, ainda, a relação com um território. E sendo o conceito Pátria tão abrangente, que tentou impor-se sobre todo o território nacional, questionou-se, na apresentação deste trabalho, até que ponto foi conseguida essa abrangência, em relação a pequenas comunidades periféricas que, de algum modo, viveram isoladas no território nacional.

A Pátria, segundo Jorge Miranda, é a terra dos pais[9], ou, mais simplesmente, a terra em que alguém nasceu[10]. Para Maria Beatriz Rocha-Trindade, Pátria é a «associação volitiva entre uma realidade material (terra, origem, país) e o assumir convencional de uma opção subjectiva e valorativa que pretende, de algum modo, sublimar e enaltecer». Os termos Nação e Pátria

---

[8] LEÃO, Francisco da Cunha – *Ensaio de psicologia portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores, 1971, pp. 142-149. Governo, para Salazar, «significa de uma banda o conjunto de indivíduos detentores do poder de governar e significa da outra a direcção dos negócios públicos em ordem à satisfação dos interesses comuns». In SALAZAR, Op. cit., p. 81.

[9] MIRANDA, Jorge – Pátria. In *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura*. Lisboa e S. Paulo: Editorial Verbo, 2002. Vol.22, p. 370.

[10] *GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA*. Lisboa. Editorial Enciclopédia, 1970. Vol. XIX, p. 980.

assumem «uma dimensão de intemporalidade que repousa em raiz de herança cultural e política para a Nação e de ancestralidade e de origem comum para a Pátria»[11].

Os portugueses mantiveram um elo de ligação forte com a Pátria, quer os que partiram, quer os que ficaram. Ao emigrar, encontraram-se perante um dilema cultural, com a saída da sua Pátria e com a entrada numa Nação desconhecida.

A Pátria, onde tinham nascido, foi impositiva e modeladora, capaz de exercer sobre eles um desejo de libertação, em relação à miséria em que viviam, à falta de oportunidades e à falta de liberdade política. Porém, só aparentemente se desligaram dela e pouco se preocuparam com a Nação de acolhimento que os recebeu e com as dificuldades que nela foram encontrar (nova profissão, novos hábitos, nova e esquisita língua, nova residência), pelo que se integraram facilmente nesse meio, totalmente desconhecido.

Ao partir, levavam «já a ideia de regressar, de reatar os laços criados com o nascimento, por muito longa que seja [fosse] a separação e muito profundo o corte com o país»[12].

Mesmo nas migrações internas, esse desejo de "matar saudades" manteve-se actuante, ao tentarem restabelecer a ligação com as raízes.

A Pátria, a mãe de todas as "pátrias", assumiu no Estado Novo um contexto muito específico, caracterizado pelos seguintes elementos: um corte com o individualismo, com a democracia e com o parlamentarismo; o ficar fechada ao exterior — virada para si própria — e à modernização; a prioridade dada à ruralização e um "não" à industrialização, pois esta traria o operariado e a luta entre as classes; o nivelamento de classes; a hierarquização[13] social.

A ideia de Nação acabou por se generalizar na simbologia e nas práticas do regime que usou, como meios de transmissão da sua mensagem, a partir de 1933: a escola, os professores e os livros únicos controlados; as inscrições apócrifas, dispersas pelo território; o culto dos antepassados, dos heróis, da História pátria e da fundação da nacionalidade; os titulares de cargos político-administrativos, pois possuíam uma forte ligação ao Estado central e à Nação, viabilizavam o poder regional e local e defendiam os limites concelhios e o território da sua jurisdição; as imagens interiorizadas de arquétipos: os 3EFES, o saudosismo, a alma nacional, a casa portuguesa, a viagem, os discursos...; os símbolos nacionais: a bandeira, o hino, os chefes (PR e Presidente do Conselho), o crucifixo; a imprensa controlada pela censura; os padres, a

[11] ROCHA-TRINDADE, Op. cit., p. 721.
[12] ROCHA-TRINDADE, Op. cit., p. 722.
[13] Salazar defendeu a ideia de que: «A forte noção de hierarquia disciplina a sociedade, eleva o nível social pela confessada superioridade do espírito, ao mesmo tempo que a justa compreensão do valor humano é garantia mais efectiva da igualdade jurídica dos cidadãos». In SALAZAR, Op. cit., p. 238. Para Salazar, como a sociedade possuía naturalmente uma hierarquia, verificava-se «a favor das classes mais abastadas a persistência de privilégios de facto resultantes da forma como está organizada a educação». In SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e notas políticas*. 5ª ed. Coimbra: Coimbra Editora. 1961, Vol. I, pp. XXX - XXXI. A hierarquia não é uma forma política igualitária para os cidadãos, pois, entre outros males, «Toda a hierarquia se funda necessariamente em privilégios». In HOLANDA, Op. cit., p. 6.

religião, a legitimação do poder político e as movimentações religiosas (veículo de nacionalização das zonas rurais pouco esclarecidas e escolarizadas); o cerimonial dos cortejos, exposições e inaugurações; o urbanismo e as obras públicas: a ideia de Nação e de coesão nacional; a celebração dos dias nacionais; o folclore, os serões para trabalhadores, a acção das Casas do Povo...

Alguma desta simbologia, porém, não se chegou a universalizar, pois se manteve inacessível às camadas iletradas da população rural, pelo que «as marcas ostensivas destas intervenções nacionalizadoras do Estado» foram, sobretudo, realizadas em vilas e em cidades[14].

A acção do Estado, na forma como o governo exerceu o poder, impôs-se de forma autoritária sobre os cidadãos, porque tinha em vista: condicionar a sua liberdade; controlar a sua actividade; estender as suas necessidades à formação do agregado familiar; assumir a instrução e a educação da juventude[15]; observar a actividade intelectual; delimitar a propriedade e redistribuir as terras; reclamar os frutos do trabalho; dirigir a economia da Nação; regularizar o esforço, o descanso, o divertimento; responsabilizar o homem, no complexo da sua personalidade; enriquecer e endeusar-se; aparecer, perante os indivíduos, sem nada que o limitasse, «como a mesma consciência, força e riqueza da Nação»[16].

O Estado português, para tentar cobrir de uma forma ampla a sua esfera de acção, assentou as suas bases numa república corporativa e na organização de corporações[17]. A vida económica seria um elemento da organização política e o dirigismo económico levaria o Estado a intervir, em certos momentos, pois o Estado deveria estar atento aos interesses de todos e de cada um[18].

A rejeição do liberalismo económico ou capitalismo serviu para justificar o intervencionismo de Estado, em benefício exclusivo das classes dominantes, e para justificar a política económica, pretensamente ao serviço de «todo o povo»[19](Capítulo IV).

O Estado devia ser forte para «dominar as correntes revolucionárias, assegurar, coordenar as actividades de todos, enfim, empreender e fomentar a verdadeira revolução»[20]. O Estado, forte e autoritário, trataria de: emprego, habitação, higiene, saúde, invalidez, salário, educação, organização e defesa, elevação social, dignidade[21].

---

[14] MEDEIROS, António – *Dois lados de um rio: nacionalismo e etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: ICS, 2006, pp. 3-44.

[15] Salazar estava convencido de que o problema português era um problema de educação: «É inútil esperar uma mudança de regime sem que primeiro se eduquem os homens». In GARNIER, Op. cit., p. 47.

[16] SALAZAR, Op. cit., p. 209.

[17] O Estado Novo não fez mais do que usar «a corporação como um instrumento de domínio do Estado sobre a Nação». In CRUZ, Op. cit., p. 181.

[18] SALAZAR, Op. cit., pp. 192-193.

[19] CAMPINOS, Jorge – *Ideologia política do estado salazarista*. Lisboa: Portugália Editora, 1975, p. 11.

[20] SALAZAR, Op. cit., Vol. I, pp. 146-147. Esta revolução fez-se «de cima para baixo» e, segundo Salazar, «poupou o país aos horrores das guerras sociais do nosso tempo». In SALAZAR, Op. cit., Vol. II, p. 215.

[21] SALAZAR, Op. cit., p. 190.

Através da organização corporativa, seria realizado o ordenamento e a estabilização da economia nacional; desapareceriam as restrições, a concorrência desleal, as variações monetárias; a economia seria entregue aos que trabalhavam; o trabalho seria diferente de especulação e os interesses da produção diriam respeito a todos – grandes produtores, pequenos produtores e operários. Este sistema, ao assumir-se como dirigista e autoritário, pretendia conter os erros ou abusos individuais, capazes de levar à: fraqueza, dispersão, desordem (caos) [22].

O indivíduo não existia como tal, uma vez que se encontrava enquadrado em associações: a família, a profissão (corporações), a igreja e a sociedade (freguesia, concelho). A família era o núcleo originário da freguesia, do município e da Nação, possuía «duas instituições» a seu cargo: a propriedade privada (a casa, os meios de produção, as propriedades rústicas) e a herança[23], e devia, através do seu chefe, eleger o Presidente da Junta.

Os cidadãos viram cerceada a sua liberdade, uma vez que havia um jogo do regime a convidá-los para eleger, através de eleições controladas (PR, AN e Presidente da Junta)[24] e a aceitar as nomeações (Presidente do Conselho, governador civil e Presidente da Câmara)[25].

Esses lugares eram atribuídos apenas a alguns, «aos mais competentes»[26], o que era considerado um «gesto político-administrativo» que enchia de «alegria» os conterrâneos do empossado, que viam, com essa escolha, ser «premiado um filho dilecto»[27].

Não havia liberdade de associação, de reunião, nem de expressão. Não havia eleições livres e as que se realizaram foram uma farsa. Havia um partido único, a UN, através do qual, «Salazar visou integrar os notáveis locais, monopolizar a representação política e arbitrar as contradições entre os grupos de interesses do regime»[28].

Era defendido também o princípio de que não bastava possuir riqueza, era preciso saber usá-la, de harmonia com o desenvolvimento dos outros, ajudando-os a vencer a miséria, a garantir a tranquilidade e a segurança do futuro. Era necessário, em suma, cooperar[29]. Foi esta asserção que levou alguns senhores e instituições, possuidores de riqueza, a dar uma ajuda às populações e a contribuir para a resolução de algumas das suas carências: tudo obedecia a uma lógica compensatória, pois que o Estado não tinha recursos para poder valer a tantas necessidades e fazer face a tantas frentes de dispêndio de dinheiro.

---

[22] SALAZAR, Op. cit., pp. 194 e 196.
[23] A herança, como transmissão de bens dentro da família, «estimulava a economia, dava solidez e estabilidade à família», pois «servia como equilíbrio, nos altos e baixos da vida». In SALAZAR, Op. cit., pp.168, 181-182 e 184.
[24] As práticas políticas, durante o Estado Novo (eleições, cargos administrativos, corporações, Casas do Povo e outras), foram limitadoras da liberdade.
[25] SALAZAR, Op. cit., p. 264.
[26] SALAZAR, Op. cit., pp. 200 e 251.
[27] REIS, Rogério - Progresso transmontano. *NM*. Mirandela. (3/1/65), p. 3.
[28] *SÉCULO XX: homens, mulheres e factos...*, Op. cit., p. 246.
[29] SALAZAR, Op. cit., p. 189.

Os senhores e o povo estavam ligados, de uma forma simbólica, por uma relação de reciprocidade entre as duas partes e por uma «união religiosa fortemente ritualizada». A relação era de interdependência, porque uns necessitavam dos outros. O senhor garantia mão-de-obra e ficava com o lucro, porque tinha quem lhe trabalhasse a terra e lhe devolvesse a produção, com a qual criava riqueza. Era uma relação desigual que requeria «lealdade e o reconhecimento colectivos»[30]. Ao prestar um favor a um senhor ou ao trabalhar-lhe as terras, este podia valer numa necessidade, numa aflição ou numa carência material, em caso de: doença, falta de trabalho, falta de comida...

Durante o Estado Novo, a organização política das aldeias passou, em geral, por esse tipo de domínio de um senhor que fazia de mediador político entre a comunidade local e o poder de Estado.

Este tipo de Estado corporativo, sob o controle de uma elite agrária, daria uma certa organização ao relacionamento que se estabelecia entre os patrões e os trabalhadores e seria uma forma deles poderem negociar e impor as suas condições de trabalho[31]. Seria uma forma de sujeitar os trabalhadores à terra e de estes aspirarem longamente por uma libertação (Capítulo VII).

Os notáveis locais, na sua grande maioria, aderiram à Situação, estiveram integrados na UN e tiraram dividendos dessa adesão[32], chegando alguns deles a manipular decisões camarárias, pois estas não eram deliberadas por votação[33].

O Estado Novo preocupou-se em conservar esta ordem social e política, «ancorada [e conservada pela] religião. A religião lança efectivamente uma ponte entre o povinho e os grandes senhores»[34].

De facto, na região transmontana, sempre houve redes de clientelismo e sistemas de controlo sobre a situação e sempre persistiram as figuras da oposição (Sarmento Pimentel, Miguel Torga, Veiga de Oliveira...), embora com movimentos muito discretos. O desejo de libertação fez nascer uma oposição silenciosa que, ansiando pela liberdade, pela democracia e pelo desenvolvimento da região, se foi organizando em torno de determinados movimentos (PRP, MUD, PCP, CDE ...).

---

[30] SANTOS SILVA, Op. cit., p. 306. O senhor punha em prática a benemerência que consistia, segundo Santos Silva, numa «doação voluntária sem contrapartida específica».

[31] PINTO [et al.] (org.), Op. cit., Vol. I, p. 156.

[32] As consequências da vida do campo: «a de reserva de apoio político e ideológico de certas das suas classes e fracções de classe aos blocos sociais hegemónicos nas formações capitalistas». In PINTO, Op. cit., p. 86.

[33] «Camilo [o Eng.º Camilo de Mendonça], como não havia votação nenhuma na Câmara, ia-se a rir de nós para Lisboa [...]. In Entrevista a um antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela (9/11/2006).

[34] LUCENA, Manuel – *A evolução do sistema corporativo português – O salazarismo*. Lisboa: perspectivas e realidades. 1976, p. 247.

A oposição republicana fez-se sentir em Mirandela, em Fevereiro de 1919, aquando da monarquia do Norte, tendo sido concedido a esta vila «o oficialato da ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, pela tenaz resistência da população e heróica defesa da sua guarnição»[35]. O republicanismo ganhou adeptos, por influência do Dr. Alves da Veiga, pois, «quando foi notário nesta localidade, agarrou num grupo dos poderosos da terra e tornaram-se republicanos»[36], com uma movimentação e uma acção pouco expressiva.

O restantes movimentos, relacionados com o MUD e com o PCP, tiveram alguma expressão e os ideais dos seus adeptos não passaram desapercebidos no meio local.

O controlo exercido sobre a população em geral e sobre esses movimentos em particular foi limitador e manipulou a liberdade: em Mirandela, havia um censor e «meia dúzia» de informadores, como os havia em Carrazeda de Ansiães e um pouco por todo o distrito. Nos pequenos meios rurais, o sistema tornou-se sufocante para qualquer veleidade discordante, pelo que a oposição tinha de passar desapercebida, sob pena de ter de se confrontar com o regime policial[37].

Ao longo do período histórico analisado (1957-1974), foram presas algumas pessoas nos concelhos de Carrazeda de Ansiães e de Mirandela: em 1950, uma movimentação «patrocinada pelo PCP» levou, em Mirandela, à prisão de alguns indivíduos da oposição, por terem distribuído «panfletos intitulados "NÓS QUEREMOS A PAZ", [...], com o fim de, nos mesmos, colherem assinaturas, por entre os elementos das várias camadas sociais, residentes no concelho». Foram presos «por ser esta uma das tarefas a que aquela associação secreta se tem dedicado ultimamente, cumprindo as determinações do Kominform»[38]; entre 1951 e 1968, a PIDE

---

[35] SALES, P[e] Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela: apontamentos históricos*. Mirandela: edição da Câmara Municipal de Mirandela, 1983. Vol. II. p.176.

[36] Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006). O Dr. Alves da Veiga, natural de Mirandela, fixou-se no Porto, onde exerceu advocacia e se dedicou ao ensino. Foi o chefe político da revolução do 31 de Janeiro, tendo proclamado a implantação da República da varanda da Câmara Municipal do Porto. Depois do 5 de Outubro, tornou-se ministro de Portugal em Bruxelas, onde se manteve quase até à morte. In *O grande livro dos portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991, p.503-504

[37] John Gibbons visitou Carrazeda de Ansiães em 1938 e apercebeu-se do forte controle político e do tipo de oposição que ali existia, como existia um pouco por toda a região transmontana: «Quanto ao meu amigo Chefe de Polícia, julgo que pertence a uma organização [...], encarregada de manter os políticos debaixo de olho, sem dar muito nas vistas...» (p. 122); «[...] se começássemos a falar demasiado de política, creio que o meu amigo polícia à paisana se mostraria interessadíssimo [...]. Aqui existe uma oposição, embora clandestina, e ninguém se iria declarar comunista a um estrangeiro. [...] «não se fala de política à nossa mesa...» (p.130); «...o Chefe de Polícia veio despedir-se de mim e fico com a estranha sensação de que ele soube exactamente todos os passos que dei durante a minha estadia em Carrazeda» (p. 138). In Gibbins, Op. cit.

[38] Elementos da oposição, naturais de Mirandela, detidos pela PIDE (processo nº125/50: Porto) no dia 27/11/50: Alexandre Sales, "Sena", (comerciante; pertencia ao "comité local do PCP"; solto a 10/2/51) e Dr. Luis José Nuno Pessanha Teixeira Neves (proprietário; abandonou as actividades do PCP, em 1946, após ter sido julgado e condenado; membro do MUD; responsável pelas actividades desenvolvidas no distrito pelo Movimento Nacional Democrático; solto a 26/2/51). Entre 9/12/50 e 10/2/51 foram detidos: Alfredo Augusto Coelho, "O Silva", (comerciante; já tinha sido detido de 8/9/37 a 19/10/37), Olímpio Rezende ou Olímpio Augusto Resende, "O Rocha" e "O Raul", (relojoeiro), Alfredo Cândido Esteves, "Sousa" (alfaiate); Joaquim Figueiredo ou Joaquim Natal Figueiredo, "Maurício" (alfaiate; responsável pelo comité local do PCP; recebia directamente dos funcionários do PCP as directrizes e toda a propaganda destinada à organização comunista no concelho; distribuía 38 Avantes, de

apareceu nestes concelhos para pedir informações[39]; em 1969, apareceu a Comissão Democrática Eleitoral como oposição aos candidatos da UN (Capítulo VI, pp. 440-441).

«O Dr. Trigo de Negreiros deu instruções à polícia, e esteve em Mirandela um inspector, mas ninguém foi detido, fizesse o que fizesse». Alguns indivíduos não foram incomodados, porque o «Dr. Trigo de Negreiros não quis que tal acontecesse, para não rebaixar a terra, pelo que a polícia nunca actuou»[40].

O clima político vivido na região, ao longo do regime, fez com que a celebração da revolução de Abril fosse vivida nesta vila, e um pouco por toda a região, de forma entusiástica (Capítulo VI, p. 443).

O cenário político que se montou para o país atingiu as aldeias em estudo. A ideologia política e os actos de representação do regime marcaram as memórias das pessoas e muitas delas mantiveram-se alheias a tal envolvimento, só para se livrarem de problemas.

---

cada vez, pelos componentes locais e pelos simpatizantes, chegando a fazer distribuições nocturnas dessa propaganda de incitamento à greve e à rebelião, pelas ruas de Mirandela; contribuía com importâncias variáveis para a manutenção do PCP, recolhendo também as quantias que lhe eram entregues pelos "simpatizantes" que "controlava" e as importâncias que lhe davam os restantes componentes do "comité local", chegando a entregar o máximo de cem escudos de cada vez. Para o alargamento da organização comunista em Mirandela, teve o arguido papel preponderante no aliciamento e catequização de novos elementos para a referida organização. Empenhou-se também na passagem de rifas por entre as pessoas suas amigas e ainda pelos restantes componentes do "comité local"; a 13/6/41, embarcara para a Colónia Penal do Tarrafal, para cumprir "30 dias de prisão disciplinar agravada", por ter ido "a uma caserna militar dizer que naquele dia ninguém devia levantar o rancho" e regressara dia 13/11/43, conforme consta na Caderneta Militar) e Armindo Luciano Costa ou da Costa (mecânico de máquinas de costura; detido a 9/12/50 e solto a 22/1/51). O Ministro do Interior, Dr. Trigo de Negreiros, pediu a libertação destes detidos a 18/12/50. In Relatório da Agente da PIDE nº 330/222 de 21/2/51; Relação da identificação dos indivíduos ouvidos em auto de declarações no processo nº 125/50, de 20/1/54 .

[39] Dia 20/1/54 foram ouvidos, em auto de declarações no mesmo processo, n.º 125/50, os seguintes elementos pertencentes às bases do partido: naturais de Mirandela e do concelho [António da Costa Esteves (trolha); Mário Augusto de Sá (serralheiro mecânico); António Manuel de Carvalho (operário ajudante da CP); Eduardo José Botelho (empregado comercial); Afonso Henriques Cruz (maquinista); João Pedro Galvão (carpinteiro; de Carvalhais); Moisés Manuel Fernandes (trabalhador rural; de Paradela); Adelino José Esteves (comerciante); João Sobral (feitor; dos Passos); José Joaquim Batista (lavrador; dos Passos); Manuel António Correia, "O Manuel Barreira", (trabalhador rural; de Carvalhais), José de Carvalho (trabalhador rural; de Carvalhais), João Francisco Alves (proprietário; de S. Salvador); Manuel José Ceriz (guarda-livros; dos Passos) e Teófilo Esteves Neto (comerciante)]; naturais de outros locais [Albino Ferreira Pinheiro (enfermeiro; de Miragaia); Francisco de Carvalho (carpinteiro; de Valpaços); Modesto Diegas (alfaiate; de Bragança)]. In Carta do Subdirector da 1ª divisão da PIDE, de 15/7/61.

[40] Nas aldeias, eram os Presidentes das Juntas que davam as informações. Numa aldeia ou noutra, havia sempre um indivíduo que era opositor ao regime, porque se esse «indivíduo queria ser presidente da Junta e não era nomeado, transformava-se num opositor». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

2 - As memórias sobre o exercício do poder político

O Estado Novo correspondeu, em traços gerais, a um tempo de "realização" e de "representação" que acabou por envolver a máquina política, em muitas áreas de actuação:

-as lentas alterações na economia e nas condições de vida das populações;

-o proteccionismo do Estado;

-o ensino e o combate ao analfabetismo;

-a cultura popular e a cultura de massas;

-as festas religiosas e populares (celebração e representação);

-as comemorações, as inaugurações e o ciclo comemorativo (teatralização e publicitação da obra realizada pelo sistema corporativo);

-a afirmação do poder de Estado sobre os indivíduos e sobre o território nacional;

-os actos de tomada de posse de cargos político-administrativos: presidentes de câmara, governadores civis...

As estruturas políticas exerceram uma forma de domínio e de afirmação, em resultado da prática social do aparelho partidário, do exercício do poder e do domínio sobre o território nacional.

O governo foi dirigido por uma elite, à qual incumbia «o dever de dirigir a colectividade e de se sacrificar por ela»[41].

Essa elite não era escolhida, através da eleição de sistema representativo, mas, como sustenta Jorge Campinos, através de um processo considerado normal: a «cooptação». Além da falsidade de «escolha» do PR e dos membros da AN, a legislação do regime apoiava-se abundantemente na «designação» directa e pessoal de: ministros e secretários de Estado, quase todos os membros do Conselho de Estado, procuradores da Câmara Corporativa; Presidentes dos Supremos Tribunais administrativos e da justiça, comandantes militares mais importantes, governadores civis e presidentes das Câmaras Municipais; designações para empresas privadas e organismos económicos, internos e internacionais[42].

A nível local, o Estado fazia valer a sua presença e procurava exercer o seu domínio: «da família ao ensino, da assistência ao lazer e do trabalho à religião». Havia uma tentativa de tudo controlar, através dos órgãos administrativos (centrais e locais) e a máquina corporativa montada negava o direito ao exercício do espaço político local e impedia a liberdade de expressão e de opinião política[43].

---

[41] SALAZAR, António de Oliveira – *Une révolution dans la paix*. Paris: Ernest Flammarion, 1937.
[42] A cooptação era um «processo normal de recrutamento da elite governamental». In CAMPINOS, Op. cit., p. 42.
[43] SANTOS SILVA, Op. cit., p. 307.

A forma como o sistema político congeminou este processo fez esvaziar a acção política, a nível local. O impacto totalitário que causou sobre as populações rurais conduziu a uma determinada apatia política. Todavia, esta situação fez surgir alguns focos de oposição que, apesar de dispersos e isolados, no contexto do mundo rural, provocaria algumas rupturas e fricções no sistema totalitário instalado.

A administração local caiu numa espécie de rotina, quer em relação à autoridade eleita em sufrágio restrito (Junta de Freguesia), quer da autoridade policial e administrativa nomeada (regedor). Os cargos desempenhados por estas autoridades, e pelos presidentes de Câmaras, eram controlados e os seus titulares estavam sempre numa posição de submissão constante a uma instância do poder autoritário, pelo que ficavam com a sua acção política desincentivada.

2.1 - O exercício do poder regional e local: as nomeações

O isolamento[44] levou as populações transmontanas a estabelecer uma constante comunhão com a natureza e com as necessidades que esta lhes foi originando, o que as ajudou a estabilizar, a transmitir uma forma rígida aos seus valores culturais e à respectiva vida social[45] e a formar núcleos distintos, de acordo com as diferenças do território: as "micropátrias".

Os habitantes das aldeias foram construindo um mundo muito limitado, inseriram-se no respectivo território e foram vivendo um tempo histórico, à mercê do próprio tempo. O meio geográfico e as condições físicas das áreas territoriais influenciaram o modo de ser das populações que o habitaram, imprimindo-lhes uma feição comum.

As populações transmontanas tiveram consciência desse isolamento e sempre souberam posicionar-se face ao Estado central «de uma forma simultaneamente de independência e de sujeição. Altivos e distantes, os transmontanos sempre afirmaram que "para lá do Marão mandam os que lá estão"»[46].

A autonomia, expressa neste rifão popular, consubstancia uma realidade: o Estado esteve ausente e não foi capaz de pôr fim ao imobilismo da região, à existência de "micropátrias" e de um certo nacionalismo territorial. E quando chegou, foi para se unir a um estado social sustentado, apoiado nos notáveis e nos chefes locais.

O Estado central passou a interessar-se um pouco mais pela região, em finais dos anos 50, quer escolhendo alguns transmontanos para o exercício de cargos governamentais, capazes de se envolver em projectos de melhoramentos, quer nomeando outros para cargos de gestão de organismos públicos e privados. As carências, porém, foram sempre maiores do que os meios postos à disposição para as solucionar.

A região transmontana viu-se limitada com a forma como foram prestados os serviços ao Estado e com a divisão territorial. Quanto ao primeiro aspecto, cada presidente de Câmara passou a exercer o poder dentro da sua circunscrição, pois se tratava da prestação de um serviço à comunidade e ao Estado central, mas distanciando-se dos presidentes da Juntas de Freguesia e dos presidentes das Câmaras vizinhas; quanto ao segundo aspecto, a região esteve dividida e não pôde aproveitar com a pretensa autonomia de que gozara. Cada população organizou-se em torno de um conjunto de vectores, afirmou o seu bairrismo, caiu no imobilismo, mas a divisão não ajudou a região a desenvolver-se.

---

[44] Devido à «situação geográfica, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro cresceu ao longo dos séculos num grande isolamento dos centros de decisão, designadamente do poder político em Lisboa e com uma ligação de sujeição ao grande centro económico que constituía o Porto». In F.B., Op. cit. p. 16.

[45] REIS, Rogério - Da aldeia à cidade. *NM*. Mirandela. (11/9/60), p. 1.

[46] F.B., Op. Cit., p. 16.

Os "pequenos reis locais" exerceram o poder sobre as pessoas e sobre o território. Na execução deste exercício, houve representação e houve domínio: daí a recepção aos membros do governo e a forma como era exercido o cargo atribuído.

Mais do que representar os indivíduos, o poder aplicou-se nos espaços denominados «territórios» que não se reduziam a objectos desprovidos de poder. O território foi também aquilo que permitiu pensar no poder.

O fenómeno assumia até duas vertentes, pois se tratava de pensar no território, não só a partir do poder, como o fizeram Deleuze e Foucault, mas também de pensar no poder, a partir do território.

O poder passou a ser aquilo que circulava entre os seres e o modelo territorial permitiu pensar no poder, como imediatamente estratégico. O poder passou a ser aquilo que se desenvolvia, de acordo com as regiões e dentro das regiões, apesar de ser controlado pelo estado central.

O poder de Estado era central e totalitário e o poder territorial era parcelar e muito limitado.

O poder regional era desempenhado por determinadas individualidades: governadores civis, presidentes e vice-presidentes dos municípios, representantes políticos e delegados da UN, do INTP... Estavam também imbuídos de algum poder: os provedores, os representantes de órgãos sindicais, de forças policiais, dos bombeiros, da saúde, do ensino...

O poder territorial dos "pequenos reis locais" era exercido na área territorial que abrangia o concelho, daí os seus representantes se encarregarem de receber as altas individualidades no limite do seu território, de as acompanharem dentro dessa área e de as levarem, uma vez concluída a visita, até ao limite do concelho. Os limites concelhios demarcavam o poder regional, encapsulavam os pequenos "reinos" no seu estrito território.

Nos órgãos do poder central, havia titulares de pastas que intercediam perante outros, fazendo-se portadores de pedidos, face às necessidades das populações locais[47]. Essas necessidades eram-lhes dadas a conhecer, normalmente, pelos titulares mais importantes, a nível local: o governador civil e os presidentes de municípios, os provedores e outros...

Nas cerimónias de tomada de posse de um cargo político-administrativo, havia um conjunto de rituais, um formalismo a cumprir, para estar de bem com o poder central[48].

Apesar da ideologia oficial do regime se assumir como antiliberal e antidemocrática, a Constituição de 1933[49], marcada por um programa corporativo, não cortou todas as ligações

[47] Estes e outros pedidos de favores eram satisfeitos, na concepção de José Cutileiro, devido ao funcionamento das amizades políticas. In CUTILEIRO, Op. cit., pp. 191-197.

[48] Obs.: nas cerimónias, nos actos solenes e nas inaugurações havia todo um cerimonial: uma herança dos tempos da monarquia.

formais às tradições demoliberais, pois eram reconhecidos à sociedade direitos naturais, anteriores e superiores ao próprio Estado.

O regime autoritário e anti-parlamentar impunha, contudo, severas restrições aos direitos e liberdades dos portugueses (civis, políticas, sociais e económicas), em nome da unidade nacional, e usava a capacidade de coerção, recorrendo à violência.

A Constituição garantia direitos, mas submetia-os a cláusulas especiais, tais como: "como a lei determinar", desde que não fomentassem a "subversão da opinião pública" e os "crimes contra a segurança do Estado". As garantias constitucionais podiam, até, ser suspensas, se houvesse a perturbação da ordem pública, e existia a censura e o exame prévio de toda a imprensa[50]. Todas essas medidas uniam o regime e o Estado num todo, sendo a oposição considerada como subversiva.

O juramento de aceitação da ordem social, exigido aos funcionários públicos, bem como à organização da União Nacional, da Mocidade Portuguesa e da Legião, eram vestígios de uma religião política republicana, posta ao serviço do Estado Novo.

Este modo de promover o ideal nacionalista era um regresso à situação anterior a 1851, pois confundia a adesão a um programa, com uma opção de regime. Com um paternalismo, cujas intenções de bem-comum não disfarçavam profundos desajustamentos sociais, perdia-se de novo o sentido de cidadania, defendido pela maioria nacional.

O conceito de "aceitação de um cargo público" decorria de um princípio de serviço – o de servir a Nação — e de aceitação de uma missão[51]. A substituição dos magistrados administrativos era uma «tarefa das mais delicadas, pelos melindres que comportava e pelas consequências regionais e políticas daí decorrentes, e é [era] todavia oportuna, na medida em que outros valores e experiências são [eram] chamados a oferecer o seu contributo aos interesses públicos»[52].

---

[49] O Estado Novo viu os seus contornos programáticos e ideológicos definidos, através da Constituição de 1933, e da criação dos seus primeiros instrumentos: a censura, a polícia política, o aparelho de propaganda e o edifício corporativo. In *SÉCULO XX: homens, mulheres e factos*, Op. cit., p. 246.

[50] «Escrevi artigos delicados e tive alguns censurados, no Comércio do Porto, porque eu tinha cuidado, quando escrevia. Eu sabia que havia a censura. Eu ganhei uma medalha de ouro, na imprensa em Fafe, num concurso nacional, e tive prémios da presidência. Alguns artigos eram publicados com a sigla Émetè (Maria Teresa), iniciais do nome da minha mulher, e F.S. e A. F.S, do meu nome: inventava-as para poder concorrer, mas tinha cuidado com a discussão política de qualquer natureza. Eu não estava para dizer mal da situação, até porque era funcionário. E tinha uma vantagem: o censor, o capitão Palmeira, se algum desconhecido viesse para Mirandela e escrevesse qualquer coisa, suspendia. Mas se fosse eu a fazê-lo, não o suspendia, porque eu escrevia com habilidade: chamava-lhe um tango: duas para a frente e uma para trás. A crítica política estava lá: beneficiava-se um pouco a situação e, depois, ...

Um jornal da imprensa regional tinha um bocado de influência sobre as massas, mais do que hoje, porque se valorizava a parte cívica e punha-se um bocadito de lado o que não interessava. Mas havia crítica. A crítica hoje, ou é uma crítica suja, ou não tem profundidade e de civismo não há nada». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

[51] O novo chefe do distrito. *NM*. Mirandela. (1/12/68), p. 1.

[52] REIS, R., Op. cit., (21/2/65), p. 1.

Quando o Governador Civil ou o Presidente de uma Câmara Municipal eram empossados nos seus cargos, realizavam-se cerimónias, em que era lido o auto de posse, prestado o compromisso de honra (juramento de aceitação da ordem social) e assinado o auto. Usavam da palavra várias entidades, entre as quais o empossado e os membros do governo ou seus representantes.

Nessas cerimónias, havia a representação da entronização hierárquica e a teatralização do poder, num jogo de relações e de forças: o 1º plano ficava reservado às individualidades mais ilustres e à igreja, que dava legitimidade ao poder; o 2º plano era ocupado por outros ilustres, convidados; o 3º plano estava reservado à assistência, ao povo (da aldeia, de terras vizinhas, do concelho, e de outras terras...).

Além de ser feito o balanço do realizado, ao longo dos discursos, invocava-se a disponibilidade do empossado e a sua desvinculação a qualquer compromisso político; eram tecidos elogios; traçava-se o perfil do nomeado; eram dadas a conhecer as necessidades do concelho ou do distrito e feito o apelo à responsabilidade do cargo assumido e à colaboração com o governo central, na obra de «renovação do país»[53].

Existiu um certo medievalismo nas cerimónias de entronização[54] destas entidades, dos "pequenos reis" do domínio local. Como esses órgãos não eram eleitos, essa representatividade e essa imposição de funções, realizava-se através de tais cerimónias.

É de assinalar todo o envolvimento que se estabeleceu entre o poder central e o poder regional (governador civil, presidentes das Câmaras, presidentes das Juntas de Freguesia e os presidentes de grémios e de cooperativas): o governo central traçava a doutrina e tentava impô-la ao todo nacional; a nível regional, esse poder era delegado a esses órgãos regionais, por inerência de funções que lhes eram atribuídas.

Os órgãos regionais, comuns aos municípios rurais e urbanos, eram:

- o Concelho Municipal, formado por representantes das Juntas de Freguesia – únicos órgãos eleitos por um colégio eleitoral, constituídos por chefes de família ou equiparados, das misericórdias e dos organismos corporativos —, elegia os vereadores, fiscalizava a actuação do Presidente da Câmara e delineava as grandes linhas de orientação para a acção da Câmara Municipal;

---

[53] O Ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, afirmou no seu discurso, no acto da tomada de posse do governador civil de Portalegre, que colaboravam na obra de renovação: «homens da sua geração, chamados a assumir responsabilidades»; «nesse esforço, colaboram os que não estão comprometidos na escalada da contestação, com o deliberado propósito de destruir toda a autoridade legítima, de negar os vínculos que a própria natureza criou ou de conquistar o poder». Os que contestavam eram: «tecnocratas apátridas a programar o desenvolvimento de derrotas e padres contestatários a pregar a teologia da revolução social». In «O país colabora...Op. cit., (23/1/70), p. 1.

[54] Obs.: nessas cerimónias, havia discursos, laudes, aplausos e imposição, porque havia laços de aproximação que se estabeleciam entre os vários intervenientes, asseguravam o controlo da situação e o "normal" funcionamento destes cargos.

- a Câmara Municipal, órgão colegial formado por um Presidente e por vereadores, cujo número dependia e variava, em função da classificação do município;
- o Presidente da Câmara era nomeado pelo governo e acabou por ser também o representante corporativo do poder central, no território municipal. Possuía poderes[55] de tutela sobre as freguesias e constituía, no território municipal, a autoridade policial, nos locais onde não existia a polícia de segurança pública.

As funções de natureza policial eram desempenhadas pelo regedor[56] que era um representante municipal, nomeado pelo Presidente da Câmara e, por vezes, recebia uma pequena gratificação mensal. Em Lisboa e no Porto dependia do respectivo governador civil. O regedor não integrava os órgãos da freguesia.

Os municípios tinham como órgãos especiais: as Juntas de Turismo, as Comissões Municipais de Assistência e os órgãos municipais conjuntivos (comissão municipal de arte e arqueologia, comissão venatória concelhia, comissão municipal de higiene, comissão municipal de turismo, organismos corporativos do concelho).

A publicidade das condições funcionais dos organismos municipais era feita, através de: afixação de editais, em lugares mais frequentados; publicações no Diário do Governo e, por vezes, neste ou naquele jornal periódico regional e no livre acesso dos cidadãos às sessões dos corpos administrativos[57].

Existia, naquela época, uma tripla centralização do poder central, em relação às autarquias: a nomeação governamental do Presidente da Câmara; a possibilidade de dissolução, que se fundava na capacidade interventora e inspectiva dos Ministérios das Finanças e do Interior; e a obrigatoriedade de aprovação, pela administração central, de determinadas deliberações municipais.

As Câmaras Municipais tiveram enormes carências financeiras (Capítulos II e III) e inúmeras limitações à sua autonomia. Estavam dependentes das «comparticipações do Estado», do Fundo de Desemprego, do Fundo dos Melhoramentos Rurais e da iniciativa associativa dos habitantes que constituíam comissões e ligas de melhoramentos, para conseguir financiamentos ou fazer pressão para colmatar problemas e carências. Os municípios eram inoperantes, devido aos condicionalismos em que actuavam.

---

[55] Obs.: Salazar terminou com a figura do administrador do concelho, cujos poderes passaram a pertencer às Câmaras Municipais.

[56] O Regedor tinha, entre outras funções: «executar directivas superiores; velar pela observância de posturas; participar ao Presidente da Câmara as faltas e irregularidades das Juntas de Freguesia; assegurar a ordem e segurança públicas; cooperar com as autoridades policiais e judiciais». In SANTOS, Op. cit., p. 70.

[57] NETTO, António Lino - *A Questão administrativa: o municipalismo em Portugal*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1911, pp. 204-205.

Os Presidentes das Câmaras, excepto o de Lisboa e do Porto, não exerciam o cargo a tempo inteiro e recebiam apenas uma gratificação mensal[58]. As Câmaras tinham carências, até a nível de quadros técnicos. As obras públicas dependiam mais das pressões exercidas por personalidades locais do que das Câmaras Municipais. Dependiam dos «favores», de «amizades políticas» ou da «boa vontade» da administração central, sobretudo do Ministério das Obras Públicas.

O exercício do cargo de presidente da Câmara Municipal de Mirandela foi irregular: instável em 1932, 1933 e 1965; de longa duração em 1946/59; de média duração em 1938/46 e 1959/65 e de curta duração, nos restantes mandatos:

Quadro VI.1

Presidentes e vice-presidentes da Câmara Municipal de Mirandela (1932-1973)

Mandato	Presidente	Vice-presidente
1932[59]	Alberto de Sousa Ataíde Pavão	Olímpio Elísio Cabral
1933	Dr. Miguel Vaz Pereira Pinto Souza Bacelar	Olímpio Elísio Cabral
1933	Olímpio Elísio Cabral	António Manuel Gonçalves
1935	Dr. Eurico de Morais Pires Carrapatoso	Álvaro Trigo de Abreu
1938	Dr. João Baptista Borges	Capitão Ilídio Aires Esteves
1946	Capitão Ilídio Aires Esteves	
1959	Dr. Eduardo José Fins Bartilotti	António de Morais Castro
1965	Dr. António Manuel Caiado Ferrão	José António dos Santos Vilares
1966	Eng.º José Clemente Sanches Dias Pereira	
1970	Eng.º António Jacinto Barreto de Chaves[60]	Eng.º Ag.º António Clemente Menéres Manso
1973	Dr. José da Cruz Pires	Manuel Alberto Ferraz de Sousa Ataíde Pavão

Fonte: *HISTORIAL DA ASSEMBLEIA e da Junta de Freguesia de Mirandela.* Mirandela: Edição da Junta de Freguesia de Mirandela, 2005, p. 143 e Posse do presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela. *NM.* Mirandela. (28/5/70), p. 1.

Os municípios presididos por «doutores» ou por militares eram os mais comparticipados pelo governo. O Ministério do Interior inspeccionava a administração, orientava os presidentes das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, uniformizava a interpretação e a aplicação

[58] «O primeiro presidente da Câmara Municipal de Mirandela a receber foi o Barreto Chaves (2 contos ilíquidos, por mês) e o vice-presidente ganhava, em 1973, 1.900$00». In Entrevista a um antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela (9/11/2006).

[59] Obs.: pediram exoneração.

[60] Barreto de Chaves, natural dos Açores, foi planificador e técnico acompanhante das obras do CAICA, especialmente do Bairro Social. Foi o grande impulsionador do plano director da vila de Mirandela, altura em que surgiram as primeiras urbanizações, sobretudo a do Bairro da Preguiça. Tomou posse do cargo de Presidente da Câmara, «no dia 23 de Maio de 1970». In Posse...Op. cit., (28/5/70), p. 1.

das normas legais e chamava a atenção para as lacunas e deficiências verificadas na administração.

Durante o Estado Novo, o exercício do poder regional conheceu alterações: em 1928, foram suprimidas as atribuições e a autonomia, concedidas pela Constituição de 1911 às instituições municipais; os códigos administrativos de 1936 e de 1940 contribuíram para o aumento da centralização, uma vez que tanto os presidentes das Câmaras Municipais[61] como os regedores das Freguesias passaram a ser exclusivamente nomeados pelo poder central[62].

Manuel Pires Bento entendia que era urgente «modificar» o sistema de constituição de Câmaras e que a primeira garantia de uma boa administração era fazer publicidade dos actos dos administradores e que as Câmaras Municipais deveriam ter funções de governo e prerrogativas políticas perdidas com o liberalismo e com a 1ª República[63]. Estas ideias não vingaram, mas a publicidade dos actos dos governadores civis e dos presidentes de Câmara era posta em prática nos actos de cessação de funções e na tomada de posse dos empossados.

[61] Obs.: alguns presidentes da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães: 1959- Jerónimo Menezes Barbosa de Abreu e Lima; 1965- Dr. Simão Carlos Saraiva; 1969 - Eng.º Ag.º António Eduardo de Araújo Faria.

[62] BAQUERO MORENO, Humberto – *Os Municípios portugueses nos séc. XIII a XVI - Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 14.

[63] BENTO, Manuel Pires – *A Questão Municipal: Subsídio para a Reforma Administrativa*. Castelo Branco: [s.n.], 1928.

2.1.1 - O cerimonial da tomada de posse de cargos político-administrativos

A tomada de posse de um governador civil do distrito de Bragança

Dia 28/11/64, no salão nobre do Ministério do Interior, tomou posse o novo governador civil de Bragança[64], Dr. José Damasceno Campos, que exercera as funções de director da Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo e fora procurador à Câmara Corporativa da subsecção da justiça.

O acto de posse foi presidido pelo Dr. Santos Júnior, titular da pasta do Ministério do Interior. Estiveram presentes: os subsecretários do exército e do orçamento, representantes do Ministro da Justiça, Educação Nacional e Corporações, o presidente da Câmara Corporativa, os deputados pelo círculo de Bragança, o presidente do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas.

O subsecretário-geral do Ministério, Dr. Pires Lima, leu o auto de posse, proferindo um discurso em que afirmou que o empossado era conhecedor das responsabilidades e dificuldades que o esperavam, devido aos cargos já desempenhados, e que esperava que:

> «depressa se voltem [voltassem] a enfrentar os problemas do seu distrito, onde importa [importava] exercer, desde já [a partir de então], uma acção política doutrinadora e formativa, com a qual se aproveitem [aproveitassem] as admiráveis qualidades das populações, orientando-as permanentemente, no bom sentido do interesse nacional»[65].

O Dr. Pires de Lima focou os aspectos em que o novo governador civil devia intervir, de acordo com as suas atribuições: a promoção social das populações rurais; a realização de obras que tivessem como objectivo o bem-estar dessas populações; as iniciativas que visassem melhorar as condições da agricultura, aumentando e melhorando a sua produção e promovendo a fácil colocação de seus produtos nos mercados e o seu aproveitamento industrial.

As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia deveriam trabalhar numa acção coordenada pelo governador civil, para concretizar as múltiplas actividades do distrito, com o auxílio das comparticipações do Estado[66] e a colaboração dos organismos corporativos e dos outros sectores da administração.

---

[64] Nome dos governadores civis de Bragança, de 1951 a 1974: 1951- Tenente-coronel Augusto José Machado; 1959- Dr. Armando Valfredo Pires e Dr. Horácio António Gouveia; 1964 – Dr. José Damasceno Campos; 1968 – Eng.º Francisco José de Vargas Morgado; 1970 – Dr. Abílio Machado Leonardo; 1974 – Major Fernando Augusto Gomes. In *HISTORIAL da ASSEMBLEIA*..., Op. cit., p. 131.

[65] Posse do novo governador do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (29/11/64), p. 3.

[66] Estado: aparelho político que governa a ordem de determinado território, cuja autoridade é baseada em leis e em que tem competências de usar a força. In GIDDENS, Op. cit., p. 867.

Para esse efeito, a autoridade, o prestígio[67] e a dedicação do governador seriam essenciais, servindo a sua terra e contribuindo para a prosperidade da Nação, renunciando a tudo o que, não sendo essencial, os pudesse dividir e enfraquecer na sua acção colectiva.

O novo chefe de distrito bragançano declarou que ia servir dentro do limite das suas possibilidades humanas e tentar a ingrata, mas importante missão de conseguir o encontro, ainda que parcial, de todos os transmontanos. O distrito, na sua opinião, bem merecia o seu «generoso sacrifício, numa dádiva total», porque

> «era vítima da avara natureza da geografia política, sofria com a ingratidão da terra, que tão mal correspondia ao carinho e esforço posto no seu amanho. Sofria com o facto de não ver ainda satisfeitas todas as suas aspirações. Mas, apesar da ingratidão da terra, o transmontano não desistia de a cultivar e embora quase sempre colhesse com desânimo, semeava sempre com fé»[68].

A tomada de posse de um Presidente de Câmara

A tomada de posse do cargo de presidente de uma Câmara Municipal assumiu, por vezes, um aspecto digno de realçar: pela pessoa empossada, pela importância que os munícipes davam a esse cerimonial e pela necessidade de estar de bem com o número um do concelho, para a concretização de melhorias nas aldeias ou, ainda, para a concessão de favores ou para retribuição de benesses: «amizades políticas».

A tomada de posse do cargo de presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, pelo espectacular cerimonial que envolveu, foi escolhida para confirmar o enunciado.

O Dr. Simão Carlos Saraiva, médico, tomou posse do cargo de presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, dia 23/1/65[69], no governo civil de Bragança, pelas 16h.

---

[67] O poder associado à riqueza era grande e acrescentava ao prestígio poder político: «directo (por assento na Câmara, no Grémio da Lavoura, na AN) ou indirecto (por influência junto dos representantes do poder político); ligado com estes o poder importantíssimo de fazer e obter favores para terceiros». In PERISTIANY, J. G. – *Honra e Vergonha: valores da sociedade mediterrânica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. XVIII.

[68] Posse do novo governador...Op, cit., (29/11/64), p. 3.

[69] O governador civil de Bragança, na revisão administrativa de 1965, substituiu as administrações municipais de Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e de Mirandela. Em Mirandela, o Dr. Eduardo Bartilotti (presidente) e António Castro (vice-presidente) foram substituídos nos cargos pelo Dr. Caiado Ferrão e Santos Vilares que deviam: continuar a lutar para resolver as necessidades e anseios das aldeias; integrar o concelho na realidade económica que o distrito começava a ser; combater tudo o que dividisse e lutar pelo fomento regional, pela urbanização da vila e pelo turismo.
Na tomada de posse, o governador civil de Bragança pediu «ordem e disciplina na administração», e chamou a atenção para alguns acontecimentos, previstos para o país, em 1966: o Plano Intercalar de Fomento, o plano extraordinário de melhoramentos, a celebração do 40º aniversário do regime, durante a qual o governo pretendia beneficiar todas as freguesias do país com um melhoramento novo, e a realização de dois actos eleitorais, pelo que teria de «manter esclarecida e unida a consciência política do concelho, para que a ordem e o progresso do país não deixe de ser uma consoladora e construtiva realidade e possamos continuar a obter vitória...». In Jornada...Op. cit., (14/3/65), p. 8.

O acto de posse[70], que foi imensamente concorrido, foi presidido pelo governador civil de Bragança e revestiu uma invulgar imponência. A mesa de honra foi constituída pelos seguintes elementos:

Quadro VI.2

Acto de posse de um presidente de Câmara (1965)

Acto de Posse		
	Nome	Cargo
Presidente	Dr. José Damasceno Campos	Governador civil de Bragança
Leu o auto	José Henriques Gomes	2º Oficial da secretaria do governo civil
Mesa de honra	Dr. Simão Carlos Saraiva	O empossado do cargo
	Dr. Justino Victor Falcão	Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social
	Eng.º João José Rodrigues	Director de estradas
	Rev.º António José Lopes	Reitor do Seminário de Vinhais, em representação do bispo da diocese
	Adriano Augusto Pires	Presidente da Câmara Municipal de Bragança
	Eng.º Joaquim Carrilho	Director do Serviço de Urbanização
	Jerónimo Menezes Barbosa de Abreu e Lima	Presidente cessante da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

Fonte: Posse do novo presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. *NM.* Mirandela. (31/1/65), p. 1.

As centenas de pessoas que assistiam à tomada de posse «enchiam por completo o amplo salão nobre do governo civil»: pessoas da cidade de Bragança e de várias localidades do distrito, entre as quais a elite da vila e do concelho de Carrazeda de Ansiães, numa demonstração de apoio e de estima pelo Dr. Simão (Anexo 57, Vol. II, p. 123).

José Henriques Gomes, 2º oficial da secretaria do governo civil, depois do novo Presidente do Município de Carrazeda de Ansiães ter prestado o compromisso de honra, leu o auto de posse que foi assinado, no fim da cerimónia, por todos os presentes.

O governador civil, depois de ter proferido algumas palavras de cumprimentos às individualidades que o rodeavam e a toda a assistência, pronunciou um discurso, onde estava patente o ideário político, subjacente à prática do exercício de um cargo administrativo e à forma de publicitar, em público, a realização de um acto "solene" como este, pois era um «acontecimento de elevada transcendência», a nível do concelho e a nível nacional.

A tomada de posse representava: para os munícipes uma esperança de verem solucionados os problemas de competência municipal que os preocupavam; de verem realizadas as obras que lhes dessem um viver mais ajustado às suas aspirações humanas; «uma reafirmação de fé no espírito da justiça dos governantes e nas virtudes do regime vigente»; para o governo,

[70] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 1.

representava o fim de um «preocupante processo de escolha», uma vez que o Presidente da Câmara era, «para as populações concelhias, a imagem visível e concreta do governo que o nomeou...»[71]

O juramento público do cumprimento do cargo revestia um determinado significado, uma simbologia, uma representatividade e uma vinculação à colectividade:

> «O juramento de bem servir é coisa pública, prestado na presença das pessoas mais representativas da sua terra, que aqui se encontram, como mandatários tácitos de todo o povo do concelho, e, perante mim, representante do governo, vincula-o, a partir de hoje, a sua consciência e a consciência da colectividade, a fazer todos os sacrifícios pelo progresso da sua terra e pelo bem-estar das suas gentes»[72]

O governador civil deu a conhecer a importância do Plano Intercalar de Fomento, para ajudar a concretizar projectos e executar obras, necessárias à melhoria das condições de vida das populações locais[73].

O governador civil agradeceu a Jerónimo Barbosa, «em nome pessoal e no do governo» pelo mandato cumprido, como presidente daquela Câmara, e deu-lhe «os mais sinceros louvores pela obra realizada»[74].

O empossado, Dr. Simão Saraiva, ao longo do seu discurso, pôs em relevo: quem lhe atribuiu a função; a função como um serviço; o seu conceito de cidadania e a visão que tinha, em relação àqueles que rejeitavam tais funções. Ao aceitar o cargo, estava a «cometer um gesto de pura e sã cidadania»[75].

Para o Dr. Simão, a presidência da Câmara representava «progresso» para os munícipes e o exercício do cargo tinha sido sempre «uma missão de sacrifício». No exercício da sua profissão, ao contactar com as várias localidades do concelho, tinha ficado a conhecer muito bem as necessidades das populações e sabia que, a nível económico, o «panorama do município era sombrio»[76].

---

[71] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 1.
[72] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 1.
[73] «O Plano Intercalar de Fomento, que em breve se encontrará em execução, consegue, por um verdadeiro milagre financeiro, colocar ao dispor da administração municipal, fundos bastantes para que se verifique solução de continuidade na acção desenvolvida pelo governo de Salazar no plano material, económico, social e moral». In Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.
[74] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.
[75] «Agradeço a V. Ex^{cia} senhor governador a honra que me concedeu, mas não me concebo à altura de tal função. Porém, dentro das minhas débeis possibilidades, porei toda a minha boa vontade e farei todo o esforço, a fim de ser útil ao meu concelho e ao governo da Nação, ao qual agradeço em vossa Ex.ª a confiança em mim depositada. No momento que passa, são criminosos todos aqueles que, chamados a dar o seu contributo ao país, se furtam, por comodismo, ou indiferença. Considero, acima de tudo, que acabo de cometer um gesto de pura e sã cidadania». In Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.
[76] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.

Contava com o governador civil, pois que, como elo de ligação com o governo central, podia ajudar a que fossem satisfeitas as suas petições. E, quando reconhecesse a inutilidade da sua missão, só lhe restava pôr o cargo à disposição[77].

Agradeceu a todos os munícipes e conterrâneos e pediu-lhes que, «em vez de escolherem os lugares que, por habituais se tornam normais, de conversa muitas vezes maledicente, normalmente improdutiva», que alguma coisa que tivessem a contrapor ou a sugerir que o procurassem, sendo imediatamente recebidos, para que, dessa forma, se conjugassem «esforços para o bem comum e vivermos a, para mim, tão adorável coexistência sem atritos»[78].

A concluir a sua intervenção, o Dr. Simão deixou como que um apelo aos cidadãos do concelho de Carrazeda de Ansiães: «Entro de consciência tranquila e quero sair de igual modo. Apenas faço preces a Deus que seja breve, mas não precipitada e, na hora da partida, os justos façam justiça e os injustos, pelo menos, guardem silêncio»[79].

Em 1969, o Dr. Simão foi substituído pelo Eng.º Ag.º António Eduardo de Araújo Faria que se mostrou estar «ao incondicional dispor» do governador civil, «vereação, conselho municipal, funcionários do município, Juntas de Freguesia e todos os homens do concelho», desde que fosse para o «bem, a moral e o interesse geral». Propôs-se lutar «pelo conforto económico e material» das suas gentes, pelo que iria tentar «facilitar a solução dos problemas colectivos e individuais»[80].

Esta ideia, que se inseria na linha de pensamento de Marcello Caetano, «daria às populações rurais as condições económicas indispensáveis a uma existência digna e própria de um ser humano»[81] e evitaria que continuassem a alimentar o êxodo e que se fixassem. O Caminho Municipal nº 1144 da Coleja foi inaugurado por este edil.

[77] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.
[78] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.
[79] Posse do novo presidente...Op. cit., (31/1/65), p. 2.
[80] Posse do Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. *NM*. Mirandela. (20/4/69), p. 6.
[81] Posse do Presidente...Op. cit., (20/4/69), p. 6.

2.1.2 - A gestão municipal

Em Portugal, houve uma tradição centralizadora que, apesar das mudanças de regime, nunca se reformou, de modo a dar aos municípios um papel mais criador, como o defendera Henriques Nogueira[82] nos estudos que tinha realizado.

Segundo este autor, os governos de Portugal tinham herdado da monarquia a ideia de «concentração de poder», pelo que não tinham abdicado desta forma de domínio sobre as povoações «oprimidas e decadentes», nem lhes tinham facultado a possibilidade de procurar seguir o seu caminho[83].

O município devia cumprir com uma dupla finalidade: a 1ª, como unidade administrativa, devia procurar «conciliar, promover e dirigir os interesses de todos os cidadãos» que integrassem o seu território; proteger as várias actividades; executar obras públicas de «utilidade comum»; implementar o ensino em todo o município; proporcionar o bem-estar a todos os habitantes; a 2ª, como fragmento político, devia: «acompanhar o movimento de progresso do país; fazer cumprir com a lei comum; prestar e aceitar auxílio, em relação ao Estado»; cultivar «o alto amor às coisas da pátria»[84].

O dinamismo do município deveria advir de uma organização liberal (descentralizada), uma vez que, só dessa forma, teria mais capacidade para executar «melhoramentos» nas aldeias, cuidando do «progresso físico e moral das povoações», podendo ser a «base social e produtiva» e constituindo os fundamentos de um «edifício comum, sólido e perfeito»[85].

O município, uma vez «independente», seria também «laborioso e civilizador», pelo que deveria ser olhado dessa forma pelos governos e pelos regimes em vigor, uma vez que tal dinâmica contribuiria, também, para assegurar ao país vitalidade e desenvolvimento[86].

Estas concepções, defendidas no tempo da república, em relação ao município, alteraram-se durante o Estado Novo, pois o regime escolheu a concentração política e ideológica, em favor do «bem comum» e da procura de uma base social[87]. A «decadência» de muitas aldeias ficou

---

[82] Henriques Nogueira lançou os temas fundamentais do que viria, mais tarde, a ser o municipalismo, o federalismo (o federalismo latino, a caminho de um federalismo universal, proposto e defendido, desde José Félix Henriques Nogueira a Sebastião de Magalhães Lima) e o associativismo. Henriques Nogueira e Alexandre Herculano consideraram que tinha sido a falta de um tipo ideal de concelho que mais tinha concorrido para a decadência do municipalismo medieval em Portugal. In NETTO, Op. cit., p. 169.

[83] HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix – *O Município no Século XIX*. Lisboa: Ulmeiro, 1993, p. 11. Na página 102 desta obra, Henriques Nogueira afirmava que: muitos estadistas tinham visto na centralização «não só o caos e a inércia no sistema administrativo, mas o escolho mais temeroso das liberdades públicas».

[84] HENRIQUES NOGUEIRA, Op. cit., pp. 13-14

[85] HENRIQUES NOGUEIRA, Op. cit., pp. 102 e 104.

[86] O município «Necessita de ser independente para a eleição dos seus magistrados, para a votação da receita e despesa de suas instituições e para defesa e protecção dos interesses de todos os seus membros, porque só com os braços livres de estranhas e maléficas contrariedades é que ele pode desenvolver o seu vasto e difícil programa» In HENRIQUES NOGUEIRA, Op. cit., pp. 102-103

[87] CRUZ, Op. cit., p. 182.

ligada à alteração daquelas ideias, à forma de relacionamento entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e, em grande parte, ao seu isolamento.

O poder central não pôde acudir de uma forma eficaz à enorme variedade de interesses e de necessidades dos núcleos populacionais, integrados nos diversos municípios, que se espalharam pela região transmontana, nem lhes deu um papel mais dinâmico e criador, de forma a conseguir que os cidadãos perdessem a indiferença pelos assuntos municipais, ficassem mais solidários, vissem a sua administração melhor assegurada e contribuíssem, dessa forma, para que o Estado fosse mais desenvolvido[88].

Assim tinha pensado, na esteira de Henriques Nogueira e Alexandre Herculano[89], um político como Júlio Vilhena que, durante a I República, achou que era necessário criar o municipalismo, aumentar-lhe «a iniciativa», fazer com que colaborasse «com o poder central no progresso moral e material do país»[90]. Durante o regime republicano (1910-1926), houve mesmo uma descentralização moderada[91], em relação aos poderes dos órgãos da administração local.

Emídio Navarro reconheceu nos municípios «uma das influências mais benéficas e mais preponderantes no desenvolvimento e progressos da humanidade»[92] e Bernstein viu no município «a alavanca mais poderosa da emancipação social»[93]. Porém, o governo do Estado Novo não foi capaz de reformar o conceito demasiado centralizador que tinha estabelecido e de efectuar o seu desenvolvimento, recorrendo, para isso, à acção dos cidadãos.

As instituições do governo local tornaram-se parte do sistema corporativo e, com excepção das Juntas de Freguesia, todos os outros corpos sociais deixaram de ser eleitos pelos cidadãos. O Presidente da Câmara passou a ser designado pelo governo central e, assim, a autonomia local ficou completamente enfraquecida[94].

O exercício da gestão administrativa, por parte do presidente da Câmara, conheceu limitações que impediram um maior entendimento e a melhor resolução dos problemas da generalidade das populações: havia uma tendência centralizadora do núcleo central, em relação à restante área de jurisdição.

Em muitas aldeias, aos seus legítimos representantes era dada pouca atenção, por parte de órgãos que lhe eram superiores na hierarquia político-administrativa. Em alguns concelhos, o

---

[88] NETTO, Op. cit., pp. 83, 159-160 e 179.
[89] A opinião de Alexandre Herculano, sobre a importância dos municípios, era a seguinte: «Grandes destinos lhe estão porventura reservados no porvir [à instituição municipal]; ao menos é dela que esperamos a regeneração do nosso país, quando de todo se rasgar o véu, já tão raro, das ilusões deste século». Cit. por: HENRIQUES NOGUEIRA, Op. cit., p. 4.
[90] NETTO, Op. cit., p. 155. Nota: O Dr. Júlio Vilhena foi chefe do Partido Regenerador.
[91] SERRA, João B. - Os Poderes Locais: Administração e Política no 1º Quartel do Século XX. In OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 264-280.
[92] NETTO, Op. cit., p. 135.
[93] MARNOCO E SOUSA, José Ferreira – Relatório sobre as contas da gerência municipal (de Coimbra) de 1905, p. LXIX. In NETTO, Op. cit., p. 192.
[94] OLIVEIRA, Op. cit., pp. 303-325.

Presidente da Junta era recebido no município como «importuno e, até, como se fosse um estranho. E, não raro, era atendido com secura»[95].

Os presidentes das Câmaras deviam «reunir, com alguma frequência, com os presidentes das Juntas de Freguesia», podendo haver, com tais contactos, uma política regional mais activa, mas não o faziam. Os problemas locais eram de resolução quase análoga, nas diferentes freguesias de um concelho: desde o abastecimento de água às populações, à conservação de escolas e criação de cantinas, ao arranjo de um caminho, à assistência social e à educação cívica[96].

A troca de impressões, entre responsáveis pelos destinos das freguesias e o respectivo Presidente da Câmara, podia resultar em muita coisa de útil. Para isso, era necessário que essas cessões tivessem uma finalidade construtiva, que admitissem franco diálogo e que não fossem efectuadas com grandes discursos e reverenciais elogios ou com pesados monólogos, mas com o sentido de cooperação e de diálogo[97].

As leis em vigor pormenorizavam os direitos e os deveres da Junta de Freguesia, mas, para muitas, o enunciado das suas atribuições representava uma utópica miragem, devido a: ausência de recursos, de colaboração e de espírito de solidariedade regional[98].

Havia pessoas com pouca instrução, mas com uma total dedicação às funções da Junta de Freguesia e o seu presidente nada recebia pelo seu labor.

As populações rurais, mesmo as mais humildes, precisavam de ser compreendidas e pediam que as autoridades fossem até elas e solicitavam ser ouvidas nos seus anseios. Através de reuniões com os componentes das Juntas de Freguesia, o supremo dirigente municipal podia consultar «o sentido da grei, sanar rivalidades ou divergências locais»[99].

As disfunções no funcionamento destes órgãos e a forma de funcionamento concebida pelo estado central afectaram de um modo geral as aldeias e lugares do interior transmontano, especialmente os mais humildes e os mais recônditos, e com mais carências, como a Coleja. E são a prova evidente de que o "Estado" não conseguiu estender "o manto da sua unidade, do espírito de coordenação e da sua força" sobre todo o território nacional, pois foi muito limitada a forma como conseguiu atingir as três aldeias em estudo.

[95] REIS, Rogério - Administração municipal. *NM*. Mirandela. (7/3/65), pp. 1 e 2.
[96] REIS, R., Op. cit., (7/3/65), pp. 1 e 2.
[97] REIS, R., Op. cit., (7/3/65), pp. 1 e 2; e Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).
[98] REIS, R., Op. cit., (7/3/65), pp. 1e 2.
[99] REIS, R., Op. cit., (7/3/65), pp. 1 e 2.

2.2 - As eleições

As eleições eram uma farsa e o exercício de cargos político-administrativos (Presidente de Câmara e governador civil) funcionavam, como já vimos, por nomeação ou por «cooptação».

Nas eleições, os portugueses delegavam, a representantes hierarquicamente designados pela Constituição, o exercício da soberania nacional, «a título transitório e precário»[100].

As eleições parlamentares ou as presidenciais eram um «poderoso instrumento plebiscitário do Estado Novo» que jogava a favor do Presidente do Conselho, pois se tratava de «eleger» os homens designados por ele e de «aprovar» a sua política[101].

Os actos eleitorais para a Assembleia Nacional realizaram-se de 4 em 4 anos, entre 1934 e 1973:

-antes de 1949, as eleições eram feitas, através de listas em círculo único (sistema plebiscitário: ou se ganhava tudo, ou se perdia tudo);

-nas eleições de 1949, inaugurou-se a eleição de listas de candidatos com pluralidade de círculos, tantos quantos os distritos, que elegiam a lista maioritária (sistema de concorrência simulada)[102].

Este último sistema beneficiou o regime, tendo sido sempre eleitos os deputados propostos pelo Governo, pelo que era enorme o afastamento entre a formalidade do acto eleitoral, em si mesmo, e a sua efectiva democraticidade: a Oposição não era reconhecida, fora dos períodos eleitorais, e não havia liberdade de associação, de reunião e de expressão[103]; a prática da censura era constante, havia repressão e as pessoas podiam ser presas sem culpa formada[104]; depois de 1956, as chamadas «medidas de segurança» davam a possibilidade ao Ministério da Justiça, sob proposta da PIDE, de manter indefinidamente sob prisão, indivíduos considerados perigosos para a sociedade[105].

O colégio eleitoral foi sempre restrito, tanto nas eleições para a Assembleia Nacional, como nas eleições para a Presidência da República e nunca foi praticado o sufrágio universal.

As eleições para a AN davam legitimidade à Câmara de Deputados, preparavam alguns quadros para o regime e permitiam que a PIDE actualizasse os seus ficheiros, acerca das oposições existentes.

---

[100] CAMPINOS, Op. cit., p. 21.
[101] CAMPINOS, Op. cit., p. 29.
[102] ROSAS e BRITO, Op. cit., pp. 288-293.
[103] Regulamentação do direito de reunião. Decreto-Lei nº 22.468. Diário do Governo. I Série. Nº 83 (1933-04-11) e Regulamentação da censura prévia às publicações gráficas. Decreto-Lei nº 22.469. Diário do Governo. I Série. Nº 83 (1933-04-11).
[104] Organização dos serviços de polícia judiciária. Decreto-Lei nº 35.042. Diário do Governo. I Série. Nº 233 (1945-10-20) e Criação da polícia internacional e de defesa do Estado. Decreto-Lei nº 35.046. Diário do Governo. I Série. Nº 234 (1945-10-22).
[105] ROSAS e BRITO, Op. cit., pp. 288-291.

Em 1973, a oposição viu-se confrontada com os malabarismos do regime, com o voto restrito, com a constante intimidação e perseguição policial e ainda, com desistências, à boca das urnas.

As eleições para a presidência da República[106] decorreram, de uma forma muito particular:

-por auto-eleição do general Carmona, em 25 de Março de 1928;

-por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, cada 7 anos (texto constitucional de 1933); por convocação do colégio eleitoral (presidenciais realizadas, entre 1935 e 1958); por colégio eleitoral restrito (em 1958, após o susto causado pela candidatura de Humberto Delgado): composto pela Assembleia Nacional, pela Câmara Corporativa, por representantes dos municípios e por delegados dos concelhos ultramarinos.

Os elementos estruturantes do Estado Corporativo eram: as freguesias, os concelhos e as províncias e, a partir de 1959, os distritos, que substituíram as províncias.

A criação de freguesias[107] tinha de ser requerida pela maioria absoluta dos eleitores e, embora com reduzidas repercussões orgânicas ou funcionais, elas estavam classificadas em três ordens, de acordo com o número de habitantes.

A freguesia era juridicamente definida como o «agregado de famílias que, dentro do território municipal, desenvolve uma acção social comum por intermédio de órgãos próprios: as famílias, representadas pelos seus chefes, e as Juntas de Freguesia»[108].

A Junta de Freguesia era composta por 3 vogais, eleitos para um quadriénio pelos chefes de família, que entre si deliberavam escolher um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro. O presidente executava ou mandava executar as deliberações tomadas pela Junta de Freguesia[109].

Os presidentes das Câmaras tinham uma tutela sobre as freguesias, de natureza inspectiva e correctiva, ficando esta a cargo dos governadores civis em Lisboa e Porto.

---

[106] «Em Portugal, é grande a importância do Chefe de Estado. É ele quem controla a vida política nacional, escolhe o Presidente do Conselho e o mantém no Poder pelo tempo que julga conveniente.
Tem a faculdade de dissolver a Assembleia Nacional e de tomar a iniciativa da revisão constitucional. O Presidente do Conselho, por sua vez, orienta e coordena toda a obra política e administrativa do Governo. São apertados os laços que unem o Chefe do Estado ao Chefe do Governo. Pode-se mesmo dizer que existe um comando único, exercido por estes dois homens. Um é o símbolo da unidade e continuidade nacionais, o outro representa a acção realizadora. O Chefe do governo só tem que prestar contas ao Chefe de Estado». In GARNIER, Op. cit., p. 79.

[107] O crescimento das freguesias, durante o Estado Novo, não foi muito expressivo, tendo-se registado em Portugal Continental, entre 1936 (3.754) e 1974 (3.835), um aumento de 81. Esse aumento foi também limitado nos distritos de Bragança (3) e Vila Real (6): Bragança: 1936 (295); 1950 (297); 1974 (298). Vila Real: 1936 (257); 1950 (258); 1974 (263). In SANTOS, Op. cit., p. 59.

[108] SANTOS, Op. cit., p. 69.

[109] Algumas atribuições e competências legalmente confiadas às Juntas de Freguesia: «recenseamento eleitoral; recenseamento de pobres e indigentes; assistência social (transitada para comissões paroquiais, em 1945); fontes e águas públicas; caminhos vicinais; matas e arvoredos; cemitérios; instituições de utilidade paroquial; administração e conservação de igrejas, quando não houvesse corporações fabriqueiras; mercados; atestados de residência, vida, costumes e situação económica; posturas; administração de bens próprios; bens do logradouro comum da freguesia ou dos moradores». In SANTOS, Op. cit., p. 70.

O Decreto-Lei n.º 19.694, de 5 de Maio de 1931, definiu as condições para se ser eleitor e eleito para vogal da Junta de Freguesia. Os vogais seriam eleitos pelos cidadãos portugueses de ambos os sexos, com «responsabilidade de chefes de família, domiciliados na freguesia, há mais de seis meses». Era reconhecido direito de voto às mulheres viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens ou, ainda, sendo casadas, terem os maridos ausentes nas colónias ou no estrangeiro. Podiam ser eleitores os maiores de 21 anos com «mesa, habitação e lares próprios».

Os vogais das Câmaras Municipais podiam ser eleitos pelas Juntas de Freguesia e pelas «corporações de assistência e associações de classe com mais de 50 associados na sede do concelho, legalmente constituídas há mais de um ano»; e pelos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, que soubessem ler, escrever e contar ou que estivessem colectados, para efeitos fiscais, em quantia não inferior a 100$00 e, ainda, «pelos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores de 21 anos, com curso secundário ou superior, comprovado pelo diploma respectivo».

O Decreto-Lei n.º 27.995, de 27 de Agosto de 1937, manteve a capacidade eleitoral[110] restrita aos chefes de família ou equiparados. Só podiam ser vogais das Juntas de Freguesia, os chefes de família que estivessem «inscritos no respectivo recenseamento e saibam [soubessem] ler e escrever». Este documento legislativo incumbia as operações de recenseamento eleitoral às Juntas de Freguesia. O Presidente da Câmara assistia e fiscalizava essas operações.

As mudanças políticas na eleição para deputados da AN

Em 1968, surgiu a nova União Nacional[111], com o nome de Acção Nacional Popular (ANP)[112]. A UN precisava de «se renovar, não apenas em pessoas, mas em métodos, e a todos os níveis, sem se menosprezar o local»[113].

Em 1969, vivia-se numa época «sobre os signos moral, social e económico», considerados como sendo das maiores preocupações das populações de então, pelo que se tornava necessário em Trás-os-Montes superar tudo o que traduzisse «medievalismo pernicioso»[114] e senhorialismo patriarcal.

---

[110] No dia 15 de Março de 1963, os chefes de família do concelho de Mirandela puderam requerer a sua inscrição ou a de terceiros, no recenseamento eleitoral das suas freguesias. Uns e outros deviam reunir as condições de capacidade eleitoral: «serem cidadãos portugueses com família legitimamente constituída, que com ele vivesse, sob a sua autoridade». In Recenseamento dos chefes de família. *NM*. Mirandela. (24/2/63), p. 6.
[111] REIS, R., Op. cit., (5/1/69), p. 1.
[112] REIS, R., Op. cit., (5/1/69), p. 1.
[113] REIS, R., Op. cit., (2/11/69), pp. 1 e 4.
[114] REIS, Rogério - O significado de uma lição de civismo. *NM*. Mirandela. (2/11/69), pp. 1 e 4.

A UN manifestou nesse ano, numa altura em que havia alguma abertura e uma certa mudança política no país, uma necessidade de se transformar, de se renovar, para cumprir a sua tarefa de preparar as eleições para deputados à AN, de 1970 [115].

Como ponto culminante de uma certa abertura política, constituiu-se na AN uma ala liberal.

Sessões de esclarecimento do eleitorado regional (eleições para a AN)

No dia 11/10/69, realizaram-se duas reuniões no cine-teatro mirandelense, a fim de se prepararem as eleições de deputados à AN, pela região de Bragança: durante o dia, foram apresentados os candidatos da UN (Anexo 58, Vol. II, p. 124), e, a partir das 21,30 h, os candidatos da Comissão Democrática Eleitoral (Anexo 59, Vol. II, p. 126).

As duas reuniões representaram um marco histórico importante, porque se notou uma certa abertura do regime político e foi possível à oposição debater as suas ideias, sem haver perseguições, e sem proibições, e pela forma como foi vivido o acto eleitoral, em si mesmo, na região transmontana.

A região viveu o impacto do aparecimento de duas linhas de orientação política divergentes, cujas reuniões de esclarecimento foram um marco histórico, pelo debate de ideias e pela forma como propuseram solucionar os problemas da região transmontana.

A bandeira nacional serviu de pano de fundo nas duas reuniões, sendo de destacar, entre as ideias expostas, sobre a região, as seguintes:

-estava subdesenvolvida, em relação ao resto do país;

-precisava de conhecer uma "revolução industrial";

-esperava por uma "arrancada", no caminho do desenvolvimento económico;

-o desenvolvimento implicava: a construção de barragens, a instalação de centros hortoindustriais, a comercialização destes produtos no mercado (interno e externo) e a reestruturação das vias rodo e ferroviárias;

-a necessidade de um corte com o passado de tendências paternalistas;

-para consubstanciar tais ideias, os eleitores tiveram de optar entre: uma fórmula autoritária, corporativista e tecnocrática dos candidatos da UN; uma fórmula democrática e humanista, que contava com a participação activa de todos, dos candidatos da CDE:

[115] REIS, Rogério - União Nacional, continuidade e renovação. *NM*. Mirandela. (5/1/69), p. 1.

Quadro VI.3

Síntese das sessões de esclarecimento para as eleições da AN (1970)

	União Nacional	**Comissão Democrática Eleitoral**
Candidatos a deputados:	-Dr. Armando Valfredo Pires, -Dr. Artur de Oliveira Pimentel -Eng.º Ag.º Camilo de Almeida Gama Lemos de Mendonça	-Dr. Nuno Teixeira Neves -Domingos Ponte -João António Vicente -Agostinho Guedes Rafael.
Ideias principais apresentadas:	-ineficácia e falta de mobilidade da maior parte dos serviços, ligados à agricultura; -necessidade de todos se unirem, em torno da candidatura do Eng.º Camilo de Mendonça, que a aceitou por motivos regionais e para evitar a possível divisão política regional; -para se conseguir a arrancada da região, a caminho do progresso e da remissão económica; -necessidade de «uma verdadeira revolução industrial, com incidências económicas e sociais; -desenvolvimento regional: barragens, estruturação hidroagrícola, instalação de horto-industriais e sua comercialização; -a reestruturação das infra-estruturas rodo e ferroviárias da região; -esperança de ver instalada uma empresa destinada ao crescimento económico e à prospecção das respectivas riquezas agrícolas e de subsolo; -previsão de, dentro de uma ou duas décadas, poder vir a surgir uma vasta área desenvolvida, com o centro em Mirandela, com uma população na ordem dos 100.000 habitantes; -necessidade de todos se unirem para o engrandecimento e progresso da região.	-Pelo povo, para o povo e com o povo: unidos venceremos Democracia! Liberdade! -civismo, liberdade de pensamento, de actuação, de reunião e discussão; contra a censura; -distribuição do pão e da cultura, em liberdade; -passado transmontano de costumes paternalistas e de defesa dos caudilhos; -os candidatos eram: pessoas comuns, despojados de poderes e privilégios e fiéis mandatários do povo; -incompatibilidade entre democracia (humanitária) e a tecnocracia (autoritária); -participação activa de toda a população, no desenvolvimento da região; -obstáculos ao desenvolvimento: a plena utilização do corporativismo; a falta de educação popular; a deterioração do direito de propriedade; o novo sistema de previdência, que era uma ficção; a "primavera política" que só trouxe "sorrisos gélidos e enganadores"; -oposição ao Eng.º Camilo de Mendonça e à sua obra no Cachão: mal gerido, mal controlado e mal localizado e instalação da fábrica anárquica...

Fonte: Eleições de deputados para a Assembleia Nacional. Sessão da *UN* (19/10/69), pp. 1 e 6 e Sessão da Comissão Democrática Eleitoral. *NM*. Mirandela. (19/10/69), p. 6.

Os candidatos da UN viram-se empossados de poder, nestas eleições, passando a representar o distrito de Bragança na AN. Algumas das ideias apresentadas na referida reunião vieram a ser impulsionadas no distrito: a modernização económica, a agro-indústria e a concretização de projectos traçados pelo Eng.º Camilo de Mendonça para o CAICA e para a região.

A reunião dos candidatos da oposição demonstrou que se manteve actuante, na região, o fenómeno de resistência à ideologia dominante, que acabou por provocar fracturas sociais e ideológicas e por levar muitos transmontanos a aspirarem pela «Democracia!» e pela «Liberdade!».

As transformações (sociais, económicas, culturais e políticas) que se foram registando na região transmontana, ajudaram a abolir muitos costumes paternalistas, profundamente implantados nas comunidades rurais.

3 - Algumas mudanças no regime político

A doença de Salazar e a sua substituição por Marcello Caetano

O NM divulgou, em 1968, a doença de Salazar e recordou: «a sua inteligência, a sua honestidade, a sua fidelidade à República e o seu patriotismo, os seus méritos e deméritos»[116] .

As memórias retidas pelo povo português, em relação a Salazar, foram as seguintes: assumiu, durante a 2ª guerra mundial, uma «neutralidade colaborante»; sempre defendeu a Nação; quis pacificar o ultramar, acabando por se envolver numa guerra colonial; e «identificou-se com a Pátria»[117].

O Presidente Américo Tomás, perante a doença de Salazar, assumiu a direcção do país, zelou pelo respeito da Constituição vigente, «pela segurança de todos os portugueses de aquém e além-mar» e, como a doença era grave, «houve necessidade de fazer a sua substituição»[118]...

O nome de Marcello Caetano apareceu como «uma esperança da Pátria» e já tinha atingido «a mais ampla projecção» intra e extra-fronteiras.

Foi chamado ao poder, sem ignorar as enormes consequências pessoais e colectivas daí provenientes, pelo que, na sua primeira mensagem que dirigiu ao país, confessou: «Tenho a consciência do que valho e do que posso»[119].

Marcello Caetano tinha desempenhado os cargos de presidente da UN e de Ministro do Ultramar. Tinha tomado as seguintes posições políticas: a defesa das províncias ultramarinas; a autoridade moral; a criação da comunidade lusíada (para a Nação subsistir com dignidade), para a qual pediu apoio ao governo, e defendeu o diálogo entre o governo e a Nação...[120]

Marcello Caetano afirmava que continuar a obra de Salazar «implica [implicava] uma ideia de movimento, de sequência, de adaptação. A fidelidade à doutrina brilhantemente ensinada pelo Dr. Salazar não deve [devia] confundir-se com apego obstinado a fórmulas ou soluções que ele algum dia haja [houvesse] adoptado»[121].

A subida ao poder deste estadista garantia a continuidade do lançamento, no país e na região transmontana, das ideias industrialistas e desenvolvimentistas que ele defendia; e veio a corresponder também à eleição para a AN, em 1970, dos deputados por Bragança que eram defensores desta linha política e económica.

---

[116] REIS, Rogério - Servindo a nação. *NM*. Mirandela. (29/9/68), p. 1.
[117] REIS, R., Op. cit., (29/9/68), p. 1.
[118] REIS, Rogério - A personificação do dever. *NM*. Mirandela. (6/10/68), p. 1.
[119] REIS, Rogério - Uma esperança da pátria. *NM*. Mirandela. (13/10/68), p. 1.
[120] REIS, R., Op. cit., (13/10/68), p. 1.
[121] REIS, R., Op. cit., (13/10/68), p. 1.

Marcello Caetano sustentava ter fé no povo português, no povo que constituía a Nação, no povo que apoiava e confiava no governo. O povo é que seria capaz de o criticar com sentido construtivo, pois pagava os encargos públicos, batia-se pela integridade territorial e pluricontinental, perpetuava o sentido da «portugalidade»[122].

O jornal NM documentou as mudanças introduzidas por este estadista nos discursos dirigidos ao país, bem como outros acontecimentos nacionais e internacionais (Anexo 61, Vol. II, p. 131 e ss.), devendo destacar-se, entre eles, a queda do regime, a 25 de Abril de 1974.

A queda do regime em 1974

Mirandela, de arreigadas tradições democráticas, sempre se orgulhou de ostentar no seu brasão o colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do louvor «lealdade e mérito», com que foi galardoada, pela maneira como se comportou, «durante os graves acontecimentos que se desenrolaram no país, no alvorecer de 1919», e, por essa razão foi conhecida, durante muitos anos, por «vila heróica». Mirandela confiava no patriotismo da Junta de Salvação Nacional, a quem saudava com muito respeito, «com vivas a Portugal, às Forças Armadas e à democracia»[123].

O jornal NM deu a conhecer, sobre a queda do regime (Anexo 60, Vol. II, p. 129): a emoção do país, perante o acontecimento histórico, «sem sangue, nem demoras, nem indecisões»; a vitória do MFA, em 25 de Abril, e a mudança que a sociedade portuguesa esperava; os gritos do povo que clamava pela liberdade e ansiava pela justiça social; a ajuda a prestar à Junta de Salvação Nacional; a reconstrução da Pátria portuguesa.

O 25 de Abril surgiu, assim, como uma esperança, porque: reconhecia os direitos fundamentais a todos os cidadãos; restabelecia a liberdade e a democracia; rompia com o sistema de clausura da região transmontana e aproximava-a do resto do país; dava aos municípios um maior dinamismo; contribuía para a resolução mais decisiva de problemas ainda prevalecentes (sociais, económicos, culturais e de mentalidades) e que tinham sido causa de estagnação e do abandono da região transmontana.

O fracasso da política de fixação que falhara na maior parte das aldeias, vilas e cidades transmontanas, encontrava no novo regime político outra hipótese de resolução (Anexo 60, Vol. II, p. 129).

---

[122] O jornal espanhol *La Vanguardia* definia o momento político que Portugal estava a viver, e que fez vibrar a península com o render da guarda na presidência do conselho, como de: «continuidade suficiente e renovação necessária». In REIS, R., Op. cit., (13/10/68), p. 1.

[123] Golpe de estado militar derruba o governo de Marcello Caetano. *NM*. Mirandela. (30/4/74), p. 1.

4 - As memórias políticas nas três aldeias:

4.1 - Memórias políticas na Coleja:

A falta de liberdade:

As pessoas da Coleja «eram perfeitamente livres e não se interessavam pela política». Antes do 25 de Abril, sabiam que «não se podia falar contra a Situação, não se podia falar contra o governo e, por isso, não ligavam muito à política, pois queriam ver-se livres de problemas»[124]. O medo fazia tomar uma posição de moderação.

As perseguições, a repressão, a tortura e a PIDE

A população da Coleja estava a par das vivências dos fenómenos da História nacional[125], mas os acontecimentos mais marcantes não foram muito vividos, de forma imediata e entusiasta, e não consta que tenha havido muitas perseguições políticas[126]. Porém, este fenómeno ficou conhecido da população desta aldeia, pois um habitante de nome Cebolo (Anexo 15, Vol. II, p. 30) várias vezes foi preso e várias vezes o povo o teve de esconder e de proteger.

A maior parte das pessoas cultas da aldeia apoiava Salazar, conforme documenta John Gibbons e os descontentes e oposicionistas eram os mais "pelintras" da terra"[127]. A maior parte dos proprietários mais ricos da aldeia era a favor de Salazar, mas de forma moderada. E a maior parte das pessoas, como não sabiam ler, pouco percebiam de política e, como não liam, nem tinham acesso aos jornais e à informação radiofónica, «não eram atingidos pela propaganda do regime». No fundo, tinham consciência de que viviam com «estabilidade e segurança»[128].

A consciencialização política

O relevo condicionou tudo: o modo de vida; o acesso à cultura e à informação, à saúde e à educação; dificultou a ida ao médico, a compra de medicamentos, as informações sobre o que se passava no país e a tomada de uma consciência política, embora esta circunstância se tenha também ficado a dever ao elevado número de analfabetos que havia na aldeia[129].

---

[124] Entrevista nº 3, Coleja: 2004 e Entrevista nº 1, Coleja: 2004
[125] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[126] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[127] GIBBONS, Op. cit., p. 78.
[128] GIBBONS, Op. cit., pp. 72 e 77.
[129] Entrevista nº 2, Coleja: 2004 e Entrevista nº 4, Coleja: 2004.

Uma imagem do governo de Salazar

O facto de não haver televisão, de haver fraco acesso aos jornais e à informação, limitou um conhecimento mais definido sobre a figura de Salazar, a uma generalidade de pessoas. Mas a sua firmeza, a forma como governou o país e as suas ideias políticas foram conhecidas pelos habitantes da Coleja[130].

Os habitantes da Coleja tiveram a consciência de que ganhavam muito pouco, durante o Estado Novo, para um trabalho cansativo e exigente que tinham. Eram cumpridores das suas «contribuições e as obrigações que tinham para com o Estado» e iam vivendo, «sossegados», entregues à rotina diária do seu trabalho e das suas partilhas económicas, sociais e culturais[131].

A figura do regedor

Os problemas que iam surgindo na Coleja, eram ali resolvidos. Havia uma autoridade que, nesse tempo, era o Regedor e «era ele que tinha a função jurídica e policial, sobre o que, naquele momento, era mais difícil de resolver, como era o caso dos barulhos. Na altura, havia muitos barulhos na aldeia, porque estava muito habitada e tinha muita gente, antes das migrações»[132] massivas. O Regedor, no exercício da sua autoridade policial, era o garante da ordem e da harmonia social.

Algumas vezes, os habitantes da Coleja iam a Carrazeda de Ansiães para que os vários problemas da aldeia fossem resolvidos. A GNR ia até à Coleja, de longe a longe, levar autos de notícia, fazer a recolha de depoimentos e, algumas vezes, com ordens de prisão[133].

Os reflexos de acontecimentos históricos internacionais e nacionais

Jonh Gibbons recebeu, certo dia, a visita de um ex-combatente português que tinha estado na Campanha da Flandres, o que comprova que os habitantes da Coleja tiveram conhecimento da 1ª Guerra Mundial[134].

As notícias internacionais sobre a guerra civil espanhola e sobre a grande guerra que se lhe seguiu também chegaram à Coleja[135], de uma forma pouco imediata e não causaram um grande

[130] GIBBONS, Op. cit., p. 128.
[131] Entrevista nº 4, Coleja: 2004
[132] Entrevista nº 3, Coleja: 2004
[133] Entrevista nº 2, Coleja: 2004
[134] O ex-combatente andou a pé «8 km, desde a sua aldeia no cimo da serra até aqui [Coleja], para me dizer que também ele fora soldado do Exército Português, em França, durante a Grande Guerra». In GIBBONS, Op. cit., pp. 237-238.

impacto na população. Todavia, a população tomou conhecimento dessas alterações internacionais[136] e das implicações que tiveram em suas vidas.

A ditadura ficou personalizada na figura do ditador, remetendo para uma figura central que marcou a vida das pessoas: «A ditadura era o Salazar, de resto não se sabia de nada. Íamos ouvindo o rádio; havia dois, há 50 anos [1954]. Líamos o jornal já velho e muitos não sabiam ler»[137].

A rádio, o jornal, a visita à aldeia de pessoas (artesãos, vendedores ambulantes, compradores de azeite, e outras) e a ida à feira de Carrazeda de Ansiães[138], tudo ajudou a divulgar o que se estava a passar pelo país e mesmo pelo mundo. Algumas notícias chegaram atrasadas e muito diluídas[139].

Alguns acontecimentos que foram considerados históricos para os habitantes da aldeia: os melhoramentos, a inauguração da estrada, os barulhos e zaragatas que perturbaram o normal funcionamento da vida comunitária e que existiram na aldeia e nas quintas[140], as migrações, o reavivar de tradições, os sucessos e insucessos de pessoas da aldeia e o destaque para algumas individualidades que contribuíram com os seus actos para a valorização da vida comunitária.

As inaugurações e as comemorações, na sede de concelho, eram divulgadas pela Câmara Municipal, através de editais[141].

---

[135] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[136] GIBBONS, Op. cit., p. 169. Gibbons recebia o Daily Telegraph duas vezes por semana, que lhe era enviado do Porto.

[137] Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[138] Naquela altura, não tínhamos jornal, pouca gente sabia ler. Às vezes, a ida à feira da Carrazeda era uma ida obrigatória. E, então, em todas as feiras lá estava um cego com uma guitarra. Dedilhava a guitarra e cantava umas quadras, metade delas notícias que se davam aqui, no concelho: normalmente, as notícias de crimes e de mortes violentas. Então, era assim que se sabia de algumas notícias. Aqueles folhetos custavam uns 10 tostões ou 15 cada um e o ceguinho vendia-os e ganhava algum». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004

[139] Entrevista nº 3, Coleja: 2004

[140] Os trabalhadores que provocavam as desavenças «eram escorraçados» das quintas. In Entrevista nº 1, Coleja: 2004

[141] Entrevista nº 2, Coleja: 2004

4.2 - Memórias políticas no Cachão

A falta de liberdade de expressão e algumas vivências políticas

A maior parte da população do Cachão trabalhava no complexo, tinha «interesse pela política, mas antes do 25 de Abril ninguém falava em política. Depois, lutou-se pelo controlo sobre o complexo, porque os governos da a
3ltura não eram de feição...»[142]

O Eng.º Camilo de Mendonça era considerado como uma pessoa «muito avançada para a época, uma pessoa com muita capacidade de análise e um bom orador [...] e era o único que era capaz de responder taco a taco [na AN] a Sá Carneiro. Às vezes, dizia: "Estou comprometido com eles, mas não penso como eles"». Estava comprometido com o regime: «era deputado e exercia cargos políticos, embora a visão dele fosse diferente: era um reformador que também estava no sistema, tal como Sá Carneiro e Pinto Balsemão»[143].

As perseguições, a repressão, a tortura e a PIDE

As pessoas do Cachão, apesar de estarem ao corrente, não se preocuparam com as perseguições políticas e com a repressão da PIDE: «nunca houve preocupações desse género, mesmo minimamente»[144] e não sentiram essas perseguições[145].

Os acontecimentos relacionados com o salazarismo, as perseguições, a repressão e a PIDE não tiveram grande «eco na aldeia»[146].

A figura do regedor

O regedor vivia em Frechas e, se houvesse problemas no Cachão, ele deslocava-se até esta aldeia. «Mas a gente aqui deu-se sempre bem e funcionava e as pessoas viviam em paz»[147].

«Conheço ainda o regedor Silvino, de Frechas. O regedor fazia o que faz hoje o Presidente da Junta, só que não tinha a mesma posse: hoje há eleições, antes havia a nomeação»[148].

---

[142] Entrevista nº 1, Cachão: 2004. As informações políticas chegavam, através do comboio, da rádio e do jornal. In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.
[143] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[144] Entrevista nº 5, Cachão: 2004
[145] Entrevista nº 2, Cachão: 2004
[146] Entrevista nº 1, Cachão: 2004
[147] Entrevista nº 3, Cachão: 2004
[148] Entrevista nº 4, Cachão: 2004

A memória de comemorações e de inaugurações

O CAICA passou por um processo de instalação de várias fábricas, do Bairro Social, de outras estruturas e equipamentos, que foram enriquecendo e engrandecendo a aldeia, pelo que «A cada passo, havia inaugurações de fábricas, que o Eng.º Camilo abria»[149]. Ele tinha sempre projectos «em carteira» e, se alguém visitasse a região, ele dava-os a conhecer, «não estava à espera por outras oportunidades»[150].

As memórias da guerra colonial

A guerra colonial deixou marcas em Mirandela, porque se registaram «mortes», mas no Cachão, «Não [...] consta que [...] tenha deixado marcas profundas na comunidade»[151].

A fome e os racionamentos

A Grande Guerra trouxe «muita fome e mesmo antes da guerra terminar»[152]. Era preciso registar a produção: «o azeite era controlado, o número de alqueires de cereal, porque a fiscalização actuava sistematicamente. As pessoas «escondiam tambores de azeite e cereais, na terra, [...] e em armazéns subterrâneos».

A fome ficou também a dever-se à falta de «trabalho e a ter de se mandar géneros para a guerra». Depois da guerra terminar, a doença pneumónica vitimou muitos milhares de pessoas, porque não havia dinheiro para comprar medicamentos. O preço do pão era muito caro, «era das coisas mais caras que havia. Daí haver a tal candonga [contrabando], havia muita»[153].

A guerra civil espanhola

A guerra civil espanhola e as suas implicações ficaram conhecidas por alguns habitantes do Cachão, porque «teve muito impacto em todo Trás-os-Montes», uma vez que a região «absorveu muitos espanhóis»[154] que fugiram a essa guerra.

---

[149] «E, cada vez que vinham ali [ao CAICA], seria a razão para lhes conseguir apanhar dinheiro para ajuda do complexo. Ele convidava as pessoas ilustres, essas individualidades, com essa finalidade». In Entrevista nº 1, Cachão: 2004.

[150] Entrevista nº 2, Cachão: 2004

[151] Entrevista nº 1, Cachão: 2004, Entrevista nº 2, Cachão: 2004 e Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[152] Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[153] «Em minha casa, havia um rebanho de ovelhas e todos os dias se enchia um corredor, logo à entrada, de pessoas, à espera de soro: o que traduz a miséria em que viviam». Entrevista nº 5, Cachão: 2004

[154] «Aqueles 2 ou 3 armazéns que ali estavam tinham ligações com todo o lado, com contrabandistas de aqui e de acolá. Mas acredito que a Guerra Civil Espanhola tenha trazido pessoas, porque Trás-os-Montes absorveu muitos

4.3 - Memórias políticas no Romeu:

A falta de liberdade:

As recordações das pessoas do Romeu traduzem a realidade por elas vivida: não havia liberdade de expressão e «todos tinham de ter a mesma opinião»[155], não podendo contestar.

Quando havia eleições, «votavam os vivos e os mortos e havia um pipo de vinho, em Vale de Couço, para as pessoas beberem, no fim da votação», não havendo muita transparência no processo. Quem não fosse a favor da Situação, passava a ter problemas[156].

As pessoas acabaram por se habituar a viver controladas por um regime, em que havia falta de liberdade e repressão, um regime «autoritário, fechado e severo»[157]. As populações da freguesia do Romeu «não ficaram à margem do todo nacional», mas o sentimento político que possuíam «era um pouco diluído [...] e as pessoas [...] consideravam aquilo uma coisa normal»[158].

Neste clima em que se vivia, só tinha problemas quem era contra o regime e quem se metia na política. «Para que o povo não fosse contra o governo, criou-se uma polícia secreta [PIDE], que era pouco humana e, com razão ou sem razão, prendia as pessoas e usava violência para as fazer falar». A falta de liberdade de expressão levou, por vezes, as pessoas a criar «códigos para conspirarem contra o regime»[159].

Antes do 25 de Abril, as pessoas não ligavam muito à política e sabiam que podiam ser perseguidas e esse medo levava-as a ficar caladas, a não falar de política, a «não criticar o governo»[160], porque «sabíamos que havia a PIDE e a gente tinha que estar calada»[161].

---

espanhóis». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004. «Na zona onde eu estava, nas minas, havia aquela fronteira por Vinhais, pela Moimenta. Quando se deu o caso da guerra espanhola, a esses espanhóis chamavam-lhe os vermelhos, e estiveram metidos na zona das minas (Ervedosa - Vinhais). Mas não eram pelintras, eram indivíduos com certo nível e davam dinheiro para lhes irem comprar dois pães ou isto ou aquilo. Chegaram a ser presas pessoas por os verem e não os denunciarem. A minha sogra ainda andou no Porto, por causa deles. Houve ali um homenzito, em Fornos de Ledra, que enriqueceu à causa disso: os indivíduos davam-lhe dinheiro e diziam-lhe para lhes irem comprar isto e aquilo e não perguntavam o preço. Só queriam que lhes levassem de comer. E o homem lá lhes ia buscar e lá lhas levava». In Entrevista Nº 4, Cachão: 2004.

[155] Entrevista Nº 6, Romeu: 2003

[156] Houve dois episódios, durante as eleições para a presidência da República: o 1º, quando da candidatura de Norton de Matos, «um senhor, ao votar, disse que ia votar em Norton de Matos e acabou por ser preso e foi parar à cadeia»; o 2º, quando da candidatura de Humberto Delgado, «uma senhora de Alvites, de uma família rica, recebeu um telefonema a dizer que ela e a família eram da maçonaria e que tinham 24 horas para resolver a questão». In Entrevista Nº 6, Romeu: 2003.

[157] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003

[158] Entrevista Nº 21, Romeu: 2003

[159] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003

[160] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003

[161] As pessoas do Romeu não tiveram problemas, porque, «como não se podia falar, então de nada se falava»: «aqui toda a gente se calava, visto que o senhor Menéres era uma pessoa muito poderosa e a política que ele tinha era a que os trabalhadores tinham. O que o senhor Menéres quisesse, era o que o povo queria». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

As perseguições, a repressão e a tortura

Ao Romeu, foram chegando informações sobre as perseguições políticas, a repressão, a tortura, a PIDE e sobre Salazar, pelo que também houve alguma vivência destes problemas. Muitas dessas notícias e informações chegavam pelo comboio e pelo jornal, que era lido por poucas pessoas, e «quando alguém vinha de fora e o contava»[162].

Os meios de informação eram poucos na aldeia e durante muito tempo não os havia[163].

Em quase todas as aldeias da área do Romeu havia informadores que denunciavam as pessoas que falavam do governo e «se alguém falava era engavetado. Desaparecia e nunca mais se via. Houve perseguições também». Mas, no Romeu, nunca ninguém foi levado preso, porque as pessoas sabiam muito bem os riscos que corriam[164].

Uma imagem do governo de Salazar

Salazar deixou uma imagem que, para uns, foi de admiração e, para outros, de contestação. A sua firmeza, a maneira como governou o país e como resolveu graves problemas, as características que acabou por impor ao todo nacional, os conceitos a que se agarrou, transformaram-no num «herói»[165], num salvador da Pátria «e quase o veneravam»[166]. «A fotografia de Salazar estava colocada na sala de aulas. E a expressão que mais recordo é: "Quem manda? — Salazar! Salazar! Salazar!"»[167].

Na memória das pessoas, ficaram também registadas: a forma como Salazar resolveu os problemas económico-sociais; as obras públicas que o regime levou a cabo um pouco pelo país; e as melhorias realizadas na área do Romeu[168].

O poder dos discursos de Salazar e Caetano

Os discursos foram utilizados por Salazar e por Caetano, através da televisão e da rádio, e as pessoas assistiam e ouviam em silêncio, tal o valor que lhes reconheciam: «Lembro-me dos

[162] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[163] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[164] «Nesse tempo, não se podia falar nem bem, nem mal, porque havia informadores e se alguém falava era engavetado. Desaparecia e nunca mais se via. Houve perseguições também. Em Mirandela, havia um ou dois informadores». In Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004
[165] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[166] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003
[167] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[168] «Ouvi uma história uma vez sobre Salazar, que era assim: «Mata-se Salazar?» «Matá-lo não, ele faz falta à Nação!». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004

discursos de Salazar, muito demorados e chatos, e de ter assistido também, através da televisão, aos discursos de Marcello Caetano, nas suas famosas "Conversas em família"»[169] (Anexo 61, Vol. II, p. 134).

O governo de Caetano

As pessoas recordam o tempo de governo de Marcello Caetano e consideraram-no «estável. Foi o tempo em que melhor se viveu, sem ódios nem invejas»[170]. Com ele, «as coisas ainda melhoraram, temporariamente»[171].

O abono de família deu uma ajuda às economias familiares: «os filhos dos trabalhadores agrícolas passaram a receber o abono de família, pelo que, a partir dessa altura, passei a viver um pouco melhor»[172].

Uma figura da aldeia: o Regedor

O Regedor era a autoridade máxima, apaziguava questões, resolvia contendas e conflitos, «ajudava a resolver problemas com caminhos...»[173], «impunha a ordem, quando havia algum desentendimento, e era visto com receio. »[174].

O Regedor vivia em Vale de Couço e, se houvesse qualquer problema no Romeu, era preciso chamá-lo[175].

As memórias da guerra colonial e do serviço militar

A guerra colonial deixou algumas memórias no Romeu e em Vale de Couço. Nesta aldeia, as pessoas juntavam-se para ouvir as notícias, através de um pequeno rádio que um senhor tinha, numa tasca[176].

As pessoas recordam-se do «assalto ao barco Santa Maria e de, em seguida, ter rebentado a guerra colonial», para onde foi o marido de uma senhora entrevistada, «em 1961»[177]. E da

[169] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[170] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003
[171] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004
[172] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[173] Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004
[174] Recordo-me de, no final de um dia de aulas, ir a caminho de casa, para Vila Verdinho e, na aldeia de Vale de Couço, o Regedor ter prendido uma das crianças, pelo facto de esta se ter envolvido, discutido e, talvez, batido, no filho dele». In Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[175] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[176] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

situação em que se viram envolvidos os jovens, quando eram recrutados para cumprir o serviço militar[178].

As memórias de «tristeza das despedidas dos soldados e, também, das mensagens transmitidas pela televisão»[179] e pela rádio, o «desembarque de soldados e as condecorações. No tempo de Salazar foi uma época terrível em que uns morriam lá fora e outros até se matavam»[180].

No Romeu e em Vale de Couço, não morreram soldados, em serviço na guerra colonial, mas há memórias desse sofrimento ter atingido aldeias vizinhas[181].

As pessoas retêm em suas memórias o papel desempenhado pelas madrinhas de guerra[182].

A 1ª Grande Guerra, o racionamento e a fome

Os habitantes do Romeu tomaram conhecimento sobre a 1ª Grande Guerra, pois «ainda lá andou o Madruga»[183], um morador de Vale de Couço.

A fome foi sentida na região, após essa guerra, tendo havido o racionamento de produtos na mercearia local (Cooperativa *Por Bem*), a distribuição de senhas e de até o pão ser racionado: «Davam-nos uma senha para ir lá abaixo [Vale de Couço] buscar mercearia. Tudo era racionado, até o pão. Chegámos a ir buscar azeite ao Vimieiro, azeite com saibo [sabor a ranço]»[184].

A guerra civil espanhola

Uma entrevistada recordou notícias que chegaram até ao Romeu, sobre as barbaridades cometidas durante a guerra civil espanhola, contra os padres e as freiras, e do medo que havia, frente ao avanço do comunismo: «cortavam a cabeça aos padres e jogavam a bola com elas, queimaram um convento de freiras e mataram 600 padres. Ainda a minha mãe não era casada, mas ouvia-se falar disso»[185].

O Romeu, «povo acolhedor», protegeu os galegos, durante a Guerra Civil espanhola, e aqueles que fugiram a essa guerra. Foi-lhes dado de comer, acolhimento e protecção, pois, sempre que era preciso, os escondiam nas lojas dos animais, «cobertos com sacas e com feno».

---

[177] Entrevista Nº 19, Romeu: 2003
[178] «A guerra colonial era uma situação que muito preocupava os jovens daquela altura e o ter de enfrentar essa situação mexeu muito comigo em particular, dado estar na eminência de ser recrutado para esse fim». In Entrevista Nº 2, Romeu: 2003.
[179] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003
[180] Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004
[181] Entrevista nº 2 a, Romeu: 2004
[182] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[183] Entrevista nº 1, Romeu: 2004
[184] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004
[185] Entrevista nº 4 a, Romeu: 2004

Alguns esconderam-se «no sobreiral do senhor Menéres»[186] e, outros, metiam-se nos fornos de secar os figos «para não os prenderem e terem que ir combater naquela guerra»[187].

Quem lhes dava maior protecção era a família Menéres e outros «lavradores que tinham grandes bens»[188] .

> «A guerra civil espanhola teve reflexos entre as populações do concelho de Mirandela: «Chamavam-lhe "os vermelhos" e vieram, porque tinham que se instalar e procuravam casas mais ou menos com possibilidades. Recebiam-nos, na minha óptica, pelo espírito humilde e humanitário das nossas populações. Quando as pessoas se apercebiam do perigo que constituía um indivíduo daqueles, dentro de suas portas, tinham medo. Escondiam-nos nos baixos, sempre com o perigo de serem acusados. O medo era, sobretudo do fugitivo, mas também era do abrigador. Depois da guerra acabar, poucos ficaram»[189].

A população do Romeu tomou conhecimento sobre a instauração do franquismo em Espanha[190] e sobre a 2ª Guerra Mundial.

Na memória das pessoas, ficou registada a forma como Salazar como «livrou» o país da 2ª Grande Guerra e como não conseguiu livrar a população da fome, pois em 1946, sentiu-se uma crise desse teor no Romeu, tendo havido falta de farinha[191].

---

[186] «Ao meu avô chamavam-lhe Conde, porque descendia de família nobre e veio de Espanha para aqui. Ele tinha uma Quinta muito grande e, quando foi da Guerra Civil espanhola, ele veio para aqui, também vieram muitos galegos que os escondiam nas lojas e deitavam-lhes sacos para os cobrir. Eles vinham, porque sabiam que tinham lugar e pediam e o meu avô, que pertencia aos monárquicos, metia-os nas lojas das crias, cobria-os com feno e sacas por cima, que era o que a minha mãe me contava.
A povoação ia sempre dizer, quando vinham os republicanos nos comboios, para os prender. A minha mãe era pequenita e andava aí com uma cabritas, à beira da linha, e foi aí que lhe disseram para ela fugir, que vinham os republicanos e a podiam matar. E ela fugiu. E, quando chegou a casa, já lá estava o meu avô que lhe disse para não meter as cabras na loja e mandou-a para casa, porque tinha a loja cheia de galegos, que andavam fugidos. Alguns ficaram ali, no sobreiral do senhor Menéres, escondidos nas fragas, e até ficavam escondidos nas escadas». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[187] Entrevista Nº 4, Romeu: 2003

[188] Entrevista nº 1, Romeu: 2004

[189] Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006) e Entrevista a um antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela (9/11/2006).

[190] Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

[191] «Também me lembro, em 1946, de irem buscar, da minha terra [Assoreira] a Vale de Madeiro, a farinha, que lá na mercearia [Cooperativa *Por Bem*, em Vale de Couço] não a havia». In Entrevista nº 3 a, Romeu: 2004.

5 - Conclusão: os reflexos das características políticas nas memórias sociais

O território foi um entrave ao desenvolvimento social, pois não havia condições suficientes, nem estruturas modernas, capazes de solucionar estrangulamentos e de fixar, de forma decisiva, as populações que viviam nesses meios. Mas o Estado não conseguiu ser inclusivo e dominador, em relação a muitas "micropátrias" transmontanas. Não foi possível ao Estado português chegar, de igual forma, como pretendia, a todas as parcelas do espaço territorial e social.

O "território" contribui para o lançamento da discussão sobre o valor e a representatividade desses acontecimentos históricos, passados no meio rural e num ambiente de intensa ruralidade, e ajuda a compreender algumas das falhas do funcionamento do Estado totalitário e da sua pretensão de domínio sobre todos os recantos transmontanos.

O Estado e a administração concelhia tornaram-se inoperantes para essas comunidades, mas as pessoas retiveram em suas memórias os actos resultantes do exercício do autoritarismo, da falta de liberdade e das perseguições. A maior parte das pessoas mantiveram uma tranquilidade e uma desvinculação, em relação à política e aos políticos, e deixaram actuar o poder instalado, funcional e harmonizado, entre o Estado e o senhorialismo local. Mas, aos poucos, a resistência a este processo ganhou os seus adeptos, conscientes da necessidade que havia em acabar com tal envolvimento e em repor no país a liberdade e a democracia.

A Pátria não foi tão pretensamente inclusiva e os resultados da acção do sistema político (a prática política, o relacionamento entre órgãos administrativos e o cidadão sem direito de opinião), sobre o espaço social, dão-nos conta do desfasamento existente entre ambos. A forma como foi exercido o poder político local, muito limitado, e em que cada concelho não queria revelar ao concelho vizinho o que se passava no seu, foi um entrave ao crescimento económico e social e foi muito limitador. O bairrismo e a falta de união pesam como factores invocados nas memórias escritas e foram impeditivos de uma maior justiça social e de um maior desenvolvimento da região.

As amizades políticas (políticos, tecnocratas e senhores locais) funcionaram e contribuíram para a concretização de alguns melhoramentos e de investimentos nesta região, ajudando-a a romper um pouco com o marasmo de séculos.

Apesar de alguns melhoramentos introduzidos na região, continuava, nos anos 70, a haver «atraso». Carrazeda de Ansiães e Mirandela debatiam-se «por uma evolução racional da sua economia agrária» e esperavam alterações para conter a emigração: o desenvolvimento industrial tão esperado, «a reposição de serviços» que tinham «levado» de Mirandela, a construção de

«bairros habitacionais da previdência», pois havia muitas pessoas a viver em «casas impróprias», sem condições de «conforto, higiene, espaço e ambiente adequado»[192].

As dificuldades económicas, sociais e culturais, mantiveram-se nestes concelhos, mesmo após o 25 de Abril, as migrações conservaram os seus fluxos, mesmo havendo algumas condicionantes a nível internacional (Anexo 62, Vol. II, p. 138 e ss. e Capítulo VII). Muitas populações esperaram resolver as suas dificuldades e continuaram a ser as «micropátrias» do nordeste transmontano.

O peso político exercido pelo regime e pelos seus defensores, sobre a memória social, foi tão intensamente vivido pelas populações das três aldeias que alguns dos entrevistados mostraram receio em responder às questões que lhes foram apresentadas, apesar de transcorridos 30 e poucos anos, após a queda do regime autoritário.

[192] SARMENTO, A. Figueiredo - Mirandela igual a si própria. *NM*. Mirandela. (30/4/74), pp. 1 e 6.

CAPÍTULO VII – AS MEMÓRIAS DAS MIGRAÇÕES E DO DESPOVOAMENTO

1 - Introdução

O impacto dos melhoramentos referidos em capítulos anteriores (sociais, económicos, culturais, e de uma certa abertura política) acabou por ter reflexos quer sobre a fixação da população da região transmontana, quer sobre a sua volumosa dispersão.

O regime político do Estado Novo fez a apologia da agricultura, divulgando-a nos manuais escolares da época[1]. O apego à terra e ao ruralismo[2] contribuíram para o atraso no desenvolvimento da indústria e das infra-estruturas do país e para o empobrecimento social (Capítulos III e IV). Chegou a haver mais de 80% da população portuguesa a trabalhar na terra. Essa população analfabeta via a sua maior oportunidade em emigrar para o Brasil ou para as colónias, o que poderia «significar a inversão total ou parcial de situações penosas em termos orçamentais»[3].

Os camponeses que ficavam nas suas terras tinham uma esperança limitada de promoção social, pois havia poucas oportunidades de subirem até feitores de famílias ricas e só podiam obter uma educação grátis ou suspirar à ascensão social: as raparigas, através de um bom casamento e os rapazes tentando um dos lugares grátis que se abriam todos os anos nos seminários católicos, através de todo o país.

Em 1930, a economia portuguesa contava-se «entre as mais atrasadas da Europa». Socialmente, havia «uma poderosa burguesia terratenente, um pequeno, mas crescente, grupo de grandes industriais, uma classe média tradicional fraca, uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais ignorantes e miseráveis (Capítulos III e V) e um número considerável de operários urbanos»[4].

O grande e o médio lavrador foram perdendo gradualmente o amor à terra que apenas era cobiçada pelos «novos-ricos». Ser proprietário, mesmo de uma simples courela, implicava ter de

---

[1] «Amemos a terra, a nossa mãe amorável, que nos dá o mimo das suas flores, a riqueza dos seus frutos e que nos enche a alma de alegria e de reconhecimento». In *LIVRO DE LEITURA PARA A 4ª CLASSE*. Porto: Editora Educação Nacional, 1961, p. 70. «A disciplina de História foi transformada numa disciplina ao serviço do regime fascista. Durante gerações sucessivas, foram adoptados livros únicos que retiraram à disciplina da História todo o sentido de racionalismo crítico, como exaltavam a política de Salazar, de Franco, de Hitler e de Mussolini». In SÁ, Victor de – *Repensar Portugal – reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

[2] Em 1960, a ruralidade dominava «uma área territorial amplamente maioritária, atingindo a percentagem da população rural 96,8% no distrito da Guarda, superando **96%** também nos distritos de **Bragança**, Viseu e Santarém, ultrapassando os 90% ainda nos distritos de Aveiro, Beja, Leiria, Viana do Castelo e Vila Real. Só no distrito de Lisboa fica por 34,9%, nos distritos de Setúbal e do Porto anda por 60% e em todos os outros situa-se acima de 85%». In COSTA, Op. cit., p. 18.

[3] ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994, p. 67.

[4] MÓNICA, Op. cit., pp. 79 e 81.

pagar impostos ao Estado, taxas aos Grémios, licenças à Câmara Municipal ou à Hidráulica, no caso das regas, rendas aos senhorios, juros de sementes ou adubos, a organismos que quase nenhuma assistência prestavam, e obter uma produção fraca ou nula[5].

O jornaleiro perdera o interesse pelo trabalho rural, pois lembrava-se dos tempos em que a jeira que ganhava lhe chegava para si e para os seus e já nem sequer o que apurava bastava para ele se alimentar. Outrora era sozinho nos diversos trabalhos agrícolas, mas o aparecimento da «máquina e dos produtos químicos» disputavam-lhe «o negro pão e a sua actividade passou a ser meramente eventual»[6].

O lavrador alterou a sua forma de pensar: os juros de uma pensão, de oficinas, de comércio, de prédios ou de acções nas grandes companhias, eram bem mais compensadores do que os rendimentos que podia tirar da propriedade rústica; a estagnação da produção da batata e da criação de suínos ou a baixa dos preços dos produtos da lavoura (o baixo custo do trigo, do centeio e do azeite, cujas produções ficavam muito caras, com as subidas sucessivas de ferragens, dos óleos e demais produtos) não estimulavam o lavrador e tornavam-se ruinosas[7]; os Grémios da Lavoura deviam prestar a devida assistência técnica e agrária e não apenas concorrer com o comércio ou servir de intermediários na colocação dos produtos dos agricultores.

As pessoas que abandonavam as áreas territoriais onde viviam precisavam "avidamente" de ganhar para a alimentação e para o sustento da família[8]. As migrações eram «um factor de equilíbrio da economia doméstica», pois permitiam «quer o desagravamento dos consumos familiares, quer a injecção de capital em numerário, indispensável a pequenas obras, pagamento de dívidas, aquisições de terrenos, utensilagem ou gado, bem como processos de negociação interfamiliar por via dotal»[9].

O distrito de Bragança tinha «elevado excesso demográfico», o que atrofiava o seu crescimento económico e «Quem precisa [precisava] de comer não pode [podia] esperar pelo progresso industrial»[10].

A situação de atraso económico e social marcou, até aos anos 60, a natureza e o ritmo da evolução das políticas sociais em Portugal. Coexistiram, durante essa época, uma agricultura tradicional, com baixos níveis de produção e de produtividade, e uma indústria dominada pelos sectores tradicionais com baixa tecnologia, fraca especialização e reduzido capital, «dispersão

---

[5] REIS, Rogério - Êxodo rural. *NM.* Mirandela. (6/4/58), p. 5.
[6] REIS, R., Op. cit., (6/4/58), p. 5.
[7] REIS, R., Op. cit., (6/4/58), p. 5.
[8] «A nossa província, tem sido fértil na exportação de semianalfabetos e de criadas de servir, isto é, de elementos que se desprezam de levar em Lisboa ou Porto a vida que avidamente e sem descanso procuram lá fora [...]». In REIS, Rogério – Emigração. *NM.* Mirandela. (30/3/58), p. 1.
[9] ALVES, J.F., Op. cit., p. 67.
[10] REIS, R., Op. cit., (30/3/58), p. 1.

empresarial, predomínio artesanal, oficinal e de pequenas empresas e um quase diminuto sector de serviços moderno»[11].

A partir de meados do séc. XX, deu-se a concentração industrial e a formação de monopólios, o que facilitou a concentração bancária e a formação de monopólios bancários[12]. O Estado Novo estabeleceu, na organização corporativa da Nação, núcleos associativos que visavam em especial a lavoura e os que dela dependiam.

Foi enorme o distanciamento que se estabeleceu entre o mundo rural – essencialmente agrário, agarrado ao passado e a valores simbólicos e culturais nitidamente caracterizadores (a religião, o caciquismo, a família, a tradição...) – e o mundo urbano, onde uma sociedade industrial[13] traçava, no plano moral, valores alterados, e como que pecaminosos, aos olhos do regime.

O campo repeliu as pessoas pela «monotonia das ocupações, salários limitados, maiores riscos, desconforto moral e material, etc.». As cidades, por sua vez, atraíam os trabalhadores rurais, porque nelas havia: «a esperança do prazer e do luxo, teatros esplêndidos, cafés cheios de luz, altos salários, colocações fáceis, descanso semanal, higiene, horas limitadas de trabalho, etc.»[14], e o indivíduo não hesitava: fugia para a cidade. Mas a cidade traria, segundo Salazar, consequências morais e políticas[15], pelo que o urbanismo e o predomínio da grande indústria, ao serem dos piores males daquele tempo, não deveriam ser trazidos para Portugal.

Se a I República marcara a vitória da cidade sobre o campo, Salazar fez reviver uma ordem agrária e provinciana. Se a República tinha sido a vitória duma pequena burguesia urbana em ascensão, Salazar assentou o poder numa aristocracia latifundiária. Enquanto a República fora

---

[11] ROSAS, Fernando - *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, Vol. VII, pp. 22, 81 e 82.

[12] Grandes grupos que passaram a dominar a economia portuguesa: «a CUF, o Banco Espírito Santo, Delfim Ferreira e o Banco Atlântico, o Banco Nacional Ultramarino, o Banco Borges e Irmão, a Companhia Portugal e Colónias, os Bancos Lisboa e Açores, Fonseca Santos e Viana, Sotto Mayor e Agricultura – Alentejo (....). A criação, em 1959, do Banco de Fomento representou o laço final à aliança da grande banca, da grande indústria e da finança internacional». In SÁ, Op. cit., pp. 100-101.

[13] «Lisboa e Setúbal, no Sul, e Aveiro, Braga e Porto, no Norte, continuavam a ser [de Abril de 1963 a Agosto de 1965] zonas de atracção industrial, uma terceira zona, formada pelos distritos de Coimbra, Leiria e Santarém, começa a absorver grande parte da iniciativa. Àqueles oito distritos corresponderam 77,5% das novas unidades, 99% dos novos fabricos e 99,4% das ampliações em oposição aos dez restantes distritos [...] que constituem a zona não industrializada». In COSTA, Op. cit., pp. 19-20.

[14] Não havia no campo, para os trabalhadores rurais, «esperanças ou interesses que os detenham. A monotonia da vida campestre fatiga-os. Só esperam que uma ocasião lhes dê a fuga». In MENANO, Alberto – *Economia Política. Apontamentos coligidos das prelecções do Ex.mo Sr. Doutor Oliveira Salazar*. Coimbra: Gráfica Conimbricense, Limitada, 1927, pp. 233-234. «Cada vez mais as populações das zonas menos evoluídas sofrem a atracção das zonas mais desenvolvidas onde lhes são oferecidos, ao menos teoricamente, níveis de bem-estar muito superiores aos que possuem, nos seus meios de origem, possibilidades de emprego mais regular e melhor remunerado, bem como outras vantagens de ordem social ou cultural». In SILVA, Op. cit., pp. 296-297.

[15] Consequências morais: «o contacto com os prazeres e os vícios das cidades aniquila o senso moral, materializa o camponês, bestializa-o»; «o aumento da criminalidade e da prostituição»; consequências políticas: «reivindicações sociais e [...] crescente participação das classes proletárias na vida social». In MENANO, Op. cit., pp. 236 e 272.

uma «abertura à Europa», Salazar decretou um nacionalismo satisfeito consigo próprio, o do «orgulhosamente sós».

Com Salazar, o «centro de gravidade política» do país desloca-se da cidade para o campo e restaurou uma ordem de cariz feudal que tinha as suas bases no campo e nas grandes famílias terratenentes (Capítulos III e IV). No mundo rural, a repressão podia fazer-se de forma mansa e segura, sem grandes alaridos, através do capataz, do feitor, do regedor ou do pequeno influente local, do padre (Capítulos V e VI).

A partir de 1960, porém, o país mudou e passou a ser mais urbano, mais ambicioso, mais culto, mais exigente, mas ficou a herança do salazarismo: o atraso cultural, o analfabetismo[16], a falta de instrução, de educação (Capítulo V) e de condições fundamentais, tais como: luz eléctrica, água canalizada, saneamento básico, ligações aos centros urbanos mais próximos, fraco poder de compra e baixo nível de vida das populações rurais (Capítulos II e III).

Essa herança afectou o distrito de Bragança pelo que, em 1966, ainda ocupava um lugar à parte no panorama nacional, porque tinha a seu desfavor o «rendimento de industrialização», a falta de «comodidades, de possibilidades culturais» e era «a zona da Europa de mais precárias e baixas condições de vida...»[17].

Aos factores gerais, anteriormente referidos, podemos acrescentar os seguintes, para melhor compreender a saída das populações do distrito: a pobreza local; as crises contínuas da agricultura transmontana, incapaz de se reformar e de se tornar estimulante e lucrativa; o lento acesso ao ensino, à cultura e à informação; a falta de trabalho na região, em sectores mais lucrativos do que a agricultura; o desejo de libertação da dependência do trabalho e das terras de um senhor; a climatologia política, exageradamente perturbadora e perseguidora; a fuga ao serviço militar e à guerra colonial; a aspiração em vencer a miséria e a falta de dinheiro, para poder ter acesso a bens de primeira necessidade; a procura de uma profissão, fora da agricultura, mais relacionada com as habilitações, entretanto adquiridas; a ânsia de aprender um ofício; a falta de possibilidades futuras; o excessivo rigor dos trabalhos agrícolas; a alta de rendas e a baixa de rendimentos; os fenómenos meteorológicos; o convite daqueles que anteriormente tinham emigrado; o ar libertador da cidade (económico-social e cultural) e do estrangeiro (económico-social, cultural, político e militar); a vitória do urbanismo sobre a falta de infra-estruturas e de organização das aldeias...

Perante este conjunto de factores, e uma vez que a industrialização e os serviços foram abrindo novas perspectivas de emprego, não só nas vilas e cidades mais próximas, mas, sobretudo, no litoral e numa Europa desenvolvida, partir foi mais forte que permanecer. E as

[16] «O analfabetismo obrigava o povo a trabalhos mais duros». In Entrevista nº 2, Romeu: 2003.
[17] Palavras do Prof. Antunes Varela: «Importa estimular todos os meios de combate à emigração». *NORDESTE*, Op. cit., nº 15 (Dez. 1966), p. 10 (transcrito de O Século, 19/11/66).

zonas montanhosas do Norte de Portugal e, posteriormente, de todo o interior, viram as suas populações partir à procura de trabalho nesses centros de atracção.

«A emigração funcionou, assim, como agente catalizador da crise [da agricultura]»[18], acabando por beneficiar os que partiram, e por estabilizar as bases económicas, sociais e culturais dos que ficaram. Apesar do Estado português ter reprimido inicialmente a emigração clandestina[19] e de ter tentado «estimular todos os meios indirectos de combate à emigração, sobretudo melhorando as condições de remuneração do trabalho, através do desenvolvimento económico do País e do progresso social da sua população»[20], a saída[21], para muitos, prevaleceu sobre o povoamento.

[18] Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), p. 22.

[19] Obs.: medidas para combater a emigração clandestina: **1919**: pena correccional de 15 dias a 3 meses (Decreto-Lei 5.654, de 10/5/1949); **1947**: criação da Junta de Emigração, onde tinha assento a PIDE, que controlava as remessas de dinheiro dos emigrantes (alínea c do artigo 1°, do Decreto-Lei 36.558); **1954**: reorganização da PIDE: fiscalizava os emigrantes; **1966**: penas por emigração clandestina agravadas: pena maior de 2 a 8 anos de prisão para quem auxiliasse; 1 ano de cadeia para os clandestinos (Decreto-Lei 46.939); **1969**: emigração clandestina punida apenas com uma multa, salvo quando se tratasse de um indivíduo que pretendesse fugir ao cumprimento do serviço militar (Decreto-Lei 49.400, de 24/11).

[20] Discurso do Ministro da Justiça, Prof. Antunes Varela, no dia da inauguração do Palácio da Justiça de Sabugal. In *O Século*, 19/11/1966, transcrito pelo *NORDESTE*, Op. cit., n° 15 (Dez. 1966), p. 10.

[21] «Enquanto outrora era banal dispor de uma mão-de-obra barata, resignada na sua pobreza, feliz na sua ignorância, ingénua nas suas crenças, patriarcal no seu ambiente e hábitos caseiros, verifica-se que os pobres são presentemente por toda a parte, ganhando consciência dos seus anseios, da sua dignidade e da sua força». «É evidente que a causa primária da emigração é a escassez dos recursos que possibilitem permanente ocupação com remuneração equitativa». In REIS, R., Op. cit., (28/8/60), p. 6.

2 - As migrações (internas e externas) e o despovoamento, como solução

Há uma diferença que é preciso distinguir para compreender toda a dinâmica a que se reporta este trabalho. Durante a ditadura, os transmontanos tiveram de fazer uma opção, entre o ficar e o partir, isto é, entre o povoar e o emigrar.

Povoar[22] apareceu, na época deste estudo, como um apelo à continuidade da civilização e dos valores da Pátria. Um apelo à perpetuação da espécie humana, de modo a transmitir-lhe os valores mais altos, com que se foram formando as colectividades vivas: família, patriotismo, crença, carácter, labor...

Emigrar apareceu como o jogar com a sorte, tendo em vista boas perspectivas, numa ânsia de libertação – do ruralismo, que os aprisionou e submeteu, e das fracas condições de vida – e de realização. A saída levou a enfrentar valores civilizacionais de outros povos, que se foram traduzindo numa aculturação, umas vezes, e numa permuta ou numa afirmação cultural, em relação a padrões culturais e a valores "transportados", noutras. Estavam, neste caso, as ideias de: "pátria", comunidade, núcleo social, vida social, cultura e organização.

A emigração e o povoamento são complementares. Enquanto eram transferidos homens, através da emigração, criavam-se condições nos locais abandonados para que os que ficavam ou nasciam, encontrassem ambiente melhor do que o deixado por aqueles que tinham partido.

Do encontro com outras áreas culturais, resultou uma permuta e um choque. Permuta de valores e de tradições, no país de acolhimento; choque, porque apareceram formas diferentes de vida e outros valores para: pátria, lar, família, crença, liberdade...

O desejo de conservar valores e tradições levou à formação de outras "micropátrias", em terra estranha: núcleos de portugueses que se organizaram, em torno de grupos de futebol, cafés, grupos folclóricos, restaurantes, mercearias, lojas comerciais, e outros espaços, que mais não eram do que locais de encontro da "pátria", em solo estrangeiro, e uma imitação das "micropátrias" portuguesas. A saudade da terra distante e dos entes que tinham ficado conservou vivo o desejo de voltar[23], para povoar: comprar propriedades rústicas, construir uma casa para lar e para nele poder encontrar a família e a tradição, misturadas com a modernidade.

---

[22] A ideia de povoamento nasceu com o D.Sancho I, em 1185, e prolongou-se durante toda a dinastia afonsina. Os montes e vales de Trás-os-Montes foram-se enchendo, gradualmente, de pessoas, que foram lavrando e apascentando nos vales e erguendo castelos nos montes para sua defesa. As povoações e os concelhos começaram a surgir, no que é hoje o distrito de Bragança. Tornaram-se concelhos: **Ansiães**, no séc. XI, antes de se ter formado a nacionalidade, com Fernando Magno, rei de Leão e Castela; Freixo de Espada-à-Cinta, com D.Henrique e D.Teresa; Miranda do Douro, com D.Afonso Henriques; Bragança, com D.Sancho I; Frechas (deixou de ser vila, em 1836), **Mirandela**, Mogadouro e Vinhais, com D.Afonso III; D.Dinis também incrementou o povoamento de Trás-os-Montes, tendo tornado concelhos: Alfândega da Fé, Moncorvo e Vila Flor. In *TERRA NORDESTE.* Revista de Informação Turística do Nordeste Transmontano. Terra Nordeste Edições. Macedo de Cavaleiros. 2004.

[23] Os transmontanos tiveram uma vivência muito própria, em relação à emigração, a ponto de Adriano Moreira sustentar que: «a necessidade de emigrar e o apego à terra de origem, são dois traços que dramatizam a

A emigração (Anexo 62, Vol. II, p.138) veio «modificar tanto a geografia, como as comunidades que os nossos avós constituíram com imensos sacrifícios»[24] e veio trazer um novo conceito ao povoar. Trás-os-Montes foi-se despovoando e muitas das suas terras ressentiram-se duramente com a falta de gente válida para o trabalho e com outros valores trazidos pelos emigrantes, pois mexeram com conceitos ancestrais de povoar e de civilizar.

A emigração e o povoamento foram duas constantes na História de Portugal:

- De 1866 a 1963, saíram de Portugal quase 2,5 milhões de pessoas, isto é, a 4ª parte da população que o país possuía em 1965. Apesar dessa saída, o país continuou a viver e a ideia de povoar manteve-se activa[25].
- Na década de 50, verificou-se uma variação demográfica, nos vários distritos de Portugal Continental:

Quadro VII.1

A população e o fenómeno da emigração em Portugal: 1950-60

População, na década de 1950-60		
Diminuiu (nos distritos de)	Aumentou (nos distritos de)	
	Muito	20% (em relação à população metropolitana)
Guarda, Viseu, Viana do Castelo, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Évora e Faro	Vila Real e **Bragança**	Lisboa, Porto e Setúbal
Maior produtividade agrícola		**Maior índice de industrialização**
-êxodo rural; -emigração para o estrangeiro superior ao crescimento demográfico; -abandono, devido a um desejo de melhoria de vida; -os outros sectores de actividade da economia nacional não conseguiram satisfazer as populações.		-atracção demográfica; -problemas de habitação e de salubridade públicas.

Fonte: Evolução económica. *NM.* Mirandela. (10/5/64), pp. 1 e 6.

A análise do Quadro VII.1 mostra a nítida oposição entre duas áreas com práticas económicas diferentes e os respectivos resultados, em termos de oscilações demográficas: os distritos com maior produtividade agrícola registavam ou um aumento populacional (**Bragança** e Vila Real) ou uma diminuição (Guarda, Viseu, Viana do Castelo, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Évora e Faro) e bastante emigração; os distritos com maior índice de industrialização (Lisboa, Porto, Setúbal) registaram um aumento de população de 20%, em relação à população metropolitana, e uma atracção demográfica.

---

personalidade forte do transmontano, dividido entre o partir e o ficar, e nunca perdendo a esperança de voltar, em qualquer oportunidade»: In MOREIRA, Adriano – "Os transmontanos no Mundo: Luciano Cordeiro e Sarmento Rodrigues". In *CONFERÊNCIA* proferida na UTAD, Vila Real, 1995.

[24] REIS, Rogério - Emigrações e povoamento. *NM.* Mirandela. (9/5/65), p. 6.

[25] REIS, R., Op. cit., (9/5/65), p. 6.

Os locais para onde emigraram os portugueses, de 1910 a 1962, foram os seguintes (Quadros VII.2 e VII.8, p. 468):

Quadro VII.2

Emigração portuguesa

	Brasil	Argentina	EUA	Outros países	Total	Indivíduos/ano
1910 a 1925	387.169	8.621	105.020	82.126	582.935*	30.000
1926 a 1962					787.619	22.000

* Mais do dobro de gente que tinha o distrito de Bragança, em 1965.

Fonte: REIS, R., Op. cit., (9/5/65), p. 6.

O Brasil continuou a ser a zona do globo mais atractiva para os portugueses e foi só a partir de 1957 que a emigração para a Europa começou a ter alguma importância[26].

Na década de 50, segundo as estatísticas, 107 mil pessoas trocaram o interior, ou o campo, pelo litoral ou os grandes centros[27].

Em 1959, a emigração tomava já «proporções de ruína nacional», registando as estatísticas um número significativo daqueles que deixavam as suas terras, e só ficavam «os que de todo não têm [tinham] recursos para o fazer», o que levantava uma série de problemas. Faltavam no país «os benefícios de conforto, [...] acessíveis a tantos povos» e não bastavam às populações «os mitos da "Alegria do trabalho" para se ser feliz»[28].

▪ A emigração do distrito de Bragança atingiu, entre 1954 e 1967, um total de 56.448 indivíduos que se distribuíram pelos seguintes espaços:

Quadro VII.3

Emigração no distrito de Bragança (1954/67)

Brasil	França	Outros países	Ultramar	TOTAL
17.970	10.473	2.618	25.387	56.448

Fonte: REIS, Rogério - Um problema de sempre: a emigração. *NM.* Mirandela. (30/11/69), p. 6.

A emigração da população no distrito de Bragança, registara uma tendência, desde há longa data, orientada sobretudo para o Brasil, que se manteve até 1963. A partir de 1964, este

[26] ROSAS e BRITO, Op. cit., p. 296. «De 1950 a 1956 deixaram o distrito de Bragança 15.767 pessoas, das quais 15.286 demandaram o Brasil irmão...» In REIS, R., Op. cit., (28/8/60), p. 1.

[27] REIS, R., Op. cit., (28/4/63), p. 1. Entre 1941 e 1960, essa troca correspondeu, em Trás-os-Montes, a 28.600 indivíduos. O distrito de Lisboa tinha a densidade de 501,4 hab./km^2. In REIS, R., Op. cit., (16/5/65), p. 6.

[28] LEMOS, Hipólito -A emigração toma proporções de ruína nacional. *NM.* Mirandela. (21/6/59), pp. 1 e 2.

destino começou a perder importância, em favor de França (1964/1966/1968)[29] e da Alemanha (1971 e 1973)[30] (Anexo 63, Vol. II, p. 141).

Os números oficiais, respeitantes a essa corrente emigratória, são bastante expressivos, em relação à população total do distrito que, segundo o censo de 1960, era de 233.441 habitantes. Comparando estes dados com os do censo de 1950, regista-se uma diferença para mais de 5.083 habitantes, número abaixo da média do crescimento demográfico do país, naquela época.

De 1940 a 1960 a população do distrito de Bragança diminuiu em 110 das 298 freguesias, e acontecera o mesmo em três das suas doze sedes de concelho (Freixo de Espada-à-Cinta, Moncorvo e Vimioso)[31].

Do concelho de Mirandela, saíram em 1957, «quase diariamente, famílias e famílias, dirigindo-se ao Brasil e África, numa tentativa [...], de melhorarem as suas condições de vida»[32]. A saída dos «naturais» era uma realidade, documentada pela seguinte quadra:

«Mirandela, Mirandela!
Contra Ti, darei mil ais.
Recolhes os de fora,
Deitas fora os naturais»[33].

O processo emigratório passou pela montagem de um sistema que se organizou, havendo, na região de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães, em 1957, agências de transporte a assegurar a passagem para o destino pretendido, maioritariamente para a América[34].

De acordo com o censo de 1960, residiam no distrito de Bragança: 42.126 indivíduos nas 12 sedes de concelho, e 191.315 nas restantes freguesias. Estava a processar-se: o desequilíbrio entre o mundo urbano e o rural; o reflexo do defeituoso povoamento rural; a capacidade da constituição de pólos atractivos locais, representados por duas cidades (Miranda do Douro e

---

[29] «Se ele [emigrante] se encaminhou para a França, é porque quer a crise mundial de 1929, quer a guerra de 1939-1945, sucessivamente lhe fecharam os tradicionais portos de abrigo brasileiros e a CEE se erguia com o ímpeto da juventude, criando um largo mercado de trabalho, em busca de proletários pouco qualificados e pouco exigentes, dispostos a aceitarem qualquer tarefa disponível». In SERRÃO, Joel – Notas sobre a Emigração e Mudança Social no Portugal Contemporâneo. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XXI, nº 87-88-89 (1985).

[30] CEPEDA, Francisco José Terroso – O Nordeste Transmontano na Diáspora. In *Páginas da História da diocese de Bragança – Miranda, 1545-1995*: actas/CONGRESSO HISTÓRICO - 450 anos da Fundação; [org.] Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda. Bragança: C.A.S.B.-M., 1997.p. 36.

[31] De 1911 a 1965, os concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Miranda do Douro aumentaram apenas «umas escassas centenas» de indivíduos. In REIS, R., Op. cit., 1968, pp. 16 e 20.

[32] SAFA - Miradouro. *NM*. Mirandela. (17/2/57), p. 2.

[33] SAFA, Op. cit., (17/2/57), p. 2.

[34] «Embarque rápido sem carta de chamada, passagens aéreas e marítimas para América, Brasil, Venezuela, etc. Agência Rezende, em Mirandela». In África (embarque rápido...). *NM*. Mirandela. (3/2/57), p. 3.

Bragança) e 10 vilas bragançanas, para garantirem às populações concelhias ocupação permanente e melhor nível de vida[35].

Uma carta de um leitor de um semanário transmontano, vinda de França, dizia que: «os grandes senhores portugueses que desfrutam a Pátria só para eles, não deram conta, a tempo, de que os pobres têm direito ao pão de cada dia»[36].

Quando os salários eram baixos e o trabalho eventual, não se seguiu uma política de obras públicas e de fomento privado e não se adaptou a propriedade rústica às exigências dos novos tempos. A questão era «mais de domínio senhorial do que de concorrência económica»[37].

O NM evocava a memória do quadro social degradante observado em, pelo menos, duas povoações do distrito de Bragança: «homens que apeguilhavam de uma côdea de negro centeio com cebola e pediam ao vizinho "uma coroa [$50] para beber um copo", que "eu, quando for à jeira, pago-ta"»[38].

▪ Muitos indivíduos partiram inicialmente e as famílias depois. Nada tinham que fazer, nem onde ganhar, a não ser a aldeia humilde, com os seus casebres, sem luz ou água[39]:

Quadro VII.4

Emigração legal por distritos

Distritos	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1950-1979	1980-1988
Bragança	21.673	**24.451**	7.096	53.220	947
Vila Real	18.990	**25.122**	15.633	59.745	3.775
Continente	268.899	537.760	292.475	1.099.134	68.517

Fonte: Boletim Anual da SECP, 1991 a 1998. In BAGANHA, Maria Ioannis B. – As correntes emigratórias portuguesas no séc. XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social* Lisboa, ICS. Vol. XXIX, Nº 128 (1994), p. 976. (adaptado).

Se a emigração atingiu valores consideráveis na década de 50, nos distritos de Bragança e de Vila Real, na de 60 foi uma causa de depauperamento, pelos valores registados[40], numa zona de aquém-Marão e do quietismo social, mas na de 70 esses valores diminuíram (Quadro VII.4).

---

[35] REIS, Rogério - A Emigração, problema de sempre (2). *NM.* Mirandela. (7/12/69), p. 6. Pelo censo de 1960, havia no distrito 102 freguesias, cuja gente não ultrapassava a cifra de 500 pessoas, 138 tinham entre 501 a 999 moradores e apenas 58 tinham mais de 1.000 habitantes. In REIS, R., Op. cit., p. 20.

[36] «Certo sociólogo chamaria aos primeiros os "vencidos da prosperidade", porque se fecharam na sua torre de marfim, de uma sociedade meramente tradicional e socialmente farisaica. Como todo o cálice da amargura tem necessariamente de transbordar, a emigração maciça constituiu a evasão de um estado de coisas há muito ultrapassado». In REIS, Rogério - O grande problema do distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (4/2/71), p. 5.

[37] REIS, R., Op. cit., (4/2/71), p. 5.

[38] REIS, R., Op. cit., (4/2/71), p. 5.

[39] REIS, R., Op. cit., (4/2/71), p. 5. O distrito de Bragança continuava a estar, em 1971, como em 1910, «a braços com a miséria e a fome e caminhando para uma situação absolutamente insustentável». In *Notícias do Nordeste*, nº18, 16/12/1910.

[40] Entre 1960 e 1969, foi considerável a saída de pessoas do distrito de Bragança, quer para o litoral quer para o estrangeiro, quer para o ultramar, o que terá levado o Dr. Trigo de Negreiros a afirmar, em 1964, que: «ou o governo

▪ A fim de se poder analisar melhor como se processou essa saída, em comparação com os restantes distritos do continente português, convém verificar a evolução das respectivas taxas de crescimento migratório médio anual, registadas entre os anos de 1940 e 1980:

Quadro VII.5

Taxas (%) de crescimento migratório anual médio, por distritos (1940-1980)

Distritos	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Aveiro	-0,27	-0,77	-1,10	0,37
Beja	-0,56	-1,44	-3,49	-0,97
Braga	-0,44	-1,10	-1,76	-0,19
Bragança	**-0,62**	**-1,32**	**-3,54**	**-0,33**
Castelo Branco	-0,60	-1,33	-2,73	-0,86
Coimbra	-0,24	-0,98	-1,53	-0,20
Évora	-0,41	-0,89	-2,56	-0,20
Faro	-0,47	-1,04	-1,92	1,61
Guarda	-0,80	-1,93	-3,46	-0,30
Leiria	-0,26	-1,02	-1,64	0,54
Lisboa	1,25	0,62	0,37	1,51
Portalegre	-0,34	-1,37	-2,92	-0,36
Porto	0,01	-0,38	-0,74	0,39
Santarém	-0,25	-0,94	-1,39	0,31
Setúbal	0,86	0,50	1,40	2,81
Viana do Castelo	-0,46	-1,33	-2,06	-0,54
Vila Real	-0,42	-1,39	-3,30	-0,85
Viseu	-0,71	-1,53	-2,66	0,47
Continente	-0,16	-0,74	-1,36	0,44

Fonte: Nazareth, Joaquim Manuel - A demografia Portuguesa do Século XX: principais linhas de evolução e transformação. *Análise Social*, Lisboa, ICS. Vol. XXI, Nº 87-88-89 (1985), p. 972. (adaptado).

Entre 1950 e 1970, o distrito de Bragança registou as maiores taxas de crescimento migratório médio anual da sua História, correspondendo a taxa de 1960/70 à maior verificada a nível do Continente.

A partir dos anos 70, verificou-se uma descida acentuada no volume da emigração neste distrito, devido aos seguintes factores: o choque petrolífero de 1973, que provocou uma crise na economia mundial; as taxas de desemprego crescentes; o estímulo ao regresso voluntário e definitivo dos emigrantes aos seus países de origem e as políticas restritivas de imigração, entretanto, estabelecidas; a revolução do 25 de Abril, a melhoria das condições de vida e o regresso de muitos portugueses que tinham vivido nas antigas colónias: houve uma diminuição no fluxo emigratório da região.

▪ Após a análise dos dados registados, a nível do país e do distrito de Bragança, falta apurar o contributo para esses fluxos demográficos dos concelhos de Carrazeda de Ansiães, onde se insere a **Coleja**, e de Mirandela, onde se inserem o **Cachão** e o **Romeu**:

---

toma medidas rápidas para debelar o êxodo rural, ou, dentro em breve, teremos o deserto». Discurso no dia da inauguração do Palácio da Justiça de Mirandela. In Jornada...Op. cit., (15/3/64), p. 3.

Quadro VII.6

Distribuição da População Presente (variações intercensos)

	População presente			Variação entre 1950/60 %	Variação entre 1960/70 %
	1950	1960	1970		
Bragança (distrito)	227 125	230 266	176 660	1	- 23
Carrazeda de Ansiães	15 689	13 944	10 344	- 11	- 26
Mirandela	30 878	29 518	23 185	- 4	- 21

Fonte: Análise demográfica da região Norte. Lisboa: INE

A população residente, em relação aos concelhos em análise e respectivo distrito, registou uma maior variação intercensitária no concelho de Carrazeda de Ansiães na década de 50 (Quadro VII.6). Essa variação atingiu valores muito próximos na década de 60, em Carrazeda de Ansiães, em Mirandela e no distrito de Bragança, o que demonstra que o fenómeno migratório se uniformizou, nesta década, um pouco por todo o distrito.

Quadro VII.7

Atracção e repulsão populacional no distrito de Bragança

Concelhos e distrito	1951/60 (em %)		1961/70 (em %)		1971/81 (em %)	
	Atracção	Repulsão	Atracção	Repulsão	Atracção	Repulsão
Alfândega da Fé		- 24,30		- 31,70	7,00	
Bragança		- 18,40		- 23, 00	10,30	
Carrazeda de Ansiães		**- 28,50**		**- 47,20**	**4,20**	
Freixo de Espada-à-Cinta		- 19,00		- 32, 90		- 10,80
Macedo de Cavaleiros		- 15,40		- 38,40		- 2,80
Miranda do Douro	18,80			- 54, 80		- 6,90
Mirandela		**- 23,20**		**- 44,20**	**14,50**	
Mogadouro		-16,90		- 49,30	4,10	
Moncorvo		- 14,80		- 49,00		- 3,70
Vila Flor		- 25,00		- 48,00	10,60	
Vimioso		- 22,50		- 50,50		- 13,90
Vinhais		- 3,50		- 58,70		- 9,40
Distrito de Bragança		**- 15, 00**		**- 44, 80**	**2,10**	

(valores de atracção: > 0 e < 10 ; valores de repulsão: ≤ 0 e $\leq - 30$)

Fonte: IX, X, XI, XII Recenseamento geral da população. Estatísticas Demográficas. Lisboa: INE

▪ Se se considerarem os factores repulsão e atracção, e tomando como base de comparação as unidades territoriais analisadas, verifica-se que há uma diferença percentual considerável, em termos de repulsão, na década de 50, entre o distrito e os dois concelhos (Quadro VII.7, p. 467). Nestes, os fenómenos que provocaram a repulsão foram mais actuantes e o concelho de Carrazeda de Ansiães registou, até, a mais significativa percentagem de repulsão, em relação a todo o distrito.

Porém, no período compreendido entre 1961/70, o fenómeno repulsão aumentou e foi actuante em todo o distrito, tendo atingido valores muito próximos nas três unidades em comparação (Carrazeda de Ansiães 47,20%, distrito de Bragança 44,80% e Mirandela 44,20%). A repulsão passou a ser mais acutilante, precisamente nos concelhos em que, entre 1951/60, tinha atingido mais fraca expressão. O concelho de Miranda do Douro passou, até, de atractivo a repulsivo, devido, em parte, ao fim das obras da barragem hidroeléctrica, que foi inaugurada em 1960.

Nos anos 70, a repulsão abrandou em todo o distrito de Bragança e Mirandela tornou-se no concelho que exerceu maior atracção.

- Os países de destino da emigração portuguesa foram, a partir dos anos 60:

Quadro VII.8

Emigração (legal[41] e ilegal) em Portugal (1950/74)

Período	Brasil	EUA	França	Outros países	Total	Indivíduos/ano
1950 a 1962	279.406	27.667	55.477	104.140	466.690	35.899
1963 a 1974	36.105	89.499	813.462	328.777	1.267.843	105.654

Fonte: BAGANHA, Maria Ioannis Benis - As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social.* Lisboa: ICS. Vol. XXIX, nº128 (1994), p. 975.

O quadro anterior permite revelar que o fenómeno migratório passou a sentir-se mais intensamente no país, entre 1963 e 1974, tendo-se registado uma saída de 105.654 indivíduos/ano, contra 35.899 verificados entre 1950 a 1962, o que traduz uma diferença para quase o triplo.

Foi a fase de viragem de orientação dos circuitos migratórios: França passou a atrair um elevado número de indivíduos, decrescendo essa atracção, em relação ao Brasil e a outros países da América. Portugal só se encontra substancialmente envolvido neste ciclo migratório intra-

[41] O total da emigração legal foi: de 1950 a 1962, de 442.311 indivíduos e de 1963 a 1974, foi de 703.530: In BAGANHA, Op. cit., p. 974. «Na última década [1960-70], o distrito de Bragança perdeu praticamente metade da sua população, circunstância agravada pelo facto de a emigração ser principalmente alimentada pela gente mais jovem e mais válida». In Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), p. 22.

europeu, depois da sua entrada na EFTA, em 1961, e da celebração dos acordos bilaterais com a França (1963), a Holanda (1963) e a RFA (1964) para fornecimento de mão-de-obra nacional.

O distrito de Bragança conheceu, entre 1966 e 1969, fluxos migratórios com características específicas, ajustadas às populações dos 12 concelhos que o compunham, tendo revelado os seguintes indicadores:

Quadro VII.9

Emigração no distrito de Bragança (1966/69)

Características da emigração	Concelhos
% negativa de emigração (em relação ao saldo fisiológico) →	Alfândega da Fé, **Carrazeda de Ansiães**, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Vimioso
Emigração a salto →	Bragança, Freixo de Espada-à-Cinta, Macedo de Cavaleiros, **Mirandela**, Vinhais

↓

CONSEQUÊNCIAS
Crise demográfica local, sem precedentes: «A terra fica a monte, as habitações arruínam-se, as obras paralisam, freguesias que foram populosas, transformam-se em lugarejos, o dinheiro entra abundantemente, mas não circula a bem da comunidade!» «Emigra o clero, o professorado primário, o aluno que conclui estudos secundários, logo um escol de valores que não pode ser subestimado».

↓

Problemática:
-As tarefas camarárias e governamentais deram resultados para fixar as populações? -Houve factores de atracção humana e de possível desenvolvimento? -O distrito subsistiu, em termos de povoamento?

Fonte: Boletim da Junta de Emigração de 1969 (dados citados por REIS, R., Op. cit., (4/2/71), p. 5).

Em 1969, eram visíveis, no distrito de Bragança, os efeitos da emigração: baixara o recenseamento escolar do ensino primário (1957: 25.420 crianças; 1966: 22.313 crianças); decrescera a taxa de natalidade; aumentara muito pouco a densidade populacional (1900: 28,3 hab./km^2; 1960: 35,7 hab./km^2); estagnara a economia distrital; as antigas populações (Coleja) não tinham querido ou podido vencer o imobilismo tradicional e as populações novas (Cachão) acusavam uma espécie de desfasamento, em relação à problemática local[42].

Entre 1953 e 1967, a emigração apresentou os seguintes valores, no concelho de Mirandela:

[42] REIS, R., Op. cit., (30/11/69), p. 6.

Quadro VII.10

Emigração no concelho de Mirandela (1953/67)

Emigração no concelho de Mirandela			
Período	Brasil	França	Total
1953 a 1967	2.219	827	2.926

Fonte: REIS, R., Op. cit., (7/12/69), p. 6 (com base em Estatísticas Oficiais)

A observação dos dados permite verificar que, no período considerado, a população do concelho de Mirandela mantinha, à semelhança do país, de Carrazeda de Ansiães e da região, a prioridade na emigração para o Brasil, começando a ter já algum relevo, a partida para França.

De facto, a emigração para França não parava, nos anos 60, e era realizada de dia e de noite, isoladamente e em grupos, de ambos os sexos, de variadas idades e condições, de diversas aptidões e ofícios. Nenhuma medida coerciva podia conter essa emigração, porque no distrito de Bragança, com aproximadamente 240 km de fronteira seca e molhada com Espanha, ela se processava com maior ou menor facilidade[43].

O Ministro do Interior, António Rapazote, defendia que «o que sobremaneira interessa [interessava], é [era] que a desejada promoção económica não seja [fosse] uma consequência da escassez de pessoal, mas sim um elemento de atracção, em ordem a fixar o homem à terra, sem se justificar pelo êxodo»[44].

Em consequência da emigração, ficaram nas aldeias da região «velhos, inválidos e crianças melancólicas» e em algumas delas «1/3 das suas modestas casas estavam fechadas»[45], aumentando, assim, o seu isolamento.

Muitos proprietários sentiam dificuldades para arranjar quem lhes trabalhasse as terras ou quem lhas quisesse arrendar. A política do controle sobre o uso e posse da terra ficara alterada e deixava uma reflexão à maior parte dos proprietários, sobre aquilo que falhara, em relação à valorização do trabalho e das condições de vida das populações: apenas tinham realizado «os inevitáveis e eventuais trabalhos da apanha da azeitona, limpa, ceifas e pouco mais, quando poderiam, a tempo, ter efectuado gradual fomento simultaneamente que valorizasse o seu património e fixasse o povo à terra que lhe foi madrasta, em vez de protectora»[46].

[43] REIS, R., Op. cit., (7/12/69), p. 6.
[44] REIS, R., Op. cit., (30/11/69), p. 6. O Ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, defendia que a emigração tinha sido um problema de sempre e revelava o cariz nómada e o gosto pela aventura.
[45] REIS, R., Op. cit., (28/4/63), p. 1. «É certo que, a par dos velhos, outros ficam: os que sentem não poder partir, porque aqui têm todos os seus interesses, laços de sangue, raízes, vida. No fundo, o sentido da terra combatendo a deserção»: In No Nordeste cresce o Pão. Op. cit., (12/11/71), p. 36.
[46] REIS, R., Op. cit., (28/4/63), pp. 1 e 4.

▪ Após a legalização, muitos emigrantes mandavam chamar a família. As divisas que foram enviando para Portugal deram para relançar a economia portuguesa, para pôr no banco a render e para criar um "pé-de-meia":

> «Aqui vão 2 mil escudos ganhos com o suorzinho do meu rosto; ponha-os a juros imediatamente, mas com bons interesses. A saúde é boa, e só penso em conseguir arranjar a tal quantia de que lhe falei. Vou para as vindimas no Sul e, se por lá me der bem, mandarei vir a minha Rosa e os pequenos e, então, nunca mais saio de França. Aí não se ganha nada. Portugal é muito pobrezinho»[47].

Houve também emigrantes que ficaram desiludidos com as realidades que encontraram, pelo que regressaram às suas terras. Serve para documentar esta situação, uma carta de um operário de Oliveira de Azeméis que tinha emigrado para França:

> «Que arrependido estou. Quem me dera voltar para a minha querida Pátria, onde tenho a minha mulher e os meus filhos e onde ganhava cem escudos diários a trabalhar numa oficina de calçado.
> Tenho chorado horas bem amargas, não contando já com os trabalhos que passei, a fome, a sede, etc., para chegar a França. Isto é uma tremenda ilusão!
> Estou empenhado e vejo-me forçado a sujeitar-me a todas as privações, para liquidar as dívidas que contraí»[48].

Fica subjacente nesta carta, a troca de uma vida estável e tranquila pela incerteza de um novo ambiente, onde tudo era estranho. Situações idênticas a esta foram relatadas no Romeu e na Coleja.

Em França, para onde muitos portugueses emigraram clandestinamente, vivendo em degradantes condições de vida nos famigerados bairros de lata, os bidonvilles, havia promiscuidade, falta de higiene e de condições de salubridade, «autêntica ofensa à sua condição social de homens e operários» (Anexo 64, Vol. II, p. 142).

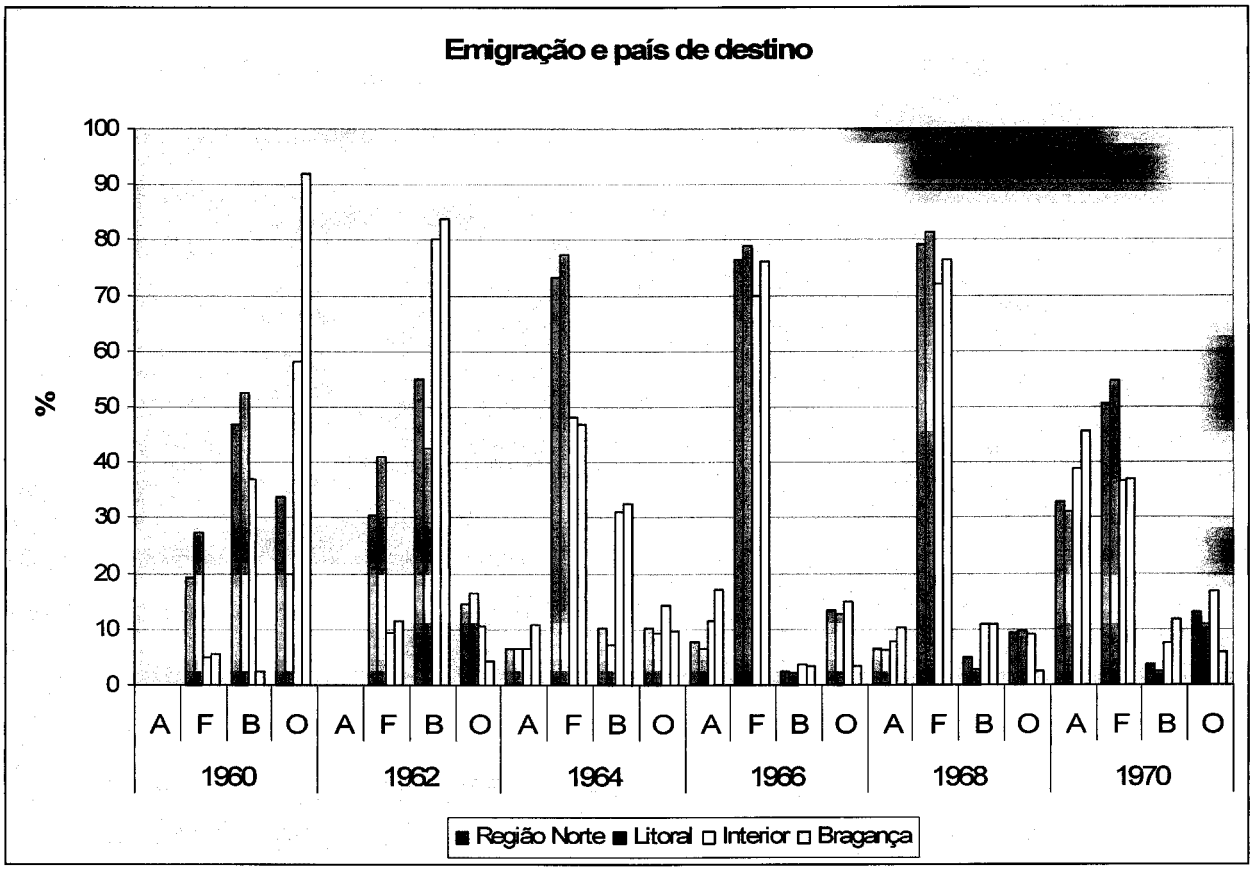
▪ Em síntese, podemos verificar que:

-As políticas de emigração nacional foram: de repressão, até à década de 60; e de tendências liberalizantes, a partir desse período. Estas políticas estiveram dependentes do funcionamento das redes migratórias, através das quais os potenciais interessados foram conhecendo e avaliando as oportunidades que os esperava no exterior, em relação às que tinham no país.

-As correntes emigratórias tiveram dois tipos de orientação predominantes (Quadros VII.2, p. 463 e VII.8, p. 468): 1º- até 1963, para o Brasil, EUA, Argentina, Venezuela, Uruguai ...(rota transatlântica); 2º- a partir de 1964, para a Europa (rota intraeuropeia: França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Suíça, Luxemburgo, Suécia...). Registaram-se também importantes fluxos emigratórios para a Austrália.

---

[47] In *Diário de Lisboa*, 2/6/1924. Carta de um emigrante, de meados dos anos 20.
[48] Cit. por VILARES, Santos - A grande miragem de além Pirinéus... *NM*. Mirandela. (24/1/65), p. 1.



A - Alemanha; F - França; B – Brasil; O – outro país

Fonte: Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração (dados para elaboração do gráfico)

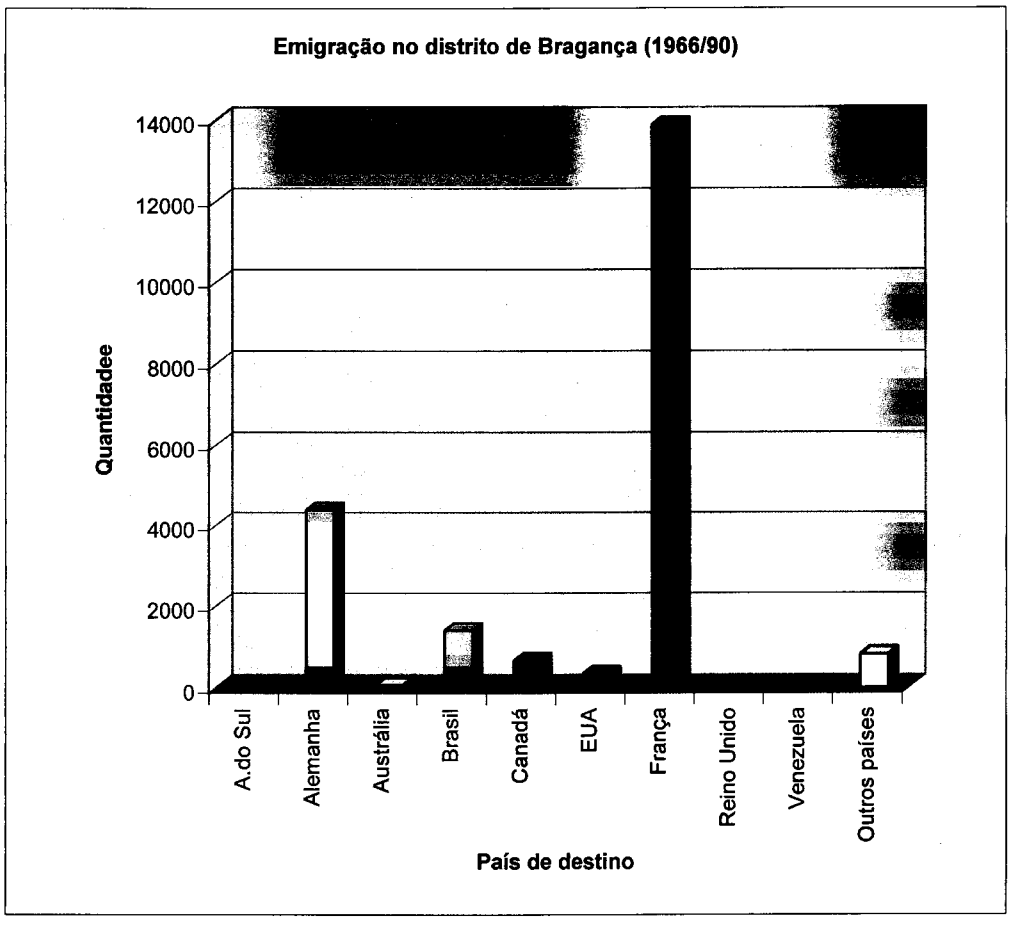
Gráfico VII.1 - A emigração portuguesa nos anos 60 (Região Norte: países de destino)

O gráfico VII.1 documenta essa mudança de orientação, na região norte, no litoral, no interior e no distrito de Bragança. Neste distrito, a emigração para França aumentou sistematicamente, logo após o ano de 1960, atingindo o auge em 1966 e em 1968.

-Entre 1970 e 1974, houve um aparente decréscimo na emigração (Gráfico VII.1), devido ao aumento dos clandestinos e, por outro lado, às medidas restritivas impostas pela Alemanha e pela França.

Neste período, o distrito de Bragança registou apenas a saída de 6.148 indivíduos, o que correspondeu a 2,68% [49]. A França continuou a manter a tendência atractiva, seguida pela Alemanha, pelo Brasil e Canadá (Gráfico VII.2, p. 473).

[49] A emigração registou os seguintes valores, no distrito de Bragança, nos seguintes quinquénios: 1955/59: 9.100 (7,6%); 1960/64: 8.312 (5,46%); 1965/69: 16.139 (4,18%); 1970/74: 6.148 (2,68%). In ARROTEIA, Jorge Carvalho - *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição.* Lisboa: Ministério da Educação: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 79.



Fonte: A Emigração Portuguesa: dados estatísticos retrospectivos (1966-1990). Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Europeias. Lisboa. p. 10.

Gráfico VII.2 – A emigração por distrito de origem (Bragança) e país de destino

-A política colonial do regime, sobretudo a partir dos anos 30, provocou igualmente um importante fluxo de emigrantes para as ex-colónias (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Goa, Dão e Diu, Macau, Timor). Apesar do número destes emigrantes ter aumentado continuamente, até aos anos 70, foi sempre inferior[50] ao daqueles que rumavam para o Brasil e para França.

-A emigração para a África do Sul, sobretudo entre 1964 e 1967, atingiu valores muito elevados.

-Os números sobre a emigração de portugueses são impressionantes. As estatísticas oficiais registaram as seguintes saídas: de Portugal, entre 1958 e 1974: 1,5 milhão de indivíduos (só em 1973 partiram 123 mil); do distrito de Bragança, entre 1955 e 1974: 39.699 indivíduos, dos quais 6.485 do concelho de Bragança (16,3%), 3.613 do concelho de **Mirandela** (9,1%) e 2.600 do concelho de **Carrazeda de Ansiães** (6,5%). O primeiro destes concelhos fica na Terra Fria

[50] «De 1943 a 1969, a emigração para as ex-colónias portuguesas elevou-se a mais e 681.000 pessoas. Embora muitas destas pessoas tivessem regressado ao Continente e Ilhas, após um período mais ou menos prolongado, o saldo da emigração apresenta o valor de 236.191 indivíduos, montante bastante reduzido, quando comparado com os valores atingidos na emigração transoceânica e europeia». In CEPEDA, Op. cit., p. 236.

Transmontana, região onde se registaram as percentagens mais elevadas de emigrantes e os dois seguintes na Terra Quente, onde se registaram taxas menores de emigração (Anexo 65, Vol. II, p. 144)[51].

-Nos anos 60, as migrações legais representaram apenas 2/3 do total e foram inferiores à clandestina, na época de 70.

A emigração clandestina efectuou-se ao longo de toda a região raiana e eram sobretudo os indivíduos que viviam da agricultura em Trás-os-Montes e no Minho que recorriam a este tipo de emigração.

Os emigrantes percorriam os montes raianos a pé, zonas íngremes com muita neve e chuva, durante vários dias. A comida era escassa e as forças faltavam, às vezes, pelo que muitos sucumbiam e ficavam entregues a si mesmos e à sorte.

A passagem era feita em grupos e organizada pelos "passadores" ou "engajadores" que auxiliavam na passagem. Era um serviço pago e muito caro para a época e muitos emigrantes endividaram-se para poder pagar aos "passadores".

O pagamento era efectuado em duas fases, como garantia da passagem ser efectuada. A 1ª era ainda em território português, para que o "passador" pudesse pagar aos vários intervenientes; a 2ª, quando o emigrante chegasse ao destino, escrevia de lá para o fiador, normalmente pessoa da família, para que o restante dinheiro fosse entregue ao "passador".

A altura da passagem das mãos dos portugueses para as mãos dos espanhóis era sempre difícil. Em território espanhol, esperava-os um camião para os levar até aos Pirenéus. Empilhados em camiões de gado fechados, cobertos com fardos de palha, os emigrantes viajavam em condições desumanas para escapar às autoridades espanholas.

Os "passadores" tinham sempre estratagemas para fugir à forte vigilância das autoridades portuguesas, da PIDE e das autoridades espanholas. Muitas vezes os emigrantes caíam em emboscadas e acabavam por ser presos. Se isso acontecesse, percorriam várias cadeias espanholas, até serem entregues à PIDE, em Portugal.

-A emigração começou por atrair, com maior intensidade, a população masculina[52] e abrangia pessoas com idades entre os 18-24 e os 45 anos. Contribuiu para o desequilíbrio da estrutura etária, com grande peso de crianças e velhos, e para o envelhecimento progressivo da população. Atingiu pessoas dos vários sectores de actividade:

---

[51] ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Atlas da Emigração Portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, 1985. Francisco Cepeda apresenta as razões para esta diferença: A Terra Fria «São as terras altas, desdobrando-se em montanhas e planaltos, com clima rigoroso, de solos graníticos magros e descarnados, com uma agricultura de subsistência». A Terra Quente Transmontana e o vale do Douro, apresentavam «melhores condições de solo e clima e consequentes culturas geradoras de um maior e mais alargado mercado de trabalho». In CEPEDA, Op. cit., pp. 297-298.

[52] Obs.: o conceito de que o homem é que devia assegurar o sustento e a sobrevivência da família era-lhe inerente.

Quadro VII.11

Emigração por sectores de actividade (1964/70)

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Sector primário	**36,9**	**47**	**45,4**	**45,3**	**29,6**	**42,5**	**45,5**
Sector secundário	11,3	13,9	9,5	5	3	5	11,2
Sector terciário	4,1	3,8	2,9	1,7	1,2	1,4	3
Outros[53]	32,5	22,4	27,3	31,2	45	36,3	32

Fonte: Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração: 1964-70.

De início, os contingentes emigratórios eram, sobretudo, constituídos por trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores. A partir de 1964, a emigração generaliza-se e surgem também pessoas que estavam integradas nos sectores secundário e terciário, embora continuasse a ter um grande peso o sector primário[54]: cenário que mais nitidamente se revelou no distrito de Bragança.

O sector agrícola foi aquele que sentiu, entre 1964 e 1970, a maior saída da sua população, o que fez com que se avolumasse a falta de mão-de-obra neste sector, no meio rural.

-**A partir de 1969**, passou a verificar-se **outro tipo de emigração**: os jovens, preparados pelo ensino secundário distrital, liceal ou técnico, procuravam ocupação, de acordo com as habilitações adquiridas, que a região não podia oferecer, o que constituía um factor involuntário de repulsão, pois nenhum estudante diplomado se resignava à pobreza do meio[55].

-O aliciamento dos centros metropolitanos nacionais e estrangeiros e os meios de comunicação cavaram o divórcio entre o emigrante e a terra natal.

-Os melhoramentos rurais surgiram apenas como panaceia e não evitaram essa degradação[56].

-A acção do Estado não se mostrou eficaz, pois não foi capaz de suster a debandada da população de grande parte da região transmontana.

Como se revelou o fenómeno migratório nas três aldeias deste estudo? As memórias invocadas pelas pessoas correspondem aos valores revelados pelos dados verificados nos respectivos concelhos? O fenómeno manteve-se idêntico nas aldeias e nos respectivos concelhos ou surgiram factores mobilizadores que explicam um cenário diferente?

[53] Obs.: no item outros figuravam indivíduos com ocupação, inválidos e inactivos.
[54] Análise Demográfica da Região Norte. Lisboa: INE, p. 90.
[55] REIS, R., Op. cit., (30/11/69), p.6. «Não tendo aqui fazenda nem bens seus – o que há nem sequer chega para os progenitores – lança-se a gente moça na corrente emigratória, em busca da sua independência pessoal.» In REIS, R., Op. cit., (28/8/60), p. 6.
[56] REIS, R., Op. cit., (30/11/69), p. 6.

3 - As memórias das migrações e do despovoamento nas três aldeias

3.1 - As migrações na Coleja

Durante o Estado Novo, a emigração era proibida, até aos anos 60. Salazar defendia, como recorda John Gibbons, que os trabalhadores portugueses deviam trabalhar em Portugal e receber: um pouco de educação, melhores transportes para poder escoar a produção e umas noções de higiene, para se prevenirem de doenças. «Se quer ir para fora, deixemo-lo [ao português] ir para as Colónias Portuguesas ou até para o Brasil, onde estará praticamente entre a sua gente. Não permitamos que vá para um país completamente estranho, onde será apenas um trabalhador suado, troçado e roubado pelos anglo-saxões»[57].

Apesar da emigração não ser permitida, chegou a haver agências de emigração em Lisboa e no Porto que ficaram conhecidas na Coleja. John Gibbons encontrou, em 1939, em casa do amigo Serafim, um pedaço de papel de uma agência de emigração do Porto, contendo uma lista das carreiras de barco que partiam «de Lisboa e Leixões para a América do Sul, continente para onde geralmente os portugueses emigram [emigravam]»[58].

A saída da população da Coleja[59] para a América do Norte começara em inícios do século XX. Na década de 30 [60], deu-se a emigração mais intensa para o Brasil[61]. «Pensa-se que já lá haveria emigrantes da Coleja, desde a independência, porque enquanto para a América do Norte foram por inscrição directa na Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, para o Brasil foram em cadeia, por carta de chamada»[62].

Nos anos 40, houve uma nova fase emigratória, desta vez para África. Os primeiros como colonos e, em seguida, por chamada. De todos estes, não se notou qualquer desenvolvimento em Coleja, apesar de alguns dos primeiros que emigraram terem voltado de férias e de haver relatos

---

[57] GIBBONS, Op. cit., p. 42.

[58] A lista referia que partiam, no mês de Outubro: «do Porto, 6 barcos: 2 brasileiros, 2 franceses, 1 alemão e 1 inglês». A lista de Lisboa referia «11 barcos: 6 alemães, 4 britânicos e 1 francês». In GIBBONS, Op. cit., pp. 87-88.

[59] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja, com base num depoimento colhido numa entrevista realizada a um casal, natural e residente, na época em estudo, na Coleja: D.Irene e senhor António Moutinho, com 80 anos de idade.

[60] Obs.: entre os anos 20 e os anos 30, a aldeia teria tido uma população superior a 300 habitantes, hoje tem 52, e a escola, que em 1934 era frequentada por cerca de 50 crianças, hoje tem apenas duas.

[61] Em 1939, quando John Gibbons viveu na Coleja apercebeu-se da existência do fenómeno migratório na aldeia: «Depois, vieram também outras pessoas daqui que sabiam escrever, para ver se lhes podia escrever à máquina os envelopes, para os parentes nos Estados Unidos, no Brasil ou na África Portuguesa. Creio que faziam isto por graça, para mostrar aos seus primos e parentes que o ancestral lugarejo já se gabava de ter uma máquina». In GIBBONS, Op. cit., p. 57.

[62] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

de terem feito bem a alguns familiares[63]. Os que ficaram na aldeia foram tomando conta das terras, poucas, que aqueles deixaram ou venderam.

Surgiu, assim, uma agricultura de subsistência, em minifúndio, onde tiveram preponderância as culturas de Primavera, dado o microclima de que a aldeia dispõe: cebolo, tomateiros, pimentos, alfaces...

Por essa altura, já havia algumas famílias que, de uma maneira ou de outra, viviam com alguma fartura. Os filhos destes não tiveram a tendência de emigrar e houve uma família, Freixinho, que funcionou como um pequeno banco para financiar todas as viagens dos emigrantes: alguns a troco de pequenas terras que possuíam, objectos de ouro, oliveiras isoladas, etc.

A partir dos anos 50, iniciou-se a emigração europeia, primeiro para França[64], seguindo-se depois para: Alemanha, Suiça, Luxemburgo, etc. Todos estes emigrantes eram os que tinham menos posses, os menos instruídos, analfabetos, com alguma deficiência, e ainda os atrasados mentais que restavam na aldeia[65].

Era a época da reconstrução europeia dos países envolvidos na 2ª Grande Guerra e toda a gente tinha lugar na construção civil e daí que os emigrantes europeus tivessem aproveitado as suas economias para construírem ou reconstruírem as suas casas, nas suas aldeias de origem.

Parte desses emigrantes regressaram à aldeia ou por rescisões de contractos, ou porque a aldeia falou mais alto, e há casos em que conseguiram ter uma vida melhor depois do regresso, ao investirem na aldeia as suas economias, à custa do benefício da litragem do vinho tratado, que os ajudava a defender o ano agrícola.

Estes dados encaixam-se no destino e no tipo de emigração verificada em Carrazeda de Ansiães, «em Vilarinho da Castanheira e em quase todas as aldeias»[66] do concelho (Quadro VII.7, p. 467). Assim, na década de 50, a repulsão atingiu este concelho e revelou valores com algum significado (-28,5%), o que acabou também por acontecer na freguesia de Seixo de Ansiães que perdeu, nessa década, 146 habitantes (Quadro III.1, p. 148); na década de 60, este fenómeno aumentou não só no concelho (-47,20%), como também nesta freguesia (-243 habitantes); na década de 70, o concelho tornou-se atractivo (4,2%) e a freguesia sofreu uma diminuição de 60 habitantes. Os dados verificados na freguesia de Seixo de Ansiães são também reflexo da emigração dos habitantes da Coleja.

---

[63] Obs.: ajudas monetárias e fardos de roupas americanas: calças de ganga, que se tornaram em voga em Portugal, muitos anos depois.

[64] «Saí do país, estive em França e acabei por ir para Moçambique, porque a miséria aqui era muita e a gente não ganhava para comer, nem para roupa ganhávamos». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004. «Oh! Pagavam bem?! Eu dou mais por um café hoje, que ganhava numa semana. É verdade!». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.

[65] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[66] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

de terem feito bem a alguns familiares[63]. Os que ficaram na aldeia foram tomando conta das terras, poucas, que aqueles deixaram ou venderam.

Surgiu, assim, uma agricultura de subsistência, em minifúndio, onde tiveram preponderância as culturas de Primavera, dado o microclima de que a aldeia dispõe: cebolo, tomateiros, pimentos, alfaces...

Por essa altura, já havia algumas famílias que, de uma maneira ou de outra, viviam com alguma fartura. Os filhos destes não tiveram a tendência de emigrar e houve uma família, Freixinho, que funcionou como um pequeno banco para financiar todas as viagens dos emigrantes: alguns a troco de pequenas terras que possuíam, objectos de ouro, oliveiras isoladas, etc.

A partir dos anos 50, iniciou-se a emigração europeia, primeiro para França[64], seguindo-se depois para: Alemanha, Suiça, Luxemburgo, etc. Todos estes emigrantes eram os que tinham menos posses, os menos instruídos, analfabetos, com alguma deficiência, e ainda os atrasados mentais que restavam na aldeia[65].

Era a época da reconstrução europeia dos países envolvidos na 2ª Grande Guerra e toda a gente tinha lugar na construção civil e daí que os emigrantes europeus tivessem aproveitado as suas economias para construírem ou reconstruírem as suas casas, nas suas aldeias de origem.

Parte desses emigrantes regressaram à aldeia ou por rescisões de contractos, ou porque a aldeia falou mais alto, e há casos em que conseguiram ter uma vida melhor depois do regresso, ao investirem na aldeia as suas economias, à custa do benefício da litragem do vinho tratado, que os ajudava a defender o ano agrícola.

Estes dados encaixam-se no destino e no tipo de emigração verificada em Carrazeda de Ansiães, «em Vilarinho da Castanheira e em quase todas as aldeias»[66] do concelho (Quadro VII.7, p. 467). Assim, na década de 50, a repulsão atingiu este concelho e revelou valores com algum significado (-28,5%), o que acabou também por acontecer na freguesia de Seixo de Ansiães que perdeu, nessa década, 146 habitantes (Quadro III.1, p. 148); na década de 60, este fenómeno aumentou não só no concelho (-47,20%), como também nesta freguesia (-243 habitantes); na década de 70, o concelho tornou-se atractivo (4,2%) e a freguesia sofreu uma diminuição de 60 habitantes. Os dados verificados na freguesia de Seixo de Ansiães são também reflexo da emigração dos habitantes da Coleja.

---

[63] Obs.: ajudas monetárias e fardos de roupas americanas: calças de ganga, que se tornaram em voga em Portugal, muitos anos depois.

[64] «Saí do país, estive em França e acabei por ir para Moçambique, porque a miséria aqui era muita e a gente não ganhava para comer, nem para roupa ganhávamos». In Entrevista nº 1, Coleja: 2004. «Oh! Pagavam bem?! Eu dou mais por um café hoje, que ganhava numa semana. É verdade!». In Entrevista nº 2, Coleja: 2004.

[65] Carta de 6 de Abril 2006, José António Russo, morador de Coleja.

[66] Entrevista nº 4, Coleja: 2004

3.2 - As migrações no Cachão

Em 1950, o lugar do Cachão era pouco habitado e a população da freguesia de Frechas conheceu, nesse ano, um aumento de 138 habitantes.

Na década de 50, esta freguesia sofreu uma diminuição de 207 habitantes, num período em que o concelho de Mirandela viu também reduzida a sua população (-23,20%) (Quadro VII.7, p. 467). As poucas pessoas que emigraram do Cachão, nesta altura, sobretudo para o Brasil, eram pessoas de fracos recursos e socialmente desamparadas[67].

A década de 60 correspondeu, no período analisado, à máxima saída da população do concelho de Mirandela (Quadro VII.7, p. 467), mas a freguesia de Frechas viu crescer a sua população em 34 habitantes, devido ao início de actividade do complexo agro-industrial do Cachão.

Entre 1964 e 1974, esta aldeia tornou-se atractiva e fixadora e poucas pessoas emigraram, porque: «o complexo dava trabalho e segurava as pessoas aqui»[68]. O CAICA começou a garantir aos funcionários «trabalho, umas certas comodidades que eles nunca tiveram e as pessoas não precisaram de emigrar»[69]. A população que passou a viver na aldeia era oriunda, na sua maior parte, dos concelhos de Vinhais, Carrazeda de Ansiães e Alijó (Amieiro)[70].

Os objectivos do complexo (desenvolver económica e socialmente a região e exercer influência sobre o fenómeno migratório local) deram resultados, pois com o dinamismo imprimido pelo empreendimento conseguiu-se «suster a emigração, quer na aldeia do Cachão, quer nas outras aldeias e vilas da região: Frechas, Vale Frechoso, Carrazeda de Ansiães, Vilas Boas, Vila Flor e, para além de Vila Flor», pelo que «no 25 de Abril ali [CAICA] se encontrassem 1200 pessoas a trabalhar»[71].

Na década de 70, Mirandela tornou-se atractiva (4,20 %) e o grau de atractividade aumentou, também, na freguesia de Frechas, que passou a contar com mais 755 habitantes (Quadro III.1, p. 148). Porém, o processo por que passou o CAICA, após 25 de Abril, explica algumas das migrações (internas e externas) verificadas na aldeia, depois desta data[72].

---

[67] O envolvimento da população de Frechas com as casas senhoriais explica o facto de se ter registado na aldeia migrações significativas: grandes saídas para o litoral e emigração clandestina. In Entrevista nº 6, Cachão: 2006.

[68] Entrevista nº 3, Cachão: 2004. No Cachão, «houve pouca emigração. O Cachão, pelo contrário, absorvia toda a mão-de-obra que houvesse». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.:

[69] Entrevista nº 1, Cachão: 2004

[70] Entrevista nº 6, Cachão: 2006.

[71] Entrevista nº 2, Cachão: 2004. «A preocupação do Eng.º Camilo era esta, quando afirmava: "nós não podemos reter a emigração, ela é um acontecimento natural, mas nós podemos e devemos "prender" as esposas. E, se nós arranjarmos trabalho de artesanato, nas nossas aldeias, para elas trabalharem, elas não vão, eles é que regressam"». In Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[72] A existência de um taxista no Cachão, com serviço de aluguer permanente «para toda a Europa», demonstra que o fenómeno da emigração ficou conhecido e que algumas pessoas, sobretudo da área envolvente do Cachão, recorriam àquele serviço: «Armindo do Nascimento, telefone 14, Cachão, Apartado 6, Mirandela. Automóvel de aluguer.

3.3 - As migrações no Romeu

O projecto social, os melhoramentos das casas e o suporte económico, que representou a Casa Menéres, na área do Romeu, produziram alguns efeitos[73], pois retiveram o grosso da emigração, pelo menos até aos anos 70. «Quando o 25 de Abril rebentou, passou a haver muita emigração»[74], pois as pessoas quiseram melhorar a situação de vida.

Após a morte de Manuel Menéres (Março de 1974), começou a derrocada e o êxodo da população para o litoral e para o estrangeiro. Até ali, houve um investimento nos aspectos económico, mas também social e cultural, a ponto de, após o 25 de Abril, terem sido os próprios trabalhadores a defenderem as terras desta casa agrícola, porque era o seu ganha-pão. «E opuseram-se à ocupação das mesmas, contra os "Pioneiros" dos Cortiços». O tipo de administração que veio a ser adoptado posteriormente, «deu azo a que nada disso acontecesse e, não tendo emprego, a população começou a abandonar a freguesia e a partir para outras paragens, depois de 1980, ou talvez um pouco antes»[75].

De facto, enquanto o concelho de Mirandela registava, na década de 50, valores de repulsão (-23,2%: Quadro VII.7, p. 467), a freguesia do Romeu via crescer a sua população residente em 38 habitantes (Quadro III.1, p.148); na década de 60, a repulsão atingiu os valores máximos no concelho (-44,2%) e a freguesia perdeu 46 habitantes; na década de 70, o concelho tornou-se o mais atractivo do distrito de Bragança (14,5%), mas a freguesia do Romeu viu diminuir a sua população em 15 habitantes.

Os destinos preferenciais para aqueles que emigraram foram: até aos anos 50, e devido à situação de pobreza, «o Brasil. Houve até pessoas da freguesia que partiram para as colónias de África, mas preferiram regressar»; nos anos 60, foram para França e Alemanha[76].

Na época da emigração clandestina, a saída «tinha de ser muito à calada, porque as pessoas poderosas não queriam que a gente saísse, pois precisavam delas para trabalhar»[77]. Outros

---

Passaporte para toda a Europa. English spoken. On parle Français. Serviço permanente». In Anúncio. *NM.* Mirandela. (30/4/71), p. 4.

[73] O dinamismo da família Menéres ajudou a manter a população nas aldeias desta freguesia. In Entrevista nº 1, Romeu: 2004. As pessoas fixaram-se nestas e noutras aldeias do concelho de Mirandela, como em Suções, onde havia Casas Agrícolas que davam trabalho. «A Casa Menéres pagava aos trabalhadores metade e havia no concelho de Mirandela outras casas agrícolas que, além de pagarem o mesmo, ainda davam de comer e distribuíam centeio e trigo pela população». «Estas casas efectuavam o pagamento, quando muito bem pretendiam», ao contrário da Casa Menéres que pagava de quinze em quinze dias. In Entrevista a um antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela (9/11/2006).

[74] Entrevista nº 1, Romeu: 2004 e Entrevista nº 4 b, Romeu: 2004.

[75] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

[76] Entrevista Nº 1, Romeu: 2003

[77] Uma entrevistada emigrou, «antes do 25 de Abril, muito à calada, para a Dinamarca, para melhorar a vida dos meus pais e a minha. [...] E, depois do [...] namorado sair da tropa, casámos e emigrámos para França, onde estivemos 11 anos». In Entrevista nº 1, Romeu: 2004.

preferiram procurar "melhor vida na cidade", nos serviços, uns em trabalhos do comércio e as meninas como criadas de servir[78].

Um dos entrevistados emigrou para França nos anos 60, mas, como não conseguiu trabalho, por não lhe arranjarem os papéis para se legalizar, regressou a Portugal[79].

As memórias retidas pelos entrevistados é de que a emigração trouxe mais dinheiro e a vida começou a melhorar, mas as aldeias começaram a conhecer a desertificação[80] e as pessoas, «em contacto com outras culturas, perderam muitos dos seus hábitos familiares e religiosos»[81].

A nível de edificação de casas novas, foi menos intenso o impacto da emigração nas aldeias do Romeu e de Vale de Couço, devido às melhorias de que as suas casas tinham sido alvo nos anos 60.

[78] «Tinha uma irmã mais velha que foi servir para ajudar a minha mãe a criar os filhos». In Entrevista n°1, Romeu: 2004:
[79] Entrevista n° 3 a, Romeu: 2004
[80] Entrevista N° 19, Romeu: 2003
[81] Entrevista N° 20, Romeu: 2003

4 - Conclusão: as memórias das consequências das migrações

Como escreveu Ernesto Veiga de Oliveira, «a partir do momento em que, nos anos 60, se inicia com incremento crescente o movimento de emigração em massa das populações rurais de todo o país para as nações altamente industrializadas», ou para outras onde havia falta de mão-de-obra não especializada, que era «paga com salários vultosos, tudo muda súbita e irreversivelmente»[82].

O surto migratório dos anos 60 excedeu todas as previsões e pôs em risco valores de ordem social, política e económica.

As cidades da metrópole cresceram imenso e nelas passaram a viver milhares de indivíduos rurais, amontoados e em péssimas condições[83]. Em 1961, havia em Lisboa «5.679 barracas» e nelas residiam «19.598 pessoas», tanta gente como tinha, em 1965, o concelho de Mogadouro[84].

Mas aqueles que tinham emigrado para o estrangeiro passavam pelo mesmo problema: nos arredores de Paris, aglomeravam-se em «35 bairros de lata centenas de milhares de estrangeiros, muitos deles portugueses»[85] (Anexo 64, Vol. II, p. 142). Portugal precisou, até, de rever os acordos existentes com países de acolhimento da emigração.

Em muitas aldeias, as casas ficaram sem ser habitadas, faltaram braços para assegurar o trabalho, a produção e a conservação da produção, e gerações capazes de renovar e de manter a estrutura social.

O emigrante deixou a sua pátria, a sua terra, e foi residir noutra, à procura de melhores condições de vida, para fornecer sustento aos seus e dar-lhes um futuro melhor. A preocupação sedutora era ganhar, juntar o mais possível para adquirir uma casa, onde pudesse viver abrigado, «o que melhorou as condições de habitabilidade do meio rural», e umas leiras para granjear, por sua conta, o que «contribuiu para agravar o parcelamento»[86]. Queria ser independente e deixar de trabalhar por conta de outrem.

Ao desconhecer a língua e as leis do país de emigração, facilmente era levado ao engano e os trabalhos mais árduos que os cidadãos não desejavam para si, recaíam sobre ele, que, sem qualquer qualificação, aproveitava os que primeiro lhe surgiam, na ânsia de sobreviver.

---

[82] Cit. por ABREU e FERNANDES, Op. cit., p. 62.
[83] «Ao lançar-se na aventura que é a batalha pela dura existência, dentro das cidades tentaculares, [o ser humano] realiza quase inconscientemente um gesto que envolve o repúdio do passado, o desespero do presente e a frágil esperança do futuro». In REIS, R., Op. cit., (11/9/60), p. 1.
[84] REIS, R., Op. cit., (16/5/65), p. 6.
[85] REIS, R., Op. cit., (16/5/65), p. 6.
[86] Temas em debate...Op. cit., (24/9/71), p. 22.

Alguns emigrantes esqueciam os que ficavam, desviavam o sustento do lar para fins menos honestos; outros chegaram a esquecer os próprios filhos e nem o benefício das prestações familiares, a que tinham direito, recebiam. As esposas ficavam abandonadas com os filhos a seu cargo...[87]

Para a resolução dos problemas resultantes da emigração, houve a preocupação de criar, em Portugal, vários organismos oficiais: a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, a Junta de Emigração e o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-obra. Outras entidades ficaram ligadas ao problema, sobretudo nos aspectos de ordem familiar e humano: o Instituto de Serviço Social, a Caritas Portuguesa (serviço social) e a Junta Central das Casas do Povo (serviço social rural)[88].

O governo português, através do Ministério das Corporações e Previdência Social, começou a especializar a população activa, em centros de aprendizagem e em institutos de formação profissional[89].

A Caritas Portuguesa, através do serviço social, propôs-se colaborar na preparação dos emigrantes e seus familiares, tanto em Portugal, como nos países de emigração, contribuindo, assim, «para a conjugação dos esforços das várias entidades, por meio de contactos e reuniões e da colaboração de todos no programa a realizar». A Caritas ocupava-se dos programas de assistência à emigração portuguesa[90].

Nos distritos de Vila Real e de Bragança, com acentuado êxodo rural, foi assinalável o movimento da missão da Acção Social (Capítulo III), em matéria de esclarecimento, de apoio à família dos emigrados que a procuraram, na ânsia de verem resolvidos certos problemas que, de outro modo, não era possível resolver ou só muito tardiamente veriam solucionados: preenchimento de simples formulários, reclamações mais diversas de subsídios em atraso...[91]

O transmontano que ficou na aldeia natal quis dar continuidade à acção ancestral do povoamento: foi comprando umas courelas, herdando outras. Povoou cerros, montes, encostas, lameiros, vales, deu-lhes assistência e tornou-os produtivos. Controlou o ciclo da produção e do amanho das terras e da procriação dos animais.

Mas, com a chegada da industrialização, a posse da simples courela e a lavra da terra, própria ou alheia, com métodos primitivos não bastavam já, nem como meio de subsistência, nem para garantir o futuro.

O povoamento teve de ser encarado como uma obrigação que tocava aos povoadores, pelo que tiveram de pensar: no reordenamento territorial, na arborização, na irrigação, no

[87] MONTEIRO, J.G. - O problema dos emigrantes. *NM.* Mirandela. (26/1/69), p. 1.
[88] MONTEIRO, J.G.- A emigração e seus problemas. *NM.* Mirandela. (5/1/69), p. 3.
[89] MONTEIRO, Op. cit., (26/1/69), p. 1.
[90] MONTEIRO, Op. cit., (5/1/69), p. 3.
[91] MONTEIRO, Op. cit., (5/1/69), p. 3.

emparcelamento, na reforma agrária e em novos métodos de produção, de conservação e de escoamento da produção. Estas temáticas foram acompanhadas com a chegada de: técnicos, adubos, pesticidas, selecção de sementes e máquinas (Capítulo IV).

O povoamento trouxe (Capítulos II, III, IV e V): as aldeias transmontanas melhoradas, a construção e a remodelação de vias de comunicação, algumas infra-estruturas e equipamentos (água, fontanários, arruamentos, saneamento, electricidade), os meios de comunicação e de informação (rádio, telefone, televisão, jornal[92]), os planos de fomento e os melhoramentos rurais, a quebra do isolamento de muitas aldeias, o turismo, o cooperativismo, a agro-indústria, a mecanização, a modernização da agricultura: processos ligados à produção, à conservação, à transformação e à canalização dos produtos para os mercados interno e externo.

O povoamento trouxe estruturas económicas que foram implementadas nas três aldeias deste estudo. O Eng.º Camilo de Mendonça estudou o aproveitamento do distrito e batalhou pela realização de soluções imediatas, de modo a conseguir-se o seu incremento agro-industrial (Capítulo IV).

A obra levantada no Cachão foi «uma tarefa de povoamento»: de simples povoação, o Cachão viu crescer o seu aglomerado populacional e o seu complexo de fábricas e tornou-se num «centro vital do distrito»[93]; as suas actividades alargaram-se a todo o distrito, acabando por gerar dinâmica; canalizou a produção para o mercado interno e externo; conteve a emigração na aldeia e nas suas imediações; o movimento cooperativo começou a despertar a mentalidade do lavrador que, com muita dificuldade, punha de lado «métodos arcaicos e a independência»[94]; deu-se início ao embate entre dois tipos de sociedade: a tradicional e a moderna (Capítulos IV, V e VII).

A empresa agrícola da Sociedade Clemente Menéres, Lda., inovou, ajustou a sua produção ao mercado interno e externo e protegeu uma obra social, que acabou por segurar temporariamente pessoas nas suas aldeias. Houve uma dinâmica geradora de proventos para ambas as partes: Casa Menéres e povoações (Vale de Couço, Vila Verdinho, Romeu, Vimieiro, e outras), implicadas no processo de exploração, da extracção, da produção e da conservação de produtos (Capítulos II, III, IV e V).

As quintas do Douro captaram mão-de-obra da Coleja e de outras localidades, garantiram trabalho, ao longo do ano, o que acabou por representar um suporte económico de sustentação familiar, apesar de limitado. Estas quintas tiveram de se adaptar à inovação, relacionada com a extracção, produção e canalização do vinho do Porto para o mercado nacional e internacional (Capítulo IV).

---

[92] Obs.: apesar de haver nas aldeias transmontanas uma taxa elevada de analfabetismo, era frequente a leitura do jornal em voz alta, perante um público heterogéneo e analfabeto, que ouvia e comentava, pelo que as notícias e a informação circulavam, apesar de muitas vezes diluídas, com algum atraso e mal compreendidas.

[93] REIS, R., Op. cit., (23/5/65), p. 8.

[94] REIS, R., Op. cit., (7/12/69), p. 6.

Apesar do destaque destas três estruturas económicas, a agricultura distrital precisava de enormes investimentos para assegurar a respectiva rentabilidade e as bases de sobrevivência, pois era uma das grandes actividades produtivas da região e da Nação: o capital na agricultura rendia 3%, enquanto nas indústrias era corrente o rendimento na ordem dos 8%. A emigração ajudou a diminuir a pressão sobre a terra, sem que se tornasse necessário arranjar outros postos de trabalho. A balança de pagamentos passou a acusar sensível melhoria, em virtude das remessas das economias dos emigrantes[95] (Capítulo VII).

Mas a emigração enfraquecia a vitalidade do país, que nela assentava a estruturação do seu equilíbrio económico: as populações envelheciam, as aldeias caíam em ruína, os trabalhos agrícolas eram feitos por velhos e mulheres, a produtividade baixava, os salários e os preços dos alimentos subiam, as facilidades dos primeiros anos depressa se transformavam em problema sem solução[96].

A industrialização surgiu como uma solução[97] e as máquinas substituíram a falta de mão-de-obra. Todavia, em Trás-os-Montes, as máquinas agrícolas não resolveram muitos dos problemas, pelo menos, enquanto não puderam ser utilizadas com êxito nas ladeiras dos montes e das serras[98].

Os campos transmontanos estavam divididos em pequenas parcelas, pertencentes a vários proprietários, e, por isso, seria necessário proceder-se ao emparcelamento dessas leiras, «para que cada proprietário ficasse a possuir terras de expansão», de modo a conseguir-se «plantações, em larga escala»[99].

Os processos técnicos de trabalho na agricultura evoluíram e a administração privada tentou adaptar-se ao novo clima de transformação. A mentalidade feudal foi desaparecendo, deu-se a independência das famílias e a revolução dos costumes. Os filhos dos mais pobres depressa aprenderam, através do ensino, uma vez que se libertaram da "escravidão" local e de alguns poderosos sem escrúpulos e prepararam-se para exercer novas actividades[100].

O emigrante, com o dinheiro que amealhou, pagou dívidas, resgatou a propriedade[101], abriu conta no banco, estimulou melhoramentos públicos, mas não surgiu uma nova agricultura, nem circuitos comerciais eficazes e uma mentalidade aberta ao desenvolvimento.

As Câmaras Municipais também lucraram com a vinda das poupanças dos emigrantes. A transformação do mundo rural aconteceu e houve um considerável planeamento regional, pois o

---

[95] SANTOS, Henrique dos - Os 3 pilares da riqueza. *NM.* Mirandela. (11/7/65), p. 1.
[96] SANTOS, Op. cit., (11/7/65), pp. 1 e 4.
[97] SANTOS, Op. cit., (11/7/65), p. 4.
[98] GONÇALVES, João - O êxodo rural e algumas das consequências. *NM.* Mirandela. (12/12/65), p. 6.
[99] GONÇALVES, Op. cit., (12/12/65), p. 6.
[100] REIS, R., Op. cit., p. 110.
[101] «A estimativa da dívida agrícola hipotecária situava-se em 3.541, 3 milhares de contos em 1962 contra 799,5 em 1950», de acordo com a revista Análise Social nº 15, citado por REIS, R., Op. cit., p. 111.

alto salário e o elevado espírito de poupança do emigrante conjugaram-se para operar, em regra, a valorização rural[102].

Em Portugal, tinham entrado uns 24 milhões de contos, desde 1964 a 1969, e mais de 600 mil contos de abono de família, desde 1960, vindos da emigração, mas era difícil que os reflexos dessas transferências de fundos atenuassem as grandes assimetrias existentes nos meios rurais[103].

O emigrante deixou de se considerar «descendente da gleba, do senhor, da terra pobre, do isolamento local»[104]. Através dele, a colectividade foi compelida a evoluir e o fluxo financeiro permitiu a transformação urbanística da província.

A economia e o modo de vida, assentes na auto-subsistência, encontraram fontes externas de financiamento. Aumentou a circulação de pessoas e de bens e a economia de mercado começou a estabelecer os seus circuitos comerciais.

Novos caminhos se foram abrindo nos anos 60 ao povoamento: pela selecção natural, derivada da emigração, pelo aumento da frequência do ensino secundário, cuja rede tinha sido ampliada (Capítulo V). A emigração acabou por incentivar o povoamento do distrito de Bragança, criando melhores condições de estabilidade demográfica e económica, através dos fundos que canalizava[105].

Os concelhos de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães conheceram um pequeno impulso, tornando-se atractivos nos anos 70, sobretudo nas sedes de concelho, obra do povoamento e da organização territorial, concretizada nos seguintes domínios: educação, saúde, modernização dos processos de produção agrícola, melhoramento das rodo e ferrovias, equipamento de algumas aldeias com infra-estruturas e novas formas de lhes quebrar o isolamento.

O êxodo das populações começou a vencer a ancestral resignação transmontana e o quietismo[106] e acabou por estimular o povoamento. E o povoamento tornou-se numa exigência para o incremento transmontano.

O processo de desenvolvimento desigual das terras do país tinha sido responsável pelas perdas demográficas espectaculares, entre 1960 e 1970, nas terras onde a agricultura continuava a ser a actividade predominante, mostrando que não foi atractiva. O interior do país, na maioria das suas terras, ficou decadente[107] e sem oportunidades de emprego e de crescimento económico,

---

[102] REIS, R., Op. cit., p. 210.
[103] REIS, R., Op. cit., (7/12/69), p. 6.
[104] REIS, R., Op. cit., (7/12/69), p. 6.
[105] REIS, R., Op. cit., pp. 21-22
[106] REIS, R., Op. cit., p. 212. O êxodo rural trouxe a destruição do equilíbrio das povoações.
[107] A forma de sair do adormecimento em que os concelhos viviam não foi eficazmente solucionado pelos corpos administrativos locais, organismos corporativos e cooperativos e pela escola, que se deviam congregar à escala regional, de forma a conseguirem: trabalhar a terra mais progressivamente; alargar e embaratecer as modalidades de crédito; criar muitas e boas Casas do Povo; irrigar os campos e combater a sua erosão; repovoar o solo e povoar as aldeias abandonadas; criar um clima de harmonia e de cooperação entre proprietários e arrendatários, entre patrões e jornaleiros ... In REIS, R., Op. cit., (23/5/65), p. 8.

porque os factores ali concretizados não deram resultado e o esvaziamento de muitas aldeias foi totalmente verificado.

Os dados que se investigaram nas três aldeias deste estudo, em termos de emigração, revelaram algumas diferenças e reflectiram tipos distintos de: organização da empresa agrícola; incremento económico, social e cultural; dinamismo transmitido pelo Estado e por um número escasso de particulares; desenvolvimento do Romeu e do Cachão, como "aldeias afortunadas" e alguma decadência da Coleja como "aldeia esquecida".

Essas discrepâncias e a organização económica, que no Cachão e no Romeu acabaram por ser modelares, em termos regionais e nacionais, produziram os seus efeitos, retardando a emigração e fixando a população, durante algum tempo[108]: o Romeu conheceu maior emigração, a partir dos anos 70, quando o modelo funcional começou a deixar de ser operativo; o Cachão segurou a sua população, até depois do 25 de Abril. Das três aldeias, o Cachão conheceu um menor número de pessoas emigradas e não sofreu com o fenómeno de esvaziamento populacional.

Na Coleja, o sistema produtivo das quintas não foi totalmente mobilizador para as populações e para a sua fixação na aldeia, apesar de ser modelar. Não houve um projecto estrutural que desse outros resultados mais substanciais, como nas outras duas aldeias, pelo que se manteve o processo de esvaziamento, a partir dos anos 30, e pouca gente regressou à aldeia, nos anos 70.

Os resultados verificados no Romeu e no Cachão revelaram-se diferentes, em relação aos verificados na restante área do concelho de Mirandela, onde a emigração foi mais intensa até aos anos 70 e diminuiu, após esta data, ao contrário do que se verificou nas duas aldeias. Após os anos 70, a vila de Mirandela tornou-se atractiva, enquanto a emigração passava a atingir valores consideráveis no Romeu e a revelar alguns valores, no Cachão.

Quando os fluxos migratórios aumentaram no concelho de Carrazeda de Ansiães, também aumentaram em Seixo de Ansiães e na aldeia da Coleja, apesar de serem em menor quantidade na aldeia, em relação às duas áreas de inserção. Após os anos 70, Carrazeda de Ansiães começou a tornar-se atractiva, enquanto se comprovava um certo esvaziamento na aldeia da Coleja.

O fenómeno migratório não se manteve idêntico nas aldeias e nos respectivos concelhos: no Romeu e no Cachão houve factores mobilizadores que explicam este cenário e deram resultados positivos; na região da Coleja, os factores mobilizadores da aldeia (a qualidade das suas produções e algum dinheiro apurado com a venda do vinho, do azeite e pelas jeiras, ganhas nas quintas) acabaram por não ser totalmente operativos.

[108] Obs.: houve aldeias em que a emigração foi reprimida e o envolvimento que se montou, entre o governo e os notáveis locais, acabou por controlar temporariamente a saída das suas gentes.

PARTE III

CONCLUSÕES GERAIS

CAPÍTULO VIII - CONCLUSÕES GERAIS: SÍNTESE E REFLEXÕES FINAIS

O trabalho de reconstrução do passado humano de três aldeias (Coleja, Cachão e Romeu) de uma mesma região periférica, Trás-os-Montes, foi concretizado com o recurso a dois tipos de memórias: as memórias orais de pessoas que viveram os acontecimentos e se identificaram com as memórias colectivas; e as memórias escritas, reproduzidas e registadas em suporte escrito (jornais, revistas, livros...), algumas delas vividas por quem as redigiu.

As memórias, «como sobrevivência de imagens passadas»[1], ajudaram a reconstituir a época em estudo e a observar as representações que os sujeitos fizeram, sobre o tempo histórico vivido e assimilado, sobre os acontecimentos e sobre a própria identidade.

Essa reprodução ajudou na interpretação dos factos e acabou por constituir um nível importante da operação histórica, pois «a representação do passado parece [pareceu] ser a de uma imagem daquilo que antes foi observado, compreendido, sentido, aprendido, adquirido»[2].

As memórias orais e escritas resultaram da apropriação de representações colectivas por parte de cada indivíduo, em interacção com outros indivíduos, pelo que foi necessário assumir a pesquisa histórica como um acto de recordar e de averiguar as representações dominantes que cada interlocutor possuía, acerca da realidade do passado, enquanto imagens subjectivas dessa mesma realidade.

O passado pode ser observado e narrado de diferentes formas, porque os acontecimentos podem suscitar diversas memórias, dependentes da forma como são registadas, de quem as relembra, de quem as relê e de quem as reconta. Michael Pollak defende, a este propósito, que a memória é «uma operação colectiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar»[3].

A memória, como "experiência interior", visa a reconstituição do passado, através de imagens e de representações, o que leva o indivíduo, ao ficar sob o efeito do imaginário, a tornar as suas memórias objecto de dúvidas e de suspeitas[4].

As propriedades simbólicas da representação podem ser utilizadas estrategicamente, em função de interesses materiais e simbólicos do seu portador, e podem ocorrer pela eficácia da

---

[1] BERGSON, Henri – *Matière et Mémoire : essai sur la relation du corps a l'esprit.* Paris : PUF, 1959 (ed. em português: *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 49).

[2] RICOEUR, Paul – *La mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 304.

[3] POLLACK, Michael – Memória, Esquecimento, Silêncio. In *Estudos Históricos.* CPDOC/FGV: Rio de Janeiro, nº 3 (1989), p. 9.

[4] RICOEUR, Paul – *Le temps passé: mémoire, histoire, oubli.* Paris: Collège International de Philosophie, Janeiro/ Fevereiro de 1997 e RICOEUR, Paul - *La lectura del tiempo pasado: Memoria y olvido.* Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998, pp. 25-30.

evocação, por tudo o que elas representam e pelo empenhamento subjectivista a que o interlocutor se propõe, ao reconstruir a própria realidade[5].

A reconstituição das memórias levantadas no trabalho de pesquisa contemplou concepções defendidas por vários autores (Jacques le Goff, Georges Duby, Joël Candau, Henri Rousso...), cuja teorização ficou exposta na Introdução deste trabalho (Capítulo I, ponto 5.1.1, p. 35 e ss.).

As memórias relatadas não foram consideradas como relíquias do passado humano, que estavam como que inconscientes na memória viva das pessoas, porque se atendeu a que: «recordar de forma histórica é uma tarefa dupla – tradicional e crítica ao mesmo tempo –, sendo assim, ultrapassa em muito os conceitos de memória e de identidade de Halbwachs»[6].

As memórias recolhidas constituíram uma base de trabalho, formaram um dos tecidos de construção da memória histórica[7] e serviram de sustentação ao que se pretendeu fundamentar, perante a multiplicidade de ocorrências verificadas no país, na região e nas comunidades analisadas.

As memórias orais reproduziram as vivências e os lugares de memória das aldeias. As memórias escritas reproduziram a generalidade, a abrangência da vida social, inserida na região, no país e no mundo.

Como a memória colectiva ou social, segundo Halbwachs, é uma lembrança partilhada e repleta de memórias individuais, foi necessário recorrer aos testemunhos de várias pessoas para os confrontar e para poder, em seguida, reconstituir o passado. Assim, a confiança na exactidão da evocação «será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias»[8].

A memória colectiva passou por uma construção social do passado, através de relatos de cada indivíduo, conformados às vivências em comunidade, tendo surgido pontos de vista comuns. Contudo, atendeu-se a que, como representações que são, «Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente no nosso espírito seja a sua expressão mais exacta: para algumas lembranças reais junta-se, assim, uma massa compacta de lembranças fictícias»[9].

A memória individual recorre a um conjunto de representações, a uma simbologia de vivências sociais e é uma "memória biográfica", porque é um ponto de vista parcial; a memória colectiva é uma "memória histórica", porque se envolve em pontos de vista partilhados pelos indivíduos, mas sem se confundir com eles.

---

[5] BOURDIEU, Op. cit., pp. 112 e 118.
[6] NIETHAMMER, Luiz - Conjuntura de identidade colectiva. *Revista Ética e História Oral: projecto História*. São Paulo, nº 15 (Abr.1997). p. 130.
[7] O uso da memória «torna possível recuperar as verdades que se foram apagando». In CUNHA, Op. cit., p. 91.
[8] HALBWACHS, Op. cit., p. 52.
[9] HALBWACHS, Op. cit., p. 55.

A memória individual não está fechada e remete-nos para a dos outros, o que nos dá um ponto de sustentação. A memória colectiva, apesar dos limites não serem os mesmos, é uma memória "emprestada", que ocupa um tempo e um espaço na História, não obrigatoriamente pertencente a quem recorda[10].

A História conserva, reproduzindo a memória, através dos acontecimentos e dos seus lugares: «O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória, porque não há mais meios de memória»[11].

Os testemunhos prestados pelos entrevistados ajudaram bastante na reconstituição de memórias colectivas, acantonadas em lugares de memória, nas respectivas aldeias, onde os fenómenos históricos aconteceram e sobre os quais foi necessário fazer incidir a presente pesquisa. Deste encontro com os portadores de memórias, os entrevistados, e com os lugares de memória, localizados nas aldeias, resultou uma permuta enriquecedora que ajudou a reconstruir a memória colectiva, sustentadora da História.

O recurso à evocação da multiplicidade de fenómenos colectivos, que deram vida ao ente "aldeia", teve como suporte a reconstituição de alguns desses lugares de memória social, identificados no trabalho por lugares sócio-económicos e por lugares culturais, dado que «é somente a imagem do espaço que, devido à sua estabilidade, nos dá a ilusão de nada mudar, através do tempo, e de encontrar o passado no presente...»[12]

A evocação de memórias de ocorrências significativas, na História destas aldeias, mostrou a fragilidade humana e a inexactidão, pois os entrevistados apresentaram uma certa dificuldade em relacionar os acontecimentos com a data exacta em que aconteceram; em fazer a sua reprodução de uma forma mais abrangente; em reconhecer a História das suas aldeias como parte integrante da História nacional.

Os testemunhos recolhidos pela História Oral possuem, muitas vezes, imprecisões, idealizações, divagações, lapsos de memória, dificuldades em relacionar (dados, acontecimentos e datas), lacunas de exactidão no acto de relatar o acontecido. Perante estas contingências humanas, recorreu-se também a documentos escritos, como forma de obter uma maior exactidão, na construção da memória social do passado[13].

---

[10] HALBWACHS, Op. cit., pp. 97-98.

[11] NORA, Pierre – Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projecto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-SP, nº 10 (1993), pp. 7-28.

[12] HALBWACHS, Op. cit., p. 236.

[13] Enquanto a Memória tem como ambição representar com «fidelidade» o passado, a História procura fundamentá-lo, sobre a verdade dos factos. «A História pode ampliar, completar, corrigir, ou refutar o testemunho da memória sobre o passado, ela não seria capaz de o abolir». In RICOEUR, Op. cit., pp. 26 e 647.

As memórias orais, porque vivas, estão sujeitas ao esquecimento[14], à dor do recordar, à afectividade e à subjectividade[15], pelo que podem conter representações que correspondem a faltas de exactidão; as memórias escritas[16] podem estar imbuídas de pragmatismos e de feitos circunstanciais, ao serem relatadas vivências, actos presenciais, cerimónias protocolares e outros acontecimentos, em que, dada a necessidade imediata de produzir a informação, pode não ter havido o tempo suficiente para o apuramento da fidelidade dos factos relatados. Foi preciso atender a estas especificidades das duas fontes de documentação e fazer o cruzamento dos dados, obtidos através das mesmas.

Ao registar o testemunho vivido pelas pessoas, foi possível verificar: o envolvimento ou o distanciamento, em relação à História narrada; a recordação sentida de um tempo que deixou marcas, em relação às muitas dificuldades vividas e à limitação de perspectivas de vida: «Olhe, eram tempos muito difíceis: esses que hoje nos lembrem e outros que cá não voltem. Antigamente, passava-se muito mal. Hoje, felizmente, estamos bem melhor. Era muito complicado»[17]; o lacrimejar dos entrevistados, ao entrelaçar o relato com o vivido; a apoteose de identificação com a sua aldeia e a sua comunidade, como sendo a melhor, como sendo aquela em que surgiu primeiro este ou aquele melhoramento, em relação a aldeias vizinhas; a afirmação de que ali também há gente que vive e sente o pulsar da vida e da História...

Neste encontro com as memórias sociais, transpareceu nas três aldeias uma luta pela preservação da identidade, uma luta para não deixar morrer a memória colectiva, nem os lugares da memória e da comemoração: o Romeu luta para não perder a identidade, em relação a Vale de Couço, onde se encontram os principais equipamentos e os serviços da freguesia e ao ver a tendência para o despovoamento, para a desvalorização e para a descartabilização do seu passado histórico; a Coleja tenta recuperar memórias colectivas, através da valorização de tradições, reconstituindo um tempo que se tornou memória colectiva, reportando-se aos lugares e sustentando a esperança de superar o que constituiu o seu progressivo esvaziamento; o Cachão viveu o dilema entre o incremento e a estagnação, entre um tempo que segurou a população e deu trabalho e um tempo de crise. E, perante o deambular do tempo, ainda existem lugares de memória colectiva (as fábricas, a estação de caminho-de-ferro, o Bairro Social, a associação cultural...) que ajudaram a organizar a aldeia e lhe deram uma identidade. Mas há também

[14] «A definição do esquecimento como perda da recordação toma outro sentido logo que o encaramos como um componente da própria memória». In AUGÉ, Op. cit., p. 20.
[15] «Qualquer tentativa de usar a memória, de uma maneira sagaz, como fonte histórica, tem que se confrontar à partida com o carácter subjectivo, embora social, da memória. Não quer isso dizer que a memória não seja também portadora de informação objectiva». In FENTRESS e WICKHAM, Op. cit., p. 20.
[16] «Portanto, escrever não só congela a memória como a congela sob formas textuais que evoluem de maneira bastante diferente das que servem a memória oral». In FENTRESS e WICKHAM, Op. cit., p. 22.
[17] Entrevista nº 2, Coleja: 2004.

estruturas sociais e económicas que ainda funcionam e reabilitam, a cada instante, a memória colectiva da aldeia.

A aldeia do Cachão foi aquela onde o povoamento e a manutenção da população perduraram por mais tempo activos, pois as outras duas sofreram com a saída das suas populações: a Coleja, ao longo do seu percurso histórico, e o Romeu, depois dos anos 70.

Os resultados apurados com a pesquisa ajudam a compreender a dinâmica deste trabalho e a demonstrar se a problemática ficou esclarecida:

A problemática inicial apelava para um trabalho de análise de acontecimentos, passados numa região periférica, como forma de poder observar se a História de três aldeias[18] transmontanas, no tempo do Estado Novo, foram representativas da História da Nação[19].

Foi preciso atender, nesta análise: ao conjunto de transformações ocorridas nas aldeias, na região e no país, ao longo da época histórica tomada como referência, o Estado Novo, no período compreendido entre 1957 e 1974; aos fenómenos emergentes; ao aspecto periférico da região transmontana e à sua longa vivência como comunidade isolada e pacientemente à espera de um lugar na História pátria.

A Pátria, a mãe de todas as "micropátrias", assumiu um contexto *sui generis*, porque esteve inicialmente virada para si própria, fechada ao exterior e à modernização. A nível social, houve a hierarquização, o nivelamento de classes, a pobreza e a miséria; a nível económico, a ruralização e um não à industrialização, pois traria o operariado e a luta entre classes; a nível político, o Estado Novo era contra o individualismo, contra a democracia, contra o parlamentarismo, contra a liberdade de reunião, de associação e de expressão, o que afectou o desenvolvimento e a participação empenhada dos cidadãos.

Portugal era um país pobre e a economia criava sofrimento, algumas dependências e até alguma servidão. Os portugueses levavam uma vida modesta, devido aos fracos recursos naturais, ao atraso industrial a que tinham sido votados, a uma forte dependência, em relação à agricultura, e um número enorme de dificuldades se lhes apresentaram, o que levou a que cada aldeia criasse os seus pontos de sobrevivência, orientasse os seus cidadãos e cimentasse a sua identidade regional.

---

[18] «Uma "terra histórica" é aquela em que terra e povo exerceram uma influência mútua e benéfica sobre várias gerações. A terra natal torna-se um depósito de memórias e associações históricas, o local onde viveram, trabalharam, oraram e labutaram os "nossos" sábios, santos e heróis». In SMITH, Anthony D. – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 23.

[19] A definição do termo Nação de Anthony Smith ajusta-se ao contexto que se pretende realçar neste trabalho: «uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros». In SMITH, A.D., Op. cit., p. 28.

Os contrastes apresentados pela região transmontana apelam para um contexto reflexivo, para a análise de um modelo que reproduz, em todos os aspectos da vida das suas populações, o peso de barreiras orográficas, durante muito tempo intransponíveis.

Aos dois períodos económicos analisados, corresponderam duas formas diferentes de actuação, por parte do Estado português, perante a sociedade, a economia e a política de povoamento (fixação, colonização interna) e de despovoamento (partida, migrações).

O sistema de "clausura" que se implementou, até finais dos anos 50, foi a primeira forma de actuação do Estado. As três aldeias e a região transmontana, em geral, sentiram esse processo de um modo muito particular, pois estiveram isoladas.

O governo pretendeu exercer o domínio político, económico, social e cultural sobre as populações rurais, como forma de as controlar e de as levar a criar as bases de sobrevivência, ligando-as à terra, ao ruralismo e às actividades relacionadas, essencialmente, com a agricultura e com a pecuária. Foi um período de contenção e de proibição, em que houve controle e repressão sobre a emigração e a aplicação da política de colonização interna (o povoamento).

Esta disposição levou ao isolamento, à auto-subsistência, à contínua formação de núcleos populacionais, que se assemelharam a pequenas pátrias[20], caracterizados por um tipo de gestão da sua economia agrária e por uma forma de organização social, que assim se mantiveram, ao longo do 1º período económico analisado e, muitas delas, mesmo após o 25 de Abril.

O relevo isolou, condicionou o desenvolvimento regional e levou ao surgimento de "micropátrias", de que as 3 comunidades rurais transmontanas deste estudo (Romeu, Cachão e Coleja) são um exemplo **(hipótese 1)**. Houve a vivência de uma problemática muito própria, dentro de um mundo que só muito lentamente se lhes foi tornando "libertador".

O relevo levou as comunidades rurais transmontanas a viver, de uma forma particular, a influência do Estado sobre os cidadãos:

- foi um factor de isolamento prolongado, de muitas dificuldades e de formação de "micropátrias";
- determinou a organização social, o cimentar dos laços de parentesco e a coesão social;
- contribuiu, em parte, para a distribuição e a orientação das aldeias (povoamento e fixação);
- ajudou, em certa medida, à constituição das propriedades retalhadas;

[20] Em Dezembro de 1966, após a inauguração dos melhoramentos na aldeia "micropátria" do Romeu, o Dr. Trigo de Negreiros deixou o seu testemunho dessa obra de valorização rural: «Preso pelos laços de sangue e pelo nascimento à pequenina Pátria que é Traz-os-Montes, onde dei os primeiros passos na vida e a que me liga um mundo de afectos e recordações, tudo quanto se faça por ela encontra eco no meu coração engrandecido. [...] Servi a terra e servi a gente, dando a conhecer uma das suas virtudes: a hospitalidade transmontana». In Museu de Curiosidades, sala Manuel Menéres. (Data da visita: 25/3/2006. Sublinhado nosso).

- proporcionou um tipo de economia tradicional, em que a agricultura foi a actividade principal;
- esta actividade foi limitativa para o enriquecimento das pessoas, para a manutenção do mesmo sistema económico e para a melhoria das condições de vida, quer dos detentores da terra (grandes e médios proprietários), quer dos trabalhadores da mesma;
- este tipo de economia, assente em técnicas de exploração tradicionais e em parcelas muito fragmentadas, nunca foi possibilitadora do lançamento lucrativo da produção no mercado, a ponto de permitir viver da exclusividade desse tipo de trabalho;
- o povoamento ofereceu uma hipótese de sustentabilidade àqueles que ficaram nas aldeias, através da herança, da doação e da compra de propriedades;
- ao tornar-se proprietário, o pequeno agricultor, o cavador e o jeireiro, venceram a dependência, em relação a um senhor proprietário dominador, e ganharam património;
- só que esta forma de economia nunca foi dominante, porque esteve sempre dependente do dinheiro fornecido pelas jeiras que outros davam a ganhar;
- justificou a existência de práticas comunitárias, do individualismo e do aproveitamento de baldios;
- condicionou a abertura ao exterior, levando à formação de um tipo específico de cultura popular: as lendas, as crenças, as fontes milagrosas, os rimances, as tradições, as festas e romarias, orações e mezinhas, remédios caseiros, ...;
- interferiu com a prática religiosa e com a relação que se estabeleceu entre o sagrado e o profano.

O transmontano herdara de épocas ancestrais o sentido da auto-suficiência, da independência concelhia, da defesa contra o agressor externo, da descoordenação material e da falta de ordenamento demográfico que sucessivas crises de repulsão vieram agravar.

Os vários espaços territoriais viviam desunidos e cada edilidade era uma autarquia fechada, mesmo para os problemas afins de outros concelhos do seu distrito, fenómeno que se manteve ao longo dos dois períodos analisados, em muitas das suas localidades. O conceito de "micropátria" não era apenas extensivo às aldeias, pois também se aplicava às respectivas sedes de concelho.

Enquanto a Pátria era impositiva e modeladora sobre o território nacional, as "micropátrias" de Trás-os-Montes, desunidas, só com muita dificuldade se deixaram submeter. As sedes de concelho ficaram mais facilmente submetidas, porque os seus presidentes de Câmara eram nomeados pelo governo e com ele tinham fortes afinidades, mas muitas aldeias ficaram encapsuladas no seu mundo local, sem hipótese de se inserirem, de uma forma imediata, na Pátria, a Mãe de todas as pequenas pátrias (Capítulo VII).

Os factores determinantes e responsáveis pelas "micropátrias" (lugares, aldeias e vilas) foram, para além do território que as isolou e do abandono a que foram votadas, por parte do governo central: a forma de domínio político instaurado na região; o bairrismo; a mundividência de um mundo microlizado e encapsulado no espaço local; a constituição de um prisma referencial pequeno, reservado e limitado, que conservou latente a ideia dos "domínios" territoriais da Idade Média e contribuiu para a divisão, para a separação, para a "pequenez" e para o empobrecimento.

Trás-os-Montes precisava de construir uma comunidade regional, mas havia muitas dificuldades para isso: cada município vivia a sua debilidade financeira e técnica e cada um persistia em fazer da sua terra como que «o castelo que os outros não tinham direito de conhecer intimamente e as maiores ou menores querelas, ociosamente alimentadas, eternizavam uma mentalidade feudal que se desenvolvia a coberto, não já de títulos nobiliárquicos, mas académicos»[21].

Nesse quietismo, isolada pelo relevo e longe do poder de decisão do governo central, a região viu aparecer no seu território comunidades auto-dependentes, auto-suficientes e auto-gestoras do seu património, o que as levou a criar fortes laços de vivência comunitária, formando "micropátrias", dentro de uma Pátria, pretensamente aglutinadora, que não conseguiu estender o seu manto dominador, sobre todo o território nacional, porque se viu incapacitada de levar o desenvolvimento a comunidades que sofriam, devido ao isolamento em que viviam e em que continuaram a viver[22].

O mundo medieval conservou, por muito tempo, as suas características na região transmontana: cada domínio governava-se a si mesmo, auto-abastecendo-se, havendo um envolvimento com o mundo local, numa certa relação de superioridade do município, em relação às suas freguesias, e um limitado contacto com o exterior.

As "micropátrias" existiram no mundo rural, até ao momento em que a modernidade lhes levou o desenvolvimento, outro tipo de economia, a abertura ao seu mundo exterior, a procura de novas fontes de cultura e empregos em outros sectores de actividade, com a partida das suas gentes para outras terras, através das migrações.

E foi fácil modelar um temperamento e formas de vida, que tiveram de girar em torno da partilha, da ajuda e do relacionamento cordial dos transmontanos, sustendo todo um peso cultural, assente na exploração da terra, na sua posse e uso, e na busca de uma independência, em relação a um senhor e a práticas que teimaram manter-se por muito tempo entre as gentes. Para conseguir o velho sonho de independência económica e social, os assalariados rurais (jornaleiros,

[21] REIS, Rogério. A comunidade necessária. NM. Mirandela. (15/4/70), p. 1.
[22] «O governo, quando havia alguém numa região com dinamismo e com capacidade e visão, correspondia». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

cavadores, ...), crentes e analfabetos, que ficaram nas suas terras para povoar, trabalharam arduamente e tentaram economizar o máximo.

Apesar desta região ser rica e extensa, o seu desenvolvimento tardou, por motivos internos e externos: internos, pela incapacidade, já aludida, de se criarem fortes laços de união entre todas as comunidades que a integravam, para poder vencer as dificuldades comuns, e pela impossibilidade de originar, na evolução da sociedade moderna e pós-moderna, o antídoto que não matasse a colectividade tradicional, as memórias do seu passado, a sua forte ligação aos lugares de memória, aos lugares de celebração e de comemoração, aos lugares de projecção da memória colectiva, mas que a fosse adaptando aos novos processos de mudança; externos, porque esteve esquecida do governo central, durante muitos anos, levando depois muito tempo a recuperar do atraso em que tinha vivido[23].

Apesar destas circunstâncias, houve um esforço para modernizar, para rasgar estradas[24] e para levar as populações a um convívio mais amplo com o município local, com a capital de distrito e com outros pedaços do solo pátrio, num encontro com a História nacional. Mas as infra-estruturas essenciais (água, luz eléctrica, escolas, estradas e caminhos, Casas do Povo, ...) e o desenvolvimento não chegaram a todos os recantos habitados: nos vales, nas encostas de serras ou nos planaltos.

As contínuas crises que se processaram na região transmontana, em anos anteriores a 1964, justificaram a construção de um sistema organizado, a nível industrial e comercial, para fazer a preparação/transformação e o escoamento dos seus produtos.

Se o isolamento territorial foi um propósito económico e político, no início do regime, e até **finais dos anos 50, a partir desta data, porém, registaram-se alterações sensíveis na vida de algumas populações, começando a sentir-se a segunda forma de actuação do Estado.**

O aparecimento de um novo tipo de economia, a abertura de outros mercados e a procura de actividades em outros sectores, agravaram ainda mais as contínuas crises que a agricultura tradicional vinha vivendo.

O aparecimento da maquinaria, para tornar mais produtiva a agricultura, para a modernizar e tentar tornar mais compensadora, trouxe também problemas.

O desenvolvimento que o governo pretendeu dar ao povo português, nesta fase, levou a um certo envolvimento de estruturas de poder (hipótese 2): o governo central, o governo local e as entidades particulares (trabalho de planificação, de desenvolvimento e de

---

[23] REIS, Rogério. A dimensão de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (19/1/69), p. 1.

[24] Obs.: o desenvolvimento dos transportes rodoviários acentuou o abandono do rio Douro como eixo de comunicação para pessoas e mercadorias. O novo traçado de estradas permitiu rasgar horizontes, unindo as populações isoladas e dando-lhes outras possibilidades de vida (económicas, sociais e culturais). As progressivas melhorias introduzidas na via ferroviária (Linha do Douro e Linha do Tua) vieram a contribuir, de igual modo, para o desenvolvimento da região.

transformação). A obra de tais organismos, com destaque para as Casas do Povo, ajudou um pouco a valorizar: a cultura, o esclarecimento cívico, o aumento do nível de vida, o emprego e a segurança social, o ordenamento agrário[25] ...

O envolvimento com entidades particulares acabou por contribuir para alguma valorização rural e para a concretização de melhoramentos e de estruturas mais modernas que beneficiaram as populações, de que servem de exemplo o Romeu e o Cachão, pois beneficiaram também com o tipo de economia nelas instalado e com a abertura ao exterior. Desta forma, foi maior o encontro da História destas aldeias com a História do país e com os seus fenómenos emergentes (o desenvolvimentismo, as obras públicas, a guerra colonial, a emigração, a economia de mercado...), apesar destes terem sido igualmente conhecidos na Coleja.

O governo central nomeava e distribuía, de forma controlada, o poder político e económico-social pelos presidentes de Câmara, porque lhes eram de feição. Porém, a articulação que se estabeleceu entre estes e os presidentes das Juntas de Freguesia falhou, pois não funcionou, daí algumas das limitações terem travado o desenvolvimento de muitas aldeias.

O poder do Estado chegava até ao município e este tentava exercê-lo sobre o território da sua jurisdição, mas não procurava ouvir nem satisfazer os projectos da maior parte das suas aldeias e lugares. E quando o fazia, poucas possibilidades se lhe apresentavam para executar profundas alterações.

O poder não era livremente exercido, pois era oferecido e retirado, controlado, circunstancial e como não era livremente transmitido do povo ao edil, pois este estava sob alçada do poder central, rapidamente era destituído, se para tal fosse necessário.

Os «pequenos reis locais», uma vez empossados do poder, tentavam exercer a autoridade administrativa muito à sua maneira, sob a óptica de serviço ao regime, ao seu responsável na sede de distrito e com um certo distanciamento, em relação aos presidentes das Juntas de Freguesia e de presidentes de Câmaras Municipais vizinhas.

O que era válido em Bragança podia não ser em Mirandela ou em outra terra qualquer. Havia um certo e incompreensível egoísmo que a ninguém aproveitava. E as assimetrias eram territorialmente mais ou menos gerais: a mesma emigração desordenada, as mesmas vias de comunicação, os mesmos problemas de isolamento, as feiras e mercados a funcionar nos mesmos moldes e «a mesma alma transmontana»[26].

Por toda a região se adoptaram grémios e sindicatos, se criaram cooperativas agrícolas e se pediram escolas de diversos graus de ensino. Mas não se tentou sincronizar todo esse vasto

[25] MONTEIRO, Op. cit., (19/1/69), p. 2.
[26] REIS, R., Op. cit., (15/4/70), p. 1.

aparelho, de modo a conseguir-se uma espécie de comunidade ampla e intravalorativa, capaz de marcar uma posição, face aos restantes espaços regionais do país[27].

A autonomia estava tão inserida no temperamento das pessoas da região que levou a que cada comunidade se isolasse no imobilismo e continuasse a dar sentido às "micropátrias" e ao nacionalismo territorial[28], ligando-se à sua terra natal e obedecendo aos notáveis (professora, padre, médico, grandes proprietários...) e aos seus chefes locais (regedor, presidente da Junta).

Até no turismo havia «desconexão regional»[29], porque cada zona, apesar de pobre em si mesma, reivindicava para si a primazia da desejada atracção, sem atender a que tinha infra-estruturas medíocres e sem desejar ligar-se a áreas vizinhas.

Até nos festejos populares tradicionais queriam fazer dos seus programas os melhores e com maior impacto e projecção do que os das populações vizinhas, porque continuavam a alimentar bairrismos de cada "feudo", em relação aos vizinhos[30].

A falta de verbas e de recursos dos municípios impediu que muitas aldeias se desenvolvessem e vencessem o atraso (a miséria e a pobreza) e o isolamento em que viviam, pelo que, apesar dos objectivos traçados nos planos de desenvolvimento do país e das regiões (Planos de Fomento e nos Planos de Desenvolvimento Regional para a sub-região transmontana), continuaram a existir "micropátrias", que subsistiram, por si mesmas, um pouco à margem do governo local e do poder central.

O ruralismo foi responsável pela auto-sustentação das populações, o que as levou a viver à sua maneira os seus muitos problemas (hipótese 3). Levou-as a viver com muitas dificuldades, a entregar-se à agricultura, como única fonte de rendimento, sendo esta tradicional, pouco produtiva e pouco compensadora. Tardou, nestas comunidades, a canalização da sua força de trabalho para outros sectores económicos mais rentáveis.

O Estado Novo foi uma resposta ou uma saída histórica possível para um sistema económico não-industrializado que agonizava no quadro do capitalismo liberal. Tal saída apoiou-se numa certa psicologia nacional, conservadora, tradicionalista, «agarrada ao passado», pouco dada a dinâmicas de desenvolvimento e a inovações transformadoras.

A economia alimentada pelo fascismo era de natureza imobilista e estática, em contraste com o evoluído processo de desenvolvimento capitalista europeu, que aceitava o desafio da concorrência e que, para produzir mais e melhor, investia em novas tecnologias e em novos

---

[27] REIS, R., Op. cit., (15/4/70), p. 1.

[28] «O nacionalismo está intimamente ligado à "terra", quer em termos de possessão e de reconstrução (literal), quer em termos de pertencer a um local onde viveram os seus antepassados e onde a História demarca uma "terra natal"» (p. 93). «O que é frequentemente praticado [no nacionalismo territorial] é uma forma de populismo territorial, um apelo a uma autoridade superior dos chefes, dos antepassados, dos líderes religiosos, dos chefes de aldeia, e outros que tal, a todo o cidadão potencial da nação [..].» (p. 147). In SMITH, A.D., Op. cit.

[29] REIS, R., Op. cit., (15/4/70), p. 1.

[30] REIS, R., Op. cit., (15/4/70), p. 4.

métodos de gestão. A mentalidade nacional participava nesse processo, o que conferia ao nosso imobilismo económico um carácter mais pesado e profundo, permitindo uma coesão nacional entre o aparelho económico existente e os seus agentes humanos. Foi preciso: «Produzir e poupar».

A base social do regime fascista não foi a burguesia industrial, dinâmica, aventureira e transformadora, mas aquelas classes que podiam acomodar-se e adaptar-se mais às características de um regime político e social «conservador», como os proprietários agrários, os pequenos comerciantes e industriais, para além da alta burguesia comercial e industrial, ligada à finança e especializada no saque e na exploração fáceis das riquezas coloniais.

A política salazarista, demasiado centralizadora, traçou um fosso enorme entre o desenvolvimento do litoral e o atraso do interior, profundamente arreigado a formas ancestrais de subsistência, preso à ideia de uma humilhante dependência dos líderes e dos caciques locais e do cunho centralizador das estruturas fascistas.

Havia no interior do país casas com o chão em terra batida, sem divisões, sem água canalizada, sem esgotos e sem electricidade. Os senhores locais tratavam por tu os caseiros, os rendeiros e os camponeses, esperando fórmulas reverenciadoras de tratamento, bem definidas e diferenciadoras, de acordo com o seu estatuto, quer para suas senhorias, quer para os seus ascendentes e descendentes. Era a "Idade Média", em que se estabeleceram laços de dependência senhorial e se criaram estereótipos comportamentais, consentidos pela sociedade e pelo regime que a norteava. Esta dependência era pautada pela necessidade em que as populações rurais viviam e aceitavam-na para subsistir.

Nos anos 60, porém, as "micropátrias" começaram a transformar-se em mundos abertos e partilhados, chegando até algumas delas a economia de mercado e a abertura à Europa. Novas dinâmicas surgiram nessas aldeias e na região, ligadas a: agro-indústria, projectos em execução, algum desenvolvimento e fixação da população.

O Estado permitiu uma certa libertação, em relação ao controle económico e social, entrando em acção o 2º período económico e a 2ª forma de actuação do Estado.

A preparação para a mudança económica, para fixar as populações, foi tentada através de: obras públicas; investimentos na cultura e na educação e melhorias sociais (Casas do Povo, abonos de família, fomento habitacional e aquisição de infra-estruturas[31]).

Com a introdução da economia de mercado nas aldeias da região transmontana, os trabalhadores, para além dos rendimentos que tiravam da agricultura, passaram a

[31] Obs.: as regiões portuguesas, a bem dizer, só a partir de 1960 começaram a beneficiar de água canalizada, de electricidade e de estradas alcatroadas.

dedicar-se também a outras actividades, obtendo, assim, rendimentos complementares[32] **(hipótese 4).**

A partir dos anos 60, com a abertura à economia de mercado, as estratégias de sobrevivência das populações rurais e as práticas «comunitárias» de resistência começaram a diminuir, pelo que passou a haver um abrandamento de costumes, uma redução da entreajuda e uma maior individualização das relações sociais. Instalaram-se conflitos no seio familiar e entre famílias, por causa de: posse e divisão de propriedades; direitos sobre a água; fixação de marcos nas propriedades rústicas; direitos de passagem; opção na compra de terras. Estes conflitos passaram a ser resolvidos, não a nível interno da aldeia, mas na sede de concelho[33].

Os projectos e os planos aplicados nas aldeias estruturaram o mundo rural e criaram um tipo de economia dinamizadora e capitalista, com 3 tipos de representatividade: as quintas do Douro, na Coleja; a Sociedade Clemente Menéres, no Romeu (Casa Agrícola); e o Complexo Agro-industrial, no Cachão (hipótese 5).

A economia tornou-se mais lucrativa para a população do Romeu e do Cachão, devido à concretização de projectos, ligados à agro-indústria e à canalização da produção para o mercado interno e externo. Se no primeiro caso a Sociedade Clemente Menéres, Lda., sempre tentou valorizar a qualidade da sua produção, fazendo dela uma imagem de marca e a canalizou para o mercado (interno e externo), igual propósito tentou o Cachão, conseguindo conquistar com os seus produtos o mercado nacional e o exigente mercado externo. Nas duas aldeias, as populações tiraram alguns rendimentos do seu trabalho e começaram a beneficiar com a abertura ao exterior.

Coleja teve três produções agrícolas que deram qualidade e projecção às suas culturas e algum poder de compra à sua população: o vinho fino, que continuou a ter mercado assegurado (interno e externo), beneficiou preferencialmente os donos das quintas da região, pois eram eles que controlavam a produção e a distribuição; os produtos agro-industriais (cebolo, pimentos...), para plantio em hortas da região, tiveram grande procura nos mercados de Carrazeda de Ansiães e o azeite foi escoado, devido à sua qualidade.

As três localidades sentiram melhoramentos (melhores condições de habitabilidade, uma forma de vida mais saudável e civilizada) e viram possibilidades de um futuro diferente. As estradas levaram-lhes fontes de informação, novas formas de consumo e perspectivaram novos modos de canalizar a respectiva produção para o mercado. Estas aldeias começaram a urbanizar-se e a copiar o modelo da vila mais próxima.

Durante o 2º período económico, o modelo de estado social falhou: de forma acentuada na Coleja e foi apenas parcelarmente eficaz no Romeu e no Cachão, pois os projectos regionais

[32] SILVA, Manuel Carlos - Camponeses nortenhos: «conservadorismo» ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência? *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XXIII, nº 97 (1987), pp. 434-435.
[33] SILVA, M. C., Op. cit., p. 436.

implementados e os melhoramentos registados seguraram temporariamente as suas populações. Este fenómeno de fixação distingue estas duas aldeias de muitas do distrito (incluindo a Coleja), e do país, onde se registou a emigração maciça. As medidas adoptadas não promoveram nem o enriquecimento das populações, nem o revigoramento das suas actividades económicas, daí o fenómeno da emigração ter atingido também estas aldeias, após meados dos anos 70.

A permissão da emigração, por parte do Estado português, trouxe a desestruturação económica e social do país e da região transmontana (hipótese 6).

Trás-os-Montes, apesar de área periférica, foi inovadora em alguns aspectos sócio-económicos e antecipadora, em relação ao todo nacional (hipótese 7).

As três aldeias anteciparam-se ao todo nacional nas vantagens que tiraram da utilização de inovações tecnológicas, sistemas de cultivo, novas culturas, tratamento e conservação da produção e canalização da produção para o mercado. A modernização económica mantinha-se há já longa data no Romeu, começou a verificar-se no Cachão, em finais dos anos 60, e verificou-se na área Coleja, na canalização da produção para o mercado. A industrialização da produção vinícola chegou à região da Coleja, apenas nos anos 80. O sistema inovador era sustentado pelo tipo de empresas que se foram constituindo nestas aldeias.

As três aldeias ombrearam, em termos de representatividade das suas produções agrícolas: a cortiça, o vinho, o azeite e as frutas do Romeu; o azeite e os produtos agro-industriais do Cachão (culturas tradicionais e novas), com marcas conhecidas internacionalmente; o azeite e, em especial, o vinho fino da Coleja, inseridos num contexto regional da Região Demarcada do Douro, ficaram conhecidos mais como produtos de uma região do que de um lugar.

Coleja foi, das três aldeias deste estudo, aquela que permaneceu por mais tempo "encapsulada" no seu mundo local, porque outras alternativas fizeram quebrar as barreiras do isolamento do Romeu e do Cachão. Os anos 60 foram fundamentais para estas duas aldeias: o Romeu ficou valorizado com a obra social de Manuel Menéres, com alguma comparticipação do Estado, tornando-se uma aldeia mais dinâmica e conhecida do mundo exterior: o projecto social e o facto de terem trabalho remunerado[34] foram sustentadores da população; o Cachão beneficiou com a instalação, naquele lugar, do complexo de fábricas que lhe levaram o engrandecimento, trabalho, e a equiparam como aldeia e como paróquia. O papel interventivo do Eng.º Camilo de Mendonça e da FGLNT, com a comparticipação do Estado, fez surgir do anonimato o Cachão.

Ali se implantou a agro-indústria e se gizou um projecto que responderia às sucessivas crises da agricultura e aos planos de escoamento da produção da região, levando os seus

[34] Em 1934, Salazar defendia o trabalho remunerado como dever social: «...cada vez mais se aproxima o momento de o trabalho remunerado ser, além de dever social, um facto para toda a população activa e livre...» (p. 192). E, em 1945, afirmava que o «direito ao trabalho, [...], deve [devia] ser a grande conquista do século e o mais sério instrumento de emancipação do trabalhador» (p. 200). In SALAZAR, Op. cit.

produtos a ser conhecidos no país e no estrangeiro. O Cachão tornou-se no motor da região e deu apoio técnico e tecnológico a uma agricultura que passou a ser mais competitiva, mais moderna e mais lucrativa. Ao canalizar a produção de várias povoações do distrito de Bragança para o mercado, criou dinamismo e possibilitou alguns melhoramentos também nessas aldeias.

A população da Coleja só nos anos 70 rompeu com o isolamento de forma mais decisiva, apesar de ter conhecido melhoramentos entre os finais dos anos 50 e os anos 70. Esta fase correspondeu: ao incremento do Romeu e respectiva área envolvente, ao arranque do CAICA e ao engrandecimento do Cachão como aldeia. Todavia, a dinâmica das quintas esteve sempre presente na vida da população da Coleja, pois nelas foram encontrando trabalho e o escoamento para a sua produção vinícola.

As dimensões de Trás-os-Montes e as dinâmicas económico-sociais acabaram, de facto, por formar núcleos de grande eficiência económica: no Douro, abrangeram os concelhos dependentes da viticultura; no nordeste, juntaram os que tratavam da amendoeira, da oliveira e de outras plantações afins; na Terra Fria, fomentaram a pecuária e a florestação e, na Terra Quente, beneficiaram a policultura[35].

O Estado Novo, ao tentar estruturar o mundo rural, acabou por revitalizar as suas actividades económicas, ajudou com as suas políticas agrícolas a fixar algumas pessoas e tornou Portugal mais dependente de si próprio, do que a ter de esvaziar os seus cofres para comprar, a terceiros, produtos que precisava de consumir.

Os projectos funcionaram nestas aldeias, porque houve: o conceito de alteridade, o apego ao espaço e o povoamento do território (hipótese 8). As formas sustentadoras que viabilizaram os projectos, nestas aldeias, tiveram em vista resolver situações de pobreza e de miséria, crises sucessivas da actividade agrícola e a falta de infra-estruturas, capazes de dignificar a vida dos seus moradores.

A alteridade teve a ver com o altruísmo e com as práticas comunitárias de comparticipação e de entreajuda, que reforçaram laços sociais (familiares, vicinais, comunitários): «as pessoas viviam mais em comunidade, mais ligadas. [...] Tudo aquilo que cada um podia, dava. Havia uma dádiva e um espírito de solidariedade muito grandes»[36].

O "outro" esteve incluído neste objectivo e funcionou, porque **houve**, também, **a colaboração de senhores instalados, interessados na manutenção do sistema, e a concretização de projectos que se tornaram: pequenos, pela economia familiar de subsistência das populações; médios, pela capacidade limitada de intervenção do Estado; consideráveis, pela colaboração de algumas personalidades (hipótese 8).**

[35] REIS, R., Op. cit., (19/1/69), p. 1.
[36] Entrevista nº 5, Cachão: 2004.

Onde estes vectores sustentadores funcionaram, como nas duas aldeias, somos levados a admitir que resultaram em obra utilitária, porque o **Estado, as Câmaras Municipais e algumas entidades particulares conseguiram ter algum peso nos melhoramentos económicos, sociais e culturais e nas respectivas mudanças do espaço transmontano, que se debateu entre o partir (emigração) e o ficar (povoamento) (hipótese 9).**

As ajudas concedidas ao Romeu e ao Cachão inserem-se na política traçada pelo governo central e são representativas do desenvolvimentismo e da necessária fixação das populações. O PR, o Presidente do Conselho e vários membros do governo visitaram a região, valorizaram a obra realizada nestas aldeias e fizeram com que elas se tornassem um modelo a seguir por outras povoações.

Houve um envolvimento entre o governo central e esta região, em especial entre o governo e o Romeu, o Cachão e Mirandela, o que contribuiu para a passagem de uma fase caracterizada pelo ruralismo, à semelhança do restante interior português, para uma nova fase, marcadamente integradora na pátria-mãe e no mundo local e internacional. Estas aldeias e a sua forma de economia, ligada à agricultura, foram inovadoras e antecipadoras em muitos aspectos, em relação ao todo nacional. Os seus produtos agrícolas, valorizados, encontraram novas formas de produção, de preparação e de canalização para o mercado. Os novos sistemas inovadores e modernos foram aplicados nesta região, tempo antes de o serem no país.

Coleja não pôde contar com grandes ajudas do governo central, nem do governo regional e a ajuda por parte do governo local, quando chegou, foi muito escassa para as muitas necessidades. A população, comprimida no seu estreito mundo local, encontrou sempre condições propícias à debandada.

Através da análise estabelecida para a linha temporal compreendida entre 1957 e 1974, pode comprovar-se que houve uma pequena melhoria, nos anos 60 e 70, apenas em algumas terras, de que as três aldeias deste estudo são um exemplo. Mas não houve uma ampla transformação na região: os problemas estruturais mantiveram-se os mesmos e a região continuou à espera, no seu quietismo tradicional que chegasse uma ansiada modificação, que só viria a verificar-se, após o 25 de Abril, com a adesão à CEE, com a chegada de fundos estruturais, com a criação do ensino superior e com a fixação dos recém-formados e de outros quadros técnicos.

A região transmontana, periférica, perdeu por falta de adesão ao núcleo central, por se ter dado prioridade à litoralização e ao desenvolvimento megalómano das grandes cidades, esquecendo-se o fenómeno imanente da interiorização.

Porém, a Pátria, a grande mãe de todos os espaços territoriais, aos quais tentava impor a ordem e o controle sócio-económico, político e cultural, determinou, no meio em

estudo, condicionantes e práticas específicas (hipótese 10). Este fenómeno foi uma realidade, porque não foi possível chegar com o mesmo poder impositivo e dominador a todas as "micropátrias" do nordeste transmontano, como ficou devidamente comprovado ao longo do trabalho e no início deste capítulo. Quando muito, a Pátria fez-se impor pela força da lei e da ordem, mas não resolveu nem condicionou práticas específicas, como na Coleja, porque as comunidades continuaram a depender de si próprias e mantiveram as mesmas formas de organização que tinham vigorado até então.

No Romeu e no Cachão, e em todas as terras onde o sistema funcionou, foi responsável pelo condicionamento e pela orientação projectada para a concretização de práticas específicas, normalmente direccionadas para a economia de mercado, com toda a gama de transformações que acabaram por ter reflexos na sociedade, na economia e na cultura dessas aldeias.

A Pátria deu origem a diferentes tipos de desenvolvimento das populações da região transmontana, pois o envolvimento político e económico-social entre as formas de poder (central, regional e local) e as "micropátrias" foi também diferente, tendo decorrido dessa circunstância uma abertura maior ou menor dessas comunidades rurais à ideia unificadora e modeladora (civilizadora, niveladora...) da Pátria.

Nas três aldeias, a **sociedade viveu o ruralismo à sua maneira, mas houve também algum envolvimento com a História Nacional, pelo que dela é representativa (hipótese 11).**

A ditadura salazarista visou, inicialmente, a manutenção e o reforço do poder dos grandes proprietários, em detrimento do capital industrial e financeiro. Para consubstanciar tal propósito, o regime foi «francamente reaccionário»[37], pois procurou mais conter o desenvolvimento económico do que estimulá-lo. Ao mesmo tempo, sustentou como objectivo principal a restauração dos valores tradicionais da sociedade portuguesa, uma vez que, voltada para o passado, ficaria numa situação que a colocava ao abrigo de uma evolução nefasta.

O poder do capital agrário, o ruralismo e a fixação das populações nos seus territórios decorreram destes princípios e foram conhecidos como fenómenos históricos nas três aldeias deste estudo.

O conservadorismo social foi proveitoso para os grandes proprietários e, de certo modo, para os industriais portugueses[38] que, ao longo dos anos 60, conseguiram obter um princípio de concentração capitalista, o que não estava previsto nos objectivos iniciais do regime. Este acontecimento económico-social esteve ligado na Coleja, no Cachão e no Romeu ao tipo de gestão das empresas agrícolas e agro-industriais que nelas se foram constituindo.

---

[37] MILZA, Pierre – *Les fascismes*. Paris: Éditions du Seuil, 2001, p. 393.

[38] Obs.: os jovens industriais portugueses, com uma forte ligação ao regime, beneficiaram com a interdição das greves e a inexistência de uma verdadeira pressão laboral sobre os salários.

A população destas aldeias viveu à sua maneira a sua participação na História pátria: sentiu fenómenos (sociais, económicos, culturais, políticos e religiosos)[39] como outros cidadãos de outras regiões do país; e não ficou indiferente, perante as transformações que acabaram por afectar as suas vidas.

A amálgama de sentidos levantados ajudou a comprovar como, num contexto específico em que os fenómenos ocorreram, houve uma mística social que irmanou as comunidades locais com o todo nacional, servindo-lhe de exemplo, porque se tornaram modeladores e tentaram impor-se e tornar-se válidos para todos os seus habitantes.

Na História das aldeias (Coleja, Cachão e Romeu), foi possível ver estampada a História da Nação Portuguesa, no período do Estado Novo, pois são exemplo do ruralismo e do isolamento territorial (Coleja), do capitalismo agrário (Romeu) e do desenvolvimentismo agro-industrial (Cachão).

O encontro entre a Pátria[40] e as pequenas pátrias da região transmontana deu alguns resultados (construção e reparação de estradas e de caminhos municipais; pequenas alterações na via-férrea; melhoramento das condições de vida das populações; abertura a uma economia de mercado e instalação da agro-indústria), que quebraram um pouco o isolamento. Esse envolvimento foi visível no Romeu e no Cachão, onde algo mudou, apesar de em muitas aldeias e lugares tudo ter permanecido na mesma. Estas duas aldeias sentiram o poder impositivo do Estado, após os anos 60, e a cooperação de alguns particulares, que ajudaram a resolver o atraso e o abandono em que tinham vivido as suas populações, acabando também por lhes proporcionar uma maior abertura ao exterior.

O envolvimento histórico destas duas aldeias teve mais a ver com o povoamento e com a fixação, por parte das suas gentes, pois sentiram o desejo de exercer o domínio sobre o território local, através de: compra de propriedades; cultivo de hortas e parcelas; arrendamento de propriedades; prestação de trabalhos e de serviços, ganhando jeiras ou jornas; domínio do espaço rural; inserção nos espaços económico-sociais e culturais; vivências religiosas, festivas e folclóricas.

---

[39] «...o passado português caracteriza-se por os poderes políticos, sociais e económicos terem sempre estado nas mãos de uma minoria social intimamente dependente do Estado e proporcionalmente mais reduzida do que a maioria dos países europeus». In MATOSO, José – *A identidade nacional*. 3ªed. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda., 2003, p. 107

[40] Se «a pátria é um contexto de afinidades», como a define Miguel Torga, este encontro foi essencial: para desenvolver, para romper com o isolamento, para aproximar e para ajudar a consubstanciar o arquétipo pátria. In *SENDIM: Sons da Terra. Centro de Música Tradicional Sons da Terra.* [Em linha]. [Consult. 29 Mar. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.gaitadefoles.net/grupos/sendim2.htm>. Foi também essencial, porque, continuando a citar Torga, «uma pátria é o espaço (...) onde cada natural se cumpre humana e civicamente. Só nele [...], o seu passado tem sentido e o seu presente tem futuro». In *Pátria* [Em linha] - Wikipédia. [Consult. 29 Mai. 2006]. Disponível em: <URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1tria>.

As pessoas das três aldeias assimilaram um pouco o poder modelador do ditador e foram não só capazes de o caracterizar, como também de reconhecer que o modelo de gestão que Salazar concebeu para a sua Quinta foi um modelo interiorizado para a manobra e para a forma de gestão "caseira", e de contenção, do Estado e do país.

O Estado sentiu-se limitado com tal gestão, para estender «o manto da sua unidade, o espírito de coordenação e a sua força», sobre o todo nacional, porque se mantiveram as barreiras representadas pelo relevo e pelas fracas comunicações na região transmontana, a que se juntaram outras dificuldades: o funcionamento dos serviços; a relação entre os municípios locais e entre estes e as respectivas aldeias e lugares; o controle sobre as actividades particulares e sobre a vida local.

O miserabilismo que caracterizou o todo nacional, e mesmo as aldeias envolventes do Romeu, do Cachão e da Coleja, não foi sentido nestas aldeias de uma forma tão intensa:

- 1º- a miséria foi vencida, em consequência do trabalho a que as pessoas se dedicaram, fornecido pela Casa Menéres e por alguns proprietários do Romeu; pelas quintas do Douro, na região da Coleja; e pelo CAICA, no Cachão;
- 2º - a modernidade foi chegando a estas aldeias, graças ao envolvimento do Estado central, do governo local e de alguns particulares: a electricidade, a Escola Primária, a televisão (Romeu e Cachão), o teatro, o cinema e a rádio, deram às pessoas o acesso à informação e à cultura; na Casa do Povo do Romeu, para além de sessões culturais, havia acesso ao médico. A população da área do Romeu tinha também uma farmácia para adquirir medicamentos. Nesta freguesia, houve um investimento (no aspecto social, humano e cultural) que resultou e foi um factor de sucesso. A mobilização cívica, política e cultural foi feita na freguesia de Frechas, pela respectiva Casa do Povo. A população do Cachão contou com estruturas que lhe deram acesso à saúde (Posto médico), à cultura (escolas, conferências, palestras...), à aquisição de bens alimentares e domésticos (Cooperativa);
- 3º - estas aldeias tiveram melhores condições de vida: casas renovadas, alguns móveis, ruas calcetadas e mais higiénicas, água em fontanários públicos, no Romeu; Bairro Social e casas equipadas com electricidade, sistema de esgotos, água canalizada, casa-de-banho, no Cachão; água em fontanários públicos, ruas empedradas e mais higiénicas, na Coleja;
- 4º - os meios e as vias de comunicação foram vencendo o isolamento, em relação às sedes de concelho e à sede de distrito e permitiram escoar os produtos e movimentar as localidades, trazendo novas pessoas, novas ideias, novas informações;
- 5º- a dinâmica das pessoas, incluindo a dos próprios párocos, ajudou ao convívio das populações, que acabaram por passar melhor o tempo, investindo em cultura: no Romeu, ensaiavam peças de teatro, viam filmes e televisão, tinham uma associação cultural, uma Banda

de Música e um grupo folclórico, e havia rádio e algumas fontes de informação, o que foi significativo para aquela época; o Cachão teve uma Associação Cultural com um grupo folclórico, um grupo de escuteiros e um clube de futebol e o convívio foi possível no CAT, no café, nas tabernas e na aldeia havia rádio e jornal; a Coleja teve uma associação cultural, teatro, tabernas, rádio e o jornal;

- 6º - o culto dos santos protectores animou a religiosidade das aldeias e as festas e romarias de Verão, mantendo unidas as comunidades nesta celebração: a imagem milagrosa de Nª Sª de Jerusalém, no Romeu; Santa Luzia, na Coleja e Santo Isidro, no Cachão;
- 7º - o Maria Rita e o Museu de Curiosidades, a Cantina e a Creche foram estruturas que se interligaram, resultando num factor de inserção social e de ânimo para as pessoas da freguesia do Romeu; o Cachão teve Cantina, Posto Médico, especialidades médicas, enfermeiro, Infantário e o restaurante Tição.

A partir dos anos 60, essencialmente, o Estado tornara-se um pouco mais presente, ao visitar as aldeias (Romeu e Cachão) e a região. Houve alguma intervenção do governo e dos seus ministros, houve alguns investimentos, aplicaram-se medidas programadas em Planos de Fomento e em Projectos Regionais, houve a abertura à agro-indústria e à modernização da agricultura, funcionaram os melhoramentos sociais e houve a permeabilidade do tecido social, perante o Estado, perante a sua obra e perante os actos da História nacional. Tão arrojado foi o incremento da área envolvente do Romeu e do Cachão que se tornaram modelares para o todo nacional, logo, portadores de uma marca de autenticidade histórica.

No Cachão, foram aplicados projectos ligados à agro-indústria, ao desenvolvimento regional[41], ao corporativismo e ao cooperativismo, e corresponderam à abertura ao desenvolvimentismo do governo, para acabar com o atraso, com as crises de escoamento da produção agrícola e pecuária, e para a valorização regional (construção de fábricas, estradas, barragens; introdução de novos métodos de cultivo, de extracção, de conservação de produtos e da respectiva canalização para o mercado interno e externo).

O Cachão e o Romeu tiveram projectos ajustados a uma época económica e aproveitaram a instauração do sistema de previdência social e da assistência médica e social para o mundo rural. Houve a concretização de obras públicas na região de Mirandela (Mirandela, Romeu e Cachão), o aproveitamento de recursos do turismo, a imbricação de ideias plenamente encaixadas na História nacional.

[41] «A região falhou, quanto ao desenvolvimento regional, porque entre 1957 e 1974, apesar do país mostrar um crescimento invulgar, houve um grupo de indivíduos que se tentou aproximar e apoderar de determinado poder. Isso aconteceu, deixando para trás a audição dos verdadeiros interessados no desenvolvimento regional: os agricultores rurais. Estes nunca foram ouvidos e não se lhes deu atenção». In Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).

Na Coleja, houve a necessidade de recorrer à ajuda da Câmara Municipal para a realização de pequenos melhoramentos de infra-estruturas da aldeia, pelo que ela é também representativa da História nacional, num período de dificuldades, de isolamento e de falta de condições.

O mundo limitado das aldeias, girando em torno de uma economia familiar e de práticas tradicionais fez com que cada uma delas se organizasse em torno de organismos sustentadores da sociedade. Por outras palavras, **cada aldeia organizou a sua pequena pátria, arranjando lugares sócio-económicos e culturais que as animaram e lhes deram uma vida própria (hipótese 12)**. Seriam estes pólos catalizadores da vida local, os autênticos suportes da sua economia, da sua sociedade e da sua cultura.

As muitas dificuldades, já comprovadas neste trabalho, fizeram com que as aldeias, mesmo as deste estudo, se organizassem em volta de **práticas simbólicas (religiosas, culturais) que deram corpo e sustentação às esperanças libertadoras dos transmontanos (hipótese 13)**. A libertação teve a ver com a prática colectiva de celebrar as festas e de comemorar, em que a liberdade de encontrar a comunidade empenhada criava um forte elo de ligação e a libertava das dificuldades provocadas pelo relevo, pelo isolamento, bem como pela manutenção de uma economia pouco compensadora e de um sistema político que limitava a liberdade dos cidadãos.

O encontro das populações nos lugares económico-sociais e culturais, quer para o exercício do trabalho, quer para o gozo dos seus tempos de lazer, dava unidade e reforçava o sentido colectivo da comunidade. As práticas comunitárias da entreajuda e torna-jeira caminharam nesse sentido: «Recordo a alegria no trabalho e como se ocupava os tempos livres: com sessões de cinema e peças de teatro; período de paz, de sinceridade, honra, honestidade, respeito e educação[42]; tempo de trabalho colectivo»[43].

O ciclo de renovação da natureza, ao longo do ano, a manutenção de valores genuínos, a riqueza patrimonial, a gastronomia, os romances orais e as tradições comunitárias testemunham a sobrevivência e a identidade das populações. Os fortes laços de parentesco, a religião, o folclore, as tradições, os usos e costumes levaram os habitantes a defender e a manter uma realidade cultural que animou e deu vida a um *corpus* social integrador[44].

As coerências culturais mantiveram o antigo sistema de valores, destacando-se de entre eles: os princípios estruturais da masculinidade; a continuidade dos mais velhos a dominar as famílias, a ditar valores e a controlar a tradição; a desigualdade de estatutos sociais; a hostilidade

---

[42] «As pessoas tinham fome, mas eram educadas. Este conceito de educação, respeito pelas instituições, modificou-se». In Entrevista nº 20, Romeu 2003

[43] Entrevista nº 15, Romeu 2003. Nestas aldeias, como nas aldeias comunitárias estudadas por Jorge Dias, podia ver-se «além da sua alegria exuberante e harmonia social, [...] a extraordinária fraternidade que reina entre todos». In DIAS, Jorge – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990, Vol. I, pp. 183-206. Esta forma de viver acabava por organizar a comunidade rural, por reforçar os laços sociais, por determinar as estratégias de defesa e de sustentação e por contribuir para a manutenção de um sistema económico-social e cultural.

[44] SILVA, Op. cit., p. 413.

contra o estranho; a importância das redes de parentesco e a manutenção dos valores tradicionais, tornando-os extensivos a todos os níveis de cultura.

O analfabetismo foi notável na região e teve um envolvimento decorrente do tipo de economia e das fracas aspirações sociais e culturais das populações.

O nível cultural elementar era fraco, o que fez com que as populações rurais se deixassem levar facilmente por aqueles que lhes falavam ao coração e que não ligassem muito à política, pois a política era a do governo e a dos senhores locais. Aceitavam o regime político como legítimo, pelo que se mantiveram obedientes e subordinados, devido a uma orquestração que se montou e funcionou, estabelecida pelo sistema de forças sociais locais: os notáveis (grandes proprietários, professora, o padre, médico), os ilustres e a «elite salazarista»[45].

As inaugurações, os discursos, as estreias, as solenidades, as visitas, os jogos, os desfiles e os prémios funcionaram unicamente como adereços para enquadrar, para endeusar e para dar publicidade ao regime.

As práticas políticas (eleições, cargos administrativos, corporações e outras) foram limitadores da liberdade (hipótese 13), porque não funcionou a liberdade de escolha, nem foi possível o livre debate de ideias. A liberdade esteve controlada[46], limitada, e ficaram suspensos os direitos mais elementares dos cidadãos: «não se podia falar contra a Situação, não se podia falar contra o governo»[47].

Com a criação da UN como partido único, em 1932, o regime político pretendeu obter nas eleições a maior parte de votos possíveis. Os eleitores não tinham outra escolha senão votar na UN ou abster-se, mas as abstenções eram contabilizadas com os votos sim[48].

As migrações foram sentidas de uma forma mais contida no Romeu e no Cachão, enquanto se manteve actuante o impacto de dinâmicas e de projectos que nelas foram implementados; e de uma forma intensa na Coleja, porque os factores fixadores e atractivos não se mostraram muito mobilizadores (hipótese 14).

Nas aldeias em volta do Romeu houve muita emigração, tal como na Coleja e por todo o distrito de Bragança, pois a fome, a miséria e a exploração levavam as pessoas a ter uma esperança nessa saída[49].

> «De realçar que, devido a todos estes motivos [os factores de incremento e os melhoramentos], nesta freguesia [Romeu] praticamente não existem, nem existiam famílias emigrantes, dado

[45] SILVA, Op. cit., p. 429.
[46] Entrevista nº 2, Cachão: 2004.
[47] Entrevista Nº 3, Coleja: 2004.
[48] MILZA, Op. cit., p. 394.
[49] Essas pessoas que passavam por esses problemas tinham de «colocar a esperança num além ou num amanhã situados num espaço ou num tempo imaginários». In MATOSO, Op. cit., p. 106.

também a influência da família Menéres, que dava trabalho e meios de subsistência para quantos com ela laboravam»[50].

O trabalho pago, os meios de subsistência e algumas melhorias foram sustentadores e fixadores das populações do Romeu, até 1974, e do Cachão, até depois do 25 de Abril.

A emigração foi sentida, entre 1955 e 1974, nos 12 concelhos do distrito de Bragança, tendo atingido os seguintes valores percentuais: Bragança (16,3%), Macedo de Cavaleiros (10,6%), Mogadouro (10%), Vimioso (9,3%), **Mirandela** (9,1%), Vinhais (8,7%), Moncorvo (8,6%), Miranda do Douro (8,3%), Vila Flor (6,6%), **Carrazeda de Ansiães** (6,5%), Alfândega da Fé (3,5%) e Freixo de Espada-à-Cinta (2,5%) (Anexo 65, Vol. II, p. 144).

As povoações localizadas em zonas de planalto, na Terra Fria, ofereciam poucas características económicas atractivas para as suas populações, daí a forte emigração que nelas se registou; nas povoações da Terra Quente, o clima e maiores oportunidades de trabalho condicionaram, de certo modo, a emigração. Apesar dessa generalização, o concelho de Mirandela registou alguns valores percentuais com um certo peso (9,1%), superiores aos de Carrazeda de Ansiães (6,5%).

A partir do momento em que se lançam melhoramentos de infra-estruturas e se traçam vias de comunicação, para vencer o isolamento e canalizar a produção para os mercados de consumo, estava dado o primeiro passo para a debandada. Os limites territoriais das aldeias estavam super dominados pelos grandes proprietários, que foram resistindo na forma como trabalhavam a terra, na produção que dela tiravam, nos proventos obtidos em rendas ou parcerias, na forma como pagavam aos trabalhadores pelo seu trabalho: uma agricultura de subsistência que não teve a capacidade para manter um figurino que se arrastava há muito tempo, pois estava desfasada da época.

Os Planos de Fomento e a valorização rural não tiveram um efeito 100% eficaz no processo de retenção das populações e, numa primeira perspectiva, falharam neste propósito.

No distrito de Bragança, os concelhos que nos anos 50 contiveram as suas gentes, foram aqueles que registaram, nos anos 60, uma saída em massa das mais elevadas em toda a região (Quadro VII.7, p. 467). Era impossível fugir à miséria, mantendo a sociedade aprisionada a formas ancestrais de posse e uso da terra, a formas de exploração e de tratamento da produção.

O aparecimento do Cachão e a viabilização de projectos que nasceram neste empreendimento, para se aplicarem na região, só moderadamente foram dando efeito. Os problemas eram maiores que as soluções.

Apesar da região começar a ter um sopro de mudança, não houve um sentido unificador, capaz de todos se juntarem em torno de um projecto comum mobilizador. As questiúnculas

[50] Entrevista Nº 2, Romeu: 2003.

mesquinhas continuaram a dividir e a marcar o ímpeto, de que o isolamento de cada município é um bom exemplo. Foi tardia a tendência para a união, em torno do cooperativismo e do aproveitamento da organização corporativa.

E a História nacional, representada em muitos aspectos na História local, assistiu a esta continuidade do desencontro, porque se mantiveram os estrangulamentos e as ténues energias de desenvolvimento forçaram uma grande parte das populações locais a sair para o litoral, para o ultramar ou para o estrangeiro.

O fenómeno migratório foi contido no Cachão e no Romeu, devido a: envolvimento entre o governo, as Câmaras Municipais e alguns particulares, em melhoramentos; as obras públicas; o emprego assegurado; o controle político, económico e social, ajustado ao meio e ao ambiente social; a preparação cultural para a mudança; a escolha de indivíduos que se identificavam com o regime e com a região, para cargos de relevo no governo central, no governo civil e nas Câmaras Municipais; o lançamento de algumas dinâmicas sociais que funcionaram; a modernização dos processos de conservação da produção (vinho, azeite, cortiça...), a sua canalização para o mercado e o tipo de gestão económica prevalecente nas grandes propriedades, nas quintas e no CAICA.

A emigração, onde aconteceu, melhorou a situação económica dos emigrantes e das famílias, libertando-os da miséria e da pobreza, diminuindo o poderio dos terratenentes e dos caciques locais e diluindo barreiras hierárquicas. As poupanças trouxeram a mobilidade social, proporcionaram algum enriquecimento e permitiram: adquirir a terra, ou libertá-la de uma hipoteca e de dependências, construir casa, obter apartamentos na cidade, comprar bens de consumo, fazer investimentos e depósitos bancários[51].

A emigração trouxe fontes externas de financiamento a uma economia assente na auto-subsistência, o que fez aumentar a circulação de pessoas e de bens e a economia de mercado começou a estabelecer os seus circuitos comerciais: «Esses emigrantes, se não emigravam: "Deus me livre!". A gente nem roupa tinha para vestir, agora não falta roupa. E a gente já tem a barriga cheia»[52].

O perfil psicológico e comportamental dos portugueses teve uma certa relação com a fixação e com a partida para as migrações. Assim, aqueles que ficaram, agarrados à casa-mãe, à mãe e à mãe natureza, tiveram um envolvimento psicológico, simbólico e mitológico que os marcou; mas aqueles que partiram, à procura de uma vida melhor, para si e para os seus, cultivaram a saudade e o fado como mitema, cravado no desejo de um dia regressarem à Pátria-mãe, de se libertaram de antigas dependências e de se afirmarem no mundo social da aldeia.

---

[51] SILVA, M. C., Op. cit., pp. 422-424.
[52] Entrevista nº 3 b, Romeu: 2004

As mudanças operadas não foram sustentadoras nem equilibradoras, pelo que, em 1973, a «pobre e sacrificada gente de Trás-os-Montes [ainda] aguardava pela sua promoção, esperava medidas consoladoras, sonhava com o progresso»[53].

As técnicas modernas iam penetrando nos principais centros urbanos e nos mais pequenos lugares sem, contudo, nada mudar profundamente na pobreza fundamental da região transmontana (hipótese 15): os baixos níveis de vida e de educação do povo; a estrutura tradicional da sociedade; a sua depauperada economia. Os braços fortes e a gente válida tinham emigrado; os ricos procuravam outros centros para colocação garantida dos seus capitais; os que estudaram, partiam em busca de empregos; os lavradores endividavam-se; os jornaleiros exploravam à sua maneira o solo, tentando teimosamente arrancar dele uma riqueza que lhes fugia; e mais se avolumou a distância entre a região e os lugares onde a indústria e outros factores de desenvolvimento propiciaram condições satisfatórias à população[54].

Os concelhos do sul do distrito de Bragança e, parte, integrados no nordeste transmontano (**Carrazeda de Ansiães**, Vila Flor, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e **Mirandela**), sentiram, como poucos, um atraso confrangedor e clamavam pelo desenvolvimento, procurando unir os seus interesses e necessidades[55].

Os seus municípios, com poucas receitas e muitos encargos, não podiam passar da fase de anseios, chegando raramente à dos mais indispensáveis projectos. Faltava-lhes ainda: abastecimento de água, redes de esgotos, estradas, electrificação, reconversão de culturas, fábricas e escolas. Cada vez a gente debandava em maior número e muitas aldeias tardaram em urbanizar-se.

Como os melhoramentos sociais, económicos e culturais foram escassos na região transmontana, **a acção do Estado não foi tão inclusiva e decisiva no processo de desenvolvimento da região transmontana, daí as consequências a todos os níveis.**

O distrito de Bragança precisava de aumentar o seu desenvolvimento, como forma de impedir a contínua saída das suas populações: recorrendo à fixação de indústrias, superando o lento e desgastante penar da agricultura ou as formas de viver ligadas à terra; utilizando os aproveitamentos hidroagrícolas; explorando os minérios; realizando a completa transformação e o aproveitamento dos produtos agro-pecuários[56]. Mas, muitas destas alterações só se vieram a concretizar, após o 25 de Abril.

---

[53] SARMENTO, A. Figueiredo - Terra Quente Transmontana, onde se luta e chora por uma outra realidade. *NM.* Mirandela. (19/2/73), p. 4.
[54] SARMENTO, Op. cit., (19/2/73), p. 4.
[55] SARMENTO, Op. cit., (19/2/73), p. 4.
[56] SARMENTO, Op. cit., (19/2/73), p. 4.

Em síntese, os objectivos a que se reporta este trabalho foram atingidos e as hipóteses orientadoras da pesquisa ajudaram a esclarecer a problemática apresentada. Admitiu-se, inicialmente, um envolvimento mais limitado, ou quase nulo, entre o governo central e as três aldeias, devido ao abandono a que fora votado o mundo rural transmontano. Todavia, os dados recolhidos no trabalho de heurística vieram esclarecer este pressuposto, pois se verificou uma certa implicação do Estado, não só na área envolvente do Romeu, mas também no Cachão.

A pesquisa realizada veio comprovar a representatividade dos fenómenos históricos vividos nestas aldeias transmontanas, no contexto global da História nacional, entre 1957 e 1974, pois se manifestaram e se mantiveram activos por mais tempo, devido ao isolamento territorial e à persistência de sistemas económico-sociais e culturais. A Pátria não conseguiu a tão almejada modernização da região, nem o encontro com a "alma nacional".

O desenvolvimento da região transmontana só se processou, após o 25 de Abril, mas de uma forma lenta, porque esteve afectada pelos seguintes vectores condicionadores: o ruralismo e a abertura ao exterior e à economia de mercado; a monetarização da economia; o tipo de emigração como solução; a construção de infra-estruturas; o funcionamento desajustado de estruturas políticas; as mudanças políticas; o analfabetismo; o desenvolvimentismo (a agro-indústria); o desencontro entre a região e a Pátria: a região era a mais atrasada de todas e foram fracos os resultados que surgiram para colmatar os seus estrangulamentos; a desestruturação social; a lenta urbanização do meio rural; a escolarização e o ensino...

O processo histórico de desenvolvimento das aldeias falhou, pois foi apenas parcelar e o Estado não ajudou eficazmente nesse processamento.

BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos, bibliotecas e museus de suporte à investigação:

-**Arquivo do Museu Municipal de Dra. Berta Cabral - Vila Flor:** pastas consultadas (recortes de jornais, revistas e outros documentos): Mirandela 10 (4: assuntos diversos; 6: personalidades); Carrazeda de Ansiães 3 (2: famílias; 1: assuntos diversos); Eng.º Camilo de Mendonça 3; Dr. Trigo de Negreiros 2.

-**Arquivo Distrital de Bragança:** ADBGC/AC/GCBGC - consulta de: CX: 239, LV: 1160; LV: 1161: anos 1958 a 1961/ CX: 240, LV: 1162; LV 1163: anos 1963 a 1965/ CX: 241, LV: 1164: ano de 1966/ CX: 242, LV: 1165; LV: 1166: anos de 1966 a 1969.

-**Arquivo da Sociedade Clemente Menéres**, Tombo II.

-**Museu de Curiosidades – Romeu:** sala de entrada e sala Manuel Menéres (memórias das aldeias renovadas, da região e da família Menéres).

-**Arquivo Municipal de Mirandela:** jornal Notícias de Mirandela, Estatística, Livros de Actas e de Registos da Câmara Municipal de Mirandela.

-**Núcleo Transmontano Duriense**: Biblioteca Municipal de Mirandela.

-**Biblioteca Municipal de Mirandela**: requisição de livros desta biblioteca e activação do serviço interbibliotecário.

-**Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães.**

-**Bibliotecas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.**

-**Biblioteca Pública Municipal do Porto.**

-**Biblioteca do ICS da Universidade de Lisboa**: revista Análise Social.

-**Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra** - Departamento de Antropologia.

-**Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.**

-**Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.**

-**CES - Centro de Estudos Sociais de Coimbra.**

-**Biblioteca da Assembleia da República:** documentos legislativos. Acesso, via E-mail: bib@ar.parlamento.pt.

1 - Fontes

1.1 - Fontes manuscritas ou dactilografadas

-ARAGÃO, Angelina - Livro de Registos de 22/8/1944. Data de consulta: Janeiro 2003. Páginas de um livro de cobranças (registos; empréstimo de cereal em alqueires; arrendamento (pão): leiras e respectiva renda; a fixação de rendas).

-BREVE HISTORIAL do Complexo Agro-Industrial do Cachão: 1964-1992. Cachão: AICA (Associação Comercial e Industrial do Cachão). 18/11/2002.

-Caderneta Militar de Joaquim Natal Figueiredo

-Carta do Subdirector da 1ª divisão da PIDE, de 15/7/61.

-Carta de José António Russo, morador de Coleja: 6/6/2004.

-Carta de José António Russo, morador de Coleja: 6/4/2006.

-Carta do Museu Municipal Dra. Berta Cabral – Vila Flor: 13/4/2006

-*GEOGRAPHIA D'ENTRE DOURO E MINHO E TRÁS-OS-MONTES.* Col. de manuscritos inéditos, agora dados à estampa. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919. Cit. por TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

-Livros de Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Mirandela: n.º 61, (1953/56), n.º 62 (1956); n.º 64 (Maio 1960 a Fev. 1962); n.º 66 (1963 a 1965).

-MANSO, Eng.º Ag.º António Menéres [et al.] – Planeamento Regional: relatório do sub-grupo da Lavoura para a sub-zona interior (distrito de Bragança), 3/2/1972.

-PLANEAMENTO REGIONAL: Relatório do grupo de trabalho da lavoura para a sub-região interior (Março de 1972).

-PLANO DE VALORIZAÇÃO DOS MEIOS RURAIS, editado em 1961.

-PLANO GLOBAL DE INTERVENÇÃO do Centro rural Macedo/ Mirandela. Outubro de 1996. Vol. I.

-Relatório da Agente da PIDE n.º 330/222 de 21/2/51.

-Relação da identificação dos indivíduos ouvidos em auto de declarações no processo n.º 125/50. de 20/1/54

-SERVIÇOS DE RECONHECIMENTO E ORDENAMENTO AGRÁRIO (S.R.O.A) (1951-53; apresentado em 1964). Carta Agrícola: a utilização do solo.

1.2 - Fontes impressas

1.2.1 - Periódicas (jornais e revistas)

Jornais:

-*Além-Douro*

-*Alto Tâmega*

-*Correio de Mirandela, O*

-*Comércio, O (Luanda)*

-*Comércio do Porto, O*

-*Dia, O*

-*Diário de Lisboa*

-*Diário da Manhã*

-*Diário do Norte*

-*Diário de Notícias*

-*Diário dos Açores* (15/9/58)

-*Diário Popular*

-*El Correo de Zamora*

-*Gazeta de Alijó*, ano 9, n.º 12

-*Jornal de Felgueiras, O*

-*Jornal Nordeste*

-*Lavrador n.º 1347, O*

-*Mensageiro de Bragança*

-*Notícias de Gouveia*

-*Notícias de Mirandela (NM)*

-*Notícias do Nordeste* (n.º18 16/12/1910)

-*Primeiro de Janeiro, O*

-*Século, O*

-*Torre, A*

-*Traz-os-Montes*

-*Voz, A*

Artigos de jornais:

-A acção da Caritas atinge meio milhão de pessoas. *NM.* Mirandela. (24/3/68).

-A acção da JCI em terras transmontanas. *NM.* Mirandela. (6/5/62).

-A acção da Junta de Colonização Interna em terras transmontanas. *NM.* Mirandela. (29/4/62).

-A "Aldeia Melhorada" de Vila Verdinho é um exemplo da conjugação de boas-vontades oficiais e privadas. *Diário do Norte.* Porto (12/7/63).

-A arboricultura na Terra Quente Transmontana. *NM.* Mirandela. (11/6/61).

-A arboricultura na Terra Quente Transmontana. *NM.* Mirandela. (18/6/61).

-A batalha da educação. *NM.* Mirandela. (28/5/71).

-Abono das famílias aos trabalhadores rurais. *NM.* Mirandela. (30/11/69).

-A Câmara Municipal de Mirandela - Vida Municipal. *NM.* Mirandela. (25/7/64).

-A Casa do Povo do Romeu. *NM.* Mirandela. (24/4/60).

-ADÃO, Cabral - D'ontem e D'hoje: uma rota feliz. *NM.* Mirandela. (21/4/57).

-A difusão do ensino em Portugal. *NM.* Mirandela. (31/5/59).

-A.E.C - Problemas do meio rural: a formação pessoal e social. *NM.* Mirandela. (25/2/68).

-A electrificação rural e os preços da energia. *NM.* Mirandela. (24/2/63).

-A Escola Prática de Agricultura de Mirandela. *NM.* Mirandela. (1/1/60).

-A estrada de Vilarinho, as trovoadas e o esquecimento a que foi votada. *NM.* Mirandela. (5/7/64).

-África (embarque rápido...). *NM.* Mirandela. (3/2/57).

-A.F.S. - Artesanato e motomecanização do nordeste. *NM.* Mirandela. (22/6/69).

-Ainda o Rancho Folclórico de S. Tiago. *NM.* Mirandela. (5/4/64).

-A LAVOURA NORTENHA REUNIDA NO CACHÃO prestou homenagem ao presidente da Corporação e ao fundador e orientador do importante complexo agro-industrial. *O Comércio do Porto. Porto.* (14/2/66).

-Aldeias transmontanas melhoradas. *NM.* Mirandela. (15/5/66).

-(Aldeias transmontanas melhoradas). A freguesia do Romeu e a valorização regional. *NM.* Mirandela. (22/5/66).

-Altos estudos militares. *NM.* Mirandela. (15/4/70).

-A missão da Acção Social em Trás-os-Montes. *NM.* Mirandela. (9/5/65).

-AMORFER - O que vai pelas aldeias. *NM.* Mirandela. (17/2/63).

-Anúncios publicitários. *NM.* Mirandela. (3/2/57).

-Anúncio publicitário: vem aí a televisão. *NM.* Mirandela. (17/7/60).

-Anúncio. *NM.* Mirandela. (30/4/71).

-A obra da Casa Menéres. *NM.* Mirandela. (3/11/57).

-A passagem do supremo Magistrado da Nação em Mirandela. *NM.* Mirandela. (6/9/64).

-Apoteótica recepção ao se presidente do conselho. *NM.* Mirandela. (31/8/69).

-A REDACÇÃO - Bodo aos pobres da freguesia de Mirandela. *NM.* Mirandela. (1/12/68).

-As forças vivas de Mirandela organizaram grandiosa manifestação pela criação do Liceu Nacional e reconstrução de um Bairro da Previdência. *Mensageiro de Bragança.* Bragança. (22/10/71).

-As instalações no Cachão de um moderno conjunto agro-industrial vão beneficiar a lavoura transmontana. *Diário da Manhã.* Lisboa (16/11/64).

-A Sociedade Clemente Menéres Lda. Possui no Romeu uma das maiores explorações agrícolas do país, cuja amplitude e modelar administração representam um dos valiosos factores para a economia nacional. Como foi criada pelo seu fundador Clemente Menéres. *O Século.* Lisboa. (23/4/46).

-Assistência médica e medicamentosa a todo o trabalhador rural. *NM.* Mirandela. (22/10/73).

-AUGUSTO, Carlos - Uma indústria que quer sobreviver. *NM.* Mirandela. (25/2/68).

-A visita do senhor Ministro das Corporações ao nosso concelho: inauguração da nova sede da Casa do Povo do Romeu. *NM.* Mirandela. (13/4/58).

-A visita ministerial ao concelho de Mirandela. *NM.* Mirandela. (25/7/63).

-AZEVEDO, Francisco de - Honremos os nossos heróis. *NM.* Mirandela. (9/6/68).

-BABO, Francisco de - Conheça a sua terra: obra de promoção social 1. *NM.* Mirandela. (23/4/67) e (30/4/67).

-BABO, Francisco de - Conheça a sua terra: obra de promoção social 2. *NM.* Mirandela. (7/5/67).

-BABO, Francisco – conheça a sua terra: Obra ímpar na Europa – o Cachão: fomento industrial agro-pecuário. *A Torre.* Moncorvo. (1/11/69).

-BESSA, João de Deus - Bruxarias e fantasmas. *NM.* Mirandela. (16/3/58).

- Bodo aos Pobres. *NM.* Mirandela. (1/1/57).

-BRANDÃO, António de Almeida - Necessidade urgente de alargar aos trabalhadores rurais os benefícios da previdência. *NM.* Mirandela. (19/11/67) (transcrito de O jornal de Felgueiras, de 4/11/67).

-BRANDICOURT, Joseph - Assunto palpitante!... 9 mil trabalhadores portugueses aglomerados numa «cidade de lata» em Champigny-sur-Marne, na mais abjecta promiscuidade. *NM.* Mirandela. (23/8/64). Transcrito do jornal *Messages du Secours Catholique de Paris.*

-C. - Pelo distrito. *NM.* Mirandela. (1/8/59).

-C.- A lavoura de Bragança grata ao governo. *Diário do Norte.* Porto. (14/10/69).

-CABRAL, António P. da Silva (Prof.) - O Professor primário mentalizador e benemérito. *NM.* Mirandela. (26/9/65) (transcrito de Correio da Feira, n.º 3471 de 18/9/65).

-Caixa de Previdência do distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (10/7/69).

-Campanha da hora de trabalho. *NM.* Mirandela. (22/12/63).

-Carta de um emigrante, de meados dos anos 20. *Diário de Lisboa*, 2/6/1924.

-CARSTEN, Janet - The politics of forgetting: migration, kinship and memory on the periphery of the Southeast Asian state. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n.º1. (6/1/1995).

-Casa do Povo de Mirandela. *NM.* Mirandela. (14/5/73).

-Casas económicas. *NM.* Mirandela. (6/4/58).

-Casas para operários. *NM.* Mirandela. (12/9/65).

-Casas para trabalhadores. *NM.* Mirandela. (26/12/65).

-CASEIRO, António - Plano de Fomento Agrícola Regional. *NM.* Mirandela. (5/6/60).

-CASTRO, Araújo de - Em defesa da ordem e da civilização. *NM.* Mirandela. (27/4/69).

-Centenário da Linha do Tua: «Jogos Florais e Concurso de fotografia». *NM.* Mirandela. (31/12/87).

-Comendador Manuel Menéres. *Além-Douro*. Mirandela. (30/3/74).

-Comissão do Nordeste. *NM.* Mirandela. (1/10/67).

-Comissão técnica regional do distrito de Bragança. *NM.* Mirandela. (20/10/68).

-Comparticipações: *NM.* Mirandela. (9/3/58; 23/3/58; 6/4/58; 14/4/58; 27/4/58; 13/4/58; 19/10/69; 16/11/69; 15/11/70).

-Compra de vinhos da colheita de 1958. *NM.* Mirandela. (15/3/59).

-Concurso de gado "ovino badano". *NM.* Mirandela. (17/4/60).

-CONFIADO AO DR. TRIGO DE NEGREIROS o Ministério do Interior: promove uma vasta obra de recuperação social. *O Comércio*. Luanda. 1955.

-Consciência e Franqueza. *NM.* Mirandela. (14/9/58).

-Cooperativa agrícola Riba Tua. *NM.* Mirandela. (14/6/64).

-CORREIA, João - Questões económicas: a exportação de vinho do Porto. *NM.* Mirandela. (22/9/63).

-CORREIA, João de Araújo – Aldeias Melhoradas. *O Comércio do Porto*. Porto. (1/4/67).

-CORREIA, J. – Interesses Regionais. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (29/9/67) (transcrito de Gazeta de Alijó, ano 9, n.º 12).

-CORREIA, João - Trás-os-Montes, desenvolvimento da sua agricultura. *NM.* Mirandela. (10/11/68).

-CORREIA, João - Trás-os-Montes: a produção de alimentos. *NM.* Mirandela. (4/5/69).

-Curso de extensão agrícola. *NM.* Mirandela. (9/4/61).

-Curso de podadores. *NM.* Mirandela. (14/4/60).

-Curso de podadores de sobreiros. *NM.* Mirandela. (24/12/61).

-Curso de podadores florestais. *NM.* Mirandela. (5/3/61).

-De ontem para hoje: o complexo agro-industrial do Cachão. *Diário de Lisboa.* Lisboa. (14/2/66).

-Depois do despacho ministerial!... Encontros transmontanos em Mirandela, por causa do elevado custo da energia eléctrica. *NM.* Mirandela. (4/2/71).

-Deputados Beneméritos. *NM.* Mirandela. (28/6/59).

-Direcção Escolar de Bragança. *NM.* Mirandela. (6/7/58).

-Discurso no dia da inauguração do Palácio da Justiça de Mirandela. In Jornada de progresso. *NM.* Mirandela. (15/3/64).

-Do distrito: Romeu – Aldeia das Rosas. *Mensageiro de Bragança.* Bragança. (18/4/80).

-Dr. Trigo de Negreiros. *NM.* Mirandela. (7/9/58).

-E. – Os ministros das Obras Públicas e da Saúde inauguraram importantes melhoramentos da aldeia de Vila Verdinho. *A Voz.* Lisboa. (15/7/63).

-É alargado o âmbito da lei dos melhoramentos agrícolas. *NM.* Mirandela. (2/9/62).

-Editorial: palavras e obras. *A Voz.* Lisboa. (11/4/57).

-*El Correo de Zamora* (20/9/68).

-Electricidade para todos. *NM.* Mirandela. (1/1/58).

-Eleição da mãe portuguesa de 1964. *NM.* Mirandela. (22/11/64).

-Eleições de deputados para a Assembleia Nacional. Sessão da UN e Sessão da Comissão Democrática Eleitoral. *NM.* Mirandela. (19/10/69).

-ÉMETÈ - A Previdência rural na desejada arrancada do nordeste. *NM.* Mirandela. (22/12/68).

-ÉMETÈ - Ainda sobre previdência rural. *NM.* Mirandela. (29/12/68).

-Empresas e Empreendedores da Nossa Terra. Dimensão da Casa Menéres/ Quinta do Romeu prova que é possível romper o atraso que trava a regia: De Trás-os-Montes para o Mundo. *Jornal Nordeste.* Bragança. (2/11/2004).

-Em prol dos humildes. *NM.* Mirandela. (12/3/67).

-Ensino Agrícola. *NM.* Mirandela. (25/5/58).

-Ensino oficial em Mirandela. *NM.* Mirandela. (16/11/69).

-Ensino Primário: livros únicos para a 1ª, 2ª e 3ª classes. *NM.* Mirandela. (31/8/58).

-Entrevista ao presidente da Câmara de Mirandela. *NM.* Mirandela. (25/7/68).

-Esclarecendo...o seu dono a seu dono. *NM.* Mirandela. (18/5/58).

-Escola Agrícola. *NM.* Mirandela. (18/10/59 e 25/10/59).

-Escola de Regentes Agrícolas de Mirandela. *NM*. Mirandela. (21/1/68).

-ESTEVES, Ilídio António (Eng.º Ag.º) - Algumas palavras sobre o valor da economia de Mirandela. *NM*. Mirandela. (27/1/57).

-ESTEVES, Ilídio António (Eng.º Agr.º) - Mirandela, sede das principais delegações económico-agrícolas; o seu estabelecimento agrícola mais antigo. *NM*. Mirandela. (10/2/57).

-Estrada municipal Cachão – Vilarinho das Azenhas. *NM*. Mirandela. (5/1/69).

-ETIP - Agricultura, pecuária e alimentação. *NM*. Mirandela. (1/4/62).

-Evolução económica. *NM*. Mirandela. (10/5/64).

-Exames de aptidão para Regentes de Postos de Ensino, na sede de distrito. *NM*. Mirandela. (3/2/57).

-Exibição de tractores. *NM*. Mirandela. (19/4/59).

-Exposição de colchas no Romeu. *NM*. Mirandela. (20/3/66).

-FERNANDES, João – Linha-férrea do vale do Tua (3): um açoriano escreve sobre o caminho-de-ferro de Foz - Tua a Mirandela. *NM*. Mirandela. (31/1/88).

-FERREIRA, Eduardo Franco - Construção da Sede Social da Casa do Povo de Frechas - Mirandela. *NM*. Mirandela. (7/2/65).

-FERREIRA, Júlia da Conceição (Prof.) - A carestia de vida. *NM*. Mirandela. (23/3/69) (transcrito de Notícias de Gouveia, de 15/3/69).

-FONSECA, Nascimento - Todos: por todos. *NM*. Mirandela. (28/1/68).

-Formação Agrícola. *NM*. Mirandela. (8/11/59).

-Formação profissional, reforma da previdência e necessidade de habitações. *NM*. Mirandela. (29/6/69).

-F.S. - Casas do Povo: expressão autêntica de vida rural. *NM*. Mirandela. (20/6/73).

-Fundação Manuel Menéres. *A Voz*. Lisboa. (6/6/1963).

-Golpe de estado militar derruba o governo de Marcello Caetano. *NM*. Mirandela. (30/4/74).

-GONÇALVES, João - Trás-os-Montes região "segregada". *NM*. Mirandela. (23/8/59).

-GONÇALVES, João - As nossas aldeias. *NM*. Mirandela. (3/2/63).

-GONÇALVES, João - A segada: costumes da vida agrícola regional. *NM*. Mirandela. (7/7/63).

-GONÇALVES, João - Impressões decorrentes de uma visita. *NM*. Mirandela. (19/1/64).

-GONÇALVES, João - O lavrador e a sua propriedade. *NM*. Mirandela. (7/3/65).

-GONÇALVES, João - O êxodo rural e algumas das consequências. *NM*. Mirandela. (12/12/65).

-GONÇALVES, João - A lavoura e os seus problemas. A cultura cerealífera e o problema de mão-de-obra. *NM*. Mirandela. (8/1/67).

-GONÇALVES, João - Conversas de soalheiro na aldeia. *NM*. Mirandela. (4/2/68).

-GONÇALVES, João - A feira de Mirandela de gado bovino. *NM*. Mirandela. (11/2/68).

-GRAÇA, Eng.º Quartin – Por Trás-os-Montes e Beiras. *A Voz*. Lisboa. (21/9/68).

-Grandes festividades em honra de S.Miguel em Frechas e no Cachão. *NM*. Mirandela. (15/9/68).

-Grandiosa manifestação por motivo da criação do liceu de Mirandela. *NM*. Mirandela. (11/9/66).

-Há 75 anos. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 7/9/75.

-Homenagem ao senhor Conselheiro Dr. Trigo de Negreiros. *NM*. Mirandela. (12/10/70).

-Homenagem ao senhor Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira. *NM*. Mirandela. (29/10/67 e 5/11/67).

-IGNOTUS - Voz de Vila Flor: Vila Flor...Terra Transmontana. *NM*. Mirandela. (10/2/57).

-Inauguração da barragem do Picote. *NM*. Mirandela. (12/4/59).

-Inauguração da Casa do Povo do Romeu. *NM*. Mirandela. (6/4/58).

-Inauguração da delegação clínica de Mirandela da Caixa de Previdência de Bragança. *NM*. Mirandela. (16/11/69).

-Inauguração da nova ponte sobre o rio Tua, em Abreiro. *NM*. Mirandela. (30/6/57).

-Informação agro-pecuária. *NM*. Mirandela. (8/4/62).

-Informações de interesse geral. *NM*. Mirandela. (8/11/64).

-Intercâmbio para jovens agricultores. *NM*. Mirandela. (14/2/60).

-Jeira de Deus. *NM*. Mirandela. (22/9/57).

-Jornada de esperança. *NM*. Mirandela. (14/3/65).

-Jornada de progresso. *NM*. Mirandela. (15/3/64).

-J.R. -Electrificação rural. *NM*. Mirandela. (19/5/57).

-Legião portuguesa. *NM*. Mirandela. (25/3/62).

-LEMOS, Hipólito -A emigração toma proporções de ruína nacional. *NM*. Mirandela. (21/6/59).

-L.M.— Coleja (Carrazeda de Ansiães): três cântaros de água são pretexto para maltratar professor. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (28/11/80).

-Luctuosa: na mão de Deus. *NM*. Mirandela. (1/9/57).

-Manifestação de agradecimento ao governo pela criação do Liceu Nacional. *NM*. Mirandela. (20/10/71).

-Manuel Menéres. *NM*. Mirandela. (8/5/60).

-MEDEIROS, Óscar - Finalmente a televisão. *NM*. Mirandela. (28/8/60).

-MEDEIROS, Óscar - Conversa em família. *NM*. Mirandela. (25/11/72).

-MEDEIROS, Óscar - Terrorismo em Portugal europeu. *NM*. Mirandela. (21/3/73).

-MEDEIROS, Óscar - Varanda de Mirandela. *NM*. Mirandela. (20/6/73).

-MEDEIROS, Óscar - O jornal acabou? *NM*. Mirandela. (22/10/73).

-MESQUITA, Armindo Jaime - Nomes lendários do Douro: O Cebolo da Coleja (Carrazeda de Ansiães). *Alto Tâmega*. Chaves (20/5/82).

-Mirandela rejubilou com a criação do Instituto agro-pecuário. *NM*. Mirandela. (9/2/73).

-M.N. - O que é necessário. *NM*. Mirandela. (11/4/65).

-MONTEIRO, J.G.- A emigração e seus problemas. *NM*. Mirandela. (5/1/69).

-MONTEIRO, J.G. - Promoção social. As Casas do Povo e os seus dirigentes. *NM*. Mirandela. (19/1/69).

-MONTEIRO, J.G. - O problema dos emigrantes. *NM*. Mirandela. (26/1/69).

-MORAIS, I.C. - O funcionalismo e a carestia de vida. *NM*. Mirandela. (8/5/66).

-Movimento escolar no distrito 1956/57. *NM*. Mirandela. (13/10/57).

-Na apoteótica visita do chefe de estado, Mirandela igual a si própria. *NM*. Mirandela. (20/10/71).

- Na assistência e na defesa da vida e da saúde da população: o Ministério do Interior. *O Século*. Lisboa. (28/5/56).

-Na liga dos antigos graduados da mocidade: O Eng.º Camilo de Mendonça falou sobre a situação agrícola do nordeste transmontano. *Diário de Notícias*. Lisboa. (21/3/65).

-NASCIMENTO, Eduardo do - Causas do atraso das populações rurais . *NM*. Mirandela. (24/3/57).

-NASCIMENTO, Eduardo - O trabalhador rural e o seu nível de vida. *NM*. Mirandela. (2/3/58).

-No Romeu: inauguração da luz eléctrica. *NM*. Mirandela. (23/6/57).

-NÓTULOS – Segadas em Mirandela, vêm dos lados do Douro. *NM*. Mirandela. (23/6/57).

-NOZELOS, Nuno de - O padre da aldeia. *NM*. Mirandela. (25/7/68).

-Obrigatoriedade da 4ª Classe do Ensino Primário. *NM*. Mirandela. (6/10/57).

-O cooperativismo como um humanismo. *NM*. Mirandela. (19/1/64) (transcrito da Revista A República, 7/1/64).

-O dia 1 de Agosto entrará em funcionamento o Hospital Regional de Mirandela. *NM*. Mirandela. (24/6/62).

-O distrito de Bragança: da lavoura e sua crise, à desunião das suas gentes. *NM*. Mirandela. (30/9/73).

-O fracasso escolar de não poucos jovens é muitas vezes atribuível às condições desfavoráveis em que vivem. *NM*. Mirandela. (30/11/69).

-O maior mirandelense. *NM*. Mirandela. (16/2/64).

-O novo chefe do distrito. *NM*. Mirandela. (1/12/68).

-«O país colabora num esforço ponderado de renovação» - afirmou no discurso de posse o novo governador de Portalegre. *Diário de Notícias*. Lisboa. (23/1/70).

-O Presidente do Conselho visita o distrito de Bragança. Encontro com lavradores do Nordeste transmontano. *A Capital*. Lisboa. (27/8/69).

-O Presidente na aldeia modelo. *Diário de Notícias*. Lisboa. (1/9/64).

-Orçamento geral do estado. *NM*. Mirandela. (6/1/63).

-O Restaurante Maria Rita: um caso à parte. *NM*. Mirandela. (5/6/66).

-O senhor Ministro das Corporações inaugurou, no passado dia 7, a Casa do Povo do Romeu. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (7/4/58).

-Os distritos de Bragança e Vila Real tratam em Mirandela do complexo hidroeléctrico de Rebordelo. *NM*. Mirandela. (4/5/73).

-Os Ministros das Obras Públicas e Assistência no Romeu. *NM*. Mirandela. (30/5/65).

-Os rurais já têm abono de família. *NM*. Mirandela. (9/11/69).

-Ouvindo falar de nós: vento do nordeste. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (8/10/71).

-Pagamento da taxa militar. *NM*. Mirandela. (30/6/57).

-PINTO, Cirilo – Linha do Tua 1º Centenário. *NM*. Mirandela. (30/9/87).

-Plano de Educação Popular. *NM*. Mirandela. (26/5/57).

-Poda de sobreiros. *NM*. Mirandela. (1/1/60).

-Por Terras de Trás-os-Montes: Turismo e Gastronomia. As três aldeias melhoradas de Romeu. *A Torre*. Moncorvo. (30/11/66).

-Posse do novo governador do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (29/11/64).

-Posse do novo presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. *NM*. Mirandela. (31/1/65).

-Posse do Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. *NM*. Mirandela. (20/4/69).

-Posse do presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela. *NM*. Mirandela. (28/5/70).

-Problema transmontano de interesse nacional. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (21/3/65).

-Progresso e ensino. *NM*. Mirandela. (25/7/64).

-Propaganda Turística de Portugal. *NM*. Mirandela. (25/8/57).

-Propriedades em venda no Cachão. *NM*. Mirandela. (18/10/64).

-Propriedades para venda no lugar de Cachão - freguesia de Frechas. *NM*. Mirandela. (1/12/63).

-Que a CP nos oiça. *NM*. Mirandela. (15/11/73).

-Quem são os nossos deputados?!...*NM*. Mirandela. (27/10/57).

-Radiotelevisão. *NM*. Mirandela. (20/9/59).

-Recenseamento dos chefes de família. *NM*. Mirandela. (24/2/63).

-Rega por aspersão. *NM*. Mirandela. (4/4/65).

-Regime especial de abono de família aos rurais. *NM*. Mirandela. (9/11/69).

-REIS, Rogério - Um problema nacional: electrificação. *NM*. Mirandela. (23/2/58).

-REIS, Rogério - O aproveitamento da electricidade. *NM*. Mirandela. (23/3/58).

-REIS, Rogério – Emigração. *NM*. Mirandela. (30/3/58) e (28/8/60).
-REIS, Rogério - Êxodo rural. *NM*. Mirandela. (6/4/58) e (28/4/63).
-REIS, Rogério - Afirmações oportunas. *NM*. Mirandela. (23/11/58).
-REIS, Rogério - Elevação rural. *NM*. Mirandela. (1/1/59).
-REIS, Rogério - Electrificação. *NM*. Mirandela. (29/3/59).
-REIS, Rogério - Progresso Agrícola. *NM*. Mirandela. (11/10/59).
-REIS, Rogério - Ensino Primário. *NM*. Mirandela. (17/1/60).
-REIS, Rogério dos - Hora do urbanismo. *NM*. Mirandela. (24/1/60).
-REIS, Rogério - Bem-estar rural. *NM*. Mirandela. (6/3/60).
-REIS, Rogério – Electrificação. *NM*. Mirandela. (1/5/60).
-REIS, Rogério - Rumo novo. *NM*. Mirandela. (29/5/60).
-REIS, Rogério - Visita oportuna. *NM*. Mirandela. (19/6/60).
-REIS, Rogério – Electrificação. *NM*. Mirandela. (26/6/60).
-REIS, Rogério - Justiça Necrológica? *NM*. Mirandela. (3/7/60).
-REIS, Rogério -Trabalho e riqueza. *NM*. Mirandela. (4/9/60).
-REIS, Rogério - Da aldeia à cidade. *NM*. Mirandela. (11/9/60).
-REIS, Rogério -Mandato cumprido. *NM*. Mirandela. (29/10/61).
-REIS, Rogério - O poder eléctrico. *NM*. Mirandela. (11/3/62).
-REIS, Rogério - A electricidade e os números. *NM*. Mirandela. (1/4/62).
-REIS, Rogério - O Ministério da Agricultura. *NM*. Mirandela. (22/4/62).
-REIS, Rogério - Trabalho e Previdência. *NM*. Mirandela. (29/4/62).
-REIS, Rogério - Casas do Povo. *NM*. Mirandela. (25/11/62).
-REIS, Rogério - Desenvolvimento regional. *NM*. Mirandela. (3/3/63).
-REIS, Rogério - Hora de justiça. *NM*. Mirandela. (7/4/63).
-REIS, Rogério - Valorização da vida rural (2). *NM*. Mirandela. (26/5/63).
-REIS, Rogério - Educação e Ensino. *NM*. Mirandela. (18/8/63).
-REIS, Rogério - Jornadas agrícolas. *NM*. Mirandela. (27/10/63).
-REIS, Rogério - Um problema nacional. *NM*. Mirandela. (3/11/63).
-REIS, Rogério - Ensino Primário. *NM*. Mirandela. (10/11/63).
-REIS, Rogério - O dinheiro da Nação. *NM*. Mirandela. (8/12/63).
-REIS, Rogério - Protecção ao trabalho. *NM*. Mirandela. (15/12/63).
-REIS, Rogério - Uma nova riqueza. *NM*. Mirandela. (19/1/64).
-REIS, Rogério - A educação: batalha de sempre. *NM*. Mirandela. (23/2/64).
-REIS, Rogério - Mirandela, vila remoçada. *NM*. Mirandela. (8/4/64).
-REIS, Rogério – Um grande mirandelense. *NM*. Mirandela. (20/12/64).

-REIS, Rogério - Progresso transmontano. *NM*. Mirandela. (3/1/65).

-REIS, Rogério - Render da guarda. *NM*. Mirandela. (21/2/65).

-REIS, Rogério - Administração municipal. *NM*. Mirandela. (7/3/65).

-REIS, Rogério - A justiça da história. *NM*. Mirandela. (28/3/65).

-REIS, Rogério - Aldeias humildes. *NM*. Mirandela. (9/5/65).

-REIS, Rogério - Emigrações e povoamento. *NM*. Mirandela. (9/5/65, 16/5/65 e 23/5/65).

-REIS, Rogério - Mirandela e o turismo. *NM*. Mirandela. (6/6/65).

-REIS, Rogério - E em Mirandela? *NM*. Mirandela. (26/9/65).

-REIS, Rogério - A infra-estrutura turística em Mirandela. *NM*. Mirandela. (3/10/65).

-REIS, Rogério - Necessidades de Mirandela. *NM*. Mirandela. (24/4/66).

-REIS, Rogério - O progresso que precisamos. *NM*. Mirandela. (1/5/66).

-REIS, Rogério - 40 anos de progresso. *NM*. Mirandela. (7/8/66).

-REIS, Rogério - 40º aniversário da revolução nacional e o distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (4/9/66).

-REIS, Rogério - O plano comemorativo no concelho de Mirandela. *NM*. Mirandela. (2/10/66).

-REIS, Rogério - Temas económico-sociais I: a viação rural e a economia do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (6/11/66).

-REIS, Rogério - Temas económico-sociais III B: A viação rural e o concelho de Mirandela. *NM*. Mirandela. (27/11/66).

-REIS, Rogério -Temas económico-sociais III C: A viação rural e o concelho de Mirandela. *NM*. Mirandela. (4/12/66).

-REIS, Rogério - Temas económico-sociais V: O fomento educacional do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (25/12/66).

-REIS, Rogério - Progresso económico e valorização humana do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (5/2/67).

-REIS, Rogério - O futuro do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (12/2/67).

-REIS, Rogério - Progresso e planificação regional. *NM*. Mirandela. (19/3/67).

-REIS, Rogério - Mirandela e o centro da FNAT. *NM*. Mirandela. (21/5/67).

-REIS, Rogério - Frechas e a sua Casa do Povo. *NM*. Mirandela. (16/7/67).

-REIS, Rogério - Um discurso elegante. *NM*. Mirandela. (23/7/67).

-REIS, Rogério - A CP e o progresso de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (3/9/67).

-REIS, Rogério - A crise do azeite. *NM*. Mirandela. (19/11/67).

-REIS, Rogério - Na hora de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (17/12/67).

-REIS, Rogério - Água para Vila Flor. *NM*. Mirandela. (28/1/68).

-REIS, Rogério - Vida municipal. *NM*. Mirandela. (4/2/68).

-REIS, Rogério - Mirandela e o III plano de fomento. *NM*. Mirandela. (11/2/68).

-REIS, Rogério - Nordeste: a realidade desconhecida. *NM*. Mirandela. (17/3/68).

-REIS, Rogério - Trás-os-Montes e as comunicações ferroviárias. *NM*. Mirandela. (9/6/68).

-REIS, Rogério - Beneficiação da linha do Tua. *NM*. Mirandela. (30/6/68).

-REIS, Rogério - Valorização da vida rural (4). *NM*. Mirandela. (30/6/68).

-REIS, Rogério - A água: uma riqueza potencial do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (25/7/68).

-REIS, Rogério - O Cachão e as comunicações ferroviárias. *NM*. Mirandela. (15/9/68).

-REIS, Rogério - Servindo a nação. *NM*. Mirandela. (29/9/68).

-REIS, Rogério - A personificação do dever. *NM*. Mirandela. (6/10/68).

-REIS, Rogério - Uma esperança da pátria. *NM*. Mirandela. (13/10/68).

-REIS, Rogério - Mirandelense, estadista e benemérito. *NM*. Mirandela. (3/11/68).

-REIS, Rogério - O distrito de Bragança e as comunicações rodoviárias. *NM*. Mirandela. (1/12/68 e 8/12/68) (Boletim da CP: dados de 1973).

-REIS, Rogério - Por terras do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (15/12/68).

-REIS, Rogério – A Alma e a vida de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (22/12/68).

-REIS, Rogério - União Nacional, continuidade e renovação. *NM*. Mirandela. (5/1/69).

-REIS, Rogério. A dimensão de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (19/1/69).

-REIS, Rogério – Trás-os-Montes, potencial turístico a valorizar. *NM*. Mirandela. (1/6/69).

-REIS, Rogério - A linha do Tua e a estação de Cachão. *NM*. Mirandela. (31/8/69).

-REIS, Rogério - O significado de uma lição de civismo. *NM*. Mirandela. (2/11/69).

-REIS, Rogério - Um problema de sempre: a emigração. *NM*. Mirandela. (30/11/69).

-REIS, Rogério - A Emigração, problema de sempre (2). *NM*. Mirandela. (7/12/69).

-REIS, Rogério. A comunidade necessária. *NM*. Mirandela. (15/4/70).

-REIS, Rogério - Electrificação da província de Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (20/12/70).

-REIS, Rogério - O grande problema do distrito de Bragança. *NM*. Mirandela. (4/2/71).

-REIS, Rogério - Mirandela, elemento motor para o progresso do nordeste transmontano. *NM*. Mirandela. (24/11/71).

-REPÓRTER Z- Falando de turismo. *NM*. Mirandela. (25/7/64).

-Ressurgimento nacional. *NM*. Mirandela. (23/6/57).

-Reunião da Comissão de Melhoramentos do Nordeste. *NM*. Mirandela. (26/1/69).

-ROCHA, Ferreira da - Alegria no trabalho. *NM*. Mirandela. (28/11/65).

-ROCHA, Ferreira da - Penosa missão de educar: uma recordação. *NM*. Mirandela. (20/2/66).

-ROCHA, Ferreira da - O custo de vida. *NM*. Mirandela. (27/10/68).

-RODRIGUES, Fernando de Jesus – Carrazeda de Ansiães. Estrada Municipal de Coleja: um exemplo. *Mensageiro de Bragança*. Bragança. (19/6/70).

-RODRIGUES, Manuel – Abençoada Terra: os transmontanos no governo da Nação. *Traz-os-Montes*. Lisboa. (16/9/50).

-RURAL - Rumo à melhoria do nível de vida do trabalhador rural. *NM*. Mirandela. (26/6/66).

-SAFA – Miradouro. *NM*. Mirandela. (24/2/57).

-Salazar: benemérito da Pátria. *NM*. Mirandela. (2/5/65).

-SANTOS, Henrique dos - Os três pilares da riqueza. *NM*. Mirandela. (11/7/65).

-SARMENTO, A. Figueiredo – Miradouro. *NM*. Mirandela. (7/4/57).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Algumas notas sobre a Brigada Técnica da III Região e seu grande impulsionador. *NM*. Mirandela. (3/8/57).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Mirandela e o seu caminho de ferro... *NM*. Mirandela. (2/11/58).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Jornais de Mirandela. *NM*. Mirandela. (1/1/59)

-SARMENTO, A. Figueiredo – Mirandela. *NM*. Mirandela. (31/7/60).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Ensino oficial agrícola, comercial e industrial. *NM*. Mirandela. (8/1/61).

-SARMENTO, A.F. - A escola técnica de Mirandela: manifestação de regozijo. *NM*. Mirandela. (25/10/64).

-SARMENTO, A. Figueiredo - O ensino agrícola e a necessidade da escola de regentes em Trás-os-Montes. *NM*. Mirandela. (7/2/65).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Há sempre um Portugal desconhecido que espera por si: turismo nalgumas terras do nordeste transmontano. *NM*. Mirandela. (21/9/69).

-SARMENTO, A. Figueiredo - A habitação como meio de valorização do seguro social. *NM*. Mirandela. (31/12/69).

-SARMENTO, A. Figueiredo - O êxodo rural e a lavoura da Terra Quente Transmontana. *NM*. Mirandela. (24/10/70) (transcrito de O Lavrador n.º 1347).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Terra Quente Transmontana, onde se luta e chora por uma outra realidade. *NM*. Mirandela. (19/2/73).

-SARMENTO, A. Figueiredo - Mirandela igual a si própria. *NM*. Mirandela. (30/4/74).

-Sede Bem-vindo. *NM*. Mirandela. (8/3/64).

-Semana de estudos regionais. *NM*. Mirandela. (13/10/63 e 20/10/63).

-Sempre presentes. *NM*. Mirandela. (30/5/65).

-Serão para trabalhadores. *NM*. Mirandela. (28/8/60 e 27/8/61).

-Sessão da Comissão Democrática Eleitoral. *NM*. Mirandela. (19/10/69).

-Sétima coluna: O sonho, o homem e a obra. *A Voz*. Lisboa. (12/12/68).

-SILVA MARQUES, A. - A barragem de Bemposta. *NM*. Mirandela. (8/11/64).

-SOCIEDADE DE PROFILAXIA SOCIAL - O respeito que se deve ter ao pai e à mãe. *NM*. Mirandela. (7/6/59).

-SOUSA, Carlos Pegado e - Sejamos, acima de tudo, portugueses. *NM*. Mirandela. (23/3/69).

-Subsecretário de Estado da Educação Nacional. *NM*. Mirandela. (15/1/61).

-Subsídios: *NM* Mirandela. (11/5/58).

-S.V. - A voz da Nação. *NM*. Mirandela. (28/2/65).

-Técnicos da Junta Nacional das Frutas. *NM*. Mirandela. (22/9/57).

-Televisão. *NM*. Mirandela. (21/8/60).

-Tópicos da vida nacional. *NM*. Mirandela. (9/8/64).

-TRANSMONTANO - Remexendo a Terra!... As destilarias de figo. *NM*. Mirandela. (9/12/62).

-Uma dívida em aberto. *NM*. Mirandela. (23/8/64).

-Uma hora de trabalho para os nossos militares. *NM*. Mirandela. (5/6/66).

-Um milhão de peregrinos em Fátima. *NM*. Mirandela. (19/1/58).

-UM MIRANDELENSE – Casa dos pobres de Mirandela (pequena resenha da sua História). *NM*. Mirandela. (3/8/57).

-Um passo em frente.... *NM*. Mirandela. (31/3/63).

-UM VALE DE LÁGRIMAS - Da realidade, ao sonho da lavoura transmontana. *NM*. Mirandela. (15/4/62).

-UM VICENTINO - Conferência de S. Vicente de Paula. *NM*. Mirandela. (8/12/68).

-VAZ PIRES, Jorge Dinis (carta) - Justa Homenagem. *NM*. Mirandela. (25/7/64).

-Veja na Tv. *NM*. Mirandela. (7/1/71).

- Vida Municipal. *NM*. Mirandela. (24/1/60; 4/9/60 e 13/8/61).

-VILARES, Santos - Caminhos paralelos. *NM*. Mirandela. (26/4/64).

-VILARES, Santos - Viagem presidencial. *NM*. Mirandela. (23/8/64).

-VILARES, Santos - É Portugal que passa... *NM*. Mirandela. (30/8/64).

-VILARES, Santos - Aquela estrada... *NM*. Mirandela. (13/9/64).

-VILARES, Santos - A grande miragem de além Pirinéus... *NM*. Mirandela. (24/1/65).

-VILARES, Santos -"Cidadão da Pátria" 27 de Abril de 1928. *NM*. Mirandela. (1/5/66).

-VILARES, Santos - Comissão de melhoramentos do Nordeste. *NM*. Mirandela. (8/10/67).

-VILARES, Santos - Sua Ex.^{cia} o comboio... *NM*. Mirandela. (2/11/69).

-VILARES, Santos - O problema habitacional ou a crise na abundância. *NM*. Mirandela. (9/11/69).

-Vinho do Porto produzido em Mirandela. *Jornal Nordeste*. Bragança. (2/11/2004).

-Visita da S^{a} de Fátima. *NM*. Mirandela. (4/4/65).

-Visita de Técnicos Silvicultores. *NM*. Mirandela. (2/10/60).

-Visita do secretário de Estado do trabalho e previdência ao nordeste transmontano. *NM*. Mirandela. (18/7/70).

-Visita ministerial. *NM*. Mirandela. (1/5/60 e 14/7/63).

-Visita ministerial ao nosso concelho. *NM*. Mirandela. (8/5/60).

-Visita ministerial a Mirandela. *NM*. Mirandela. (26/6/66).

-Visita ministerial ao concelho de Mirandela. *NM*. Mirandela. (23/7/67).

-Visita oficial do chefe de estado à vila de Mirandela. *NM*. Mirandela. (4/10/70).

-Zona de silêncio. *NM*. Mirandela. (7/4/57).

Revistas:

-*Análise Social*

-*Boletim da História*

-*Economia e Sociologia*

-*Estudos Contemporâneos*

-*Estudos Políticos e Sociais*

-*Historiens - Géographes*

-*Ler História*

-*Les Temps Modernes*

-*Observador, O*

-*Projecto História*

-*Revista Crítica de Ciências Sociais*

-*Revista Ética e História Oral*

-*Revista Le Monde des Débats*

-*Revista Ultramar*

-*Revue de Synthèse Historique*

-*Século Ilustrado, O*

-*Tempo Livre*. Lisboa: INATEL

-*TERRA NORDESTE*: revista de Informação Turística do Nordeste Transmontano. Macedo de Cavaleiros: Terra Nordeste Edições, 2004.

-*The Scandinavian Economic History Review*

-*Vida Rural*

Artigos e trabalhos publicados em revistas:

AMORIM, Roby – Nordeste: tempo de esperança. Conclusão: do melhoramento das aldeias ao "eterno" problema da batata. *O Século Ilustrado* n.º 1579.Lisboa. (6/4/68).

ANDRADE, Inácio Rebelo de - Difusão de inovação e extensão rural em Portugal. *Economia e Sociologia*, n.º 44 (1987).

BAGANHA, Maria Ioannis Benis - As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XXIX, n.º 128 (1994).

BAPTISTA, Fernando Oliveira – Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos 30-1974). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n.º 7/8 (Dez. 1981).

BARDINI, Carlo, CARRERAS, Albert e LAINS, Pedro - The national accounts for Italy, Spain and Portugal. *The Scandinavian Economic History Review*, 1995. Vol. 43.

BLOCH, Marc - Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre. *Revue de Synthèse Historique*, 1991

BRAUDEL, Fernand - História e Sociologia. *Boletim da História*. Rio de Janeiro, ano III, n.º 6 (Jan. - Jun. 1961)

BRAUN, Sam - Mémoire ou passé? *Revista Le Monde des Débats*. Janeiro de 2000.

CORREIA, Luís Grosso - «Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação». O sistema educativo no Estado Novo. *Revista Ler História*. Lisboa: ISCTE/CEHC, n.º 35 (1998.p.86.

CRISTÓVÃO, Artur - Mudam-se os tempos... mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de integração entre investigadores, extensionistas e agricultores. *Vida Rural*, Março 1997.

CRUZ, Manuel Braga da - O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XVIII. N.º 70 (1982).

CUTILEIRO, José - Ricos e pobres no Alentejo. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. IX. N.º 34 (1972).

DIAZ, José Maria Cardesin – Ricos labradores, caseiros y camameiros: transformaciones económicas y juridico-politicas, y estructura social en una aldea de Galicia-NW de España. *Revista Ler História*. Lisboa: ISCTE/CEHC, n.º 23 (1993).

HALBWACHS, Maurice - La mémoire collective chez les musiciens. *Revue Philosophique*, n.º 127 (1939), p.136-165.

LAMBELHO, Glória – INATEL: setenta anos de cultura, desporto e turismo social. *Tempo Livre*. Lisboa, INATEL, revista n.º 161, Junho 2005.

LUCENA, Manuel de – Salazar, a «fórmula» da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XXXVI, n.º 110 (1991).

MASSERET, Jean-Pierre - La politique de mémoire au service de la citoyenneté. *Historiens - Géographes*, n.º 362 (Junho - Julho de 1998).

MENDES, José Luís Ferreira – Do "imobilismo" à mudança acelerada nos meios rurais. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. X, n.º 38 (1973).

NAZARETH, Joaquim Manuel - A demografia Portuguesa do Século XX: principais linhas de evolução e transformação. *Análise Social*, Lisboa, ICS. Vol. XXI, N.º 87-88-89 (1985).

NETO, João Pereira - Política de desenvolvimento comunitário nas Províncias Portuguesas de África. *Revista Ultramar* n.º 9, Julho/Setembro 1962.

NEVES, João L. César das – O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XXIX, n.º 128 (1994 - 4º).

NIETHAMMER, Luiz - Conjuntura de identidade colectiva. *Revista Ética e História Oral*: projecto História. São Paulo, n° 15 (Abr.1997).

NO NORDESTE CRESCE O PÃO. *Observador*. Lisboa. (12/11/71).

NOGUEIRA, M Dias e SERAFIM, F. Doutel - Reflexões sobre investigação agrária e extensão rural. In *Vida Rural*, n.º 12 (1991).

NORA, Pierre - Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projecto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-SP, n.º 10 (1993).

O'NEILL, Brian Juan - Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana, desde 1896. Porto: [s.n.], 1981.In Sep. de *Estudos Contemporâneos*. Porto. N.º 2-3 (1981).

O'NEILL, Brian Juan - Trabalho cooperativo numa aldeia no Norte de Portugal. *Análise Social*: Lisboa, ICS, Vol. XVIII, n.º 70 (1982).

PAIS, José Machado [et al.] - Elementos para a História do Fascismo nos Campos: A «Campanha do Trigo: 1928-38». *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XIV, n.º 54 (1978).

PARA ONDE CORRE O AZEITE. Mais um depoimento. *Observador*. Lisboa. (12 a18/3/71).

POLLACK, Michael - Memória, Esquecimento, Silêncio. In *Estudos Históricos*. CPDOC/FGV: Rio de Janeiro, n.º 3 (1989).

RAMOS, Rui – Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporânea. *Análise Social*, Vol. XXIV, n.º 103-104 (1988).

REIS, José – A economia agrária e a pequena agricultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n.º 7/8 (Dez. 1981).

REIS, José – Território e Sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as Economias Locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES, n.º 25/26 (Dezembro 1988).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz - As "micropátrias" do interior português. *Análise Social*, Lisboa, ICS. Vol. XXIII, n.º 98 (1984).

ROUSSO, Henry - Réflexions sur l'émergence de la notion de mémoire. *Histoire et Mémoire*. CRDP de Grenoble, 1998.

SERRÃO, Joel – Notas sobre a Emigração e Mudança Social no Portugal Contemporâneo. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XXI, n.º 87-88-89 (1985).

SILVA, Manuela - Crescimento Económico e pobreza em Portugal (1950-1974). *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XVIII (72-74) (1982).

SILVA, Manuel Carlos - «Camponeses nortenhos: «conservadorismo» ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?». *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. XXIII (97) (1987).

SILVA, Maria Manuela da – Assimetrias espaciais do Progresso no Continente Português. *Análise Social*: Lisboa, ICS. Vol. II, n.º 6 (1964).

SOUSA, Alfredo de - Organização e programas de desenvolvimento comunitário. Junta Provincial de Povoamento de Angola. In *Separata da Revista Estudos Políticos e Sociais,* n.º 3. Vol I (1963).

TAVARES, Jean – "Les paysans, l'église et la politique dans un village portugais. *Les Temps modernes,* n.º 360, Paris, 1976.

TEMAS EM DEBATE: vento do nordeste. *Observador,* n.º 32. Lisboa. (24/9/71).

THOMPSON, Alistair - Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projecto História*. Revista do programa de estudos pós-graduados em História. PUC-SP, (Abr.1997) n.º 15.

1.2.2 - Outras fontes impressas

Agendas culturais:

-AGENDA DA CULTURA E LAZER da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Março a Setembro de 2004.

-AGENDA MIRANDELA. Mirandela: edição da Câmara Municipal de Mirandela, n.º10 (20/2/2003); n.º 12 (30/4/2003); n.º 46 (28/2/2006).

Boletins:

-Boletim "Amigos de Bragança", O (Janeiro 63; n.º 6 Nov. 1968)

-Boletim Anual da SECP, 1991 a 1998 In BAGANHA, Maria Ioannis B. – As correntes emigratórias portuguesas no séc.XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social* Lisboa, ICS. Vol. XXIX, N.º 128 (1994)

-Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração: 1960-70 e 1964/70.

-Boletim da CP: dados de 1973.

-Boletim da Junta de Emigração de 1969.

-Boletim Estatístico da CP de Junho de 1968.

-Boletim Geral de Informação da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários

-Boletim Informativo Nordeste. CAICA, SARL: Cachão - Mirandela, ano 3, n.º 15 (Jan. Jul. 1982).

-*NORDESTE*: Boletim da Organização Regional da Lavoura. Bragança. FGLNT, n.º 6 (Jun.65); nº 10 (Out. 65), n.º 12 (Dez. 65), n.º 13 (Jan. 66), (Cit. por *NM*, 11/5/69); n.º 15 (Dez. 66); n.º 18 (Abr. 67); n.º 20 (Jul.Ag.67); n.º 33 (Mai. - Jun. 69).

Artigos informativos publicados em boletins:

-A situação do ensino técnico em Mirandela e a criação de uma Escola de Regentes Agrícolas. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 1 (Jan. 1965).

-*Boletim dos Amigos de Bragança* (Jan. de 1963).

-COSTA, Silva - Portugal: país macrocéfalo. *Diário de Lisboa*, 28/11 a 7/12/1969. In *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 15 (Dez. 1966).

-Discurso do Ministro da Justiça, Prof. Antunes Varela, no dia da inauguração do Palácio da Justiça de Sabugal. In *O Século*, 19/11/1966, transcrito pelo *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 15 (Dez. 1966).

-E.C. – Ronda Bragançana. *Boletim "Amigos de Bragança"*, n.º 6. (Nov. 1968).

-Efemérides do Cachão : curso de tosquia mecânica. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 33 (Mai./Jun.69).

-Em Mirandela e Vilarelhos (Alfandegada Fé) realizou-se um Curso de Tosquia Mecânica. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 18, (Abr. 1967).

-Fomento habitacional. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 18 (Abr. 1967).

-JOMAR- Homenagem justa. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 20 (Jul. Ag. 1967).

-LIMA, Raul de - A rega e os aproveitamentos hidráulicos no distrito de Bragança. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 5 (Mai. 65).

-Palavras do Prof. Antunes Varela: «Importa estimular todos os meios de combate à emigração». *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 15 (Dez. 1966), (transcrito de O Século, 19/11/66).

-RIBEIRO, José Alves - Cooperativa Agrícola Ribadouro. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 33 (Mai. – Jun. 1969).

-Visita do Eng.º Arantes e Oliveira. *NORDESTE*, boletim da organização regional da Lavoura. Bragança: Edição da FGLNT, n.º 15 (Dez. 1966).

Cartas e mapas:

-CARTA MILITAR ITINERÁRIA DE PORTUGAL CONTINENTAL. 2ªed. [Material cartográfico]/ Instituto Geográfico do Exército. Escala: 1/500 000.Lisboa, 2002.

-MAPA DA REGIÃO [Em linha]. [Material cartográfico]/Consult. 25 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.radioansiaes.nostri.pt/regiao.asp>.

-MAPA DA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO [Em linha]. [Material Cartográfico]/[Consult. 19 Jun. 2005].
Disponível em: <URL: http://www.cenarios.com/mapa.php?lingua=pt>.

-MAPA DO CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES [Em linha]. [Material Cartográfico]/ [consult. 20 Nov. 2005]. Escala: 1/500 000.
Disponível em: <URL: http://portugalia.free.fr/distritos/04/0403.htm>.

-MAPA DO CONCELHO DE MIRANDELA [Em linha]. [Material Cartográfico]/ [consult. 20 Jun. 2005]. Escala:1/500 000. Disponível em: <URL: http://portugalia.free.fr/distritos/04/0407.htm>.

Fontes estatísticas:

-A Emigração Portuguesa: dados estatísticos retrospectivos (1966-1990). Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Europeias. Lisboa.

-Análise demográfica da Região Norte – Porto: Comissão do Planeamento de Região Norte (1974). Lisboa: INE.

-Anuário Estatístico (1964). Lisboa: INE

-Anuário Estatístico (1968). Vol. I. Lisboa: INE

-Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos (1964). Lisboa: INE

-Arquivos Estatísticos (1955-64). Lisboa: INE

-Censos 2001. Lisboa: INE

-Comissão Reguladora das Moagens de Ramas: Estatística Industrial 1963 e 1966

-D.G.M e S.G. Estatística Industrial (1963 e 1966)

-Estatística Agrícola (1964). Lisboa: INE.

-Estatísticas de 1957. Lisboa: INE

-Estudo do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

-Gado e Animais de Capoeira (15/12/1955). Lisboa: INE

-INQUÉRITO À HABITAÇÃO RURAL. Lisboa, Imprensa Nacional. Vol. I.

-Inquérito às explorações agrícolas do Continente (1952-54). Lisboa: INE.

-Inquérito às explorações agrícolas do Continente (1964). Lisboa: INE.

-Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente (1968). Lisboa: INE

-Junta Nacional da Cortiça (Estatística Industrial 1963 e 1966). INE: Lisboa

-Recenseamento Geral da População (1864 a 1960). Lisboa: INE.

-Recenseamento Geral da População (1940 a 1981). Lisboa: INE.

-Recenseamento Geral da População (1940 a 1970). Lisboa: INE.

-IX, X, XI, XII recenseamentos da população, estatísticas demográficas. Lisboa: INE.

-Um Retrato Estatístico: 30 anos de 25 de Abril [CD-ROM]. Lisboa: INE, [2004].

Diário do Governo:

- Definição das condições para se ser eleitor e eleito para vogal da Junta de Freguesia. Decreto-Lei n.º 19.694. Diário do Governo. I Série. (1931-05-05).

-Regulamentação do direito de reunião. Decreto-Lei n.º 22.468. Diário do Governo. I Série. N.º 83 (1933-04-11).

-Regulamentação da censura prévia às publicações gráficas. Decreto-Lei n.º 22.469. Diário do Governo. I Série. N.º 83 (1933-04-11).

-Criação da Comissão Reguladora das Moagens de Ramas. Decreto-Lei n.º 26.695. Diário do Governo. I Série. (1936-06-16).

-Manutenção da capacidade eleitoral restrita aos chefes de família ou equiparados. Decreto-Lei n.º 27.995. Diário do Governo. I Série. (1937-08-27).

- Funcionamento de refeitórios económicos e acção no âmbito da cultura e do lazer. Decreto-Lei n.º 31.036. Diário do Governo. I Série. (1940-12-28).

-Organização dos serviços de polícia judiciária. Decreto-Lei n.º 35.042. Diário do Governo. I Série. N.º 233 (1945-10-20)

-Criação da polícia internacional e de defesa do Estado. Decreto-Lei n.º 35.046. Diário do Governo. I Série. N.º 234 (1945-10-22).

-Criação da Caixa Central de Segurança Social dos trabalhadores migrantes. Decreto-lei n.º 46 813, criado em 1965: complemento da Lei n.º 2 115.

-Normas a obedecer na cultura dos cereais. Decreto-Lei n.º 46.595 de 15/9/65.

-Abono de família aos trabalhadores rurais, vivendo em áreas abrangidas pelas Casas do Povo. Decreto-lei n.º 49.216. Diário do Governo. I Série. (1969-08- 30).

-Regime especial de abonos de família aos rurais, instituídos pela Lei n.º 2.144 (1969-05-29) e pelo Decreto-Lei n.º 49.216 (1969-08-30).

-Regime jurídico do contrato individual de trabalho. Decreto-Lei n.º 49.408. Diário do Governo. I Série. (1969-11-24).

-Nomeação da Comissão Administrativa para a Federação dos Grémios. Diário da República. II Série. (1974-08-30).

-Extinção dos Grémios da Lavoura e suas Federações. Decreto-Lei n.º 482/74. Diário da República. I Série. (1974-09-25).

-Constituição de uma Comissão Liquidatária da FGLNT, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 482/74.

-Nova Comissão Liquidatária da FGLNT. Diário da República. II Série. N.º 276 (1975-11-30 — Despacho Ministerial de 18/11/75).

- Desanexação do Complexo Agro-Industrial do Cachão da Federação de Grémios. Despacho Ministerial Conjunto de 9/4/76 (D.R. II Série. N.º 95 (1976-04-22)
- Resolução do Conselho de Ministros de 9/6/76 (D.R. I Série. N.º 153 (1976-07-2): cria a Comissão Instaladora da Empresa Pública do Cachão, definindo as respectivas incumbências e outros parâmetros de actuação.
-Resolução do Conselho de Ministros de 24/12/76 (D.R. I Série. N.º 3 (1977-01-05): determina que o Complexo seja tutelado pelo Ministério da Agricultura e Pescas, cabendo a este organismo promover a instalação da Empresa Pública do Cachão.
- Designação dos membros da Comissão Instaladora da Empresa Pública do Cachão, cessando funções a Comissão Liquidatária, referida em 5, e que, até então, vinha administrando o complexo (D.R. II Série. N.º 27 (1977-02-02).
-Nova Comissão Instaladora da Empresa Pública do Cachão. Despacho Ministerial de 19/7/1979-D.R. II Série, n.º 172, de 27/7.
- Criação da Sociedade Anónima CAICA – Complexo Agro-Industrial do Cachão, S.A., com transferência para a mesma do activo e passivo, referentes ao Complexo Agro-Industrial do Cachão. Decreto-Lei n.º 502/80, de 20 de Outubro (D.R. I Série. N.º 243 (1980-10-20).
-Despacho Conjunto de 31/12/1980 (Ministérios das Finanças e do Plano e da Agricultura e Pescas. D.R. III Série. N.º 20 (1981-01-24): são indicadas as pessoas e entidades que irão preencher os cargos nos órgãos sociais do CAICA, S.A.
-Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/86, tomada em sua reunião de 30/10/ 1986 e publicada no D.R. I Série. N.º 285 (1986-12-12).
-Constituição e Estatutos da A.I.N. – Agro-Industrial do Nordeste, S.A.D.R. D.R. III Série. N.º 25 (1994-01-31).

Outras fontes:

CARMO, Virgínia do – *Prospectos sobre as Festas em Honra de N^{a}S^{a} de Jerusalém do Romeu* (dias 5, 6 e 7 de Setembro). Mirandela: Tipografia 2000, 1998.

PIRES CABRAL, António Manuel - *Água Ágil, Pedra Estável.* In Convite para participação no CONGRESSO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, 3º, Bragança, dias 26, 27 e 28 de Setembro de 2002. Mirandela: Edições João Azevedo.

Relatório do Ministério das Obras Públicas (1964).

SOUSA, Ana - Informação sobre a abertura das linhas: do Douro (Tua – Pocinho) e da Linha do Tua (Tua - Mirandela e Mirandela - Bragança). Secretaria-Geral – CP: Acervo Histórico e Fotográfico. 31/3/2005.

2 - Obras de consulta:

2.1 - Dicionários e enciclopédias

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL*. Porto: Ed. Figueirinhas, 1999. Vol. II.

BARROSO DA FONTE (coord.) – *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2003. Vols. 1 e 3.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Verbo, 1974. Vols. 16 e 22..

ÉTIENNE, Jean [et al.] – *Dicionário de Sociologia : as noções, os mecanismos e os autores*. Lisboa : Plátano Edições Técnicas, 1998.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1970. Vol. XIX.

MACHADO, José Pedro – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991. Vol. I, II, III e V.

MOURRE - *DICIONÁRIO DE HISTÓRIA UNIVERSAL*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. Vol. III.

ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. Vols. I e II.

SILVA, Isabel (coord.) – *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*. Matosinhos:[org.] Minhaterra. Estudos regionais de produção e consumo, Lda., Freixieiro. Vol. 3, 1996.

2.2 - Obras de referência

2.2.1 - Entrevistas (não figura o nome do entrevistado, para preservar a respectiva identidade, mas constam: a idade, o sexo, a naturalidade, a profissão e as habilitações literárias):

Coleja:

- Entrevista n.º 1, Coleja: 2004 (75 anos, M, casado, natural de Coleja, aposentado, 4ª), 2004
- Entrevista n.º 2, Coleja: 2004 (69 anos, M, viúvo, natural de Coleja, aposentado, 3ª), 2004
- Entrevista n.º 3, Coleja: 2004 (56 anos, M, casado, natural de Coleja, aposentado, 12º ano)
- Entrevista n.º 4, Coleja: 2004 (89 anos, M, solteiro, natural de Vale de Telhas, sacerdote, licenciado).

Cachão:

- Entrevista n.º 1, Cachão 2004 (62 anos, M, casado, natural de Valpaços, freguesia de Curopos, concelho de Vinhais, trabalhou no CAICA, reformado, 7º ano CC Liceus)
- Entrevista n.º 2, Cachão: 2004 (62 anos, M, casado, natural de Antas, concelho de Penedono, trabalhou no CAICA, reformado, Eng.º Agrónomo)
- Entrevista n.º 3, Cachão: 2004 (74 anos, M, casado, natural de Cachão, freguesia de Frechas, comerciante, 4ª)
- Entrevista n.º 4, Cachão: 2004 (71 anos, M, casado, natural de Valpaços, reformado, serralheiro no complexo, 4ª)
- Entrevista n.º 5, Cachão: 2004 (64 anos, M, casado, natural de Mogo de Malta, concelho de Carrazeda de Ansiães, trabalhou no CAICA, reformado, Eng.º Técnico Agrícola)
- Entrevista n.º 6, Cachão: 2006 (49 anos, M, casado, natural de Frechas, profissional de Seguros, 12º ano incompleto).

Romeu (entrevistas realizadas em 2003):

- Entrevista N.º 1, Romeu: 2003 (77 anos, F,V, natural de Vila Verdinho-Cedães, doméstica, 4ª)
- Entrevista N.º 2, Romeu: 2003 (43 anos, M, Casado, natural de Romeu, vendedor, Secretário da Junta de Freguesia, 12º ano)
- Entrevista N.º 3, Romeu: 2003 (70 anos, M, Casado, natural de Romeu, agricultor, 4ª)
- Entrevista N.º 4, Romeu: 2003 (69 anos, F, Casada, natural de Romeu, doméstica, 6º ano)
- Entrevista N.º 5, Romeu: 2003 (60 anos, F, Casada, natural de Romeu, doméstica, 4ª)
- Entrevista N.º 6, Romeu: 2003 (72 anos, M, Casado, natural de Romeu, agricultor, 3ª)

- Entrevista N.º 7, Romeu: 2003 (67 anos, M, Casado, natural de Vale de Couço, comerciante, 4ª)
- Entrevista N.º 8, Romeu: 2003 (62 anos, F, Casada, natural de Vale de Couço, doméstica, 4ª)
- Entrevista N.º 9, Romeu: 2003 (53 anos, M, Casado, natural de Vale de Couço, motorista, 4ª)
- Entrevista N.º10, Romeu: 2003 (65 anos, M, Casado, natural de Vila Verdinho, agricultor, 4ª)
- Entrevista N.º 11, Romeu: 2003 (49 anos, F, Casada, natural de Avantos, doméstica, 4ª)
- Entrevista N.º 12, Romeu: 2003 (67 anos, M, Casado, natural de Vale de Couço, agricultor e comerciante, 4ª- adulto)
- Entrevista N.º13, Romeu: 2003 (76 anos, F, Casada, natural de Vila Verdinho, doméstica, 1ª)
- Entrevista N.º 14, Romeu: 2003 (82 anos, M, Casado, natural do Romeu, jornaleiro, 3ª)
- Entrevista N.º 15, Romeu: 2003 (69 anos, M, Casado, natural de Romeu, comerciante, 4ª)
- Entrevista N.º 16, Romeu: 2003 (73 anos, F, Casada, natural de Romeu, comerciante, 4 ª)
- Entrevista N.º 17, Romeu: 2003 (43 anos, M, Casado, natural do Romeu, professor, Licenciatura)
- Entrevista N.º 18, Romeu: 2003 (78 anos, F, Casada, natural de Assoreira, aposentada, 2º Ciclo)
- Entrevista N.º 19, Romeu: 2003 (54 anos, F, Casada, natural de Romeu, doméstica, 4ª)
- Entrevista N.º 20, Romeu: 2003 (57 anos, M, solteiro, natural de Carvalhais, professor, Licenciatura: pároco)
- Entrevista N.º 21, Romeu: 2003 (55 anos, M, casado, natural do Porto, empresário, Frequência de Curso Superior).

Romeu (entrevistas realizadas em 2004):

- Entrevista n.º 1, Romeu: 2004 (58 anos, F, casada, natural de Vale de Couço, Motorista do CSPR, 4ª)
- Entrevista n.º 2 a: 2004 (76 anos, F, viúva, natural do Romeu, doméstica, analfabeta)
- Entrevista n.º 2 b, Romeu: 2004 (71 anos, F, casada, natural do Romeu, doméstica, 1ª/2ª)
- Entrevista n.º 3 a, Romeu: 2004 (73 anos, M, casado, natural de Açoreira, aposentado, 3ª)
- Entrevista n.º 3 b, Romeu: 2004 (63 anos, F, casada, natural do Romeu, doméstica, 2ª)
- Entrevista n.º 4 a, Romeu: 2004 (68 anos, F, casada, natural do Romeu, costureira, 4ª)
- Entrevista n.º 4 b, Romeu: 2004 (72 anos, casado, natural de Vila Verdinho, aposentado, 4ª)

Mirandela:

- Entrevista a um antigo jornalista do NM (9/11/2006).
- Entrevista a um antigo vice-presidente da Câmara Municipal de Mirandela (9/11/2006).

2.2.2 - Estudos portugueses e estudos estrangeiros:

ABREU, Maurício e FERNANDES, José Manuel – *Serras de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

À DESCOBERTA DE PORTUGAL. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1982.

AGUILAR, José - *Carrazeda de Ansiães e seu termo: esboço e subsídios para uma monografia*. Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, 1980.

ALMEIDA, João Ferreira de – *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do noroeste*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

ALVES, Pe. Francisco Manuel (abade e reitor de Baçal) - *Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Bragança: edição da Câmara Municipal de Bragança, 2000. Tomos I, II, IV, VII, IX, X e XI.

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994. Livro baseado na tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea: FLUP.

ANTUNES, Manuel Luís Marinho - *A emigração portuguesa, desde 1950: dados e comentários*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1973.

ARDNER, Edwin – Remote areas: some theoretical considerations. In JACKSON, Anthony (ed.; org.) – *Anthropology at home*. (Asa Monograph, 25). Londres: Tavistock, 1986.

ARROTEIA, Jorge Carvalho - *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Ministério da Educação: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *Atlas da Emigração Portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, 1985.

AUGÉ, Marc – *Les formes de l'oublie*. Paris: Payot et Rivages, 1998 (ed. em português: *As formas do esquecimento*. Almada: Íman edições, 2001).

AUGÉ, Marc – *Non-Lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris : Éditions du Seuil, 1992 (ed. em português *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora. 2005).

BAGÚ, Sérgio – *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires: Siglo XXI. 1973.

BANTON, M. (ed.) – *The social anthropology of complex societies*. Londres: Tavistock Publications, 1966.

BAPTISTA, Fernando Oliveira – *A política agrícola do Estado Novo*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

BAQUERO MORENO, Humberto - *Os Municípios portugueses nos séc. XIII a XVI - Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

BARRETO, António – *Douro*. Lisboa: Edições Inapa, 1993.

BAUMAN, Zygmunt - *Memories of Class: The Pre-History and After-Life of Class*. Londres: Routledge, 1982.

BEDARIDE, François – Un siècle de génocide: le devoir de connaissance. In BACOT, Jean-Pierre e COQ, Christian (dir.) *Travail de mémoire 1914-18. Une nécessitée dans un siècle de violence*. Autrement, Janeiro, 1999.

BENTO, Manuel Pires – *A Questão Municipal: Subsídio para a Reforma Administrativa*. Castelo Branco: [s.n.], 1928

BERGSON, Henri – *Matière et Mémoire: essai sur la relation du corps a l'esprit*. Paris: PUF, 1959 (ed. em português: *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990).

BERNSTEIN, Serge - *Démocraties, régimes autoritaires et totalitarismes au XX^e siècle. Pour une histoire politique comparée du monde développé au XX^e siècle*. Paris: Hachette, 1992.

BLOCH, Marc – *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. 4ª ed. Paris: Armind Colin, 1961 (ed. em português: *Introdução à História*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa - América, 1963).

BLOCH, Marc – *Écrits de guerre 1914-18*. Paris: Armand Colin, 1997.

BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. 4ª ed. Lisboa: Difel, 2001.

BOYERS, Robert - *Atrocity and Amnesia. The Political Novel since 1945*. Oxford University Press, 1987.

BRAGA, Teófilo - *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1985 (edição baseada na original, de 1885). Vol. I.

BRAUDEL, Fernand – *História e Ciências Sociais*. 3ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

BRITO, Joaquim Pais de – *Retrato de Aldeia com espelho: ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1996.

BURKE, Peter - *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

CALLOIS, Roger – *L'homme et le sacré*. Paris : Flammarion, 1939 (ed. em português: *O Homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1988.

CAMACHO, Ildefonso - *Doctrina social de la Iglesia: una aproximación histórica*. Madrid: Ediciones Paulinas, 1991.

CAMPINOS, Jorge – *Ideologia política do estado salazarista*. Lisboa: Portugália Editora, 1975.

CANDAU, Joël - *Anthropologie de la Mémoire*. Paris : PUF, 1996.

CANDAU, Joël – *Mémoire et Identité*. Paris, PUF, 1998.

CARREIRA, Henrique Medina - *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda., 1996.

CATROGA, Fernando - *O Céu da Memória*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001

CARVALHO, Rómulo de - *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

CASTRO, João Baptista de - *Roteiro Terrestre de Portugal*. Lisboa, 1844. Cit. por ALVES, Pe. Francisco Manuel: abade de Baçal - *Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Bragança: edição da Câmara Municipal de Bragança, 2002. Tomo IX.

CEPEDA, Francisco José Terroso – *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*. Vila Real: UTAD (tese de doutoramento em Economia - Gestão Agrária), 1988.

CEPEDA, Francisco José Terroso – O Nordeste Transmontano na Diáspora. In Actas do CONGRESSO HISTÓRICO - 450 anos da Fundação. Páginas da História da diocese de Bragança - Miranda: Bragança (7 a 10 de Out. 1996). Comissão de Arte Sacra. Bragança, 1997.

CERTEAU, Michel de – *A invenção do quotidiano, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLARK, Colin - *Os problemas fundamentais do crescimento económico*. ISE, 1977. Cit. por CEPEDA, Francisco José Terroso – *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*. Vila Real, UTAD (tese de doutoramento em Economia - Gestão Agrária), 1988.

CLEMENTE, Manuel; NEVES, João César das; SEABRA, João (eds.) - *Desenvolvimento e solidariedade: Populorum Progressio, vinte anos depois*. Lisboa: Rei dos Livros, 1987.

COELHO, Daniel Bessa Fernandes - *O Processo Inflacionário Português 1945-1980*. Lisboa: ISE (tese de doutoramento), 1986.

CONFRARIA, João – Política Económica. In LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.) – *História Económica de Portugal: 1700 – 2000*. Lisboa: ICS , 2005. Vol. III.

CONNERTON, Paul - *Como as sociedades recordam*. 2ªed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato – Região: a tradição geográfica. In CORRÊA, Roberto Lobato – *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

CORTESÃO, Jaime – *Portugal: a Terra e o Homem*. Lisboa: Artis, (s/d).

COULANGES, Fustel de In BRAGA, Teófilo – *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1985. Vol. I.

COUVREUR, G.A da S. – *Manual do Viajante: em que por jornadas se conhecem não só as distâncias que há de Lisboa para as principais terras do Reino, mas também as que se*

fazem de humas para outras Províncias. Lisboa, 1845). Lisboa: Na Imprensa Nevesiana, 1845. Cit por ALVES, Pe. Francisco Manuel: abade de Baçal - *Memórias Arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Bragança: edição da Câmara Municipal de Bragança, 2002. Tomo IX.

CUNHA, Luís – *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001

CUTILEIRO, José - *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*. 2ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

DACOSTA, Fernando – *Máscaras de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

DAVIS, John - *People of the Mediterranean*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1977.

DIAS, A. Jorge - Ethnological investigation of villages. In *Ethnologia Europaea,* II/III, 1968/9.

DIAS, Jorge - *Vilarinho da Furna: Uma aldeia comunitária*. 2ªed. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

DIAS, Jorge - *Rio de Onor - comunitarismo agro-pastoril*. 3ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

DIAS, Jorge – *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990, Vol. I.

DUBY, Georges – In LE GOFF [et al.] - *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984.

DURAND, Gilbert – O imaginário português e as aspirações do ocidente. In AA.VV. - *Cavalaria espiritual e conquista do mundo*. Lisboa: INIC, 1986

DURKHEIM, Émile - *Les formes Elémentaires de la Vie Religieuse : le système totémique en Australie*. Paris: Félix Alcan, 1912 (ed. em português: *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totémico na Austrália*. Oeiras: Celta editora, 2002).

ECO, Umberto – *Come si fa una tesi di laurea*. Milão: Casa Editrice Valentino Bompiani & C. (ed. em português: *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. 11ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan – *Essays in Social Anthropology*. Londres: Faber and Faber, 1964

FERNANDES, Ilda – *Frechas: Tradição e Modernidade*. Mirandela: Edição da Câmara Municipal de Mirandela, 2001.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris – *Social Memory*. Oxford: Blackwell, 1992 (ed. em português: *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: editorial Teorema, 1994).

FERREIRA, Cândida Florinda – *Carrazeda de Ansiães: notas monográficas*. Lisboa, Tipografia Silva, Lda.[s/d].

FIGUEIREDO, António de - *Portugal: cinquenta anos de ditadura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

FREITAS, Eduardo de; ALMEIDA, J. Ferreira de; CABRAL, M. Villaverde – *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura: estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-1970*. Lisboa, Editorial Presença, 1976.

GARNIER, Christine – *Férias com Salazar*. 2ª ed. Lisboa: Parceria A M. Pereira, 1952.

GARRIDO, Álvaro – Conjunturas políticas e economia. In LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.) – *História Económica de Portugal: 1700 – 2000*. Lisboa: ICS , 2005. Vol. III.

GEERTZ, Clifford - *The interpretation of cultures*. New YorK: Basic Books, 1973 (ed. em português: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989).

GIBBONS, John - *I gathered no moss*. Londres: Robert Hale, 1939 (ed. em português: *Não Criei Musgo: retrato de uma aldeia transmontana*. 2ª ed. Carrazeda de Ansiães: edição da C.M. de Carrazeda de Ansiães, 2004.

GIDDENS, Anthony - *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GODINHO, Paula - *Memórias da Resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*. Oeiras, Celta Editora, 2001. Livro baseado na tese de doutoramento em Antropologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

GRAWITZ, Madeleine - *Méthodes des Sciences Sociales*. 11ª ed. Paris: Éditions Dalloz, 2001.

GUIMARÃES, Ângela – O labirinto dos mitos. In PINTO, António Costa [et al.] (org.) – *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, 1987, Vol. II. (Colóquio sobre o Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4 a 6 de Novembro de 1986).

HAESBAERT, Rogério – *Territórios alternativos*. Niterói/São Paulo: EdUFF/ Contexto, 2002.

HALBWACHS, Maurice – *Morphologie Sociale*. Paris: Armand Colin, 1938.

HALBWACHS, Maurice - *La topographie légendaire des Evangiles en Terre Sainte* Paris, 1941.

HALBWACHS, Maurice - *Les cadres sociaux de la Mémoire*. Paris : Albin Michel 1994.

HALBWACHS, Maurice - *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

HAUG, Frigga - *Female sexualization: a collective work of memory*. Londres: Verso Books, 1987.

HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix – *O Município no Século XIX*. Lisboa: Ulmeiro, 1993 (ed.: fac-similada).

HERR, Richard; POLT, John (org) – *Iberian Identity*. Berkeley: Institute of International Studies, 1989.

HIDROELECTRICIDADE: memória e desafio. REN, SA (Jornadas Luso-Espanholas sobre Energia (23/24 de Novembro de 1992).

HISTORIAL DA ASSEMBLEIA e da Junta de Freguesia de Mirandela. Mirandela: Edição da Junta de Freguesia de Mirandela, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) – *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984 (ed. inglesa: *The Invention of Tradition*. Cambridge: University Press, 1983).

HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Raízes do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Janeiro 1969.

HOYOIS, Giovanni – *Sociologie rurale*. Paris : Éditions Universitaires, 1968.

IAF – Desenvolvimento comunitário. In SEMINÁRIO realizado em Lisboa e no Porto. Lisboa: Instituto de Assistência à Família, Ministério de Saúde e Assistência, 1965;

JOLLIVET, Marcel – Le monde rural. In Encyclopédie de la sociologie: le présent en question. Larousse: Paris, 1975.

KOTTAK, Conrad Phillip – *Antropología: una exploración de la diversidad humana con temas de la cultura hispana*. 6ª ed. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.) – *História Económica de Portugal: 1700 – 2000*. Lisboa: ICS, 2005. Vol. III.

LAINS, Pedro – *Os Progressos do Atraso: uma nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Edição do ICS, 2003.

LEITE DE VASCONCELOS, José – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1941. Vol. III

LEÃO, Francisco da Cunha - *Ensaio de psicologia portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores, 1971.

LEFEBVRE, Henri – *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1974, 1986.

LE GOFF [et al.] - *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984.

LE GOFF, Jacques [et al] - *Patrimoine et Passions Identitaires. Entretiens du Patrimoine*. Théâtre National de Chaïllot, Paris, 6, 7 et 8 Janeiro de 1997. Paris: Fayard, 1998.

LE GOFF, Jacques - *Histoire et Mémoire*. Paris : Gallimard, 1988 (ed. em português : *História e Memória – Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000. Vol. II).

LEROI-GOURHAN, André. – *Le geste e la parole- La Mémoire et les rythmes*. Paris : Albin Michel, 1974. Tomo II.

LÉVI-STRAUSS, Claude – La notion de structure en ethnologie. In *Anthropologie Structurale*. Paris, Plon, 1953.

LÉVI-STRAUSS, Claude - *O Pensamento Selvagem*. 2ª ed. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude – *Tristes tropiques*. [S.l] [s.n.]. 1966 (ed. em português: *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70, 1986).

LIMA, Augusto Mesquitela; MARTINEZ, Benito; LOPES FILHO, João - *Introdução à Antropologia Cultural*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

LINTON, Ralph – *O Homem: uma introdução à antropologia*. 11ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 1981.

LISÓN-TOLOSANA, Carmelo – *Belmonte de los caballeros: Anthropology and History in an Aragonese community*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

LIVRO DE LEITURA PARA A 4ª CLASSE. Porto, Editora Educação Nacional, 1961.

LOWENTHAL, David – *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LUCENA, Manuel – *A evolução do sistema corporativo português – O salazarismo*. Lisboa: perspectivas e realidades. 1976.

LUCENA, Manuel de – Casas do Povo. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Ed. Figueirinhas, 1999. Vol. VII.

MAGALHÃES, Justino (org.) - *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MARINI, M.; PIERONI, O.- Relación entre la Familia y el Entorno Social. Topología de las Familias Agrícolas en una zona marginal (Calabria). In *Cambio Rural en Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación (ed.), Arkleton Research, 1987.

MARNOCO E SOUSA, José Ferreira – Relatório sobre as contas da gerência municipal (de Coimbra) de 1905. In NETTO, António Lino - *A Questão administrativa: o municipalismo em Portugal*. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1911.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. 13ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. III.

MARTINS, J. Silva – *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*. Lisboa: Prelo. Vol. I.

MARTNS, Maria da Graça Lopes Fernandes – *A emigração do distrito de Bragança (1901-1920): uma análise regional*. Porto: FLUP (dissertação de Mestrado em História Contemporânea), 1997. Vol. I.

MARTINS, Moisés de Lemos in CUNHA, Luís - *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

MARTINS, Oliveira – *A Província*. Lisboa: Guimarães Editores, 1958.

MATOSO, José – *A identidade nacional*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda., 2003.

MAUSS, Marcel – Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale (*L'Anné Sociologique*, 1904-05, tomo IX). In MAUSS, Marcel - *Sociologie et Antropologie*, Paris: PUF, 1985 (ed. em português: Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. Estudo de morfologia social. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol. 2, p. 237).

MEDEIROS, António – *Dois lados de um rio: nacionalismo e etnografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: ICS, 2006.

MEDEIROS, Fernando - *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

MEDINA, João – *Salazar e Franco. Dois Ditadores, Duas Ditaduras*. Actas dos Segundos Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1995.

MENANO, Alberto – *Economia Política. Apontamentos coligidos das prelecções do Ex.mo Sr. Doutor Oliveira Salazar*. Coimbra: Gráfica Conimbricense, Lda., 1927.

MENDÈS FRANCE, Pierre - *A República Moderna*. Lisboa: Europa - América, 1963.

MENDRAS, Henri – *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

MENÉRES, Clemente – *Quarenta anos de Trás-os-Montes*. Porto: Publicação de um grupo de amigos de Clemente Menéres, 1915.

MERLEAU-PONTY, Maurice - *Éloge de la Philosophie et autres essais*. Paris : Gallimard, 1953.

MILZA, Pierre – *Les fascismes*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

Ministério do Planeamento - Planeamento económico em Portugal 1953-74. Um acervo histórico. Departamento de Prospectiva e Planeamento. 1993.

MIRANDA, Jorge – Pátria. In *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura*. Ed. Séc. XXI. Lisboa e S.Paulo: Editorial Verbo, 2002.Vol. 22.

MOISAN, Herve - *Les sentinelles de pierre. Les monuments aux morts de la guerre de 1914-18 dans la...* Éditions Bleu Autour, Albums Historiques, 2004.

MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (a Escola Primária salazarista: 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

MOREIRA, Adriano – Os transmontanos no Mundo: Luciano Cordeiro e Sarmento Rodrigues. In CONFERÊNCIA proferida na UTAD, Vila Real, 1995.

MOURA, Pereira de – *Para onde vai a economia Portuguesa?* 4ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1973.

NAMER, Gérard - *Mémoire et Société*. Paris : Méridiens Klincksieck, 1987.

NAVARRO, Modesto – *Emigração e crise no Nordeste Transmontano*. Lisboa: Prelo, 1973.

NEGREIROS, Trigo de – *Pensamento e Acção*. Lisboa, s.n., 1957

NETTO, António Lino - *A Questão administrativa: o municipalismo em Portugal.* Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1911.

NEVES, João Luís César das - *The Portuguese Economy. A Picture in Figures: XIX and XX centuries.* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994.

NEVES, Tony - *Doutrina social da Igreja.* Huambo: s/ ed., 2ª parte, 1994.

NORA, Pierre [et al.] – *Les Lieux de Mémoire I. La République.* Paris: Gallimard, 1984

NP 405-1– *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Documentos impressos.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Industria e Energia, 1994.

NP 405-2 - *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 2: Materiais não livro.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Industria e Energia, 1998.

NP 405-3 – *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 3: Documentos não publicados.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Industria e Energia, 2000.

NP 405-4 – *Norma Portuguesa para referências bibliográficas: Parte 4: Documentos electrónicos.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, Ministério da Industria e Energia, 2002.

NUNES, Alves Morgado – *O Planeamento Económico-social em Portugal. Planeamento e Integração, XVII/XVIII*". 1967.

NUNES, Ana Bela – *População Activa e Actividade Económica em Portugal dos Finais do Séc. XIX à Actualidade. Uma contribuição para o Estudo do crescimento Económico Português.* Lisboa: ISEG da UTL (tese de doutoramento), 1989.

NUNES, Ana Bela; BRITO, José Maria Brandão de – Política económica, industrialização e crescimento. In ROSAS, F.(org.) - *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960.* Lisboa: Editorial Presença, 1992.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – A Lei de Reconstituição Económica e a sua Execução. Um exemplo dos projectos da política económica do Estado Novo. In Estudos de Economia, 1983. Vol. 3.

O grande livro dos portugueses. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino – *Território e Migração: Uma Discussão Conceitual na Geografia.* São Paulo: Dep. de Geografia: USP, 1999.

OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

O'NEILL, Brian Juan – *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

PÁGINAS DA HISTÓRIA DA DIOCESE DE BRAGANÇA – MIRANDA, 1545-1995: actas/CONGRESSO HISTÓRICO - 450 anos da Fundação; [org.] Comissão de Arte Sacra de Bragança - Miranda. Bragança: C.A.S.B.-M., 1997.

PARREIRA, José Joaquim Andrade – *A Acção empresarial de Clemente Menéres – entre o Porto e Trás-os-Montes (1867-1916)*. Porto: FLUP (dissertação de Mestrado em História Contemporânea), 1997.

PAULO VI – *Carta Encíclica sobre o Desenvolvimento dos Povos, «Populorum Progressio»*. Lisboa: Editorial Logos, 1967.

PEREIRA, Mário – *A Estrutura Agrária Portuguesa (1968/70). Suas Relações com a População e a Produção Agrícola*. Oeiras: C.E.E.A./I.G.C, 1979. Cit. por CEPEDA, Francisco José Terroso - *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*. Vila Real: UTAD (tese de doutoramento em Economia - Gestão Agrária), 1988.

PERISTIANY, J. G. – *Honra e Vergonha: valores da sociedade mediterrânica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

PHILLIPS, Estelle M.; PUGH, D.S. – *How to Get a PhD*. Buckingham: University Press, 1994 (ed. em português: *Como preparar um Mestrado ou doutoramento: um manual prático para estudantes e seus orientadores*. Mem-Martins: Lyon Multimédia Edições Lda, 1998).

PINA CABRAL, João de - *Os contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel, 1991.

PINA CABRAL, João de – Sociocultural differentiation and regional identity in Portugal. In HERR, Richard; POLT, John (org) – *Iberian Identity*. Berkeley: Institute of International Studies, 1989.

PINTASSILGO, Joaquim – A Educação Moral e Cívica no Currículo da Escola Primária Republicana – O Debate no Movimento Pedagógico. In MAGALHÃES, Justino (org.). *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho, 1996.

PINTO, António Costa [et al.] (org.) – *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, 1987, Vol. I e II. (Colóquio sobre o Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4 a 6 de Novembro de 1986).

PINTO, José Madureira – *Estruturas sociais e práticas simbólico - ideológicas nos campos: elementos de teoria e de pesquisa empírica*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

PIRES, António de Azevedo - *Doutrina social agrária: textos episcopais*. Lisboa: Ed. Logos, 1963.

PORTASANY, Marcial Gondar – *Crítica da razón galega: entre o nós-mesnos e o nós-outros*. 3ª ed. Vigo: Edicións A Nosa Terra. 1999

PRESTAGE, Edgar In Prefácio da obra de GIBBONS, John - *Não Criei Musgo: retrato de uma aldeia transmontana*. 2ª ed. Carrazeda de Ansiães: edição da C.M. de Carrazeda de Ansiães, 2004 (Prémio Camões em 1939).

PROST, Alain - In prefácio da obra de MOISAN, Herve - *Les sentinelles de pierre. Les monuments aux morts de la guerre de 1914-18 dans la*...Éditions Bleu Autour, Albums Historiques, 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris : Dunod, 1995 (ed. em português: *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva-Publicações, Lda, 1998.

RAFFESTIN, Claude – *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980.

REI, José Esteves – *Curso de Redacção II: o texto*. Porto: Porto Editora, 1994.

REIS, Rogério – *Trás-os-Montes: problemas regionais*. Régua, Imprensa do Douro, 1968. Vol. I.

REIS, Rogério - *O Colóquio e o Douro*. Régua: Imprensa do Douro, 1972

REMY, Jean – Morphologie sociale et représentations collectives: le statut de l'espace dans la problématique durkheimienne. In Recherches Sociologiques, XXII (3), 1991.

RIBEIRO, Aquilino – *Quando os Lobos Uivam*. 3ªed. Amadora: Bertrand, 1974.

RIBEIRO, Aquilino - *Volfrâmio*. Lisboa, Bertrand Editora, 1984.

RIBEIRO, Maria Manuela Macedo – *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta nacional de investigação Científica e Tecnológica, 1997. Livro baseado na tese de doutoramento em Sociologia e Desenvolvimento Rural: UTAD.

RIBEIRO, Orlando – Prefácio à obra de TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

RICARDO, Maria do Céu – *Salazar - Deus, Pátria, Maria*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

RICOEUR, Paul - *Le temps passé: mémoire, histoire, oubli*. Paris: Collège International de Philosophie, Janeiro/ Fevereiro de 1997.

RICOEUR, Paul – Vulnérabilité de la mémoire. In LE GOFF, Jacques [et al] - *Patrimoine et Passions Identitaires. Entretiens du Patrimoine*. Théâtre National de Chaïllot, Paris, 6, 7 e 8 de Janeiro de 1997. Paris: Fayard, 1998.

RICOEUR, Paul – *La lectura del tiempo pasado: Memoria y olvido*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998.

RICOEUR, Paul – *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

ROCHA, Eng.º Agr.º Manuel Soares - *Subsídios para a caracterização agro-climática da bacia hidrográfica do Douro transmontano*. JCI, 1968 (dados recolhidos nas Estações Meteorológicas ou Postos Udométricos do distrito de Bragança).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz - Le Musée d'aujourd'hui: un système de communication multimédia. In AA.VV. – *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1989.

ROSAS, Fernando (org.). - *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Nova História de Portugal. Lisboa, Editorial Presença, 1992.Vol. XII.

ROSAS, Fernando - *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. Vol. VII.

ROWLAND, Robert – *Antropologia, História e Diferença: alguns aspectos*. 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SÁ, Victor de - *Repensar Portugal: reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SALAZAR, António de Oliveira – *Une révolution dans la paix*. Paris: Ernest Flammarion, 1937.

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e notas políticas*. 5ª ed. Coimbra: Coimbra Editora. 1961. Vol. I.

SALAZAR, António de Oliveira - *Antologia: discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios (1909-66)*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1966.

SALES, Pe. Ernesto Augusto Pereira de – *Mirandela: apontamentos históricos*. Mirandela: edição da Câmara Municipal de Mirandela, 1983. Vol. II.

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. – *Economia*. 16ªed. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, Lda., 1999.

SANTOS, José António – *Regionalização. Processo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

SANTOS, José António – *As freguesias: história e actualidade*. Oeiras: Celta Editora, 1995.

SANTOS, Milton – Categorias tradicionais, categorias atuais. In: SANTOS, Milton – *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS SILVA, Augusto - *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SÉCULO XX: homens, mulheres e factos que mudaram a História. Lisboa: Edição do Jornal Público/El País, 1999.

SEMEDO, Elisabete Maria G. - *Uma experiência de desenvolvimento comunitário realizada no concelho de Portalegre: 1963-1974*. Évora: Univ. Évora, Trabalho de Fim Curso Sociologia, 1993.

SERRA, João B. – "Os Poderes Locais: Administração e Política no 1º Quartel do Século XX". In OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996

SERRÃO, Joel – Estrutura Social, ideologias e sistemas de ensino. In *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SHILS, Edward - *Tradition*. Londres, 1981.

SILVA, Manuela – *Desenvolvimento comunitário - uma técnica de progresso social*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa. 1962.

SILVA, Manuela [et al.] – *O Planeamento Económico em Portugal – Lições da Experiência*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1984.

SILVA, Manuela – *Uma estimativa da Pobreza em Portugal em Abril de 1974*. Porto: Edições Afrontamento, Junho 1984.

SILVANO, Filomena – *Antropologia do Espaço: uma Introdução*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora, 2001. Livro baseado na tese de doutoramento em Antropologia: *Mobilidade e enraizamento: as transformações da identidade: um estudo das representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália, 1994*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da – *Território e poder: nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimónia, 1997.

SMITH, Anthony D. – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SMITH, Bruce James - *Politics and remembrance: republican Themes in Machiavelli, Burke and Tocqueville (Studies in Moral, Political & Legal Philosophy)*. New Yersey: Princeton University Press, 1985.

SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Gaspar Martins - *Alto Douro - Introdução - Douro Superior*. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1988.

TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. (Coimbra: FLUC: tese de doutoramento em Ciências Geográficas).

TAVARES, Virgílio A. B. (1999). – *Conheça a nossa terra: Carrazeda de Ansiães*. Mirandela: Edição do Autor, 1999.

TODOROV, Tzvetan – *Les Abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 1995

TORGA, Miguel – *Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967.

UCISS - SEMINÁRIO EUROPEU sobre Organização e Desenvolvimento Comunitário. Estoril: Estoril, União Católica Internacional de Serviço Social, 1962.

VARELA, José Augusto dos Santos - *Alguns aspectos do problema agrário (natureza e objectivos da reorganização agrária)*. Lisboa: JCI, 1960.

VARELA, José Augusto dos Santos - *A agricultura e o espaço rural: contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: DGPA - Ministério da Agricultura, 1992.

VEYNE, Paul – Foucault revoluciona a História. In *Como se escreve a História*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, Balbina Ottoni - *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

VILAR, Pierre - *Crecimiento y desarrollo – Economía e Historia: Reflexiones sobre el caso Español*. Barcelona: Ariel, 1976.

VISEU, Albano Augusto Veiga - *As Memórias do Estado Novo no espaço rural: estudo antropológico de um tempo histórico, na freguesia do Romeu*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (dissertação de Master de Antropologia Social e Cultural), 2003.

WIARDA, Howard – Corporativismo. In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Ed. Figueirinhas, 1999. Vol. VII.

WIEVIORKA, Annette – Jornadas - debate da Associação de Amigos da Fundação da Memória da Deportação, sobre a transmissão da memória da deportação. Paris, 18 de Março de 1999

WOLF, E. – Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies. In BANTON, M.(ed.) – *The social anthropology of complex societies*. Londres: Tavistock Publications, 1966.

WRIGHT, Patrick - *On Living in an Old Country*. Londres: Verso Books, 1986.

2.2.3 - Documentos electrónicos:

BAGÃO, Germano – *Um percurso do Ensino Básico em Portugal. 2ª República (1926-74): O sistema de ensino durante o Estado Novo. 3 - A Lição de Salazar* [Em linha]. 1988-89. [Consult. 23 Mai. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.malhatlantica.pt/germanobagao/ensino/html/alicaodesalazar.htm>.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA, 3. Enquadramento demográfico...[Em linha]. [Consult. 20 Set. 2005]. Disponível em: <URL: http://gcivilbraganca.cidadevirtual.pt>.

CARDOSO, Ciro Flamarion – *Repensando a construção do espaço* [Em linha]. Revista de História Regional. Ponte Grossa: UEPG. Vol.3, n.º1, (Verão 1998). [Consult. 24 Jun. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.rhr.uepg.br/v3n1/ciro.htm>.

CARMO, Virgínia do – *O Olhar - Jerusalém do Romeu: As curiosidades de uma terra melhorada* [Em linha]. Mensageiro de Bragança. Bragança (15/10/2004). [Consult. 12 Ag. 2006]. Disponível em. <URL: http://www.mdb.pt/noticias/completa.php?id=316>.

CASTRO, Eugénio Rodrigo Cardoso de – *Carrazeda de Ansiães* [Em linha]. [s/d]. [Consult. 26 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.museudodouro.pt/resultado_concelhos.asp?concelho=4>.

Concelho de Carrazeda de Ansiães. Freguesia de Seixo de Ansiães [Em linha]. [Data Consult. 7 Set. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.cm-carrazedadeansiaes.pt/freguesias/freg_seixo_de_ansiaes.html>.

Concelho de Carrazeda de Ansiães. Galeria de fotos [Em linha]. [Consult. 7 Set. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.cm-carrazedadeansiaes.pt/galeria_fotos/ categoria.asp?tema=Igrejas% 20e%20capelas%20do%20concelho&pub=1166>.

Concelho de Mirandela. Freguesia de Frechas [Em linha]. [Consult.7 Set. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.cm-mirandela.espigueiro.pt/freguesias/freg_frechas.html>.

COUTINHO, António Rodrigues (inspector CP) (Junho 1964), - *O Belo em terras de Riba-Douro*". Boletim CP, n.º 420 [Em linha]. Jun.1964. [Consult. 12 Mar. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.ocomboio.net>. Agosto 2004.

CRISTÓVÃO, Artur; GERRY, Chris; VILAS BOAS, Dulce – Iniciativas empresariais e criação de emprego no espaço rural do Interior. In *Projecto "Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano: Estudo das suas Causas e Papel de Novas Actividades, Agrárias e Não-Agrárias, na Criação de Emprego*" [Em linha], realizado com o financiamento do Programa PRAXIS XXI, através do contrato 2/2.1/CSH/866/95. UTAD/Dep. de Economia e Sociologia. [Consult. 30 Jul. 2006]. Disponível em:

<URL: http://home.utad.pt/~des/acervo_des/2001criartfiniemp52.doc>.

Denominações de origem [Em linha].Doc Porto. Instituto da Vinha e do Vinho. [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http:// www.ivv.min-gricultura.pt/vinhos/files/denominacoes/porto.html>.

DOURO [Em linha]. Produzido por PT.COM© 2006. [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://spg.sapo.pt/XdA/319225.html>.

DURKHEIM, Émile ; MAUSS, Marcel – Quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectives. Année sociologique, 6, (1903). In *Mémoires originaux* [Em linha]. Paris: Les Presses Universitaires de France. [Consult. 20 Abr. 2006]. Disponível em: <URL:http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/essais_de_socio/T7_formes_classification/ formes_classification.html>.

E.B.1 de Coleja. A nossa escola [Em linha]. [Consult. 7 Set. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.eb1-coleja.rcts.pt/>.

Engenho e obra: engenharia em Portugal no séc. XX [Em linha]. [Consult. 16 Jul. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.engenharia.com.pt>.

F.B. – III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. In *Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader* + [Em linha]. II Série, n.º3, Out. 2002. Lisboa: INDE (Intercooperação e Desenvolvimento, CRL). [Consult. 6 Ag. 2006]. Disponível em: <URL: http:// www.idrha.pt/pl/jornalpl03.pdf>.

FREUDENBERG, Christopher D. - *Process in social Boundaries: a study of processes in the isolation of selected rural and urban communities* [Em linha]. (MA thesis, 1970: Universidade de Sussex). [Consult. 7 Abr. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.anthrobase.com/Txt/F/Freudenberg_C_D_01.htm>.

GASPAR, Jorge - *O novo ordenamento do território: Geografia e valores.* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (Geo Crítica), Março de 1995 [Consult. 8/2/2006]. Disponível em <URL: http://www.ub.es/geocrit/sv-39.htm>.

GRAÇA, Luís. (2000). *História da Saúde no Trabalho: 3. 2. Industrialismo e "Estado Social" (1959-1974)* [Em linha]. 2000. [Consult. 8 Out. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos17.html>.

HALBWACHS, Maurice – *La mémoire collective* [Em linha].1950. [Em linha]. [Consult. e download: 26 Jan. 2006]. Disponível em: <URL:http://classiques.upac.ca/classiques/Halbachs_maurice/memoire_collective/memoire_collective.html>.

Junta de Freguesia de Frechas [Em linha]. [Consult. 13 Mai. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.mirandela-online.net/concelho/freguesias/freguesias.php?id=16>.

Junta de Freguesia do Romeu [Em linha]. [Consult. 13 Mai. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.mirandela-online.net/concelho/freguesias/freguesias.php?id=26>.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira - *A lembrança da História na várzea do Médio Solimões* [Em linha]. 2001. [Consult. 16 Maio 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lima.pdf>.

LIMA, Paula; PAULINO, Rita – Douro Património Mundial. In *Diário de Trás-os-Montes-dossier especial* [Em linha].13 Dez. 2001. [Consult. 26 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http://www.diariodetrasosmontes.com/douro.html>.

LISÓN-TOLOSANA, Carmelo – Belmonte de los caballeros: anthropology and history in a Aragonese community. In FREUDENBERG, Christopher D. - *Process in social Boundaries: a study of processes in the isolation of selected rural and urban communities* [Em linha]. (MA thesis, 1970:Universidade de Sussex). [Consult. 7 Abr. 2006]. Disponível em: <URL: http:// www.anthrobase.com/Browse/Cit/L/carmelo_lison-tolosana.htm>.

LOURENÇO, Ana; COSTA, Elisabete; TEIXEIRA, Teresa – *A grande expansão da televisão* [Em linha]. Fórum Media: revista do curso de comunicação social. ISPV-ESEV, n.º5. (Nov. 2003). [Consult. 30 Jul.2006]. Disponível em: <URL: http://www.ipv.pt/forumedia/5/24.htm>.

LUCENA, Célia – *Voltar à historicidade* [Em linha]. Laboratório de História Oral. Memória e História Oral. 2003 [Consult. 15 Mar. 2004]. Disponível em: <URL:http:// geocities.yahoo.com.br/ revistahistoricidade/nova_pagina_12.htm>.

MEDEIROS, Paulo – *Net Cachão* [Em linha].. 2001/02. [Consult. 9 Set. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.netcachao.web.pt/>.

MENÉRES, João Pedro - *Casa Menéres: História* [Em linha]. 29/9/99 [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.quintadoromeu.com/historia.html>.

MENÉRES, João Pedro - *Casa Menéres: História* [Em linha]. 29/9/99. [Consult. 28 Jan. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.quintadoromeu.com/restaurante.html>.

MITDIERO Jr., Marco António - *A Agricultura capitalista no Brasil: Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?* [Em linha]. USP: Brasil. [Consult. 1 Jun. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.Klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>.

MORENO, Luís - *Os estudos em torno do desenvolvimento rural e local em Portugal: apontamento de contexto e sistematização* [Em linha]. 1998.

[Consult. 30 Dezembro 2005]. Disponível em: <URL: http://in-loco.pt/inloco/Public/red_ed17.htm>. (A REDE -edição especial – Terra-Mar e o desenvolvimento local nos...)

MURTINHEIRA, Alcides – *Manoel de Oliveira (1908)* [Em linha]. [Consult. 15Abr.2006]. Disponível em: <URL:http://www1.uni-hamburg.de/clpic/tematicos/cinema/realizadores/oliveira_manoel.html>.

NORMAS DE REFERÊNCIA E CITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NP 405 [Em linha]. – CDI Centro de Documentação e Informação. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra: Escola Superior de Educação. 2005. [Consult. 21 Fev. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.esec.pt/cdi/repositorio/Docs/NORMASREFBIBLIOGR2005.pdf>.

O concelho de Mirandela em fotos. Foto Martins - Mirandela: Fotos Kodak. [CD-ROM]. 8 de Jun. 2006.

PÁTRIA [Em linha] - Wikipédia. [Consult. 29 Mai. 2006]. Disponível em: <URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1tria>.

PINTO, Eduardo – *Confrarias provaram e julgaram vinho novo em Coleja. Carrazeda de Ansiães* [Em linha]. 18/11/2002. [Consult. 31 Jan. 2006].
Disponível em: <URL: http://www.radioansiaes.nostri.pt/sociedade/soc02332.asp>.

PINTO, Eduardo – *Confrarias aprovaram vinhos de Coleja. Carrazeda de Ansiães* [Em linha].. 17/11/2003.[Consult. 31 Jan. 2006].
Disponível em <URL: http://www.radioansiaes.nostri.pt/sociedade/soc03704.asp>.

PORTUGAL SÉCULO XXI - Distrito de Bragança. Mirandela (Frechas e Romeu) e Carrazeda de Ansiães (Seixo de Ansiães). 2ª Ed. [CD-ROM 1]. Matosinhos: O nosso país. 2001.

Publicações: informação municipal - festas e romarias do concelho de Carrazeda de Ansiães [Em linha]. [Consult. 16 Mai. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.cm-cansiaes.espigueiro.pt/ publicacoes/publicacoes_informacao_detalhe.asp?pub=3964>.

Quinta do Vesúvio [Em linha]. [Consult. 7 Set. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.thewinedoctor.com/portugal/vesuvio.shtml>.

REDFIELD, Robert – The Folk Urban Continuum. In American Journal of Sociology, Outubro de 1947. Cit. por FREUDENBERG, Christopher D. - *Process in social Boundaries: a study of processes in the isolation of selected rural and urban communities* [Em linha]. (MA thesis, 1970: Universidade de Sussex). [Consult. 7 Abr. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.anthrobase.com/Txt/F/Freundenberg_C_D_01.htm>.

REVEL, Jacques – *La memoria e la storia. Documenti correlati. Immagini del pensiero* [Em linha]. 30/5/1998. (Excerto da entrevista "La memoria e la storia"- San Marino 11/6/1995). [Consult.2/2/2006].

Disponível em: <URL:http://www.emsf.rai.it/tv_tematica/transmissioni.asp?d=303>.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado - *Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica* [Em linha]. 2003. [Consult. 18 Nov. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>.

SENDIM: Sons da Terra. Centro de Música Tradicional Sons da Terra [Em linha]. [Consult. 29 Mar. 2006]. Disponível em: <URL: http://www.gaitadefoles.net/grupos/sendim2.htm>.

SILVANO, Isabel – *O Museu vai à Escola: em busca do Vale Encantado. Jerusalém do Romeu.* [CD-ROM]. 25 Mar. 2003.

WORLD/PO [Em linha]. (Copyright 1996-2004 by Falling Rain Genomics, Inc). [Consult. 11 Mar. 2005]. Disponível em: <URL: http:// www.fallingrain.com>.

ÍNDICES

ÍNDICE DE FIGURAS (inseridas no texto):

Capítulo I:

	p.
Fig. I.1- Mapa político da Europa (1938)	12
Fig. I.2-Mapa de localização das 3 aldeias (Coleja, Cachão, Romeu)	60

Capítulo II:

Fig. II.1-Mapa: localização de Trás-os-Montes e Alto Douro	90
Fig. II.2-Mapa de Trás-os-Montes e Alto Douro (concelhos)	93
Fig. II.3- Mapa do Concelho de Mirandela	97
Fig. II.4- Mapa do Concelho de Carrazeda de Ansiães	99

Capítulo III:

Fig. III.1-Placa evocativa da chegada de Clemente Menéres ao Romeu	205

Capítulo IV:

Fig. IV.1- Página de um livro de cobranças (registos)	271
Fig. IV.2- Bilhete de Mala-Posta da 1ª Viagem a Trás-os-Montes	308
Fig. IV.3-Concelho de Mirandela (Região Demarcada)	311

ÍNDICE DE GRÁFICOS (inseridos no texto):

Capítulo III:

Gráfico III.1- Evolução da população residente no distrito de Bragança	147

Capítulo VII:

Gráfico VII.1-A emigração portuguesa nos anos 60 (Região Norte: países de destino)	472
Gráfico VII.2-A emigração por distrito de origem (Bragança) e país de destino (1966/90)	473

ÍNDICE DE QUADROS (inseridos no texto):

Capítulo I:

Quadro I.1- Coordenadas geográficas das localidades em estudo	21
Quadro I.2-O envolvimento das aldeias com as "linhas de fronteira"	59

Capítulo II:

Quadro II.1- Trás-os-Montes e Alto Douro: síntese comparativa	94
Quadro II.2- Síntese comparativa das três aldeias	95
Quadro II.3- As aldeias: as "micropátrias"	104
Quadro II.4- O Planeamento Regional	107
Quadro II.5-Tarifas de consumo de electricidade: distrito de Bragança (1954 e 1960)	120
Quadro II.6- Energia eléctrica e suas aplicações	120
Quadro II.7- Investimentos da CHENOP no distrito de Bragança	121
Quadro II.8- Preço da energia eléctrica em algumas localidades: Portugal Continental	123
Quadro II.9- Distribuição de Energia Eléctrica em Trás-os-Montes	124
Quadro II.10- Plano de obras do distrito de Bragança	128
Quadro II.11- Plano rodoviário da JAE para o distrito de Bragança	129
Quadro II.12- Ligações rodo e ferroviárias de Mirandela em 1964: horário	131
Quadro II.13- O Restaurante Maria Rita	136

Capítulo III:

Quadro III.1- População residente nas freguesias e nas sedes de concelho	148
Quadro III.2- Características diferenciadoras dos grupos sociais	151
Quadro III.3- População activa agrícola na população activa total (%)	154
Quadro III.4- A população e as condições de vida: distrito de Bragança	181
Quadro III.5- Fogos e equipamentos: distrito de Bragança (1960)	182
Quadro III.6- O abono de família nos distritos de Vila Real e Bragança	188
Quadro III.7- Ciclo Comemorativo: benefícios territoriais no distrito de Bragança	193
Quadro III.8- Ciclo Comemorativo: benefícios territoriais no concelho de Mirandela	193

Capítulo IV:

Quadro IV.1- Os Planos de Fomento (1953 a 1973)	218
Quadro IV.2- Crescimento da economia portuguesa: 1947-73	224
Quadro IV.3- População activa agrícola na população total (%)	229
Quadro IV.4- População activa agrícola, na população activa total, de 1950 a 1970	234
Quadro IV.5- Venda de prédios rústicos	236
Quadro IV.6- Utilização do solo: área territorial do distrito de Bragança	236
Quadro IV.7- Tipo de aproveitamento do solo: distrito de Bragança	237
Quadro IV.8-Distribuição da propriedade rural (distrito de Bragança/ Portugal Continental: 1930/31)	238
Quadro IV.9- Explorações segundo a sua composição em blocos (1952/54)	238
Quadro IV.10- As culturas agrícolas de Trás-os-Montes	242
Quadro IV.11- Produção agrícola e o rendimento tirado da terra, em 1964	245
Quadro IV.12- Produção de vinho do Douro	247
Quadro IV.13- Exportação de vinho do Porto	248
Quadro IV.14- Preço de vinhos de colheita 1958	264
Quadro IV.15- Casas comerciais de Mirandela (1957)	279
Quadro IV.16-Linhas do Douro e do Tua: movimento de passageiros e de mercadorias (1966-73)	286
Quadro IV.17- Trás-os-Montes e Alentejo: assimetrias	345

Capítulo V:

Quadro V.1- Taxas de analfabetismo em Portugal e distrito de Bragança: 1900/70	352
Quadro V.2- Indicadores culturais e de educação (em % da população total)	353
Quadro V.3- Movimento escolar no distrito de Bragança: 1956-57	367
Quadro V.4- Exames realizados em 1958: Carrazeda de Ansiães e Mirandela	368
Quadro V.5- Frequência escolar no distrito de Bragança: 1957/67	369
Quadro V.6- Dados relativos ao ensino nos concelhos de Carrazeda de Ansiães e de Mirandela	370
Quadro V.7- Escolas do Ensino Secundário em Portugal: 1964	373

Capítulo VI:

Quadro VI.1- Presidentes e vice-presidentes da Câmara Municipal de Mirandela (1932-73)	427
Quadro VI.2- Acto de posse de um presidente de Câmara (1965)	431
Quadro VI.3- Síntese das sessões de esclarecimento para as eleições da AN (1970)	441

Capítulo VII:

Quadro VII.1- A população e o fenómeno da emigração em Portugal: 1950-60	462
Quadro VII.2- Emigração portuguesa	463
Quadro VII.3- Emigração no distrito de Bragança (1954/67)	463
Quadro VII.4- Emigração legal por distritos (1950/88)	465
Quadro VII.5- Taxas de crescimento migratório médio anual, por distritos (1940-80)	466
Quadro VII.6- Distribuição da população presente (variações intercensos)	467
Quadro VII.7- Atracção e repulsão populacional no distrito de Bragança	467
Quadro VII.8- Emigração (legal e ilegal) em Portugal (1950/74)	468
Quadro VII.9- Emigração no distrito de Bragança (1966/69)	469
Quadro VII.10- Emigração no concelho de Mirandela (1953/67)	470
Quadro VII.11- Emigração por sectores de actividade (1964-70)	475

ÍNDICE DE ANEXOS (VOLUME II):

	p.
Anexo 1: Jornais publicados em Mirandela (1886 a 1969)	4
Anexo 2: A Seara de Deus ou a Jeira de Deus	8
Anexo 3: A evolução jurídica do complexo do Cachão	9
Anexo 4: Visita de oficiais e professores do Instituto de Altos Estudos Militares, à região de Mirandela (4/4/70)	11
Anexo 5: Visita do Secretário de Estado do Trabalho e Previdência ao nordeste transmontano (10/7/70)	12
Anexo 6: Grau de Comendador, atribuído a Manuel Menéres	13
Anexo 7: Guião de Entrevista 1 (2003)	14
Anexo 8: Guião de Entrevista 2 (2004)	20
Anexo 9: Bodo aos Pobres	22
Anexo 10: Visita do Ministro das Corporações e Previdência Social ao concelho de Mirandela (23/7/67)	23
Anexo 11: Visita do Ministro das Corporações ao distrito de Bragança: Bragança, Vila Verdinho e Romeu (29/3/63)	24
Anexo 12: Mirandela: Quadro Cronológico	26
Anexo 13: A evolução demográfica em 5 freguesias do distrito de Bragança (1940-81)	28
Anexo 14: Alfabetização da população agrícola masculina em alguns distritos (1940)	29
Anexo 15: Nomes lendários do Douro: O Cebolo da Coleja (Carrazeda de Ansiães)	30
Anexo 16: Conversas de soalheiro na aldeia	32
Anexo 17: Os melhoramentos na região de Mirandela	34
Anexo 18: Visita do Ministro das Corporações a Vale de Couço e ao distrito de Bragança (Junho 1960)	38
Anexo 19: Comemoração do 25º aniversário da JCI (Abril 1962)	39
Anexo 20: Visitas de membros do governo e pessoas ilustres à região	40
Anexo 21: Visita do PR ao distrito de Vila Real com passagem pelo concelho de Mirandela (29/5/65)	43

Anexo 22: Visita do PR a Trás-os-Montes	44
Anexo 23: Visita particular do Presidente do Conselho, Marcello Caetano, ao distrito de Bragança	45
Anexo 24: Inauguração da rede eléctrica da povoação do Romeu (quadras populares alusivas ao acontecimento)	47
Anexo 25: Razões do aumento da energia eléctrica em Trás-os-Montes, em 1970	48
Anexo 26: A Previdência Social (legislação)	50
Anexo 27: Plano de viação rural: concelho de Mirandela	51
Anexo 28: Inauguração dos melhoramentos de Vale de Couço (30/4/60)	52
Anexo 29: Remodelação e melhorias nas habitações de Vila Verdinho	55
Anexo 30: Visita do PR a Vila Verdinho, Mirandela e passagem pelo Cachão (30/8/64)	56
Anexo 31: Inauguração do Centro de Assistência Social do Romeu	58
Anexo 32: O Restaurante Maria Rita e os melhoramentos do Romeu	60
Anexo 33: Gastos com os melhoramentos das aldeias transmontanas melhoradas	61
Anexo 34: Fotografias das aldeias em estudo	62
Anexo 35: Monumentos da Coleja e arredores	65
Anexo 36: Monumentos do Cachão e Frechas; Barragem e fábricas do Cachão	68
Anexo 37: Monumentos do Romeu	70
Anexo 38: Características demográficas das três aldeias (1960)	75
Anexo 39: O Planeamento da Economia Portuguesa: aplicações e financiamentos	76
Anexo 40: Planeamento regional: distrito de Bragança (3/2/1972)	77
Anexo 41: Alguns factores de produção: hipotecas; formas de exploração agrícola...	97
Anexo 42: Produção agro-pecuária dos concelhos de Bragança e Mirandela (1959)	100
Anexo 43: A moagem de farinhas em rama	101
Anexo 44: Rega por aspersão	102
Anexo 45: Comissão Técnica Regional do Distrito de Bragança	103
Anexo 46: Informação agro-pecuária	105
Anexo 47: Venda de propriedades no Cachão (1963)	106
Anexo 48: A agricultura e determinadas práticas, em contexto rural: empréstimo de cereal; arrendamento de leiras; rendas	107
Anexo 49: A segada: uma tarefa agrícola tradicional e o impacto nos costumes da região	109
Anexo 50: As barcas de passagem no rio Douro (1796)	111
Anexo 51: A construção da Linha do Tua: memória histórica	112
Anexo 52: Sociedade Clemente Menéres, Lda., e número de prédios em 1902	116
Anexo 53: Finalmente a televisão	117
Anexo 54: Projecto da construção da Escola de Regentes Agrícolas de Mirandela	118

Anexo 55: Actividades formativas e culturais	119
Anexo 56: A tradição de S. Martinho na aldeia da Coleja	120
Anexo 57: Os assistentes a um acto de posse de um presidente de Câmara (1965): Dr. Simão (Carrazeda de Ansiães)	123
Anexo 58: Reunião dos candidatos da UN	124
Anexo 59: Reunião dos candidatos da Comissão Democrática Eleitoral	126
Anexo 60: Golpe de Estado militar derruba o governo de Marcello Caetano	129
Anexo 61: Síntese de algumas notícias políticas publicadas no NM	131
Anexo 62: Migrações Internas e Externas: comportamento das várias árias territoriais do país	138
Anexo 63: A emigração oficial no distrito de Bragança (1950-72): país de destino	141
Anexo 64: Assunto palpitante (os emigrantes portugueses e a cidade de lata de Champigny-sur-Marne)	142
Anexo 65: Emigração por concelhos de origem: distrito de Bragança (1955-74)	144
Anexo 66: A electrificação do distrito de Bragança	145
Anexo 67: Entrada em actividade de barragens em Portugal (1951 a 1973)	146
Anexo 68: A marca de produtos "Nordeste"	147

ÍNDICE GERAL

p.

Dedicatória..... iv

Agradecimentos..... v

Lista de Abreviaturas..... vii

PARTE I - INTRODUÇÃO GERAL..... 1

Capítulo I - O Tema e a Metodologia..... 2

1-Introdução: breve enquadramento do tema..... 2

2-Apresentação da problemática: a construção do objecto de estudo..... 9

3-Lançamento da pesquisa e objectivação da problemática..... 16

3.1-Objectivos e pressupostos..... 16

3.2- Principais hipóteses de trabalho..... 18

4-Aspectos metodológicos gerais: 20

4.1-Demarcação espácio-temporal do estudo:..... 20

4.1.1-O nordeste trasmontano: uma região montanhosa do norte de Portugal e um território de "micropátrias"..... 20

4.1.2-Delimitação genérica do tempo em estudo (1957-74)..... 23

4.2-Procedimentos para a recolha e tratamento de dados: a metodologia..... 27

4.2.1-A pesquisa no terreno de memórias directas e memórias indirectas..... 27

4.2.2-A especificidade da recolha e da abordagem do tema 33

5-Principais referências conceptuais:..... 35

5.1- As Memórias de um tempo histórico no espaço rural..... 35

5.1.1-Os contextos da Nova História e da Antropologia: Memória, História e testemunho..... 35

5.1.2-A memória histórica e a memória colectiva como linguagem..... 48

5.1.3- "As circunstâncias históricas" das memórias sociais..... 51

5.2-As implicações do relevo na concepção de dinâmicas locais e na retenção de memórias 54

5.3-O mundo rural como objecto de estudo: 62

-Algumas características do mundo rural..... 62

-Alguns intervenientes no processo de valorização do mundo rural 69

-Algumas obras de referência no estudo do mundo rural 72

6-O plano e a estrutura da apresentação dos resultados:..... 75

PARTE II - O TERRITÓRIO E AS MEMÓRIAS 79

Capítulo II - O território das três aldeias em estudo 80

1-Introdução 80

2-O território das memórias e as dificuldades criadas: implicações económicas e sociais... 90

2.1- O enquadramento geográfico das 3 aldeias, na região de Trás-os-Montes 90

2.2- Algumas características sócio-económicas da análise 97

2.3- As características provocadas pelo isolamento do território 102

3- O território e o poder 106

3.1- O Estado e o exercício do poder sobre o território e sobre os indivíduos 106

3.2- A quebra do isolamento territorial e o desenvolvimento da região e das "micropátrias" 108

4- A partilha do solo no mundo rural e as implicações sócio-económicas 126

5- As vias de comunicação e a quebra do isolamento territorial 127

6- Conclusão 138

Capítulo III - Memórias sociais 139

1-Introdução 139

2-A sociedade rural 147

2.1- A evolução demográfica nos concelhos de Mirandela e Carrazeda de Ansiães 147

2.2- Os grupos sociais 150

2.3- A ocupação da população activa 154

3- A dinâmica do tecido social 156

3.1- A vida comunitária e o individualismo da região transmontana 156

3.1.1- As práticas comunitárias nas três aldeias 159

3.2- As vivências sociais e a importância das Casas do Povo 162

3.3- As memórias sobre o relacionamento social nas três aldeias 166

3.4- A reprodução dos lugares sociais das aldeias 172

4- As dificuldades sociais 179

4.1- O nível de vida e as dificuldades das populações rurais (a miséria e a pobreza) 179

4.2- A falta de condições de vida 181

5- A resolução de alguns problemas sociais 185

5.1- A obra social e assistencial 185

5.2- Os melhoramentos nas aldeias: a valorização rural 192

5.2.1- Alguns melhoramentos a nível regional 192

5.2.2- A valorização rural e os melhoramentos nas aldeias 197

6- Conclusão: os reflexos sociais da valorização rural..... 210

Capítulo IV - Memórias económicas..... 213

1-Introdução..... 213

2-As memórias sobre a economia do distrito de Bragança..... 228

2.1-As alterações económicas no distrito de Bragança..... 228

2.2- As actividades económicas no concelho de Mirandela e de Carrazeda de Ansiães. 242

3-As memórias sobre a dinâmica económica nas três aldeias..... 251

3.1-As memórias sobre as actividades económicas..... 251

3.1.1- As actividades económicas na Coleja 251

3.1.2- As actividades económicas no Cachão..... 256

3.1.3- As actividades económicas no Romeu..... 262

3.2- As memórias sobre os equipamentos e formas paralelas de economia 267

3.2.1- Equipamentos e formas paralelas de economia na aldeia da Coleja..... 268

3.2.2- Equipamentos e formas paralelas de economia na aldeia do Cachão..... 275

3.2.3- Equipamentos e formas paralelas de economia na aldeia do Romeu..... 281

3.3- As memórias sobre o impacto das vias de comunicação..... 285

3.3.1-A importância económico-social das vias de comunicação..... 285

3.3.2- A memória das vias de comunicação nas três aldeias..... 288

4- As memórias sobre a propriedade e sobre a exploração do solo..... 297

4.1- Tipo de propriedades nas três aldeias e arredores..... 299

4.2- A grande e a média propriedade, nas 3 aldeias: as quintas; a Quinta do Romeu ... 303

5- As memórias sobre a modernização agrícola e sobre a abertura à economia de mercado 317

5.1-A modernização agrícola e a agro-indústria do CAICA..... 320

5.1.1-Os objectivos do CAICA..... 320

5.1.2-O CAICA e a modernização da agricultura transmontana 322

5.1.3-As unidades fabris e os produtos trabalhados..... 330

5.2- A implementação de projectos:..... 331

5.2.1-A criação da obra social e assistencial..... 331

5.2.2-Os projectos de desenvolvimento económico: a agro-indústria..... 334

6- Conclusão: os reflexos das actividades económicas nas memórias sociais..... 344

Capítulo V - Memórias culturais..... 351
1-Introdução 351
2-As memórias sobre a dinâmica cultural na região..... 358
3-As memórias sobre a evolução do ensino/educação no distrito de Bragança 367
3.1-As memórias sobre a evolução do ensino em Mirandela..... 374
3.2-A formação profissional e actividades formativas 381
4-As memórias da dinâmica cultural nas três aldeias..... 382
4.1-A dinâmica cultural na Coleja..... 382
4.2-A dinâmica cultural no Cachão..... 394
4.3-A dinâmica cultural no Romeu..... 402
5- Conclusão: os reflexos das actividades culturais nas memórias sociais..... 409

Capítulo VI - Memórias políticas: 412
1-Introdução..... 412
2-As memórias sobre o exercício do poder político 420
2.1- O exercício do poder regional e local: as nomeações 422
2.1.1- O cerimonial da tomada de posse de cargos político-administrativos..... 429
-A tomada de posse de um governador civil do distrito de Bragança..... 429
-A tomada de posse de um presidente da Câmara..... 430
2.1.2- A gestão municipal..... 434
2.2-As eleições..... 437
3-Algumas mudanças no regime político 442
4-As memórias políticas nas 3 aldeias..... 444
4.1-Memórias políticas na Coleja..... 444
4.2-Memórias políticas no Cachão..... 447
4.3-Memórias políticas no Romeu..... 449
5- Conclusão: os reflexos das características políticas nas memórias sociais..... 454

Capítulo VII - As Memórias das migrações e do despovoamento..... 456
1-Introdução..... 456
2-As migrações (internas e externas) e o despovoamento, como solução 461
3-As memórias das migrações e o despovoamento nas três aldeias..... 476
3.1-As migrações na Coleja..... 476
3.2-As migrações no Cachão..... 478
3.3-As migrações no Romeu..... 479
4-Conclusão: as memórias das consequências das migrações..... 481

PARTE III - CONCLUSÕES GERAIS 487

Capítulo VIII – Conclusões gerais: síntese e reflexões finais 488

BIBLIOGRAFIA 514

ANEXOS ..... Vol.II

ÍNDICES 562

Índice de figuras 563

Índice de gráficos 563

Índice de quadros 563

Índice de Anexos 565

ÍNDICE GERAL 568